

Luís Filipe Loureiro Ladeiras

**Dinâmicas de Povoamento no Concelho de
Nelas: do Período Romano à Definição do
Reino
(Re)pensar a Arqueologia Concelhia**

Volume I

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área de especialização em Arqueologia Medieval e Moderna, orientada pela Doutora Helena Catarino, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Janeiro de 2021

FACULDADE DE LETRAS

DINÂMICAS DE POVOAMENTO NO CONCELHO DE NELAS: DO PERÍODO ROMANO À DEFINIÇÃO DO REINO (RE)PENSAR A ARQUEOLOGIA CONCELHIA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Dinâmicas de Povoamento no Concelho de Nelas: do Período Romano à Definição do Reino (Re)pensar a Arqueologia Concelhia
Autor	Luís Filipe Loureiro Ladeiras
Orientadora	Doutora Helena Maria Gomes Catarino
Júri	Presidente: Doutor Ricardo Jorge Costeira da Silva Vogais: 1. Doutor Pedro Jorge Cardoso Carvalho 2. Doutora Helena Maria Gomes Catarino
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arqueologia e Território
Área científica	Arqueologia
Especialidade/Ramo	Arqueologia Medieval e Moderna
Data da defesa	19/02/2021
Classificação	19 valores

1 2



9 0

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

RESUMO

Estruturado de acordo com uma conceptualização de atuação diferente sobre o Património Arqueológico, o presente estudo enuncia uma estratégia metodológica articulada com uma abordagem integradora e relacional de várias fontes familiares aos indicadores arqueológicos, como sejam as geográficas, documentais e toponímicas.

A partir das bases de informação compiladas, desenvolve uma aproximação às dinâmicas de povoamento do território atual do concelho de Nelas, respetivamente entre o povoamento Romano e os inícios da Baixa Idade Média. Esta etapa alude à “Paisagem Antiga” na tentativa de reconstituir os vínculos dinâmicos existentes neste tipo de análise, verificáveis nos tipos de ocupação e suas configurações espaciais, relações económicas, sociais e políticas locais entre os sítios e região ou na própria mobilidade interna e externa à área em questão.

Posto isto, volve à “Paisagem Atual” sob a preocupação em ultrapassar a posição estática atribuída às representações mapeadas dos vestígios arqueológicos, afastando assim a percetibilidade isolada e inflexibilidade histórica de cada ocorrência, postura vulgarmente tomada pela comunidade em geral. É no resultado desse raciocínio e na labiríntica conjuntura político-administrativa contemporânea que apresenta, num segundo momento, uma abordagem às políticas patrimoniais e sua inferência na comunidade em geral. Perspetiva, desse modo, enaltecer também o peso da operacionalização autárquica na programação de alternativas e complementos transversais à legislação nacional que procurem, comumente, a intensificação do envolvimento da sociedade em geral e uma gestão autárquica mais participativa e dinâmica sobre esta herança do concelho de Nelas: o património arqueológico.

Palavras-chave: Paisagem; Património Arqueológico; Dinâmica do Território; Política Patrimonial; Nelas.

ABSTRACT

Structured according to a conceptualization on differently acting upon the Archaeological Heritage, the following study formulates a methodological strategy, articulated with an integrative and relational approach of several sources acquainted to archaeological indicators, such as geographical, documental and toponymical ones.

Based on the compiled information gathered, it develops an approach to the settlement dynamics of the present territory of Nelas, respectively between the Roman settlement and the beginnings of the Late Middle Ages. This stage alludes to the “Ancient Landscape” in an attempt to reconstruct the dynamic links present in this form of analysis, verifiable by the occupational types and their spatial configurations, economic and social relations, and the local policies between the sites and the region, or on the internal and external mobility of the area itself.

With this in mind, it returns to the "Current Landscape" on the concern to surpass the static position attached to mapped representations of the archaeological remains, removing the secluded perceptibility and historical inflexibility of each occurrence, a common stance taken by the community in general. It's in the product of this reasoning and in the contemporary political-administrative conjuncture that lies an approach to heritage policies and their illation in the community in general. It aims to emphasize the municipal weight in programming alternatives and complements transversal to the national legislation that seek to intensify society's involvement in general and a more encompassed and dynamic management on this legacy of Nelas: the archaeological heritage.

Key-words: Landscape; Archaeological Heritage; Landscape Dynamics; Heritage Policy; Nelas.

AGRADECIMENTOS

A concretização do presente trabalho é o culminar de um ciclo de aprendizagens e inquietações pessoais, preenchido de incertezas, mas completo em contributos incansáveis de pessoas e instituições. É tempo de relembrar e agradecer esse apoio através da sentida palavra de gratidão.

Em primeiro lugar, o meu profundo agradecimento à Fundação Lapa do Lobo (Nelas) pelo contínuo apoio motivacional e financeiro sem o qual seria impensável, sequer, realizar esta dissertação.

À Professora Doutora Helena Catarino, pela forma como aceitou, moderou e incentivou a concretização do presente estudo. Muitas foram as horas de reuniões, sempre imbuídas de constantes discussões sobre as temáticas agora apresentadas.

Ao Professor Doutor Ricardo Costeira, pelas conversas ocasionais e trocas de informação ao longo destes anos, sobretudo no que respeita aos assuntos do período romano.

Ao Alexandre Paya, pela amizade e abertura às constantes discussões e opiniões sobre o objeto desta investigação.

Ao Eduardo Porfírio, amigo de profissão que marcou este longo caminho com os seus incentivos frequentes.

Ao Evaristo Pinto e Horácio Peixoto, pela amizade e acompanhamento nas longas jornadas de campo que este trabalho implicou.

Aos amigos de Coimbra que, de uma forma ou de outra, se relacionaram com este percurso académico: António Ferreira, Luís Oliveira, Bruno Reginaldo, Sofia Bravo, Rosa Almeida e Gabriel Guaragna.

À minha família: pais e irmãos por serem permanentemente bons ouvintes e apoiarem, de forma emotiva, este meu desafio; à Sra. Paula pelo seu apoio e palavra amiga.

Por fim, à Mónica Pimentel por ter acompanhado este longo e árduo percurso e ser a minha principal fonte de motivação.

ÍNDICE

Volume I

0. Introdução	1
1. O território numa paisagem atual.....	3
1.1. A área do concelho de Nelas no contexto regional	3
1.2. Geologia	4
1.3. Hidrografia e Relevo	6
1.4. Clima, Solos e Vegetação.....	8
2. Problematização da arqueologia concelhia	11
2.1. História da investigação arqueológica no concelho de Nelas.....	11
2.2. A arqueologia concelhia no panorama atual do território: reflexões e perspetivas - O historial da investigação como razão dos objetivos	18
3. Metodologias e métodos	21
3.1. Pesquisa bibliográfica, documental, cartográfica e toponímica	23
3.2. Trabalho de campo	28
3.3. Um contributo para a sistematização e compreensão da arqueologia do concelho de Nelas: critérios e opções metodológicas utilizados nas bases de dados	30
4. O(s) territórios(s) na construção da paisagem histórica	35
4.1. Enquadramento histórico ao nível regional	35
4.1.1. Período Romano	35
4.1.2. Entre o Pós-Romano (séc. V) e Fernando Magno (meados do séc. XI)...	38
4.1.3. Entre a criação e definição territorial do reino de Portugal (1297)	45
4.2. Apontamentos sobre a dinâmica do território.....	50
4.2.1. Período Romano	50
4.2.1.1 Sítios e Epigrafia	51
4.2.2. Entre o Pós-Romano (séc. V) e Fernando Magno (meados do séc. XI)...	75
4.2.2.1 Sítios, toponímia e documentação	77

4.2.3. Entre a criação e a definição territorial do reino de Portugal (1297)	91
4.2.3.1. Sítios, toponímia e documentos históricos	91
4.3. Caminhos Antigos: Propostas de traçado Romano-Medieval	102
5. (Re)pensar a arqueologia no concelho de Nelas.....	110
5.1. Para uma valorização do património arqueológico: um <i>corpus</i> de dados	110
5.1.2. Proteção, salvaguarda e valorização do Património Arqueológico nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT): Plano Diretor Municipal (PDM), Plano Urbanístico (PU) e Plano de Pormenor (PP).....	110
5.2. O património arqueológico entre as políticas municipais e a população local. Que alternativas?	117
6. Considerações finais	120
Referências bibliográficas.....	124
Legislação de referência.....	146
Fontes cartográficas de referência	148

Volume II

Anexos

Anexo I – Cartografia

Anexo II – Tabelas

Anexo III – Figuras

0. Introdução

O estudo seguidamente exposto foi elaborado no âmbito do Mestrado em Arqueologia e Território, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra sob a orientação da Professora Doutora Helena Catarino.

Numa apresentação geral e introdutória, esta dissertação incorpora uma conjugação teórico-prática, onde se reúnem ensaios dedicados às dinâmicas de ocupação e evolução do povoamento no território contemporâneo do concelho de Nelas, institucionalmente representado pela autarquia responsável por gerir e atuar sobre os testemunhos atuais dessas mesmas dinâmicas. Nesse sentido, projetamos um conjunto de atuações que culminam numa abordagem multidisciplinar e relacional sustentada em dados de diversa origem disciplinar, irrevogavelmente aliados aos valores arqueológicos locais.

A estruturação deste estudo versa, assim, as etapas sequenciais concretizadas para responder aos objetivos previamente estabelecidos.

Primeiramente, foi imperioso compreender o meio físico e humano que demarca consubstancialmente a “Paisagem Atual” do território em análise (Capítulo 1). De seguida, foi necessário reunir, sintetizar e avaliar o historial da investigação arqueológica numa atitude introspetiva e de reflexão para, dessa forma, acreditar e fundamentar os objetivos propostos (Capítulo 2). Definidas estas linhas de atuação, foi preponderante estabelecer, desde esse momento, as técnicas a utilizar na reunião, seleção, produção e avaliação do conteúdo interpretativo (Capítulo 3). O conjunto de critérios e opções consideradas viria, ainda nesta etapa, a implicar a concretização de um levantamento multidisciplinar, modelado quer à temática como aos objetivos estabelecidos. Face à dimensão dessa compilação, ao contexto académico desta investigação e efetiva necessidade em contemplar estes indicadores como parte integrante da compreensão e argumentação, abrimos um segundo volume parcialmente dedicado a estas bases de dados (Volume II). Consumadas estas fases de preparação, realizamos uma aproximação à nossa “Paisagem Antiga” (Capítulo 4). Começamos por contextualizar regionalmente a área em estudo numa visão historicista, essencial na confrontação e percetibilidade interpretativa da nossa realidade arqueológica. Elencadas as bases da conjuntura histórica regional e local, passamos à investigação da dinâmica de povoamento do território, cuja proposta de reconstituição deriva do cruzamento dos vestígios arqueológicos com um vasto conjunto de fontes, nomeadamente geográficas, históricas e toponímicas (Volume II). Após a

consumação desta fase, retornamos à nossa “Paisagem Atual” com intuito de avaliar e (re)pensar, sob influência de algumas constatações científicas obtidas anteriormente, a valoração e forma de atuação autárquica perante o património arqueológico, considerando os desígnios nacionais legislativos e instrumentais e as programações diretamente tomadas de iniciativa do poder local (Capítulo 5). É nesse preâmbulo que expressamos também a necessidade de continuar a desenvolver programas alternativos no campo das políticas patrimoniais, passíveis de gerar maior fluidez na dinamização e aproximação do património arqueológico à comunidade concelhia.

É, portanto, a partir destes pontos introdutórios que avançamos agora para a nossa abordagem “científico-patrimonial”.

1. O território numa paisagem atual

1.1. A área do concelho de Nelas no contexto regional

O concelho de Nelas ^[1] encontra-se na região centro de Portugal, província da Beira Alta, especificamente na sub-região Dão-Lafões, distrito de Viseu (**Anexo I – Mapa 1.**). Localizado a sul, o rio Mondego é utilizado como limite administrativo entre os distritos de Viseu, Guarda e Coimbra, representados, por esta ordem, pelos municípios de Nelas, Seia e Oliveira do Hospital. A norte, o rio Dão, em conjunto com marcadores terrestres, assume uma linha fronteiriça para com o concelho de Viseu. Já a oeste e este, os seus limites artificiais confrontam com os municípios de Carregal do Sal e Mangualde, respetivamente.

A definição espacial para este estudo contempla toda a área administrativa do município de Nelas (125.71 km²), com as suas sete freguesias ^[2]: União de Freguesias de Agueira e Carvalhal Redondo, Canas de Senhorim, Lapa do Lobo, União de Freguesias de Moreira e Santar, Nelas, Senhorim e Vilar Seco.

Este território é marcado a sul pela passagem do rio Mondego e visibilidade para a serra da Estrela e a norte/noroeste pelo rio Dão com vista para a serra do Caramulo. Integra a designada “Plataforma do Mondego” [FERREIRA, 1978, p. 7] ou “Plataforma da Beira” [TEIXEIRA *et al.*, 1961, p. 8], caracterizada pela sua “grande superfície de aplanção localizada entre as Serras do Caramulo e da Estrela, rasgada profundamente pelos vales dos rios Mondego (a sul) e Dão (a norte), cujos percursos são praticamente paralelos” [*idem*]. Em termos geomorfológicos, diferencia-se por um autêntico compartimento balanceado para sudoeste, limitado pelos eixos montanhoso das serras de Pisco, Lapa e Leomil a nordeste/este, pelas serras da Estrela, Açor, Lousã (Cordilheira Central) a sul/sudeste, Luso-Buçaco a sudoeste e a oeste pelo designado “Maciço Marginal”, composto de sul para norte, pelas serras do Caramulo, Maciço da Gralheira (serras de Arestal, Freita e Arada) e Montemuro [VALERA, 2006, pp. 85-88]. No contexto peninsular, faz parte da subzona Centro-Ibérica, englobando o denominado “Maciço Hespérico ou Antigo”.

^[1] A sua criação resulta da junção dos concelhos de Canas de Senhorim e Senhorim por Decreto de 9/12/1852, sendo Rainha de Portugal D. Maria II e Ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães.

^[2] Após Reorganização Administrativa do Território das Freguesias, constante na Lei n° 11-A/2013 de 28 de janeiro.

1.2. Geologia

A geologia, enquanto variável física e relacional com as formas antrópicas da paisagem, para além de determinar outros atributos ao relevo e solo, interfere na individualização e caracterização das diversas ações humanas. De igual modo, a maior ou menor disponibilidade de recursos geológicos passíveis de exploração condicionam as diferentes formas de interação das comunidades com o seu meio natural envolvente. Ademais, a conjugação da geologia com o clima e a geomorfologia determinam as formas de ocupação e uso do solo, refletidas nas configurações de povoamento e economia de uma população, familiarizada e unida envolta de um espaço demarcado.

No território em análise predominam as rochas eruptivas plutónicas, das quais se destaca o granito hercínico de composição calco-alcalina ou monzonítico, geralmente biotítico, diferenciado pelo seu grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio. Existem também alguns filões, intrusões de rochas do complexo xisto-grauváquico paleozóico e depósitos de cobertura aluvionares do Holocénico e arcósico-argilosos do Plistocénico (**Anexo I – Mapa 2.**)^[3].

Como referido, o granito porfiróide de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio é predominante. Neste contexto, merecem especial destaque geológico os lugares de Várzea e Santa Eulália em Vila Ruiva pela sua proximidade de contacto com o xisto [TEIXEIRA *et al.*, 1961, p. 17]. Entre outros particularismos, refira-se ainda a presença de algumas manchas deste tipo de granito, só que turmalínico, em Agueira e granito porfiróide de grão grosseiro com minerais de metamorfismo na freguesia da Lapa do Lobo [*ibidem*, pp. 18-19]. Existem outras manchas de granito porfiróide de grão médio a fino, prevalecendo nas zonas sobranceiras ao rio Mondego, nomeadamente nas localidades de Vale de Madeiros, Póvoa de Cima, Senhorim e São João do Monte [TEIXEIRA *et al.*, 1961, p.20]. Já a oeste de Canas de Senhorim, a sul da Lapa do Lobo, a norte da Póvoa de Santo António, a oeste/norte de Agueira e na encosta de São João do Monte para o rio Mondego, encontram-se granitos de grão médio a fino de duas micas não porfiróide (**Anexo I – Mapa 2.**) [*ibidem*, p.22].

O vale do Mondego é acompanhado, tanto a norte como a sul, por vários depósitos modernos. Para a nossa geografia (a norte do Mondego), os depósitos de natureza arcósico-argilosos com minério de estanho encontram-se alinhados entre as aldeias de

^[3] Refira-se que existe uma predominância de quartzo na constituição dos filões e de argilas e arcoses com calhaus rolados nos depósitos de cobertura do Plistocénico [TEIXEIRA *et al.*, 1961, p. 9].

Cagunça e Folhadal, ocorrendo a sua exploração neste último lugar [*ibidem*, p.10]. Estes depósitos são também comuns em Canas de Senhorim, sobretudo na envolvência do Complexo Desportivo. Os depósitos de cobertura mais recentes (aluviões) surgem no rio Mondego, na zona da Quinta do Rosado e Quinta do Abrunhal (Caldas da Felgueira), e no rio Dão, a noroeste das Fontanheiras, como em alguns dos pequenos cursos de água, nomeadamente na Ribeira da Calva, Ribeira dos Travassos, Ribeira do Pai Mouro (afluentes do rio Dão) e Ribeira da Pantanha (afluente do rio Mondego) [*ibidem*, p. 9; FERREIRA *et al.*, 2010, p. 10].

O complexo xisto-grauváquico ante-ordovícico, formação geológica mais antiga, é observável na área de Vila Ruiva (Freguesia de Senhorim), prolongando-se para Mangualde (Espinho e Cunha Baixa). Existe uma grande dificuldade em definir os limites das manchas de afloramento xistento e granítico, sobretudo pelo facto de as rochas xistentas estarem demasiado metamorfizadas, parcialmente granitizadas [*ibidem*, p.13], realidade geológica designada por complexo xisto-granítico-migmatítico (**Anexo I – Mapa 2.**).

No espaço compreendido entre o limite norte de Póvoa de Santo António, Urgeiriça e a aldeia de Pisão, abrangendo grande parte da localidade de Agueira, localiza-se uma zona de filões e massas aplito-pegmatíticas, ambas instaladas em fendas e fraturas do granito predominante. Destas formações geológicas, resultam o quartzo, feldspato, moscovite e turmalina sob pequenas cristas ou lombas, correspondentes às zonas de fracturação do granito (**Anexo I – Mapa 2.**) [*ibidem*, p.24].

Independentemente das formas de exploração e utilização, estas matérias-primas estão associadas às múltiplas ações humanas sobre o meio físico, visíveis tanto nas construções como também em instrumentos funcionais. A utilização primitiva do granito local com características adequadas ao talhe, recua à Pré-História Recente com as primeiras formas de monumentalização da paisagem através da construção dos monumentos megalíticos, prolongando-se a sua extração e utilização até à atualidade, visível tanto na arquitetura erudita como na vernacular. Por outro lado, a existência de depósitos arcósico-argilosos estaníferos com rentabilidade de exploração no século XX (Folhadal), levanta algumas questões quanto às primeiras explorações deste minério. Sublinhe-se, a título de exemplo e como linha primária de reflexão, a presença de vestígios romanos em torno dos mais significativos depósitos estaníferos, como é o caso de Canas de Senhorim (Capítulo 4), atendendo ao contexto dos dois primeiros séculos da

nossa Era, onde o estanho, a par do ouro e da prata, seriam os minérios de maior valor para exportação.

A formação geológica constante nesta área influenciou, assim, o conjunto de recursos geológicos passíveis de serem explorados pelo Homem local. Para além de permitir a exploração atual de pedra ^[4] e da nascente termal das Caldas da Felgueira, importa assinalar a extração de minério estanífero (Folhadal) e uranífero (dispersa por todo o concelho, com especial incidência na Urgeiriça) concretizada no século passado. A existência destes filões uraníferos do Cenozóico permitiu a extração deste minério em grandes quantidades, o que fez desta mina de urânio a mais importante do país durante o século XX ^[5]. Quanto à nascente termal das Caldas da Felgueira, localizada na margem direita do Mondego, representa uma das várias fontes termais com origem tectónica que brotam das diáclases de granito existentes nos vales dos rios Mondego e Dão.

1.3. Hidrografia e Relevo

O relevo exhibe uma relação direta com a rede de drenagem, permitindo determinar as potencialidades de utilização e funcionalidade do solo.

Situado na plataforma do médio Mondego, o concelho de Nelas apresenta no seu relevo e hidrografia as características resultantes das intrusões hercínias e restantes movimentações geológicas produtoras das fraturas tectónicas, bem como os resultados dos ciclos erosivos hidrográficos e, com menor impacto, da ação humana. A organização da rede de drenagem hidrográfica é adaptada à rede de fraturas tectónicas, tal como ocorre com os rios Dão e Mondego, na direção NE-SW, seguindo o rumo das falhas marginais da Cordilheira Central, direção idêntica tomada pelos filões de quartzo desta plataforma [FERREIRA, 1978, pp. 129-131]. A feição planáltica predominante só é significativamente interrompida e retalhada pela rede hidrográfica de drenagem e pelos principais rios (Dão e Mondego), onde se verificam declives acentuados nas encostas (**Anexo I – Mapa 1.**). Com exceção das aldeias de Caldas da Felgueira, Póvoa de Luzianes (ambas na margem direita do rio Mondego) e Fontanheiras (margem esquerda

^[4] Segundo os dados do Plano Diretor Municipal de Nelas (2013), existem 5 licenciamentos para empresas exploradoras de pedra o que atesta a quantidade e qualidade deste recurso.

^[5] Para a história da exploração mineira de urânio nas minas da Urgeiriça sugere-se, a título exemplificativo, a consulta: VEIGA, 2006 e 2014.

do rio Dão), as restantes localidades seguem a forma aplanada (dos 320m aos 480m de altitude), acompanhando a direção e o declive da própria “Plataforma do Mondego”. A cota mais baixa fixa-se nos 150m (margem direita do rio Mondego) e a mais alta nos 480m (Senhorim) (**Anexo I – MAPA 1.**).

O espaço em estudo integra a bacia hidrográfica do rio Mondego, apesar de grande parte ser drenado pelo rio Dão. Este é um rio tipicamente de planalto caracterizado pelo seu percurso complicado, mas sem grandes declives [GIRÃO, 1941, p. 151]. Na rede hidrográfica concelhia destaca-se, para além dos rios Mondego e Dão, os ribeiros de Travassos, Castelo e a ribeira da Calva, sobretudo pelos seus caudais permanentes ao longo do ano. Além destes, existem outros cursos de água menos significativos que geralmente secam durante o verão: ribeiros de Cagavaio, Pereira, Salto, Vale do Gato, Pantanha, Vale do Boi e rio Videira (**Anexo I – MAPA 1.**). Em suma, o relevo é, regra geral, aplanado constituído por uma densa rede hidrográfica onde se destacam ainda as nascentes ^[6] e os pequenos cursos de água para irrigação dos solos e consumo animal e humano. Já o aproveitamento dos rios Mondego e Dão para irrigação agrícola não é recorrente na nossa área pela forma “fechada” dos vales.

O rio Mondego foi, durante tempos, uma via de comunicação de acesso ao interior, no entanto, essa navegação seria limitada pela própria natureza do caudal, fortemente condicionado pelas chuvas. Atendendo às características físicas do rio, a circulação fluvial, salvo raras exceções de adaptabilidade de pequenas barcas produzidas por habitantes ribeirinhos, não seria comum a montante de Santa Comba Dão (antiga aldeia de Foz do Dão) [LOURENÇO, 2007, p. 16]. Em alternativa, a circulação fluvial seria, desde o período romano, complementada pela circulação terrestre, garantido o transporte de bens e pessoas até ao interior da região, como veremos noutro ponto (Capítulo 4).

^[6] O predomínio dos solos de origem granítica facilita a irrigação dos mesmos, sobretudo pela disponibilização de um vasto conjunto de lençóis freáticos situados em bolsas de granito mais alterado, tradicionalmente explorados através da abertura de poços de pouca profundidade. Atualmente, a especialização antrópica dos solos em determinados cultivos agrícolas resulta das condicionantes de irrigação: a concentração de um maior número de poços é acompanhada por uma prática de culturas de regadio; em regra, as culturas permanentes que não estão diretamente dependentes do regadio, como a oliveira e videira, ocupam solos onde o acesso a este recurso é limitado, quer pela sua profundidade como quantidade disponível.

1.4. Clima, Solos e Vegetação

O clima é um fator preponderante e relacional com o solo e o coberto vegetal, refletido no sentido prático, quer na dispersão/concentração de assentamentos humanos como nos processos e técnicas utilizadas para alcançar os ambientes pretendidos e úteis, por exemplo, nas formas e especializações de produções agrícolas. Face à orientação deste trabalho, selecionamos apenas as variáveis da temperatura e precipitação ^[7].

Em termos climáticos, o espaço em análise insere-se nas características Pré-Atlânticas [DAVEAU *et al.*, 1988, p. 455]. No geral, diferencia-se por um período quente e seco (maio a setembro) e um frio e húmido (outubro a abril). Por sua vez, a precipitação é mais abundante e intensa no inverno, com pouca frequência e intensidade no verão, sendo que, das estações intermédias, o outono é habitualmente mais chuvoso [MARTINS, 1940, p. 69].

A existência de alguns estudos climáticos para a Europa Ocidental ^[8], incidentes entre o domínio romano e a Idade Média, não podem, contudo, documentar regionalmente as mudanças climatéricas ocorridas na Península Ibérica. No entanto, é consensual aceitar o aumento de temperatura em tempos medievos que, por sua vez, levaram à redução da durabilidade e intensidade do inverno, possibilitando, entre outras modificações, uma utilização agrícola mais intensiva dos planaltos serranos [TENTE, 2010, p. 37].

No que respeita aos solos, apesar da origem granítica, são geralmente permeáveis e fáceis de trabalhar, visto que apresentam propriedades físicas passíveis de serem adaptadas a determinadas produções agrícolas. Num comentário geral e atual, existe uma

^[7] Para apresentação dos dados médios optou-se por recorrer aos registos mais antigos, neste caso, referentes ao período compreendido entre 1931 e 1960. A temperatura média do ar anual situa-se entre os 12,5°C e os 15,0°C, ocorrendo em média 90 dias com temperatura do ar igual ou superior a 25°C, e 90 dias com temperatura média do ar igual ou inferior a 5°C. Quanto à precipitação, atinge um total anual, em média, de 1100 mm, com a ocorrência de 100 dias de precipitação superior ou igual a 1,0 mm e 50 dias de precipitação igual ou superior a 10 mm. Os presentes números foram obtidos nas informações da “Caracterização Física”, ponto do Plano Diretor Municipal (Revisão 2013). Disponível em: <https://www.cm-nelas.pt/download/163/elementos-que-acompanham-pdm/5093/caracterizacao-fisica-plano-director-municipal-de-nelas.pdf> (Consultado 10/12/2019).

^[8] A partir do século III inicia-se um período de arrefecimento do clima com especial incidência no século VI, voltando depois a temperaturas mais quentes [GIL GARCIA *et al.*, 2007 *apud* TENTE, 2010, p. 36]. Já entre os séculos X e XIII é consensual que a Europa atravessou um clima mais quente do que atualmente [HUNT, 2006 *apud* TENTE, 2010, p. 36].

predominância de solos com aptidão essencialmente agrícola (*Classe A* - 62,4%) em relação aos solos com aptidões florestais (*Classe F* - 31,0%) [9].

Quanto à cobertura vegetal, tal como ocorre nos elementos descritos anteriormente, é condicionada por fatores antrópicos e naturais. Subsistem algumas manchas de manto vegetal primitivo, outrora compostas por espécies caduciformes, como é exemplo o carvalho roble (*Quercus robur*). A distribuição das espécies arbóreas atuais verifica-se mais ou menos uniforme, havendo um domínio do pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e, com alguma distância, o pinheiro manso (*Pinus pinea*) e o eucalipto (*Eucalyptus*). Nas margens dos cursos de água principais e secundários é frequente a presença de vimieiros (*Salix viminalis*) e salgueiros (*Salix cinerea*). Já as restantes espécies, tais como os castanheiros (*Castanea sativa*) e outras folhosas, têm uma representação reduzida e dispersa. Nas áreas agrícolas (*A* e *C*) importa destacar o cultivo da vinha (*Vitis*) e oliveira (*Olea Europaea*) enquanto produções agrícolas predominantes.

Com objetivo de reconstituir os cobertos vegetais históricos, a ciência recorreu, a partir da década de 80 em Portugal, a análises palinológicas incidentes em depósitos de sedimentos pós-glaciares.

Os estudos polínicos realizados na serra da Estrela, precisamente no Charco da Candeeira (1400m de altitude) [KNAPP e LEEUNWEN, 1994, pp. 497-535] e na Lagoa Comprida (1600m de altitude) [JANSSEN e WOLDRINGH, 1981, pp. 299-309], são os mais próximos do nosso território. Os dados obtidos para a Idade Média são muito semelhantes e parecem resultar de episódios da história regional [DAVEAU *et al.*, 1988, pp. 112-113], assumindo-se, entre outras conclusões, que na segunda metade do século X ocorreu um ponto de viragem na intensificação regional da atividade agro-pastoril

[9] A restante percentagem reporta-se à *Classe C* (5,9%) e aos *Complexos/Classes A+F* (0,6%) e *Complexos/Classes C+F* (0,1%). *Classe A* corresponde a solos com utilização agrícola caracterizados pelo relevo plano e suavemente ondulado, cuja fertilidade permite suportar culturas de tipo intensivo. *Classe C* refere-se a solos com utilização agrícola condicionada por determinados fatores físicos, como por exemplo, os declives naturais acentuados (8-10%). *Classe F* representa as manchas florestais com fraca apetência agrícola associadas a zonas com solos delgados ou esqueléticos com pouca fertilidade. Dados resultantes do Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário do Boletim de Solos (n.º 4, dezembro 1969). Os presentes números foram obtidos nas informações da “Caracterização Física”, ponto do Plano Diretor Municipal (Revisão 2013). Disponível em (consultado novembro 2019): <https://www.cm-nelas.pt/download/163/elementos-que-acompanham-pdm/5093/caracterizacao-fisica-plano-director-municipal-de-nelas.pdf>.

[TENTE, 2010, p. 38]. Esta conjuntura é representada pelo aumento dos pólenes de origem cerealífera em detrimento da redução acentuada dos pólenes relativos aos carvalhos, videiros (*Betula alba*) e salgueiros, por culpa da destruição intensiva do coberto vegetal original [JANSSEN e WOLDRINGH, 1981, pp. 305-306]. Entre os fatores de pressão antrópica enumeram-se os incêndios/queimadas; a pastorícia/plantação de pastos; a agricultura e as plantações de pinheiro em larga escala [KNAAP e LEEUWEN, 1994, pp. 497-535]. Apesar das diferenças altimétricas, é credível admitirmos a existência de algumas similaridades respeitantes ao ocorrido no coberto vegetal do nosso território, sobretudo pela proximidade geográfica e semelhanças em algumas variáveis físicas, opções metodológicas já utilizadas em estudos anteriores [SENNA-MARTINEZ *et al.*, 1997; SENNA-MARTINEZ, VENTURA, 2006].

Numa classificação da vegetação existente para a serra da Estrela e sua envolvência, este espaço aproxima-se das características descritas para o designado “andar basal (de 400m até cerca de 800/900m de altitude)” de acentuada influência mediterrânea, onde se destaca o olival, a vinha, o pasto e milheiros a par da predominância do pinheiro bravo nas manchas florestais [TENTE, 2010, p. 37]. É neste andar que ocorre uma forte antropização da paisagem, responsável pelo desaparecimento definitivo do coberto vegetal original entre os séculos X e XIII.

2. Problematização da arqueologia concelhia

2.1. História da investigação arqueológica no concelho de Nelas

O concelho de Nelas reveste-se de um património arqueológico rico e revelador de uma ocupação humana que recua aos finais do VI milénio a. C., com vestígios de estruturas habitacionais atribuídas ao Neolítico Antigo [SENNA-MARTINEZ e VENTURA, 2006, 2008]. No entanto, é no decorrer da segunda metade do V milénio que ocorrem as marcas antrópicas mais significativas, através das primeiras construções megalíticas, transformadoras da paisagem pela sua monumentalidade e designadas localmente por “orcas”.

O conhecimento e valorização popular, perante a antiguidade de algumas evidências arqueológicas, não tardou a emergir nas memórias e costumes das comunidades locais. A própria conjectura social e religiosa interferiu na perceção e interiorização comunitária desses elementos do passado que, sendo dos “Antigos”, dos “Mouriscos”, de “Viriato” ou dos “Romanos”, aludem a ocupações arcaicas aliadas a um território identitário (cf. **Anexo III – Figura 6.**).

Em 1303, num documento referente à anulação e revogação dos direitos do herdamento do Cabido de Viseu perante o couto de Canas de Senhorim, são reafirmados os limites do mesmo com o domínio de Oliveira do Conde [PINTO, 2003, pp. 420-422]. No conjunto dos elementos que constituíam a “fronteira”, não menos importante marcador físico, surge a menção à “*anta da Lapa do Lobo*”. Neste sentido, a utilização do monumento, enquanto marcador espacial e territorial, expressa, já nos inícios do século XIV, um elemento físico representativo de uma monumentalidade, familiarizada e preservada pela população e instituições regionais medievais. Esta “anta”, também designada “Orca”^[10], corresponde à Orca da Lapa do Lobo (CNS: 34620), monumento realocado recentemente na localidade de Lapa do Lobo. É a alusão de cariz arqueológica mais antiga para a nossa área, seguramente aliada à monumentalidade e estórias geracionais, proporcionando um limite identitário entre as gentes desta região.

Em meados do século XVIII, surge uma outra alusão constante no *Diccionario Geographico de Portugal* do Padre Luís Cardoso. Na descrição do pároco sobre a

^[10] Esta designação ocorre na Carta Miliar Portuguesa, folha 211, 1: 25 000 (1945). Continua a servir de limite para os concelhos de Nelas e Carregal do Sal. Este lugar é também designado por “Cruz Alta”, topónimo sugestivo no contexto da “cristianização” de nomes de lugares com este tipo de monumentos.

envolvência da vila de Canas de Senhorim, é referida a existência de “*varios montes de pedras, com humas lages emcima, de bastante largura; chamaõ-lhe Orcas, e dizem os moradores serem do tempo dos Mouros e que sobre ellas queimavão os dizimos*” [CARDOSO, 1751, pp. 404-405]. Já no último terço do século XIX, ocorrem descrições similares para as “Orcas” de Canas de Senhorim no *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal [1873 -1890, pp. 78-79]. Estas referências arrolam-se com os monumentos megalíticos conhecidos para a freguesia de Canas de Senhorim: a Orca das Pramelas (CNS: 2850) e a Orca do Paiol (Urgeiriça) ^[11].

É nos finais do século XIX que surgem as primeiras referências diretas a materiais e sítios pelos “primórdios da arqueologia portuguesa”. Já na década de 80 do século passado, retomam-se as pesquisas sobre este território. Na viragem do milénio, um interesse acrescido da comunidade científica por esta região, culminou na publicação de vários trabalhos, inseridos, grosso modo, desde a Pré-História recente à Idade Média.

Com base no vasto historial arqueológico, optámos pela definição de uma primeira fase ocorrida entre os finais do século XIX e os anos 30 do século XX, destacando o contributo de António Santos Rocha ^[12] e José Leite de Vasconcelos ^[13].

O concelho de Nelas não foi exceção no conjunto de trabalhos de J. L. Vasconcelos. Refira-se as interpretações sumárias constantes na sua grande obra *Religiões da Lusitânia*, respeitante às temáticas dos monumentos megalíticos e das gravuras rupestres da área em estudo [VASCONCELOS, 1897, pp. 275-277, 363- 367].

^[11] Para o primeiro caso, o seu estudo deriva dos trabalhos da década de 80 e 90, especificamente do P.E.A.B.M.A.M. (“Programa de Estudo Arqueológico da Bacia do Médio e Alto Mondego”) [SENNA-MARTINEZ, 1989]. No que respeita à Orca do Paiol, refira-se a sua identificação recente tornada pública no âmbito do projeto de Estudo de Impacte Ambiental (E.I.A.) para a ligação da IC 12 entre Canas de Senhorim e Mangualde (IC 12 ENTRE CANAS DE SENHORIM E MANGUALDE. PROJETO BASE. ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL. RESUMO NÃO TÉCNICO. E.P. 2007). Disponível em (consultado maio 2019): <http://siaia.apambiente.pt/AIADOC/AIA1737/RNT1737.pdf> . Este sítio deverá integrar o Endovélico (Direção Geral do Património Cultural).

^[12] Fundador do Museu Municipal da Figueira (1894), hoje Museu Municipal Dr. Santos Rocha, desenvolveu, paralelamente a outros pioneiros portugueses da arqueologia, as suas investigações em algumas regiões do país, entre as quais se destaca a sua passagem por esta área.

^[13] Fundador do Museu Nacional de Arqueologia (1893), à luz da política de musealização do seu tempo, percorreu grande parte do território nacional com o intuito de recolher elementos passíveis de incorporar as coleções do Museu. Paralelamente, “noticiava” as suas visitas e aquisições de materiais no “Arqueólogo Português”, revista criada pelo mesmo em 1895.

Após a primeira “*excursão archeologica*” à Beira Alta (finais de 1894 e inícios de 1895), relata a recolha de materiais pré-históricos das orcas do Alcaide (CNS: 846), Amiais (CNS: 15837) e Carvalhinha (CNS: 1384), localizadas na freguesia de Senhorim, [VASCONCELOS, 1895, pp. 218-219]. Porém, é nas descrições da segunda expedição, como se de um caderno diário de campo se tratasse, que constam menções aos vestígios romanos e medievais [VASCONCELOS, 1912, pp. 205-207]. Entre as duas “excursões”, publica em 1905 novas informações sobre a Orca da Carvalhinha (próxima à Orca do Pinhal dos Amiais) e de outros locais até então inéditos, onde aponta a presença de “Orcas”, nomeadamente na aldeia de Vilar Seco (topónimo “Orca”) e entre Lapa do Lobo e Fiais da Telha [VASCONCELOS, 1905, 312-313]. Na segunda viagem à nossa região, hospedado em Senhorim (27 de março a 1 de abril de 1912), teve como prioridade proceder “à *exploração na Orca da Fonte do Alcaide*”. No entanto, realizou ainda visitas às localidades envolventes onde identificou novos dados: nos campos do Rio Videira, em Igreja (Senhorim) descreve vários “restos romanos”; na área de Vales Longos identificou um “*lagar de moiros*” e um penedo com “*insculpturas muito antigas*” [VASCONCELOS, 1912, pp. 205-207]. Dos materiais recolhidos desta “*excursão archeologica*” contam-se, para além dos que resultaram da intervenção da Orca da Fonte do Alcaide e dos 3 machados do Neolítico oferecidos na vila de Nelas, “*várias moedas romanas de bronze do século IV*” cedidas por um morador de Senhorim [*idem*].

Em 1917, José Leite de Vasconcelos volta a mencionar o espaço em análise. Através de um texto, caracterizado como “*notícias soltas*”, comprovamos a sua passagem em Senhorim e Santar [VASCONCELOS, 1917, p. 112]. Em Senhorim, deslocou-se à “Torre do Castelo”, situada num outeiro na margem sul do rio Castelo “*escarpado ao Norte, ao Nascente e ao Poente, e continuado ao Sul*” [*idem*]. Este sítio, mencionado também entre alguns investigadores do século XXI [MARQUES, 2000; EUSÉBIO, MARQUES, 2005; LOURENÇO, 2007], ainda possuía, ao tempo da sua visita, os alicerces definidos e um bom aparelhamento dos silhares. A par da “Torre do Castelo”, menciona vários lugares nas envolventes e na própria vila de Santar, onde constatou a presença de materiais romanos: na “Quinta do Casal Bom”, observou vários “*púcaros antigos*” e “*telhas de rebordo*”, designação atribuída às tégulas; no “Outeirinho”, reporta dois pesos cerâmicos, telhas de rebordo e escória de ferro; na rua da Carreira (centro da vila), recolheu moedas romanas de Constantino; a “*meia-legoa*” do “Outeirinho”, identificou sepulturas abertas na rocha [VASCONCELOS, 1917, pp. 113-114].

A última menção recai sobre uma ara votiva recolhida no “Olival Grande”, onde também observou “... várias antigualhas romanas, tais como mós manuárias, tijolos, pesos de ferro e pedras de alicerces de casas” [VASCONCELOS, 1927-1929, p. 214].

Os trabalhos de António Santos Rocha começam com um texto publicado em 1897, um ano antes da criação da Sociedade Arqueológica da Figueira, intitulado de “*Antiguidades romanas das vizinhanças de Nellas*” [ROCHA, 1897, p. 81-83]. Refere uma vinha designada de “Moledo”, a sul da vila de Nelas, na qual se deparou com “*abundantes fragmentos de telhas de rebordo e linhas curvas, de dolios e outros grandes vasos romanos e, em certos pontos, algumas pedras aparelhadas*”, realidade que o motivou a abrir duas sondagens [idem]. Para além do material cerâmico, esta escavação permitiu identificar “*uma curiosa peça de torcularium romano, aquella em que era recebido o líquido escorrido da prensa (torcular)*” ^[14] [ibidem, p.81]. É também nesta vinha que, quatro anos mais tarde, descreve duas sepulturas abertas na rocha [ROCHA, 1901, p. 80]. A leste deste sítio, alude a “Moledinhos” onde, segundo informações locais, existiam vários fragmentos cerâmicos à superfície [ROCHA, 1897, p. 81-83].

Tal como sucedeu com José Leite de Vasconcelos, a freguesia de Senhorim foi igualmente recetora de um maior investimento por António Santos Rocha. No lugar de “Ponte da Igreja”, descreve uma peça (cuba redonda de alvenaria) pertencente a um *torcularium*, mós redondas e algumas tégulas. Em frente à “Ponte da Igreja”, nas designadas “Terras do Fidalgo”, a abundância de fragmentos cerâmicos à superfície e a identificação de um peso de lagar, impulsionou António Santos Rocha a sondar o terreno. Esta ação proporcionou a identificação de estruturas de alvenaria, associadas a material cerâmico utilitário e de construção, enquadradas no período romano. Desses materiais, recolheu 3 pesos de tear e vários fragmentos de cerâmica com tonalidades avermelhada, acinzentada e parda [ibidem, pp. 83-85]. Os lugares da “Ponte da Igreja” e “Terras do Fidalgo” correspondem à mesma realidade arqueológica, daí que, em estudos recentes, estas duas denominações correspondam apenas a “Igreja” [VAZ, 1997, pp. 60-68]. Apesar de não ter identificado o topónimo exato, menciona a aldeia de Vila Ruiva, especificamente uma zona de encosta, onde recolheu um peso de tear, alguns fragmentos cerâmicos e duas pequenas mós dormentes [ROCHA, 1897, pp.85-86]. No fecho do texto,

^[14] Esta peça, atribuída a um “lagar romano”, é caracterizada pelas suas quatro paredes formadas de pedra seca e tijolos com um piso batido e comprimido, não ultrapassando um metro de altura, três metros de comprimento e dois metros de largura. Cf. T.S.A. – Nº 14.

através das notícias de um amigo, alude à presença de vestígios romanos em Vilar Seco [*idem*].

Os trabalhos preconizados por António Santos Rocha, anteriormente expostos, culminaram na seleção de alguns materiais, dos quais, deram notícia dessas entradas no Museu da Figueira. Para além do material pré-histórico, contam-se 4 pesos de tear e 1 peso de lagar atribuíveis ao período romano [CRUZ, 1899-1900, pp. 182-184].

Entre os anos 30 e 70 do século XX, assiste-se a uma redução significativa do número de referências a esta matéria. Todavia, importa sublinhar as descrições sumárias a alguns lugares numa monografia sobre a origem e formação do concelho de Nelas [LOUREIRO, 1957] e o contributo de Irisalva Moita para o estudo do megalitismo regional [MOITA, 1966].

A segunda fase ^[15], começa nos anos 80 com os trabalhos dedicados ao megalitismo da plataforma do Mondego, no âmbito do P.E.A.B.M.A.M.. Apesar de se apresentarem fora dos parâmetros cronológicos da nossa abordagem, importa sublinhar os seus resultados presentes em diversas publicações, com especial importância para o trabalho de doutoramento de João Senna-Martinez incidente na região do médio e alto Mondego [SENNA-MARTINEZ, 1989]. Neste contexto cronológico, surge ainda um trabalho académico dedicada ao espólio recolhido nas escavações da Orca do Pinhal dos Amiais (CNS: 15837) [PINHEIRO, 2013].

Com especial relevância no âmbito desta dissertação, destacamos a investigação de João Inês Vaz sobre o território e povoamento da *civitas* de Viseu [VAZ, 1997]. Numa análise ao seu inventário geral, denotamos a presença de todos os sítios reportados por José Leite de Vasconcelos e António Santos Rocha, bem como, a contemplação a sete novos sítios romanos [VAZ, 1997, pp. 60-68]. Apresenta também dois troços viários com provável utilização em época romana que, com um cruzamento em Canas de Senhorim, um seguiria para Mangualde e outro para Viseu (Capítulo 4). Relativamente às inscrições romanas, concretiza uma reinterpretação de leitura da inscrição achada por J.L. Vasconcelos [1927/1929, p. 214] e das três inscrições votivas e uma funerária [VAZ, 1997, pp. 206-210 e 257-258], anteriormente publicadas [VAZ, 1987, pp. 63-72]. Através destes levantamentos, ocorreram pontualmente outros estudos de menor dimensão sobre

^[15] Em Nelas e Carregal do Sal, a maioria dos sítios identificados ou realocizados decorreu do entusiasmo e persistência de duas figuras incontornáveis na “Arqueologia Local”, contribuindo para o começo desta segunda fase: Horácio Peixoto e Evaristo Pinto.

a região em análise, dos quais, destacamos os de Jorge Alarcão [1989, pp. 16-30; 1996, pp. 5-35; 1998, pp. 305-314].

Ainda na década de 90, Jorge Adolfo Marques estuda as sepulturas escavadas da rocha da região de Viseu [2000]. Trata-se de uma abordagem às sepulturas rupestres centrada na identificação, descrição formo-tipológica e desenvolvimento de alguns comentários analíticos, partindo dos dados recolhidos.

No contexto da divulgação regional, existem igualmente diversas referências ao concelho de Nelas, contudo, apenas destacamos duas: *Roteiro Arqueológico da Região de Turismo Dão Lafões* [PEDRO, VAZ, ADOLFO, 1994] e *Por terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu* ^[16] [SENNA-MARTINEZ, PEDRO, 2000]. Na viragem do milénio, surgiram várias publicações pontuais que derivam do trabalho exímio realizado por Evaristo Pinto [1996, 1998, 1999, 2001, 2003].

A própria autarquia tem contribuído no âmbito desta temática, abordando o património arqueológico no sentido da sua divulgação e fruição turística [SANTO, 2001; EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 16-77; VAZ, 2008]. Destas publicações, merece especial destaque, particularmente pelo seu valor científico, histórico e patrimonial, o trabalho produzido em 2005 que concretiza uma breve resenha histórica desde a pré-história à contemporaneidade, integrando alguns dos sítios até então conhecidos [EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 16-77].

Mais recentemente, o nosso espaço incorporou um estudo académico centrado no povoamento alto medieval entre o rio Dão e o rio Alva [LOURENÇO, 2007]. Para além de incluir novos sítios com sepulturas rupestres, analisa os possíveis padrões de povoamento da Alta Idade Média. Em 2015, voltaria a fazer parte de um Relatório de Estágio que procurou inventariar e georreferenciar o mundo funerário rupestre alto-medieval da região centro de Portugal [PEREIRA, 2015].

A par do historial de investigação, efetuaram-se, nas duas últimas décadas, alguns trabalhos de arqueologia preventiva e de salvaguarda na vila de Canas de Senhorim e Santar. A concretização destas ações nas duas localidades permitiu reduzir os impactos das empreitadas tal como avaliar o potencial arqueológico dos locais afetos às intervenções.

^[16] Esta obra acompanhou a exposição do mesmo nome no Museu Nacional de Arqueologia (junho de 2000 e maio de 2001), onde se incluiu o concelho de Nelas. Síntese da exposição disponível em (consultado abril 2019): <http://www.museunacionalarqueologia.gov.pt/?p=4113>

A primeira intervenção empreendida em Canas de Senhorim incidiu sobre a Igreja Matriz de São Salvador (terraço elevado a este) ^[17] e consistiu numa avaliação prévia à empreitada através da escavação de sete sondagens. Este trabalho arqueológico e antropológico permitiu identificar, registar e recolher as evidências osteológicas e arqueológicas que comprovam a existência de um cemitério em funcionamento, pelo menos, desde os inícios do século XVIII até meados do século XIX.

Já a norte desta vila, a grande quantidade de achados ocasionais que, ano após ano, as lavras traziam (e trazem) à superfície nos terrenos do Freixieiro ^[18], levou à execução de uma sondagem para avaliar tal realidade. Após a conclusão da intervenção, confirmou-se o seu potencial científico ao evidenciar, numa única sondagem de 3mx2m, uma estrutura positiva constituída por três pedras afeiçoadas, parte de um piso de barro endurecido e uma área de combustão. Face a estas observações e com base na quantidade de escória recolhida, é possível tratar-se de um espaço romano associado à metalurgia.

Na área central da vila, as sondagens concretizadas na zona das Lameiras (Fojo 1) ^[19] permitiram detetar um muro de morfologia subcircular associado a material cerâmico enquadrável no período romano.

Em Santar, o acompanhamento arqueológico ^[20] empreendido, aquando da requalificação do centro histórico da vila, revelou um troço de calçada com pedras de pequena e média dimensão e alguns fragmentos de tégulas e escórias atribuídos ao período romano.

Em suma, embora o concelho tenha sido alvo de alguns estudos centrados em torno do povoamento, entre o período Romano e a Idade Média, estes desenvolveram-se com base em achados avulsos, nas materialidades e estruturas visíveis à superfície ou por trabalhos de arqueologia preventiva. Neste sentido, torna-se fundamental repensar e

^[17] Igreja Matriz de Canas de Senhorim (CNS: Inexistente) – Projeto: “Campanha de Sondagens Arqueológicas no Espaço Anexo da Igreja de São Salvador de Canas de Senhorim”, 2000. Informações obtidas com base na consulta do Relatório de Escavação [XAVIER, 2000].

^[18] Freixieiro (CNS: 10066) – Projeto: “Realização de Sondagem de Emergência no Sítio do Freixieiro – Nelas”, 2003. Informações com base na consulta do Relatório de Escavação [PEDRO, PINTO, 2003].

^[19] Fojo 1 (CNS: 12637) – Projeto: “Construção de Moradias no Sítio das Lameiras - Canas de Senhorim – Nelas”, 2009. Informações com base na consulta do Relatório de Escavação [SANTOS 2010, 2011].

^[20] Vila de Santar (CNS: 21931) – Projeto: “Acompanhamento Arqueológico do Projeto de Requalificação da Zona Histórica de Santar”, 2003. (Informações obtidas com base no Endovélico: <https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=trabalhos&subsid=2433310>)

compreender todo o historial da investigação concelhia para proceder, antes de mais, a uma sistematização e subsequente avaliação desses conteúdos no contexto atual. Tal ação auxiliará simultaneamente a germinação de mecanismos alternativos de salvaguarda e proteção deste património e lançará novos desafios na investigação científica. Estas são as razões dos nossos objetivos.

2.2. A arqueologia concelhia no panorama atual do território: reflexões e perspectivas - O historial da investigação como razão dos objetivos

A herança temporal presente no concelho de Nelas é revelada pela própria riqueza atual do património arqueológico. No entanto, o seu conhecimento parece irreversivelmente disperso, o que condiciona as interpretações históricas do espaço e suas materialidades arqueológicas. O estado da própria investigação tem limitado, entre outras circunstâncias, a compreensão das verdadeiras manchas da ocupação, atribuídas especificamente às cronologias em questão. Neste quadro introspetivo, citemos a título de exemplo, a necessidade de repensar o caso da vila de Canas de Senhorim, envolto por um conjunto de incógnitas quanto à sua verdadeira posição em período romano ^[21]. É neste preâmbulo que emerge a necessidade de repensar o papel da nossa ciência no panorama subsequente à identificação, escavação e exame sumário dos sítios. Nesse sentido, procuramos refletir sobre a presente convivência da arqueologia, políticas do património e comunidades locais.

Por essa razão, o primeiro objetivo centra-se na ponderação e discussão de modelos de monitorização destes valores arqueológicos. Ao incluir as orientações municipais e população local pretende obter complementos ou alternativas para as medidas de salvaguarda, valorização e divulgação.

Numa fase inicial, passa pela construção de um inventário geral de conteúdo multidisciplinar, permitindo a sua utilização nas múltiplas escalas de ordenamento e planeamento autárquico e nos ensaios científicos que visem a leitura ocupacional na larga diacronia. Portanto, para além da construção do Inventário, compreendido entre o

^[21] Para além das duas inscrições votivas e uma funerária, a vila é pontilhada por um grande número de sítios, designados pela historiografia por “*villae*” ou “habitats”. A proximidade dos “pontos”, a quantidade e qualidade dos vestígios recolhidos e as estruturas identificadas, viabiliza a possibilidade de estarmos perante uma ocupação de outro nível estrutural que ultrapasse o valor meramente familiar (Capítulo 4).

domínio romano e o século XIII, perspectiva-se a sua validação enquanto suporte auxiliar para trabalhar as “Paisagens Antigas” e “Paisagens Atuais”.

Já no segundo momento, atentamos sobre as políticas municipais, suas aplicações e efeitos perante a população e seus visitantes. A salvaguarda, valorização e divulgação são, na atualidade, temáticas com desenvolvimento teórico-prático por parte de alguns projetos de investigação plurianuais, mas sobretudo pela administração local. Sublinhe-se que é dever dos órgãos de poder autárquico, segundo as suas próprias responsabilidades na gestão, ordenamento e planeamento do território, proceder à operacionalização de estratégias que visem a proteção e divulgação destes valores arqueológicos ^[22]. No conjunto destas medidas, é imprescindível refletir sobre a função que as comunidades podem exercer, ainda que, sob as influências das políticas municipais, nas ações locais sobre esta herança cultural. Simultaneamente, queremos ser explícitos não deduzindo a ideia de “escavar para musealizar”, mas sublinhar a importância de enraizar projetos científicos que ultrapassem a sua atividade na construção de conhecimento íntegro em inúmeras publicações. Note-se que o resultado de um trabalho arqueológico, independentemente das circunstâncias em que é desenvolvido, será transversal ao tempo da atividade de um arqueólogo.

Os estudos aliados a uma componente prática têm um papel fundamental na reconstituição do passado. Apesar de ser uma ciência humanística e multidisciplinar, a Arqueologia individualiza-se das restantes, sobretudo pelo seu meio de atuação e obtenção de dados e pela possibilidade de expor ao Homem Contemporâneo os “rastos antrópicos”, indissociáveis de um determinado período histórico. É a partir da reunião, sistematização e compreensão desses dados, entretanto conjugados com fontes auxiliares, que se opera a reconstituição aproximada da ocupação do Homem na quadra desta dissertação.

Por essa razão, o segundo objetivo desta dissertação passa por identificar sincrónica e diacronicamente, tendo como base diferentes escalas de análise, as várias peculiaridades da estruturação territorial e compreender as suas mudanças ou continuidades através de uma dualidade interpretativa das “Paisagens Antigas” e “Paisagens Atuais”. Para isso, partiu-se da aproximação e perscrutação de algumas variantes indexantes às formas de povoamento, privilegiando-se as dimensões e

[22] Cf. Capítulo 5.

configurações das manchas de materiais ou estruturas, a proliferação das movimentações locais e regionais e as idealizações rituais da vida e morte. Já a abordagem sincrónica premeditará a caracterização interna, quer integral quer por zonamento especializado, da origem, funcionalidade e configuração dos lugares antropicamente experienciados, sejam de habitação, morte, convivência grupal ou económicos. Nesta conjuntura, evidenciam-se possíveis condicionantes antrópicas e naturais no planeamento da disposição e localização dos assentamentos, tal como nas suas relações externas ao nível local e regional.

O sucesso desta operação depende do “desenvolvimento matrimonial” deste segundo objetivo com a fase inicial do primeiro, centrada na inventariação dos elementos arqueológicos, históricos, toponímicos e geográficos, cronologicamente compreendidos entre o domínio romano e o século XIII. Na concretização de um trabalho com este pendor territorial seria indispensável não executar a combinação de um vasto número de fontes, ainda que se reconheçam algumas limitações no decurso das análises dos conteúdos oriundos de outras áreas científicas [SÁNCHEZ PARDO, 2008, p. 40]. Esta opção “interdisciplinar e exaustiva” permite validar, complementar e atenuar ausências de indicadores arqueológicos na reconstituição da história local [*ibidem*, pp. 41-42].

Ao incluir duas temáticas complexas, é possível suscitar algumas dúvidas na sua leitura, nomeadamente quanto à sua complementaridade numa única dissertação. Por esse motivo, apresentamos seguidamente uma exposição teórica para justificar a plausibilidade da contemplação destes dois temas que podem e devem ser tratados em conjunto (Capítulo 3).

3. Metodologias e métodos

Após a definição dos objetivos, importa estabelecer o método (modelo através do qual se avaliam as hipóteses de procedimentos interpretativos) e metodologia (técnicas utilizadas, responsáveis pela seleção dos modelos de atuação e produção de hipóteses interpretativas) desta investigação [FONTES, 2012, p. 57-58]. Sucintamente, o modelo de análise e descrição empregue procura avaliar o povoamento da área pertencente ao atual concelho de Nelas no período que medeia o domínio romano e o século XIII, partindo das desconstruções das paisagens e dos significados dos seus testemunhos do passado. Por outro lado, a proposta metodológica centra-se na comunhão dialética entre as “Paisagens Antigas” e as “Paisagens Atuais” para obtenção de uma “Paisagem Cumulativa”.

Atendendo à complexidade explicativa sobre o espaço antrópico e sua temporalidade, partimos da observação do espaço contemporâneo na eminência de obter, posteriormente, as representações dos vários *layouts*, onde é possível detetar continuidades, mudanças, equilíbrios e ruturas associadas às diversas formas de relacionamento do Homem com o Espaço e seu Tempo. Desta forma, pretende-se atingir uma dinâmica territorial onde confluem as designadas “Paisagens Antigas” e “Paisagens Atuais”.

Esta investigação traduz-se na reconstrução de três balizamentos cronológicos, representativos de momentos temporais e culturais distintos: período romano, entre o século V e XI e do século XII ao século XIII. Através desta estratégia, procuramos definir os vínculos humanos a uma geografia local, sucessivamente reconfigurada com “palimpsestos”. À larga diacronia em estudo, acresce a vontade em compreender, ainda que genericamente, algumas questões plasmadas na documentação e toponímia associadas à geografia local.

A concordância teórica e metodológica incorpora as várias linhas de indagação num modelo relacional centrado, numa fase inicial, na caracterização e compreensão do património arqueológico. Numa segunda fase, segue-se a desconstrução, descrição e entendimento da paisagem enquanto “palco temporal”, irreversivelmente marcado por variadas ações humanas. Por sua vez, o uso de fontes variadas vincula um maior valor descritivo e analítico aos contextos arqueológicos, tornando-os reprodutores de padrões organizacionais do espaço (casos concretos), seguramente indissociáveis dos movimentos e acessibilidades que pautam as articulações locais e regionais. Esta “ordem imaginada”

é manifestada na “Paisagem Atual” através da representação de “pontos” sobre mapas temáticos correspondentes aos vestígios antrópicos.

A reflexão e validação dos pressupostos ancorados à proposta metodológica, comumente com o método adotado, dependem da criação de um *corpus* extensivo, concreto e sintético. A formatação desta base de dados informatizada é ajustada aos ensaios analíticos a executar, especialmente focados na configuração territorial dos períodos cronológicos em questão. De igual forma, assume-se como ferramenta preponderante nas políticas patrimoniais do município, útil na gestão, salvaguarda e proteção deste património. Face ao pendor das nossas questões e da quantidade das fontes usadas, recorreu-se à adaptação de uma metodologia pré-existente e direcionada para estas formas de abordagens, nomeadamente sugerida e aplicada por Luís Fontes no âmbito do seu trabalho de doutoramento [FONTES, 2012]. A primeira parte do trabalho centrou-se na pesquisa, recolha e processamento exaustivo dos dados arqueológicos, históricos, toponímicos e geográficos. Posteriormente, executamos um conjunto de realocações e visitas aos arqueossítios e procedemos à observação de materiais depositados em edifícios públicos (Sala Museu da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim e Junta de Freguesia de Senhorim) e na posse de alguns particulares. Esta linha operatória culminou na execução de uma base geral de informações que ficou condicionada pela quantidade e qualidade das fontes e objetivos inicialmente projetados.

A integração e confrontação diligenciada para os dois grandes objetivos, passa por um conjunto de procedimentos que visam a conciliação teórica entre a “Paisagem Antiga” (o povoamento de um tempo, instigador e produtor das alterações antrópicas no espaço) e a “Paisagem Atual” (o património arqueológico de um concelho, enquanto representante e produto estático de um passado dinâmico), simultaneamente acompanhada pelas transformações dos sentimentos de memória e identidade, efeitos intemporais das relações do Homem com o seu passado. Trata-se de um sistema de legitimação do património por determinada comunidade enquanto valor identitário, indissociável de uma territorialização através de lugares significantes, fundamentados na herança e memória cultural [MORAIS, 2010, p. 3]. Independentemente do tempo, o território representa um “espaço teatral imponente onde aplaudem comunidades, figuram e atuam atores principais e secundários num cenário idílico, um espetáculo memorável de uma época, seguramente identitário para todos os intervenientes”. Apesar de todas as atitudes e valores subjacentes às ações humanas estarem efetivadas no “espaço da ação”, é

imprudente replicar integralmente todos os aspetos associados ao referido “espetáculo”, o que nos leva a procurar uma reconstrução em detrimento de uma produção sem alterarmos drasticamente o nosso “espaço teatral e respetivos guiões”. Por esse motivo, recorreremos a um modelo maleável, capacitado às diferentes circunstâncias, para decifrar e entender os reflexos das ações originais na utilização de todos os elementos que, direta ou indiretamente, se relacionem com a atuação do Homem. É sob esta analogia que o memorável e identitário se converte posteriormente na memória e identidade de uma comunidade, ainda que, a partir de algumas mediações individuais executadas ao longo do tempo. Mais do que apostar na “compra de outros dramaturgos”, é circunstancial existir um mecanismo local suficientemente capaz de alterar tal paradigma.

As comunidades locais podem assumir-se como um dos principais agentes na preservação e valorização do legado arqueológico ainda que, para tal ação local, exista a necessidade de as sensibilizar e informar dos valores históricos de tais lugares, representativos de um passado transcendente a uma família, aldeia ou freguesia. O património não deve ser encarado como herança pesada do passado, um encargo municipal, mas um valor socialmente dinâmico e coletivo, devidamente gerido por um modelo intermédio através do aumento da força social [JORGE, 2005, pp. 51-66].

3.1. Pesquisa bibliográfica, documental, cartográfica e toponímica

A pesquisa bibliografia corresponde, quase na totalidade, ao constante no historial de investigação anteriormente apresentado (Capítulo 2). Incidiu sobre um vasto conjunto de dados disponibilizados em diversos formatos, tais como monografias, relatórios de escavação, trabalhos académicos, pequenos artigos e até notícias de jornal. Porém, consultaram-se outras fontes: o Plano Diretor Municipal (Revisão 2013) ^[23] e o “Inventário Nacional de Sítios Arqueológicos – Portal do Arqueólogo, da Direção Geral

^[23] O Plano Diretor Municipal de Nelas encontra-se em vigor desde 12 de novembro de 1993, data em que é publicado em Diário da República. Posteriormente, ocorreu a Revisão de 1997. A Revisão de 2013 introduz as grandes alterações ocorridas no quadro legislativo desta matéria entre 1999 e 2001 (daria origem à chamada “2ª geração” de PDM’s), especificamente referentes ao património cultural, paisagístico e urbanístico (cf. Capítulo 5). Disponível em (consultado janeiro 2020): https://www.cm-nelas.pt/wpfd_file/patrimonio-arqueologico-plano-diretor-municipal-de-nelas/

do Património e da Cultura”^[24]. Numa abordagem geral às matérias destas últimas pesquisas, deparamo-nos com várias problemáticas inerentes às cronologias, conteúdo descritivo e designação dos sítios, o que inviabilizou uma utilização direta das mesmas sem se efetuar uma apreciação prévia. Ao partirmos deste panorama inicial de preparação para a construção do nosso inventário geral, estabelecemos um conjunto de normas de sistematização de toda a informação com intuito de uniformizar e simplificar a compreensão científica para toda a comunidade.

No caso do Plano Diretor Municipal, nomeadamente na parte do levantamento arqueológico, são quantificadas 104 entradas, 64 correspondentes a sítios referenciados antes da revisão e 40 decorrentes da revisão de 2013. Esta contagem inclui a totalidade dos vestígios temporalmente integres entre o Neolítico Antigo e a Idade Moderna. Na estruturação do inventário, existe uma grande discrepância quanto às formas de abordagem: antes de 2013, realizou-se a transposição das informações constantes no Portal do Arqueólogo; após a revisão, as descrições referentes a cada entrada restringem-se à designação do lugar e, em alguns casos, uma fotografia. A quantificação referente ao tempo que medeia o período Romano e a Idade Média, situa-se nas 42 entradas anteriores à revisão. Depois da Revisão de 2013, a inexistência de qualquer referência a cronologias e conteúdo descritivo que pudessem caracterizar os sítios, incentivou a deslocação aos lugares citados para avaliação arqueológica dos mesmos. Esta ação permitiu enquadrar 11 ocorrências das 40 entradas, no tempo considerado para este estudo. Dos números apresentados não constam as lagaretas uma vez que, apesar de existirem algumas delas atribuídas à Idade Média, a criação e uso destas estruturas são transversais a vários períodos cronológicos.

O Plano Diretor Municipal assume-se como um dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), essencial no planeamento e regulamentação da ocupação, uso e transformação do solo de um município, incorporando, entre outras matérias, um levantamento patrimonial^[25]. A fiabilidade e qualidade dessa ação irá condicionar as próprias opções restritivas e juízos regulamentares dedicados à salvaguarda, proteção e

^[24] “Portal do Arqueólogo” da DGPC (<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>, consultado pela última vez em 15/11/2020)

^[25] Regime jurídico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro, revisto pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de março, cumprindo o disposto no artigo 81.º da Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio). Disponível em (consultado março de 2020): <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/80/2015/05/14/p/dre/pt/html>

valorização do legado arqueológico. Como ocorre no caso do PDM em vigor no município de Nelas (Revisão 2013), muitos dos processos de atualizações/revisões são concretizados por empresas privadas. Nestas circunstâncias, é imprescindível que o responsável técnico da autarquia, dedicado a esta área cultural, acompanhe continuamente esse trabalho de modo a estimar possíveis correções, bem como introduzir e alterar determinadas descrições das políticas de identificação e preservação da autarquia. Em suma, o resultado final referente ao Património Cultural derivará também do modo de atuação desse responsável técnico, sobretudo pela proximidade, familiarização e conhecimento mais detalhado do espaço administrativo em questão.

No Portal do Arqueólogo, contam-se 46 sítios enquadráveis entre o Romano e a Idade Média, num total de 79 entradas para o concelho de Nelas. Como ocorreu no PDM, optámos por não contabilizar os lugares com lagaretas pelas mesmas razões apresentadas anteriormente. A utilização destes dados só foi possível através de um trabalho de apreciação e conhecimento físico de todo o território, uma vez que existem repetições de entradas, o que condiciona a fiabilidade dos números anteriormente apresentados. Estas situações estão devidamente mencionadas no trato individual de cada sítio (**ANEXO II - T.S.A.**). Apesar de algumas imprecisões, o Portal do Arqueólogo permite o armazenamento e tratamento relacional de todos os dados sob um Sistema de Informação Geográfica com múltiplas capacidades de processamento informativo [COSTA, MARQUES, 2002, p. 118]. A disponibilização *on-line* torna ainda mais eficaz a sua principal função na inventariação e gestão deste património.

A consulta e integração das fontes escritas selecionadas, grosso modo já publicadas, visa recolher as diferentes referências espaciais de acordo com o seu valor político, religioso e social, definindo datações relativas de anterioridade e posterioridade dos lugares documentados. Os textos escritos e o território assumem uma relação constante e sistemática, particularmente na Arqueologia Medieval, transcendendo a sua utilização para além da preparação dos trabalhos de prospeção, elementos fundamentais numa “arqueologia extensiva” [BAZZANA, 1994, p. 8-10]. Este vínculo permite expor, induzir, confirmar ou infirmar reconstituições das vivências humanas, funcionando mutuamente numa relação dialética com outros testemunhos do passado. O enorme conjunto documental ^[26] consultado previamente representa uma importância

[26] A título de exemplo, entre o século XIII e XV, contam-se no Arquivo Distrital de Viseu, só para a vila de Canas de Senhorim, 32 documentos manuscritos [PINTO, 2003 p. 365-433].

inquestionável na reconstrução narrativa do passado, tanto ao nível local como regional. Contudo, em virtude das limitações de tempo e circunstâncias temáticas desta investigação, foi necessário adotar estratégias quer de seleção quer na forma de leitura, análise e comentário. Assim, optou-se pela valoração dos documentos integres entre os séculos IX e XIII respeitantes a toda a área administrativa do concelho de Nelas e, de certa forma, associados à inventariação arqueológica.

Das fontes escritas consultadas que nos permitiram identificar documentos incidentes na nossa geografia, destacamos os *Portugaliae Monumenta Historica*, [PMH – *Inquisitiones*, pp. 811-814 e 846; PMH – *Diplomata et Chartae*], o *Livro Preto da Sé de Coimbra* [COSTA *et al.*, 1978, p. 142-144], os *Documentos Medievais Portugueses* [AZEVEDO *et al.*, 1980, p. 308], o *Livro Santo de Santa Cruz* [VENTURA, FARIA, 1990, pp. 354-355], os *Documentos de D. Sancho I* (1174-1211) [AZEVEDO *et al.*, 1979, pp. 24-25], os *Documentos da Chancelaria de D. Afonso III* [VENTURA, OLIVEIRA, 2006, pp. 200-201] e os *Documentos da Chancelaria Régia de D. Dinis* [MARREIROS, 2012, pp. 210-211]. A referência aos documentos e correspondentes exames sumários, constarão em anexo (**Anexo II – Tabela de Documentação Histórica, T.D.H.**) com a capacidade de, por exemplo, confirmar ou enquadrar historicamente determinados lugares, bem como levantar um conjunto de questões arqueológicas noutras áreas, seguramente instigadoras para continuação futura desta matéria. Ademais, complementou o quadro sociopolítico a nível regional, auxiliou o ensaio etimológico da toponímia e sua distribuição espacial, estritamente relacionada com a ocupação medieval.

A par da recolha e tratamento das fontes bibliográficas e documentais, a documentação cartográfica assume similar valor no quadro desta investigação, quer na caracterização física do território como na interpretação espacial. Entre as fontes impressas, recorreremos à cartografia corográfica e geológica oficial de diferentes escalas e edições: Carta Corográfica de Portugal, escala 1:50000, folhas 17-A/Viseu da Direção Geral do Território, e 17-C/ Santa Comba Dão, do Instituto Geográfico e Cadastral, respetivamente de 1992 (1ª Ed.) e 2012 (2ª Ed.); Carta Geológica de Portugal, escala 1:50000, folhas 17-A/Viseu e 17-C/Santa Comba Dão, dos Serviços Geológicos de Portugal, respetivamente de 1961 e 2009; Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folhas 200 (Nelas) e 189 (Mangualde), dos Serviços Cartográficos do Exército, da 1ª e 2ª Edição. Para as operações elaboradas nos Sistemas de Informação Geográfica, procedemos à georreferenciação de *rasters* e acedemos à cartografia digital

disponibilizada pelo Laboratório Nacional de Energia e Geologia ^[27], oportunamente referenciada juntamente com os mapas temáticos elaborados. A cartografia é empregue de múltiplas formas na arqueologia, assumindo-se como variante fundamental para qualquer leitura geográfica, contextualizando ou deduzindo arqueossítios. Além de ser o meio através do qual se obtêm as múltiplas localizações relativas (essencialmente descritivas) ou absolutas (coordenadas), dispõe de um vasto conjunto de ferramentas que permite comentar, comparar e conhecer historicamente um determinado meio físico e humano. Assume igualmente um papel relevante nas medidas de proteção e divulgação, seguramente refletidas nas políticas de ordenamento do território.

Recorremos também à toponímia, disciplina que procura decifrar a origem e mudança linguística dos nomes de lugares. A exploração das relações entre a toponímia e a geografia humana e física, permitem evidenciar testemunhos dos diferentes períodos temporais ou mesmo provar a argumentação preconizada pela arqueologia e história [FERNANDES, CARDEIRA, 2017, pp. 151-152]. Neste sentido, criámos uma tabela de topónimos do concelho de Nelas obtida por um levantamento integral, incidente nas edições 1 e 2 das Cartas Militares de Portugal (Nºs 189, 200, 201, 211) na escala de 1/25 000. A estruturação da base de dados atendeu aos princípios regedores deste estudo, valorizando a localização, contextualização e distribuição espacial.

Existe um número considerável de designações associadas a antigos lugares de povoamento, apesar da grande maioria dos topónimos se referirem ao coberto vegetal e à flora. Esta tabela de toponímia incorpora campos descritivos relacionais com as restantes, ainda assim, a sua singularidade e complexidade informativa estimulou a criação individualizada da mesma, com intuito de conceber um exame etimológico mais detalhado de cada caso. Sublinhe-se, a título de exemplo, a ligação da toponímia com as fontes escritas: permite averiguar a antiguidade relativa da maioria dos termos constantes em documentação medieval, com ligações diretas às designações atuais da área em apreço. Por essa razão, os próprios protocolos seletivos dos campos descritores foram alvo de uma certa adaptação em prol do estabelecimento ou dedução de relações espaciais, quer através da documentação medieval e atualidade, como das origens etimológicas dos termos atuais e suas associações com vestígios arqueológicos. A inclusão desta auditoria etimológica permitirá, decerto, avançar com novas propostas

^[27] Disponível em: <http://geoportal.lneg.pt/geoportal/egeo/DownloadCartas/login.aspx> (Consultado em 13/12/2019)

interpretativas, sustentadas numa memória linguística coletiva, indubitavelmente associada a uma identidade, transcendente à separação cultural e representação dos vários momentos do passado, que perdurou até hoje através da toponímia.

3.2. Trabalho de campo

Esta segunda fase passou por relocalizar, identificar e registar os sítios arqueológicos, decifrando as características específicas de cada um, bem como da sua envolvência. São inevitavelmente originados por múltiplos fatores geográficos, sociais e económicos, tais como a existência de determinados recursos, suportes de mobilidade e até uma certa conceção simbólica geracional de lugar habitado, decorrente do enraizamento de uma memória familiar ou comunitária. Numa perspetiva teórica, este meio de abordagem permite formular uma série de questões sobre os padrões e evolução do povoamento e os aspetos económicos, sociais e políticos relativamente a um determinado lugar habitado [RUIZ ZAPATERO E FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, 1993, p. 87]. Paralelamente, mas numa dimensão prática, a prospeção de superfície possibilita a obtenção de dados essenciais à catalogação e definição das políticas municipais de proteção, salvaguarda e divulgação do património arqueológico [*idem*]. Desta forma, estamos perante um tipo de perscrutação que pretende conciliar um vasto conjunto de princípios teórico-práticos, portanto um estudo de “Arqueologia Preventivo-Paisagística”.

Perante os métodos e metodologias adotadas e já com parte da recolha e leitura bibliográfica concretizada, tornou-se fundamental incluir uma componente prática para verificação e confirmação de assuntos conhecidos até ao momento. Nesse sentido, concretizámos várias visitas com a finalidade de relocalizar/visitar os arqueossítios, sendo possível a identificação e registo de lugares inéditos, bem como a recolha de algum espólio. No entanto, deparámo-nos com algumas dificuldades decorrentes das características atuais do coberto vegetal e das suas localizações em propriedades privadas. Sublinhe-se que os ensaios toponímicos, informações orais, lendas locais, topografia, geologia e hidrografia incorporaram igualmente a preparação prévia desta componente de campo.

Procedemos, portanto, a um rastreio da superfície de cada sítio tendo em vista a avaliação e comentário às referências anteriores, a definição de áreas aproximadas de

dispersão e identificação de novos elementos arqueológicos. Quando se verificava a abundância quantitativa e qualitativa de materiais, realizámos uma recolha seletiva dos mesmos, situação maioritariamente praticada aquando das deslocações a terrenos onde se confirmavam afetações e revolvimentos esporádicos, quer por ação natural ou antrópica (por exemplo, surribas em terrenos florestais e atividades agrícolas em áreas desconhecidas ou localizadas nas proximidades de manchas de materiais conhecidas). Esta ação ocorreu só em casos excecionais, contudo implicou o devido tratamento do material e, por fim, o depósito na “Sala Museu da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim”, com as respetivas referências de recolha numa etiqueta (Sítio, Localidade, Tipo de Material, Observações, Data e Responsável).

A classificação de um lugar como sítio obedeceu a uma definição de critérios, grosso modo, baseados nos indicadores arqueológico que representam a presença humana pretérita numa zona delimitada, por vezes descontínua. Todavia, a observação atual poderá estar influenciada por inúmeros fatores naturais e antrópicos, o que condiciona a correlação dialética entre áreas de dispersão dos vestígios e os tipos de sítio. Nos casos dos “achados isolados”, diferenciámos duas situações: quando se verificou uma relação desses vestígios com outros indicadores documentais, considerámos como sítio; os que estão manifestamente deslocados do local original, portanto fora do seu contexto arqueológico, são tratados separadamente. Quase todos os sítios são conhecidos através das várias referências sumárias do historial de investigação (Capítulo 2), conquanto, propusemos a sua realocação e compreensão numa perspetiva atual, centrada na deduzida conjuntura natural e antrópica dos lugares, existente em determinados momentos do passado local.

Conforme transmitido anteriormente, a nossa estratégia passou por um conjunto planificado de prospeções ajustadas aos objetivos definidos e à área geográfica do concelho, pois reconhecemos o seu préstimo diversificado no desenvolvimento deste tipo de trabalhos. Em regra geral, prospetaram-se essencialmente todas as áreas envolventes às ocorrências conhecidas e, em segundo plano, alguns lugares sugeridos pela análise pré-campo. Em função da produção do nosso inventário, concretizámos uma apreciação prévia das informações anteriormente publicadas e registámos outras constatações essenciais, usando a ficha associada aos sítios arqueológicos (**Anexo II – Tabela de**

Sítios Arqueológico, T.S.A.), entretanto adaptada ao contexto prático ^[28]. Seria fundamental dar continuidade a esta investigação sustentada numa prospeção mais abrangente e detalhada, alargando as discussões, conclusões e áreas seletivas, sempre de forma estruturada e detalhada. Em suma, pretende-se lançar o primeiro repto sob um contributo para a produção de uma carta arqueológica, de forma a garantir a sistematização, avaliação, proteção e valorização patrimonial no concelho de Nelas.

3.3. Um contributo para a sistematização e compreensão da arqueologia do concelho de Nelas: critérios e opções metodológicas utilizados nas bases de dados

A construção desta base de dados multidisciplinar, enquanto sistema de informação relacional, cumpriu medidas específicas de recolha e tratamento das fontes com a intenção de obter um maior grau de fiabilidade no seu resultado final. Procuramos contribuir para a caracterização dos valores científicos e avaliações dos estados de conservação e riscos, propondo estratégias a tomar nas políticas municipais de gestão e divulgação do património arqueológico.

Para a formatação de toda a informação alfanumérica e gráfica em ficheiros informáticos manipuláveis, recorremos à aplicação Microsoft Office Access 2013 em ambiente Windows/Pc. A escolha deste aplicativo de armazenamento e processamento em detrimento de outros, deriva da sua capacidade em gerar modelos relacionais, ou seja, relações entre tabelas, possibilitando consultas (reproduzidas em novos ficheiros), alterações e cruzamentos de dados de forma rápida e eficaz. Na componente alfanumérica, geraram-se quatro tabelas individualizadas, mas com descritores relacionais: “Tabela de Sítios Arqueológicos” (**Anexo II – T.S.A.**), “Tabela de Inscrições Romanas” (**Anexo II – T.I.R.**) “Tabela de Documentação Histórica” (**Anexo II – T.D.H.**) e “Tabela de Toponímia” (**Anexo II – T.T.**). As primeiras duas tabelas são complementadas por uma componente gráfica, composta pelo registo fotográfico, desenho (espólio e estruturas) e cartografia.

^[28] A adaptação obedeceu também aos requisitos determinados pela DGPC para a elaboração de fichas de sítio em contexto de Trabalhos Arqueológicos. Disponível em (consultado outubro 2019):

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/recursos/formularios/fichasitiodgpc_distributed.pdf

Na estruturação tabular referente aos valores arqueológicos, recorreremos à ordem alfabética das administrações das freguesias (Canas de Senhorim, Carvalhal Redondo e Agueira, Lapa do Lobo, Nelas, Santar e Moreira, Senhorim e Vilar Seco) para a numeração sequencial (**T.S.A.** e **T.I.R.**). Para os documentos escritos (**T.D.H.**), o número de trabalho foi atribuído de acordo com a antiguidade do documento. Por outro lado, a toponímia (**T.T.**) recebeu individualmente a numeração sem qualquer critério administrativo ou alfabético.

Os critérios descritivos utilizados na conceção das tabelas sumariamente referidos, procura sistematizar os dados arqueológicos de forma a conseguir a sua integração e comparação numa análise geográfica e culturalmente mais abrangente ^[29]. Desta forma, recomendamos a consulta inicial dos protocolos descritivos associados aos campos, descritores e respetivas respostas (**Anexo II – Tabelas**). A **T.S.A.** assume um protagonismo singular enquanto “cartão de identidade”, produzido através dos cruzamentos e estabelecimentos relacionais concretizados num primeiro momento, onde se encontra toda a informação considerada útil para a identificação de um arqueossítio. No sentido de simplificar a leitura de alguns descritores, usamos determinados termos pré-definidos ^[30].

A tabela de identificação, descrição e caracterização geográfica de sítios arqueológicos (**T.S.A.**), encontra-se organizada em oito campos distintos. O primeiro é dedicado à “Identificação” (Nome, CNS, Topónimo e o Tipo de Sítio) e o segundo à “Localização” (Lugar/Localidade, Freguesia, Coordenadas, Altitude, Nº C.M.P. e Acessos). Seguidamente, surge a “Documentação e Fontes” que inclui também as fontes orais. Aqui ocorre o cruzamento dos descritores com outras tabelas (da **T.D.H.**, incorpora o Nº de Trabalho, o Tema Tratado e o Contributo/Utilidade; da **T.T.**, agrega o Nº de Trabalho, as Análise Taxonómica e a Tipologia Etimológica). O terceiro campo é ainda composto pela documentação gráfica (Cartografia, Fotografia, Desenhos e Mapas Temáticos), a bibliografia essencial, a descrição dos vestígios de superfície e áreas de dispersão, das estruturas observáveis e da fisiografia do espaço (Orografia, Geologia, Hidrologia, Coberto Vegetal, Uso do Solo e Paisagem e Visibilidade). No quarto ponto

^[29] A planificação aberta e estruturada dos vários ficheiros criados, atendeu à possibilidade futura de alteração e ampliação temática dos diferentes dados no âmbito de futuros estudos.

^[30] Aconselhamos a leitura integral da abertura do **Anexo II – T.S.A.**, onde constam os campos, descritores e termos pré-definidos, tratados desenvolvidamente.

são referidas as “Interpretações”, seguindo-se as “Cronologias”, nomeadamente o período cultural e as cronologias relativas. Assente no propósito deste estudo, a parte seis é dedicada à “Valorização e Salvaguarda”, incluindo algumas notas a esta atuação patrimonial através dos seguintes descritores: Estado de Conservação, Grau de Risco, Fator de Risco, Valor Patrimonial, Valorização e Medidas de Monitorização. Antes do último, dedicado à Ilustração, surge o campo de “Outras Observações” onde se incluem outras informações relevantes e que não se enquadram em nenhum dos tópicos anteriormente apresentados.

Relativamente aos materiais conhecidos e analisados no âmbito da investigação [31], como supracitado, procedemos ao seu estudo sumário para posterior inventário, incluindo, por fim, alguns exemplos de maior significado crono-tipológico nas fichas finais.

Face ao número significativo de inscrições romanas existentes no concelho de Nelas, optámos pela sua individualização (**T.I.R.**), seguindo genericamente os critérios usados na prática epigráfica, referentes aos respetivos comentários e descrições exaustivas [ENCARNAÇÃO, 2010, pp. 181-206]. Assim, é organizada em quatro campos: “Identificação” (Nº de Trabalho, Tipologia, Material, Paradeiro, Lugar do Achado e Localidade/Freguesia), “Análises e Descrições” (Descrição, Dimensões Gerais, Leitura Interpretada, Tradução, Bibliografia, Comentário Paleográfico, Comentário Histórico e Cronologia), “Outras Observações” e “Bibliografia”.

O tratamento da documentação histórica (**T.D.H.**) implicou gerar quatro campos diferentes, correspondentes ao desdobramento de nove descritores: “Identificação Documental” (Nº Trabalho, Natureza, Reinado e Ano de Redação), “Tema” (Tema Tratado e Lugares Antigos e Atuais), “Contexto, Interpretação e Interesse Histórico” (Observações e Interpretações Históricas e Contributo/Utilidade) e “Fontes” (Documentos Publicados).

A tabela relativa ao ensaio da origem e evolução toponímica (**T.T.**) é composta por seis campos e nove descritores: “Identificação” (Nº Trabalho e Topónimo), “Localização” (Freguesia e Nº C.M.P.), “Análise Taxonómica” (Natureza e Enquadramento), “Tipologia Etimológica” (Origem e Evolução), “Observações” e “Fontes” (Referências Bibliográficas).

[31] Sala Museu da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim, Junta de Freguesia de Senhorim e na posse de particulares.

A **T.S.A.** assume, entre os quatro suportes de dados, um protagonismo próprio em detrimento da sua posição central nesta investigação. Com base nas linhas inicialmente propostas, a organização do ficheiro contempla, de uma forma geral, a informação referente ao sítio e seu ambiente físico, passando, grosso modo, por agrupar, sintetizar, completar e atualizar todos os dados publicados e inéditos (alguns casos). Reproduzimos, assim, um “cartão único de identidade”, capaz de expor definitivamente a importância de cada caso, potencializando todas as manchas de ocupação humana para a reconstituição do passado. Este modelo de caracterização do património está intimamente relacionado com as medidas de gestão e dinamização, sendo a primeira etapa de qualquer produção dedicada às políticas patrimoniais. De igual modo, ambas as componentes espaciais e descritivas das tabelas estão idealizadas para serem compatíveis e interpretáveis pelo *software* SIG, quer através de elementos vetorizados como das imagens *raster*, entretanto georreferenciadas.

Numa última fase, recorreremos aos Sistemas de Informação Geográfica de modo a obter um conjunto de ferramentas analíticas e de modelação, úteis na sobreposição, cruzamento e manipulação dos dados espacialmente referenciados. A aplicação destas potencialidades (neste caso, o *software* Open Source Quantum Gis 2.14. em Windows/Pc) à arqueologia agiliza a reunião, armazenamento, processamento, manipulação, representação e consulta dos dados (espaciais e não espaciais) num único sistema operacional [GARCÍA SANJUÁN, 2005, pp. 87-91]. O seu emprego nesta dissertação passou pela georreferenciação das fontes em mapas temáticos, cruzando-as com algumas variáveis espaciais e descritivas, para obtenção de novas linhas interpretativas, bem como para a criação de um conjunto de dados geográficos organizados, capazes de agilizarem as decisões e ações sobre o planeamento e gestão dos sítios arqueológicos nas políticas municipais.

O recurso aos SIG é, presentemente, indispensável neste tipo de estudo, sobretudo pelos seus grandes domínios: “simulação dinâmica de teorias, modelação da probabilidade de existência de património arqueológico e modelação temática do território” [OSÓRIO, SALGADO, 2007, p. 14]. A recorrência à versatilidade dos SIG permitiu igualmente reduzir tempo, economizar espaço, realizar confrontos de informação e ensaios, improváveis de se obterem por outros meios. Ainda assim, esta ferramenta é largamente debatida pela comunidade científica, tanto pelas suas limitações decorrentes das operações computadorizadas que podem influenciar a plausibilidade e validade teórica das conclusões obtidas, como pelo afastamento dos princípios teóricos

que regem a nossa ciência [GARCÍA SANJUÁN *et al.*, 2009, p. 178]. Neste sentido, é importante destacar que a sua utilização passou, acima de tudo, por servir de operador espacial, ficando à nossa responsabilidade a explanação, reflexão e discussão dos resultados obtidos.

4. O(s) territórios(s) na construção da paisagem histórica

4.1. Enquadramento histórico ao nível regional

4.1.1. Período Romano

A idealização do Império Romano teve, na sua génese, um vasto conjunto de determinações políticas que passaram, em primeira instância, pela conquista e domínio do espaço até então conhecido. Na segunda metade do I milénio a.C., a conjuntura político-económica do mediterrâneo e o crescente conhecimento externo dos recursos minerais, coadjuvados com a ausência de uma unidade política suprarregional, expressa na multiplicidade de povos, premeditaram uma conquista eficiente (na generalidade) de toda a Hispânia ao longo dos últimos dois séculos antes da nossa Era (218 a.C. a 19 a.C.). O território português não foi exceção às políticas de expugnação, domínio e “romanização” ^[32], período histórico-cultural interrompido pelas invasões germânicas nos inícios do século V d.C..

Os processos de conquista e domínio precoce de toda a área, compreendida entre o Douro e o Tejo e do Caramulo à fronteira nascente de Portugal, onde se incluem as Beiras, foram acompanhados pela ausência de uma unidade cultural e militar sólida e suprarregional, capaz de criar um sentido de identidade e diferença dos diversos *populi* em relação aos romanos [ALARCÃO,1990, p. 357]. Admite-se a existência de lugares centrais que serviriam de referência regional, todavia não é possível determinar qual a sua verdadeira posição pré-romana. É credível admitir a influência dessa configuração aquando da criação das unidades político-administrativas concretizadas por Augusto [*ibidem*, p. 359-360].

As fontes arqueológicas e escritas revelam-se insuficientes na argumentação das hipóteses referentes ao ordenamento geográfico pré-romano e à forma precisa de como se processou a conquista desta região. A primeira metade do século I a.C. foi um tempo de mudança, de adaptação e consciencialização da população autóctone perante o poderio romano, sendo comum a permanência de uma certa insegurança social sentida por ambas

^[32] Presentemente, é entendido enquanto processo político-cultural ocorrido de forma heterogénea sobre diferentes realidades locais, afastando toda a carga ideológica centrada na imposição da cultura romana dita superior [FONTES, 2012, p. 173]. “Romanização” é sinónimo de uma nova cultura, vivência humana e religião que foi progressivamente aceite, mas adaptada às diferentes comunidades hispânicas, seguindo o caminho tomado pelas próprias elites locais.

as partes. Os próprios tesouros republicanos identificados na região de Viseu ^[33] refletem essa instabilidade atenuada a partir da segunda metade do século I a.C., ao longo de um processo moroso de efetivação e consolidação da ocupação e exploração das Beiras [CARVALHO, 2007, pp. 88-89].

Na viragem do milénio, Augusto implementa um vasto programa de reordenamento territorial capaz de corresponder às diretrizes políticas e administrativas de Roma projetadas para a Hispânia ^[34]. Neste preâmbulo, a *civitas* torna-se numa unidade político-administrativa de excelência, fundamental na pacificação, controlo e organização das comunidades. Independentemente do estatuto político-jurídico atribuído, a *civitas* encabeçou um vasto território, definido através de marcadores geográficos, dos quais se destacam os rios e as variações significativas da topografia e, em alguns casos, pelas divisões étnico-culturais autóctones [ALARCÃO, 1990, p. 360].

A fundação da cidade romana de Viseu insere-se no panorama das políticas administrativas projetadas e aplicadas ao tempo de Augusto, bem como a definição dos limites da *civitas* através dos seus *termini augustalis* [ALARCÃO, 2002, p. 35; VAZ, 1993, p. 438]. Para o nosso caso, refira-se o *terminus Augustalis* de Guardão, historiograficamente atribuído aos anos 4/5 d.C.. [REDENTOR, CARVALHO, 2017, p. 422]. Parece legítimo aventar a hipótese da fundação da cidade por Augusto, porém com um desenvolvimento gradual, destacando-se o fulguroso contributo de Cláudio [VAZ, 1993, p. 437-440].

A área em estudo era ocupada, nos últimos séculos a.C, pelos *Interanienses* ^[35], talvez numa condição limítrofe face aos *Tapori* (Bobadela), isto se considerarmos o rio

^[33] A título de exemplo, citemos os tesouros descobertos a Norte da cidade de Viseu: Cota (Outeiro) com moedas republicanas e algumas de Octávio [ALARCÃO, 1988, p. 56; VAZ, 1997, p. 132] e o tesouro de Calde, com 270 denários republicanos [HIPÓLITO, 1960 – 1961, pp. 54-55]. Estes tesouros de moeda republicana não só atestam a preocupação humana em salvaguardar um valor monetário em momentos sociais conturbados, como também evidenciam uma certa acumulação monetária, comprovando a sua inserção precoce nos circuitos económicos. Note-se que a conquista da Hispânia foi acompanhada por períodos internamente conturbados sentidos e vivenciados igualmente na Hispânia, dos quais destacamos: as Guerras Sertorianas (80-72 a.C.) e as Guerras entre César e os partidários de Pompeu (49 a.C. – 44 a.C.).

^[34] Responsável na aplicação e prosseguimento de algumas estratégias político-administrativas idealizadas por Júlio César.

^[35] Ao arcarmos a leitura interpretativa de João Inês Vaz [1993, p. 358] sobre o marco de Guardão, especificamente as letras “INTER / IESES” como *Interanienses*, único etnónimo latino dos onze constantes

Mondego já como fronteira natural. Nos inícios do século I d.C., integrou o *territorium* de *Vissaium* ^[36] pertencente ao *Conventus Scallabitanus* (Santarém), província da Lusitânia, com capital em Emérita Augusta (Mérida, Espanha). Na generalidade, parece não haver grandes dúvidas quanto à recriação dos limites romanos de Viseu, apesar de algumas divergências iniciais relativas ao reconhecimento do rio Mondego enquanto fronteira natural entre Viseu e Bobadela (**Anexo I – Mapa 3.**) [VAZ, 1993, pp. 407-409; ALARCÃO, 1990, pp. 378-380] ^[37]. A norte seria definido pela linha de alturas da serra de Montemuro, a nordeste pelas serras de Leomil e da Lapa, a ocidente pelas Serras da Arada e Caramulo (Guardão, Castro de São Bartolomeu), seguindo a sul por Nandufe, Lobão da Beira, Beijós, Canas de Senhorim até chegar ao rio Mondego, nas Caldas da Felgueira [VAZ, 1993, pp. 407-409; ALARCÃO, 1989, pp. 305-306, 1990, pp. 378-381, 2002, p. 40]. Já a oriente, partiria do Mondego em direção ao norte, a partir da ribeira da Muxagata (Fornos de Algodres), seguindo depois as linhas de altura até à Serra da Lapa [VAZ, 1993, p. 408].

A par da cidade, existiam ainda os aglomerados secundários, responsáveis por auxiliar a circulação e assumiam outras funções económico-sociais, e os assentamentos rurais dispersos, marcadamente agrícolas [ALARCÃO, 1989, p.306]. Voltaremos a este assunto no momento da classificação das diferentes formas de povoamento romano, adentrando na sua problemática, sobretudo no âmbito da posição da atual vila de Canas de Senhorim em período romano.

na inscrição da Ponte de Alcântara. Designaria o grupo de etnias que dividia o espaço posteriormente ocupado pelo território da cidade romana de Viseu [*ibidem*, p. 409].

^[36] Os trabalhos de arqueologia preventiva realizados na cidade de Viseu, nas últimas décadas, têm permitido desvendar um grande número de vestígios romanos. No âmbito de um destes trabalhos realizados em 2009, foi identificada uma ara votiva junto do morro da Sé com o nome pré-romano *Vissaium* respeitante, portanto, à *civitas* sediada na atual cidade de Viseu [FERNANDES, CARVALHO e FIGUEIREDO, 2009, pp.185-189].

^[37] Inicialmente, Jorge de Alarcão defendia a extensão do limite para sul do rio Mondego, prosseguindo das Caldas da Felgueira até às zonas de Paranhos da Beira e do Castro de São Romão (Seia) [1989, pp. 305-306, 1990, pp. 378-381]. Em estudos mais recentes não exclui a possibilidade de o rio Mondego servir de fronteira entre Viseu e Bobadela, hipótese defendida desde 1993 por João Inês Vaz [ALARCÃO, 2002, p. 40]. Cf. **Anexo I – Mapa 3.**

4.1.2. Entre o Pós-Romano (séc. V) e Fernando Magno (meados do séc. XI)

A partir do século V, a Península Ibérica experienciou uma nova ordem político-social, simultaneamente acompanhada por um crescente respeito das forças sobrenaturais e ocultas, terrenamente representadas pelas forças eclesiásticas. A religião, enquanto poder divino e espiritual, é socialmente aceite. Transforma-se numa referência política, económica e social, sobretudo a partir do abandono definitivo do arianismo em detrimento do catolicismo e da crescente relação da realeza e episcopado, por ocasião dos grandes concílios Toledanos ^[38].

Os limites do *territorium* da *civitas* de *Vissaium* seriam ampliados para partes anteriormente pertencentes a outras cidades romanas, continuando a zona de Nelas, como virá a acontecer até à atualidade, enquadrada na dependência e história político-administrativa da região de Viseu (**Anexo I – MAPA 3.**).

Através do *Parochiale Suevum* (572 e 579), o “distrito” do bispado de *Viseo* ^[39] estaria limitado a Norte ao longo do rio Douro até à zona do atual concelho de Foz Côa, a sul pela serra da Estrela com a diocese da Egitânia, a ocidente pelo limite oeste da antiga

^[38] Não temos dados suscetíveis de determinarmos o momento da criação da diocese de Viseu, no entanto, admitimos a hipótese historiográfica que aponta a sua existência anterior às primeiras referências em concílios peninsulares (finais/inícios dos séculos V/VI) [VIVES, 1963 *apud* TENTE, DE MAN, 2016, p. 385]. A primeira referência escrita conhecida à diocese de Viseu recai sobre o bispo Remisol, aquando da sua participação no II Concílio Bracarense em 572. Após a conquista e anexação visigótica do reino suevo de Leovigildo em 585/586, é sob a égide do seu filho Recaredo que se assinala a conversão definitiva ao catolicismo, oficializada em 589 no III Concílio de Toledo. Sunila, então bispo de Viseu, foi um dos presentes que abjurou o arianismo em detrimento do catolicismo [ALMEIDA, 1968, pp.68-69].

^[39] No decurso de trabalhos arqueológicos na Praça D. Duarte em Viseu, identificaram-se várias estruturas que, erguidas sobre outros embasamentos pétreos, associadas aos restos do antigo fórum romano de Viseu, foram interpretadas como pertencentes à antiga basílica paleocristã de Viseu, sede da diocese. Com base no espólio recolhido, é proposta uma cronologia respeitante à fase de construção do edifício: séculos VI/VII [PEDRO, VAZ, 1995, p. 347]. Apesar de considerarmos atualmente esta primeira hipótese, a mesma não reúne consenso entre a comunidade científica, uma vez que é igualmente colocada a possibilidade de o primitivo espaço religioso paleocristão assentar nas proximidades da Igreja de São Miguel de Fetal [TENTE, DE MAN, 2016, p. 383]. Tenciona-se que as investigações em desenvolvimento na cidade de Viseu permitam confirmar ou invalidar tais propostas apresentadas anteriormente.

civitas de Bobadela e a noroeste pela diocese de Lamego ^[40], a partir das elevações das serras da Arada, Montemuro e Leomil [TENTE, DE MAN, 2016, pp. 383 e 385] (**Anexo I – MAPA 3.**). Este documento permite-nos detetar a dependência de tais “Paróquias” à diocese de Viseu, no entanto não esclarece de que forma se processava essa mesma relação nem as suas localizações e limites físicos ^[41]. Todavia, as definições espaciais assentariam em critérios de ordem histórica, hidrografia e orografia, aspetos tomados nos quadros hipotéticos referentes aos limites da diocese de Viseu.

Das paróquias referidas no *Parochiale Suevum*, estava a de *Submontio*, situada algures na região composta pelos concelhos atuais de Fornos de Algodres, Penalva do Castelo, Mangualde, Sátão e Nelas, correspondendo, grosso modo, à divisão posteriormente denominada de “Terra Aquém do Monte” (século XIII). Face à densidade quantitativa e qualitativa dos vestígios romanos tardios e, portanto, indícios da existência de uma povoação importante, Jorge de Alarcão sugere Mangualde enquanto possível albergadora da dita paróquia [2001, p.51].

O poder suevo viria a cessar após a instalação definitiva dos visigodos no ano de 586, em antigos domínios suevos, entre os quais, Viseu. Após alguns anos e já com Recaredo na liderança política, o catolicismo torna-se na religião oficial da Hispânia, reconhecida formalmente no III Concílio de Toledo em 589.

Na segunda metade do século VII, o Provincial Visigótico (*Divisio Wambae*) ^[42] evidencia uma redefinição dos limites diocesanos de Viseu através da alusão a lugares de fronteira (**Anexo I – Mapa 3.**). Para *Viseo*: «*Viseo teneat de Borga usque Sortam, de Bonella usque Ventosam*» [FERNANDES, 1997, p. 125]. Destes topónimos, é possível traçar hipoteticamente o limite ocidental em torno da atual povoação de Ventosa (C. de Vouzela) [CATARINO, 2005, p.199] e sudoeste, segundo a interpretação de Almeida

^[40] *Lamecum* tornou-se sede episcopal na segunda metade do século VI. É em 572, no decurso do II Concílio de Braga, que surge a primeira prova documental a “*Sardinarius, ecclesiae episcopus*” [VIVES, 1963, p. 85].

^[41] O significado de “Paróquia” para este documento tem sido problematizado na comunidade científica. Parece-nos credível admitirmos esta designação também com um certo valor territorial, correspondendo a um conjunto de comunidades regidas por uma referência local enquanto intermediária da população dispersa e da sede da diocese. Esta última conceção estava próxima da realidade atual, tomada a partir da organização da Igreja na Baixa Idade Média.

^[42] Seria escrito no tempo do rei Vamba (672-680)? Trata-se de um documento discutível ao nível cronológico e contextual, portanto, deverá ser analisado com cautela, em virtude do seu conhecimento atual derivar de uma versão elaborada no tempo de Paio, bispo de Oviedo (1101–1129).

Fernandes para *Borga*, pela atual Vila de Barba^[43] (Santa Comba Dão) [FERNANDES, 1997, p. 121]. Já a oriente, sublinhe-se a redução geográfica da diocese de Viseu, face à criação da diocese de *Caliabria*^[44].

Apesar da organização provincial instaurada por Dioclesiano nos fins do século III se ter mantido como modelo da organização diocesana em tempo suevo-visigótico, ocorreram algumas alterações nessa configuração. Refira-se, a título de exemplo, a anexação à Galécia de antigas cidades do norte da Lusitânia durante o reino suevo, das quais Viseu, e durante o reino visigótico (III Concílio de Toledo – 589) ao controlo metropolitano de *Emerita* [GARCÍA MORENO, 1989, pp. 325-326].

Os dados arqueológicos e escritos são parcos em informações para posteriores reconstituições da histórica local, tornando esta temática completamente aberta à discussão científica, especialmente no que respeita à realidade rural. Para este povoamento disperso, os poucos vestígios arqueológicos, dos quais se destacam as peças raras e singulares^[45], abonam a possível presença de elites locais que assumiriam o poder fiscal, numa primeira instância, em substituição de um superior [TENTE, 2017, p. 31].

Nos séculos V a VII, o concelho de Nelas não se afastaria da realidade envolvente. A população rural continuaria a habitar, vivenciar e utilizar o espaço sob um novo domínio político. A familiarização e afinidades do Homem a um determinado lugar e cultura, “palco” e “guiões” da sua sobrevivência, estariam na origem de uma assimilação gradual em detrimento de transformações repentinas sentidas, a título de exemplo, na adaptação progressiva a uma nova cultura material e linguística. Como veremos posteriormente, a assimilação linguística ocorrida neste período, deixaria marcas na designação de alguns locais, presentes atualmente na toponímia nacional (Subcapítulo 4.2.2.).

^[43]A atual Vila de Barba surge igualmente referida como limite da diocese visigótica de Coimbra (*Eminio/Iminio*): “*Conimbria teneatde Naba usque Borga, de Torrente usque Lora*” [NEVES, 2013, p. 3].

^[44] A antiga paróquia de *Caliabria*, dependente da diocese de Viseu no *Parochiale Suevum*, viria a elevar-se a diocese, pelo menos, a partir de 633, ano em que se prova a presença do seu primeiro bispo no IV Concílio de Toledo [ALARCÃO, 2012a, p. 119].

^[45] A título de exemplo: o jarro litúrgico de Bobadela [GOMES, DIAS, 1995, pp. 91-98], a pátera de Safail (Vila Nova de Tázem, Gouveia) [CORTEZ, 1950, 58-66], ambos enquadráveis nos séculos VI/VII, e até os numismas em ouro visigóticos [MARTÍN VISO, 2008, 2011 *apud* TENTE, 2017] que não circulavam, servindo apenas como instrumento de representação de poder fiscal.

As últimas décadas da monarquia visigótica ficariam marcadas pelo agudizar das instabilidades internas refletidas na ascensão de uma aristocracia eclesiástica e laica, então envolvida numa constante disputa sucessória^[46] [MANZANO MORENO, 2006, p. 36]. Após a morte de Vitiza (710), emergia um novo momento de discórdia civil e política entre Rodrigo e os partidários de Vitiza que procuraram apoio no conde Julião (governador de Ceuta) e nas forças árabes.

Foi na conjuntura de 710 que ocorreu a primeira entrada das forças militares comandadas por Tarif Ibn Malik na Hispânia, com a finalidade de derrotar o autoproclamado rei Rodrigo. Na primavera de 711 e no repto das novas prioridades culturais, Musa Ibn Nusair (Emir e representante do califa de Damasco) nomeia Tarique Ibn Ziyad (governador de Tânger) e seu exército, maioritariamente constituído por berberes, para dar início à fulgurante expedição da conquista da Hispânia, consumando a derrota definitiva da monarquia visigótica com a queda de Rodrigo na Batalha de Guadalete^[47] (Cádiz, Andaluzia) em julho desse ano [MARQUES, 1993, pp. 121-123].

Para o ocidente peninsular, foi o próprio Musa Ibn Nuzair e o seu filho Abd al-Aziz que efetivaram a conquista de 712 a 716, com o primeiro a tomar a Beira Interior e a cidade de Viseu^[48] (*Baru/Bazu?*) por volta de 714 [*idem*].

^[46] Deposição do rei Vamba em 680, conspirações e rebeliões contra Égica (687-702), a sucessão de Vitiza (710) e uma guerra civil entre os verdadeiros herdeiros ao trono (filhos de Vitiza) e Rodrigo, *dux* da Bética. Estas debilidades político-sociais pareciam inevitáveis numa sociedade antagónica e cada vez mais fragmentada, temporalmente acompanhadas pelas significativas transformações político-sociais vividas no Norte de África, condicionantes externas que viriam a influenciar os acontecimentos procedentes na Península Ibérica.

^[47] Apesar de propormos Guadalete, existem algumas discussões científicas quanto ao verdadeiro local da batalha. Neste ponto, sublinhem-se as passagens das Crónicas do século IX e a perduração atual de uma lenda sobre a presença do túmulo de D. Rodrigo, último rei visigótico, na Igreja de São Miguel de Fetal (este da cidade de Viseu), onde se encontrava (presentemente existe também um epitáfio semelhante, mas realizado no âmbito da reconstrução maneirista desta igreja no século XVIII), segundo a Crónica de Afonso III, um epitáfio alusivo ao último rei visigótico: “Aqui descansa Rodrigo, o último rei visigodo” [ESTÉVEZ SOLA, 2003, p. 96 *apud* TENTE *et al.*, 2018, p. 83]. Os trabalhos arqueológicos destas últimas décadas têm revelado novos dados (necrópole romana/tardo-romana de Viseu) e procurado apurar a veracidade de tal hipótese. Para este assunto, recomenda-se a leitura: TENTE *et al.*, 2018, pp. 81-100; VAZ, 2006, pp. 143-154.

^[48] A ocupação muçulmana de Viseu é igualmente perceptível nos vestígios arqueológicos. A título de exemplo, refira-se os vestígios cerâmicos identificados no decurso das obras no Museu Grão Vasco,

Como ocorreu com a cidade episcopal de Viseu, a conquista inicial da Hispânia visigótica concretizou-se maioritariamente através de pactos de capitulação, acordos estabelecidos pelos representantes dos centros urbanos e as forças invasoras. Esta forma de conquista permitiu atenuar as destruições militares, possibilitando a prolongação temporal dos limites da antiga diocese visigótica ^[49], figurando nesta fase inicial, também como distrito civil com sentido de comarca territorial (*amal*) [CATARINO, 2005, p. 195].

A nossa área integrava o extremo norte da designada Marca Inferior «portuguesa» de Al-Andaluz (*Tagr al-Gharbî*) ^[50], compreendida entre o Douro e Tejo, com capital em Mérida e depois Badajoz. Após a queda do império Omíada, provocada pelos Abássidas (750), viria a incorporar o Emirado de Córdoba, criado em 756 por meio de um descendente do califa de Damasco. Depois do domínio cristão, a região de Viseu seria recuperada por Almansor nos finais do século X, integrando o califado Omíada de Córdoba e, no século XI, a taifa de Badajoz (*Banu al-Aftas*) [*ibidem*, pp. 124-136] ^[51]. A atual cidade de Viseu assumiu, desde cedo, uma posição estratégica de fronteira, disputada por cristãos ora por muçulmanos ^[52] [CATARINO, 2005, p. 202].

atribuídas aos períodos califal e do reino de taifas, e na Praça D. Duarte, ao califal [CATARINO, 2005, pp. 200-201].

^[49] A estrutura episcopal de Viseu manteve-se em grande parte desse tempo, conhecendo-se alguns dos seus bispos: Dulcídio (850-866), Teodemiro (segunda metade século IX), Gundemiro (905), Anserico (915), Salomão (932), Dulcídio (943), Hermenegildo (961-969), Iquila (984) e Gomes (1050) [MARQUES, 1993, pp. 202-203]. As interrupções de bispados estariam associadas às instabilidades provocadas pelos avanços e recuos da reconquista nesta cidade [*idem*].

^[50] *Tagr*, significa “área de fronteira” caracterizada por uma certa autonomia das estruturas governativas e das próprias comunidades rurais. No decorrer do período Califal, tal designação assumiria maior valor, ocorrendo a sua categorização: *Tagr al-Gharbî* (fronteira ocidental). Para a compreensão do conceito de *Tagr*, veja-se Pedro Chalmeta [1991, pp. 15-28].

^[51] Os séculos IX e X ficariam marcados pelo florescimento da ocupação muçulmana na arabização e islamização da cultura hispana [CATARINO, 1997-1998, pp. 93-94]. Intensificaram-se as relações das diferentes províncias e estabeleceu-se uma maior aproximação às populações das áreas limítrofes das cidades. Foi igualmente uma fase de avanços e recuos das linhas fronteiriças no norte peninsular, no entanto seriam acompanhados por momentos de paz e coexistência pacífica entre cristãos e muçulmanos.

^[52] Para além das presúrias de D. Afonso III (866-911), as fontes cristãs aludem ainda à tomada da cidade por Afonso I (739 e 757) e, posteriormente, à tentativa fracassada de Afonso V (1028) [CATARINO, 2005, p. 200].

Com as presúrias de Afonso III, ocorreu um período de interrupção do domínio muçulmano até Bermudo II de Leão ^[53]. As políticas cristãs deste tempo orientaram-se, segundo a necessidade de repovoar e defender o território recentemente conquistado, para um processo de reorganização e ordenamento físico através dos vastos *territoria* ^[54] (finais do século IX) assentes, em parte, nas antigas divisões diocesanas de Coimbra, Braga e Portucale. Estas unidades geográficas seriam complementadas por fortificações construídas por iniciativa da nobreza condal, evidenciando, uma vez mais, a sua importância e afirmação no decurso da reconquista cristã [BARROCA, 1990/91, p. 94].

É nesta conjuntura que se integra um dos mais importantes documentos históricos para o estudo da castelologia e paisagem alto medieval portuguesa diretamente associados a D. Mumadona Dias ^[55]. Destes documentos, destaquemos a doação de D. Flamula a D. Mumadona, sua tia (960) ^[56] (T.D.H. – Nº 0/A) e o inventário do património do mosteiro vimaranense presente no *Livro de Mumadona Dias* (1059) ^[57] (T.D.H. – Nº 0/B). A maioria dos topónimos constantes nos dois documentos não parecem suscitar dúvidas quanto às localizações atuais, no entanto existem designações, das quais “*vilar sico*”, que levantam uma série de questões relativas às suas correspondências atuais. Referimo-nos, segundo a bibliografia, a um lugar onde estaria um castelo, propriedade de D. Mumadona, atualmente pertencente ao concelho de Nelas [BEIRANTE, 1993, p. 273]. Afigura-se evidente a secundarização deste local da “*stremadura*”/“*extremis*” (unidade geográfica singularizada nos dois documentos). Esta condição poderá explicar a concepção e função diferenciada destes pontos na segunda linha defensiva, talvez com certo cariz agrícola comparativamente aos castelos que substituiriam e dariam continuidade às fronteiras naturais (parte mais elevada da Serra da Estrela e Rio Mondego) a este e sul.

^[53] É comprovada igualmente a presença em Viseu de Ordonho II (914-923), rei de Leão e Galiza, e Ramiro II, governador de “Portugal” com corte em Viseu (926-930) [BEIRANTE, 1993, pp. 258-261]. Este período ficaria igualmente marcado pelas graves crises internas da monarquia de Leão [*idem*].

^[54] Grandes unidades geográficas de sentido administrativo, religioso e militar, lideradas pelas principais cidades episcopais. Existem igualmente referências documentais a *civitates* (Anegia e Santa Maria da Feira) [BARROCA, 1990/91, p. 92].

^[55] Condessa Mumadona, nobre dama galega, esposa de Ermenegildo Gonçalves ou Mendo Gonçalves, irmão de Aragonta, segunda mulher de Ordonho II. Um dos seus filhos, Gonçalo Mendes, já mencionado anteriormente, foi um grande e poderoso magnata, tronco dos condes que constituíram a dinastia senhorial do Condado Portucalense [MATTOSO, 1987a, pp. 141-159].

^[56] PMH – *Diplomata et Chartae*, F. I, Documento 81, pp. 50-51.

^[57] PMH – *Diplomata et Chartae*, F. II, Documento 420, pp. 257-262.

Numa aproximação à história local, as fontes escritas (T.D.H. – N^os 0/A, 0/B, 1, 5) permitem identificar possíveis ligações familiares dos intervenientes e lugares com correspondência à toponímia atual (desconstrução etimológica). Este cruzamento de informação leva-nos a equacionar a origem e história de determinadas propriedades da Baixa Idade Média, algumas delas associadas às presúrias de Afonso III (segunda metade do século IX), como é o caso de Vilar Seco e Senhorim ^[58].

Após vários avanços e recuos, Almansor voltaria a repor o domínio muçulmano em Viseu em 997, colocando novamente a linha de fronteira no rio Douro. Em meados do século XI davam-se as reconquistas definitivas de Fernando Magno, rei de Leão, com a “Campanha das Beiras”.

O domínio muçulmano, embora descontínuo, compreende assim dois momentos: inícios do século VIII à segunda metade do século IX, finais do século X a meados do século XI. A zona presentemente ocupada pelo concelho de Nelas incorporou a “guerra de fronteira” ^[59] ocorrida entre Douro e Mondego. A linha do Mondego serviria de enclave fronteiriço então complementado com estruturas de defesa e vigia no decurso da segunda metade do século XI. A estratégia de conquista facilitou igualmente a manutenção de uma certa autonomia das comunidades autóctones que se encontrariam afastadas dos grandes polos regionais, arabizando-se culturalmente, mas mantendo-se cristã [*ibidem*, p. 196]. De facto, tal como sucedeu em anteriores momentos de denominação política, consequentemente representativos de diferentes culturas, o afastamento, a dispersão e o número de contactos reduzidos entre os assentamentos rurais e os seus centros regionais (cidades), influenciaram a escala de aceitação, adaptação e interiorização de uma nova cultura pela população rural. Na religião, os cristãos gozariam

^[58] Recomendamos, atendendo a esta contextualização histórica, a leitura da análise realizada aos topónimos Senhorim (T.T. – N^o 197) e Vilar Seco (T.T. – N^o 187). Refira-se ainda, no âmbito desta matéria, a reconstrução da paisagem histórica sustentada na toponímia, arqueologia e documentação histórica presente no ponto (4.2.2.).

^[59] Designação utilizada que caracteriza a conceção de “fronteira móvel ou permeável”, cuja população rural viveria segundo determinados critérios próprios de relativa autonomia, garantindo a sua sobrevivência em tempo de guerra, apoiando ora as forças muçulmanas ora as asturo-leoneses [BARBOSA, 2005, pp. 92-96, CATARINO, 2005, p. 199]. Após as campanhas de Afonso III de Leão, a retoma do domínio desta região por Almançor viria a tomar outras proporções consubstanciadas numa noção de *jihâd*, com clara conotação diferenciadora da *dâr al-Islam* (terra do Islão, marcadamente urbana, mercantil e tributária) e da *dâr al-Harb* (terra dos infiéis, portanto, o reino cristão, com a prevalência do rural, feudal e senhorial) [CONDE, 2005, pp. 44-45].

de uma relativa paz e tolerância. O mesmo acontece na formação etimológica de determinados termos que prevaleceram até à atualidade, ainda que existam certas aglutinações posteriores. No entanto, o exame à origem e formação de alguns onomatos representativos de lugares (Toponímia), enunciam origens e evoluções de étimos claramente resultantes deste período (Capítulo 4.2.1.).

Com base no proferido, demonstraremos os argumentos que negam o “despovoamento”, a par das características associadas a essa população constituída também por moçárabes (cristãos que adotaram a cultura muçulmana), alguns grupos árabo-berberes e muladis (cristãos convertidos ao Islão). Não é aceitável continuar a discutir a existência de um acentuado despovoamento durante o domínio muçulmano de Viseu, sobretudo nos séculos VIII-IX, embora não se exclua uma possível redução da densidade populacional.

4.1.3. Entre a criação e definição territorial do reino de Portugal (1297)

Os crescentes desentendimentos políticos e sociais no Al-Andaluz originaram a expulsão do último califa Hisam III em 1031, o que viria a acentuar a fragmentação, discórdia e rivalidade expressa na criação dos reinos de Taifa. O período de Taifas foi acompanhado por lutas constantes que tiveram apoio das forças militares de Leão e Castela ^[60], como foi o caso da Taifa de Badajoz. Foi no âmbito desta conjuntura favorável que Fernando Magno (1027-1065) concretizou a ofensiva de recuperação e estabelecimento definitivo do limite fronteiriço no vale do Mondego. Para a região em estudo, sublinhe-se a famosa “Campanha das Beiras”: Seia, Lamego, S. Martinho de Mouros e Viseu (1055-1058); Coimbra (1064) [BEIRANTE, 1993, p.264].

A reconquista cristã condicionou a construção dos reinos cristãos que viriam a marcar a Baixa Idade Média. Para compreender a formação do condado e posteriormente reino de Portugal, deveremos recuar às assinaláveis investidas cristãs de D. Afonso III ^[61]

^[60] O apoio cristão seria recompensado através das designadas *párias*. Estes tributos regulares, pagos pelos protegidos, originaram movimentações de moeda islâmica para as cidades cristãs, proporcionando um verdadeiro “século de ouro” aos reinos de Leão e Castela [BEIRANTE, 1993, p. 264].

^[61] Os esforços na incrementação do desenvolvimento agrícola e populacional promovidos a partir de Afonso III foram interrompidos por Almansor no decurso das suas campanhas dos finais do século X, colocando a fronteira novamente no vale do rio Douro. É no contexto das presúrias de Afonso III que se

e às figuras de Vímara Peres, Odoário e Hermenegildo Guterres pelas ocupações de *Portucale* (868), Chaves (872) e Coimbra (878), respetivamente. Coimbra teria assim o primeiro conde e único representante da autoridade régia a sul do Douro [MATTOSO, 1987a, p. 117]. Viseu continuaria a ser dominada pelas forças cristãs, conhecendo a presença de Ordonho II (914-923) e a implementação da corte de Ramiro II ^[62] de 926 a 930 [MATTOSO, 1993b, p. 536; BEIRANTE, 1993, p. 260].

Após o estabelecimento definitivo da fronteira no vale do Mondego com Fernando Magno, Coimbra assume-se novamente como centro organizador do espaço recentemente reconquistado. Ficaria à alçada do moçárabe D. Sesnando, responsável pela intensificação da política de repovoamento, defesa e valorização do território. Apesar dos esforços iniciais em restaurar a diocese de Viseu ^[63], continuaria sob a administração eclesiástica de Coimbra até meados do século XII. Estas são as razões pelas quais alguns dos nossos documentos (T.D.H. – N^os 2 e 3), integrados na primeira metade do século XII, se encontram associados à igreja coimbrã (Subcapítulo 4.2.3.).

Depois da morte de D. Sesnando (1091), a liderança passou a Martim Moniz e ao borgonhês D. Raimundo. Em 1096, D. Henrique assume o governo hereditário do Condado Portucalense, por intermédio de D. Afonso VI. O governo de D. Henrique (1096-1112) ficaria marcado pela sua instalação em Viseu (1109-1112) e ambicioso projeto de edificação de uma verdadeira cidade condal no ponto mais alto da cidade ^[64].

fundaram diplomaticamente inúmeras propriedades de famílias da nobreza condal, posteriormente evidenciadas na documentação histórica a partir do século X, como é exemplificado nos casos de Vilar Seco (T.T. – N^o 187) e Senhorim (T.T. – N^o 197).

^[62] Teria grande autonomia em relação ao irmão Afonso IV e mantinha na sua dependência os condes que lhes eram parentes: Mumadona Dias, descendente do falecido conde Vímara Peres, e o seu marido Hermenegildo Gonçalves ou Mendo Gonçalves. Após a morte de Ramiro II, uma nova disputa envolveu o trono entre os seus dois filhos Ordonho e Sancho, com vitória do primeiro. Ordonho III (951-956) assumiu o reinado com vários apoiantes, dos quais, D. Mumadona e seus filhos, no entanto o seu irmão voltaria ao poder após a sua morte. Passados dois anos de governação, seria morto em Viseu por Gonçalo Mendes, filho de Mumadona [BEIRANTE, 1993, p. 261]. Voltaremos, num ponto deste trabalho, a Mumadona Dias, bem como à sobrinha Châmoa Rodrigues.

^[63] Importa expor a hipótese de Fernando Magno ter nomeado D. Sesnando (homónimo do moçárabe de Coimbra) para bispo de Viseu (1059-1064) [SARAIVA, 2010, p. 14].

^[64] O projeto ambicioso de D. Henrique para a cidade de Viseu viria a resultar nas edificações do paço condal, do castelo localizado no topo poente e da nova Sé Românica [SARAIVA, 2010, p. 21].

Foi sede do condado ^[65] até 1128, ano da deposição de D. Teresa no contexto dos acontecimentos históricos bem conhecidos da nacionalidade (Batalha de São Mamede). Um dos principais nobres do condado portugalense foi Soeiro Mendes, fiel vassalo e D. Henrique e, posteriormente, apoiante do futuro rei D. Afonso Henriques na referida batalha. Este nobre viria a ter propriedades em Canas de Senhorim depois de concretizar um escambo (T.D.H. – N° 5) com o Mosteiro de Santa Cruz (Subcapítulo 4.2.3.).

D. Afonso Henriques viria a intensificar as políticas iniciadas pelo seu progenitor, valeroso empenho que lhe valera o título de Rei de Portugal, reconhecido por Afonso VII de Leão (Zamora – 1143).

O ano de 1147 seria de extrema importância no contexto regional. Para além do estabelecimento definitivo da fronteira cristã no vale do Tejo, são restauradas várias dioceses, das quais, Viseu ^[66]. A convivência inicial com D. Odoário, então bispo de Viseu, seria conturbada face às constantes discórdias relativas aos direitos reais em certos termos da diocese. É nesta conjuntura do bispado de Viseu e já no reinado de D. Sancho I que se integram dois documentos analisados referentes a Canas de Senhorim (Subcapítulo 4.2.3.): 1186, o coutamento de *Cannas* ao quarto bispo de Viseu, D. João Perez com a exclusividade dos direitos reais (T.D.H. – N° 6) e em 1196, a carta de foro do Cabido de Viseu para os moradores de *Cannas de seniorim* (T.D.H. – N° 7).

No tempo compreendido entre a reconquista definitiva da linha do Mondego (Fernando Magno) e o estabelecimento da linha do Tejo (D. Afonso Henriques), ocorreu uma reestruturação da política territorial, dando origem a um processo de fragmentação do espaço recentemente conquistado através de circunscrições de menor dimensão. No século XI, a faixa oeste portuguesa era constituída por mais de três dezenas de territórios, dos quais *Seniorim* (Senhorim) [MATTOSO, 1993b, p. 503]. De um modo geral, as reconquistas definitivas, a partir da primeira metade do século XI, foram acompanhadas pela ascensão e generalização do exercício de poderes públicos que viriam a culminar na

^[65] Refira-se ainda uma nova tentativa de D. Teresa (1112-1128) em restaurar a diocese de Viseu através da eleição de D. Odório para bispo da mesma (1119-1120) [SARAIVA, 2010, p. 26]. Apesar do fracasso, D. Odório manteve-se prior da Igreja de Santa Maria (Sé Românica de Viseu), sendo mais tarde nomeado Bispo de Viseu. Um dos nossos documentos (T.D.H. – N° 4) integra, portanto, o período subsequente ao referido fracasso: doação do Presbítero Mendo Oveques à Igreja de Santa Maria de certos bens de *Seniorim*.

^[66] A escolha do bispo de Viseu recaí novamente sobre D. Odório (nomeação fracassada de D. Teresa em 1119-20). São as primeiras provas escritas atualmente consideradas para provar a restauração da diocese [SARAIVA, 2010, p. 32].

afirmação de elites locais (senhores da “terra”) em detrimento da decadência de poder das famílias da nobreza condal [*ibidem*, pp. 504-506].

A “terra” de *Seniorim* integraria a estratégia político-militar praticada após a reconquista de Fernando Magno. Nesse sentido, seria igualmente composta por estruturas militares ^[67] que garantiam a estratégia de defesa regional praticada no decurso do século seguinte, associada à designada linha defensiva que cobria a estrada *colimbriana* (“Estrada da Beira”). Seria delimitada pelo rio Mondego a Sul com a terra de Seia ^[68], terra de *Zurara* a este, presumivelmente pela zona de Estacas (T.T. – N° 118), e rio Dão a norte com a circunscrição de Viseu. Um dos documentos analisados, datado de 1110 (T.D.H. – N ° 2), reporta-se genericamente a estes limites: “*territorio seniorin, discurrente flumen Mondeci et alia parte ribulo Adon et est in partibus Visiensis*”.

A importância da linha do Mondego enquanto limite do condado portugalense reflete-se, de certo modo, na concessão dos forais de D. Henrique e D. Teresa, dos quais se destaca, para a nossa área, o de Tavares (C. Mangualde). Num cenário similar, D. Afonso Henriques ^[69] e D. Sancho I dariam continuidade a esta política de atribuição de forais mesmo com os seus avanços a sul ^[70]. Esta estratégia foraleira procurava estabelecer a fidelidade das comunidades de fronteira ao monarca, principalmente nas questões de defesa. Para além de difundir a sua autoridade, o monarca conseguiria também, desta forma, travar o crescente poder dos senhorios [SOUSA, 2009, pp. 72-73].

A localização das propriedades (toponímia) e outros registos constantes em documentação dos séculos XI e XII (marcadores naturais) permitem-nos traçar um quadro

^[67] Voltaremos a retomar este assunto (Subcapítulo 4.2.3.) no contexto da Torre do Castelo (T.S.A. – N° 30).

^[68] Desconhecem-se os limites este e oeste desta terra. Já a fronteira a sul assumiria a linha natural da Serra da Estrela. Para a compreensão da posição de Seia no decurso desta conjuntura, recomenda-se: MATTOSO, 1987b.

^[69] Refira-se ainda a existência de uma menção a um foral concedido por D. Afonso Henriques a Senhorim (única prova até ao momento) patente no foral manuelino de 1514: “*Forall dado ao Comçello de Senhorym dado por elRey dom afonso amryquez*” [MARQUES, 2018, p. 68]. No que à conjuntura eclesiástica diz respeito, sublinhe-se ainda as doações de bens ou direitos promovidos por este monarca, nomeadamente ao Mosteiro Cisterciense de Maceira-Dão (Mangualde).

^[70] No decorrer dos reinados destes primeiros reis de Portugal assinalou-se um grave período de fome, peste e algumas convulsões sociais, decorrentes das atípicas condições meteorológicas e do reatar de graves instabilidades político-militares (incursões almóadas e constantes quezílias com Leão) [TENENTE, 2007, p. 30].

hipotético das unidades de assentamento rural, bem como estabelecer correlações, continuidades ou rupturas. De igual modo, é a partir de meados do século XI que surgem referências documentais a igrejas construídas, na maioria, por iniciativa privada. É nesta conjuntura que se integraria o documento referente à igreja de Moreira no ano de 1110 (T.D.H. – Nº 3). É também possível que, a partir de uma certa estabilização social, política e económica, outras estruturas religiosas fossem erigidas em devoção a um santo por comunidades rurais. Admitimos, assim, uma intensificação do povoamento a partir do século XI, situação igualmente verificada nos resultados das análises polínicas realizadas na encosta norte da Serra da Estrela (Capítulo 1).

Do reinado de D. Sancho I (1185-1211) a Afonso III (1245-1279), o reino português assistiu a uma progressiva afirmação política tendencialmente vocacionada para a centralização do poder. Simultaneamente, vivem-se “Sessenta anos de crise (1190-1250)” [MATTOSO, 1997, pp. 85-140]: ameaças externas e momentos de tensão e discórdia entre o rei, a nobreza e o clero. Esta instabilidade culminaria na grave crise no decurso do reinado de D. Sancho II (1225-1245). Já com D. Afonso III (1245-1279), a política de pacificação permitiu a retoma da estabilidade e o reerguer do reino, focando-se igualmente na reconquista (Algarve). É no decurso do seu reinado que se realizam as Inquirições de 1258, relevante documento para o estudo do património fundiário, principal fonte de riqueza e diferenciação no decurso da Baixa Idade Média.

A área em questão foi recetora de tal inquirição, o que permite obter um conjunto quantitativo e qualitativo de informação de extrema importância para a compreensão do povoamento em meados do século XIII (T.D.H. – Nº 8), auxiliando a avaliação e análise dos vários tipos de assentamentos rurais existentes neste território. É no século XIII que ocorre a efetivação do povoamento medieval da área em estudo ^[71].

Dado que foi o principal objeto de estudo nesta contextualização histórica, não poderíamos deixar de expor alguns apontamentos finais sobre a configuração da diocese de Viseu. Aliás, como se verifica nas Inquirições, também a questão dos limites diocesanos dos inícios do século XIV ^[72] se revêm na geografia atual (**Anexo I – Mapa**

^[71] Ver interpretação sumária do documento, especificamente o campo “Utilidade/Contributo” (T.D.H. – Nº 8).

^[72] Através dos registos paroquiais de 1320-21, o termo de Senhorim integraria a subdivisão de “Aquém do Monte” enquanto unidade da diocese de Viseu, composta por 4 igrejas: Igreja de S. Pedro (Santar), Igreja de Santa Maria (Senhorim), Igreja de S. Salvador (Canas de Senhorim) e Igreja de S. Pedro (Espinho, C. Mangualde).

3.). A norte, o rio Paiva e as serras de Leomil/Lapa delimitavam a diocese com a de Lamego, a oeste seguia a serra do Caramulo, a sudoeste através do maciço da gralheira que a separava de Coimbra, a sul pelo maciço central e rio Mondego, onde confrontava com os limites das dioceses da Guarda e Coimbra, e por último, o rio Côa delimitava-a da diocese de Cidade de Rodrigo [NUNES, 2016, pp. 43-44].

Com base na história nacional, regional e local agora apresentada, partiremos das fontes arqueológicas, documentais e toponímicas, para reconstituir, sincrónica e diacronicamente, as dinâmicas de povoamento ocorridas na área do atual concelho de Nelas.

4.2. Apontamentos sobre a dinâmica do território

4.2.1. Período Romano

O estudo do período romano na região tem merecido a atenção de um grande número de investigadores das ciências humanísticas, entre os quais arqueólogos. Os seus resultados chegam-nos na forma de sínteses gerais de diferentes problemáticas, como é exemplo o *Roman Portugal* [ALARCÃO, 1988] ou *A civitas de Viseu: espaço e sociedade* [VAZ, 1993]. Há ainda investigações de diversas temáticas derivadas de reuniões científicas ^[73] ou das ações de arqueologia preventiva, responsáveis pelas grandes descobertas arqueológicas no espaço urbano da cidade de Viseu ^[74].

A cidade romana representava uma extensão urbana, cuja sua existência dependia da definição de um território e de uma configuração populacional externa à cidade. Englobaria ainda um conjunto de fatores políticos, económicos, culturais e sociais promotores de uma territorialidade indexada num “ponto central”.

A nossa geografia incorporou a área administrativa e política da cidade de Viseu, assente na circunscrição territorial, jurídica e administrativa do *conventus Scallabis* (Santarém). Entre o povoamento romano, destaque-se o caso de Canas de Senhorim, singularizado pelos dados qualitativos e quantitativos.

^[73] Por exemplo, TENTE *et al.*, 2018.

^[74] Por exemplo, FERNANDES *et al.*, 2009, pp. 142-155.

4.2.1.1 Sítios e Epigrafia

Os padrões civilizacionais romanos são atualmente visíveis na cultura material, epigrafia, numismática, rede viária e posições geográficas dos assentamentos humanos. É a partir desses resultados da “romanização” que procuramos diferenciar e caracterizar as formas de ocupação rural verificáveis na área em estudo.

A procura de definições de tipologias para caracterizar o povoamento surge em resposta às dificuldades de interpretação desta paisagem rural. Para a nossa área geográfica, João Inês Vaz estabeleceu um quadro tipológico que depois orientaria as suas classificações aos diversos vestígios romanos identificados no âmbito dos seus trabalhos arqueológicos [VAZ, 1993]. Anteriormente, Jorge de Alarcão procurou estabelecer essa configuração baseada nas áreas de dispersão e tipo de material visível à superfície [ALARCÃO, 1989, pp. 305-314]. Em ambos os estudos sobre o território romano da cidade Viseu, as classificações são essencialmente afetas à qualificação e quantificação do material identificado à superfície e à posição geográfica ocupada. Apesar de problemáticos, estes ensaios viabilizam a obtenção de algumas hipóteses para a história económica e administrativa, dedução de hierarquizações entre sítios e possíveis relações com o meio físico envolvente.

O conjunto das análises espaciais, então concretizadas por João Inês Vaz, é fortemente influenciado pela “Arqueologia Espacial”, sobretudo pelos ensaios concretizados por Hodder e Orton [1976]. Neste sentido, a noção de “lugar central”, promotora da presença de lugares de menor importância, é aplicada a toda a análise e distribuição dos sítios. O território romano de Viseu subdivide-se, assim, num lugar central, lugares secundários e terciários [VAZ, 1993, pp. 533-550]. Com claras relações aos lugares de segunda e terceira linha, encontram-se os assentamentos rurais “compostos”: *villae e habitats* [*idem*].

A cidade romana de Viseu assumiu-se como “lugar central”, um polo político-administrativo de um *territorium* definido, em clara associação a uma configuração espacial premeditada. Era o principal espaço urbano, simultaneamente representativo de uma imagem polarizada de referência regional para a população e de afirmação romana ao nível da organização político-administrativa da Hispânia. Os aglomerados urbanos secundários funcionavam, a par dos aglomerados urbanos terciários, enquanto “pontos intermediários” entre a paisagem rural e a paisagem urbana [*idem*]. Geralmente associavam-se aos assentamentos rurais e às facilidades de acesso à rede viária regional,

porém existem particularismos próprios que levaram à diferenciação dos mesmos. Entre os aglomerados secundários, merece especial destaque o *castellum* da Senhora do Castelo por representar o exemplo mais próximo da nossa área geográfica e apresentar as principais características na determinação de tal classificação [VAZ, 1993, p. 500-504]. Já os aglomerados urbanos terciários são caracterizados por assentamentos periféricos em relação ao “ponto central”, situados, grande parte das vezes, em zonas de montanha e junto dos limites da *civitas*. Para além da distância à cidade romana que encabeçava o território e dos diferentes valores económicos, sociais e administrativos atribuídos a cada tipo de aglomerado urbano, esta configuração seria igualmente um resultado das motivações estratégicas impostas em prol do novo domínio [*idem*].

No conjunto das tipologias de classificação da paisagem rural, nomeadamente os assentamentos de cariz verdadeiramente agrícola, são consideradas as *villae* e os *habitats*. A utilização destas duas únicas classificações resulta, em parte, do tipo de trabalho arqueológico concretizado, nomeadamente prospeção de superfície. Ambos os casos estão inteiramente relacionados com a configuração dos aglomerados urbanos secundários e terciários anteriormente caracterizados [VAZ, 1993, pp. 545-550].

Ao partirmos de estudos recentes e incidentes noutras regiões, verificamos outros modos de interpretar a configuração da paisagem urbana e rural do território de uma cidade romana. Numa aproximação à região, importa, no ímpeto destas problemáticas, avaliar um outro conjunto de investigações enquadráveis no centro do país, valorizando especialmente a paisagem ruralizada. Neste contexto, Jorge de Alarcão é uma das maiores referências para o tratamento das tipologias de classificação do povoamento romano em Portugal. Estabelece, nos anos 80, uma subdivisão das realidades rurais para o mundo romano em Portugal, nomeadamente as designadas “realidades isoladas” e “realidades agrupadas” [ALARCÃO, 1980, pp. 171-179]. Entre o primeiro grupo, integra as *villae*, *granjas/quintas* e os *casais*. Esta diferenciação é atualmente compreensível através das várias características apontadas a cada um dos tipos de assentamento [ALARCÃO, 1998, 1999, 2012b]. Para este tópico, sublinhe-se ainda as investigações recentes centradas numa área geográfica relativamente próxima à nossa, onde Pedro Carvalho fez uma reinterpretção da problemática com base nos seus trabalhos arqueológicos concretizados na Cova da Beira [2007, pp. 121-140].

Depois de avaliadas as várias hipóteses colocadas pela historiografia, é fundamental sintetizar as que melhor se enquadram no contexto desta dissertação.

As *villae* são o protótipo das grandes explorações agrárias, embora condicionadas pela geografia física e humana onde se instalam. Num retrato geral, seriam constituídas por uma residência do proprietário (*pars urbana*), um grupo de pequenos edificadros (*pars rustica*) que funcionavam como alojamento de criados, celeiro (*horrea*), lagar (torcularia) e compartimentos de vinho e azeite e pela própria propriedade (*fundus*), dividida entre os terrenos agricultados (*ager*), as pastagens (*saltus*) e o bosque (*silva*) [ALARCÃO, 1998; 2012b, p. 353]. Por outro lado, as granjas/quintas e os casais correspondem a explorações agrícolas de pequena e média dimensão lideradas por pequenos proprietários ou arrendatários. Relativamente às granjas/quintas, a sua exploração podia justificar a contratação sazonal de mão de obra externa aos membros que compunham o núcleo familiar. Já nos casais, a dimensão reduzida das suas explorações, por vezes dispersas e afastadas das áreas habitacionais, demarcam-se das restantes ao nível do aproveitamento agrícola e do carácter unifamiliar assumido [ALARCÃO, 2012a, p. 17].

Associados aos casais e às granjas/quintas, estariam pequenos casebres auxiliares para diferentes funcionalidades, designados por *tuguria*. As localizações dos *tuguria* manifestam uma clara preocupação estratégica, pois encontram-se geralmente em zonas altas e nas proximidades de núcleos e assentamentos dispersos, o que deduz a função redirecionada para o apoio das atividades agropecuárias. No conjunto dos estudos sobre a Beira Interior, alerta-se para o facto deste tipo de sítio ser muitas vezes assumido por *casal*, essencialmente pela proximidade de critérios e falta de um trabalho teórico-prático extensivo [CARVALHO, 2007, pp. 398]. Ainda no povoamento rural disperso/realidades isoladas, integram-se as *mutations* e *mansiones*, diretamente associadas à rede viária [ALARCÃO, 1995, pp. 387-401].

Nas designadas “realidades agrupadas/ povoamento concentrado”, destacam-se os *vici*, as aldeias e os *castella*. Face à necessidade de repensar o caso de Canas de Senhorim, é considerável atentar particularmente nos *vici*. Integrados numa paisagem rural, representavam aglomerados populacionais constituídos por várias habitações dispostas de forma planeada ou natural sem qualquer estrutura defensiva [ALARCÃO, 1999, p. 31; CASTILLO PASCUAL, 1996, p. 247]. Estes assentamentos representam, por vezes, um projeto urbanístico expresso na organização interna e existência de um pequeno centro cívico. Por outro lado, podiam derivar de uma resposta estratégica à configuração territorial de uma civitas visível através da geográfica, intimamente associada aos limites do território determinado e na proximidade das redes viárias regionais. Por último, importa ainda assinalar a existência deste tipo de assentamento por fatores de ordem

económica. Ou seja, uma determinada atividade económica, regionalmente relevante, antevia a criação de um aglomerado populacional, onde habitariam os trabalhadores e se processavam outras ações relacionadas à exploração, tal como são os casos das explorações mineiras [CARVALHO, 2007, p. 356; CASTILLO PASCUAL, 1996, pp. 247-257]. Para a Beira Interior [CARVALHO, 2007, pp. 379-380], a classificação tipológica de um *vicus* não depende necessariamente da epigrafia nem da proximidade a vias ou cruzamentos. Estes sítios assumiriam igualmente um certo protagonismo na economia e religião ao nível local e regional, nomeadamente por representarem lugares onde ocorreriam trocas comerciais, aproveitando a proximidade aos locais de produção agrícola e artesanal. Note-se, com base nestas constatações, que equacionamos a existência de um *vicus* na atual vila de Canas de Senhorim, ponderação anteriormente tomada na comunidade científica a ser recuperada nesta investigação [ALARCÃO, 1989, pp. 305-314].

As aldeias incorporam as “realidades agrupadas”, embora a própria investigação arqueológica esteja à margem do desejado para definir este tipo de povoamento. Corresponderiam a pequenos aglomerados situados em zonas baixas sem qualquer estrutura defensiva. Admite-se a sua associação às explorações agropecuárias e mineiras, no entanto não apresentariam qualquer função comercial e administrativa [CARVALHO, 2007a, p. 387]. No caso concreto da Beira Interior, a caracterização deste tipo de aglomerado populacional assenta nas prospeções de superfície. As concentrações de manchas de materiais descontínuas (por vezes, centenas de metros) não são sinónimo de *aldeia*, mas de um grupo de “lugarejos” correspondentes a vários casais concentrados [*idem*, p. 389].

Por último, consideram-se ainda os *castella*, correspondentes, grosso modo, aos castros amuralhados existentes à chegada dos romanos ao território atualmente português. São variadíssimos os exemplos, especialmente no norte de Portugal [*idem*, p. 384].

A configuração do povoamento romano é, assim, recriada com base nas múltiplas propostas historiográficas que visam atingir um modelo tipológico para classificar os diferentes sítios. Contudo, a procura da reconstrução do padrão de povoamento romano está condicionada pelos particularismos geográficos, sociais e económicos, fomentadores das grandes diferenças regionais. A paisagem rural romanizada resulta, certamente, de um processo moroso e gradual aliado a uma multiplicidade de formas adaptativas à fisionomia geográfica, reações sociais indígenas e às próprias capacidades locais de produções económicas.

Para o concelho de Nelas, temos um número significativo de sítios arqueológicos de cronologia romana, centrados essencialmente em três localidades atuais: Senhorim, Santar e Canas de Senhorim. Estas evidências arqueológicas são, em parte, conhecidas desde os inícios do século XX, tal como é demonstrado pelo historial de investigação anteriormente traçado (Capítulo 2).

Embora sejam mencionados vários sítios, deduzindo uma ocupação intensa, na verdade esta área nunca foi alvo de um conjunto de investigações científicas sistemáticas capazes de obter dados concretos. Este contexto impede o avanço do conhecimento científico ao nível da caracterização e compreensão deste povoamento. Infelizmente, continuaremos a sustentar as variadas interpretações nas observações de superfície e em pequenos trabalhos de arqueologia preventiva, incrementando, somente, uma caracterização tipológica e cronológica genérica. Estes são, até ao momento, os dados disponíveis para alavancar algumas hipóteses interpretativas, sustentadas em diversas reflexões analíticas.

As “manchas” de ocupação romana em estudo revelam a vocação rural induzida à população indígena. A proximidade aos recursos hídricos, aos solos de boas aptências agrícolas e, de certa forma, a relativa distância a um traçado viário regional, seriam condicionantes tomadas no decurso da “romanização”. Num olhar atento da cartografia, são visíveis tais fatores geográficos instigadores da própria configuração da paisagem rural. Assim, os espaços habitados e agricultados estavam, à partida, sujeitos a uma certa “romanização” que procurava alicerçar os ideais agrícolas romanos. Tais preocupações são visíveis nos textos clássicos perpetuados até à atualidade, como é exemplo a obra “De Res Rustica”, de Marco Terêncio Varrão^[75]. Numa das suas passagens, o autor refere que se “(...) *Faça um esforço para que se instale a quinta de preferência ao pé de uma montanha arborizada onde as pastagens sejam vastas e expostas aos ventos mais salubres que soprarão na propriedade. (...)*” [VARRÃO, 2012].

A configuração da paisagem agrária na Hispânia não foi imediata, passou por uma procura morosa das formas adaptativas e de conciliação entre os ideais romanos agrários e a população autóctone. À chegada dos romanos, as comunidades autóctones teriam um

^[75] Marco Terêncio Varrão (115-27 a.C.), iniciou a escrita da obra “De Res Rustica” em 65 a.C. como o próprio nos informa no *praelocutio* do Livro I: *Annus enim octogesimus admonet me ut sarcinas conligam, antequam proficiscar e uita*. “Pois meus oitenta anos exortam a entrouxar a roupa antes de partir da vida” [VARRÃO, 2012, pp. 11-13].

olhar diferente sobre a terra, certamente enraizado nos costumes e modos de trabalho do campo transmitidos geracionalmente. Aliás, estes processos de introdução gradual dos novos princípios agrários ocorreram de igual modo noutros campos desta aculturação, ainda que de formas diferenciadas no território atualmente português, como é exemplo a organização e funcionamento da política administrativa.

Numa análise conjunta aos diversos vestígios representativos do povoamento romano no concelho de Nelas, há determinados particularismos que nos levam a equacionar, num segundo momento, o tratamento individualizado das três principais manchas de vestígios arqueológicos ^[76]: Canas de Senhorim, Santar e Senhorim. Trata-se de uma opção metodológica assente na variabilidade de algumas características, nomeadamente na localização, quantidade, qualidade e áreas de dispersão das materialidades.

Na distribuição dos vestígios romanos, verificámos o predomínio de ocupações em zonas de encostas suaves e abertas a sul. É pertinente atentar no espaço contemporâneo, outrora marcado pela “romanização”: por um lado, a presença de vestígios romanos mais significativos centram-se nas aglomerações populacionais mais significativas da atualidade, precisamente nas vilas de Santar, Canas de Senhorim e Senhorim; por outro, os restantes vestígios ocupam os campos agrícolas atuais ou muito próximos destes, onde predominam as culturas permanentes da vinha e do olival, culturas mediterrâneas com ligação histórica ao período romano.

Ao analisarmos a localização das principais concentrações de vestígios, apurámos igualmente um distanciamento equilibrado entre cada mancha, o que deduz uma repartição equilibrada do espaço, sobretudo se considerarmos as isócronas de trinta minutos como territórios teóricos de exploração, calculados a partir do ponto central de cada concentração. Importa, no entanto, sublinhar que nem todos apresentam as mesmas potencialidades de produção, condicionando, dessa forma, a configuração e valor económico de cada território teórico de exploração. Estas características são igualmente visíveis nos sítios da Quinta do Serrado (T.S.A. – N° 39), Prado (T.S.A. – N° 38) e Prazias (T.S.A. – N° 20), apesar de apresentem diferenças na altimetria e nas distâncias a recursos hídricos, comparativamente ao restante conjunto.

^[76] Estas três localidades são também analisadas individualmente nos balizamentos cronológicos posteriores.

O tratamento da primeira mancha de vestígios arqueológicos considerados recai sobre a zona urbanizada e periférica da vila de Canas de Senhorim. Localizada no quadrante este do concelho, é geomorfologicamente caracterizada pela forma planáltica, ligeiramente inclinada a sudeste e sul, e solos singulares para aproveitamento antrópico, sobretudo ao nível agrícola, hídrico e mineral. As potencialidades económicas desta planura e a sua localização no contexto regional marcariam esta zona de fronteira do *territorium* da *civitas* de *Vissaium*. É precisamente daqui que resultam os mais peculiares e problemáticos indicadores arqueológicos para o presente estudo do povoamento romano.

A diversidade, quantidade e qualidade destes vestígios, parte deles evidenciados nas movimentações significativas de terras no decorrer das lavras anuais e dos alargamentos da área urbana ^[77], exige uma atuação científica que inclua trabalhos de escavação arqueológica, ações impraticáveis face ao pendor desta dissertação. Por estas razões, grande parte das nossas interpretações foram baseadas nas observações de superfície.

A multiplicidade de designações, interpretações e classificações teóricas para uma mesma realidade, essencialmente argumentadas pela compilação das observações analíticas de superfície, premeditou a reformulação da abordagem a estes testemunhos antrópicos da “romanização” patentes na zona central, este, oeste e norte de Canas de Senhorim. Assim, entendemos esta ocupação centrada em três zonas, mas com claras evidências de complementaridade e funcionamento simultâneo: Casal (T.S.A. – Nº 1), Fojo (T.S.A. – Nºs 2,3 e 4) e Freixieiro (T.S.A. – Nº 5) ^[78] (**Anexo I – Mapa 7.**). Do quadro socioeconómico empregue neste povoamento resulta, além de outras

^[77] Neste contexto, rever o historial de investigação (Capítulo 2). Pelas mesmas circunstâncias, são destruídas estruturas e espólio romano de forma gradual e, por vezes, irreversível. Refira-se como exemplo, as informações orais de um habitante local (zona do Freixieiro) que alude, de forma inconsciente, à reutilização de “pedras com letras” nos alicerces da própria habitação. É imperioso alterar as políticas de minimização de impactos sobre este património e, paralelamente, desenvolver um projeto arqueológico que possa apurar o verdadeiro valor histórico-arqueológico, essencial na fundamentação de uma reformulação da política patrimonial municipal. Esta investigação premeditou a seleção de quadrantes com potencial para a execução de escavações arqueológicas, recorrendo, entre outros critérios, às constatações de superfície, análise espacial conjunta das concentrações significativas dos valores arqueológicos e facilidade de exequibilidade a curto/médio prazo.

^[78] Recomendamos, nesta fase, a leitura de cada uma das entradas constantes na Tabela de Vestígios Arqueológicos (T.S.A.).

materialidades, um conjunto de inscrições romanas (T.I.R. – Nºs 41 - 45) e outro de numismas (desde denários republicanos a moedas de meados do século IV), bem como uma peça peculiar em bronze (pega de pátera com centauro). Na interpolação e cruzamento destes factos, ressaltam ainda certas conclusões indubitavelmente associadas à presumível mobilidade regional e configuração física deste aglomerado, onde se incorporam as abordagens à Orca das Pramelas (T.S.A. – Nº 6) e Toponímia (T.T.).

Nos finais dos anos 80, depois de um ensaio baseado nos polígonos de *Thissen*, colocou-se a hipótese do Olival Grande (Casal) ter albergado a referência espacial de um *pagus* ^[79]. Colocou-se, assim, a possibilidade de Canas de Senhorim corresponder a um *vicus*, junto da fronteira com a *civitas* de Bobadela, detentor de um templo consagrado a *Besencla* [ALARCÃO, 1989, p.308]. Porém, tal hipótese seria rejeitada anos mais tarde, substituída pela coexistência de duas *villae* e dois *habitats* [VAZ, 1993, pp. 70-72]. Já em meados dos anos 90, admite-se que “(...) não temos razão para supor um *vicus*. A área não tinha, pois, na época romana, nenhum aglomerado urbano.” [ALARCÃO, 1996, p. 16]. Na base deste historial e conjuntura atual reinterpretemos o caso de Canas de Senhorim, admitindo a suspeita de se tratar, de facto, de um *vicus*.

As condições naturais e a posição estratégica anteriormente descritas, então complementadas pelo dinamismo viário, poderiam assegurar uma ocupação precoce de Canas de Senhorim durante o século I, efetivada e dinamizada após a fundação da cidade romana de Viseu.

Até ao momento, não é possível abordar qualquer sítio que ateste uma ocupação pré-romana associada a Canas de Senhorim ^[80]. Contudo, acreditamos na sua existência estimada a partir das deduções derivadas das cinco fontes epigráficas romanas enquadráveis no século I-II, onde se verifica a menção a *Besencla* numa das aras votivas (divindade indígena) e o predomínio de onomástica indígena, provas irrefutáveis de contactos entre romanos e populações autóctones ^[81]. Esta relação passaria por uma fase inicial de assimilação gradual e adaptativa aos quadros culturais romanos, processo

^[79] Vide CASTILLO PASCUAL, 1996, pp. 242-247.

^[80] Foi adiantado recentemente “a proximidade de alguns vestígios de habitats pré-romanos em várias zonas próximas da vila”, no entanto, é necessário sublinhar que esses indicadores de povoamento referidos estão relacionados com a Pré-história recente [MIRANDA, 2016, p. 9].

^[81] Importa esclarecer que não se verifica qualquer indicador cultural autóctone nos suportes epigráficos, como surge, por exemplo, no Alentejo com a influência dos modelos tipológicos das estelas da Idade do Bronze. Para este assunto, por exemplo: ENCARNAÇÃO, 1978, 41-53.

efetivado mediante a introdução das formas, tipologias e língua destes monumentos, conducente com a manutenção da divindade, cognomes e patronímicos de origem pré-romana, como veremos seguidamente ^[82].

Das quatro aras votivas, duas delas (T.I.R. – Nºs 43-44) foram recolhidas em Carvalhal Redondo ^[83]. Todavia, acreditamos no deslocamento desses monumentos de Canas de Senhorim para a referida localidade, atendendo à proximidade geográfica (cerca de 4km) e ausência de qualquer outro vestígio arqueológico deste período histórico. Já a ara com o teónimo (T.I.R. – Nº 41) foi identificada no núcleo do Fojo mas terá sido transportada, segundo informações orais, do núcleo do Casal (T.S.A. – Nº 1), onde foi recolhida a outra ara votiva (T.I.R. – Nº 42) por José Leite Vasconcelos.

Estes indicadores, sobretudo referentes às informações das localizações destas aras, leva-nos a colocar a hipótese de o núcleo do Olival Grande/Casal estar associado, de facto, a um templo consagrado a *Besenclae* ^[84]. A omissão do teónimo nos restantes monumentos pode resultar do facto de serem colocados junto de uma referência espacial, socialmente reconhecida pelo culto local a determinada divindade, dispensando por essa razão a repetição do nome da divindade [ENCARNAÇÃO, 1985, p. 306]. Ainda assim, sublinhe-se que este culto não se confinaria apenas ao ponto definido, ao invés, seria praticado numa geografia mais dilatada [ENCARNAÇÃO, 1987, p. 10].

No campo onomástico, verificámos a repetição do dedicante e patronímico nos quatro monumentos votivos. Enquanto dedicante, temos *Docquirus*, de origem indígena, que surge ligeiramente alterado num dos casos (T.I.R. – Nº 44), nomeadamente sem a letra C, podendo resultar de um erro de gravação. Quer *Docquirus* como os seus derivados, estão representados com frequência nas regiões da Beira Baixa ^[85], Alto Alentejo e província espanhola de Cáceres [ABASCAL PALAZÓN, 1994, pp. 345-346;

^[82] Neste ponto, realizamos apenas um comentário breve e geral. Recomendamos a consulta das entradas constantes na Tabela de Inscrições Romanas (T.I.R.).

^[83] Recolhidas num lugar de uma habitação entretanto destruída, situada na Rua Direita, a este do Largo de Santo António.

^[84] É apontada uma origem indo-europeia para este nome, conhecendo-se outros exemplos destas divindades na região de Viseu, concretamente nos concelhos de Tondela, Viseu, Castro Daire e Fornos de Algodres [VAZ, 1993, p. 564].

^[85] A título de exemplo, confrontar com o estudo referente à epigrafia romana da Beira Interior onde surge, só no distrito de Castelo Branco, cinco vezes enquanto nome ou cognome [FERREIRA, 2004, pp. 57-58, 64, 95-96 e 115-117].

ALBERTOS FIRMAT, 1985, p. 282 *apud* VAZ, 1993, p. 261]. Relativamente ao patronímico *Celtius*, de origem indígena, é, enquanto nome, cognome ou derivação, frequente na epigrafia da região de Viseu [VAZ, 1993, p. 580] e da restante área da Beira Alta e Beira Baixa [ABASCAL PALAZÓN, 1994, p. 324]. Em conformidade com o proferido, devemos, de facto, ponderar a possibilidade deste conjunto onomástico não representar exclusivamente um indivíduo, situação conducente com alguns pormenores paleográficos diferentes entre as aras de Canas de Senhorim e Carvalhal Redondo ^[86]. No entanto, aceitamos a suposta intencionalidade na diferenciação de cada monumento através da fórmula final ^[87], surgindo completa na epígrafe que ostenta o teónimo (T.I.R. – N° 41), talvez a primeira a ser colocada no lugar de culto por incluir a identificação da divindade [VAZ, 1993, p. 566]. Já as pequenas diferenças paleográficas parecem derivar, em determinados parâmetros, da inexperiência do gravador ou ausência do paginador de uma mesma oficina ^[88] [VAZ, 1987, p. 64].

Quanto à placa funerária (T.I.R. – N° 45), apesar de ser recolhida na zona sudeste do Fojo, informações orais comprovam a deslocação da mesma do núcleo do Freixieiro (T.S.A. – N° 5). Esta localização coaduna-se com outros elementos peculiares e suscetíveis de equacionarmos a presença de um pequeno espaço funerário no quadrante norte do Freixieiro ^[89]. O defunto *Modestinus* era filho de *Modestus*, ambos de origem latina e frequentes no mundo romano, e *Cilia*, que mantém um derivado do cognome de origem indígena cuja forma inicial está em *Cilea* ^[90].

Para as formas masculinas, temos um paralelo no concelho vizinho de Mangualde, precisamente na placa honorífica de São Cosmado ofertada por *Caius Caielianus*

^[86] Referimo-nos ao alinhamento das letras, tamanho irregular e ao “V” com abertura muito grande [VAZ, 1987, p. 64].

^[87] Cf. as fórmulas finais (T.I.R.): N° 41 - V(otum) A(nimo) L(ibens) S(olvit); N° 42 - V(otum) F(ecit); N° 43 - V(otum); N° 44 - V(otum) S(olvit).

^[88] Esta situação levantou outra hipótese para a justificação da omissão do teónimo, sustentada na repetição de tentativas da execução do monumento para a obtenção do resultado desejado pelo responsável da encomenda [VAZ, 1987, p. 64]. Parece-nos que esta ponderação não seja adequada à nossa realidade, face à ausência comum do teónimo nos monumentos e demasiadas tentativas (quatro) para atingir um único monumento.

^[89] *Vide* nota de rodapé [77].

^[90] A permanência de onomástica tradicional em placas funerárias romanas ocorre igualmente no concelho vizinho de Carregal do Sal (Chãs, Beijós) [ENCARNAÇÃO, 1989, pp. 315-323].

Modestus ^[91], um indígena romanizado e com poder económico, aos habitantes do *castellum* de *Araocelum* [ALARCÃO, 1989, p. 307; VAZ, 1993, pp. 362-364]. Numa avaliação da distribuição geográfica de *Modestus* no centro do país, sobressai a predominância do mesmo na Beira Alta e Beira Baixa ^[92] o que poderá estar associada a uma possível relação entre os vários *Modestini* da Beira [VAZ, 1993, pp. 331-332].

No que respeita à nossa variante feminina *Cilia*, então mulher de *Modestus* e mãe de *Modestinus*, está, como ocorre na restante onomástica da epigrafia do concelho de Nelas, bem representada na região da Beira Baixa ^[93] e província de Cáceres [UNTERMANN, 1965, pp. 100-101; ALBERTOS FIRMAT, 1982, p. 54 apud FERREIRA, 2004, p. 50].

Neste caso, as mais diretas e seguras conclusões a retirar assentam na prevalência da onomástica indígena em comunhão com a latinização de outros cognomes e a garantia da estabilidade económica e cultural de *Modestus* e *Docquirus*, seguramente, resultado das suas posições sociais, políticas e económicas que permitiram a encomenda destes monumentos. O conjunto epigráfico em questão revela uma assimilação das formas tipicamente romanas no momento de cultuar as divindades e os mortos, em contraste com uma inclusão progressiva da onomástica latina, atestando a manutenção de certos aspetos culturais locais. De igual modo, as datações apontadas às epígrafes (séculos I e II) coincidem com os momentos de maior “romanização” e grandeza do império romano.

Para além de se apurarem os dados históricos e paleográficos diretamente arrolados a cada monumento, procurou-se utilizar a epigrafia numa análise espacial centrada na vila de Canas de Senhorim. Neste contexto, pondera-se uma hipotética segmentação do espaço que vigoraria, quiçá a partir do século I, com duas áreas distintas: uma de culto (extremo oeste representado pelo Casal), e outra funerária (quadrante noroeste do Freixieiro). No núcleo central (Fojo) prevalece a ausência de qualquer

^[91] Para o conhecimento histórico deste “construtor de Templos” (Idanha-a-Velha, concelho de Idanha-a-Nova, e Bobadela, concelho de Oliveira do Hospital), homem rico de possível origem indígena, recomendamos a leitura de MANTAS, 1993, pp. 227-250.

^[92] A frequência deste dado onomástico é verificável no caso do distrito de Castelo Branco, ocorrendo por 7 vezes [FERREIRA, 2004, pp. 51-52, 55, 129-130, 147, 194 e 197-198].

^[93] Alguns destes exemplos encontram-se no estudo referente à epigrafia romana na Beira Interior. Só para o distrito de Castelo Branco perfazem dez ocorrências [FERREIRA, 2004, pp. 49-50, 72, 90-91, 100-103, 113-114, 132-136, 141-142 e 166].

indicador epigráfico em detrimento de vários vestígios arqueológicos romanos, sobretudo de construção, identificados à superfície como no decurso de afetações significativas do solo. Paralelamente a estes factos, admitimos a existência de indicadores fossilizados capazes de esquematizar a trama viária que asseguraria a mobilidade humana. Qual o tipo de assentamento romano presente em Canas de Senhorim?

No núcleo do Casal/Passal (**Anexo I – Mapa 7.**), os vestígios arqueológicos atestam uma ocupação em época imperial. São visíveis restos de alinhamentos de paredes bem aparelhada, onde se observaram também alguns silhares almofadados, elementos associados a material romano de superfície, composto essencialmente por cerâmica comum e de construção (T.S.A. – Nº 8). Nas propriedades a sul e oeste, atualmente interrompidas por caminhos, nota-se a mesma realidade de superfície, acrescentando-se outras peças relacionadas com a subsistência deste assentamento (duas mós e dois pesos de tear), até à interrupção deste quadrante pelas construções habitacionais do Casal (T.S.A. – Nº 1).

No decorrer de modificações e acrescentos a algumas dessas habitações, temos obtido esporadicamente informações orais de proprietários que nos relatam o aparecimento e conseqüente reutilização de “fragmentos de pedras cilíndricas”, “telhas e tijolos grossos” e até de uma ara ^[94], sobretudo nos alicerces das edificações. Estes indicadores atestam a continuidade de ocupação entre o Casal/Olival Grande I (T.S.A. – Nº 1) e o Passal (T.S.A. – Nº 8).

No quadrante sul (T.S.A. – Nº 1) deste núcleo do Casal/Passal, depois de uma pequena zona onde só verificámos vestígios dispersos, é na envolvência das sepulturas escavadas na rocha que apurámos uma significativa concentração de cerâmica à superfície. Além das aras votivas, recolheram-se três mós, quatro pesos de tear, uma machadinha em ferro (*ascia*) e dois numismas ilegíveis [PINTO, 1999, p. 126-127]. Estas constatações coadunam-se com as observações de José Leite Vasconcelos onde notou “(...) *várias antigualhas romanas, tais como mós manúarias, tijolos, pesos de barro e pedras de alicerces de casas (...)*” [VASCONCELOS, 1929, p. 214].

O núcleo central, designado por Fojo (**Anexo I – Mapa 7.**), ocupa a área mais urbanizada da vila. É caracterizado por um vasto conjunto de materiais arqueológicos

^[94] Quanto à ara, temos garantias da sua existência, confirmada pela pessoa de tal relato aquando da visita à “Sala-Museu” da A.H.B.V.C.S. onde estabeleceu, no imediato, a semelhança com a ara exposta (T.I.R. – Nº 41).

visíveis à superfície dos quintais, nos alicerces de construções e em muros de pedra seca. Os vestígios, predominantemente de cronologia romana, pautam-se por diversos elementos arquitetónicos, como pedras almofadadas, soleiras, fragmentos de fustes e bases de coluna e de *lateres*, acompanhados por inúmeros fragmentos cerâmicos de uso doméstico pertencentes a *dolia*, pesos de tear, cossoiros e de terra *sigillata* hispânica ^[95], e por numismas romanos, entre os quais, um denário republicano (132 a.C.).

Este núcleo foi alvo de trabalhos arqueológicos no contexto de emergência em 2009 e 2011, sendo que o primeiro implicou sondagens arqueológicas de diagnóstico (Anexo I – Mapa 7.) ^[96]. A área intervencionada, então designada por Lameiras, integra-se no quadrante do Fojo I (T.S.A. – Nº 2), a sul do recinto da Escola EB 2/3 Eng. Dionísio Augusto Cunha. A primeira intervenção evidenciou a potencialidade patrimonial deste local, através de vários vestígios arquitetónicos e materiais, comprovando, uma vez mais, a presença romana nesta vila. Os resultados obtidos nesta área reduzida traduziram-se na identificação de um fuste fragmentado e deteriorado e uma estrutura murária de morfologia subcircular, assemelhando-se a uma abside. A associação dos vestígios cerâmicos à estrutura permitiu colocar uma cronologia de construção do Baixo Império, atendendo às cerâmicas de terra *sigillata* tardias, nomeadamente Hispânicas Tardias e Africanas (Clara C e D). Face ao pendor desta intervenção, foi apenas escavada a área afeta à empreitada, situação que nos permite apenas efetivar a presença de um edifício romano neste lugar, deixando muitas questões em aberto, das quais, a sua dimensão, forma e função real neste período histórico.

Através de analogias, são aventadas duas hipóteses de interpretação à forma subcircular. A primeira estabelece a associação da estrutura a um complexo de termas, aproveitando os bons recursos hídricos de Canas de Senhorim para o abastecimento do complexo. Já a segunda hipótese recai sobre uma possível abside de uma sala, integrada num importante complexo doméstico. As análises espaciais e a ausência de outros indicadores claramente associados a construções termais, bem como a continuidade temporal da ocupação antrópica aferida por outros vestígios reveladores de uma função residencial, permite-nos considerar com maior credibilidade a segunda tese.

^[95] Não conseguimos vislumbrar estes fragmentos, todavia, pelas descrições prestadas desses fragmentos, deverão corresponder às produções tardias, íntegras, grosso modo, entre os séculos III e inícios do século V.

^[96] Para este assunto, nomeadamente a conjuntura em que surgiram estes trabalhos arqueológicos, *vide* Capítulo 2.

A pequena estrutura murária seria parte integrante de um edifício erguido entre os séculos III/IV, provavelmente utilizado e reconfigurado no decorrer da Antiguidade Tardia (Subcapítulo 4.2.2.). Estas construções em abside, preferencialmente situadas a este da típica casa provincial, acompanham o momento da perda de importância das cidades e o emergir do campo enquanto palco das decisões políticas [OLIVEIRA, 2010, pp. 323-324]. Neste sentido, a estrutura murária deverá corresponder às ampliações e diversificações das extensões domésticas, em favor dos novos papéis sociais do proprietário rural, surgidas no decurso do século IV. No que toca ao espólio recolhido, essencialmente de cariz doméstico, e à observação da configuração geral desta estrutura, colocamos a hipótese de estarmos perante uma sala (do tipo *triclinium*) com abside ^[97]. Na zona central do limite interno do muro, identificou-se uma estrutura retangular delimitada com pedras de pequena dimensão, situação compatível com a presença de uma zona de combustão (lareira?). Já no limite externo, foi definido um empedrado composto por três grandes pedras que, face ao seu nivelamento, forma e localização corresponde a uma espécie de soleira.

Com possível associação a esta edificação, está uma pega de pátera (T.S.A. – N° 2). Trata-se de um bronze singular constituído por haste maciça de secção circular, uma representação zoomórfica estilizada (cabeça de pantera) e uma figura de centauro [ARAÚJO *et al.*, 2000, pp. 90-91]. Importa assumir esta peça, sobretudo, pelo quadro estilístico e formal que denuncia a capacidade económico-social do possuidor.

O Freixieiro (T.S.A. – N° 5), último núcleo considerado (**Anexo I – Mapa 7.**), ocupa a parte nordeste da atual vila de Canas de Senhorim. Com base no panorama observado, optámos por abordar este núcleo por dois quadrantes: o norte e o sul.

Na parte norte, já anteriormente referimos as razões pelas quais ponderamos a existência de uma “pequena necrópole”, especificamente assente na epigrafia romana. No entanto, trata-se unicamente de uma ponderação, atendendo à ausência de outros indicadores arqueológicos.

No que respeita ao quadrante sul, a diversidade e quantidade de vestígios arqueológicos de superfície levaram à realização de uma sondagem arqueológica ^[98] num dos terrenos agrícolas. Esta intervenção permitiu identificar um conjunto assinalável de

^[97] Ver as descrições referentes aos limites norte e sul desta estrutura e as técnicas construtivas dos alicerces (T.S.A. – N° 2).

^[98] Recomenda-se, nesta fase, a leitura desta entrada (T.S.A. – N° 5).

escórias, estruturas e espólio, elementos que provam a existência de um edificado aberto e coberto, associado ao trabalho metalúrgico. Na nossa interpretação da planta desta sondagem (T.S.A. – Nº 5), é possível deduzirmos um dos esquemas funcionais de “forno metalúrgico” romano caracterizado pelo formato côncavo e subcircular, forrado por uma pequena camada de argila, material idêntico ao utilizado na cobertura do negativo, e complementado por um sistema de ventilação (tubeiras e foles) [MARTINS, 2008, p. 79]. Estes dados evidenciam, portanto, uma zona funcional dedicada à fundição e, provavelmente, produção de peças metálicas.

No extremo norte de Canas de Senhorim, junto da Orca das Pramelas (T.S.A. – Nº 6), monumento megalítico com vestígios romanos, coloca-se a hipótese da passagem de uma via (C) de origem romana (**Anexo I – Mapas 7. E 10.**). O estudo etimológico do topónimo Pramelas/Tramelas (T.T. – Nº 14) revela a existência deste caminho principal e de um troço local, posteriormente desativado na Idade Média. Este troço viário local (**Anexo I – Mapa 8.**), de configuração retilínea, atravessaria o Casal (T.S.A. – Nº 1) e cruzaria com outro (“XV-1”) na zona central da atual vila (T.S.A. – Nºs 2,3, 4), algures entre o Largo do Cruzeiro e a propriedade anexa à Casa da Madeira que, por sua vez, seguiria em direção à via com destino a Nelas (C), atravessando o Freixieiro (T.S.A. – Nº 5) ^[99].

Por fim, as evidências arqueológicas e as análises geográficas permitem-nos tecer algumas considerações respeitantes ao peso e significado socioeconómico de algumas atividades certamente desenvolvidas em período Romano.

Numa reconstituição, a produção agro-pastoril seria fortemente praticada neste assentamento, garantindo a autossuficiência e provável incorporação dos excedentes nos mercados regionais, usufruindo da proximidade à rede viária regional. Entre os testemunhos diretos dessas ações, refiram-se as peças de moagem tipologicamente romanas (moventes e dormentes), vários fragmentos cerâmicos de objetos indubitavelmente associados ao armazenamento (por exemplo, os *dolia*) ^[100] e à tecelagem (pesos de tear e cossoiros). Denotámos também uma concentração mais significativa deste tipo de espólio nos núcleos periféricos, com maior incidência no Casal.

^[99]A definição desta malha viária atendeu aos indicadores arqueológicos, geográficos e toponímicos. Trata-se meramente de uma hipótese que deverá ser melhor argumentada em estudos futuros. *Vide* Subcapítulo 4.3. e **Anexo I – Mapa 6., 7. e 8.**

^[100]Foi um dos recipientes mais usados na armazenagem local das produções agrícolas, guardando cereais, vinho, leguminosas e azeite.

A qualidade do solo, a exposição ideal da vertente (sudoeste) e a abundância de recursos hídricos superficiais e subterrâneos ^[101], refletida indiretamente no topónimo Atoleiros (T.T. – Nº 9), seriam fatores preponderantes para a localização da produção agrícola, garantindo, decerto, a sua rentabilidade ^[102]. A par das culturas de sequeiro, seria possível praticar outras, dependentes ou não do regadio.

A exploração e laboração metalúrgica seria igualmente praticada neste assentamento. Os vestígios arqueológicos da zona sul do Freixieiro, como sejam as escórias resultantes das reações de fusão, as estruturas negativas associadas a “fossos de combustão” e a peça granítica possivelmente relacionada com o refinamento de metal, evidenciam um lugar dedicado ao processamento de minérios metálicos. Uma análise de amostragem mineralógica às escórias ^[103] poderá responder a várias questões que deixamos em aberto, nomeadamente quanto à verdadeira natureza, impureza e até à proposta de um quadro técnico utilizado na “fusão” ou “mistura”.

Ao abordarmos os recursos metálicos, é importante atentar na caracterização geológica deste concelho (Capítulo 1) onde sobressaem os depósitos arcósico-argilosos estaníferos com rentabilidade de exploração, como ocorreu até aos finais do século XX em Folhadal (**Anexo I – Mapa 2.**). Na área de Canas de Senhorim, para além da concentração de filões uraníferos do Cenozóico, observamos uma das maiores concentrações de depósitos com minério de estanho presentes no concelho de Nelas ^[104]. A mineração do estanho, familiar à nossa região, teria grande valor na economia romana, sobretudo nos primeiros dois séculos da sua ocupação, a ponto de alguns assentamentos com exploração mineira terem assumido um estatuto de *vicus* [MARTINS, 2010, p. 113]. Face à conjuntura desta investigação, deixamos em aberto o desenvolvimento de tal

^[101] Aos vários afluentes da ribeira do Vale do Boi, soma-se a superficialidade dos aquíferos. A título de exemplo, só na zona do Casal, encontram-se atualmente abertos três lagos (raio de apenas 250m) caracterizados pela sua dimensão significativa e profundidade reduzida.

^[102] Presentemente, é na área envolvente ao Casal que se localiza a maior mancha agrícola de Canas de Senhorim, predominantemente ocupada por olival e vinha.

^[103] É vulgar a associação direta das escórias ao ferro. É relevante, neste preâmbulo, sublinhar que a escória é o resultado de uma ou várias reduções para extrair determinado elemento, embora persista a condicionante de estarmos perante uma amostra onde não seja possível apurar qual o mineral principal nessa ação [MARTINS, 2008, p. 29].

^[104] São integres no alinhamento transversal ao concelho e paralelo ao rio Mondego, de sudoeste para nordeste: Canas de Senhorim – Folhadal – Casal Sandinho. Cf. **Anexo I – Mapa 2.**

ponderação, à partida, demonstrativa da atividade de extração, metalurgia e, provavelmente, comercialização deste recurso mineral.

Ainda no contexto de uma possível mineração em período romano, importa retomar ao assunto relativo à compreensão metálica e simbólica da pega de pátera em bronze achada no núcleo do Fojo (T.S.A. – N° 2,3,4).

O estudo arqueometalúrgico permitiu aferir os componentes da liga utilizada e, com isso, evidenciar um bronze ternário com elevado teor em chumbo, comparativamente aos outros dois elementos maiores (estanho e cobre). [ARAÚJO *et al.*, 2000, pp. 93-94]. A tecnologia de fabrico (fundição maciça) e os valores obtidos dos constituintes da liga (composição média da estatuária romana de bronze do ocidente Europeu), parece indicar uma produção peninsular [*idem*]. Qual a relação entre esta peça singular e uma possível exploração de estanho em Canas de Senhorim?

No campo simbólico, é formada por uma cabeça de pantera e uma figura de centauro, segurando na mão direita uma tocha ou ramo, representação mitológica associada aos cortejos dionisianos figurados em diversos tipos de monumentos onde, na maioria das vezes, conduz o carro de Hércules [*ibidem*, pp. 90-91]. A pantera, associada a Hércules, expressa, conjuntamente com o centauro, a cultura civilizacional romana no extremo ocidente do império [*idem*]. No decurso dos dois primeiros séculos da nossa era, o culto a Hércules parece ganhar uma certa importância na Hispânia entre as divindades adoradas nas zonas mineiras, seguramente motivado pela procura da proteção e divinização do esforço físico no labor mineiro [MARTINS, 2008, p. 114]. Numa alusão direta: “*Hercules, the god of physical effort, enjoyed a special popularity among the miners and quarry-men at large, who inevitably extolled the idea of physical strength*” [DUŠANIĆ, 1999, p. 133] ^[105]. Ao reconhecermos a associação da pega de pátera a Hércules, poderemos equacionar uma relação da mesma à possível exploração mineira de Canas de Senhorim?

Depois de apresentados estes indicadores, colocamos a hipótese de realmente estarmos perante um tipo de assentamento demarcado socioeconomicamente ao nível local e regional. Dentro das formas de povoamento e ocupação romana, é plausível

^[105] Face ao pendor da investigação, ficaremos apenas por este repto inicial para futura problematização do assunto. Para Hércules na Hispânia, por exemplo: ORIA SEGURA, 1997.

equacionar a existência de um *vicus* ^[106], ainda que não haja confirmação direta, nomeadamente epigráfica, como surge na Beira Interior, concretamente nos casos do *vicus Segobonca* (Coriscada, C. Mêda) e do *vicus Ocelona* (Quinta de São Domingos, C. Sabugal) [FERNANDES *et al.*, 2006, pp. 182-191]. Este tipo de povoamento agrupado seria composto por um conjunto de casas e arruamentos, contruídos de forma espontânea ou planeada [ALARCÃO, 1999, p. 31; CASTILLO PASCUAL, 1996, p. 247]. Em Canas de Senhorim, apesar de tal hipótese ser prematura no estado atual da investigação, reconhecemos a sua posição estratégica em relação aos grandes centros urbanos e à rede viária regional, ponderando um certo poder público-administrativo refletido no planeamento urbanístico (**Anexo I – Mapa 8.**), essencial à fruição da mobilidade interna e externa do assentamento [MORENO MARTÍN, 1997, pp. 303-305]. Paralelamente, a produtividade agropastoril e a riqueza mineral justificariam a sua conexão a um mercado local e regional. Para além de assumir alguma autonomia administrativa e territorial, a epigrafia revela um lugar sagrado e, com isso, uma função religiosa.

O panorama arqueológico traçado em Canas de Senhorim deixa em aberto a verdadeira posição deste assentamento, embora subsista uma aproximação teorizada à conceção estabelecida nos *vici* da Beira Interior [CARVALHO, 2007, pp. 379-380]. É imperativo dar continuidade à investigação arqueológica, quer em Canas de Senhorim, como em certos sítios do concelho de Nelas, incorporando uma componente de prospeção intensiva e escavação, principalmente nos locais nucleares definidos neste Capítulo.

A segunda mancha de vestígios arqueológicos considerada corresponde à atual vila de Santar ^[107], com ocupação romana comprovada, pelo menos, nos inícios do século IV ^[108]. Situada no quadrante nordeste do concelho, ocupa uma área aplanada

^[106] Este termo é abordado por alguns autores da antiguidade, dos quais *Isidoro de Sevilha* ou *Sextus Iulius Frontinus*. Para este assunto: MORENO MARTÍN, 1997, pp. 295-306; CASTILLO PASCUAL, 1996, pp. 247-248.

^[107] Imponente localidade na época moderna. O património arquitetónico é representativo desse valor, destacando-se: Solar dos Condes de Santar datado dos séculos XVII e XVIII; a Casa das Fidalgas, hoje pertença dos Duques de Bragança, datada de 1789, ainda que, com origem numa edificação medieval; o Paço dos Cunhas de 1609; a Igreja da Misericórdia de Santar, obra do século XVII. As grandes reformulações da configuração urbanística, no decurso da época Moderna, condicionam as formas de apreensão e delineação da conjuntura romana desta vila atual.

^[108] Numismas do imperador Constantino, recolhidos na Rua da Carreira por José Leite de Vasconcelos [1917, p. 113].

ligeiramente inclinada a sul, contrastando com a vertente acentuada a norte, que marca, simultaneamente, o limite da vila e o início do vale encaixante do rio Dão.

A localização e as características ergonómicas dos vestígios arqueológicos impulsionaram a classificação diferenciada de três sítios, embora a sua compreensão final passe por uma interpretação conjunta: Outeirinho (T.S.A. – Nº 18), Quinta do Casal Bom (T.S.A. – Nº 19) e Vila de Santar (T.S.A. – Nº 21). Na Quinta do Casal Bom (T.S.A. – Nº 19), os materiais de construção cerâmico e pétreo, dos quais fragmentos de fustes de colunas, enunciam uma provável edificação romana [VAZ, 1997, pp. 65-66; VASCONCELOS, 1917, p. 113]. A noroeste (c. 250m) e oeste (cerca de 200m), encontra-se a Vila de Santar (T.S.A. – Nº 21), compreendida entre o Largo da Torre e o Paço dos Cunhas, onde se observou um troço de calçada, cerâmica comum e escória de ferro. Já a este do primeiro (cerca de 180m), localiza-se o Outeirinho com a identificação de restos cerâmicos de construção, cerâmica comum e dois pesos de tear [ALARCÃO, 1988, p. 61; VASCONCELOS, 1917, p. 113; VAZ, 1997, pp. 64-65]. Estes dois últimos sítios foram incorporados pela historiografia no grupo dos *Habitats*, atendendo à escassez de dados concretos passíveis de obter classificações mais específicas [VAZ, 1997, pp. 64-65].

Numa leitura geral, estes sítios representam somente as maiores concentrações de vestígios na área atual da vila e não “lugares isolados de habitação”. A própria dispersão de vestígios, identificados na parte mais antiga (corresponde à Vila de Santar) no âmbito dos trabalhos de arqueologia preventiva realizados no início deste milénio ^[109], é reveladora de um assentamento romano, inteiramente associado ao aproveitamento agropastoril do entorno paisagístico. Corresponde, a um assentamento rural, íntegro no grupo das “realidades isoladas” ^[110], marcado pela passagem de um eixo viário que seguia para Viseu ^[111].

Reconhecemos a Quinta do Casal Bom (T.S.A. – Nº 19) enquanto lugar central nas relações com os outros sítios. É possível colocarmos a hipótese de estarmos perante uma quinta/granja com algumas áreas representativas do típico funcionamento agrário

^[109] Para o conhecimento destes trabalhos arqueológicos: Capítulo 2. e a entrada deste sítio (T.S.A. – Nº 21).

^[110] Designação utilizada por Jorge de Alarcão [1980]. Vejam-se os períodos introdutórios deste subcapítulo onde são expostas as várias propostas teóricas para o tratamento do povoamento romano.

^[111] Pelo facto de ocupar uma zona urbana, torna-se arriscado calcularmos a dispersão dos diferentes vestígios arqueológico.

romano, complementada pela Vila de Santar (T.S.A. – N° 21) e Outeirinho (T.S.A. – N° 18) ^[112].

Estamos perante um assentamento rural que aproveitou uma zona aplanada, precisamente uma encosta suave virada a sul (localização privilegiada), delimitada pelo ribeiro do Cagavaio e constituída por solos propícios à produção agrícola ^[113]. Num quadro hipotético, apresentaria uma organização interna simples, encabeçada por uma pequena *domus* na Quinta do Casal Bom, onde habitaria um proprietário responsável por liderar a exploração agrícola e organizar a propriedade. No Outeirinho assentariam pequenas edificações para auxiliar a atividade agrícola ou servir até de alojamento aos próprios trabalhadores. Já a Vila de Santar, teria um lugar associado à fundição de metal com alguns anexos onde se realizavam outras atividades complementares que garantiam uma relativa autossuficiência da unidade familiar, sustentada num modelo agropastoril.

O aproveitamento agrícola seria uma realidade, assumindo-se como fator fundamental na implantação e desenvolvimento deste assentamento romano, usufruindo da proximidade à rede viária para o desenvolvimento das suas relações socioeconómicas ao nível regional. Trata-se de uma interpretação possível que resulta de algumas observações históricas e geográficas e das dimensões das manchas de vestígios de superfície. Esta reconstrução atende, portanto, ao panorama científico desta temática apresentado anteriormente, devendo ser tomada com muitas reservas.

A forte vinculação atual da vila à produção vinícola, essencialmente afeta às grandes propriedades das casas solarengas de Santar, espelha o carácter senhorial desta paisagem agrária secular e, principalmente, o aproveitamento das condições geomorfológicas locais para um excelente aproveitamento para essa cultura agrícola. Estas condições naturais não deveriam passar despercebidas no decurso do período romano. Não quer isto dizer que, ao tempo do domínio romano, teríamos o mesmo tipo

^[112] A imponente e proporcionalidade dos lugares funcionais destes assentamentos é variável entre as várias regiões de Portugal.

^[113] À predominância de solos com aptidão agrícola, junta-se a superficialidade dos lençóis freáticos desta zona que garantem a irrigação das produções agrícolas. Para este ponto, veja-se a T.T. – N° 106.

de cultura atualmente predominante. À dinamização da cultura da vinha pelos romanos ^[114], juntaram-se outras culturas ^[115].

A terceira mancha de vestígios arqueológicos corresponde a Senhorim, precisamente às localidades de Igreja e Casal Sandinho, por sua vez, representativas de uma das áreas com vários indicadores arqueológicos e históricos que comprovam o seu valor no decurso da Idade Média ^[116]. Ocupa o quadrante este, já numa zona de limite do concelho de Nelas com o concelho de Mangualde (a norte e este) onde prevalecem encostas suaves viradas a sul, sobranceiras aos dois principais cursos de água da freguesia: o rio Videira, linha de fronteira entre as localidades, e o rio Castelo, nas proximidades de Igreja. Baseados nos vestígios de superfície e localização geográfica, orientamos a nossa interpretação para a classificação de dois sítios: Igreja (T.S.A. – N° 26) e Rio Videira/Casal Sandinho (T.S.A. – N° 28).

O sítio de Igreja corresponde a toda a encosta suave virada a sul e sobranceira ao rio Castelo. É delimitado pelo adro da Igreja Matriz de Senhorim a norte, rio Castelo a sul e a este e rio Videira a oeste. Corresponde às designações de “Ponte da Igreja” ou de “Terras do Fidalgo” [ALARCÃO, 1988, p. 63; ROCHA, 1897, pp. 83-84], como referido no historial de investigação ^[117]. Por opção metodológica, assumimos toda esta encosta como Igreja (T.S.A. – N° 26), uma vez que não se reúnem parâmetros suficientes para

^[114] O conhecimento e consumo de vinho na Península Ibérica recua, pelo menos, ao século VI a.C. através das importações fenícias, gregas e púnicas. A partir do século II a.C. ocorre a difusão desta cultura, posteriormente intensificada no decurso do Baixo-Império [PEREIRA, 2017, p. 206].

^[115] Para além do vinho, os cereais e o azeite marcam a alimentação romana. A persistência atual desta “trilogia mediterrânica” deriva do enraizamento socioeconómico peninsular e da ligação primogénita à liturgia cristã.

^[116] As “Terras de Senhorim” são referidas pela primeira vez em 1100. A proximidade geográfica de Senhorim ao rio Mondego (a norte), a presença de uma grande quantidade de dados arqueológicos anteriores ao século XII (sepulturas rupestres) e de vestígios arqueológicos referentes a uma fortificação (T.S.A. – N° 30), comprovam a sua importância geoestratégica e humana no decurso da “reconquista cristã”. Por outro lado, foram essas mesmas razões que premeditaram a designação de “Terras de Senhorim” nos processos de reorganização político-militar liderados por Fernando Magno, após a reconquista definitiva desta área. Neste contexto, entre os espaços com maior valor histórico encontram-se as localidades de Igreja, onde assentaria um edifício religioso primitivo à Igreja Matriz atual, e de Casal Sandinho, pelos vestígios arqueológicos anteriores ou até coetâneos ao século XI/XII, dos quais se destacam as sepulturas escavadas na rocha de Várzea I (T.S.A. – N° 33), Várzea II (T.S.A. – N° 34), Adoeiro (T.S.A. – N° 25) e a necrópole da Quinta da Cagunça (T.S.A. – N° 29).

^[117] Conteúdos expostos no Capítulo 2.

considerarmos realidades individualizadas e geograficamente definidas e distintas. Atualmente, são visíveis fragmentos de cerâmica de construção (tégulas e ímbrices) e utilitária, concentrada nas proximidades do muro sul do adro da igreja. Em ações anteriores, foram recolhidos fragmentos de sigillata hispânica [VAZ, 1997, p. 66]. Foi também nesta encosta, então designada por “Terras do Fidalgo”, que António Santos Rocha abriu “alguns poços” onde surgiram “(...) *restos de vasos, tijolos, telhas (...) e três pesos de tear. (...)*” [ROCHA, 1897, pp. 83-84].

Face aos vestígios materiais e áreas de dispersão, historial de investigação e implantação geográfica, foi proposta a existência de uma *villa* [VAZ, 1997, p. 66]. No entanto, com base nos critérios recentes de classificação do povoamento rural disperso, acreditamos estar perante um assentamento mais modesto, correspondente a uma quinta/granja [ALARCÃO, 1998; CARVALHO, 2007, pp. 398-415]. Esta hipótese deverá passar por vários trabalhos arqueológicos capazes de sustentar a sua argumentação ou, ao invés, refutação.

No Rio Videira/Casal Sandinho (T.S.A. – N° 28), os vestígios de superfície formam uma pequena concentração (cerca de 50m²) de fragmentos de cerâmica comum e construção (tégulas e ímbrices). Os parcos dados observados premeditaram a denominação de um *Habitat*, classificação teórica atribuída em situações onde não existam dados passíveis de proceder a classificações concretas [VAZ, 1993, pp. 548-550]. No entanto, a relativa proximidade e implantação geográfica (encosta sobranceira ao rio Videira) leva-nos a supor uma dependência deste em relação a Igreja (T.S.A. – N° 26). Ao considerarmos uma quinta/granja para Igreja, é provável estarmos perante um assentamento romano com características e funções de um *tugurium* ^[118].

Estes dois sítios de Senhorim representam um assentamento de cariz agropastoril. A fertilidade dos solos e a capacidade de irrigação destes terrenos tornaria a produção agrícola rentável, como ainda hoje se verifica, por exemplo, com a continuidade do cultivo da vinha e da oliveira na maior parte da área em questão. Simultaneamente, seriam praticadas outras culturas passíveis de garantir uma certa autossuficiência do assentamento, sem afastar por completo a comercialização do excedente agrícola.

No restante do concelho de Nelas, assinalam-se outros indicadores arqueológicos, tendencialmente próximos de sepulturas rupestres, enquadráveis entre o período Romano

[118] Para compreender o funcionamento e características principais deste tipo de assentamento, ver a síntese sobre as formas de povoamento romano apresentada na introdução deste Subcapítulo.

e Alto-Medieval ^[119]: Moledo II (T.S.A. – Nº 15), Prazias (T.S.A. – Nº 20), Prado (T.S.A. – Nº 38), Quinta do Serrado (T.S.A. – Nº 39). São representativos de ocupações modestas, ainda assim, complementares às realidades anteriormente apresentadas. Quanto às características ergonómicas dos materiais de superfície e áreas de dispersão atual, surgem-nos algumas dúvidas no que respeita à verdadeira alocação cronológica destes sítios.

No Moledo II (T.S.A. – Nº 15) e Prazias (T.S.A. – Nº 20), trabalhos anteriores premeditaram a sua classificação como *villae* [VAZ, 1997, p. 62]. Com o desenvolvimento deste estudo e face ao panorama atual da investigação regional, não há critérios suficientes que justifiquem tal classificação, parecendo, no entanto, corresponder a formas mais simples de ocupação rural. Em Moledo II, o historial de investigação, as características ergonómicas dos materiais de superfície e áreas de dispersão atual devem estar relacionadas com um casal, detentor de um lagar, com associação direta a um pequeno anexo agrícola na zona do microtopónimo Moledinhos. Já em Prazias ^[120], a refutação das auscultações anteriores implicou colocar a hipótese de estarmos perante um pequeno casal, onde seria comum a prática de culturas de sequeiro, como revelam os fragmentos de pedras de moagem tipicamente romanos.

O Prado (T.S.A. – Nº 38) e a Quinta do Serrado (T.S.A. – Nº 39) são caracterizados por vestígios de superfície residuais disseminados pela atividade agrícola contemporânea, ambos definidos como *Habitats* [ALARCÃO, 1988; VAZ, 1997, pp. 79-80]. É credível que estes lugares correspondam a pequenas cabanas/*tuguria*, aproveitando as facilidades de mobilidade proporcionadas pelo eixo viário, dirigido a Santar.

Na margem direita do rio Mondego, localizado a este das Caldas da Felgueira, encontra-se um outro lugar paradigmático no contexto da arqueologia concelhia: a Quinta do Abrunhal/Rosado (T.S.A. – Nº 16). Ocupa a zona mais aplanada do vale do rio Mondego pertencente ao atual concelho de Nelas. A dispersão de materiais arqueológicos e as reutilizações dos mesmos em construções contemporâneas são o resultado das constantes ações antrópicas concretizadas nesta zona.

Numa opção metodológica, interpretamos este sítio através de duas áreas que representam as concentrações mais significativas de materiais arqueológicos e uma zona onde, esporadicamente, surgem fragmentos de cerâmica comum e de construção. Apesar

^[119] Voltaremos a reinterpretar estes vestígios no contexto do Subcapítulo 4.2.2..

^[120] Aconselhamos a consulta direta desta entrada (T.S.A. – Nº 20).

da distância geográfica, cremos estar perante uma realidade ocupacional diacrónica e relacional, ainda que com aparentes funcionalidades distintas. Para o período romano, interessa-nos a “Área 2”, onde, segundo informações orais, “(...) se faziam muitos buracos na terra para enterrar os cacos que apareciam quando amanhavam a terra para a lavoura.” [VAZ, 1997, p. 64]. São visíveis à superfície vários fragmentos de cerâmica utilitária e material de construção cerâmico e pétreo (três silhares almofadados). Na aldeia de Felgueira Velha (Concelho de Oliveira do Hospital), já na margem esquerda do rio Mondego, identificámos o reaproveitamento de alguns silhares em muros de pedra seca. Face às características ergonómicas, quantidade e dispersão de materiais de superfície e, sobretudo, à localização geográfica peculiar, admitimos tratar-se de um assentamento romano familiarizado com uma travessia do rio Mondego. Atendendo aos dados atuais, é possível aceitar provisoriamente a existência de uma *mutatio* (T.S.A. – Nº 16, “Área 2”).

A compreensão arqueológica da Quinta do Abrunhal/ Rosado necessita de uma fundamentação prática. A quantidade e diversidade de materiais arqueológicos perceptíveis à superfície são acompanhados por pequenas zonas que aparentam ter os seus contextos selados. Num contexto regional, a realização futura de uma escavação permitirá avaliar detalhadamente este sítio e, conseqüentemente, contribuir para a resolução da problemática inerente à definição das fronteiras através do rio Mondego ^[121] entre os territórios das *civitates* de Bobadela e Viseu.

Por fim, destaquemos dois casos peculiares de violação/reutilização de monumentos megalíticos neste período histórico, assumidos, nesta fase, como “Achados Isolados”: Orca das Pramelas (T.S.A. – Nº 6) e Orca do Pinhal dos Amiais (T.S.A. – Nº 27).

^[121] O rio Mondego apresenta, nesta passagem pelos atuais concelhos de Mangualde, Nelas e Carregal do Sal, um caudal considerável e vales extremamente acentuados, ainda que se verifiquem exceções, como é o caso das Caldas da Felgueira. Esta realidade geomorfológica cria grandes dificuldades em estabelecer a ligação entre as duas margens e, simultaneamente, representa uma barreira natural bem definida no contexto regional. A utilização do rio Mondego enquanto fronteira, é igualmente tomada na marcação das primitivas dioceses e posteriormente, nos limites teóricos da fronteira entre os domínios cristãos e muçulmanos. Após a reconquista, os processos de reorganização político-militares que se vieram a manifestar, para o nosso caso, nas “Terras de Senhorim”, continuaram a utilizar o Mondego como limite de Senhorim e, portanto, do território de Viseu. Já na época moderna, o rio Mondego assume-se como linha divisória dos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra, situação que permaneceu até à atualidade.

No que respeita à Orca das Pramelas (T.S.A. – N° 6), no decurso da escavação deste monumento megalítico, foram identificados três numismas e fragmentos cerâmicos de um unguentário. A passagem de uma via romana (Troço C) imediatamente a sul do monumento (**Anexo I – Mapa 10.**) e a presença deste espólio na câmara, datável dos meados do século IV, é interpretado como resultante de um enterramento romano [SENNA-MARTINEZ, 1989, p. 45]. Face à realidade verificada na Orca das Pramelas e atendendo ao tipo de material cerâmico, é possível estarmos perante um enterramento romano. Situação homóloga ocorre na Orca do Pinhal dos Amiais com material cerâmico de cronologia romana recolhido na câmara do monumento por Maximiano Aragão, aquando das suas expedições a esta zona. É imperioso reinterpretar este material e as descrições de Maximiano de Aragão, entretanto presentes no Museu Nacional de Arqueologia, para validar e justificar tal hipótese interpretativa. Ambos os monumentos megalíticos estão nas proximidades de vias contemporâneas que deverão ter a sua origem e desenvolvimento no decurso do período romano. Trata-se de um processo de reutilização/violação dos monumentos megalíticos com fins funerários conhecido para outras regiões do país ^[122].

Ao partir desta configuração territorial e humana, avalia-se seguidamente um longo período da história local. As propostas dos padrões de assentamento humano romano servirão, enquanto modelo comparativo, para traçar os contornos da ocupação precedente.

4.2.2. Entre o Pós-Romano (séc. V) e Fernando Magno (meados do séc. XI)

O desenvolvimento da investigação arqueológica neste balizamento cronológico, revela-se preponderante na compreensão e reconstituição das continuidades/ruturas das formas do povoamento rural. Entre os resultados, destaquemos o projeto de investigação realizado no Alto Mondego, centrado nas estratégias de ocupação e exploração do meio rural entre os séculos V-XI [TENTE, 2010]. Existem outros estudos de diferentes temáticas, dos quais se integram as sepulturas escavadas na rocha [LOURENÇO, 2007; MARQUES, 2000].

A história do poder de dominação não se revê numa rutura entre o mundo antigo e as centúrias seguintes, antes na continuidade das estruturas sociais, políticas e

^[122] Para este assunto, por exemplo: ROCHA, 2016.

económicas, sucessivamente atrofiadas e readaptadas aos novos princípios dos povos “bárbaros”. Já nos inícios do século VIII, impunha-se um novo domínio político-ideológico [CATARINO, 2005, p. 196]. O panorama do povoamento pretérito carece de informação concreta, uma vez que é baseado exclusivamente em prospeções de superfície e no estabelecimento da relação entre o tamanho das áreas de dispersão dos vestígios e os diferentes tipos de sítios rurais. Esta situação dificulta a compreensão dos contextos de transição, sobretudo pela incapacidade de definirmos cronologias de pré-ocupação de determinados assentamentos humanos.

A continuidade da ocupação rural é impercetível aos dados arqueológicos, todavia a população rural continuaria a habitar, vivenciar e utilizar o espaço num conjunto de adaptações temporárias ou definitivas às condições naturais e sociopolíticas. São escassos os factos, mas prevalece um conjunto de afinidades entre o Homem e a geografia local. Essa “invisibilidade” resulta da diminuição de trocas comerciais de larga escala, rarefação da circulação monetária, acentuar da utilização de materiais perecíveis, produção de cerâmica local e reutilização de materiais e estruturas pré-existentes [TENENTE, 2010, p. 424]. A carência de fósseis diretores condiciona a elaboração de um quadro cronológico, útil na segmentação, esquematização e hierarquização do povoamento da Alta Idade Média. A realização de trabalhos de escavação em alguns dos sítios seguidamente abordados podem, no entanto, revelar novos indicadores, fundamentais na reconstituição do povoamento alto medieval.

Recorremos a alguns dos sítios arqueológicos romanos com possíveis provas da continuidade de ocupação do assentamento, pelo menos, durante a Antiguidade Tardia. Entre os séculos V-VIII, os dados arqueológicos são reduzidos e as fontes escritas inexistentes. Para o período compreendido entre os séculos VIII e XII, os dados arqueológicos são reveladores de uma ocupação rural, essencialmente verificável nas sepulturas escavadas na rocha ^[123], ténues vestígios de *habitat* e uma fortificação. Quanto à documentação escrita, a interpolação das suas referências com a conjuntura histórica local permite-nos colocar um conjunto de hipóteses históricas inerentes ao povoamento desta área. Utilizamos ainda o trabalho preliminar incidente na toponímia do concelho de Nelas na tentativa de expor possíveis soluções etimológicas que, derivadas do onomato

^[123] As sepulturas rupestres têm suscitado algumas discussões arqueológicas de foro cronológico e tipológico. Neste sentido, apenas remetemos o intervalo vulgarmente estabelecido, compreendido entre os séculos VIII e XI/XII [MARQUES, 2000, p. 20].

original ou das transformações morfológicas e fonéticas ocorridas no decurso dos séculos, resultantes de contactos linguísticos, contribuem para a reconstituição hipotética das ocupações culturais distintas. Todavia, sublinhe-se que estes dados toponímicos são apenas indicadores passivos. A sua plausibilidade depende de uma argumentação sustentada no exame exaustivo de cada termo, através do cruzamento com outras disciplinas, como sejam a História, Geografia e Arqueologia, e da consciencialização do sujeito perante os limites de fiabilidade de cada topónimo, influenciada, por exemplo, pelos regionalismos e mudanças fonéticas imperceptíveis ^[124].

4.2.2.1 Sítios, toponímia e documentação

A abordagem arqueológica a este balizamento cronológico é indissociável das grandes mudanças históricas ocorridas na região. As zonas rurais, apesar de ficarem à margem das transformações dos grandes centros urbanos, estiveram sujeitas às instabilidades dos séculos V a XII: as “invasões bárbaras”, o estabelecimento das monarquias germânicas, a conquista muçulmana, as lutas de fronteira e as reorganizações territoriais depois da reconquista definitiva.

O longo balizamento cronológico, analisado neste subcapítulo, coincide na ascensão de habitats de maior heterogeneidade e plasticidade [LÓPES QUIROGA, 2006, p. 356]. Com o fim do domínio romano, sucederia uma mutação funcional e formal dos modelos de assentamento rural praticados. Porém, as seleções dos locais de ocupação humana continuam a privilegiar a lógica de implantação dos sítios romanos, nomeadamente na escolha de zonas baixas ou encostas com solos de qualidade para a produção agrícola e proximidade a recursos hídricos. Apesar da expressividade estrutural e artefactual reduzida das comunidades rurais dos séculos VI, VII e VIII, não é aceitável considerar o abandono antrópico desta região. É no começo deste balizamento histórico que surge o abandono aristocrático das *villae* romanas em detrimento da ascensão de assentamentos habitacionais diversificados, dispersos e complexos, essencialmente vocacionados para a autossuficiência produtiva (agropastoril) [ARIÑO GIL, 2013, p. 120]. Todavia, perduraria o domínio sobre grande parte das propriedades por

^[124] Vide: FERNANDEZ MIER, 2006, pp. 35-52.

determinadas aristocracias regionais, responsáveis pela própria alteração funcional das antigas *villae* romanas [*ibidem*, p. 122].

A partir do século IX, os dados compilados permitem-nos apresentar um panorama mais preciso deste povoamento rural que viria a culminar com a proximidade física entre lugares habitados e no processo de encastelamento do século X-XI. Num quadro geral, o período entre os séculos IX-XI é historicamente caracterizado por constantes momentos de insegurança político-militar, culminando no empobrecimento e fragmentação dos locais em função da emergência de uma nova reorganização rural. A atuação nobiliárquica externa e de notáveis locais, assente no desenvolvimento dos princípios de lealdade e comunitarismo e na intervenção militar da “reconquista cristã”, está associada a essa reorganização numa conjugação com a sua crescente afirmação socioeconómica perante as comunidades rurais.

Para o tempo compreendido entre os séculos V-VIII, os dados arqueológicos do concelho de Nelas revelam-se insuficientes na determinação e caracterização do povoamento rural. No entanto, a confrontação dos dados utilizados na presente investigação, permite-nos tecer algumas considerações sobre quatro estações arqueológicas associadas a este período: o Fojo I (T.S.A. – Nº 2) e Pedras da Forca I (T.S.A. – Nº 9) em Canas de Senhorim, a Vila de Santar (T.S.A. – Nº 21) e a Quinta do Abrunhal/Rosado (T.S.A. – Nº 16) nas Caldas da Felgueira.

No Fojo I, o espólio recolhido e a interpretação das estruturas observadas após a realização dos trabalhos de intervenção arqueológica, permitem-nos considerar uma prolongação da ocupação do sítio até ao século VI/VII, ainda que não seja possível evidenciar os parâmetros argumentativos de uma mudança funcional desta estrutura.

No sítio das Pedras da Forca I, segundo as informações orais, existiria uma “caixa delimitada por pilares de pedra e restos de telhas”. Numa visita ao local foi observada uma concentração de material pétreo (restos de lajes) e cerâmico (tégulas e ímbrices) com fraturas recentes. Estas constatações coadunam-se com a presença de uma sepultura possivelmente enquadrada na transição entre a Romanidade tardia e os alvares da Alta Idade Média [BARROCA, 1987, p. 59]. Voltaremos a este ponto, ainda neste subcapítulo, no momento de análise conjunta dos espaços funerários.

No caso da Vila de Santar, é particularmente singular ocorrerem três topónimos de possível origem germânica ^[125] num raio de 800m. A par da etimologia de Santar (T.T.

^[125] Acrescem Quinta da Teixeira (T.T. – Nº 65), Casal Sandinho (T.T. – Nº 85) e Estacas (T.T. – Nº 118).

– Nº 192), refiram-se ainda Brolhal (T.T. – Nº 106) e Quinta do Robão (T.T. – Nº 31). Neste sentido, é possível que ao assentamento rural romano lhe sucedesse uma ocupação tardo-antiga, ainda por identificar em termos arqueológicos, mas hipoteticamente deduzida na toponímia.

Já no limite sul do concelho de Nelas, temos o caso da Quinta do Abrunhal/Rosado. Na “Área 1”, segundo informações orais ^[126], observaram-se vários fragmentos cerâmicos num pequeno talude, recolhendo-se ao tempo os mais significativos. Entre esse material maioritariamente cerâmico, encontra-se uma bilha de boca trilobada e um prato, provenientes de uma “pequena bolsa de sedimento escuro”. Numa abordagem primária a estas duas peças praticamente completas, e face à observação recente deste “corte” ^[127], é possível estarmos perante um enterramento tardo-antigo, cujo espólio integramos nas produções cerâmicas do século VI/VII [FLÖRCHINGER, 1998, p. 14 *apud* AREZES, 2017, pp. 117-118;367].

A Antiguidade Tardia (V-VIII) foi o momento das grandes mudanças traduzido num complexo mundo novo: caráter rural da economia dominante, afirmação da autonomia do poder da Igreja e a institucionalização da atividade guerreira [MATTOSO, 1993, p. 339]. Este quadro evolutivo marcou fortemente os séculos seguintes, como veremos a partir deste momento.

O povoamento alto-medieval é indissociável do estudo das sepulturas escavadas na rocha ^[128], um dos “magnum problemas da Arqueologia Medieval peninsular” [BARROCA, 2010-11, p. 117] ^[129]. Estas manifestações funerárias, presentes em várias

^[126] No âmbito do alargamento da estrada municipal que liga Caldas da Felgueira à nacional 231 em 1997, ficaram visíveis, no corte do talude sul, vários fragmentos cerâmicos (T.S.A. – Nº 16).

^[127] À superfície do solo, correspondente ao corte do talude, foi possível verificar recentemente a concentração de restos cerâmicos, ainda que em menor quantidade. Ver T.S.A. – Nº 16.

^[128] A abordagem às sepulturas escavadas na rocha em território nacional recua à segunda metade do século XIX. No entanto, foi nos anos 70/80 do século XX que ocorreram os maiores avanços crono tipológicos com os trabalhos de Alberto del Castillo e Rui Rio em Espanha, e Mário Barroca em Portugal. Para o historial das sepulturas escavadas na rocha em Portugal, veja-se: BARROCA, 2010-2011, pp. 117-129; MARQUES, 2000, pp. 13-23.

^[129] Esta situação deriva, essencialmente, de três obstáculos: escassez de datações precisas, motivadas pela ausência generalizada de qualquer resto osteológico ou material no interior das sepulturas, dificuldade em estabelecer as relações destes espaços funerários com os habitats dessas comunidades e a controvérsia no estabelecimento das razões e determinações sociais inerente à prática deste ritual [RUBIO DÍEZ, 2013, p. 270].

regiões da Península Ibérica, assumem uma das principais linhas de compreensão das dinâmicas de povoamento das comunidades locais na Alta Idade Média, no decorrer da desagregação do modelo socioeconómico tipicamente romano [RUBIO DÍEZ, 2013, p. 270]. A compreensão destes lugares funerários não se resume às questionáveis abordagens crono-tipológicas. Exige uma aproximação à paisagem, indissociável dos espaços antrópicos individualizados, identitários e geracionalmente comuns a determinadas comunidades locais, onde confluíram dinamicamente as zonas de sepultamento, residência, produção e de outras significações simbólicas [MARTÍN VISO, 2012a, pp. 2-3]. Estamos cientes das fragilidades destas formas de análise territorial, contudo é essencial realizar esse reconhecimento relacional físico e humano, ainda que sumário e hipotético, superando a mera valorização deste assunto enquanto pontos estáticos mapeados. Neste sentido, tentaremos aproximar-nos desta forma de abordagem, com objetivo de evidenciar possíveis indicadores da conjuntura socioeconómica e territorial em que se integravam as sepulturas rupestres, de certo, um processo que deixará várias questões em aberto.

A presença de sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu é significativa, como se depreende pelo historial de investigação ^[130]. No concelho de Nelas inventariámos vinte e quatro sítios arqueológicos compostos por cinquenta sepulturas. Dentro do nosso universo, não foi possível observar, levantar e descrever diretamente doze sepulturas ^[131]. Destas, seis encontram-se omissas, mas temos provas orais da sua existência e localização, das quais cinco correspondem à necrópole da Rua da Estada/Cruzeiro (T.S.A. – Nº 11), em Canas de Senhorim, e uma a São Salvador (T.S.A.

^[130] A título exemplificativo, vejam-se os números relativos a dois trabalhos: na região de Viseu, durante a década de 90, contabilizaram-se cento e sessenta e oito sítios com o total de trezentas e oito sepulturas [MARQUES, 2000]; na primeira década deste milénio, um estudo compreendido entre os rios Dão e Alva, apresenta oitenta e quatro sítios e um total de duzentas e cinquenta e cinco sepulturas [LOURENÇO, 2007]. Sublinhe-se que há repetição de valores entre os estudos, porém é particularmente interessante analisar que no segundo, centrado em torno do rio Mondego, há um maior número de sítios registados com três ou mais sepulturas. Pode tal situação resultar de famílias maiores ou de uma ocupação humana tendencialmente concentrada em torno de um ponto comum, face à conjuntura histórica da linha de fronteira do Mondego?

^[131] A esta quantificação, deveriam acrescer mais sepulturas do sítio Campas (T.S.A. – Nº 12), uma vez que, segundo a informação oral, existiam outros túmulos. Tal situação coaduna-se com o topónimo deste lugar: veja-se Campas (T.T. – Nº 120).

– Nº 40), nas periferias de Vilar Seco ^[132]. Já quatro das sepulturas estão omissas ou destruídas, nomeadamente duas em Moledo II (T.S.A. – Nº 15), no Folhadal, e duas correspondentes, respetivamente, aos sítios Campa dos Mouros (T.S.A. – Nº 35) e Estacas (T.S.A. – Nº 36), ambas em Vilar Seco ^[133]. Quanto às restantes, estariam na continuação do afloramento da sepultura 1 de Prazias/Moreira de Baixo II (T.S.A. – Nº 20), encontrando-se atualmente destruídas ^[134]. A abordagem formal e tipológica geral está condicionada por este grupo de sepulturas ^[135], ainda assim serão utilizadas com as devidas reservas, sobretudo nas análises espaciais.

Numa avaliação ao universo das sepulturas (**Anexo I – Mapa 6. e 6.3.**), predominam as formas antropomórficas com quarenta e um exemplares, em detrimento das não-antropomórficas, contabilizando-se sete sepulturas. Foram ainda classificadas duas sepulturas inacabadas: o nº 3 de Pêro do Pato/Vale do Salgueiro (T.S.A. – Nº 22) e Estacas (T.S.A. – Nº 36). Apesar do estabelecimento destas tipologias e consequente traço evolutivo das cronologias, este encadeamento revela-se demasiado taxativo face à imprecisão da datação e às diversidades regionais deste ritual funerário. Porque a nossa prioridade não passa por abordar a problemática crono tipológica destas inumações, importa valorizar um quadro regional de cronologias relativas. Assim, seguindo a maioria dos especialistas, as sepulturas não antropomórficas inserem-se nos séculos VII/IX e as antropomórficas nos séculos IX/XI, podendo perdurar até ao século XIII/XIV, como verificado na região entre Douro e Minho [BARROCA, 2010-2011, p. 145].

Numa tentativa de esquematizar uma tipologia de organização dos espaços funerários, nota-se que mais de metade dos sítios, nomeadamente onze, correspondem a sepulturas isoladas, seguindo-se dez sítios com duas a três e, por fim, três sítios com quatro a cinco sepulturas. Com base nos critérios regionais, consideremos apenas duas

^[132] Sublinhe-se que em Canas de Senhorim as informações foram obtidas na população local. Já para Vilar Seco, resultam das recentes declarações prestadas pelo proprietário do terreno onde se encontra a sepultura, coberta com terra há cerca de três décadas.

^[133] Através do historial da investigação, temos notícia destas sepulturas, no entanto não foi possível relocalizá-las, encontrando-se atualmente omissas ou destruídas.

^[134] Observações tomadas recentemente no decurso do contacto direto com o proprietário, já consideradas na bibliografia dos anos 90.

^[135] Apesar de não consumarmos a observação direta destas doze sepulturas, os indicadores reunidos através das fontes orais e do historial de investigação para cada um dos casos, possibilitaram apenas a sua classificação tipológica genérica.

necrópoles constituídas por cinco túmulos, nomeadamente Quinta da Cagunça (T.S.A. – Nº 29) e Rua da Estrada/Cruzeiro (T.S.A. – Nº 11). Os conjuntos de duas a três sepulturas manifestam uma clara aproximação a pequenos núcleos familiares, então sepultados nas proximidades do seu habitat, situação representada em Quinta do Serrado (T.S.A. – Nº 39), Pedras da Forca I (T.S.A. – Nº 9), Casal/Olival Grande (T.S.A. – Nº 7), Fontaínhas (T.S.A. – Nº 13), Prado (T.S.A. – Nº 38), Pêro do Pato/Vale do Salgueiro (T.S.A. – Nº 23), Várzea II (T.S.A. – Nº 34), Campas (T.S.A. – Nº 12), Prazias/Moreira de Baixo II ^[136] (T.S.A. – Nº 20), Francelhe/Laje do Roxo (T.S.A. – Nº 37) e Moledo II (T.S.A. – Nº 15). O número de sepulturas isoladas é significativo para a área em estudo, todavia acreditamos que parte dessa quantificação está influenciada pela forma de abordagem isolada a cada caso, praticada nesta fase inicial. Não afastamos esta realidade que podia, porventura, correlacionar-se a sepultamentos de eremitas, como é apontado ao Adoeiro (T.S.A. – Nº 25) com a presumível associação a um oratório [LOURENÇO, 2007, p. 34]. No entanto, é preponderante executar uma análise espacial abrangente, capaz de transcender o sentido da representação estática do monumento, útil no estabelecimento das razões hipotéticas causadoras da sua posição isolada. Estamos perante um grupo de sepulturas aliadas a inumações de carácter familiar ^[137] que, por vezes, assumiam-se como marcadores territoriais simbólicos e representativos de uma opção antrópica dentro da organização social, política e económica da própria “paisagem histórica” [MARTÍN VISO, 2012a, pp. 12-13].

Importa, depois de apresentados os dados, empregar uma análise espacial local que permita compreender as várias situações inerentes às comunidades praticantes deste tipo de ritual funerário. Estas aproximações geográficas partem da própria configuração dos espaços funerários e da sua capacidade de interferência na criação de paisagens [MARTÍN VISO, 2012a, p. 11]. Neste sentido, abordaremos a distribuição das sepulturas enquanto indicadores de uma rede de povoamento, através da individualização e conceptualização teórica de cenários espaciais. Esse palco espacial exigiu a utilização de fatores de análise essenciais no estabelecimento das relações das sepulturas com o território, nomeadamente referentes aos indicadores de assentamentos anteriores e posteriores, de espaços simbólicos, económicos e de mobilidade.

^[136] Sítio que seria constituído por quatro sepulturas.

^[137] Para este tema, veja-se a tipologia dos espaços funerários, com base no número de sepulturas por sítio, proposta para a região centro-oeste peninsular por Martín Viso [2012b, pp. 170-175].

A transformação económica, social e religiosa iniciada no século V premeditou uma nova ordem de povoamento rural, materializada na paisagem. Seria no âmbito da efetivação dessa reorganização e no âmbito de uma nova conjuntura política que começariam a proliferar tais inumações. Ao utilizar as sepulturas rupestres e vestígios de superfície como testemunhos locais de habitats rurais para o período compreendido entre o século VIII e XI, deparamo-nos com duas imagens distintas na área em análise: “habitats agrupados de tendência disseminada” e “habitats isolados” ^[138].

No primeiro grupo, integram-se os casos de Canas de Senhorim e Senhorim, onde é perceptível uma periferação da localização dos túmulos em torno da área de ocupação romana. Às ocupações romanas de Canas de Senhorim e Senhorim, parece suceder um grupo de habitats essencialmente agrícolas e de pendor autossuficiente com provável conexão a uma área socialmente confluyente. As áreas nucleares dos antigos assentamentos romanos, respetivamente o Fojo (T.S.A. – Nºs 2,3,4) e Igreja (T.S.A. – Nº 26), assumiriam, no decorrer da Alta Idade Média, essa posição central e de referência espacial para a nova ordem ocupacional, acompanhada por uma mudança funcional da configuração e arquitetura existente. Embora haja um deslocamento dos assentamentos rurais, é possível equacionar a continuidade à escala teorizada do território, sem que implique a continuidade de lugar ou de função dos assentamentos antecedentes [JAUBERT, 1998, p. 215 *apud* FREITAS, 2015, p. 131]. Como verificou Enrique Ariño, a conjuntura económico social da Antiguidade Tardia, provocou a desarticulação das funções iniciais do assentamento rural romano [2013, pp. 103-104]. Estas constatações originaram o povoamento e, portanto, a própria dispersão das sepulturas rupestres a partir do século VIII.

É perceptível no mapeamento temático (**Anexo I – Mapa 6.**), a propensão ao agrupamento de sepulturas em toda a área em estudo, contudo vejamos o caso de Canas de Senhorim. A Rua da Estada/Cruzeiro (T.S.A. – Nº 11) a sul, o Casal/Olival Grande (T.S.A. – Nº 7) a oeste e as Pedras da Forca I (T.S.A. – Nº 9) e Pedras da Forca II (T.S.A. – Nº 10) a norte, formam a periferação da ocupação alto medieva da vila de Canas de Senhorim.

^[138] Designações adaptadas da tipologia de habitat apontadas para o século VIII no caso de estudo a norte de Loira (França) [PEYTREMANN, 2003, pp. 320-322 *apud* LÓPEZ QUIROGA, 2006, pp. 353-354]

Numa tentativa hipotética de reconstituição interna de um habitat ^[139], vejamos o quadrante norte desta vila. A definição da área a sul coincide com o início da encosta suave virada a norte e a passagem do eixo viário (troço C) de origem romana (**Anexo I – Mapa 10.**). Paralelamente ao limite sul, encontram-se dois sítios com sepulturas rupestres (Pedras da Forca I e II) e uma forma de emparcelamento radial modelado ^[140], singularizado entre a restante massa parcelar, elementos curiosamente equidistantes e alinhados (**Anexo I – Mapa 9.**). Associadas a esta realidade, deveriam estar as Campas (T.S.A. – Nº 12). Apesar de se encontrarem a norte do ribeiro dos Travassos, ou seja, já numa “área marginal”, fariam parte da mesma ocupação humana que privilegiaria a complementaridade entre a área central e a zona periférica [FERNANDEZ MIER, 2010, p. 43].

O alinhamento morfogenético, caracterizado pelo parcelário radial em bandas, é delimitado exterior e interiormente por dois anéis semicirculares (**Anexo I – Mapa 9.1.**). No centro, figura um recinto poligonal com aproximadamente 250m². Trata-se de uma planificação concêntrica influenciada pelas condições topográficas e em clara sintonia com a rede viária antiga. Independentemente do momento histórico, a reformulação da parcela cultivada resultou num diagrama circular, cuja conceção e materialização dependeria de um planeamento e aplicação por determinado poder local. Pode esta forma expressar uma ação feudal regional, como proposto para a província de Berry (França) ^[141]?

A configuração, dimensão e localização desta trama enquadram-se, de certa forma, nas considerações gerais tomadas pela investigação histórica, centrada no emparcelamento agrário de maiores profusões espaciais e vocacionada para as “comunidades híbridas”, colocando tais formações concêntricas nos processos de reestruturação territorial e social dos finais da Alta Idade Média e inícios da Baixa Idade Média [MATTOSO, 2001, p. 84]. Contudo, a correlação dos indicadores arqueogeográficos e dos dados arqueológicos levam-nos a inferir uma realidade historicamente mais recuada. À pré-existência de um assentamento polarizador, sucederia

^[139] Consideramos esta abordagem como mera hipótese. Face ao pendor da investigação não foi possível desenvolver um trabalho de prospeção intensiva.

^[140] O pendor deste assunto implica a utilização genérica das noções de Arqueogeografia. Para a compreensão das dinâmicas da rede parcelar e viária, veja-se: FREITAS, 2015, pp. 90-106; COSTA, 2010, pp. 46-48.

^[141] Vide [QUERRIEN, pp. 350 e 354 *apud* WATTEAUX, 2003, p. 194]

uma nova forma de domínio sobre esta parte do vale dos Travassos, fisicamente efetivada neste lugar. A par do valor centralizador deste ponto, serviria como instrumento de controlo da população e suas atividades. Estas formas de reorganização são perceptíveis, segundo Magali Watteaux, na “(...) *conception successive et stratigraphique du paysage où la forme radio-concentrique se superpose et oblitère la forme quadrillée antique.*” [2003, p. 194].

É na procura do significado territorial e social da proximidade das sepulturas rupestres a este emparcelamento que equacionamos uma presumível origem da organização interna do habitat (**Anexo I – Mapa 9.1.**), possivelmente em torno do ano mil ^[142], momento conturbado na conjuntura histórica regional mas marcado pelo começo da reestruturação das pretéritas formas de povoamento e ordenação agrária, direcionadas para a obtenção de uma maior produtividade e rentabilidade da terra, do território e do trabalho agrícola [FERNANDEZ MIER, 2013, p. 431]. Assim, faz sentido compreender a implantação destas sepulturas enquanto ações antrópicas intencionais, empregues na reclamação e marcação física de direitos perante determinada propriedade. [RUBIO DÍEZ, 2013, p. 276].

Este esquema parcelar enquadra-se, portanto, numa fase final da Alta Idade Média. É, seguramente, representativo de um dos “habitats” ^[143] que formariam o agrupamento tendencialmente concentrado, mas periférico da ocupação alto medieval de Canas de Senhorim ^[144]. Podem estas análises servir de prova para o início do processo de “comunitarismo” dos habitats, sobretudo a partir do século X? Qual a relação destes

^[142] É imprudente definirmos detalhadamente os tipos de povoamento para o período compreendido entre o século V e XI. Conquanto, neste caso concreto de Canas de Senhorim, acreditamos que a periferização decorrida no decurso da Antiguidade Tardia seria gradualmente atenuada a partir do século IX. No entanto, a aglomeração populacional expressou-se na prolongação espacial dos lugares anteriormente ocupados, orientada para a “centralidade comunitária”.

^[143] Um “habitat” compreende, acima de tudo, uma extensão multifuncional com uma ordenação que rentabiliza os recursos oferecidos pelo “território”, adaptando os cultivos às características do meio num sistema de complementaridade interna (agrícola, pasto e bosque) e externa (interações locais e regionais) [FERNANDEZ MIER, 2010, p. 47]. A progressiva ampliação das áreas de cultivo “adossadas” às pré-existentes, expressa o crescente interesse da vivência coletiva que se viria a refletir nos assentamentos concentrados a partir do século XII/XIII. Cf. **Anexo I – Mapa 6. e 9.**

^[144] Este é um dos temas que merece outro desenvolvimento científico, incluindo um trabalho arqueológico extensivo a todo o vale do ribeiro dos Travassos, igualmente justificado pelas conclusões obtidas na análise toponímica (T.T. – Nº 15) e documental (T.D.H. – Nº 8).

habitats agrupados de tendência disseminada com a conceção de “aldeia” no início da Baixa Idade Média? Pode esta planificação parcelar derivar de uma “colonização” entre os séculos IX-XI de áreas anteriormente ermas? Será resultado da reestruturação de um habitat multifamiliar na procura do agrupamento populacional? Independentemente das respostas possíveis, esta configuração radio-concêntrica não deixará de ser uma “(...) *expression abusive et réductrice d’une réalité géographique et dynamique plus riche.*” [WATTEAUX, 2003, p. 214] ^[145].

Quanto à abordagem da toponímia (**Anexo I – Mapa 4.**), persiste uma concentração (raio de 2,5km) peculiar de onomatos ^[146] com possível associação à Alta Idade Média entre a zona sul da vila de Canas de Senhorim e o início do vale do rio Mondego: os arabismos Supíco (T.T. – Nº 6), Pai do Mouro (T.T. – Nº) e Corujeira (T.T. – Nº 153), o moçarabismo Atoleiros (T.T. – Nº 9) e dois termos do português antigo associados a lugares de defesa, nomeadamente Escosa/Iscosa (T.T. – Nº 8) e Castelão (T.T. – Nº 127) (**Anexo I – Mapa 4.1.**). No estado atual da questão e face às circunstâncias da investigação, ficaremos apenas com esta representação, seguramente indissociável da conjuntura histórica dos séculos VIII a XI ^[147].

Para Senhorim, mantemos a mesma ordem interpretativa exposta em Canas de Senhorim. No entanto, acreditamos que a periferização do povoamento da Alta Idade Média fosse acompanhada por um conjunto de movimentações humanas mais significativas ^[148], promotoras da ocupação intensa deste quadrante este do concelho de Nelas, deduzível nos indicadores arqueológicos, toponímicos e documentais.

^[145] O pendor desta dissertação impede o desenvolvimento detalhado do assunto. Para o aprofundar da questão, veja-se: WATTEAUX, 2003, pp. 187 – 214; 2009, pp. 95-111 e 510-514.

^[146] Sublinhe-se, mais uma vez, a consideração preliminar da análise etimológica. A consumação deste tipo de estudos histórico-toponímicos ficarão sempre inacabados e expostos a várias discussões linguísticas de certos termos.

^[147] A complexidade da apresentação e discussão das hipóteses explicativas para o tema, inviabiliza o seu tratamento histórico. Ademais, a plausibilidade e argumentação de tais propostas exigiriam a realização de um trabalho mais pormenorizado, incluindo trabalhos arqueológicos de prospeção a toda esta área e o aprofundar do estudo histórico-toponímico de cada um dos termos. Para o aprofundar do assunto, veja-se: FERNANDEZ MIER, 2006, pp. 35-52.

^[148] No decorrer da pesquisa documental direcionada ao território de Senhorim, deparámo-nos com uma designação cuja sua etimologia poderá derivar ainda de uma “movimentação externa”: “*riiulo beneagamus territorio seniorim*” (T.D.H. – Nº 1). Será prova da colonização berber do Norte de Africa (*Ben-* forma Ibérica de *Banu-*)? Não conseguimos apurar, até ao momento, qualquer indício da localização deste termo,

Estes habitats agrupados e de tendência disseminada estão hipoteticamente representados pelo conjunto das sepulturas da Adelinha (T.S.A. – Nº 24), Adoeiro II (T.S.A. – Nº 25), Vale do Covo I (T.S.A. – Nº 31), Vale do Covo II (T.S.A. – Nº 32) Várzea I (T.S.A. – Nº 33), Várzea II (T.S.A. – Nº 34) e a necrópole da Quinta da Cagunça (T.S.A. – Nº 29) ^[149]. Numa abordagem espacial, a centralidade do assentamento pré-existente (Igreja – Nº 26), coadjuvada com as sepulturas rupestres e a oicotonímia, agrotoponímia e antropotonímia de uso alto medieval, permite-nos até equacionar uma rede de povoamento conciliar com um espaço de culto primitivo. Reportamo-nos ao lugar da atual igreja Matriz de Senhorim, na localidade de Igreja, dedicada atualmente a Nossa Senhora da Assunção. Com base nas Inquirições de 1258, onde se refere a *Ecclesie de Sancta Maria de Seniorim* (T.D.H. – Nº 8), na perduração do topónimo Igreja (T.T. – Nº 81) e associação santoral hispânica de Santa Maria a Senhora da Assunção ^[150], acreditamos na existência de um edifício primitivo neste lugar que deverá recuar aos séculos XI/XII.

Neste contexto, importa reconstituirmos este “Território” em dois momentos: fase inicial de dispersão do povoamento correspondente à Antiguidade Tardia; num segundo momento, uma intensificação ocupacional do espaço com associação a factos da reconquista cristã, especialmente entre as presúrias de Afonso III e a reconquista definitiva de Fernando Magno, já em meados do século XI.

A desarticulação do quadro ocupacional tipicamente romano, sucederia nos moldes apresentados para Canas de Senhorim. No entanto, em Senhorim perdura um topónimo com provável origem germânica: Casal Sandinho (T.T. – Nº 85) ^[151]. Apesar da ausência de outras provas, admitimos o começo da periferização, já no final da Antiguidade Tardia, que viria, de certa forma, a influenciar a dispersão e localização do

situação concordante com a alteração do nome depois do ano 1100. Para este ponto: MARQUES, 1993, pp. 139-143.

^[149] A análise das sepulturas de Senhorim é particularmente interessante, sobretudo pela diversidade formotipológica e concentração espacial. Neste último aspeto, todos os sítios com sepulturas (total de treze) integram a área de abrangência traçada (circular), num raio de 1 300m, a partir do ponto central considerado (Igreja – T.S.A. – Nº 26).

^[150] Para compreender este tópico veja-se: VIEIRA, 2004, pp. 63-64.

^[151] A concretização de uma prospeção intensiva por toda esta “área de abrangência” poderá enunciar novos indicadores arqueológicos capazes de argumentar tal proposta.

povoamento subsequente, então representado nas sepulturas rupestres (**Anexo I – Mapa 6.**).

O segundo momento seria influenciado pela conjuntura histórica da “linha do Mondego”, localização geográfica e intensificação populacional desta área de Senhorim. Num périplo à história da “linha do Mondego” (Subcapítulo 4.1.2) e sua associação a Senhorim, é preponderante atentar na topografia regional e recuar ao tempo das presúrias de Afonso III. Referimo-nos a um espaço singularizado regionalmente pela proximidade e facilidade de acesso ao rio Mondego, através do vale do rio do Castelo ^[152], cujas discrepâncias altimétricas seriam insignificantes, permitindo a rápida circulação entre a zona em estudo e o Mondego ^[153]. A intensificação do povoamento surgiria no contexto das pretensões de defesa e concessão de terras às forças militares que contribuíram para o sucesso das investidas de Afonso III. Nessa conjuntura, poderemos deduzir igualmente as razões históricas que originaram a designação de Senhorim (T.T. – Nº 197), diretamente associada a *vilar siccu* (Vilar Seco) ^[154].

No deambular da segunda metade do século X, ocorreria o adensar da periferização de assentamentos motivado pelas prioridades económicas, defensivas e, presumivelmente, de culto. Associada a essa intensificação, deverão estar os topónimos Quinta da Chamusca (T.T. – Nº 82) e a relação aos locais de implantação das sepulturas associados à agrotoponímia, como Várzea (T.S.A. – Nºs 33 e 34) ou Quinta da Cagunça (T.T. – Nº 84).

A integração crono-cultural das sepulturas rupestres tem gerado controvérsia na comunidade científica. Trata-se de uma moda de enterramento transversal ao processo da

^[152] Atualmente, persistem pequenos troços de uma via paralela ao rio do Castelo, que estabelecia a ligação ao Mondego, passando pela Póvoa de Luzianes (T.T. – Nº 194). Na observação topográfica do vale do Mondego, este seria o único local com tais condições de circulação em toda a encosta direita do rio, atualmente íntegro no concelho de Nelas (cf. **Anexo I – Mapa 10. e 10.1.**).

^[153] As condições favoráveis de circulação estão, de certo modo, refletidas na toponímia, com a perduração da designação “Rio do Castelo” e “Castelo” (T.T. – Nº 175), e nos vestígios arqueológicos (T.S.A. – Nº 30). Estes indicadores representam uma fortificação sobranceira à via, servindo, portanto, como posto defensivo, obstáculo de circulação e acesso à área de Senhorim. Contudo, os vestígios de superfície permitem-nos apenas considerar uma ocupação desta fortificação, compreendida entre os séculos XI e XII, como veremos seguidamente (Subcapítulo 4.2.3.).

^[154] Para a compreensão histórica deste tópico, veja-se: o ponto 4.2.1., os topónimos Vilar Seco (T.T. – Nº 187) e Senhorim (T.T. – Nº 197) e a documentação histórica (T.D.H. – Nºs 0/A e 0/B) relacionada com ambas as localidades.

Reconquista, cuja evolução crono-tipológica do não antropomorfismo para o antropomorfismo não teria sido tão linear como é apresentado pela maioria dos investigadores. No entanto, seria no decurso desta fase histórica que tal forma de enterramento assumiria sucesso, refletindo-se na multiplicação do número de sepulcros e diversidade dos pormenores tipológicos [BARROCA, 2010-11, p.116]. Ao assumirmos as sepulturas enquanto elementos representativos de uma parte da população de Senhorim ^[155] e ao atendermos à sua posição geográfica, verifica-se uma certa estruturação de povoamento intencionalmente implantado. Acreditamos, portanto, numa intensificação estrutural sentida a partir da segunda metade do século IX, essencialmente assente nas estratégias defensivas e económicas deste momento histórico.

Apesar da proliferação das zonas ocupadas, os registos toponímicos e arqueológicos não apresentam indícios de assentamentos no quadrante sul, com exceção da Torre do Castelo (T.S.A. – Nº 30). A localização das sepulturas rupestres (**Anexo I – Mapa 6.**) e da oicotonímia e agrotonímia relacionada com a Idade Média (**Anexo I – Mapa 4.; Anexo II – T.T.**), acompanham a topografia local, perfazendo uma forma em “U” aberto virada a sudoeste (**Anexo I – Mapa 10.1**). Estaremos perante um povoamento moldada à estratégia defensiva da linha de fronteira do Mondego?

Outro exemplo que integrou o povoamento disperso tendencialmente concentrado, é o caso de Moreira (T.T. – Nº 190). A partir da “periferização das sepulturas” de Prazias/Moreira de Baixo II (T.S.A. – Nº 20), Vale dos Picos/Tapada (T.S.A. – Nº 22) e Pêro do Pato/Vale do Salgueiro (T.S.A. – Nº 23), é inferida uma esquematização organizacional que poderá refletir-se na própria estruturação precoce em torno de um espaço de culto, possivelmente, a partir do século IX, ainda que só seja confirmada documentalmente na passagem do século XI/XII (T.D.H. – Nºs 2 e 3), como veremos adiante. Neste sentido, o lugar da atual capela de São Silvestre, correspondente à zona urbanizada mais antiga da aldeia, evidenciaria, já nos séculos XI/XII, a sua “centralidade simbólica” conjugada com uma cintura de assentamentos humanos, à exceção do quadrante norte onde inicia o vale encaixante do rio Dão.

Na vila de Santar, a ausência de sepulturas rupestres é anulada pela presença de topónimos que poderão ser enquadráveis na Alta Idade Média. Destes, destacamos o

^[155] O número de sepulturas não reflete a densidade populacional. Para além dos fatores naturais e antrópicos que condicionaram a preservação destes túmulos, haveriam processos de reutilização e outras formas de enterramento.

moçarabismo Quinta da Alameda (T.T. – N° 32) e os arabismos Favacal (T.T. – N° 110), Altroão (T.T. – N° 112), Picotos (T.T. – N° 136), Altamira (T.T. – N° 140) e Azenha (T.T. – N° 162). É mais um caso peculiar derivado da abordagem toponímica ^[156], destacando a concentração de tais onomatos (raio de 1500m) ^[157].

Ao seguir para sul, está Vilar Seco, único caso com documentação escrita enquadrável neste balizamento cronológico, nomeadamente a doação de D. Flamula a D. Mumadona, sua tia (960) (T.D.H. – N° 0/A) ^[158], reproduzida depois no inventário do património do mosteiro vimaranense presente do *Livro de Mumadona Dias* (1059) (T.D.H. – N° 0/B). Neste preâmbulo, importa salientar a propriedade de *villar sico* documentalmente confirmada em 960 enquanto elemento passível de associação com o povoamento alto medievo. Essa forma de povoamento, como o sentido de *villare* emprega, seria constituída por pequenos núcleos dispersos, mas consubstanciados numa realidade conjunta e integradora de tendência “aldeã” [FERNANDEZ MIER, 2013, p. 426]. Todavia, esta conceção comunitária assentaria unicamente na partilha pontual, simbólica e estratégica de uma referência espacial em detrimento do contínuo usufruto físico de um determinado lugar.

A distribuição das sepulturas rupestres, representada pelos sítios de Francelhe/Laje do Roxo (T.S.A. – N° 37), Prado (T.S.A. – N° 38), Quinta do Serrado (T.S.A. – N° 39) e São Salvador (T.S.A. – N° 40), e a análise espacial ao perímetro urbano de Vilar Seco, premeditaram duas conclusões que se coadunam com o anteriormente exposto. Por um lado, a provável prevalência deste quadro de povoamento enquanto resposta à eficácia na defesa, usufruto e gestão da propriedade de *villar sico* mencionada em 960 (T.D.H. – N° 0/A). Por outro lado, o valor reduzido e questionável da ocupação romana em comparação com os testemunhos arqueológicos, toponímicos e escritos dos finais da Alta Idade Média, implicam a individualização desta dinâmica de povoamento. Estas singularidades parecem rever-se num panorama histórico local e regional já traçado para Senhorim.

Por fim, temos o caso de Folhadal com as sepulturas de Fontainhas (T.S.A. – N° 13) Moledo II (T.S.A. – N° 15) e Rua do Pombal (T.S.A. – N° 17). A referência escrita

^[156] Cf. com nota [146].

^[157] Uma realidade análoga à de Santar, é a zona de Nelas, entretanto menos expressiva em termos quantitativos. Para o conhecimento deste assunto, aconselhamos a leitura de Mochos (T.T. – N° 55), Algeraz (T.T. – N° 178) e Nelas (T.T. – N° 181).

^[158] Vide nota [62], Subcapítulo 4.1.2 e Vilar Seco (T.T. – N° 187).

mais antiga, conhecida para a localidade, é já do século XIII (T.D.H. – Nº 11). Todavia, parece-nos verosímil apontarmos uma ocupação humana assente em pequenos habitats que, seguindo as tendências locais, apresentavam-se isolados, mas tendencialmente concentrados, privilegiando a sua proximidade à linha viária (via “VIII”). Estes assentamentos estariam na origem da posterior concentração populacional ocorrida entre os finais do século XII e inícios do século XIII (T.D.H. – Nº 11).

No balizamento cronológico seguinte, verificaremos a influência exercida deste quadro de povoamento no momento de efetivação eterna das manchas de ocupação humana, promotor da maioria das localidades que formam atualmente o concelho de Nelas.

4.2.3. Entre a criação e a definição territorial do reino de Portugal (1297)

4.2.3.1. Sítios, toponímia e documentos históricos

A reconquista definitiva da linha do Mondego foi acompanhada pelo intensificar do povoamento ^[159] e um conjunto de transformações políticas e reestruturações territoriais, presentemente deduzíveis a partir da interpolação das várias fontes documentais (T.D.H.), arqueológicas (T.S.A.) e toponímicas (T.T.) ^[160].

A organização defensiva do território foi uma das principais linhas de atuação governativa no decorrer do século seguinte. Neste processo, consolidou-se a posição de determinados poderes locais, consubstanciada nos próprios documentos históricos (T.D.H.) com a associação de propriedades a indivíduos participativos nas égides do poder monárquico. A título de exemplo, temos, num dos documentos analisados (T.D.H. – Nº 3), a prova incontornável de como certas propriedades, historicamente documentadas, resultariam da atuação individual expressa na classificação da propriedade

^[159] O crescimento da população poderá ter origem nos inícios do século XI. Com base nos estudos polínicos realizados na encosta norte da Serra da Estrela [JANSSEN e WOLDRINGH, 1981, pp. 305-306; KNAAP e LEEUWEN, 1994, pp. 497-535], observa-se um aumento dos pólenes relacionados com o pasto e o cultivo de cereais que sucedem a fases de incêndios/queimadas [TENTE, 2010, p. 447]. A transposição destes indicadores para a nossa geografia é credível, denunciando assim uma intensificação agro-pastoril desta zona sobranceira à Serra da Estrela.

^[160] Assumimos a toponímia como vetor preponderante de compreensão e exequibilidade das deduções relacionas entre a totalidade dos dados utilizados e o espaço atual.

doado e o seu possessor, neste caso concreto, ao Presbítero Mendo: “*Concedo (...) ecclesiam de Moreira (...) Iterum concedo illam apresuria de Calafaz (...)*” (**Anexo I – Mapa 5. e 5.3.**). Esta forma de superiorização social a nível local resulta da ancestralidade da linhagem, posse e exploração de outros domínios particularmente produtivos, capacidade de estabelecimento de alianças políticas com comunidades ou nobres externos à região e da perícia em organizar a defesa da comunidade [TENTE, 2010, p. 447].

Em consonância com as estratégias de povoamento e defesa do território recentemente reconquistado, está a reestruturação administrativa sustentada na *Terra* (**Anexo I – Mapa 5. e 5.2.**)^[161]. O documento mais antigo, conhecido até ao momento, que se reporta à Terra de Senhorim é datado de 1100 (T.D.H. – Nº 1). Todavia, resume-se a uma alusão geográfica e administrativa relativa à deixa de dois casais ao Mosteiro de Pedroso, localizados em *vilar siccu no territorio seniorin*, que se mantiveram na posse do mesmo, pelo menos, até aos meados do século XIII (T.D.H. – Nº 8). Num outro documento, datado de 1110 (T.D.H. – Nº 3), podemos já aproximar-nos da configuração genérica do espaço ocupado do “ (...) *territorio seniorin, discurrente flumen Mondeci et alia parte ribulo Adon et est in partibus Visiensis.*”, confrontando com o *territorio Visiense, territorio Zurare* (T.D.H. – Nº 2) e o *territorio Sene* (T.D.H. – Nº 5), respetivamente a norte, este e sul^[162]. A perduração e confrontação dos limites desta terra, passariam, como se pode igualmente averiguar pelas descrições das Inquirições Afonsinas de 1258, pelos rios Dão e Mondego a norte e sul, Terra de Zurara a este através das localidades de Vila Nova e Gandufe (Concelho de Mangualde), seguindo em direção ao rio Dão, passando pela área das Estacas (T.T. – Nº 118) a este (**Anexo I – Mapa 5.1. e 5.2.**). A oeste, confrontava com os domínios existentes a partir dos inícios do século XII em *Ulvaria de Comite* (Oliveira do Conde, Concelho de Carregal do Sal) [VELOSO,

^[161] É uma unidade territorial profusamente difundida a partir dos meados do século XI, precisamente a partir do momento subsequente às campanhas de Fernando Magno (1057/1064), criada como resposta à necessária reorganização dos territórios recém-incorporados. A “Terra” seria encabeçada por um castelo e liderada de forma temporária ou revogável por um *tenens* (tenente), normalmente um rico-homem da alta nobreza, nomeado pelo monarca. O tenente estava encarregado de garantir a boa prossecução da atividade militar, vocação principal destas unidades, bem como, responsável pela administração da justiça e fiscalidade [BARROCA, 2012b, p. 331].

^[162] Com exceção de Seia, ambas as terras fariam parte do grande território Viseense dos séculos IX a meados do século XI [BEIRANTE, 1993, p. 269-270].

2015, pp. 3-9]. Em suma, a extensão da Terra de Senhorim corresponderia, em grande parte, ao espaço que forma atualmente o concelho de Nelas (**Anexo I – Mapa 5.1. e 5.2.**).

Com clara conotação organizacional e defensiva, estariam as fortificações associadas à criação das *Terras*. Para o nosso caso, temos vestígios arqueológicos e toponímicos alusivos à presença destas estruturas militares: Torre do Castelo e Quinta do Castelo.

Para além do topónimo Castelo (T.T. – Nº 175), os vestígios de superfície e as estruturas observadas não deixam qualquer dúvida quanto à existência de uma pequena fortificação sobranceira ao rio Castelo (T.S.A. – Nº 30), conhecida desde os finais do século XIX (Capítulo 2). Com base nos indicadores históricos e materiais enquadráveis nos séculos XI-XII, foi proposta uma interpretação assente na funcionalidade desta fortificação enquanto estrutura que encabeçaria as Terras de Senhorim [MARQUES, 2000, p. 121; EUSÉBIO, MARQUES, 2005, p. 58]. Por outro lado, as dimensões reduzidas, a sua localização “envergonhada” numa posição marginalizada do território e o reduzido campo de visão podem, antes, implicar uma origem e função diferente. É imprudente estabelecermos definitivamente as funções desta fortificação, no entanto, a conjugação das fontes coadunam-se com uma estrutura vocacionada para o controlo de uma via de circulação que estabelecia a ligação entre Senhorim e a passagem do rio Mondego, apoiando, desse modo, um castelo principal ^[163]. Os dados arqueológicos visíveis à superfície premeditam, em primeira instância, datar a fortificação do século XI-XII. No entanto, face à conjuntura histórica da linha do Mondego e às características deste vale, verdadeiro eixo de entrada a sul ^[164], a implantação deste posto, que privilegiou a defesa e controlo de circulação e acesso à área de Senhorim, pode ter origem nos dois séculos anteriores (**Anexo I – Mapa 10. e 10.1**) ^[165]. Qual a verdadeira função da estrutura amuralhada da “Torre do Castelo” (T.S.A. – Nº 30)?

A segunda hipótese recai sobre a zona entre as atuais localidades de Vilar Seco e Senhorim. Denominada pelo topónimo Quinta do Castelo (T.T. – Nº 68), esta zona ocupa uma localização privilegiada ao nível da integração da paisagem, campo de visão,

^[163] Cf. com nota [152].

^[164] Vide nota [153].

^[165] O valor histórico desta fortificação, paralelamente à degradação contínua e irreversível do sítio arqueológico, justifica a execução de vários trabalhos arqueológicos capazes de minimizar os impactos naturais e antrópicos sobre este património arqueológico. Ademais, a convivência destas ações permitirão esclarecer a verdadeira posição deste “Castelo” no contexto da história regional.

topografia e centralidade da Terra de Senhorim (**Anexo I – Mapa 4., 6. e 10.**). Acrescenta-se ainda o valor de Vilar Seco no final da Alta Idade Média e durante a Baixa Idade Média, atestado pelas fontes históricas, toponímicas e arqueológicas, levando, por vezes, a colocar a sede da Terra de Senhorim nesta localidade, pelo menos, em certos momentos históricos (**Anexo I – Mapa 4., 5., 5.1., 6. e 10.**) ^[166]. O pendor desta investigação inviabilizou o desenvolvimento de prospeções neste lugar, úteis no apuramento da plausibilidade desta hipótese. Esperamos obter esses resultados em futuros trabalhos, quiçá capazes de testemunhar a complementaridade destas duas implantações defensivas e apurar qual a verdadeira localização do castelo que encabeçaria as terras de Senhorim.

A conquista definitiva da linha do Mondego (**Anexo I – Mapa 3.**), marca também uma transformação no campo simbólico-religioso. No decorrer dos séculos XI-XII, a conjuntura administrativa e socialmente favorável, viria a intensificar a crescente vontade humana, quer a título individual como comunitário, em implantar edifícios de culto. Este processo é verificável na zona de estudo, precisamente na referência documental à *ecclesiam de Moreira* (T.D.H. – Nº 3) que recuará, pela ordem interpretativa e cronológica do documento escrito, à segunda metade do século XI (**Anexo I – Mapa 5. e 5.2.**). Passados dois séculos, os espaços de culto multiplicam-se, levando ao estabelecimento da rede de igrejas paroquiais ^[167]. Dentro da ordem de configuração do povoamento, apresentada no subcapítulo anterior, a dispersão tendencialmente concentrada seria, a partir deste momento, definitivamente ultrapassada com a valorização efetiva do simbólico-religioso, motivando a permanência e contínua vivência comunitária na conceção da “aldeia” atual. É nestas bases empíricas que estão as razões das localizações e designações da grande maioria das localidades atuais pertencentes ao concelho de Nelas (**Anexo I – Mapa 1.**).

Neste quadro simbólico-religioso, verifica-se também a mudança nos rituais e formas de tratamento dos mortos. A efetiva valorização física dos edifícios religiosos e a

^[166] A título de exemplo, sublinhe-se a menção à concretização de um *concilium* em Vilar Seco, onde se deliberou a prisão de um indivíduo por não realizar o pagamento da sua dívida, e, conseqüentemente, a mobilidade dos homens de Senhorim, como revelam as Inquirições Afonsinas (T.D.H. – Nº 8).

^[167] Com base nas Inquirições Afonsinas de 1258: Igreja de Santar e Igreja de Senhorim. Já nos inícios do século XIV, no âmbito do Catálogo das igrejas, comendas e mosteiros do Reino referem-se as três igrejas que integravam a divisão de Aquém Monte (**Anexo I – Mapa 3.**), uma delas, pela primeira vez: *Sancto Petro de Santar*, *Sancta Marie de Seniorim* e *Sancto Salvador de Cannas Seniorim*.

conjuntura político-administrativa dos séculos XI-XII, premeditaram o abandono progressivo das sepulturas escavadas na rocha. Todavia, a continuidade da execução e utilização das sepulturas rupestres de forma antropomórfica e dispersa poderia ocorrer posteriormente, representando sobrevivências tardias de uma moda em completo declínio e, por isso, com reduzida expressividade [BARROCA, 2010-11, p. 129]. De qualquer forma, é imprudente reproduzir detalhadamente este processo transitivo que culminaria com concentração de sepultamentos, por vezes rupestres, em torno dos edifícios religiosos. Já a partir do século XIII/XIV, como forma de diferenciação de certos defuntos nos cemitérios medievais do entorno dos edificadados religiosos, é generalizada a utilização das estelas funerárias medievais, maioritariamente fincadas na zona da cabeceira de determinado enterramento ^[168].

Numa aproximação física e interpretativa ao panorama até aqui dissertado, retomemos, enquanto exemplos, às análises de Canas de Senhorim e Senhorim. Ambos os casos apresentariam um povoamento disperso tendencialmente concentrado e já com indicadores comuns de vivência comunitária nos últimos dois séculos da Alta Idade Média (Subcapítulo 4.2.2.). Foi no decorrer da conjuntura histórica dos séculos XI-XII que se materializaram essas relações sociais e comunitárias e, simultaneamente, se firmaram os edifícios religiosos, no sentido da representação física de uma referência espaço-simbólica pré-existente ^[169].

^[168] Os parâmetros cronológicos e objetivos definidos para esta investigação afastam a abordagem detalhada às quatro estelas do Passal, bem como à estela funerária do adro da Igreja Matriz de Senhorim. Para o aprofundar deste assunto arqueológico, nomeadamente com associação a cronologias absolutas, veja-se, por exemplo: GOMES e GOMES, 2006, pp. 309-330.

^[169] Quer em Senhorim como Canas de Senhorim, as sepulturas isoladas ou associadas a um número restrito (2 a 3), refletem, como propõe Mário Barroca para a região de Entre Douro e Minho, um povoamento manifestamente revelador da ausência de uma estruturação da organização paroquial. Se é admissível considerar esta constatação, não poderíamos deixar de equacionar as razões seletivas do lugar de instalação dos constituintes dessa rede de igrejas paroquiais, estabelecida no século XIII, e até de pequenas edificações erguidas por iniciativa meramente comunitária. Na área em análise, parece-nos notória a requisição prévia de parâmetros geográficos, simbólicos e históricos para a escolha do lugar albergador do espaço de culto, prevalecendo o respeito pela centralidade da referência espaço-simbólica instituída durante a Alta Idade Média no sentido teorizado de cada um destes “territórios” [JAUBERT, 1998, p. 215 *apud* FREITAS, 2015, p. 131]. A título exemplificativo, veja-se a dispersão das sepulturas escavadas na rocha de Senhorim e a localização do local de culto referido na documentação escrita.

Em Canas de Senhorim, as dimensões significativas da ocupação pretérita romana e posterior localização periférica do povoamento alto medieval, foram substituídas por uma concentração comunitária plenamente efetivada no decurso do século XIII (**Anexo I – Mapa 6.**). Essa área de povoamento corresponderia, em parte, aos quadrantes ocupados anteriormente no período romano. Curiosamente, as várias fontes utilizadas apontam a um local de culto primitivo situado no quadrante oeste da vila, nas proximidades do Olival Grande/Casal (T.S.A. – Nº 1), onde os indicadores arqueológicos (**Anexo I – Mapa 6., 6.1. e 7.**) indigitam também um local de culto romano (Subcapítulo 4.2.1). Referimo-nos ao sítio do Passal (T.S.A. – Nº 8), especificamente à zona norte, intensamente transformada no último quartel do século XX (**Anexo I – Mapa 5. e 5.2.**)^[170].

A própria toponímia antevê a idealização de um espaço aliado aos primeiros séculos da Baixa Idade Média. Para além do onomato Passal (T.T. – Nº 12), termo intimamente associado à Igreja, perdura a designação popular de Casal para demarcar a zona sul deste quadrante oeste da vila (**Anexo I – Mapa 4.1. e 4.2.**). Os próprios indicadores arqueológicos e toponímicos são concordantes com as referências identificadas na documentação histórica a partir dos meados do século XII. Por um lado, a existência de dois casais em Canas de Senhorim, anteriores a 1155 (T.D.H. – Nº 5), evidencia uma forma de ocupação rural deste período, aventando uma possível associação à utilização inicial do termo, atualmente usado para diferenciar esta área da vila (T.S.A. – Nº 8). Por outro, em 1189 (T.D.H. – Nº 6), aquando da criação do couto de Canas de Senhorim e, portanto, sua desintegração da Terra de Senhorim, é referida a compra anterior da *villa de Cannas* (1184-1187) pelo Bispo D. João Perez a um grupo de proprietários. Tal documento denuncia, em primeiro, uma ocupação humana considerável já no século XII, representada por cada uma das três famílias mencionadas neste documento, às quais se junta, a partir de 1155, a família de Soeiro Mendes, proprietária

^[170] Ao observarmos a cartografia de 1945 (C.M.P., 1:25000; Fl. 200), é possível identificar um conjunto de edificações, atualmente destruídas, que corresponderiam à reestruturação funcional no decurso da época moderna, entre as quais, o designado “Palheiro”. Presentemente, resiste apenas uma pequena construção associada à produção agrícola, onde se encontra uma cruz latina em negativo sobre um bloco granítico e se retirou uma estela funerária. No “Palheiro”, situado a norte da atual edificação pétreia, estavam, ao tempo da sua destruição, mais três estelas funerárias medievais, uma delas epigrafada. É provável estarmos perante uma área onde assentava a “Igreja Velha”, lugar assim designado pela tradição oral.

de dois casais ^[171] (T.D.H. – Nº 5). Em segundo plano, demonstra o interesse em estabelecer este Couto, ambicionado desde de 1184-1187, com as aquisições do bispo D. João Perez ^[172], enunciando a rentabilidade económica destas terras e consequente interesse em auferir dessas vantagens, num momento crucial de reestruturação da diocese de Viseu, restaurada em 1147 ^[173]. A consumação e definição deste domínio deveria ser acompanhada pela existência de um edifício religioso. A reunião e confrontação de todos os dados com a configuração urbana e agrária atual, leva-nos a equacionar a existência de um edifício de culto primitivo em Canas de Senhorim, localizado no quadrante norte deste sítio (T.S.A. – Nº 8), especificamente na zona popularmente denominada de “Igreja Velha”, que deverá recuar ao século XII/XIII, embora só tenhamos, até à data, referência escrita do mesmo nos inícios do século XIV.

Na parte oriental do concelho, Senhorim evidencia um quadro muito semelhante a Canas de Senhorim. Aqui, a configuração “estratégica e funcional” do povoamento antecedente acompanharia a permanência de uma referência espaço-simbólica (**Anexo I – Mapa 6.**) ^[174], perceptível e certamente firmada nos séculos XI-XII. O valor histórico desta área é atestado pelas várias menções a propriedades e intervenientes (**Anexo I – Mapa 5., 5.1. e 5.2.**), patentes na documentação escrita local (T.D.H. – Nºs 1, 3, 4 e 8) e nas interpolações com outras fontes escritas associadas à história regional (T.D.H. – Nºs 0/A e 0/B), permitindo ainda equacionar uma provável origem do termo Senhorim (T.T. – Nº 197).

A par dos indicadores escritos e arqueológicos, o tratamento toponímico preliminar apresenta-se em completa sintonia com o proferido (**Anexo I – Mapa 4.**). A mais óbvia alocação prende-se no uso do onomato Igreja (T.T. – Nº 81) para designar a localidade albergadora da Igreja Matriz de Senhorim, dedicada atualmente à Senhora da Assunção. Com base nas Inquirições Afonsinas de 1258, onde se refere a *Ecclesie de Sancta Maria de Seniorim* (T.D.H. – Nº 8), na perpetuação do topónimo Igreja (T.T. – Nº

^[171] A antiguidade destes dois casais deverá recuar aos séculos X/XI, quando Martim Godesteis deixa por Testamento tais propriedades ao Mosteiro de Santa Cruz (Coimbra), entidade que procedeu à troca dos mesmos com Soeiro Mendes em 1155 (T.D.H. – Nº 5). *Vide* nota [181].

^[172] Após a sua morte, seria no bispado de D. Nicolau (1192-1213) que os moradores deste domínio, agora denominado de *Cannas de Seniorim*, receberiam carta de foro do Cabido de Viseu em 1192 (T.D.H. – Nº 7).

^[173] Cf. com notas [65] e [66].

^[174] Cf. com nota [149] e Subcapítulo 4.2.2..

81), nos indicadores arqueológicos (T.S.A. – Nº 26) ^[175] e associação santoral hispânica de Santa Maria a Senhora da Assunção ^[176], acreditamos na existência de um edifício primitivo que remontará, pelo menos, ao século XI-XII ^[177].

A edificação do espaço de culto acompanharia o processo de efetivação da concentração populacional que, no caso em questão, não ocuparia um único núcleo. Neste sentido, admitimos a rarefação dos assentamentos humanos isolados ainda em tal condição, assente na aproximação física e social entre os lugares ocupados e na partilha comunitária de um ponto identitário, em sincronia com o emancipar de uma apropriação de valores imóveis, consumada por determinadas elites locais (**Anexo I – Mapa 6**). Paralelamente, o adensar da atividade agrícola entre os séculos XI-XIII influenciou, de igual modo, a ampliação e conseqüente ocupação de novos locais ^[178]. De certo modo, essa forma de povoamento expressa-se na atualidade através da própria designação de Senhorim, popularmente utilizada para denominar a área ocupada por todas as localidades assentes na envolvência da Igreja Matriz e não uma única localidade. Ademais, a ostentação atual do onomato Fonte do Alcaide (cerca de 450m a nordeste da Igreja Matriz) e as características do parcelamento agrário no entorno da Igreja Matriz (raio de 300m), contrastando com todo o parcelário circundante de pequenas dimensões, poderão ter a sua origem na ação administrativa e opção organizacional das terras de Senhorim por iniciativa do poder local, como seja da nobreza ou do clero (**Anexo I – Mapa 10**).^[179]

^[175] A estela medieval, recolhida no adro da Igreja Matriz, prova igualmente a existência de um espaço de culto primitivo no mesmo lugar da atual, contudo já numa fase tardia da Idade Média (a partir do século XIII/XIV).

^[176] Para compreender este tema, veja-se: VIEIRA, 2004, pp. 63-64.

^[177] Os séculos XI/XII correspondem ao verdadeiro momento histórico de efetivação física e valorização espiritual dos preceitos religiosos. Paralelamente, a documentação histórica enuncia um “...territorio definido, delimitado y reconocido por parte de la comunidad que lo habita y explota y también por otras comunidades de su entorno y por los poderes que ejercen sobre el mismo cualquier tipo de prerrogativa, sea territorial o jurisdiccional.” [FERNANDEZ MIER, 2013, p. 426].

^[178] Em sintonia com esta suposição está a ocupação mais significativa da zona sul, na senda da linha viária que seguiria em direção ao rio Mondego, contrariamente ao povoamento da Alta Idade Média assumido pelas sepulturas escavadas na rocha. Será, seguramente, reflexo das ações militares e administrativas iniciadas na segunda metade do século XI. Portela (T.T. – Nº 86), Moinhos (T.T. – Nº 88) e Casal de São José (T.T. – Nº 89) assumem-se como lugares de povoamento, possivelmente, a partir deste momento.

^[179] Parece-nos que a própria trama agrária resultaria da ação mútua associada, respetivamente, ao topónimo Fonte do Alcaide (T.T. – Nº 83) e ao microtopónimo Passal, situado nas imediações (sul e este) da Igreja Matriz de Senhorim.

Paralelamente, prevalece ainda um conjunto de topónimos concentrados (raio de 1km a partir da Igreja Matriz) remissivos a uma reconstituição da ocupação humana que enquadrável neste balizamento cronológico, ainda que as suas origens possam recuar aos séculos anteriores da Alta Idade Média (**Anexo I – Mapa 4.**): Fonte do Alcaide (T.T. – N° 83), Quinta da Cagunça (T.T. – N° 84), Casal Sandinho (T.T. – N° 85), Portela (T.T. – N° 86), Moinhos (T.T. – N° 88), Casal de São José (T.T. – N° 89) e Senhorim (T.T. – N° 197).

A reunião e confrontação empírica dos dados de Senhorim permitem vislumbrar uma mudança da estruturação territorial com forte influência na própria organização agrária. A manutenção e surgimento de novos lugares habitados configuram uma rede populacional que ficaria cristalizada no século XIII, constatação verificável a partir da análise às Inquirições Afonsinas 1258 (T.D.H. – N° 8).

Como surge na grande maioria das localidades do concelho de Nelas, a configuração atual do espaço nuclear de Senhorim deriva das evoluções estruturais do meio físico e humano, processadas e firmadas entre os séculos XI-XIII. Por essas razões, depois de expormos as evoluções gerais deste balizamento cronológico, tentaremos compreender a forma de relacionamento dessas evoluções gerais com os indicadores de povoamento, mencionados na documentação histórica, caracterizados pela variedade de termos referidos e falta de clareza dos seus significados ^[180].

Num traço geral, os modos de povoamento, mencionadas na documentação escrita, passam pelos casais, vilas, igreja e vilar. Existem ainda dois documentos associados à definição de propriedades e estabelecimento de direitos e deveres de determinados moradores, respetivamente designados por couto e foro.

O casal, geralmente de pequenas dimensões, designaria uma propriedade fundiária, agrícola e tributária que, implantado de forma isolada ou conjunta, estaria na alçada de determinado proprietário. São representativos desta unidade de povoamento, os dois casais de “*vilar siccu (...) territorio seniorim*” (T.D.H. – N° 1), deixados por testamento ao mosteiro de Pedroso, e os “*(...) duos casales (...) in villa de Canas que est in territorio Seniorim (...)*” (T.D.H. – N° 5). Os antropónimos de ambas as fontes permitem-nos admitir possíveis associações familiares à nobreza condal, recuando ao

^[180] Com base no proferido e, de certo modo, face às limitações no desenvolvimento de certos conteúdos neste nível de investigação, consideremos apenas a documentação histórica anterior às Inquirições Afonsinas de 1258 (T.D.H. – N° 8).

século X-XI e, com isso, estabelecer as razões e até relações de anterioridade destes assentamentos ^[181].

Com caráter singular, temos a *ecclesia* de Moreira, doada por testamento à Sé de Coimbra pelo Presbítero Mendo em 1110, juntamente com a *apresuria de Calafaz* (presúria de Alcafache, Concelho de Mangualde). Este documento emancipa a existência de um povoamento exposto à cristianização rural, seguramente significativo, como já se evidenciava em 1103, com a fragmentação da vila de Moreira em “(...) *porcio quarta pars.*” (T.D.H. – Nº 2). A reunião dos factos descritos neste documento de 1110 (T.D.H. – Nº 3) e no de 1123 (T.D.H. – Nº 4), leva-nos a assumir a participação, direta ou indireta, deste presbítero ^[182] nas campanhas regionais de Fernando Magno da segunda metade do século XI (**Anexo I – Mapa 5**). Assim, não seria descabido admitirmos a prévia ocupação de Moreira como razão da instalação de domínios da nobreza e igreja, acelerando o processo de feudalização da sociedade rural então repercutido numa nova forma de domínio perante a comunidade local. Outro indicador, passível da anterioridade de povoamento, advém da utilização da preposição *de* seguida do nome de um lugar definido (Moreira), aludindo a uma povoação e sua vinculação à igreja, constatações também tomadas na região das Astúrias no século XI-XII [FERNANDEZ MIER, 1999, p. 238].

A efetivação física da centralidade espacial ocorreria com a fundação da igreja, repercutindo-se no desenvolvimento populacional associado a tal edificado de cristianização. A própria dispersão das sepulturas escavadas na rocha reproduz essa premissa e até predispõe um quadro hipotético da estruturação interna desta *villa* (**Anexo I – Mapa 6**). Serão estas sepulturas (T.S.A. – Nºs 20, 22 e 23) anteriores, coetâneas ou posteriores aos séculos XI-XII?

^[181] A argumentação deste tipo de teses implica o desenvolvimento detalhado de cada genealogia dos intervenientes, tarefa complexa e demasiado extensa para realizar neste tipo de investigação. Assim, consideremos estas constatações como meras suposições que deverão ser alvo de outro tipo de estudos mais historicistas. Referimo-nos à genealogia de Pedro Dias, então proprietário dos dois casais em Vilar Seco, provavelmente da família de Mumadona Dias, e Martim Godesteis (irmão de Ansur Godesteis, fundador do mosteiro de Arouca?), doador dos dois casais de Canas de Senhorim ao Mosteiro de Santa Cruz que depois viriam a ser trocados com Soeiro Mendes em 1155, presumivelmente descendente de Gudesteo Fernández, familiar de Ero Fernández, importante personagem da corte de Afonso III das Astúrias (866-911) [MATTOSO, 1970, pp. 37-38; SÁEZ SÁNCHEZ, 1947, pp. 66-68].

^[182] A proximidade dos bens, o estatuto e primeiro nome mencionado parecem aludir ao mesmo indivíduo, neste caso, o Presbítero Mendo Oveques.

A *villa*, um dos vocábulos mais utilizados na documentação escrita para determinar o povoamento, assume uma grande heterogeneidade quanto ao seu significado. Todavia, ao partirmos das hipóteses propostas dirigidas ao momento anterior (Subcapítulo 4.2.2.) e à observação atual da toponímia, assumimos as vilas do século XII como unidades de povoamento e produção agrícola, já consolidadas em fases anteriores (cf. **Anexo I – Mapa 4. e 5.**).

Como propõe Fernández Mier para as Astúrias, a *villa* refere-se também a um conjunto de propriedades dentro de uma comunidade [1999, pp. 231-232]. De certo modo, esta constatação revê-se indiretamente nas vilas *Branido* e *Bena Gamus* (T.D.H. – N° 4), onde o Presbítero Mendo Oveques possuía certos bens e não a totalidade das mesmas, sendo igualmente um conteúdo representativo da presença do poder feudal eclesiástico. Contudo, temos exemplos mais expressivos, nomeadamente na doação por testamento referente a Moreira (1123) e no coutamento de Canas de Senhorim (1189). No primeiro documento, Pedro Sesnandes doa “*De supra dicta villa Moraria (...)*” a sua “*(...) porcio quarta pars.*” (T.D.H. – N° 2), o que atesta a posse de apenas um quarto desta vila e, obviamente, a ideia de várias propriedades e famílias que, conjuntamente, seriam designadas pela mesma forma: *villa moraria*. No coutamento, para além de ser verosímil recuperar os limites desse domínio, é expressa a compra anterior da *villa de Cannas* pelo Bispo D. João Perez (1184-1186) a vários proprietários, nomeadamente *Soiero Formariz* e *Dona Mónia*, sua mulher, a *Pedro Heriz* e *Dona Maria*, sua mulher, e *Marílio* (T.D.H. – N° 6).

O sentido tomado pela *villa* do século XII, é traduzido por várias propriedades e famílias que partilhavam um mesmo “território”, onde coexistiam determinados princípios simbólico-sociais, económicos e político-administrativos. Referimo-nos a uma “centralidade conglomerada” que sucede a um “povoamento disperso, tendencialmente concentrado,” perceptível na disposição geográfica das sepulturas rupestres (**Anexo I – Mapa 6. e 6.1.**). Essa continuidade é, de certa maneira, verificável através da interpolação das várias fontes. Para além da toponímia medieval, as alusões geográficas da documentação histórica coincidem também com as principais manchas de sepulturas escavadas na rocha. Apesar de não conseguirmos estabelecer detalhadamente a anterioridade, simultaneidade ou posterioridade dessas formas de sepultamento ^[183],

^[183] Acrescem ainda, como já tivemos oportunidade de expor, as problemáticas inerentes ao estabelecimento de cronologias de acordo com as formas-tipologias.

cremos que o mais importante será salientar a presumível origem destas *villas*, diretamente influenciadas pelo povoamento antecedente, como defendido nesta dissertação (cf. **Anexo I – Mapa 4., 5.1, 6. e 6.1**).

Geralmente, a exploração económica dependia dos seus caseiros que tinham de cumprir a boa gestão da exploração e pagar as devidas rendas, normas estabelecidas por contratos rurais, ou seja, nos designados “prazos” [MATTOSO, 1993a, pp. 202 - 203]. Pode o topónimo Prazias (T.T. – N° 20), localizado em Moreira, derivar dessa forma de exploração agrária?

Com associação direta à vila e aos dois casais, mencionados no século XII para Canas de Senhorim, está o coutamento. Esse documento (T.D.H. – N° 6) revela um conceito “territorial” mais amplo, assente numa extensão abrangente e definida através da alusão aos seus limites. A maioria dos lugares têm correspondência com a toponímia atual, proporcionando a individualização deste domínio (**Anexo I – Mapa 5. e 5.1.; Anexo II – T.T.**)^[184].

Por último, mas não menos importante, cabe avaliar o foro de 1196 do Cabido de Viseu para os moradores da vila de Canas de Senhorim (T.D.H. – N° 7), consignando os direitos e deveres dos mesmos. Com base nos deveres de cada um dos moradores, seria significativo o cultivo dos cereais, do linho e principalmente, do vinho. Assim, a definição territorial do couto e respetivo estabelecimento de direitos e deveres consigna, igualmente, uma unidade económica.

Chegados a este ponto, é imperioso reconhecer o século XIII como tempo de afirmação e perpetuação de um povoamento maioritariamente refletido nas localidades atuais (T.D.H. – N°s 8 a 14). Foi na interiorização desta premissa e, acima de tudo, na procura das razões explicativas da configuração do povoamento atual, que se projetou o limite temporal da investigação.

4.3. Caminhos Antigos: Propostas de traçado Romano-Medieval

O estudo dos caminhos antigos e suas alocações cronológicas afigura-se problemático, sobretudo pelo reduzido número de indicadores cronológicos viários e

^[184] Recomendamos a leitura da entrada referente a este documento (T.D.H. – N° 6), onde constam os lugares documentados e suas correspondências atuais, noções básicas para a compreensão cartográfica proposta.

utilização diacrónica dos mesmos. Todavia, a abordagem à dinâmica de ocupação humana do nosso território exige uma proposta desses traçados, elementos ativos na compreensão e funcionamento da ordem social, cultural, económica e política da paisagem humanizada.

Os caminhos antigos, independentemente dos períodos culturais, evidenciam uma estruturação orgânica e racional do espaço onde coexiste uma lógica de racionalização da paisagem, então modelada entre acessibilidades e assentamentos humanos. Assim, a humanização da paisagem é reflexo das variadas formas de utilização do meio natural pelo Homem, das quais se inclui a mobilidade ^[185].

Quais seriam os traçados constituintes da malha viária romana ^[186] da nossa geografia? Deparamo-nos com um vasto conjunto de dificuldades inerentes à definição destas vias, motivadas pela ausência regional de referências de autores clássicos e, como já mencionado, constantes transformações do eixo original, resultado da utilização diacrónica. Apresenta-se, neste sentido, uma abordagem preliminar cujo desenvolvimento assentou na historiografia [VAZ, 1997, pp. 371-402; 2004, pp. 117-134] e no cruzamento geográfico dos troços de vias lajeadas com os restantes caminhos de pendor vicinal, assentamentos humanos, pontos de travessia dos cursos de água, topografia e marcos miliários. Esta última fonte histórica e arqueológica assume-se fundamental enquanto transmissora do conhecimento de vias, cidades, imperadores, gentes e distâncias, resultante de um espaço, tempo e ação humana [MANTAS, 2012, pp. 139-169]. O “matrimónio” entre vias e miliários traduz-se numa complementaridade de informação, fruto da “domesticação” conjunta do meio físico que assim se torna humanizado à maneira da civilização romana.

Da cidade romana de Viseu (**Anexo I – Mapa 1.**) irradiava um vasto número de troços, complementados por mais de três dezenas de marcos miliários, alguns dos quais,

^[185] A utilização do meio envolvente é realizada num quadro conjuntural, constituído por um tempo e espaço em constante transformação, em que o modo de pensar e agir se reflete nas alterações causadas, passíveis de uma longevidade incalculável. Sintetizando, uma paisagem humanizada (hoje Geografia Humana) deriva das próprias necessidades do Homem se adaptar ao meio envolvente.

^[186] No que toca ao estudo sintetizado da rede viária romana em Portugal, veja-se: MANTAS, 2008-2009, pp. 239-272.

localizados no concelho de Mangualde ^[187]. Para a geografia em estudo ^[188], importa considerar todos estes testemunhos próximos, pois o estabelecimento da malha viária local só é compreensível numa realidade regional dinâmica e integradora.

No sentido oeste-este, a interpolação dos elementos regionais e dados locais apontam a passagem de um eixo viário (C) que, vindo de Santa Comba Dão, atravessaria o concelho de Carregal do Sal e entrava na Póvoa de Santo António. Daqui, seguiria a norte de Canas de Senhorim, passando ao lado da Orca das Pramelas (T.S.A. – Nº 6), monumento recetor de um enterramento romano, em direção à zona das Pedras da Forca. Acrescentam-se aos dados arqueológicos os resultados preliminares da análise toponímica, nomeadamente a estreita relação de Tramelas/Pramelas (T.T. – Nº 14) e Pedras da Forca (T.T. – Nº 173) a um eixo viário de provável origem romana. Ambos os odotopónimos têm origem latina, designadamente *Trāmes* (caminho, atalho), podendo derivar de um “caminho local” de acesso ao assentamento romano de Canas de Senhorim (**Anexo I – Mapa 7. e Mapa 8.**), sucedendo-lhe o sufixo *-elas* (função diminutiva ou até depreciativa) motivado pela desvalorização desse acesso. Já o segundo topónimo pode derivar de *Furca*, aludindo a um lugar de bifurcação viária. Deste lugar (Pedras da Forca) estre troço (C) seguiria em direção ao Folhadal onde voltaria a cruzar outro eixo viário, tomando a designada via principal “VIII”, seguindo em direção a Mangualde (**Anexo I – Mapa 10.**).

Ainda nesta orientação oeste-este, mas no norte do concelho de Nelas, equacionamos a existência de um ramal vicinal (A) na zona da Pedra Cavaleira ^[189] (Concelho de Viseu) que seguiria em direção a Santar onde assumiria o eixo viário

^[187] Só para a área administrativa em questão, registam-se oito miliários. Destaquemos, pela riqueza informativa, os marcos de Abrunhosa-a-Velha, ambos integrados na “via IV”, um com menção à milha XVIII de Adriano (120-121) e outro com apenas a identificação do imperador Numeriano (283-284), e o marco de Abadia de Espinho associado à designada “via VIII”, aludindo a Cláudio (54) com marcação da milha VII [VAZ, 1993, pp. 366-388].

^[188] Neste contexto, refira-se o possível marco miliário anepígrafo (**Anexo III – Figura 2.**) da Quinta do Lila (T.T. – Nº 87), Senhorim.

^[189] Esta via, provavelmente de origem romana, era proveniente de Viseu e passaria o rio Dão na aldeia de Póvoa Dão (Concelho de Viseu). Atualmente, preserva-se um troço entre o rio Dão e Pedra Cavaleira, caracterizado por grandes lajes graníticas e uma largura média de 2,50m [PEDRO, VAZ e MARQUES, 1994, p. 80]. Desta última localidade deveria seguir para o concelho de Carregal do Sal, mais propriamente em direção à via anteriormente mencionada (C), passando no Sítio Romano de Chãs (Beijós), já citado no ponto 4.2.1.1. no âmbito da epigrafia romana.

proveniente de Nelas com destino a Alcafache (B) ao encontro da via “I” ^[190] (Mangualde-Alcafache-Viseu), garantindo a mobilidade ao assentamento romano de Prazias/Moreira de Baixo II (**Anexo I – Mapa 10.**). Acompanharia a planura sobranceiro ao vale do rio Dão, característica desta zona entre Pedra Cavaleira e Santar.

Numa orientação sul-norte, destaquemos a posição histórico-funcional da Quinta do Abrunhal/Rosado (T.S.A. – N° 16), localizada na margem direita do rio Mondego, a montante (cerca de 900m) da Quinta da Barca (T.T. – N° 151). Daqui (**Anexo I – Mapa 10.**), partiam duas vias, uma das quais, a designada via secundária “XV-1” que, adaptada à nossa proposta, garantia o acesso a Canas de Senhorim ^[191]. Subiria o vale do Mondego em direção a Vale de Madeiros e depois entraria em Canas de Senhorim em direção ao núcleo romano do Fojo (T.S.A. – N°s 2, 3, 4) onde se entroncava com o eixo interno derivado da via (C), precisamente da zona de Tramelas/Pramelas. Seguia depois a norte, passando pelo núcleo romano do Freixieiro (T.S.A. – N°5), entroncando novamente na via (C). Desta zona das Caldas da Felgueira, sairia outro eixo viário, então apelidado de via principal “VIII” [VAZ, 1993, pp. 500-504], que subia ao Folhadal e Nelas onde incorporava a via (C), provavelmente nas proximidades de Moledo I (T.S.A. – N° 14). Continuava pelas terras de Senhorim (**Anexo III – Figura 2.**), e já no concelho de Mangualde, por Abadia de Espinho, Póvoa de Espinho e daqui a Santa Luzia onde entroncava com a via “IV”. Aliás, seria na Abadia de Espinho que se encontrava um marco miliário de Cláudio associado a esta via “VIII”, cuja marcação das milhas corresponde à distância entre esse ponto e o limite do território romano de Viseu, especificamente a área da Quinta do Abrunhal/Rosado (T.S.A. – N° 16) nas Caldas da Felgueira [ALARCÃO, 1989, p. 305; VAZ, 1993, 502-503; 2004, pp. 123-124].

Da zona de cruzamento de Nelas, seguiria uma outra via (B) em direção a Santar que depois tomaria a direção de Alcafache. De Nelas, partia por Algeraz, passava por Vilar Seco nas proximidades do Prado (T.S.A. – N° 38) e Quinta do Serrado (T.S.A. – N° 39), seguindo em direção a Santar, mais propriamente à Igreja da Misericórdia, onde subiria a rua do Estremadouro ^[192] até ao Largo do Paço dos Cunhas (**Anexo I – Mapa 10.**). Aqui recebia o ramal proveniente da Pedra Cavaleira (A) que chegava à zona do

^[190] Vide para via “I”: VAZ, 1993, pp. 488-489.

^[191] Esta via seria paralela à Estrada Nacional N° 231-2, que liga Caldas da Felgueira a Canas de Senhorim, seguindo até Santar (E.N. N° 231-4).

^[192] Identificação de um troço de calçada associada a materiais romanos, no âmbito de ações preventivas de Arqueologia. Cf. Vila de Santar (T.S.A. – N° 21).

atual Paço dos Cunhas pela rua da Carreira ^[193], microtopónimo expressivo de “caminho” com origem no latim *carraria*. A partir deste ponto virava a este em direção à via que prosseguia para Alcafache.

Do troço ^[194] de Vilar Seco-Santar, perdura uma ponte e uma parte lajeada conducente com a linha de acesso topograficamente mais favorável entre as manchas de ocupação romano destas duas localidades (**Anexo III – Figura 1.**). O segmento viário é perceptível em cerca de 300m, prevalecendo uma largura média de 2m na parte nuclear ou de circulação viária formada, numa cota inferior, por um lajeado pétreo de médias dimensões, definido por lajes paralelas em ambas as margens (larguras médias de 0,80m). Estas características construtivas vão de encontro às condições naturais deste vale do ribeiro do Cagavaio que torna as suas margens submersas ou em estado de sapal em épocas chuvosas. Associada à travessia deste ribeiro, temos uma ponte, popularmente designada por “Ponte Romana”. Em termos métricos, apresenta de largura de 3,8m e comprimento de 15,5m, acrescentando-se 25m da rampa sul e 17,5 da rampa norte [QUARESMA e PINTO, 2000, pp. 201-202]. O tabuleiro integral da ponte, constituído por grandes blocos graníticos de forma paralelepípedica, é sustentado em quatro pilares em forma de talha-mar a montante e de face plana a jusante. Face ao panorama arqueológico local e à história regional, a origem desta via poderá recuar ao período romano, sobretudo pelas características construtivas do troço viário. Quanto à ponte, parece demasiado taxativo apurarmos o tempo da construção/reconstrução, especialmente pela utilização diacrónica destas técnicas construtivas em vãos, com recurso a silhares irregulares (**Anexo III – Figura 1.**).

A mudança progressiva e estrutural do povoamento local implicou a transformação e emancipação de uma nova realidade viária. Referimo-nos à trama viária medieval ^[195], maioritariamente resultante da malha viária romana então reestruturada de acordo com os novos princípios da configuração do povoamento rural medievo, originando o seu adensar, sobretudo por ligações locais. Segundo os indicadores históricos, toponímicos e arqueológicos propomos alguns traçados viários indubitavelmente arrolados às modificações territoriais ocorridas depois da reconquista

^[193] Também nesta rua atual foram identificados vestígios romanos, entre os quais, numismas. Ver entrada Vila de Santar (T.S.A. – N° 21).

^[194] Relativamente à via e ponte de Santar, veja-se: QUARESMA e PINTO, 2000, pp. 199-208.

^[195] Quanto ao estudo da rede viária medieval em Portugal, veja-se: ROMÃO, 2012.

definitiva da linha do Mondego. Embora não haja um compromisso cronológico preciso da proposta, tentaremos limitá-la temporalmente de acordo com a projeção desta investigação, portanto, até ao século XIII.

No sentido sul-norte, incluímos o troço (M-I) que estabeleceria a ligação entre o rio Mondego e a Terra de Senhorim, paralelo ao rio Castelo (**Anexo I – Mapa 10. e 10.1.**). A conjuntura Alto-Medieval do rio Mondego acompanharia o emergir de uma nova referência populacional e territorial a sul deste rio, precisamente Seia. A documentação escrita prova a proximidade territorial e política de Seia com Senhorim, atestada no próprio foral de Seia (1136, por D. Afonso Henriques) aquando da referência ao *portum Seniorin* ^[196]. Assente no conteúdo da presente dissertação ^[197], a origem desta relação será anterior ao século XII e, conseqüentemente, a própria existência da via (M-I). Depois de passar o Mondego, subia à Póvoa de Luzianes e (T.T. – Nº 194) e seguia em direção a Moinhos pela margem do Rio Castelo, percurso sobranceiro a uma fortificação, cujos materiais de superfície se incorporam no século XI-XII (T.S.A. – Nº 30). Ao continuar para norte, entroncava na provável via romana “VIII” na zona de Casal de São José/Quinta do Lila, tomando aqui pequenos ramais locais (cf. **Anexo I – Mapa 10.; Anexo III – Figura 2.**).

Já nas Inquirições Afonsinas de 1258 (T.D.H. – Nº 8), refere-se uma “(...) *via que vadit de Seniorim pro ad Vilar Sico (...)*” (T.D.H. – Nº 8). A união histórica Baixo Medieval entre estas duas localidades, expressou-se também na necessidade de estabelecer uma ligação viária direta (**Anexo I – Mapa 10.**). Após a interpolação das fontes desta investigação com a geografia local, este eixo viário (M-II) deveria sair do núcleo central de Senhorim por Portela (T.T. – Nº 86), seguindo por Casal Sandinho (T.T. – Nº 85) e Quinta da Cagunça (T.T. – Nº 84; T.S.A. – Nº 29). Passava depois junto da “Quinta do Castelo” (T.T. – Nº 68) e entraria em Vilar Seco através da rua da Moita.

Voltando a Canas de Senhorim, precisamente à zona das Pedras da Forca (T.T. – Nº 173; T.S.A. – Nºs 9 e 10), o emergir de *Carvalal Rotundo* na documentação histórica (T.D.H. – Nºs 8 e 9) e a proximidade geográfica entre esses lugares, deveriam motivar o estabelecimento de uma ligação viária que, pela predisposição toponímica e topográfica,

^[196] Juntam-se as referências presentes nas Inquirições Afonsinas de 1258, das quais, aludem até a propriedades existentes na Terra de Senhorim na posse de habitantes de Seia (T.D.H. – Nº 8).

^[197] *Vide* Subcapítulo 4.2.3. e nota [154].

seguiria até Santar (Nacional Nº 231-2) ^[198]. Saía das Pedras da Forca, ou seja, da via de origem romana (C), atravessava o ribeiro dos Travassos pelas quintas do Carriçal (T.T. – Nº 40) e Tapada (T.T. – Nº 37) e chegaria a Carvalhal Redondo (T.T. – Nº 177) pela zona do sugestivo do microtopónimo Corredoura. Daqui, partiria para Santar por um trilho paralelo à estrada atual, passando por Pêro do Pato (T.S.A. – Nº 23; T.T. – Nº 27), Vale do Chão (T.T. – Nº 30) e Quinta do Robão (T.T. – Nº 31), até integrar a via romana (B) nas proximidades das adegas da Casa de Santar (**Anexo I – Mapa 10.**).

Os factos históricos e toponímicos premeditam uma nova proposta, nomeadamente quanto à origem da ligação direta de Santar a Viseu (M-III), atualmente perceptível no trilho imponente da Idade Moderna que desce o vale acentuado do rio Dão (**Anexo III – Figura 3.**). Esta hipótese parece ganhar credibilidade se aceitarmos o lugar de *Fonteelo*, mencionado nas Inquirições Afonsinas (T.D.H. – Nº 8) como Fontanheiras ^[199], pelo menos no estabelecimento de uma ligação de Santar com Fontanheiras no século XIII (**Anexo I – Mapa 5.1.**).

Numa orientação oeste-este, destaquemos apenas a proposta para o troço (M-IV) existente entre Lapa do Lobo e Canas de Senhorim que recuará, pelo menos, à segunda metade do século XIII (T.D.H. – Nº 9), especialmente pela emergência deste novo assentamento humano e sua proximidade geográfica com Canas de Senhorim (**Anexo I – Mapa 10.; Anexo III – Figura 6.**). Partia da Lapa do Lobo (T.T. – Nº 186), seguindo por Castelão (T.T. – Nº 127), Escosa/Iscoza (T.T. – Nº 8) e Pai do Mouro (T.T. – Nº 7), chegando depois à zona do Cruzeiro em Canas de Senhorim ^[200].

Chegados a este ponto, importa ressaltar que o exposto retrata exclusivamente uma proposta esquematizada de acordo com os critérios inicialmente definidos num panorama antrópico e paisagístico bem diferente do romano. A dinâmica populacional verificada a partir do ano mil, assume-se como principal obreira do acréscimo de novos troços à rede viária pré-existente. Já no século XII-XIII, a predisposição dos assentamentos humanos e dos espaços de culto atestados documentalmente, bem como a

^[198] A conjugação posterior destes indicadores, deduzem a anterioridade do emparcelamento radial apresentado para a zona das Pedras da Forca II. Cf. Subcapítulo 4.2. e **Anexo I – Mapa 9. E 10.**

^[199] Numa reconstituição do itinerário, realizado pelos inquiridores a partir dos lugares mencionados no documento, sobressai o encadeamento entre o lugar de *Moreyra*, seguido de *Fonteelo* (T.D.H. – Nº 8). Este é mais um indicador a considerar na possível associação de *Fonteelo* a Fontanheiras.

^[200] Para a compreensão e interpretação deste grupo de topónimos, reveja-se Subcapítulo 4.2.2.1 e nota [147].

necessária conexão à região, implicaram a proliferação de novos itinerários, comumente contributivos para a efetiva territorialização humana do espaço, refletida na “Terra de Senhorim”.

5. (Re)pensar a arqueologia no concelho de Nelas

5.1. Para uma valorização do património arqueológico: um *corpus* de dados

Após a aproximação ao(s) território(s) e respetivo enquadramento histórico às dinâmicas de povoamento importa atentar na aplicabilidade e fruição da nossa base de informação numa outra vertente de atuação, particularmente vocacionada para o património arqueológico.

Pretendemos, neste seguimento, contribuir para o desenvolvimento de um sistema de gestão municipal útil no planeamento e ordenamento autárquico, na divulgação e sensibilização da comunidade concelhia e na própria investigação científica. De certo modo, a aplicabilidade da base de dados neste último quadro de atuação pode rever-se no capítulo anterior (4.) onde foi impensável reconstituir as imagens de povoamento histórico sem realizar, primeiramente, a sistematização e cruzamento de vários indicadores humanos e físicos (**Anexo II – T.T, T.D.H. e T.S.A.**). Por outro lado, ao partirmos para este estudo sentimos a necessidade de repensar o sistema de atuação autárquico. A ausência de uma carta arqueológica ou do tratamento individual e desenvolvido de cada sítio condicionou, deste modo, a própria metodologia e método empregue (Capítulo 3.). Uma das nossas prioridades passou, nesse sentido, por estruturar uma ferramenta capaz de ser aplicada na larga diacronia e nos seus múltiplos domínios científico-patrimoniais, contribuindo, desse modo, para uma maior assertividade na definição de políticas municipais de conhecimento, gestão e divulgação ^[201]. Para este campo, a atuação autárquica passa pelos instrumentos de gestão territorial, como seja o Plano Diretor Municipal (PDM).

5.1.2. Proteção, salvaguarda e valorização do Património Arqueológico nos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT): Plano Diretor Municipal (PDM), Plano Urbanístico (PU) e Plano de Pormenor (PP). ^[202]

^[201] Numa identidade física do sítio, procurámos, no momento da esquematização da nossa base de dados, conjugar a investigação científica com apreciações preliminares vocacionadas para a política patrimonial municipal. Veja-se a estruturação e descrição da Tabela de Sítios Arqueológicos (**Anexo II – T.S.A.**).

^[202] Reproduzimos, neste Subcapítulo, parte do estudo realizado no âmbito da unidade curricular semestral de Políticas de Intervenção Arqueológica (2016/2017), lecionada pelo Professor Doutor Pedro Carvalho no Mestrado de Arqueologia e Território [LACEIRAS, 2017a].

Atualmente, o “dever de proteger e de transmitir” encerra-se numa “causa-efeito” à escala universal, traduzida numa obrigação consciente e preocupada com a preservação dos testemunhos da história do Homem, enquanto préstimo essencial à compreensão da leitura da vida e reconstrução do passado. O património arqueológico é, neste sentido, portador do testemunho das ações humanas transmitidas geracionalmente, assumido como valor de identidade e de memória de uma comunidade numa inteligibilidade lógica e dinâmica de representatividade da história local.

Ao recorrer à legislação portuguesa, entende-se por património arqueológico “ (...) *todos os vestígios, bens e outros indícios da evolução do planeta e dos seres humanos (...)* os depósitos estratificados, estruturas, construções, agrupamentos arquitetónicos, sítios valorizados, bens móveis e monumentos de outra natureza, bem como o respetivo contexto, quer estejam localizados em meio rural ou urbano, no solo, subsolo ou em meio submerso, no mar territorial ou na plataforma continental.” [Artigo 74.º, Lei nº 107/2001, Diário da República nº 209/2001, p. 5821], definição inspirada pela Convenção de Malta de 1992. Esta Convenção permitiu a articulação entre as valias arqueológicas e as políticas de planeamento, promovendo a consulta/diálogo de arqueólogos, urbanistas e técnicos do ordenamento do território [MARTINS, 2012, p. 237].

Nesta medida, para além do seu valor simbólico, identitário, de alicerce de memória, documental e pedagógico, assume uma importância social e económica que deve ser encarada como um benefício a trabalhar pelos municípios.

As políticas de salvaguarda e valorização, apesar de complexas e extremamente burocráticas, necessitam da participação conjunta das autarquias e sociedade em geral. O processo de salvaguarda patrimonial compete a todos nós, isto porque, “ (...) *todos têm o direito à fruição e criação cultural, bem como, o dever de preservar, defender e valorizar o património cultural (...)*” [Artigo 78 nº 1, Constituição da República Portuguesa, Diário da República n.º 86/1976, p. 26], ainda que o principal papel seja da competência dos órgãos governativos, nomeadamente “ (...) *proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza e o ambiente, preservar os recursos naturais e assegurar um correto ordenamento do território (...)*” [Artigo 9º, alínea e), Constituição da República Portuguesa, Diário da República n.º 86/1976, p. 3] e, num sentido específico “ (...) *promover a salvaguarda e a valorização do património cultural, tornando-o elemento vivificador da identidade cultural comum (...)*” [Artigo 78 nº2, alínea c), Constituição da República Portuguesa, Diário da República n.º 86/1976, p. 26].

A valorização patrimonial tem ganho particular relevo social nas últimas décadas, contudo persiste o desconhecimento acerca do potencial de afirmação e expansão desta área, quer pela insuficiente aposta financeira na investigação, como pela inexistência ou incompletas estratégias de valoração, esta na maior parte dos casos. É preponderante dar continuidade à estruturação e aplicação de normativas suscetíveis de estabelecer o equilíbrio entre economia e cultura, então sustentadas nas competências do quadro legislativo nacional e local, especificamente no domínio dos Instrumentos de Gestão Territorial ^[203].

No universo desses instrumentos, o Plano Diretor Municipal ^[204], incorporado no Plano Municipal de Ordenamento do Território (PMOT) ^[205], é o principal promotor das estratégias de desenvolvimento e regras da ocupação, uso e transformação do espaço, incluindo as normas de proteção, gestão, valorização e a identificação e caracterização dos bens patrimoniais [SILVA, 2003, p. 115].

^[203] De acordo com o regime jurídico aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro [Diário da República n.º 93/2015, pp. 6590-6622], revisto pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio [Diário da República n.º 222/1999, pp. 2469-2512]. Para o Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio: OLIVEIRA, 2016.

^[204] No que respeita ao património arqueológico, a elaboração deste plano deverá contemplar três fases. A primeira prende-se com a caracterização dos elementos, através da prospeção e levantamento, capaz de sistematizar e corrigir a informação constante na base de dados do Portal do Arqueólogo, da Autarquia, das fontes bibliográficas, cartográficas e documentais. Seguidamente, deverá apresentar uma organização gradativa, para posterior valorização diferenciada, expressa num zonamento cartografado, devidamente argumentado com as medidas constantes no Regulamento que acompanha determinado Plano [MARTINS, 2012, pp. 243-344]. Na segunda fase, apresenta-se a cartografia, nomeadamente a Planta de Ordenamento, a de Condicionantes ou outras que eventualmente sejam integradas. É fundamental que todos os sítios sejam identificados e georreferenciados, figurando ainda as áreas de proteção onde se justifiquem. A terceira e última recai sobre a elaboração do regulamento onde figura o valor de cada ocorrência e o conjunto de normas condicionantes com carácter gradativo, equivalentes aos zoneamentos definidos na cartografia e relacionadas com a conservação, salvaguarda e proteção, podendo ainda referir, nos termos da Lei, a comunicação dos achados fortuitos às entidades municipais, estatais, ou até autoridade policial [*idem*].

^[205] O PMOT assume-se como instrumento de planeamento territorial, fundamental na formação de consensos sobre o modo concreto de utilizar racionalmente os recursos territoriais, seguindo as diretrizes estabelecidas no Programa Nacional de Ordenamento do Território (PNOT), nos Planos Regionais de Ordenamento do Território (PROT) e Planos Intermunicipais (PI), caso existam [MARTINS, 2012, p. 233]. São instrumentos de planeamento territorial, os Planos Municipais de Ordenamento do Território que compreendem as figuras do Plano Diretor Municipal, Plano de Urbanização e Plano de Pormenor [*idem*].

O Plano Diretor Municipal assume-se como instrumento indispensável na gestão do património ao integrar, entre outros elementos de planeamento, cartas de risco e de sensibilidade, avaliação de impactos e o caderno de encargos subjacente a este processo [MORAIS, 2010, p. 12]. A eficiência e respeito das medidas estabelecidas dependem, no entanto, da sua perceptibilidade e incorporação pela comunidade em geral. A intervenção ativa e multidisciplinar *ante e post quem* à elaboração do documento, bem como a sua difusão final por diversos meios de comunicação, deverão assumir linhas de atuação próximas à sociedade.

Por outro lado, a classificação de sítios e posterior integração/valoração no PDM coloca o património arqueológico numa encruzilhada de intenções e resultados, nem sempre enriquecedores para o avanço racional da perpetuação da memória. Na verdade, exige um empenho continuado nas ações de preservação, manutenção e divulgação, de maneira a não desacreditar o instrumento de classificação e a viabilidade de fruição da dinâmica económica e social. Ou seja, é preponderante dotar sítios de elementos geradores e justificadores de tais classificações, caso contrário, a classificação seguida de abandono e desinteresse só retira credibilidade às normativas patrimoniais e, conseqüentemente, parte do interesse gerado inicialmente na população local ^[206].

O procedimento administrativo que define o processo classificativo de bens culturais imóveis, das zonas de proteção e do estabelecimento das regras para a elaboração do Plano de Pormenor [Decreto Lei n.º 309/2009, Diário da República n.º 206/2009, pp. 7975-7987], deve ser do conhecimento do Estado, da autarquia e dos proprietários locais, com informação esclarecedora quanto ao âmbito, natureza patrimonial e medidas preventivas a assegurar na sua proteção e gestão. Contudo, parece existir uma dualidade de valoração entre imóveis classificados e zonas de proteção, interpretada por grande parte dos referidos proprietários, como uma penalização no usufruto e normalidade dos seus domínios. Assim, a categorização destas áreas, bem como dos imóveis, carece de uma adequação entre a exequibilidade das normas e a recetividade e acolhimento por parte da comunidade.

No Plano Diretor Municipal do concelho de Nelas, revisto em 2013, “(...) o *património arqueológico é um elemento essencial para o conhecimento da história e da cultura dos povos, sendo que através dele é possível traçar a história do Concelho de Nelas desde tempos remotos e compreender a sua relação com o ambiente.*” [PLANO

^[206] Para este assunto, cf. GOMES, 2011, pp. 2-21.

DIRETOR MUNICIPAL DE NELAS, 2013]. Perante esta descrição, propomos um comentário ao referido capítulo (3) e respetivo regulamento em concordância com a metodologia empregue nesta investigação.

Após a revogação do Decreto de Lei 69/90, substituído pelo regime jurídico aprovado em 1999 [Decreto de Lei nº 380/99, Diário da República n.º 222/1999, pp. 6590-6622] e atualizado pelo Decreto-Lei nº 46/2009 [Diário da República n.º 46/2009, pp. 1168-1205], estabelece-se um novo conjunto de disposições relativas à aplicação, atuação e avaliação dos instrumentos de gestão territorial, precisamente no Plano Municipal de Ordenamento do Território. Neste contexto, o PDM de 1993 e revisão de 1997, inscrevem-se na “1ª fase dos PDM’s”.

É com a Revisão de 2013 que se aplicam as alterações legislativas, entre as quais a Lei nº 159/99, de 14 de setembro [Diário da República n.º 215/1999, pp. 6301 - 6307], marcada pela transferência de atribuições e competências para as autarquias locais no campo do “Património cultural, paisagístico e urbanístico do município” estipulando, por exemplo a necessidade de gerar e manter um inventário atualizado de ocorrências deste tipo [Artigo 20.º, Lei nº 159/99, Diário da República n.º 215/1999, p. 6305]. Neste seguimento, é também decretado que “(...) *o conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais.*” [Artigo 3.º, Lei nº. 107/2001, Diário da República nº 209/2001, p. 5808], sublinhando ainda que “(...) *deverá ser tido em conta, na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, o salvamento da informação arqueológica contida no solo e subsolo dos aglomerados urbanos, nomeadamente através da elaboração de cartas do património arqueológico.*” [Artigo 79.º, Lei nº. 107/2001, Diário da República nº 209/2001, p. 5822]. Com estas novas responsabilidades e critérios de elaboração, inicia-se uma “2ª geração” com opções, metodologias e critérios singulares. É neste panorama que a revisão do PDM de Nelas em 2013 se insere e, portanto, foi nesse quadro que analisámos quer o plano como os seus documentos apensos [207].

[207] Veja-se, enquanto documento comparativo e expressivo das recomendações mais recentes, o guia orientador dedicado à revisão do PDM da responsabilidade da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro [GREGO e GABRIEL, 2019]. Em menos de uma década, proliferaram algumas mudanças nessas indicações, sobretudo no que respeitam às cartas de património que acompanham o plano supracitado [GREGO e GABRIEL, 2019, pp. 92-93 e 191-192].

No que respeita ao regulamento anexo à Revisão do PDM de Nelas, são estabelecidas as normas que orientam e gerem o património, refletindo o modo como é valorizado, salvaguardado e protegido pela autarquia. Neste documento é mencionado o sistema de atuação sobre “(...) *o património cultural e natural municipal, constituído pelos elementos construídos e naturais que, pelas suas características, se assumem como valores de reconhecido interesse histórico, arqueológico, arquitetónico, artístico, científico, técnico ou social.*” [Artigo 12.º, Aviso 33/2014, Diário da República n.º 1/2014, p. 27-28]. Em relação aos conjuntos e sítios arqueológicos são caracterizados por “(...) *todos os locais onde se identifique a presença de vestígios de evolução humana, cuja preservação e estudo permitam traçar a história da humanidade, e cuja principal fonte de informação seja constituída por escavações, prospeções e outros métodos de pesquisa arqueológica.*” [Artigo 13.º, Aviso 33/2014, Diário da República n.º 1/2014, p. 27]. De igual modo, constam no regulamento as normas que regem as áreas de sensibilidade, constituídas por todos os locais para os quais existe uma forte probabilidade de ocorrência de enterramentos humanos, cuja existência ainda não foi comprovada pela identificação e recolha de vestígios materiais/osteológicos. Os sítios alvo de intervenções com impacto no subsolo, ficam condicionados à realização de trabalhos arqueológicos, nos termos em vigor, como seja o cumprimento da faixa de 50 metros a partir dos pontos exteriores [*idem*].

Quanto à cartografia, a “Planta de Condicionantes - Outras Condicionantes” contempla o património cultural classificado e em vias de classificação. Nesta planta é representado o único sítio classificado como imóvel de interesse público, a Orca das Pramelas (T.S.A. – N.º 6). Neste caso, é referido no regulamento que “*Nos bens classificados aplicam-se as condicionantes previstas na legislação em vigor.*” [Artigo 14.º, Aviso 33/2014, Diário da República n.º 1/2014, p. 27-28].

Entre as várias menções, constam outras de carácter indireto, nomeadamente no Plano de Pormenor e Plano Urbanístico, também presentes no Regulamento do PDM. Entre essas medidas, deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (PP e PU), de acordo com a lei vigente. Quando necessária, a execução de infraestruturas da competência do município ou da administração central que tragam implicações sobre esta herança, deverá ser promovida a sua salvaguarda e valorização de forma integrada e equilibrada.

Na compatibilidade de usos do solo e atividades, quer para o solo urbano como rural, evidenciam-se usos não compatíveis com a atividade predominante, considerando,

de forma inaceitável, os que “(...) *prejudiquem a salvaguarda e valorização do património classificado ou de reconhecido valor cultural, arquitetónico, arqueológico, paisagístico ou ambiental (...)*” [Artigo 20.º, Aviso 33/2014, Diário da República n.º 1/2014, p. 28].

Chegados a este ponto, importa creditar e reconhecer a importância deste comentário breve sobre o principal plano de atuação municipal em vigor, sobretudo por permitir vislumbrar algumas condicionantes resultantes da forma de tratamento científico e patrimonial, adotadas no momento da sua Revisão (2013).

A própria metodologia utilizada na concretização das bases de dados (Capítulo 3) responde a este tema patrimonial, sobretudo à necessária seleção fundamentada dos sítios a investigar, dos que necessitam de maiores cuidados de proteção, dos que devem ser valorizados, divulgados e incluídos em itinerários de turismo cultural [CENTENO, 2005, p. 142]. Assim, nem todos os sítios devem integrar o mesmo nível de valorização científica ou patrimonial, isto porque muitos vestígios não são mais do que testemunhos de civilização em degradação sucessiva, com relevante interesse científico, mas interesse público limitado. Cremos, portanto, ter alcançado um dos momentos cruciais para justificar a contemplação conjunta destas matérias. Tal facto, pressupõe a existência de um registo completo capaz de estabelecer diferentes graus aplicáveis à valorização e salvaguarda. Por essa razão, considerámos uma escala gradativa adaptada a cada descritor, não descorando a proposta preliminar das medidas de monitorização complementares às definidas na política patrimonial do município ^[208].

Neste sentido, salientamos a cotação diferenciada que deve existir para cada um dos pontos cartografados e a existência de realidades espaciais concretas que se incorporam no contexto de um território, critérios adotados face à ausência dos mesmos no documento em análise.

Apesar das medidas de monitorização propostas para cada lugar arqueológico, optámos, nesta primeira fase, por não desenvolver detalhadamente qualquer tipo de proposta instrutiva de processos de classificação nos termos legais em vigor, sobretudo pelo pendor deste tipo de investigação e dimensão argumentativa que esse processo acarreta. Remetemos essa atuação para uma etapa seguinte, integre noutra género de trabalho, incorporando uma abordagem mais direcionada e precisa através de uma

^[208] Para este aspeto, reveja-se os critérios e opções metodológicas utilizadas nas bases de dados (Subcapítulo 3.3.) e a estruturação e descrição da Tabela de Sítios Arqueológicos (**Anexo II – T.S.A.**)

justificação desenvolvida das respetivas normas legais. Todavia, pretendíamos deixar este repto, na medida de enunciarmos algumas lacunas e respetivas propostas alternativas, deixando-as expostas à recetividade, competência e sensibilidade da equipa responsável pela realização da futura revisão do plano em causa, bem como da que procederá à sua confirmação e aceitação, nomeadamente os técnicos autárquicos.

5.2. O património arqueológico entre as políticas municipais e a população local.

Que alternativas?

O conjunto de iniciativas de divulgação e aproximação à comunidade local devem, em primeiro momento, adaptar-se à realidade científica do concelho através de um trabalho criterioso de índole científica e, posteriormente, responder à disposição da própria população na recetividade das mesmas. Esses tipos de programação devem procurar a curiosidade necessária para gerar interesse e conseqüente sensibilidade, capaz de mover atenções no conhecimento e proteção do seu passado.

Para concretizar de forma positiva as medidas de salvaguarda e proteção adotadas pela autarquia é imprescindível desenvolver e aplicar uma estratégia de programação envolvente, adaptada e capacitada para a sensibilização assente nos sentidos de identidade e memória empregues nos indicadores arqueológicos enquanto meios de aproximação à herança histórica. O sucesso dependerá do padrão discursivo utilizado e do desenvolvimento e estabelecimento de um trabalho comunitário sistemático. Os técnicos municipais dedicados ao património devem assumir um papel ativo e dinâmico neste processo através das suas interações e familiarizações físicas e humanas à área administrativa onde exercem a sua atividade profissional. Estas medidas disseminam na comunidade local o conhecimento e reflexão sobre o património geograficamente próximo e, dessa forma, contribuem para a eficácia das políticas municipais dedicadas à preservação, proteção e divulgação do mesmo. Os resultados desta estratégia podem, numa fase adiantada, expressar-se no contacto esporádico ou perene entre a população local e os referidos técnicos para, a título exemplificativo, comunicar o aparecimento de achados de superfície e de alterações naturais ou antrópicas inesperadas. A criação desta relação socialmente dinâmica depende, no entanto, da abertura e sensatez dos proprietários particulares, da própria comunidade em geral e, acima de tudo, da

perseverança e transmissão técnica adequada a cada contexto social, económico, político e cultural.

O património arqueológico deve, assim, assumir-se como um recurso de valor determinado, mas de natureza diversa, capaz de contribuir para o desenvolvimento local. As políticas municipais dedicadas ao assunto, essencialmente constantes no PDM e seu Regulamento, deverão modelar a realidade espacial e humana que envolve um determinado sítio. Já a gestão destes bens deve ser alvo de uma intervenção persistente e atenta por parte do município, garantindo a salvaguarda e valorização cultural de elementos passíveis de representarem a memória e identidade [SILVA, 2004, pp. 42-43].

É fundamental implementar uma programação municipal estrutural que vise a salvaguarda, gestão e proteção, a par da instrumentalização de iniciativas de divulgação e sensibilização patrimonial ^[209]. Foi no âmbito deste último repto que já experienciámos a aplicação de um pequeno projeto académico ^[210], sob o lema de divulgar, familiarizar e consciencializar a comunidade sobre os valores arqueológicos do concelho de Nelas.

Numa retrospectiva geral, o *PROJETO DIVULGARQ* pautou-se por um vasto conjunto de iniciativas direcionadas a diferentes públicos. A título exemplificativo, cooperámos com o Agrupamento de Escolas de Nelas no desenvolvimento de ações vocacionadas e adaptadas aos diferentes níveis de ensino, envolvendo alunos do 1º Ciclo ao Ensino Secundário ^[211] (**Anexo III – Figura 9.; Anexo III – Figura 10.**), com associações socioculturais locais na programação de visitas guiadas e palestras (**Anexo III – Figura 8.**) e outras instituições do concelho no desenvolvimento de workshops de carácter pedagógico e científico (**Anexo III – Figura 7.**). Paralelamente, este projeto permitiu averiguar alguns ensaios e análises, úteis na elaboração de futuras ofertas pedagógicas e turísticas sustentadas nas potencialidades desta herança. Numa reflexão

^[209] Em termos comparativos, veja-se a aposta autárquica dos concelhos vizinhos de Carregal do Sal [PINTO, 2008] e Mangualde [TAVARES, 2014] no tratamento da gestão e programação patrimonial, premeditada pelo desenvolvimento de trabalhos académicos deste pendor.

^[210] *PROJETO DIVULGARQ*. O planeamento, desenvolvimento e debate inicial deste projeto foi realizado no âmbito da unidade semestral de Práticas em Arqueologia e Território I (2016/2017), lecionada pelo Professor Doutor Pedro Carvalho no Mestrado de Arqueologia e Território da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra [LACEIRAS, 2017b]. Este programa, depois de ampliado e melhorado, decorreu entre 2017 e 2018, contando com o apoio da Fundação Lapa do Lobo.

^[211] Esta linha de atuação considerou a problematização das recomendações previstas no quadro do Ensino Obrigatório respeitantes à função e intervenção social da História no contexto da comunidade e história local. Para este assunto, veja-se: CARVALHO, 2014, pp. 9-10.

final, a aderência ao conjunto destas atividades demonstrou, efetivamente, que a divulgação deve primar pela diversidade, dinâmica e adequação ao público-alvo, facilitando, dessa forma, a cativação, interesse e difusão do conhecimento científico e patrimonial.

Por fim, chegados a este ponto, acreditamos ter atingido os nossos principais objetivos (Subcapítulo 2.2.), demonstrando a necessidade de desenvolver uma atuação mútua e contínua entre a investigação e as políticas patrimoniais do município, teoricamente expressiva na conceptualização da “Paisagem Antiga” (o povoamento de um tempo, instigador e produtor das alterações antrópicas no espaço) e da “Paisagem Atual” (o património arqueológico de um concelho, enquanto representante e produto estático de um passado dinâmico) do território nelense.

6. Considerações finais

Julgamos ter demonstrado os resultados de uma investigação promotora de uma visão integral, conjugal e multidisciplinar, assente numa temática central: o património arqueológico. Tal concretização implicou a assimilação, reflexão e interiorização teórica da dimensão conceptual e estrutural encerrada nesta matéria, princípio pessoal que condicionou e norteou os principais objetivos propostos e respetivo estabelecimento das linhas metodológicas aplicadas (Capítulo 3). Assim, incorporámos duas variantes de atuação científica no presente trabalho, cuja interpolação, articulação e posterior fusão proporcionaram a obtenção de um quadro geral de considerações finais, todavia inacabadas.

Conscientes da complexidade e abrangência do tema, procurámos adaptar a extensão discursiva aos objetivos inicialmente propostos e ao contexto académico que esta dissertação integra, almejando transmitir as potencialidades desta forma integradora e relacional de abordagem aos valores arqueológicos. Embora desejemos dar continuidade a este modo de atuação sobre o património arqueológico, incorporando os restantes períodos culturais e outros formatos de atuação sobre a salvaguarda, defesa e divulgação, julgamos ser necessário coexistir um envolvimento e uma participação mais ativa, articulada e concertada das entidades concelhias.

A primeira linha orientadora deste trabalho, centrada numa definição territorial atual, permitiu elencar uma aproximação à reconstituição histórica do povoamento local. Procurámos, nesta etapa, equacionar possíveis estratégias e padrões de assentamentos humanos nos períodos culturais do balizamento temporal definido, de modo a evidenciar as transformações gerais ocorridas na larga diacronia, na tentativa de apurar as principais marcas antrópicas da dinâmica do território.

Utilizámos como plano inicial uma proposta de distribuição e estruturação dos assentamentos romanos em consonância com a mobilidade local incorporada na rede viária regional. Definimos, dessa forma, diferentes modos de ocupação, essencialmente baseados na análise micro e macro espacial e na densidade e variabilidade de vestígios arqueológicos de superfície. Este quadro preliminar evidenciou três manchas principais correspondentes às atuais áreas das localidades de Canas de Senhorim (T.S.A. – N^os 1 a 6), Senhorim (T.S.A. – N^os 26 e 28) e Santar (T.S.A. – N^os 18, 19 e 21), curiosamente equidistantes e integradas numa conjuntura espacial idêntica ao nível local de implantação. Assim, independentemente da dimensão e variabilidade material, é no

decurso do domínio romano que é manifestada uma clara valorização local de critérios naturais. Desses elementos condicionadores da configuração do povoamento rural, destacam-se as potencialidades geomorfológicas, como sejam os solos férteis e a prevalência de encostas suaves viradas a sudoeste, proximidade à rede hidrográfica e aos corredores naturais, que facilitaram a efetivação de troços de circulação e sua incorporação na rede regional viária.

É com base no *layout* romano que prosseguimos a nossa linha temporal para um vasto período preenchido de incertezas e muitas incógnitas para a área em estudo, respetivamente a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média (Subcapítulo 4.2.2.). Todavia, não poderíamos deixar de colocar algumas hipóteses dedicadas à dinâmica de povoamento, então derivadas das observações obtidas pela metodologia empregue. É nesses resultados que se revêm provas quantitativas e qualitativas irrevogavelmente expressivas e contributivas para a compreensão do espaço com um todo em contínuo processo de transformação, vislumbrando-se, nesse sentido, a nossa “estratificação territorial” [212].

Para além da provável continuação da existência de pequenos *habitats* disseminados ou isolados e ocupação prolongada de assentamentos anteriores à Antiguidade Tardia, ocorreria uma transição dinâmica e funcional no povoamento, mais expressiva nas proximidades das manchas romanas significativas, como nos casos de Canas de Senhorim e Senhorim. Este processo de periferização ou circunvalação dos assentamentos, essencialmente agrícolas e de pendor autossuficiente, acompanharia a emergência de uma nova ordem político-social, que viria a revitalizar a necessária marcação espacial quer de índole privada como pública (Subcapítulo 4.2.2.1). No que se refere ao campo público, acreditamos que a crescente valorização de uma referência espacial esteja na manutenção simbólico-social anterior, com provável origem no respeito pelas localizações favoráveis ao nível natural e antrópico, onde assentavam os principais lugares de ocupação romana. Esta periferização dos *habitats* agrupados, mas de tendência disseminada, ficaria plasmada nos séculos seguintes, através da forma de implantação e localização das sepulturas rupestres. Já num contexto privado, é perceptível no exemplo utilizado nesta investigação através do pequeno ensaio de Arqueogeografia realizado no quadrante noroeste de Canas de Senhorim.

[212] Conceptualização expressa e recorrente nas análises de Arqueologia da Paisagem. A título de exemplo: FERNÁNDEZ MIER, 1999, pp. 291-292.

A consideração final apresentada anteriormente para a Alta Idade Média, pondera igualmente a concentração de topónimos germânicos, moçarabismos e arabismos e a incidência da documentação histórica mais antiga (IX-XI) nestas manchas principais. Acrescenta-se ainda a concentração de sepulturas rupestres que perfaz uma “circunvalação” a um lugar relativamente equidistante às mesmas, atualmente materializado com uma igreja (Senhorim e Moreira) ou através do centro urbano (Canas de Senhorim). Pode esta dilação preliminar estar correlacionada com a existência de uma referência religiosa, social e militar, assumida como fator de coesão populacional no decorrer da Alta Idade Média? ^[213] Estaremos perante a embrionária justificação da localização atual de grande parte das localidades atuais do concelho de Nelas?

A partir do século XII, a proliferação de documentação histórica vem reafirmar a importância e valor local de certos lugares, cujas menções coincidem, salvo algumas exceções, com as designações das localidades atuais. Nesta da linha temporal, caracterizada a nível peninsular pela criação e definição territorial do reino de Portugal (Séculos XII-XIII), sucederia ao povoamento disperso, tendencialmente concentrado, um povoamento diferenciado assente na progressiva “centralidade conglomerada”. É o resultado de uma nova ordem de organização do território fortemente condicionado pela conjuntura político-militar subsequente aos avanços da “reconquista cristã”. Seria neste balizamento cronológico (Séculos XII-XIII) que o *villar*, a *villa* e o *casale* viriam a assumir-se como principais formas de povoamento rural então complementadas pela *ecclesia*, *caballaria* e *castellum*, estruturadas e, de certo modo, condicionadas pelas deliberações político-administrativas, como seja a *terra de seniorim*, o coutamento ou os foros concedidos pelo monarca regente. Este traço geral é sustentado pela documentação histórica, pervivência da toponímica e alguns indicadores arqueológicos, base diacrónica, geográfica e multidisciplinar, igualmente utilizada na proposta viária que marcaria esta mesma dinâmica territorial.

Após a confrontação científica dos dados reunidos, portanto, depois do tratamento das dinâmicas de povoamento na “Paisagem Antiga”, julgámos necessário transpor-nos para a “Paisagem Atual”, onde vislumbramos o património arqueológico enquanto produto estático desse passado dinamicamente cumulativo. Nesse sentido, integrados

^[213] Neste assunto, destaquemos as questões funcionais e posicionais da Igreja no decurso da Alta Idade Média, particularmente extensas e problemáticas. Veja-se, a título de exemplo: SÁNCHEZ PARDO, 2010, pp. 149-170.

numa conjuntura político-cultural atual, seria inconcebível proceder a essa ação sem considerar a legislação e instrumentos públicos associados ao património arqueológico. É nesse cômputo de instrumentos e legislação que se incorpora o principal meio de atuação autárquica: o Plano Diretor Municipal.

Optámos, assim, por introduzir este tema a partir de um relato breve sobre o papel do Plano Municipal de Ordenamento do Território (Plano Diretor Municipal, Plano de Pormenor e Plano Urbanístico) com o intuito de contextualizar as descendências da política patrimonial praticada pelo município de Nelas na salvaguarda, valorização e divulgação do património arqueológico e, por fim, expor o fundamento teórico-legal das mesmas (Subcapítulo 5.1.2). Numa reflexão final, é particularmente interessante averiguar e comparar o tratamento praticado no âmbito das políticas patrimoniais arqueológicas entre os vários concelhos que incorporam a Direção Regional Cultura do Centro, onde é perceptível a heterogeneidade metodológica empregue na elaboração dos PDM's ^[214].

Creemos, no entanto, que o *modus operandi* da política patrimonial municipal incluía também outras atuações vocacionadas para a investigação, salvaguarda e divulgação que visem a procura e sensibilização da comunidade geral (Subcapítulo 5.2.). Aliás, é no resultado dessas opções políticas que se verifica, de certo modo, a valorização e sensibilização autárquica para com esta herança histórica. Expusemos, por esse motivo, algumas cogitações dedicadas às relações entre as políticas culturais da autarquia e a população local, de certo modo, transcendentemente ao primeiro quadro legislativo apresentado. Procedemos, assim, à exposição de um exemplo deste formato de atuação, especificamente um pequeno projeto desenvolvido em contexto académico e aplicado à área em estudo. Os resultados obtidos revelaram-se esclarecedores, permitindo-nos expor, no contexto desta investigação, algumas reflexões finais. A receptividade e aderência à programação definida demonstrou, efetivamente, que a divulgação deve primar pela diversidade, dinâmica e adequação ao público-alvo, facilitando, dessa forma, a cativação, interesse e difusão do conhecimento científico e patrimonial.

^[214] Para o aprofundar desta constatação na Região Centro, veja-se: BRANCO, 2019, pp. 217-250.

Referências bibliográficas

- ABASCAL PALAZÓN, J. M. (1994): *Los Nombres Personales en las Inscripciones Latinas de Hispania. (Antigüedad y Cristianismo, II)*. Murcia. Disponível em (consultado julho 2020): <https://revistas.um.es/ayc/article/view/375921/262551>
- ALARCÃO, J. (1980): “Os problemas da origem e da sobrevivência das *Villae Romanas* do Norte do País”. In *Actas do seminário de Arqueologia do Noroeste peninsular*. Guimarães, Sociedade Martins Sarmento, volume II, pp. 171-179.
- ALARCÃO, J. (1988): *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips.
- ALARCÃO, J. (1989): “Geografia política e religiosa da civitas de Viseu”, In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*. Edição do Governo Civil do Distrito de Viseu. Pp. 305-314.
- ALARCÃO, J. (1990): “O Domínio Romano”, In *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques. Editorial Presença. Lisboa, pp. 345 - 489.
- ALARCÃO, J. (1995): “Aglomerados urbanos secundários romanos de entre Douro e Minho”. *BIBLOS*, volume LXXI, pp. 387-401.
- ALARCÃO, J. (1996): “As origens do povoamento da região de Viseu”, *Conimbriga*, volume XXXV, pp. 5-35.
- ALARCÃO, J. (1998): “A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal”. *Conimbriga*, volume XXXVII, pp. 98-119. Disponível em (consultado junho 2020): https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/45406/1/A_paisagem_rural_romana.pdf
- ALARCÃO, J. (1999): “Os arredores das cidades romanas de Portugal.” *Archivo Español de Arqueología*, volume 72, pp. 31-37. Disponível em (consultado junho 2020): <http://aespa.revistas.csic.es/index.php/aespa/article/view/294>
- ALARCÃO, J. (2002): *O Domínio Romano em Portugal*. Publicações Europa América 4ª Edição.
- ALARCÃO, J. (2012a): “Notas de arqueologia, epigrafia e toponímia – VI”. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 15, pp. 113–137. Disponível em (consultado em junho de 2020):

http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/rpa15/05_RPA15_JAlarcao.pdf

ALARCÃO, J. (2012b): *Aedificium*. In Alarcão, Jorge de; Barroca, Mário (coord.): *Dicionário de Arqueologia portuguesa*. Porto, Figueirinhas, p. 17.

ALMEIDA, F. (1968): *História da Igreja em Portugal*. Edição preparada e dirigida por Damião Peres. Porto; Lisboa: Livraria Civilização, Volume II.

ALVES, A. (1995): “Notas e documentos para uma monografia da Vila de Canas de Senhorim e seu termo”, *Beira Alta*, volume LIV, Fasc. 3 e 4. Viseu: Assembleia Distrital

ALVES, A. (2013): *Dicionário de arabismos da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

ARAÚJO, M, PINHEIRO, M., VALÉRIO, P., MELO, A., BARREIROS, A., SIMIONOVICI, A., BOHIC, S. (2000): “Bronze romano de Canas de Senhorim: estudo arqueometalúrgico por métodos de análise não destrutiva”. *Trabalhos de Arqueologia da E.A.M.*, 6, Lisboa, Colibri. Pp. 89-97. Disponível em (consultado junho 2020): https://www.researchgate.net/publication/233765834_Bronze_romano_de_Canas_de_Senhorim_Estudo_arqueometalurgico_por_metodos_de_analise_nao-destrutiva

AREZES, A. (2017): *O mundo funerário na Antiguidade Tardia em Portugal: as necrópoles dos séculos V a VIII*. Coleção “TESES UNIVERSITÁRIAS”. Porto: CITCEM/Afrontamento. Volume 2. Disponível em (consultado agosto 2020): <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/121781>

ARIÑO GIL, E. (2013): “El hábitat rural en la Península Ibérica entre finales del siglo IV y principios del VIII: un ensayo interpretativo”. In *Antiquité Tardive*. 21, 49-79. Disponível em (consultado agosto 2020): https://www.academia.edu/35902960/El_h%C3%A1bitat_rural_en_la_pen%C3%ADnsula_Ib%C3%A9rica_entre_finales_del_siglo_IV_y_principios_del_VIII_un_ensayo_interpretativo

AZEVEDO, M. L. (2005): *Toponímia moçárabe no antigo condado conimbricense*. Tese doutoramento em Linguística Portuguesa – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2005. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/716> (Consultado em outubro 2019)

AZEVEDO, R. de; COSTA, A. J. da; PEREIRA, M. R. (1979): *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*. Volume I. Coimbra: Universidade. Doc. 15, pp. 24-25.

AZEVEDO, R.; COSTA, A. J. da (1940): *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Particulares: A.D. 1101-1115*. Volume III. Lisboa: Academia Real de História. Doc. 93, pp. 80-81.

AZEVEDO, R.; COSTA, A. J. da (1980): *Documentos Medievais Portugueses – Documentos Particulares: A.D. 1116-1123*. Volume IV. Lisboa: Academia Real de História. Doc. 372, p. 308-309.

BARROCA, M. J. (1987): *Necrópoles e sepulturas medievais de Entre - Douro - e - Minho (Séc. V a XV)*. Porto. Dissertação para Provas Públicas de Capacidade Científica, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Policopiado.

BARROCA, M. J. (1990/91): “Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XIII)”. *Portugália*. Porto. XI-XII, p. 90-136. Disponível em (consultado maio 2020): <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/8327>

BARROCA, M. J. (2008-09): “De Miranda do Douro ao Sabugal - Arquitectura militar e testemunhos arqueológicos medievais num espaço de fronteira”, *Portugália*, Porto, Nova Série, volume XXIX-XXX, pp. 193-252. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8396.pdf> (consultado janeiro 2020).

BARROCA, M. J. (2010-2011): “Sepulturas escavadas na rocha de Entre Douro e Minho”, *Portvgalia*, Nova Série, 31-32, DCTP-FLUP, Porto, pp. 115-182. Disponível em (consultado maio 2020): <http://ojs.letras.up.pt/index.php/port/article/view/3629>

BARROCA, M. J. (2012a): *Quintã*. In Alarcão, Jorge de; Barroca, Mário (coord.): *Dicionário de Arqueologia portuguesa*. Porto, Figueirinhas, p. 294-295.

BARROCA, M. J. (2012b): *Terra*. In Alarcão, Jorge de; Barroca, Mário (coord.): *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*. Porto, Figueirinhas, p. 331.

BARROCA, M. J. (2003): *Nova História Militar de Portugal*. Coord. de José Mattoso. Volume I. Lisboa: Círculo de Leitores. Pp. 72-78.

BAZZANA, A. (1994): “Arqueologia Extensiva. Metodos y Algunos Resultados”. *ARAGON EN LA EDAD MEDIA: Sesiones de Trabajo*. III Seminario de Historia

Medieval. Paisajes Rurales y Paisajes Urbanos: Métodos de Análisis en Historia Medieval, Universidad de Zaragoza: Zaragoza, p.7-27

BEIRANTE, M. A. (1993): – “A Reconquista Cristã”. In *Nova História de Portugal*. Lisboa. Editorial Presença. II, p. 251-363

BRANCO, G. (2019): “A salvaguarda arqueológica: teoria e prática na Região Centro”. In ROCHA, L.; BRANCO, G.; SANTOS, I. (editores): *Salvaguarda Arqueológica. Archaeological Safeguard (Scientia Antiquitatis, 1)*. Évora, pp. 217-250.

CARDOSO, L. (1751): *Diccionario Geografico, ou noticia histórica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeãs, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontrão, assim antigas, como modernas*. Lisboa, Regia Officina Sylviana, e da Academia Real. Tomo II, pp. 404-405.

CARVALHO, M. (1999): *Povoamento e vida material no concelho de Aveiro*. Dissertação submetida ao grau de Mestrado em Estudos Portugueses, Aveiro: Universidade de Aveiro. Disponível em : http://ww3.aeye.pt/avcultor/Avcultor/ManJGCarv/PDFs/MJGC_Mestrado.pdf (Consultado em outubro de 2019)

CARVALHO, P. (2007): *Cova da Beira: ocupação e exploração do território na época romana*. Fundão / Coimbra, Câmara Municipal do Fundão e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

CARVALHO, P. (no prelo) (2014): “O papel do património histórico e cultural nas políticas locais de educação e no desenvolvimento regional sustentável: algumas considerações sobre o caso do património arqueológico”. In *Atas do 1º Congresso Internacional – Territórios, Comunidades Educadoras e Desenvolvimento Sustentável*, Coimbra: 1-4 de julho de 2014, Universidade de Coimbra. Pp. 7-17. Disponível em (consultado outubro 2020): <https://eg.uc.pt/handle/10316/44614>

CASTILLO PASCUAL, M. (1996): “Unidades Menores de Ordenación del Territorio”, In *Espacio en orden: el modelo gromático-romano de ordenación del território*. Capítulo VII. Logroño, Universidad de la Rioja. Pp. 241-264. Disponível em (consultado junho 2020): <https://dialnet.unirioja.es/download/libro/230779.pdf>

CATARINO, H. (1997-1998): *O Algarve Oriental durante a ocupação islâmica: povoamento rural e recintos fortificados*. Al'Ulyã, n.º 6, 3 vols., Loulé: Arquivo Histórico Municipal.

CATARINO, H. (2005): “Notas sobre o período islâmico na Marca Inferior (Tagr al-Gharbí) e as escavações na Universidade de Coimbra”. In *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs VIII a XIII)*. Câmara Municipal de Palmela. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Palmeça, pp.195 - 214.

CENTENO, R. (2005): “Para uma valorização do património arqueológico do distrito de Bragança. Algumas reflexões”, *Actas do Seminário Internacional O Património Histórico-Cultural da Região de Bragança/Zamora*, pp. 139-144. Disponível em (consultado junho 2019): <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/o-patrimonio-historico-cultural-da-regiao-de-braganca-zamora/para-uma-valorizacao-do-patrimonio-arqueologico-do-distrito-de-braganca-algumas-reflexoes>

CHALMETA, P. (1991): “El concepto de tagr”. In Sénac, Philippe (ed.), *La Marche supérieure d'al-Andalus et l'Occident chrétien*. Madrid, Casa de Velázquez - Zaragoza, Universidad de Zaragoza, pp. 15-28

CHAVES, L. (1952): “Estudos de toponímia portuguesa. Influências militares na formação de topónimos”, *Revista de Guimarães*, LXII, 1952, p. 160-191. Disponível em: <https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/rgmr/item/56535#?c=0&m=0&s=0&cv=0>
(Consultado janeiro 2019)

CONDE, M. (2005): “Fronteira, guerra e organização social do espaço: o Vale do Tejo, entre muçulmanos e cristão (séculos IX-XIII)”. In *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs VIII a XIII)*. Câmara Municipal de Palmela. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Palmela. Pp. 43 - 52.

COROMINAS, J. (1954-1957): *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, 4 volumes, Editorial Gredos, Madrid.

CORTEZ, F. Russel (1950): “Objectos de Liturgia Visigótica encontrados em Portugal. Séculos V a VII”. In *O Instituto*. Coimbra. 114, p. 52-92. Disponível em (consultada em junho de 2020): https://digitalis-dsp.sib.uc.pt/institutocoimbra/UCBG-A-24-37a41_v114/UCBG-A-24-37a41_v114_item1/UCBG-A-24-37a41_v114.pdf

COSTA, A. J. da , VENTURA, L.; VELOSO, M. T., (1978): *Livro Preto da Sé de Coimbra*, Volume II. Coimbra: Arquivo da Universidade. Doc. 271, pp. 142-144.

COSTA, A. (1708): *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Volume 2 (Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana). Disponível em: <http://purl.pt/434/4/> (Consultado em outubro de 2019)

COSTA, J.; MARQUES, T. (2002): “Do Endovélico à Gestão Integrada do Património Arquitetónico”. In *Património edificado: Novas Tecnologias – Inventários*. XIII Semana de Estudos dos Açores, pp. 117-124. Angra do Heroísmo: IAC.

COSTA, M. (2010): *Redes viárias de Alenquer e as suas dinâmicas: um estudo de arqueogeografia*. Coimbra. Tese de Mestrado em Arqueologia e Território, na especialidade de Arqueogeografia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Disponível em (consultado junho 2020): <https://eg.uc.pt/handle/10316/18169?locale=pt>

CRUZ, P. B. (1896): “Notícias várias: 1. Tesouro de moedas romanas: 2. Cruzeiro antigo: 3. «Oppidum» do Cabeço de Avellãs: 4. Acquisições do Museu Municipal da Figueira da Foz: 5. Novas aquisições do Museu Municipal da Figueira: 6. Collecções de moedas portuguesas”. *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, 2, pp. 292-295.

CRUZ, P. B. (1899/1900): “Museu Municipal da Figueira da Foz : 1. Acquisições em 1898 : 2. Acquisições em 1899 e primeiros dois meses de 1900”. *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, 5, pp. 177-184.

DAVEAUD, S., RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H. (1988): *Geografia de Portugal II. O Ritmo Climático e a Paisagem*, Sá da Costa, Lisboa.

DUŠANIĆ, S. (1999): “The miners’ cults in Illyricum”. In Pallas: Mélanges C. Domergue. Toulouse: Presses Universitaires du Mirail, volume 2. Pp. 129-139. Disponível em (consultado junho 2020): https://www.persee.fr/docAsPDF/palla_0031-0387_1999_num_50_1_1543.pdf

ENCARNAÇÃO, J. (1978): “Estelas romanas inéditas do Sudoeste alentejano”. *Conimbriga*, Volume XVII, pp. 41–53. Disponível em (consultado junho 2020): <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/30048/1/Estelas%20romanas%20in%C3%A9ditas%20do%20Sudoeste%20alentejano.pdf>

ENCARNAÇÃO, J. (1985): “Omissão dos teónimos em inscrições votivas”. In *Veleia*, 2-3, pp. 305-310.

ENCARNAÇÃO, J. (1987): “Divindades Indígenas da Lusitânia”. In *Conimbriga*, XXVI, pp. 5-37.

ENCARNAÇÃO, J. (1989): “Indigenismo e Romanização na Epigrafia de Viseu”, In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu, pp. 315-323. Disponível em (consultado junho 2020): <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/44335>

ENCARNAÇÃO, J. (2010): *Epigrafia: as pedras que falam*. 2ª Ed.. Imprensa da Universidade de Coimbra.

EUSÉBIO, M., MARQUES, J. (2005): *Arqueologia e arte no Concelho de Nelas*. Nelas: Câmara Municipal, pp. 16-77.

FARIA, A.M. (1989): “Achados monetários romanos na Orca de Pramelas”. In *Actas do I Colóquio Arqueológico de Viseu*, Viseu. P. 45.

FERNANDES, A. (1997): *Paróquias suevas e dioceses visigóticas*. Ed. Arouca

FERNANDES, A., CARDEIRA, E. (2017): “Notas sobre toponímia portuguesa medieval”. In Álvarez Granja, M., Boullón Agrelo, M. e González Seoane, E. (editores), *Aproximacións á variación lexical no dominio galego-portugués*, *Revista galega de Filoloxía*, Monografía 11, 2017, pp. 149-174. Disponível em (consultado fevereiro 2020): <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/33236>

FERNANDES, L., FERREIRA, M., OSÓRIO, M., PERESTRELO, M. (2006): “Vicis e Castellum na Província Lusitana. Notas epigráficas e arqueológicas”, *Conimbriga*, XLV, p. 165-198. Disponível em (consultado junho 2020): https://digitalis.uc.pt/ptpt/artigo/vicus_e_castellum_na_provincia_lusitania_notas_epigr%C3%A1ficas_e_arqueol%C3%B3gicas

FERNANDES, L.; CARVALHO, P. e FIGUEIRA, N. (2009): “Divindades indígenas numa ara inédita de Viseu”. *Palaeohispanica*, Nº 9. Zaragoza: Institución “Fernando el Católico”, pp. 143-155.

FERNANDES, M. A., CARDEIRA, E. (2013): “Toponímia do povoamento rural: os continuadores do latim quintana e seus derivados”. Em Galvão, Vânia et alii (eds.),

Língua Portuguesa: ultrapassando fronteiras, unindo culturas. *Anais do IV Simpósio mundial de estudos de língua portuguesa*. Goiânia: FUNAPE. Pp.1913-1921. Disponível em (consultado outubro 2019): <https://www.academia.edu/6420047/>

FERNÁNDEZ MIER, M. (1999): *GÉNESIS DEL TERRITORIO EN LA EDAD MEDIA. Arqueología del paisaje y evolución histórica en la montaña asturiana: el valle del río Pigueña*. Universidade de Oviedo, Servicio de Publicaciones. Departamento de História e Arte.

FERNÁNDEZ MIER, M. (2006): “La toponimia como fuente para la historia rural: la territorialidad de la aldea feudal”. *Territorio, Sociedad y Poder* ,1, pp. 35-52. Disponível em (consultado maio 2020): <https://www.unioviedo.es/reunido/index.php/TSP/article/view/9405>

FERNÁNDEZ MIER, M. (2010): “Campos de cultivo en la Cordillera Cantábrica. La agricultura en zonas de montaña”. In KIRCHNER, H. (ed.) *Por una Arqueología Agrária. Perspectivas de Investigación Sobre Espacios de Cultivo en las Sociedades Medievales Hispánicas*. Pp. 41-59. Disponível em (consultado maio 2020): <https://www.academia.edu/979206>

FERNANDEZ MIER, M. (2013): “Arqueología agrária del Norte Peninsular: líneas de investigación sobre un paisaje multifuncional. El ejemplo de Asturias”. In *Nakla*, 15. Ed. Alberto García Porras, pp. 417 - 442. Disponível em (consultado maio 2020): <https://www.academia.edu/1118140>

FERREIRA, A. P. (2004): “Epigrafia funerária romana da Beira Interior: inovação ou continuidade?”, In *Trabalhos de Arqueologia* 34, Instituto Português de Arqueologia, Lisboa. pp. 48 – 204. Disponível em (consultado junho 2020): <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/publications/trabalhos-de-arqueologia-34-epigrafia-funeraria-romana-da-beira-interior-inovacao-ou-continuidade>

FERREIRA, A.B. (1978): *Planaltos e Montanhas do Norte da Beira*, Memórias do Centro de Estudos Geográficos, 4, Lisboa.

FERREIRA, N., GODINHO, M., NEVES, L., PEREIRA, A., SEQUEIRA, A., CASTRO, P., SANTOS, T. (2010): Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000. Notícia explicativa da Folha 17-A Viseu. UNIDADE DE GEOLOGIA E CARTOGRAFIA GEOLÓGICA- LABORATÓRIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA. Lisboa.

FONTES, L. (2012) - *Arqueologia, povoamento e construção de paisagens serranas: o termo de Lindoso, na Serra Amarela*. Tese de doutoramento em Arqueologia (área de especialização em Arqueologia da Paisagem e do Povoamento), Braga: Universidade do Minho.

FREITAS, B. (2015): *Paisagens do Baixo Mondego: Por um debate acerca de Ega, Arrifana e Picota*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2015. Mestrado em Arqueologia (policopiada). Disponível em (consultado julho 2020): <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/30662>

GARCÍA MORENO, L. A. (1989): *Historia de España visigoda*. Madrid: Ediciones Cátedra.

GARCÍA SANJUÁN, L. (2005): *Introducción al reconocimiento y análisis arqueológico del territorio*. Barcelona: Ariel Prehistoria.

GARCÍA SANJUÁN, L.; WHEATLEY, D., MURRIETA FLORES, P.; MÁRQUEZ PÉREZ; J. (2009): “Los SIG y el análisis espacial en Arqueología. Aplicaciones en la Prehistoria reciente del sur de España”. In NIETO PRIETO, F. X. e CAU ONTIVEROS, M. A. (eds.) - *Arqueología Nàutica Mediterrànea*. [Monografies del CASC; 8]. Girona: Centre d’Arqueologia Subaquàtica de Catalunya, p. 163- 180. Disponível em: <https://idus.us.es/handle/11441/53295> (Consultado: 6/1/2020)

GIRÃO, A. (1941): *Geografia de Portugal*. Portucalense Editora. Porto.

GOMES, C. A. (2011): *O preço da memória: a sustentabilidade do património cultural edificado: a sustentabilidade do património edificado*. In Estudos. Direito do Ambiente, Ordenamento do Território e Urbanismo. Disponível em (consultado outubro 2020): <https://www.icjp.pt/sites/default/files/media/917-1648.pdf>

GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (2006): “Estelas discoides da necrópole da Sé de Silves (Algarve, Portugal). Contexto e cronologia”, *Arqueólogo Português*, Suplemento n.º 3, pp. 309-330, Lisboa. Disponível em (consultado junho 2020): <https://www.academia.edu/1551574/>

GOMES, M.; DIAS, M. (1995): “Jarro litúrgico, visigótico, de Bobadela (Coimbra)”. In *IV Reunió d’ Arqueologia Cristiana Hispànica*. Lisboa-Barcelona, pp. 91-98. Disponível em (consultado em junho de 2020):

https://www.academia.edu/928291/Jarro_lit%C3%BArgico_visig%C3%B3tico_de_Bobadela_Coimbra_

GREGO, M. A. e GABRIEL, M. G. (2019): *Guia Orientador-Revisão do PDM*. Coimbra: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Disponível em https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=3304&Itemid=861 (consultado em outubro 2021):

HIPÓLIO, M. (1960 - 1961): “Dois tesouros de moedas romanas descobertos em Portugal. In *Conimbriga*, II-III. Coimbra, pp. 1-166.

HODDER, I. e ORTON, C. (1976): *Spatial Analysis in Archaeology*, Cambridge.

HOUAISS, A., VILLAR, M., FRANCO, F., (2003): *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 3 Volumes. Lisboa: Temas & Debates.

JANSSEN, C. R. e WOLDRING, R. E. (1981): “A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from Serra da Estrela, Portugal” *Finisterra*, XVI, pp. 299-309. Disponível em <https://revistas.rcaap.pt/finisterra/article/view/2176> (Consultada em 20/12/2019)

JORGE, V. O. (2005): *Vitrinas Muito Iluminadas. Interpeleções de um arqueólogo à realidade que o rodeia*. Porto. Campo das Letras.

KNAAP, W. O. V. & VAN LEEUWEN, J. F. N. (1994): “Holocene vegetation, human impact, and climatic change in the Serra da Estrela, Portugal”. In: A. F. LOTTER e B. AMMANN, Eds. *Festschrift Gerhard Lang. Dissertationes Botanicae*. 234, pp. 497-535.

LACEIRAS, L. (2017a): *Património arqueológico nos Planos Municipais de Ordenamento do Território: Salvaguarda, Valorização e Divulgação. Um caso de estudo: Concelho de Nelas*. Trabalho semestral apresentado na unidade curricular de *Políticas de Intervenção Arqueológica* (2016/2017) do Mestrado de Arqueologia e Território da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LACEIRAS, L. (2017b): *PROJETO DIVULGARQ*. Trabalho semestral apresentado na unidade curricular de *Práticas em Arqueologia e Território I* (2016/2017) do Mestrado de Arqueologia e Território da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

LEAL, P. (1873 – 1890): *Portugal Antigo e Moderno: Dicionario Geographico, Estatistico, Chorographico, Heraldico, Archeologico, Historico, Biographico, e*

Etymologico de Todas as Cidades, Villas e Freguezias de Portugal, Volume II. Livraria – Editora Mattos Moreira. Lisboa. Pp. 78-79. Disponível em: https://archive.org/stream/gri_33125005925470#page/n7/mode/2up

Livro de Mumadona: cartulário medievo existente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Reprodução fac-similada do códice. Apresentação por J. A. Pinto Ferreira. 1973. Volume I.

LÓPEZ QUIROGA, J. (2006): “¿Dónde vivían los "Germanos"? Poblamiento, hábitat y mundo funerario en el occidente europeo entre los siglos V y VIII. Balance historiográfico, problemas y perspectivas desde el centro del reino "Godo" de Toledo”. In: *La investigación arqueológica de la época visigoda en la Comunidad de Madrid*. Alcalá de Henares, Museo Arqueológico Regional de la Comunidad de Madrid. Pp. 309-366. Disponível em (consultado março 2020): <https://www.researchgate.net/publication/339181673>

LOUREIRO, J. P. (1957): *O Concelho de Nelas: subsídios para a história da Beira*. Nelas: Câmara Municipal.

LOUREIRO, J. P. (1988): *Concelho de Nelas (Subsídios Para a História da Beira)*. 3ª Ed., Câmara Municipal de Nelas.

LOURENÇO, S. (2007): *O Povoamento Alto Medieval entre os rios Dão e Alva*. In *Trabalhos de Arqueologia*, 50. Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

MACHADO, J. P. (1989): *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5ª Ed., 5 Volumes. Livros Horizonte, Lisboa.

MACHADO, J. P. (2003): *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª Ed., 3 Volumes. Lisboa: Livros Horizonte.

MANTAS, V. (1993): “Evergetismo e Culto Oficial: o Construtor de templos C. Cantivs Modestins”, *Religio Deorum, Actas del Coloquio Internacional de Epigrafia Culto e Sociedade n Occidente*, Sabadell, pp. 227-250

MANTAS, V. (2008-2009): “A rede viária romana em Portugal. Estado da questão e perspectivas futuras”, *Anas*, 21-22. Pp. 245-272. Disponível em (consultado setembro 2020): <https://www.academia.edu/31820207/>

MANTAS, V. (2012): “Os Miliários Como Fontes Históricas E Arqueológicas”, *Humanitas*, Volume 64, pp.139-169, Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em (consultado outubro 2020): https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/27385/1/Humanitas64_artigo9.pdf?ln=pt-pt

MANZANO MORENO, E. (2006) *Conquistadores, emires y califas. Los omeyas y la formación de Al-Ándalus*, Barcelona, 2006.

MARQUES, A. (1993): “O Portugal islâmico”. In *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, volume 2: Portugal das invasões germânicas à reconquista, pp. 121-254.

MARQUES, J. (2000): *Sepulturas escavadas na rocha na região de Viseu*. Viseu. Disponível em (consultado maio 2020): https://issuu.com/jorgeammarques2017/docs/sepulturas_escavadas_na_rocha_na_re

MARQUES, J.A. (2018), *Forais manuelinos de Senhorim, Canas de Senhorim e Aguiçeira*. Trapézio Ideias.

MARREIROS, M. (2012): *Chancelaria de D. Dinis – Livro II*, Palimage / Centro de História da Sociedade e da Cultura, Coimbra. Doc. 178, pp. 210-211.

MARTÍN VISO, I. (2012a): “Paisajes sagrados, paisajes eclesiásticos: de la necrópolis a la parroquia en el centro de la Península Ibérica.” *Reti Medievali Rivista*. 13: 2, 3-45. Disponível em (consultado maio 2020): <https://core.ac.uk/download/pdf/141654869.pdf>

MARTÍN VISO, I. (2012b): “Enterramientos, memoria social y paisaje en la Alta Edad Media: propuestas para un análisis de las tumbas excavadas en roca en el Centro Oeste de la Península Ibérica”. In *Zephyrus*, LXIX. Universidade de Salamanca, pp. 165 - 187. Disponível em (consultado junho 2020): <https://revistas.usal.es/index.php/0514-7336/article/view/9036/9639>

MARTINS, A. (2012): “A salvaguarda do património arqueológico no âmbito dos processos de avaliação de impacte ambiental e de ordenamento territorial: reflexões a partir do direito do património cultural, do ambiente e da gestão do território.” *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Volume 15. 2012, pp. 219–256. Disponível em (consultado outubro2020):http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/rpa15/10_RPA15_AMNMartins.pdf

MARTINS, A. (1940): *O esforço do homem na bacia do Mondego*. Tese de licenciatura em Ciências Geográficas. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

MARTINS, C. (2008): *A exploração mineira romana e a metalurgia do ouro em Portugal*. Braga: Universidade do Minho. Cadernos de Arqueologia. Monografias 14. Disponível em (consultado junho 2020): <http://www.mineracaoantiga.com/congresso/artigos/art02.pdf>

MARTINS, C. (2010): “A mineração em época romana”. In: *Mineração e Povoamento na Antiguidade no Alto Trás-os-Montes Ocidental*. Coord. Carla Maria Braz Martins. Porto : CITCEM, 2010, Cap.7, pp. 107-120. Disponível em (consultado junho 2020): <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10412.pdf>

MATTOSO, J. (1970): “A nobreza portugalense dos séculos IX a XI”, *Do Tempo e da História*, III. Instituto da Alta Cultura. Pp. 35-50. Disponível em (consultado agosto 2020): <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/38037>

MATTOSO, J. (1987a): *A Nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*. Lisboa. Editorial Estampa.

MATTOSO, J. (1987b): *Seia na Idade das Trevas*. Seia. Câmara Municipal de Seia.

MATTOSO, J. (1993a): “A sociedade feudal e senhorial”. In *História de Portugal. A Monarquia Feudal*, Volume II, direção de José Mattoso. Editorial Estampa, pp. 165-203.

MATTOSO, J. (1993b): “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”. In *História de Portugal. Antes de Portugal*, Volume I, direção de José Mattoso. Editorial Estampa, pp. 441-561.

MATTOSO, J. (1997): “Sessenta anos de crise (1190-1250)”. In *História de Portugal. A Monarquia Feudal*, Volume II, direção de José Mattoso. Editorial Estampa, pp. 85-140.

MATTOSO, J. (2001): *Identificação de um país*. Oposição, Círculo de Leitores, Rio de Mouro.

MIRANDA, M. (2016): “O vicus romano de Canas de Senhorim, Portugal. In *ARQUEOLOGÍA IBEROAMERICANA* 30: 5–9. <https://www.laiesken.net/arqueologia/archivo/2016/30/1>

MOITA, I. (1966): “Características predominantes do grupo dolménico da Beira Alta”. *Ethnos*. V. Lisboa. pp. 189-297

MORAIS, L. (2010): “Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local”. Actas do XII Colóquio Ibérico de Geografia. Porto: Faculdade de Letras. Pp. 1-14. (Consultado 2/12/2019) Disponível em: <http://web.letras.up.pt/xiicig/comunicacoes/168.pdf>

MORENO MARTÍN, F. (1997): “Ocupación territorial hispano-romano. Los Vici: poblaciones rurales, Espacios, Tiempo y Forma”, *História Antigua*, Serie II, pp. 295 - 306. Disponível em (consultado junho 2020): <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:ETFSerie2-FB27ADE2-F843-539C-62A2-80B272A9BC96&dsID=Documento.pdf>

NEVES, A. (2013): *A origem de Santa Comba e de Santa Comba Dão – Uma interpretação dos documentos medievais*. Disponível em (consultado em maio 2020): https://www.academia.edu/3434839/Origem_de_Santa_Comba_e_de_Santa_Comba_D%C3%A3o

NUNES, J. (2016): “A geografia diocesana (1147-1505)”. In *A geografia diocesana (1147-1505)*. Viseu, Portugal: Diocese de Viseu/Imprensa da Universidade de Coimbra. Pp. 43-55.

OLIVEIRA, C. F. (2010): *Mosaicos Romanos de Portugal – O Algarve Oriental*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras Universidade de Coimbra. Disponível em (consultado junho 2020): <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/14291?mode=full>

OLIVEIRA, F. P. (2016): *Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial – Comentário ao Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio*. Coimbra. Almedina.

ORIA SEGURA, M. (1997): *Hércules en Hispania: Una Aproximación*. *Cornvopia, Repertoris i materials per a l'estudi del Món Clàssic*, 5. Barcelona: Dep. Filologia Latina, Universitat

OSÓRIO, M., SALGADO, T. (2007): “Um sistema de informação geográfica aplicado na arqueologia no município do Sabugal”. In *Praxis Archaeologica*, 2. Ed. Associação Profissional de Arqueólogos (APA), pp. 9 - 22. Disponível em <https://www.academia.edu/418055/> (Consultado no 12/12/2019)

PEDRO, I., PINTO, E. (2003): *Sondagem de emergência no sítio arqueológico do Freixieiro (Canas de Senhorim, Nelas)*. Relatório Policopiado.

PEDRO, I., VAZ, J. I., MARQUES, J. (1994): *Roteiro Arqueológico da Região de Turismo Dão Lafões. Viseu.* Disponível em: https://issuu.com/jorgeammarques2017/docs/jorge_adolfo_m._marques__roteiro_ar

PEDRO, I., VAZ, J. I. (1995): “Basílica e Necrópole alto medievais de Viseu”. In *Actas da IV Semana de Arqueologia Cristã Hispânica*. Lisboa/ Barcelona. Pp. 343-352. Disponível em (consultado maio 2020): https://www.academia.edu/12372474/Bas%C3%ADlica_e_necr%C3%B3pole_altomediais_de_Viseu

PEREIRA, A. (2015): *Inventário e Georreferenciação do Mundo Funerário Rupestre Medieval no Centro de Portugal*. Relatório de Estágio para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Arqueologia, apresentado à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova Lisboa (RUN). Lisboa. Policopiado.

PEREIRA, P. (2017): *O vinho na Lusitânia*. CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória». Teses Universitárias N.º 8. Porto. Disponível em (consultado maio 2020): <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/16182.pdf>

PIEL, J. M. (1939): “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”. *Boletim de Filologia*. Tomo VI – Fascículos 1-2. Centro de Estudos Filológicos. Lisboa. 1939. Pp. 329-350. Disponível em (consultado janeiro 2020): <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/lingua-1.html>

PIEL, J. M. (1945): “As águas na toponímia galego-portuguesa”, *Boletim de Filologia*, Tomo VIII – Fascículo 1. Centro de Estudos Filológicos. Lisboa. Pp. 305-342. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/lingua-1.html> (consultado em janeiro de 2020)

PIEL, J. M. (1947): “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, *Revista Portuguesa de Filologia*, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras. Instituto de Estudos Românicos. Volume I, p. 153-197.

PIEL, J. M. (1948): “Nomes de possessores latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa”, Separata de, *Biblos*, volume XXIII, 1948, p. 140.

PINHEIRO, P. (2013): *O monumento da Orca do Pinhal dos Amiais (Nelas) no contexto do megalitismo da plataforma do Mondego*. Tese de Mestrado, Faculdade de Letras de Lisboa. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/9792>

PINTO, E. (1996): “Património Arqueológico da Vila e Freguesia de Canas de Senhorim”. *Canas de Senhorim. História e Património*. Canas de Senhorim: Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, pp. 7-50.

PINTO, E. (1998): “Contributo para o inventário arqueológico do concelho de Nelas – freguesia de Canas de Senhorim, 1ª parte”. *Beira Alta*. Viseu. 57: 3-4, pp. 405-448.

PINTO, E. (1999): “Contributo para o inventário arqueológico do concelho de Nelas – freguesia de Canas de Senhorim, 2ª parte”. *Beira Alta*. Viseu. 58: 1-2, pp. 105-140.

PINTO, E. (2001): “Os túmulos rupestres de Canas de Senhorim”. In *Catálogo do núcleo filatélico e numismático da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim*. Canas de Senhorim.

PINTO, E. (2003): “Novos contributos para o inventário arqueológico e documental da Vila de Canas de Senhorim”. *Beira Alta*. Viseu. 62: 3-4, p. 365-433.

PINTO, E. (2008): *O Museu Municipal Manuel Soares de Albergaria – Carregal do Sal (Das Origens à Sua Formação. Coleções, Espaços, Educação e Património do concelho)*, Câmara Municipal de Carregal do Sal, 2008. Dissertação de Mestrado em Museologia e Património Cultural apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 2007. Disponível em (consultado março 2019): <https://www.cm-carregal.pt/cmcarregaldosal/uploads/document/file/1037/livro.pdf>

PLANO MUNICIPAL DE NELAS – REVISÃO (2013): “Património Arqueológico (09)”. Câmara Municipal de Nelas. Lugar do Plano, Gestão do Território e Cultura. Disponível em (consultado outubro 2018): https://www.cm-nelas.pt/wpfd_file/patrimonio-arqueologico-plano-diretor-municipal-de-nelas/

PMH - *Portvgaliae Monvmenta Historica, a saecvlo octavo post christvm vsqve adqvintvmdccimvm. Diplomata et Chartae*. Organização de Alexandre Herculano. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1867. Digitalização na Biblioteca Nacional Digital, em formato pdf. Disponível em (consultado maio 2020): <https://purl.pt/12270/3/>

PMH - *Portugaliae Monumenta Historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum. Inquisitiones*. Organização de Alexandre Herculano. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1888. Digitalização na Biblioteca Nacional Digital, em formato pdf. Volume I, Parte II, Fasc. IV, pp.811-814 e 846. Disponível em (consultado maio 2020): <https://purl.pt/12270/3/>

QUARESMA, J., PINTO, P. (2000): “Ponte e via antiga de Santar (Nelas). Entre tradição historiográfica e tipologias”. In *Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda. Pp. 199-208.

REDENTOR, A., CARVALHO, P. (2017): “Continuidade e mudança no Norte da Lusitânia no tempo de Augusto”. *Gerión* 35. Pp. 417-441.

ROCHA, A. (1897): “Antiguidades romanas da vizinhança de Nellas”. *O Arqueólogo Português*. 1ª Série, 3, pp. 81-86.

ROCHA, A. (1901): “Sepulturas abertas em rocha viva”. *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, 6, pp. 79-80.

ROCHA, L. (2016): “Percorrendo antigos [e recentes] trilhos do Megalitismo Alentejano”. In *Terra e água, escolher sementes, invocar a deusa: estudos em homenagem a Victor S. Gonçalves*. Lisboa: Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Estudos & Memórias, nº 9. Pp. 167-177. Disponível em (consultado julho 2020): https://www.academia.edu/25854145/Percorrendo_antigos_e_recentes_trilhos_do_Megalitismo_Alentejano

ROMÃO, J. (2012): *No encalço do passo do Homem medieval: as vias de comunicação do antigo termo e atual concelho de Tomar*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Fac. Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa. Policopiado. Disponível em (consultado maio 2020): <https://run.unl.pt/handle/10362/10150>

RUBIO DÍEZ, R. (2013): “Tumbas excavadas en roca y poblamiento rural postromano al suroeste del Duero”. In *Arqueología en el valle del Duero. Del Neolítico a la Antigüedad Tardía: nuevas perspectivas*. Universidade de Salamanca, pp. 269 - 280.

RUIZ ZAPATERO, G. y FERNÁNDEZ MARTÍNEZ, V. (1993): “Prospección de superficie, técnicas de muestreo y recogida de la información”. In *Actas, Inventarios y*

Cartas arqueológicas (Homenajea Blas Taracena). Soria, Junta de Castilla y León, 87-98.

SÁEZ SÁNCHEZ, E. (1947): “Los ascendientes de San Rodendo. Notas para el estudio de la Monarquía astur-leonesa durante los siglos IX y X.” In: *Hispania, Revista Española de Historia*. Nº XXX. Pp. 7-133. Disponível em (consultado março 2020): <https://bibliotecadigital.jcyl.es/i18n/consulta/registro.cmd?id=6257>

SÁNCHEZ PARDO, J. C. (2008): *TERRITORIO Y POBLAMIENTO EN GALICIA ENTRE LA ANTIGÜEDAD Y LA PLENA EDAD MEDIA*. Universidad de Santiago de Compostela, Departamento de Historia Medieval y Moderna. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10347/2451>

SÁNCHEZ PARDO, J. C. (2010): “Las iglesias rurales y su papel en La articulación territorial de la Galicia medieval (ss. VI-XIII). Un caso de estudio”. In *Mélanges de la Casa de Velázquez, Nouvelle, série 40 (1)*, pp. 149 - 170. Disponível em (consultado novembro 2020): <https://journals.openedition.org/mcv/3374>

SANTO, S. E. (2001): *Senhorim. Memórias que tempo não apagou*, Câmara Municipal de Nelas, Nelas

SANTOS, C. (2010): *Construção de moradias em Lameiras, Lotes 6 e 7 [Canas de Senhorim]*. Relatório Final, policopiado.

SANTOS, C. (2011): *Construção de moradia unifamiliar em Lameiras, lote 5. Acompanhamento arqueológico da obra. [Canas de Senhorim]*. Relatório Final, policopiado.

SANTOS, M. (1994), “A origem de “mocho” ‘banco’ e o seu campo morfo-semântico”, *Separata da Revista Portuguesa de Filologia*, volume XX, 1994

SARAIVA, A (2010): “Viseu: do governo condal ao reinado de D. Afonso Henriques (1096-1185). A renovação de um perfil urbano.” *Centro de História da Sociedade e da Cultura*. Palimage. Imagem Palavra. Tomo I. Pp. 11-36. Disponível em (consultado maio 2020): https://digitalis.uc.pt/ptpt/artigo/viseu_%E2%80%93do_governo_condal_ao_reinado_de_d_afonso_henriques_1096_1185_renova%C3%A7%C3%A3o_de_um_perfil

SENNA-MARTINEZ, J.C. (1989): *Pré-História Recente da Bacia do Médio e Alto Mondego: algumas contribuições para um modelo sociocultural*, Tese de Doutoramento em Pré-História e Arqueologia, Faculdade de Letras de Lisboa, 3 Vols., policop.

SENNA-MARTINEZ, J.C.; LÓPEZ PLAZA, S. e HOSKIN, M. (1997): “Territorio, ideología y cultura material en el megalitismo de la plataforma del Mondego (Centro de Portugal)”. In: O Neolítico Atlântico e as Orixeis do Megalitismo. *Actas del Coloquio Internacional. Santiago de Compostela*. «Cursos e Congresos da Universidade de Santiago de Compostela», 101, pp.657-676

SENNA-MARTINEZ, J. C. e PEDRO, I., Eds., (2000): *Por Terras de Viriato: Arqueologia da Região de Viseu*. Viseu. Governo Civil do Distrito de Viseu e Museu Nacional de Arqueologia

SENNA-MARTINEZ, J. C. e VENTURA, J.M.Q. (2006): “Neolitização e Megalitismo na Plataforma do Mondego: Algumas Reflexões sobre a Transição Neolítico Antigo/Neolítico Médio”. In: *Actas do IV Congreso del Neolítico en la Península Ibérica Alicante*. Tomo II, p.77-84

SENNA-MARTINEZ, J. C. e VENTURA, J.M.Q. (2008): “Do mundo das sombras ao mundo dos vivos: Octávio da Veiga Ferreira e o megalitismo da Beira Alta, meio século depois”. In: *Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. Câmara Municipal. 16, p.317-350.

SILVA, A. C. (2003): “Integrar a Arqueologia no Planeamento e Gestão do Território Municipal. Revisão do PDM de Évora”. In *al-madan* IIª Série (12), pp. 115-122.

SILVA, A. C. (2004): “A salvaguarda do património arqueológico em meio rural”, *Revista Património/Estudos* Nº 6 – Salvaguarda do Património, pp.41-49.

SILVA, A. M. (1988): *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, 4ª Ed., 5 Volumes. Editorial Confluência Lda., Mem Martins.

SILVEIRA, J. (1940): “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”, *O Instituto*, volume 97, p. 268-281 e 382-421. Disponível em: https://digitalis.uc.pt/pt-pt/fundo_antigo/o_instituto_jornal_scientifico_e_litterario_vol_97_1940 (Consultado em outubro 2019)

SOUSA, B. V. (2009): “A monarquia entre a guerra civil e a consolidação” In RAMOS, R., (Coord.) – História de Portugal. Lisboa. A Esfera dos Livros, pp. 72-73.

TAVARES, A. (2014): *Património cultural: gestão e programação à escala municipal. Uma proposta para o município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local*. Arqueohoje, Viseu. Dissertação de Mestrado em Gestão e Programação do Património Cultural, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2012.

TAVARES, J. (1990): *Dicionário de santos : hagiológico, iconográfico de atributos, de artes e profissões, de padroados, de compositores, de música religiosa*. Porto : Lello & Irmão, 1990, pp. 100-101

TEIXEIRA, C., CARVALHO, L. H.; BARROS, R. F.; MARTINS, J.; HAAS, W. E. L. (1961): Carta Geológica de Portugal na escala 1: 50000; notícia explicativa da Folha 17-C, Santa Comba Dão. Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa.

TENTE, C. (2007): “A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da Serra da Estrela”. In: *Trabalhos de Arqueologia* 47; Instituto Português de Arqueologia, Lisboa.

TENTE, C. (2010): *Arqueologia Medieval Cristã no Alto Mondego, Ocupação e exploração do território nos séculos V a XI*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa: policopiado. Disponível em (consultado março 2020): <https://run.unl.pt/handle/10362/4804>

TENTE, C., De MAN, A. (2016): “O fim da Lusitânia: fragmentação e emergência de poderes no território de Viseu”. In *A Lusitânia Entre Romanos e Bárbaros*. Coimbra / Mangualde, pp. 375 - 396.

TENTE, C. (2017): “Entre o fim do Império e o início da Idade Média: as mudanças na estrutura do povoamento na região noroeste da Serra da Estrela (centro do Portugal)”, in TEIXEIRA, C., CARNEIRO, A. (Eds.) – *Actas do I Congresso Internacional sobre Arqueologia de transição. Entre o mundo romano e a Idade Média*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 12-38.

TENTE, C., JÍMENEZ, O., ALVES-CARDOSO, F., CASIMIRO, S., ALVES, C. (2018): “A igreja de S. Miguel de Fetal. Resultados das escavações e a sua interpretação”. *Atas do Congresso (12 a 14 de abril 2016): Do Império ao Reino: Viseu e o Território. Entre os Séculos IV a XII*, Viseu: Câmara Municipal de Viseu. Disponível em (consultado maio 2020): <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/36495/1/Povoamentoemodos.pdf>

VALERA, A. C. (2006): *Calcolítico e transição para a Idade do Bronze na Bacia do Alto Mondego: estruturação e dinâmica de uma rede local de povoamento*, Dissertação de doutoramento em Pré-História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/16162> (Consultado em 14/2/2019)

VALERA, C. (1993): “A Corujeira, Canas de Senhorim: vestígios de uma ocupação calcolítica”, *Trabalhos do E.A.M.*, 1, Lisboa: Calibri

VARRÃO (2012): *Das coisas do campo*. Tradução de Matheus Trevizam. Campinas, LVMINA, Editora Unicamp.

VASCONCELOS, J. L. (1895): “Acquisições do Museu Ethnográfico Português”. *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, 1, pp. 218-222.

VASCONCELOS, J. L. (1897): *Religiões da Lusitânia: na parte que principalmente se refere a Portugal*. I. Lisboa: Imprensa Nacional.

VASCONCELOS, J. L. (1905): “Antiguidades prehistoricas da Beira: III - Orca da Carvalhinha: IV - Notícia de duas orcas”. *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, 10, pp. 312-313.

VASCONCELOS, J. L. (1912): “Crónica. Visita presidencial. Excursão archeológica - excavações - aquisições: visitantes do Museu”, *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, 17, pp. 204-207.

VASCONCELOS, J. L. (1917): “Coisas Velhas”. *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, 22, pp. 107-169.

VASCONCELOS, J. L. (1927/1929): “Epigrafia do Museu Etnológico (Belém): inscrições romanas”. *O Arqueólogo Português*, 1ª Série, 28, pp. 209-227.

VASCONCELOS, J. L. (1931): “Miudezas toponímicas”, *Opúsculos*, Onomatologia, volume III. Imprensa da Universidade, Coimbra. Pp. 311-455. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/etnologia-etnografia-tradicoes.html> (Consultado em janeiro de 2020)

VAZ, J. I. (1987): “Canas de Senhorim e Carvalhal redondo. Epigrafia e romanização”. In *Portugália*. Porto. nova série: 8, p. 63-72. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3659.pdf>

VAZ, J. I. (1993): *A civitas de Viseu (Espaço e Sociedade)*, Coimbra. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da universidade de Coimbra. Texto Policopiado.

VAZ, J. I. (1997): “A civitas de Viseu: Espaço e Sociedade”. Coimbra: Comissão de Coordenação da Região Centro.

VAZ, J. I. (2004): “Vias romanas da *civitas* de Viseu: características e sobrevivência.” *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitânia Romana: las Comunicaciones*. Mérida. Pp.117-134.

VAZ, J. I. (2006): “A ocupação do espaço de Viseu na época romana”, *Máthesis* 15, 2006, p. 143-154. Disponível em (consultado maio 2020): <https://revistas.ucp.pt/index.php/mathesis/article/view/4531/4412>

VAZ, M. J. A. (2008): *Nelas Património Arqueológico*. Edição da Câmara Municipal de Nelas. Nelas.

VEIGA, C. J. M. (2006): *Município de Nelas. Origem e Evolução (Dos Princípios do Século XIX à Revolução de 1974)*, Nelas, Câmara Municipal de Nelas

VEIGA, C. J. M. (2014): *A vida dos trabalhadores do urânio "trabalho ruim"*. Associação dos Ex-Trabalhadores das Minas de Urânio. Nelas

VELOSO, M. (2015): *Carta de Povoamento de Currelos*. Evocação Histórica dos 910 anos da sua concessão. Município de Carregal do Sal.

VENTURA, L., OLIVEIRA, A. R. de (2006): *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, Volume II. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006. Doc. 626, pp. 200-201

VENTURA, L.; FARIA, A. S. (1990): *Livro Santo de Santa Cruz*, 1ª Ed., HISTÓRIA MEDIEVAL: 3, COIMBRA, Imprensa de Coimbra. Doc. 201, pp. 354-355.

VIEIRA, A. (2016): “A Arqueologia e a Toponímia: uma abordagem preliminar”. *Al-Madan Online*. IIª Série. 21. Tomo 1. 87-94. Disponível em (consultado abril 2020): <https://www.academia.edu/28644218/>

VIEIRA, M. (2004): Alto Paiva: povoamento nas épocas romana e altomedieval. In: *Trabalhos de Arqueologia* 36. Lisboa.

VIEIRA, M. (2005): “Subsídios toponímicos para o conhecimento da influência muçulmana a Sul do Douro”, In BARROCA, M., FERNANDES, I. (coord.) *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (séculos VIII a XIII). Actas dos Seminários realizados em Palmela (14 e 15 de Fevereiro de 2003) e Porto (4 e 5 de Abril de 2003)*. Câmara Municipal de Palmela e Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp. 53-67.

VIEIRA, M. (2005-2006): “Formas de povoamento rural na região do Alto Paiva (séculos V-X)”. *Cuadernos de Prehistoria y Arqueologia*. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Universidad Autonoma de Madrid, volume 31 – 32. Disponível em (consultado julho 2020): <https://repositorio.uam.es/handle/10486/789>

VIVES GATELL, J. (1963): *Concílhos visigóticos e hispano-romanos*. Barcelona; Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

WATTEAUX, M. (2003): “Le plan radio-quadrillé des terroirs non planifiés”, *Études Rurales*, N° 167-168. Pp. 187-214. Disponível em (consultado junho 2020): https://www.researchgate.net/publication/327415106_Le_plan_radioquadrille_des_terroirs_non_planifies

WATTEAUX, M. (2009): *La dynamique de la planimétrie parcellaire et des réseaux routiers en Vendée méridionale*. Études historiographiques et recherches archéogéographiques, These pour obtenir le grade de Docteur de l'Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Paris. Pp. 95-111 e 510-514. Disponível em (consultado agosto 2020): <https://www.academia.edu/1118140>

XAVIER, P. (2000): *Relatório da campanha de sondagens arqueológicas no espaço anexo da Igreja de São Salvador de Canas de Senhorim*. Relatório Policopiado.

ZÚQUETE, A. (1989): *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa ; Rio de Janeiro : Editorial Enciclopédia, 1989. Volume 3. Pp. 300-301.

Legislação de referência

Diário da República n.º 86/1976, Série I de 1976-04-10. Constituição da República Portuguesa. Decreto 1976-04-10. Aprovação da Constituição da República Portuguesa, na sua versão atualizada (VIIIª), conferida pela Lei nº 1/2005, de 12 de agosto. Diário da

República Eletrónico. Versão à data de 09-06-2020. Disponível em (consultado novembro 2020): <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/337/202006091126/128043/diploma/indice>

Diário da República n.º 222/1999, Série I-A de 1999-09-22. Decreto Lei n.º 380/99, de 22 de setembro. Pp. 6590-6622 (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial), com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 310/2003, de 10 de dezembro. Disponível em (consultado outubro 2018): <https://dre.pt/home/-/dre/559019/details/maximized>

Diário da República n.º 215/1999, Série I-A de 1999-09-14. Lei n.º 159/99. Pp. 6301 – 6307 (Estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais). Disponível em (consultado outubro 2018): <https://dre.pt/pesquisa/-/search/570562/details/maximized>

Diário da República n.º 206/2009, Série I de 2009-10-23. Decreto Lei n.º 309/2009, de 23 de outubro. Pp. 7975 – 7987 (Estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda). Disponível em (consultado novembro 2020): <https://dre.pt/pesquisa/-/search/483153/details/maximized>

Diário da República n.º 46/2009, Série I de 2009-02-20. Decreto-Lei n.º 46/2009. Pp. 1168-1205 (Procede à sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial). Disponível em (consultado outubro 2018): <https://dre.pt/pesquisa/-/search/602059/details/maximized>

Diário da República n.º 93/2015, Série I de 2015-05-14. Decreto Lei n.º 80/2015, de 14 de maio. Pp. 2469-2512 (Aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro). <https://dre.pt/pesquisa/-/search/67212743/details>

Diário da República n.º 1/2014, Série II de 2014-01-02. Aviso 33/2014 (Município de Nelas). Pp. 25-43 (Publicação da 1.ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Nelas). Disponível em (consultado outubro de 2020): <https://dre.pt/application/conteudo/1950564>

Diário da República n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08. Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, pp. 5808-5829 (Estabelece as Bases da Política e do Regime de Protecção e

Valorização do Património Cultural Português). Disponível em (consultado outubro 2020): <https://dre.pt/pesquisa/-/search/629790/details/maximized>

Fontes cartográficas de referência

Cartas Militares de Portugal - Série M888, 1.^a edição, escala 1: 25.000, folhas 189, 200, 201 e 211. Serviços Cartográficos do Exército (1928-1965).

Cartas Militares de Portugal - Série M888, 2.^a edição, escala 1: 25.000, folhas 189, 190, 200, 201, 211 e 212. Instituto Geográfico do Exército (1938-2003).

Cartas Corográficas de Portugal, escala 1:50000, folhas 17-A/Viseu da Direção Geral do Território, e 17-C/ Santa Comba Dão, do Instituto Geográfico e Cadastral, respetivamente de 1992 (1.^a Ed.) e 2012 (2.^a Ed.).

Cartas Geológicas de Portugal, escala 1:50000, folhas 17-A/Viseu e 17-C/Santa Comba Dão, dos Serviços Geológicos de Portugal, respetivamente de 1961 e 2009;

Carta da Capacidade e Uso do Solo, 1:1.000.000, Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, 1980. Edição digital em formato vetorial. Instituto do Ambiente. Disponível em (consultado maio 2020): <https://www.dgadr.gov.pt/cartografia/cartas-solos-cap-uso-digital> .

Carta Litológica, 1:1.000.000, Estação Agronómica Nacional, 1982. Edição digital em formato vetorial (shp). Instituto do Ambiente. Disponível em (consultado maio 2020): <https://www.dgadr.gov.pt/cartografia/cartas-solos-cap-uso-digital> .

Carta dos Solos, 1:1.000.000, Reprodução da CARTA DE SOLOS do Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, delineada por J. Carvalho Cardoso, M. Teixeira Bessa e M. Branco Marado (Engenheiros Agrónomos). Edição digital em formato vetorial (shp). Instituto do Ambiente. Disponível em (consultado maio 2020): <https://www.dgadr.gov.pt/cartografia/cartas-solos-cap-uso-digital> .

Carta Topográfica do Concelho de Nelas. Curvas de Nível de 10m em 10m. Serviços SIG da Câmara Municipal de Nelas.

Carta Administrativa oficial de Portugal (CAOP). Edição digital em formato vetorial (shp). Versão 2019. Direção Geral do Território. Disponível em (consultado maio 2020): <https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop> .



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Luís Filipe Loureiro Ladeiras

**Dinâmicas de Povoamento no Concelho de
Nelas: do Período Romano à Definição do
Reino
(Re)pensar a Arqueologia Concelhia**

Volume II

Dissertação de Mestrado em Arqueologia e Território, na área de especialização em Arqueologia Medieval e Moderna, orientada pela Doutora Helena Catarino, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Janeiro de 2021

FACULDADE DE LETRAS

DINÂMICAS DE POVOAMENTO NO CONCELHO DE NELAS: DO PERÍODO ROMANO À DEFINIÇÃO DO REINO (RE)PENSAR A ARQUEOLOGIA CONCELHIA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Dinâmicas de Povoamento no Concelho de Nelas: do Período Romano à Definição do Reino (Re)pensar a Arqueologia Concelhia
Autor	Luís Filipe Loureiro Ladeiras
Orientadora	Doutora Helena Maria Gomes Catarino
Júri	Presidente: Doutor Ricardo Jorge Costeira da Silva Vogais: 1. Doutor Pedro Jorge Cardoso Carvalho 2. Doutora Helena Maria Gomes Catarino
Identificação do Curso	2º Ciclo em Arqueologia e Território
Área científica	Arqueologia
Especialidade/Ramo	Arqueologia Medieval e Moderna
Data da defesa	19/02/2021
Classificação	19 valores

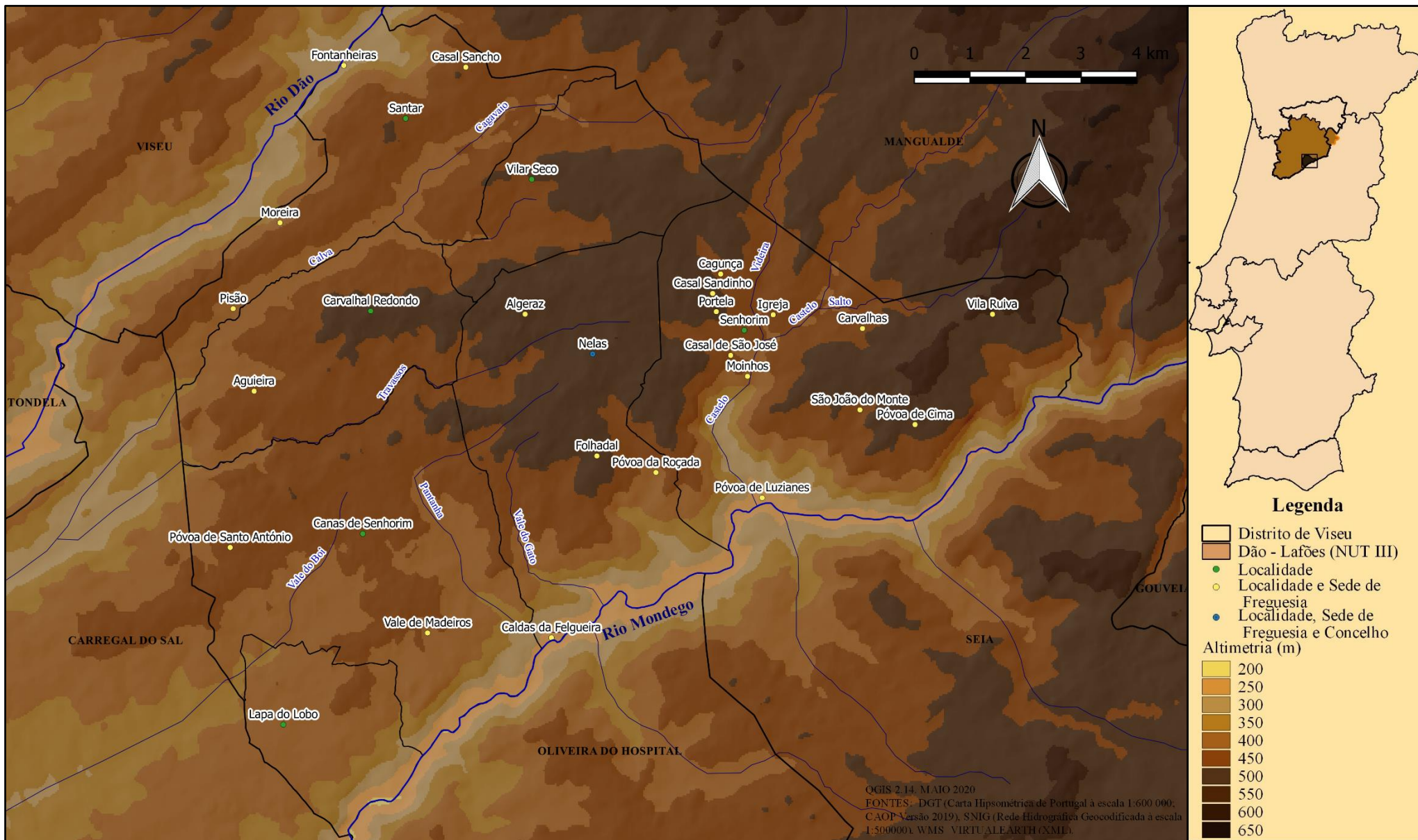


Índice

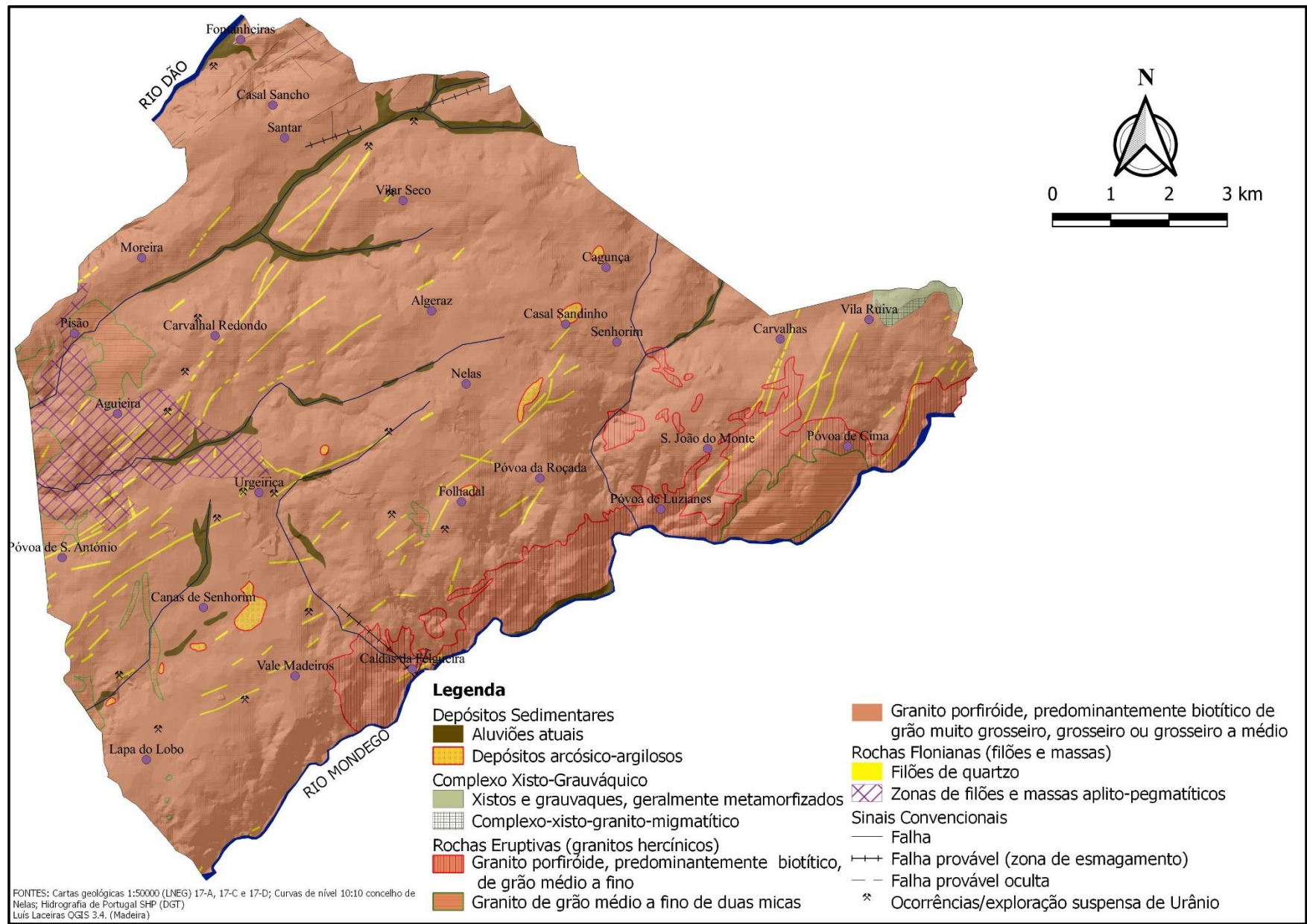
Volume II

Anexo I – Cartografia.....	1
Anexo II – Tabelas.....	24
Tabela de Toponímia (T.T.).....	25
Tabela de Documentação Histórica (T.D.H.).....	105
Tabela de Sítios Arqueológicos (T.S.A.).....	126
Tabela de Inscrições Romanas (T.I.R.).....	319
Anexo III – Figuras.....	332

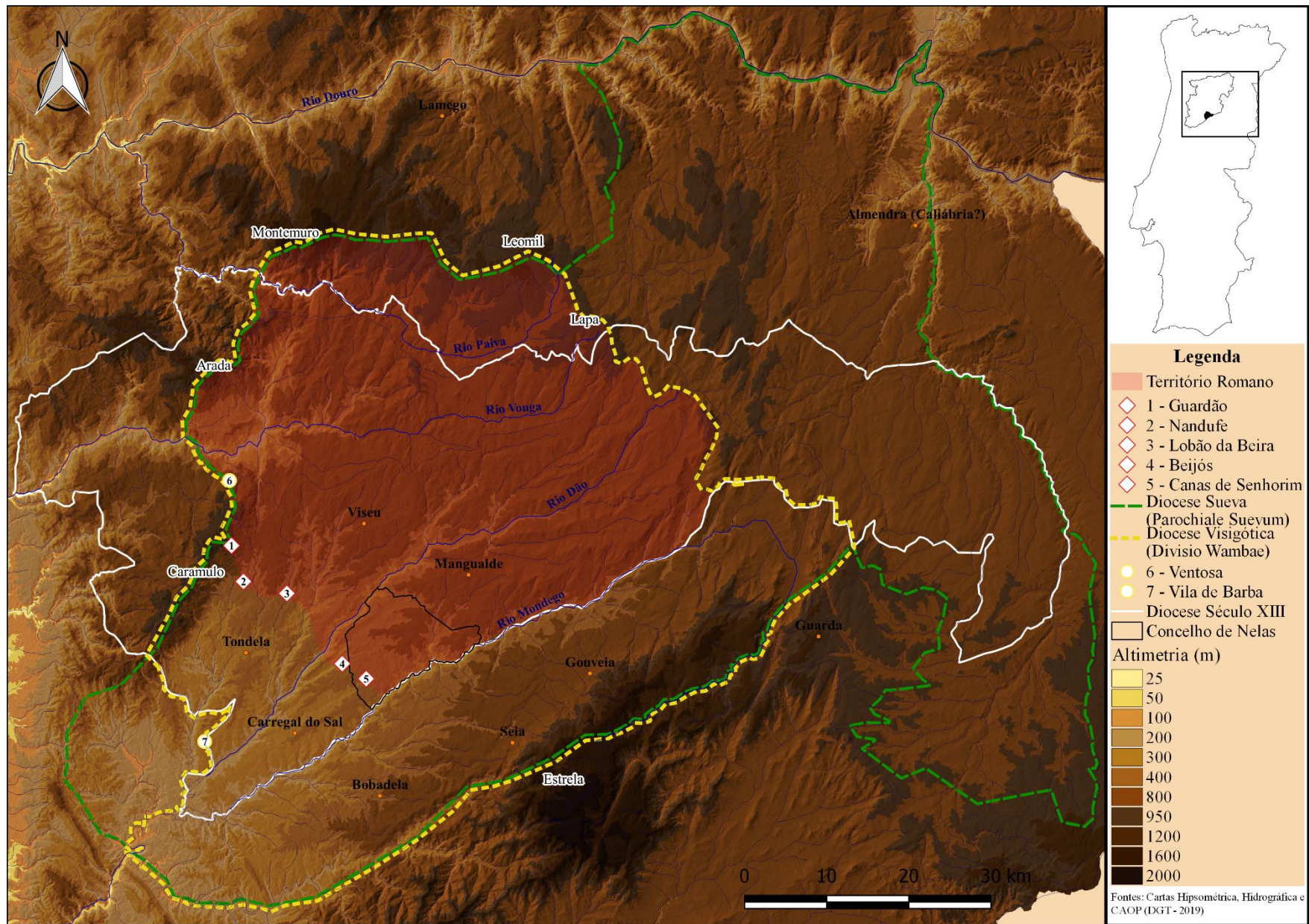
Anexo I – Cartografia



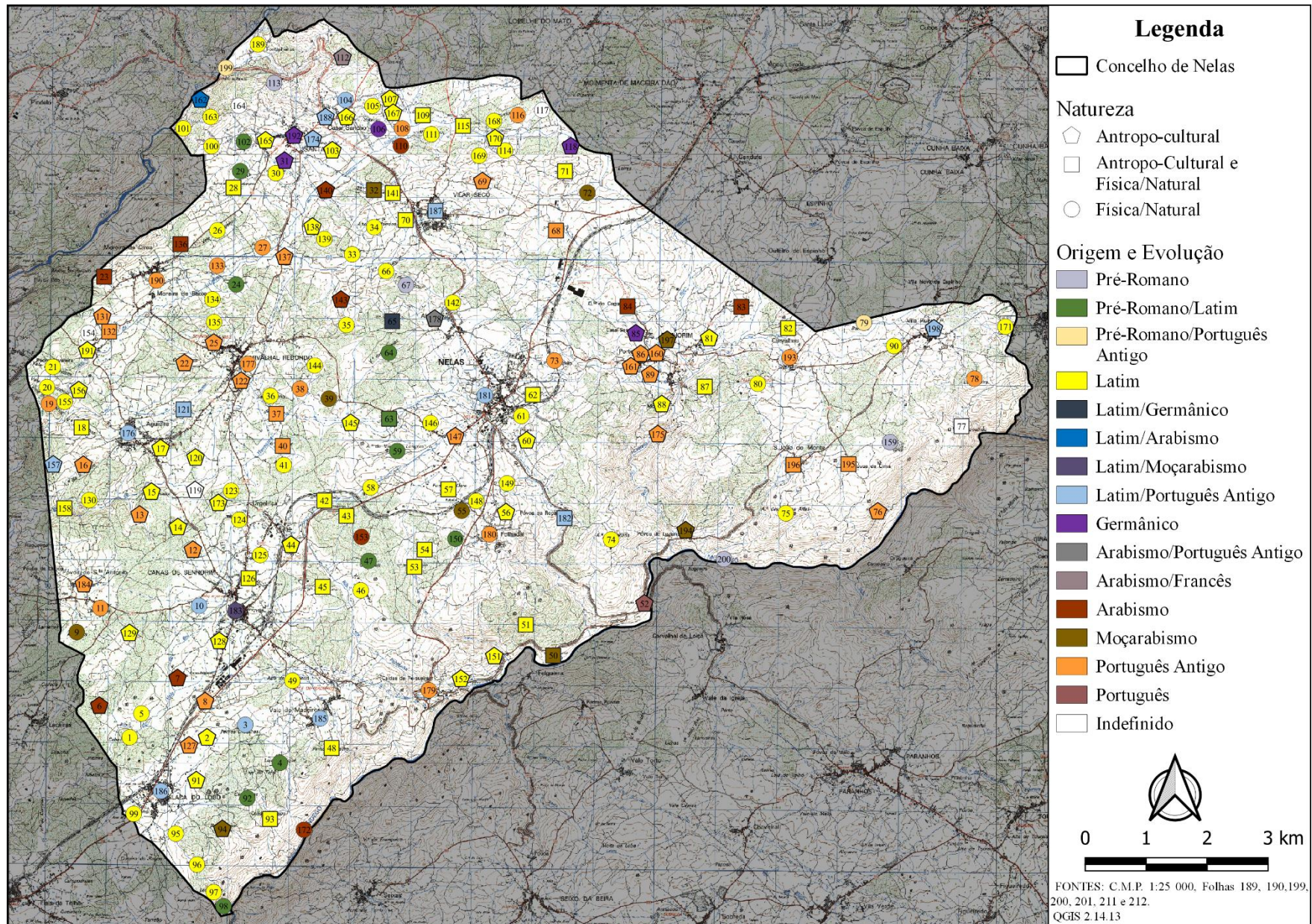
Mapa 1. – Enquadramento geográfico e administrativo da área em estudo.



Mapa 2. – Geologia do concelho de Nelas. Base: excertos das Cartas Geológicas de Portugal nºs 17-A, 17-C e 17-D. Esc. 1: 50 000.



Mapa 3. – Enquadramento histórico. Limites do território de Viseu: da *civitas* à diocese do século XIII.



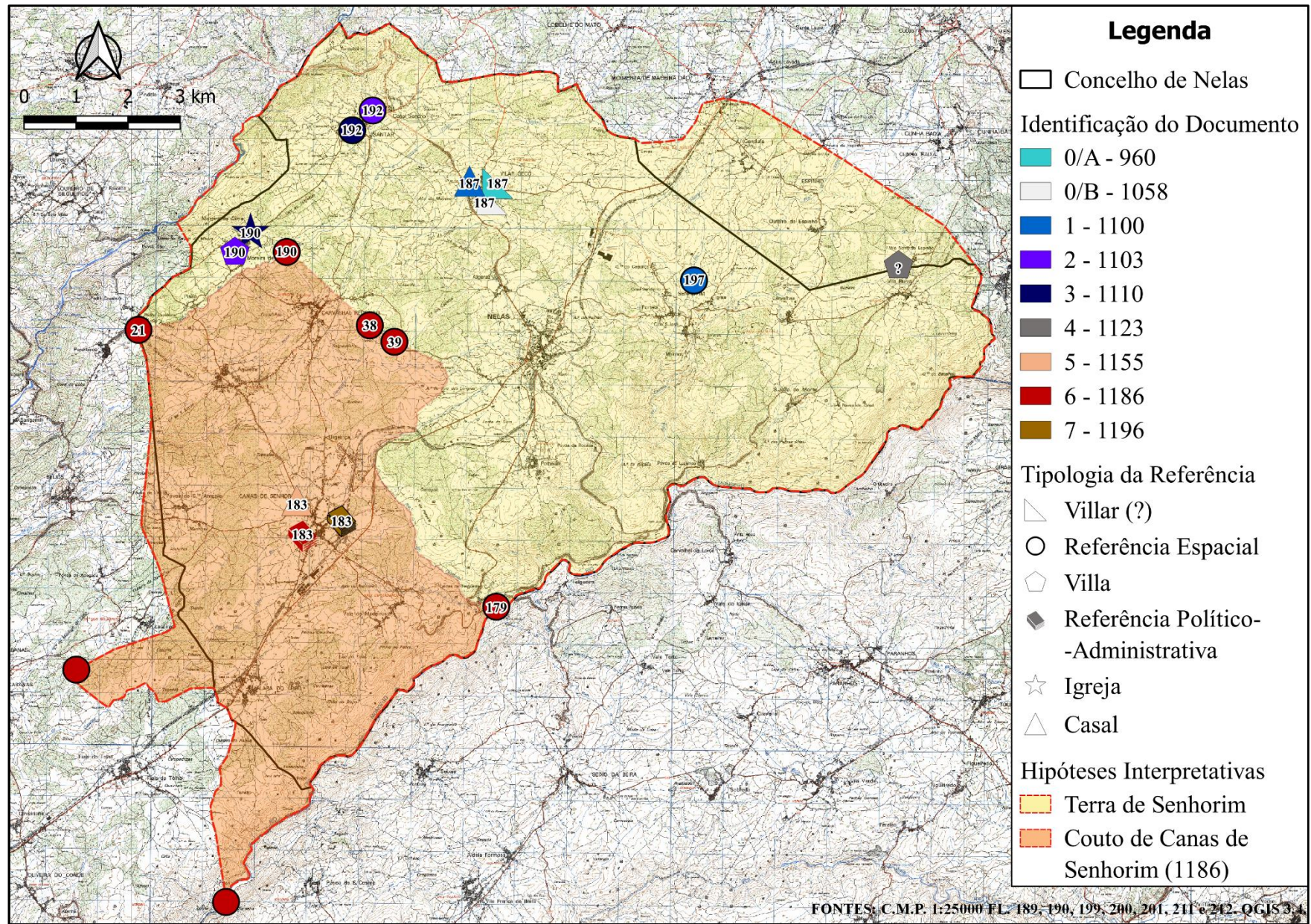
Mapa 4. – Levantamento toponímico.

Nº	Designação	Etimologia	Nº	Designação	Etimologia
1	Cabecinhos	Latim	41	Aveleira	Latim
2	Santas	Latim	42	Quinta do Vale Covo	Latim
3	Pedras Cimalhas	Latim/Português Antigo	43	Quinta da Urgeiriça	Latim
4	Laje do Tojal	Pré-Romano/Latim	44	Urgeiriça	Latim
5	Rossadas	Latim	45	Quinta das Pedras Altas	Latim
6	Supico	Arabismo	46	Vale do Pereiro	Latim
7	Pai do Mouro	Arabismo	47	Carregal/Carregais	Pré-Romano/Latim
8	Escosa/Iscoza	Português Antigo	48	Pinhal do Padre	Latim
9	Atoleiros	Moçarabismo	49	Alto da Raposeira	Latim
10	Quinta	Latim/Português Antigo	50	Quinta do Abrunhal	Moçarabismo
11	Marinhas	Português Antigo	51	Quinta do Soito	Latim
12	Passal	Português Antigo	52	Ponte Nova	Português
13	Cabana	Português Antigo	53	Quinta do Vale do Gato	Latim
14	Tramelas/Pramelas	Latim	54	Fonte	Latim
15	Quinta dos Travassos	Latim	55	Mochos	Moçarabismo
16	Vale de São Simão	Latim/Português Antigo	56	Capucha	Latim
17	Cruzinha	Latim	57	Fonte do Ouro	Latim
18	Vale das Cubas	Latim	58	Vale Covo	Latim
19	Vale do Carvalho	Português Antigo	59	Alto do Vale das Longras	Pré-Romano/Latim
20	Vale da Galinhola	Latim	60	Fiais	Latim
21	Vale das Perdizes	Latim	61	Regada	Latim
22	Cocarinhas	Português Antigo	62	Quinta do Pomar	Latim
23	Matas do Cavalo do Mouro	Arabismo	63	Quinta da Longra	Pré-Romano/Latim
24	Barroca Alta	Pré-Romano/Latim	64	Vale das Cadelas	Pré-Romano/Latim
25	Senhora do Viso	Português Antigo	65	Quinta da Teixuga	Latim/Germânico
26	Vale do Salgueiro	Latim	66	Vale do Cuco	Latim
27	Pêro do Pato	Português Antigo	67	Vale do Barrocal	Pré-Romano
28	Quinta do Vale do Salgueiro	Latim	68	Quinta do Castelo	Português Antigo
29	Carregal	Pré-Romano/Latim	69	São Salvador	Português Antigo
30	Vale do Chão	Latim	70	Quinta da Fata/Fatão	Latim
31	Quinta do Robão	Germânico	71	Quinta da Cerca	Latim
32	Quinta da Alameda	Moçarabismo	72	Gandra	Moçarabismo
33	Regada do Bigas	Latim	73	Alto do Pedrão	Português Antigo
34	Alto do Marreco	Latim	74	Alto da Roçada	Latim
35	Água Alta	Latim	75	Alto das Pedras Altas	Latim
36	Salgueirinho	Latim	76	Quinta da Merrota	Português Antigo
37	Quinta da Tapada	Português Antigo	77	Quinta do Bacalhau	Indefinido
38	Pedrão	Português Antigo	78	Lavandeira	Português Antigo
39	Moledo	Moçarabismo	79	Barreiro	Pré-Romano/Português Antigo
40	Quinta do Carriçal	Português Antigo	80	Vale do Covo	Latim

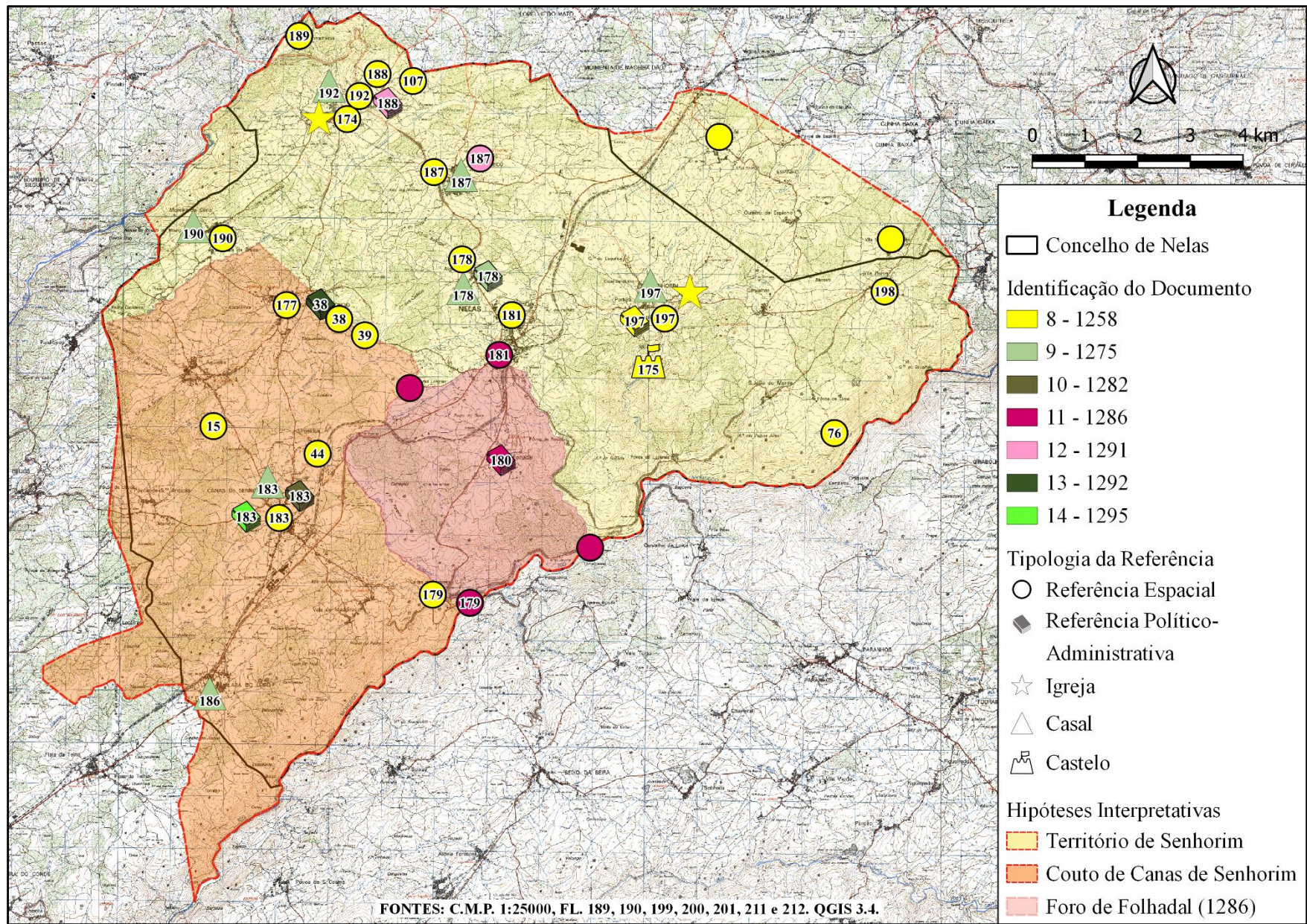
Nº	Designação	Etimologia	Nº	Designação	Etimologia
81	Igreja	Latim	121	Prêsas	Latim/Português Antigo
82	Quinta da Chamusca	Latim	122	Corredoura	Português Antigo
83	Fonte do Alcaide	Arabismo	123	Chaveiro	Latim
84	Quinta da Cagunça	Arabismo	124	Freixieiro	Latim
85	Casal Sandinho	Germânico	125	Lameiras	Latim
86	Portela	Português Antigo	126	Quinta do Cipreste	Latim
87	Quinta do Lila	Latim	127	Castelão	Português Antigo
88	Moinhos	Latim	128	Quinta da Raposeira	Latim
89	Casal de São José	Português Antigo	129	Quinta da Fonte	Latim
90	Viveiro	Latim	130	Regadas	Latim
91	Santa	Latim	131	Pé de Tabuleiro	Português Antigo
92	Carriceiras	Pré-Romano/Latim	132	Vale do Reino	Português Antigo
93	Chão do Bispo	Latim	133	Tapada	Português Antigo
94	Batoquinho	Moçarabismo	134	Salgueiral	Latim
95	Lajes	Latim	135	Hortas	Latim
96	Cova Grande	Latim	136	Picotos	Arabismo
97	Ladeirinha	Latim	137	São João	Português Antigo
98	Boiço	Pré-Romano/Latim	138	Roda	Latim
99	Vale Videira	Latim	139	Cabo da Espinhosa	Latim
100	Lameiras	Latim	140	Alta Mira	Arabismo
101	Vide	Latim	141	Quinta do Alto	Latim
102	Carvalhal	Pré-Romano/Latim	142	Laginha	Latim
103	Quinta do Conde	Latim	143	Quinta do Baraçal	Arabismo
104	Olivais	Latim/Português Antigo	144	Vale dos Salgueiros	Latim
105	Sobreira	Latim	145	Cercas	Latim
106	Brolhal	Germânico	146	Figueira Velha	Latim
107	Esfola	Latim	147	Mata das Alminhas	Português Antigo
108	Tapadas	Português Antigo	148	Lameiras	Latim
109	Quinta da Lameira	Latim	149	Remolha	Latim
110	Favacal	Arabismo	150	Carvalhinho	Pré-Romano/Latim
111	Monte Fusco	Latim	151	Quinta da Barca	Latim
112	Altroão	Arabismo/Francês	152	Quinta dos Antigos	Latim
113	Barroco	Pré-Romano	153	Corujeira	Arabismo
114	Fonte Fria	Latim	154	Rijadouro	Indefinido
115	Ponte da Orca	Latim	155	Ínsuas	Latim
116	Cumieira	Português Antigo	156	Cuba	Latim
117	Mieiros	Indefinido	157	Outeiro do Santo	Latim/Português Antigo
118	Estacas	Germânico	158	Lampaça	Latim
119	Combóia	Indefinido	159	Barroqueira	Pré-Romano
120	Campas	Latim	160	Santo António	Português Antigo

Nº	Designação	Etimologia
161	Senhora do Viso	Português Antigo
162	Azenha do Serralheiro	Latim/Arabismo
163	Vinha Grande	Latim
164	Estrejeito	Indefinido
165	Feira	Latim
166	Mata do Visconde	Latim
167	Grandes Verbas	Latim
168	Pereirinhas	Latim
169	Aveleira	Latim
170	Quinta do Manuel	Latim
171	Abrieiro	Latim
172	Laranjeira	Arabismo
173	Pedras da Forca	Latim
174	Casal Bom	Latim/Português Antigo
175	Castelo	Português Antigo
176	Aguieira	Latim/Português Antigo
177	Carvalhal Redondo	Português Antigo
178	Algeraz	Arabismo/Português Antigo
179	Caldas da Felgueira	Português Antigo
180	Folhadal	Português Antigo
181	Nelas	Latim/Português Antigo
182	Póvoa da Roçada	Latim/Português Antigo
183	Canas de Senhorim	Latim/Moçarabismo
184	Póvoa de Santo António	Português Antigo
185	Vale de Madeiros	Latim/Português Antigo
186	Lapa do Lobo	Latim/Português Antigo
187	Vilar Seco	Latim/Português Antigo
188	Casal Sancho	Latim/Português Antigo
189	Fontanheiras	Latim
190	Moreira	Português Antigo
191	Pisão	Latim
192	Santar	Germânico
193	Carvalhas	Português Antigo
194	Póvoa de Luzianes	Moçarabismo
195	Póvoa de Cima	Português Antigo
196	São João do Monte	Português Antigo
197	Senhorim	Moçarabismo
198	Vila Ruiva	Latim/Português Antigo
199	Rio Dão	Pré-Romano/Português Antigo
200	Rio Mondego	Pré-Romano

Mapa 4.2. – Listagem do levantamento toponímico correspondente à Tabela de Toponímia (T.T.).



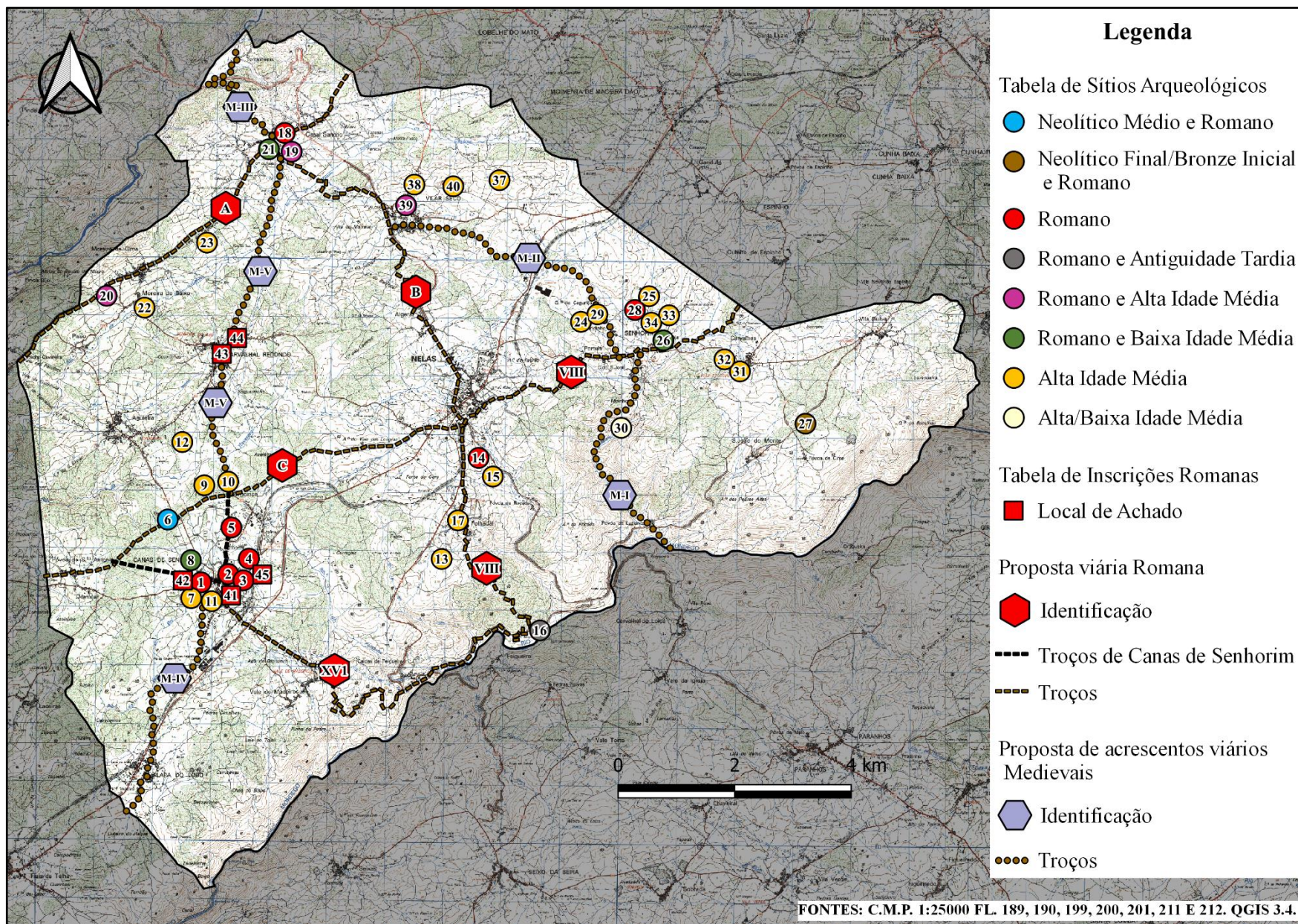
Mapa 5. – Levantamento documental (T.D.H.) dos séculos X, XI e XII e seu enquadramento com correspondência toponímica (T.T.).



Mapa 5.1. – Levantamento documental (T.D.H.) do século XIII e seu enquadramento com correspondência toponímica (T.T.).

Nº - Data	Tema
0/A - 960	Doação da Condessa D. Flamula exarada no Livro de Mumadona.
0/B - 1059	Inventário do património do Mosteiro Vimaranense presente no Livro de Mumadona Dias.
1 - 1100	Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (Concelho de Vila Nova de Gaia).
2 - 1103	Pedro Sesnandes doa metade da <i>villa</i> de Santa-Cristina (Concelho da Mealhada) à Sé de Coimbra e, por morte, o seu quinhão da <i>villa</i> de Moreira.
3 - 1110	Presbítero Mendo doa à Sé de Coimbra a igreja de Moreira (e Santar?) e a “presúria” de Alcafache (Concelho de Mangualde).
4 - 1123	Presbítero Mendo Oveques doa à igreja de Santa Maria de Viseu certos bens em <i>Villa Branido</i> e em <i>Bena Gamus</i> no território de Senhorim.
5 - 1155	Soeiro Mendes e sua esposa escambam com o Mosteiro de Santa Cruz dois casais em Canas que o Mosteiro possuía por testamento de Martim Godesteis.
6 - 1186	Coutamento ao bispo de Viseu, D. João, da <i>villa</i> de Canas com doação de todos os seus direitos reais.
7 - 1196	Carta de foro do Cabido de Viseu para os moradores da <i>villa</i> de Canas.
8 - 1258	Inquirições de D. Afonso III.
9 - 1275	Aforamento do reguengo de Algeraz a dezoito casais.
10 - 1282	Sentença sobre o couto de Canas de Senhorim concretizada por Geraldo Lourenço, tabelião de Zurara e de Senhorim, na presença de várias testemunhas.
11 - 1286	Carta de foro de um herdamento a 26 moradores no Folhadal, julgado de Senhorim.
12 - 1291	Fernan Johannes, tabelião de Zurara, Senhorim, Oliveira do Conde e Óvoa, Martim Dominguez, juiz de Senhorim, e o procurador do cabido de Viseu, proferem sentença a favor dos moradores de Casal Sancho.
13 - 1292	Aforamento perpétuo e hereditário de metade de um herdamento reguengo no julgado de Senhorim, em Vale do Padrão, a Sebastião Anes, Pedro Anes, suas mulheres e sucessores.
14 - 1295	D. Egas, bispo de Viseu, João Simões, deão, e o cabido de Viseu, obrigam os moradores do couto de Canas a dar fogaça e eirádega ao cabido da Sé de Viseu.

Mapa 5.2. – Listagem do levantamento documental dos séculos X-XIII e sua temática correspondente à Tabela de Documentação Histórica (T.D.H.).



Mapa 6. – Levantamento arqueológico com correspondência às Tabelas de Sítios Arqueológicos (T.S.A.) e Inscrições Romanas (T.I.R.)

Nº	Período Cultural	Designação	Tipologia Proposta
1	Romano	Casal/Olival Grande I	Vila/ Vicus
2	Romano	Fojo I	Vila/ Vicus
3	Romano	Fojo II	Vila/ Vicus
4	Romano	Fojo III	Vila/ Vicus
5	Romano	Freixieiro	Vila/ Vicus
6	Neolítico Médio e Romano	Orca das Pramelas	Dólmen e Achados Isolados
7	Alta Idade Média	Casal/Olival Grande II	Habitat e Sepulturas
8	Romano e Baixa Idade Média	Passal	Vila/Vicus e Necrópole/Igreja
9	Alta Idade Média	Pedras da Forca I	Sepulturas
10	Alta Idade Média	Pedras da Forca II	Sepulturas
11	Alta Idade Média	Rua da Estrada/Cruzeiro	Necrópole
12	Alta Idade Média	Campas	Sepulturas
13	Alta Idade Média	Fontainhas	Sepulturas
14	Romano	Moledo I	Casal
15	Alta Idade Média	Moledo II	Sepulturas
16	Romano e Antiguidade Tardia	Quinta do Abrunhal/Rosado	Mutatio e Sepultura
17	Alta Idade Média	Rua do Pombal/Escola	Sepulturas
18	Romano	Outeirinho	Habitat
19	Romano e Alta Idade Média	Quinta de Casal Bom	Quinta/Granja
20	Romano e Alta Idade Média	Prazias/Moreira de Baixo II	Casal e Sepulturas
21	Romano e Baixa Idade Média	Vila de Santar	Habitat
22	Alta Idade Média	Vale dos Picos/Tapada	Sepulturas
23	Alta Idade Média	Pêro do Pato/Vale do Salgueiro	Sepulturas
24	Alta Idade Média	Adelinha	Sepulturas

Nº	Período Cultural	Designação	Tipologia Proposta
25	Alta Idade Média	Adoeiro	Sepulturas/Nicho/Habitat
26	Romano e Baixa Idade Média	Igreja	Quinta/Granja e Igreja
27	Neolítico Final/Bronze Inicial e Romano	Orca do Pinhal dos Amiais	Dólmen e Achados Isolados
28	Romano	Rio Videira/Casal Sandinho	Habitat
29	Alta Idade Média	Quinta da Cagunça	Necrópole
30	Alta/Baixa Idade Média	Torre do Castelo	Fortificação
31	Alta Idade Média	Vale do Covo I	Sepulturas e Habitat
32	Alta Idade Média	Vale do Covo II	Sepulturas
33	Alta Idade Média	Várzea I	Sepulturas
34	Alta Idade Média	Várzea II	Sepulturas e Habitat
35	Alta Idade Média	Campa dos Mouros?	Sepulturas
36	Alta Idade Média	Estacas?	Sepulturas
37	Alta Idade Média	Francelhe/Laje do Roxo	Sepulturas
38	Alta Idade Média	Prado	Sepulturas e Habitat
39	Romano e Alta Idade Média	Quinta do Serrado	Habitat e Sepulturas
40	Alta Idade Média	São Salvador	Sepulturas

Mapa 6.1. – Listagem dos sítios arqueológicos correspondente à Tabela de Sítios Arqueológicos (T.S.A.).

Nº	Lugar de Achado	Tipologia
41	Canas de Senhorim	Ara Votiva
42	Canas de Senhorim	Ara Votiva
43	Carvalhal Redondo	Ara Votiva
44	Carvalhal Redondo	Ara Votiva
45	Canas de Senhorim	Placa Funerária

Mapa 6.2. – Listagem epigráfica correspondente à Tabela de Inscrições Romanas (T.I.R.).

A	B	C			D		E	F	G			H			I
		1	2	4	1	2			1	2	3	1	2	3	
7	Casal/Olival Grande 1		X			X	Encosta	E			X	X	X		X
7	Casal/Olival Grande 2		X			X	Encosta	E			X	X	X		X
9	Pedras da Forca I 1		X			X	Planalto	N							X
9	Pedras da Forca I 2		X			X	Planalto	N							X
10	Pedras da Forca II	X				X	Encosta	S		X	X				X
11	Rua da Estrada/Cruzeiro +			X		X	Planalto				X				X
11	Rua da Estrada/Cruzeiro +			X		X	Planalto				X				X
11	Rua da Estrada/Cruzeiro +			X		X	Planalto				X				X
11	Rua da Estrada/Cruzeiro +			X		X	Planalto				X				X
11	Rua da Estrada/Cruzeiro +			X		X	Planalto				X				X
12	Campas 1		X			X	Encosta	S					X		X
12	Campas 2		X			X	Encosta	NE					X		X
13	Fontaínhas 1		X			X	Planalto	E							X
13	Fontaínhas 2		X			X	Planalto	E							X
15	Moledo II 1		X			X	Encosta	N				X	X		X
15	Moledo II 2 -		X		X		Encosta					X	X		X
15	Moledo II 3 -		X		X		Encosta					X	X		X
17	Rua do Pombal/Escola	X				X	Encosta	S			X				X
20	Prazias/Moreira de Baixo II 1			X		X	Planalto	N		*		X	X		X
20	Prazias/Moreira de Baixo II 2 +			X		X	Planalto			*		X	X		X
20	Prazias/Moreira de Baixo II 3 +			X		X	Planalto			*		X	X		X
20	Prazias/Moreira de Baixo II 4			X		X	Planalto	S		*		X	X		X
22	Vale dos Picos/Tapada	X				X	Encosta	N							X
23	Pêro do Pato/V. do Salgueiro 1		X			X	Encosta	E							X
23	Pêro do Pato/V. do Salgueiro 2		X			X	Encosta	S							X
23	Pêro do Pato/V. do Salgueiro 3		X			Inac	Encosta	NE							X
24	Adelinha	X				X	Planalto	NE							X
25	Adoeiro	X				X	Encosta	E			X				X
29	Quinta do Cagunça 1			X		X	Planalto	E							X
29	Quinta do Cagunça 2			X		X	Planalto	E							X
29	Quinta do Cagunça 3			X		X	Planalto	NE							X
29	Quinta do Cagunça 4			X	X		Planalto	NE							X
29	Quinta do Cagunça 5			X	X		Planalto	NE							X
31	Vale do Covo I	X				X	Encosta	S					X		X
32	Vale do Covo II	X				X	Encosta	E							X
33	Várzea I	X				X	Encosta	NE			X				X
34	Várzea II 1		X			X	Encosta	E			X		X		X
34	Várzea II 2		X		X		Encosta	S			X		X		X
34	Várzea II 3		X			X	Encosta	NE			X		X		X
35	Campa dos Mouros -	X			X		Encosta							X	X
36	Estacas -	X				Inac	Planalto								X
37	Francelhe/Laje do Roxo 1		X			X	Encosta	E	X			X	X		X
37	Francelhe/Laje do Roxo 2		X			X	Encosta	E	X			X	X		X
37	Francelhe/Laje do Roxo 3		X			X	Encosta	E	X			X	X		X
38	Prado 1		X			X	Encosta	SE				X	X		X
38	Prado 2		X			X	Encosta	SE				X	X		X
38	Prado 3		X			X	Encosta	SE				X	X		X
39	Quinta do Serrado 1		X			X	Encosta	S				X	X		X
39	Quinta do Serrado 2		X			X	Encosta	S				X	X		X
40	S. Salvador +	X				X	Planalto		X				X		X

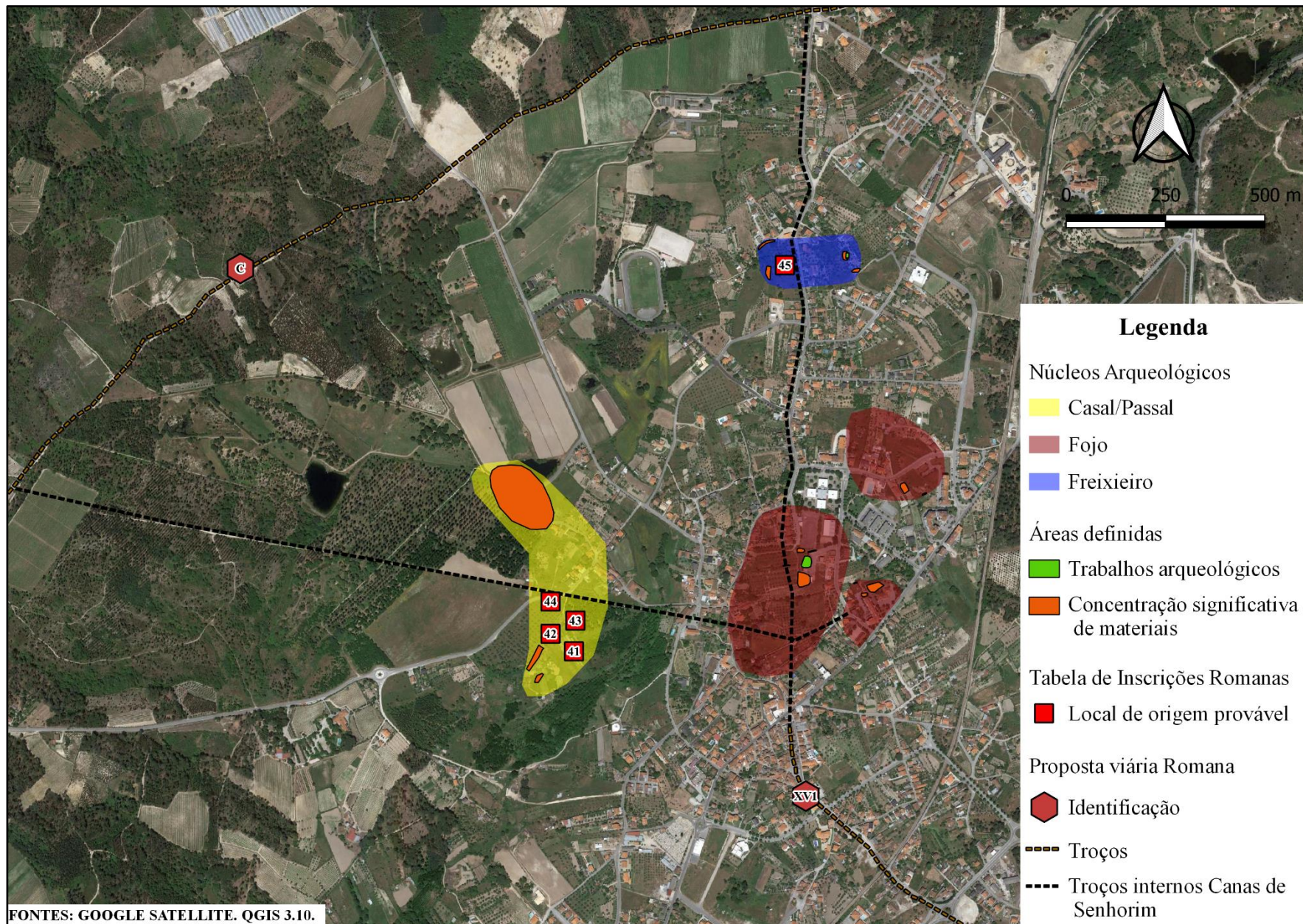
A) Número de Trabalho (T.S.A.)
B) Designação
C) N° sepulturas
D) Tipologia geral: 1 - Não Antropomórfica 2 - Antropomórfica
E) Implantação
F) Orientação
G) Indicador de Culto: 1 - Topónimo 2 - Tradição 3 - Existente (raio 500m)
H) Materiais: 1 - Romano 2 - Medieval 3 - Outro
I) Vias (raio 500m)
J) Outras Observações
+ Sepultura Atualmente Omissa
- Sepultura Atualmente Omissa ou Destruída
* Referência Documental (T.D.H. - N° 3)
Inac - Sepultura Inacabada

Agrupamentos	Número	Sítios
1	11	11
2 a 3	25	10
4 a 5	14	3

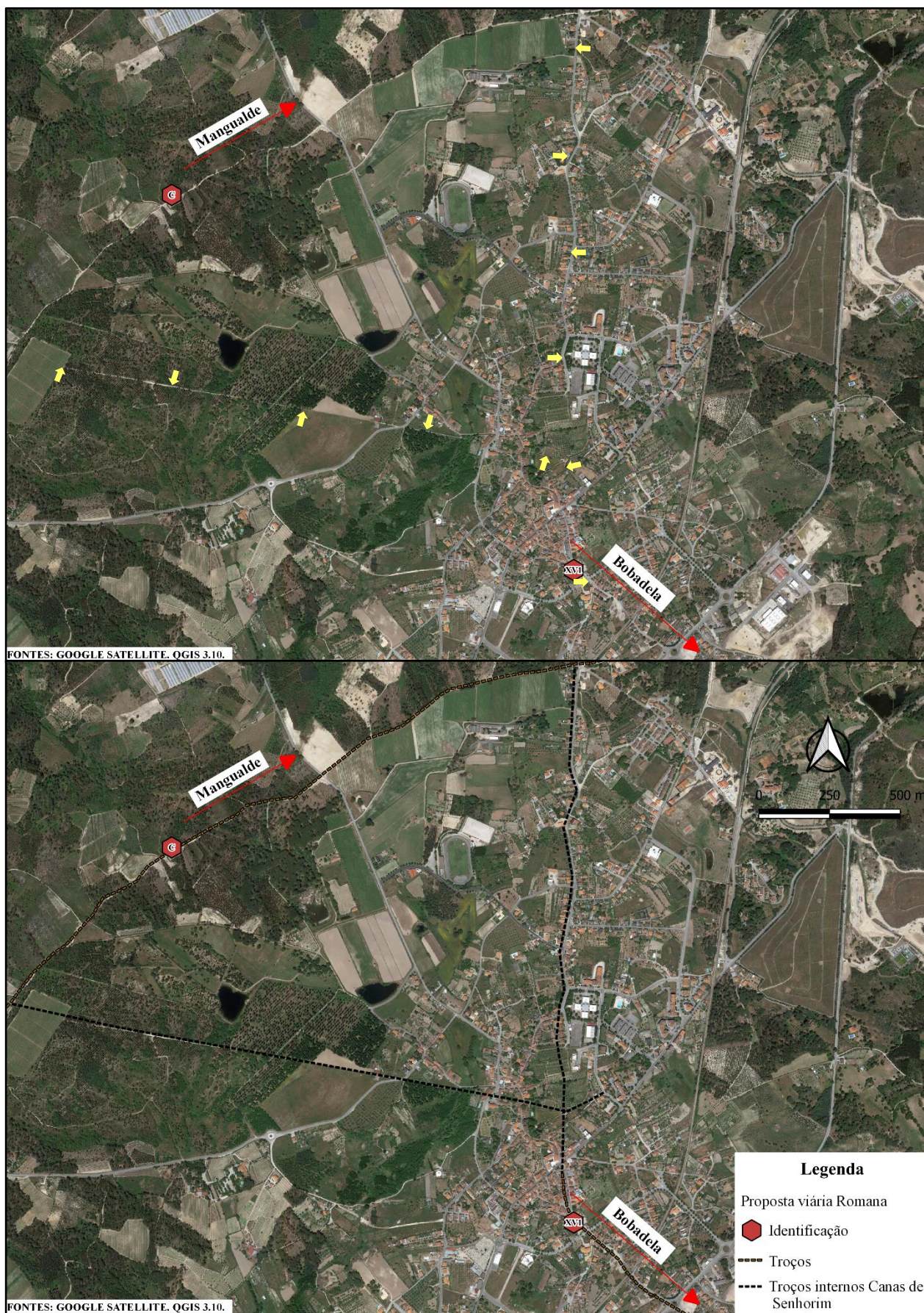
Tipologia Geral	Número
Não Antropomórficas	7
Antropomórficas	41
Inacabadas	2

Orientação	N° Sepulturas
E	13
N	5
S	9
NE	8
SE	3
Indefinida	12

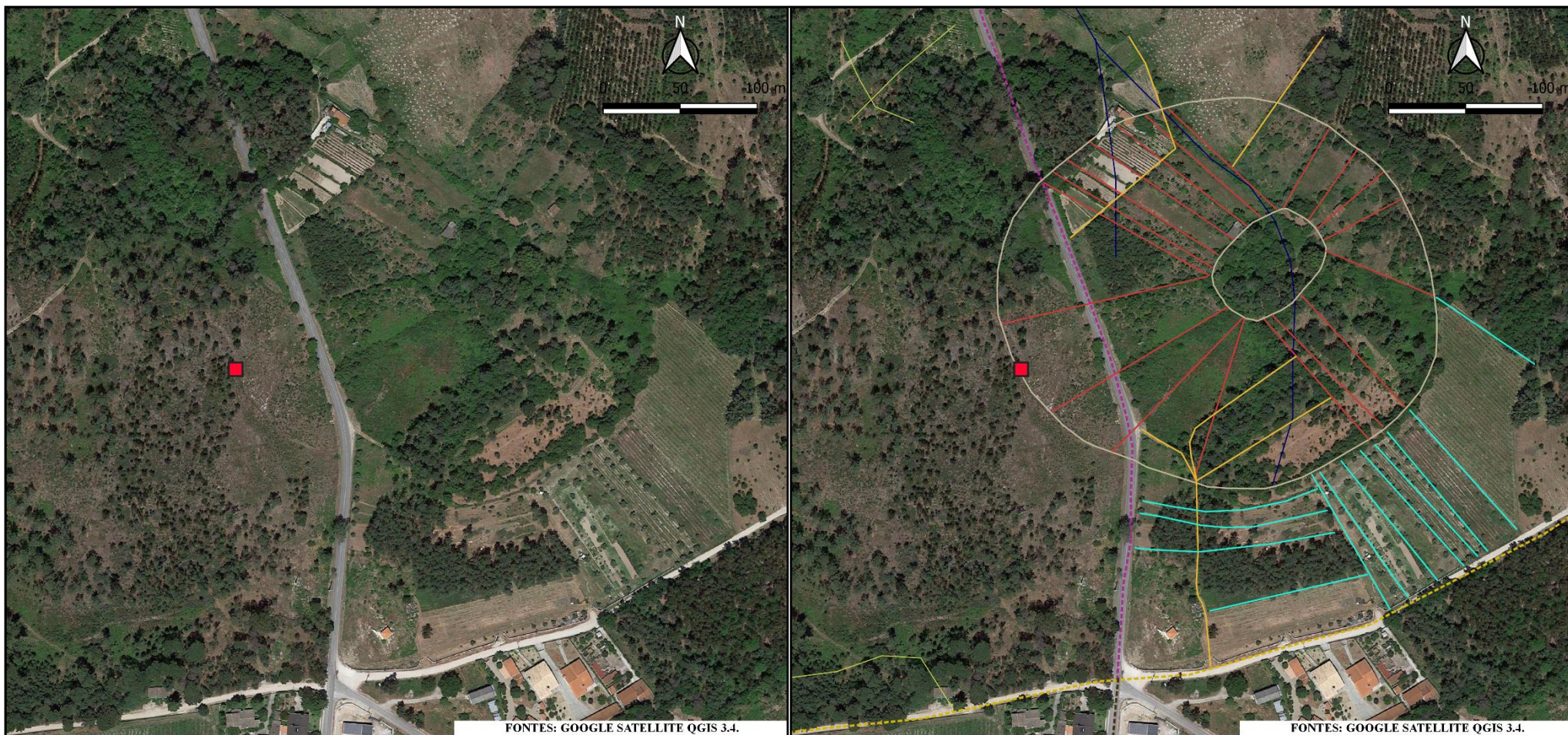
Mapa 6.3. – Listagem e abordagem estatística às sepulturas escavadas na rocha.



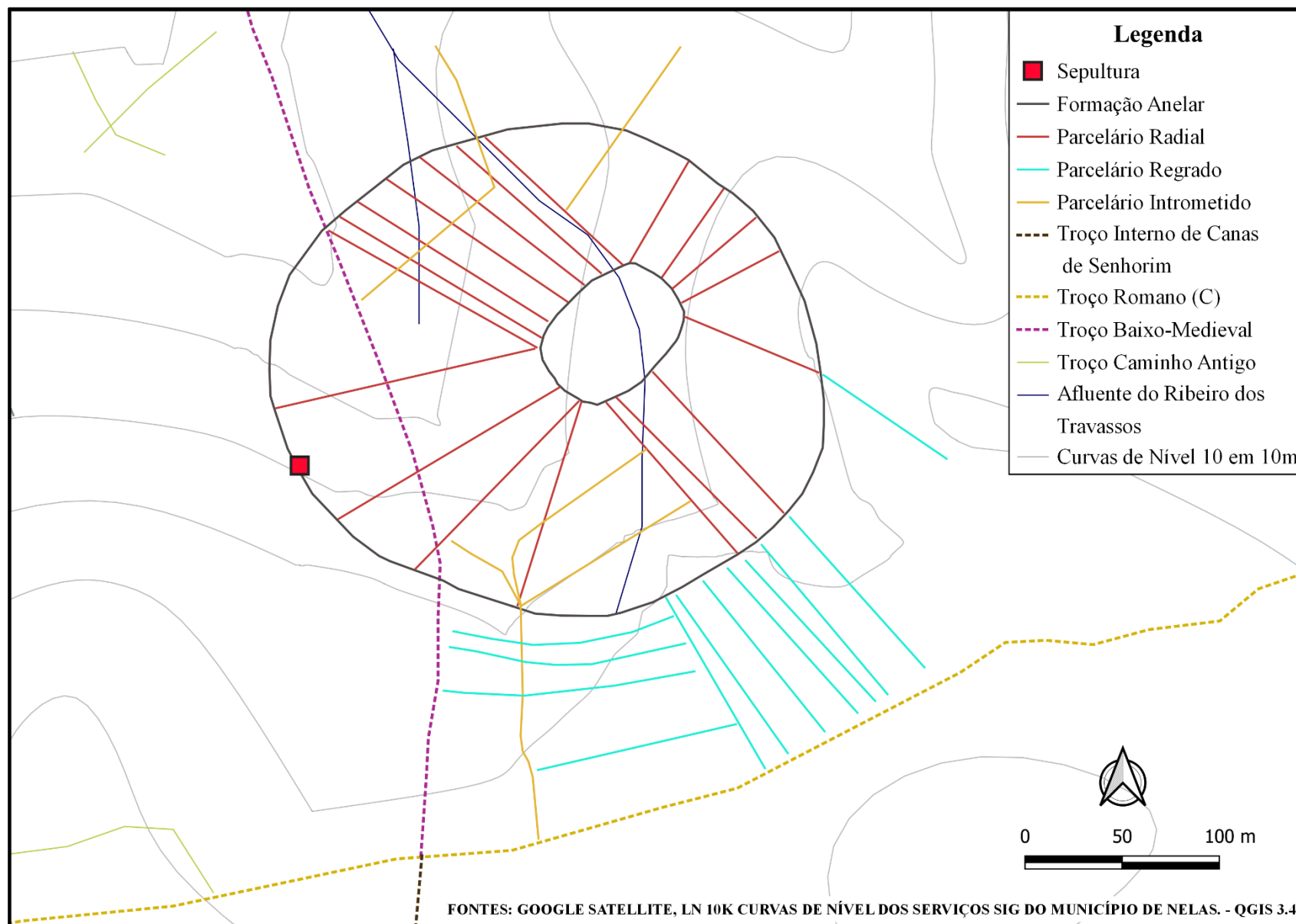
Mapa 7. – Vestígios Romanos de Canas de Senhorim



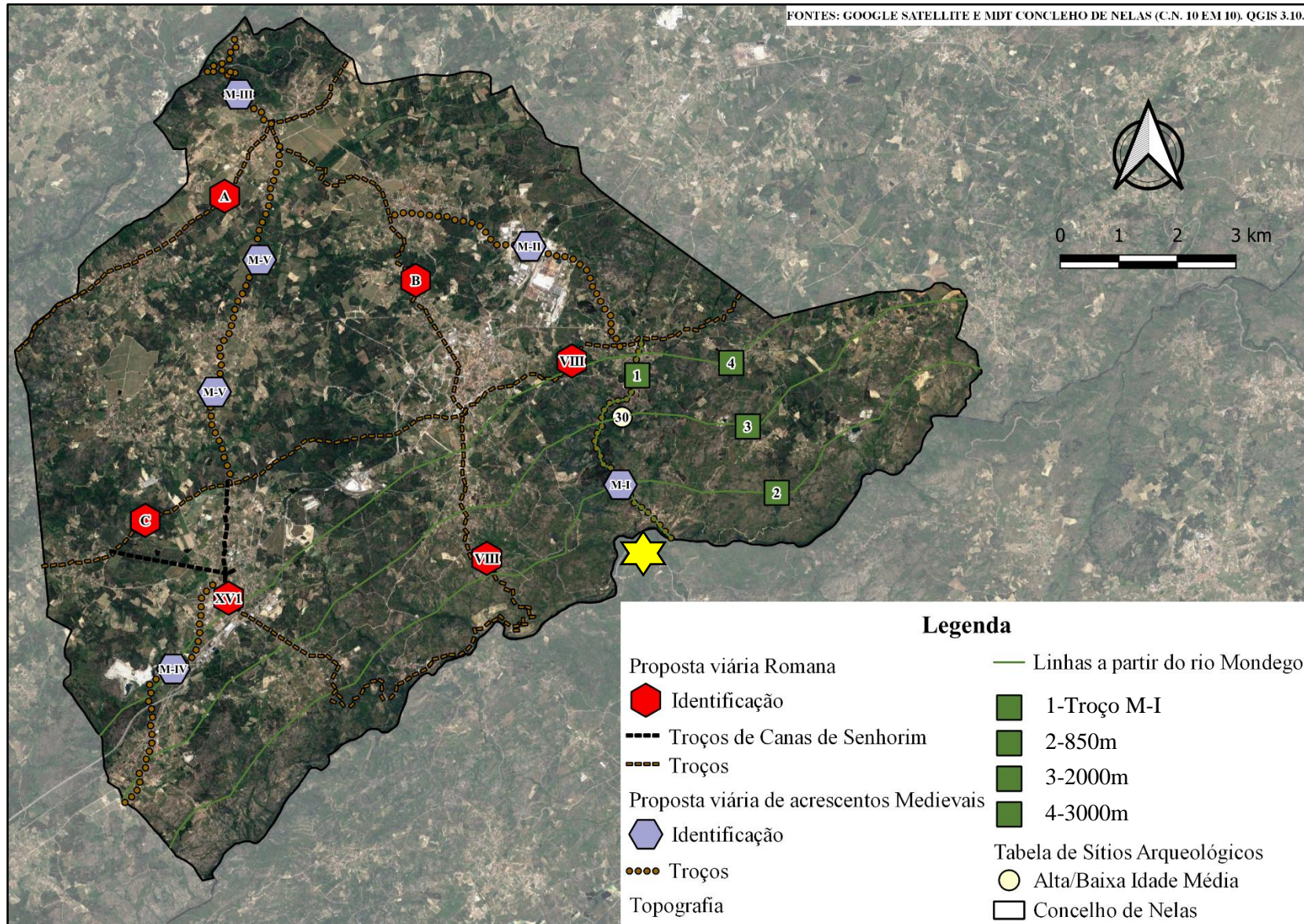
Mapa 8. –Ensaio de Arqueogeografia. Identificação de troços internos de Canas de Senhorim, segundo os princípios de *isoclinie* e *isoaxialité* (e *alignements remarquables*) [CHOUQUER, 2007 *apud* FREITAS, 2015, p. 51].



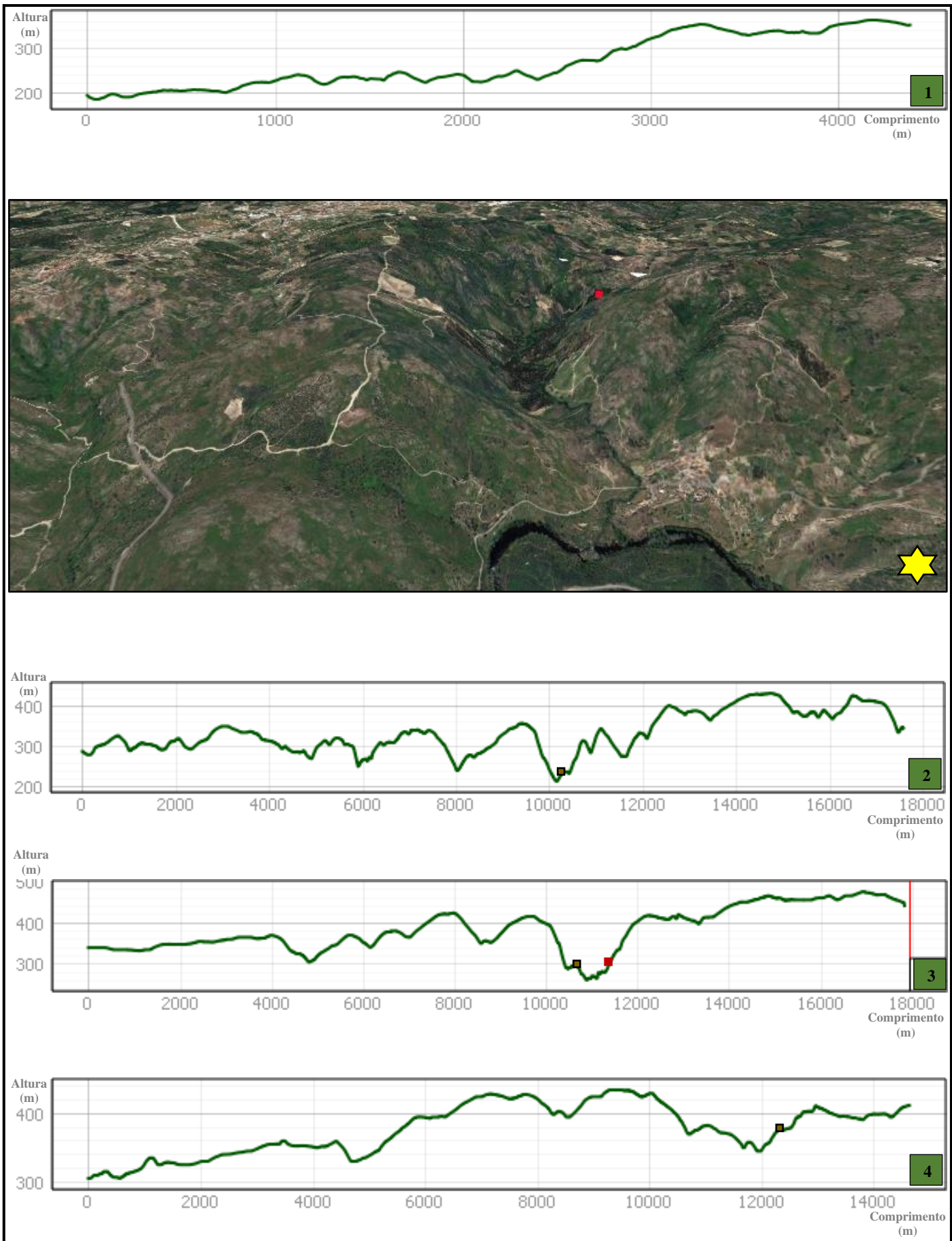
Mapa 9. – Ensaio de Arqueogeografia: abordagem primária. Identificação de recinto semicircular de formação anelar com parcelário radial. Utilização da sepultura rupestre de Pedras da Forca II (T.S.A. – N° 10) na definição do anel externo.



Mapa 9.1. – Ensaio de Arqueogeografia: interpretação. Identificação de recinto semicircular de formação anelar com parcelário radial. Utilização da sepultura rupestre de Pedras da Forca II (T.S.A. – Nº 10) na definição do anel externo.



Mapa 10. – Proposta viária Romana e Medieval. Linhas de análise topográfica à margem direita do rio Mondego, localização da Torre do Castelo (T.S.A. – N° 30) e troço Medieval M-I (rio Mondego-Senhorim).



Mapa 10.1. – Análise topográfica às linhas mapeadas (10.). Vista a partir de sul (★) ao vale do ribeiro do Castelo com localização da Torre do Castelo (T.S.A. – N° 30).

Anexo II – TABELAS

Tabela de Toponímia (T.T.)

IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA – TABELA DE TOPONÍMIA (T.T.)

(1) N° Trabalho – (2) Topónimo

- (1) Número de inventário atribuído aos topónimos estudados (T.T.) para o presente estudo.
(2) Designação do topónimo em estudo.

(3) Localização

(4) Análise Taxonómica

(5) Etimologia

(3) Freguesia: nome da freguesia a que pertence a área onde se encontra o topónimo. Carta Militar Portuguesa: referência ao número da carta onde se localiza o sítio arqueológico (N°s 189, 200, 201, 211) na escala de 1/25 0000).

(4) Natureza: 1a-Física/Natural; 2b- Antropo-Cultural. Enquadramento (existentes na toponímia estudada): 1a-Fitotoponímia (plantas), Dendrotoponímia (árvores), Zootoponímia (animais), Hidrotoponímia (água), Litotoponímia (pedra) e a Orotoponímia (relevo e formas de terreno); 2b- Agrotoponímia (campo, atividades agropecuárias), Antropotoponímia (homem: toponímia a partir dos nomes próprios, apelidos e alcunhas das pessoas), Arqueotoponímia (antigo: considerado arqueológico), Axiotoponímia (mérito, dignidade, honra), Emporotoponímia (comércio), Hierotoponímia (sagrado, religião, templos, capelas) onde se integra a Hagiotoponímia (Santos), Lexotoponímia (dizer: maneira de falar, elocução, estilo, palavra, expressão), Necrotoponímia (cadáver, morte, sepulturas), Odotoponímia(caminho: caminhos, ruas, praças, pontes, barcas de passagem, vaus, transportes, estações de mudas), Oicotoponímia (povoamento) onde se integra a Aminotoponímia (defesa, ação de se defender, fortificações, lugares de vigia) e a Tecnotoponímia (arte manual, habilidade).

(5) Origem e Evolução (existentes na toponímia estudada): Pré-Romano, Pré-Romano/Latim, Pré-Romano/Português Antigo, Latim, Latim/Germânico, Latim/Arabismo, Latim/Moçarabismo, Latim/Português Antigo, Germânico, Arabismo/Português Antigo, Arabismo/Francês, Arabismo, Moçarabismo, Português Antigo, Português e Indefinido.

(6) Observações

(6) Este descritor inclui um comentário à evolução do étimo, sua contextualização local e outras informações consideradas relevantes no contexto da presente investigação.

(7) Fontes

(7) Referências bibliográficas utilizadas para o estudo e compreensão etimológica de cada onomato.

1 – Cabecinhos

Lapa do Lobo (200) Física/Natural: Geotoponímia (Orotoponímia) Latim *Caput?*

“Cabecinho” (diminutivo de “Cabeço”), derivado analógico de “cabeça” (latim *capitia*), está intimamente relacionado com a forma orográfica. Serve, assim, para representar uma pequena elevação (no diminutivo), com tendência arredondada, destacada na margem direita da ribeira do Vale do Boi.

Como ocorre com a grande maioria dos termos analisados, não existem indicadores suficientemente capazes de alocarmos uma hipótese para o primeiro momento de utilização. Refira-se ainda, como resultado das particularidades topográficas, a sua frequência significativa na região norte do país.

[SILVA, 1988, vol. V, p. 419-420]

2 – Santas

Lapa do Lobo (200) Antropo-Cultural: Hierotoponímia (Hagiotoponímia) Latim *Sanctus*

Sanctus (-a) representava, na sua génese, um indivíduo “honesto, virtuoso”. É a partir do século V que assume o significado de “Santo” no conjunto das terminologias cristãs. Pelo facto de se apresentar no plural e feminino, é provável a sua aplicação enquanto qualificativo resultante de alguma matéria “milagrosa” (águas terapêuticas?), ainda assim, não temos argumentos suficientes para sustentar tal condição. No entanto, face ao número e género gramatical do onomato em questão, parece-nos mais credível estarmos perante uma implementação de um topónimo que poderia resultar da atividade monástica (Mosteiro feminino da Ordem de Cister na primeira metade do século XVI), existente na atual localidade de Vale de Madeiros (lugar por identificar), distando cerca de 2,5km (este) deste ponto (*Vide* N° 183).

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1308; PIEL, 1948, p. 140]

3 – Pedras Cimalhas

Lapa do Lobo (200) Física/Natural: Litotoponímia Latim *Petra-* ou Português Antigo *Cimalla*

“Pedras Cimalhas” refere-se a uma elevação local (Vale de Madeiros) onde abundam grandes concentrações de pedra. “Cimalhas” é um derivado de “cima” (latim *cyma*), referido na documentação escrita regional a partir do século XIII. No contexto geográfico em questão, assume-se como substantivo, remetendo-nos para o “cimo, o alto, etc.”

[MACHADO, 1989, vol. V, pp. 151-152]

4 – Laje do Tojal

Lapa do Lobo (200) Física/Natural: Litotoponímia e Fitotoponímia Latim *Lagena*/Pré-Romano *Toju* “Laje” (latim *lagena*), uma pedra de grandes dimensões com superfície aplanada. “Tojal”, planta arbustiva, da família das leguminosas, usada na agricultura tradicional como fertilizante natural ou “cama” para o gado. Atualmente, reporta-se para um lugar onde abunda esta espécie caracterizadora da cobertura vegetal local e a concentração de pequenas lajes (abundância de grandes concentrações de pedra granítica).

[CARVALHO, 1999, pp. 265; PIEL, 1947, p. 174-176]

5 – Rossadas

Lapa do Lobo (200) Física/Natural: Agrotoponímia Latim *Ruptea*

Cremos tratar-se de um topónimo de origem latina *Ruptea* (roça)+ “ada” com objetivo de designar um terreno onde era frequente “roçar” mato (ato de roçar, de cortar rente estevas, giestas, tojos, urzes, etc.) para fins agropecuários ou de arroteamentos agrícolas, como sucedeu no decurso da Baixa Idade Média. Atualmente, é composto por pinhal e vegetação rasteira, portanto, condicente com a possibilidade de perduração da ação.

[CARVALHO, 1999, pp. 252; AZEVEDO, 2005, pp. 547-548]

6 – Supíco

Canas de Senhorim (200) Antropo-Cultural: Lexotoponímia/Antropotoponímia Arabismo
Sâbiq?

Apesar da problemática entre os estudos etimológicos referentes, consideramos a sua descendência árabe, significando o “ato de vencer”, “ser o primeiro”. É pertinente colocarmos esta hipótese, visto que se coaduna com a localização deste arabismo e sua proximidade (cerca de 1km) a outros topónimos sugestivos como Pai do Mouro (Nº 7) e Escosa/Iscoza (Nº 8).

[ALVES, 2013, p. 795; MACHADO, 2003, vol. III, p. 1372]

7 – Pai do Mouro

Canas de Senhorim (200) Antropo-Cultural: Arabismo Paio *Mouro?*
Antropotoponímia

Há muito que se pode dissertar sobre este assunto, contudo privilegiaremos a objetividade.

Existe uma grande quantidade de topónimos referentes a “Mouros”, e uma multiplicidade de significados históricos entre o latim, germânico, arabismos, português antigo e português atual. Importa também sublinhar o uso comum de “Mouro” pela população portuguesa, enquanto qualificativo para designar tudo que lhes parece antigo.

No contexto desta investigação, não poderíamos deixar de refletir sobre a alusão patente nas Inquirições Afonsinas de 1258, relativa a uma cavalaria que “...*fuit de Gonsalvo Mouro.*” em Casal Bom, Santar (T.D.H. – Nº 8).

Para além de não ser comum encontrarmos, no território nacional, “Pai” (latim *pater*) de forma isolada, estudos desta temática têm avançado para a interpretação do seu significado enquanto nome próprio, especificamente “Paio”, por sua vez acompanhado por um cognome ou apodo. Com a associação de “Pai” (Paio) a “Mouro”, é plausível estarmos perante uma antiga propriedade pertencente a Paio Mouro de Canas de Senhorim. Quem era este Paio Mouro de Canas de Senhorim e qual a sua ligação com Gonçalo Mouro de Santar? Estaremos perante uma descendência familiar ou um apodo assente no nome “Mouro”? São mais as dúvidas do que a certeza, ainda assim, é necessário aprofundar esta temática, sobretudo pela proximidade a outros topónimos sugestivos (Supíco – Nº 6, Escosa/Iscosa – Nº 8 e Castelão – Nº 127). Desta forma, optámos por não desvalorizar a possibilidade de poder igualmente representar a presença de uma genealogia com descendência muçulmana. Veja-se Escosa/Iscosa (Nº 8).

[AZEVEDO, 2005, pp. 313-314; BARROCA, 2008-2009, p. 203; CARVALHO, 1999, pp. 224; VIEIRA, 2005, p. 56]

8 – Escosa/Iscosa

Canas de Senhorim
(200)

Antropo-Cultural:
Oicotoponímia
(Aminotoponímia)

Português Antigo *Escosa*

“Escosa ou Iscosa” são formas arcaicas de esconso ou escuso. Geralmente estão associados a espaços de vigia e defesa do território, representando lugares ermos caracterizados pela pouca procura e frequência humana. A cerca de 600m a oeste, “Castelão” (Nº 127) vem reforçar tal interpretação, colocando o desígnio na Idade Média. Não é nosso objetivo problematizar a sua origem histórica, contudo sublinhamos a necessidade de retomar a investigação destes dados toponímicos, sobretudo pela sua proximidade geográfica (raio de 2,5km) ao Pai do Mouro (Nº 6), Supíco (Nº 7) e Castelão (Nº 127). É possível estarmos perante uma zona (localiza-se a cerca de 3km a norte do

Rio Mondego, portanto, muito próximo do fim do vale do mesmo rio) com particular posição na conjuntura da própria história regional do século IX-XIII.

[CHAVES, 1952, pp. 161-165]

9 – Atoleiros

Canas de Senhorim (200) Física/Natural: Hidrotoponímia Moçarabismo *Atoleiro*

“Atoleiro(s)” remete-nos para lamaçal (Latim *vorago*), onde é frequente enterrar-se no lodo (atolar). É credível admitirmos a filiação de “Atoleiro” a “Tullus” (gentilício Tullius) - apesar do segundo se referir a um pronome latino, não inviabiliza a sua utilização como nome comum. Para justificar tal dilação, utiliza-se um provincianismo minhoto “Tola” (talheira, pejeiro), termos relacionados com o controlo e manuseamento de águas de acordo com as necessidades de irrigação. Por outro lado, entre os estudos etimológicos realizados, admite-se igualmente a natureza árabe de “a-” o que, ao considerarmos a junção de (a) + toleiro, permite equacionar a possibilidade de estarmos perante um topónimo moçárabe, apesar de algumas reservas resultantes das incertezas quanto à verdadeira relação entre “atoleiros” e o verbo “atolar”.

Nesta conjuntura, consideramos que o “Atoleiros” presente no concelho de Nelas, fará parte deste conjunto de moçarabismos, por existirem homónimos no distrito de Viseu e constarem também no compêndio de moçarabismos, entretanto reunido num dos estudos desta temática.

[AZEVEDO, 2005, pp. 559-560; PIEL, 1945, pp. 314-315]

10 – Quinta

Canas de Senhorim (200) Física/Natural: Latim *Quinta* ou Português
Agrotoponímia/Oicotoponímia Antigo *Quintã*

A forma latina *quinta* representaria, de forma sucinta, um tipo de assentamento isolado da paisagem rural romana, com uma exploração agrícola de média dimensão concretizada pelo núcleo familiar ou por mão-de-obra sazonal e externa ao espaço onde habitava o pequeno proprietário ou arrendatário.

Atualmente, “Quinta” designa uma propriedade rústica, cercada por muros ou linhas de árvores, com propriedade propícia para a agricultura e normalmente com uma casa de habitação, definição utilizada a partir do século XV. A interpretação da significação moderna passaria pela forma evoluída diretamente do galego-português *quintã* utilizada na Idade Média, especialmente, Entre Douro e Minho e Beira Litoral e a Norte do

Mondego, refletindo a intensidade do fenómeno senhorial. Para o nosso caso, o número considerável de “Quintas” (total de 34) poderá ter as suas raízes em tal conjuntura histórica.

No contexto desta investigação, apesar da complexidade histórica do termo, passível de ser ultrapassada com um estudo mais detalhado, optámos por interpretar isoladamente as ocorrências dentro da realidade atual e histórica conhecida para cada lugar do concelho de Nelas.

[ALARCÃO, 2012b, p. 17; BARROCA, 2012a, pp. 294-295; FERNANDES, CARDEIRA, 2013, pp. 6 - 8; FERNANDES, CARDEIRA, 2017, pp. 158-160]

11 – Marinhas

Canas de Senhorim (200)	Antropo-Cultural: Antropotoponímia/Hierotoponímia (Hagiotoponímia)	Português Antigo <i>Marine?</i>
-------------------------	---	---------------------------------

Ao recorrermos ao vasto historial onomástico, podemos adiantar outros significados que não seja de cariz marítimo. Entre as várias hipóteses aventadas, pode referir-se ao apodo de um indivíduo decorrente da atividade profissional exercida que, sendo detentor de uma propriedade, ficaria imortalizada no local. “Marinhas” é também associado a um hagiotopónimo (“Margarida, Marina ou Marinha”), problemático quanto à origem cronológica do seu culto. Para Nelas não conhecemos tal culto pela documentação histórica nem nas devoções atuais, situação bem diferente para o vizinho concelho de Seia (a Sul), onde “Santa Marinha”, para além de padroeira, serve de nome a uma localidade com um passado histórico peculiar, documentado pelas fontes escritas a partir do século XII. Estaria “Marinhas” por “Santa Marinha”, igualmente associada à vontade régia em povoar este local? Note-se que num raio de 2km encontram-se três povoações alusivas ao referido anteriormente: Póvoa de Santo António (C. Nelas), Póvoa do Meio (C. Carregal d Sal) e Póvoa de Lisboa (C. Carregal do Sal).

[TAVARES, 1990, pp. 100-101]

12 – Passal

Canas de Senhorim (200)	Antropo-Cultural: Agrotoponímia/Hierotoponímia	Português Antigo <i>Passales</i>
-------------------------	---	----------------------------------

“Passal” refere-se a um recinto ou terreno cultivado nas proximidades de igrejas, cujos proveitos seriam usufruídos pelo pároco. É igualmente uma antiga medida agrária. A presença deste termo enquadra-se nesta definição, atendendo à sua proximidade (cerca de

350m a norte) com a Igreja Matriz de Canas de Senhorim. No entanto, acreditamos estar perante um topónimo com uma origem histórica mais recuada, vindo a reforçar a hipótese já avançada por Evaristo Pinto, da qual partilhamos, ao localizar a igreja primitiva de Canas de Senhorim neste sítio. Um dos argumentos utilizados assenta na presença de alguns dados arqueológicos associados à existência de um espaço de culto (T.S.A. – Nº 8), enquadrável nos inícios da Baixa Idade Média (existem igualmente outros vestígios inseríveis entre o Período Romano e a Idade Média).

Porque não é nosso objetivo problematizar todas as possibilidades colocadas, ficamos apenas pelo significado etimológico e uma provável cronologia inserível na Idade Média. [MACHADO, 2003, vol. III, p. 1139; PINTO, 1999, p. 47]

13 – Cabana

Canas de Senhorim (200) Antropo-Cultural: Oicotonímia Português Antigo *Cabana*
Reporta-se imediatamente a construções rudimentares concretizadas, na maioria, por materiais perecíveis. Comporta, no entanto, dois significados diferentes: rebanho grande ou estábulo feito no campo. “Cabanas” (latim *Capanna*-) já seria utilizado no século XII, como comprova o documento analisado respeitante ao couto de Canas de Senhorim (1186): “...*contra Cabanas per cima de Valcouo*...” (T.D.H. – Nº 6).

Com base na análise, interpretação e localização dos limites do couto, acreditamos que esta referência documental não está associada ao lugar em questão, mas ao homónimo presente no concelho de Carregal do Sal, nomeadamente Cabanas de Viriato. Estamos, provavelmente, perante uma denominação afeta a pequenos estábulos onde guardariam o gado, possivelmente com origem na Baixa Idade Média, face à condição contemporânea do uso do solo (espaço caracterizado pelo manto florestal, maioritariamente composto por pinheiro bravo, vegetação arbustiva e, recentemente, eucalipto, pontualmente interrompido por carvalhos de grande porte).

[AZEVEDO, 2005, pp. 244-245]

14 – Tramelas/Pramelas

Canas de Senhorim (200) Antropo-Cultural: Odotonímia Latim *Trāmes*
Acreditamos que “Tramelas” está no Latim *Trāmes* (caminho, atalho, via) + *elas* (sufixo com função diminutiva ou até depreciativa).

A formação etimológica e localização, conjuntamente com a interpretação regional da viação romana, assumem-se como elementos preponderantes para aceitarmos a presença

de uma antiga via, cuja sua utilização primária pode recuar ao período romano. Ademais, no decurso da escavação do monumento megalítico contíguo à linha viária (Orca das Pramelas - CNS: 2850), foram identificados 3 numismas e alguns fragmentos cerâmicos, vestígios enquadráveis no período romano, especificamente na segunda metade do século IV (T.S.A. – N° 6).

Neste sentido, cremos estar perante um topónimo representativo de um lugar marcado socioeconomicamente pela passagem de uma via romana. A alteração interna e externa das configurações e dinâmicas de povoamento em épocas posteriores levariam ao abandono desta acessibilidade em detrimento de outras, situação consonante com o valor depreciativo e diminutivo que este caminho veio a assumir, manifestado atualmente no seu significado.

15 – Quinta dos Travassos

Canas de Senhorim (200) Antropo-Cultural: Oicotonímia Latim *Trabatū* (Derivado de *Trabs*) *Trabs* (trave ou tronco) e *Trabatū* (qualquer construção, obra ou defesa feita de traves ou madeiros travados) afiguram-se como termos latinos que estão na génese deste nome. Numa perspetiva de obter uma interpretação concreta sobre o termo subentendido, procurámos avaliar a sua aplicação atual noutros sítios. Localizados na maioria entre o norte e centro do país, só acentuou as nossas dificuldades, isto porque as significações atribuídas em variados lugares são diversas: casal, moinho, casa e ponte.

Quanto à antiguidade da sua utilização para a nossa região, será anterior a 1258, pois “Travaços” surge nas Inquirições do mesmo ano sob a forma de “Travazos” (forma atual na Galiza), habitado por uma pequena comunidade, fazendo parte do couto de *Cannas* desde 1186.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1429]

16 – Vale de São Simão

U. Freg. Agueira e Carvalho Redondo (200)	Antropo-Cultural: Orotoponímia/Hierotoponímia (Hagiotoponímia)	Latim <i>Valle Simon</i> ou Português Antigo <i>Vale de São Simão?</i>
--	--	---

“Vale”, comum em todo o país, resulta das características geomorfológicas do determinado espaço. Resumidamente, é uma depressão alongada entre uma ou várias elevações topográficas que pode igualmente ser formada por ribeiros ou rios. Num outro sentido, assume-se como designação de prédio agrícola, principalmente quando é

acompanhado de um segundo termo. Como ocorre no nosso caso, é também possível coexistirem os dois significados.

“São Simão”, mártire associado a São Judas Tadeu, foi um dos discípulos de Jesus Cristo íntegro no grupo dos doze apóstolos, atualmente padroeiro da aldeia de Agueira, paróquia de Carvalhal Redondo, diocese de Viseu. Este santo relaciona-se com o “Vale” sobranceiro ao designado “Outeiro do Santo” (Nº 157), talvez por ter pertencido, enquanto propriedade, ao espaço de culto (existem registos prediais rústicos que atestam a existência de propriedades da atual igreja de São Simão, pelo menos, até meados do século XX), situado entre a aldeia de Agueira e Beijós (Concelho de Carregal do Sal), hoje ocupado por pinhal e terrenos agrícolas.

No “Outeiro do Santo”, popularmente conhecido por “Alto do São Simão”, são visíveis alguns vestígios arqueológicos à superfície (**Anexo III – Figura 5**), realidade análoga às várias lendas da aldeia, associadas à primitiva capela de São Simão neste outeiro e posterior deslocação do santo para o espaço ocupado pela Igreja atual. Como ocorre em múltiplos casos a nível nacional, nas proximidades deste Hagiotopónimo, já na aldeia de Beijós (a sul, cerca de 3km), está um sítio do período romano interpretado como vila (Chãs). “Vale do São Simão” e “Outeiro do Santo” (Nº 157), deverão recuar, pelo menos, à Baixa Idade Média.

Este é mais um exemplo que deverá passar por uma análise interpretativa mais pormenorizada, com objetivo de evidenciar as relações entre as duas aldeias, os vestígios arqueológicos e a hagiotoponímia vigente na toponímia local.

[TAVARES, 1990, p. 132]

17 – Cruzinha

U. Freg. Agueira e
Carvalhal Redondo (200)

Antropo-Cultural:
Antropotoponímia/Hierotoponímia

Latim Crux

“Cruzinha”, diminutivo de cruz. Pode derivar de um apelido, ainda assim, acreditamos estar na presença de um topónimo derivado da sua posição geográfica e presumível sacralização. Este termo designa, paralelamente, um dos lugares topograficamente mais elevados na zona oeste do concelho de Nelas onde a comunidade local sempre pretendeu erguer uma capela (segundo os registos das Atas da Fábrica da Igreja de São Simão, 1940). No contexto da investigação, nada mais podemos acrescentar, a não ser o seu valor simbólico onde poderiam, em tempos, erguer-se cruces.

18 – Vale das Cubas

U. Freg. Aguireira e Antropo-Cultural e Latim *Valle Cupa/ Cubu-*
Carvalho Redondo (200) Física/Natural:
Orotoponímia/Tecnotoponímia

Ver “Vale” (Nº 16). “Cubas” pode derivar do latim *Cupa* ou *Cubu-*. No primeiro caso, ao apresentar-se no plural, assume uma conotação material de conjunto com significado de “Cubas” enquanto grandes vasilhames de madeira para armazenamento e transporte. Paralelamente, importa aportar outro dos significados enquadrável com o latim *cubu-*, nomeadamente o valor enquanto cisterna/depósito de água, “poço” com presumível associação a um moinho/azinha.

Com base na análise e interpretação do espaço envolvente, parece-nos viável considerar a segunda hipótese, sobretudo pela perduração atual dessas pequenas construções caracterizadas pelo granito local, forma circular e altura considerável (c. 3m).

A existência desta cuba dependia de uma outra estrutura que garantia a condução da água do ribeiro (neste contexto, a Ribeira da Calva) para este depósito, garantindo uma quantidade suficientemente capaz de obter o movimento e força hidráulica desejada para o funcionamento do engenho durante todo o ano. A sua utilização permitia, nesse sentido, minimizar os efeitos de determinadas épocas (sobretudo o Verão) provocados pelo caudal reduzido do ribeiro. Esta peça seria mais comum do decurso do período moderno, o que poderá justificar o aparecimento do topónimo em questão.

[AZEVEDO, 2005, p. 511; MACHADO, 2003, vol. I, p. 476]

19 – Vale do Carvalho

U. Freg. Moreira e Física/Natural: Português Antigo *Vall*
Santar (200) Antropotoponímia/ *Carvalal?*
Dendrotoponímia

O primeiro não carece de explanações (Nº 16). “Carvalho” de “carvalho” (Pré-romano?) + -al, sufixo de sentido coletivo, representativo de uma extensa área ocupada por carvalhos, árvores ou arbustos da família das Fagáceas.

Os factos mais antigos, respeitantes à presença do carvalho nesta área, recuam ao neolítico médio regional (3750-3200 a.C.) com a identificação de bolotas torradas (consumo humano) no “Habitat do Ameal” (Fiais da Telha, Carregal do Sal). Com base noutros dados arqueológicos e estudos polínicos, o carvalho seria predominante no coberto vegetal desta zona centro do país, já no decurso dos últimos cinco milénios antes de

Cristo. Sublinhe-se ainda a utilização de “Carvalho” como apelido, uma realidade muito comum em todo o território nacional.

A conjugação de dois termos não parece deixar grandes dúvidas quanto às razões que motivaram esta designação: vale outrora singularizado pela presença significativa de carvalhos, gradualmente substituídos por outros tipos de árvore, possivelmente no decurso da Baixa Idade Média (fase de grandes transformações no coberto vegetal da região).

[MACHADO, 1989, vol. II, p. 87; KNAAP e LEEUWEN, 1994, pp. 497-535]

20 – Vale da Galinhola

U. Freg. Moreira e Santar (200)	Física/Natural: Orotopomíma/Zootoponímia (Ornitoponímia)	Latim <i>Valle Gallina?</i>
------------------------------------	--	-----------------------------

Ver “Vale” (Nº 16). Este termo atual é o reflexo da presença significativa desta espécie nesta zona. Designada igualmente por *Gallina Rustica*, esta ave migratória ocupa tendencialmente áreas húmidas e espaços próximos de recursos hídricos (Ribeiras da Calva e Marialva).

Cremos estar perante um vale singularizado pela comunidade local decorrente da presença frequente desta espécie. Neste sentido, é imprudente estabelecer qualquer valor histórico a não ser o seu carácter cinegético, decerto, intemporalmente valorizado entre a comunidade local e regional.

[MACHADO, 2003, vol. II, p. 690]

21 – Vale das Perdizes

U. Freg. Moreira e Santar (200)	Física/Natural: Orotopomíma/Zootoponímia (Ornitoponímia)	Latim <i>Valle Perdix?</i>
------------------------------------	--	----------------------------

Ver “Vale” (Nº 16). “Perdizes”, o plural exprime, de certa forma, a quantidade desta espécie galiforme (família das fasianídeas). Considerado como um dos animais de caça mais populares em Portugal, ocuparia significativamente o vale, situação bem conhecida pela comunidade local e regional. Apesar de não conseguirmos estabelecer o início da caça e consumo de perdiz a nível regional, não poderíamos deixar de referir as famosas batidas desta ave, levadas a cabo pelo rei D. Carlos I no decurso do século XIX, talvez o tempo da verdadeira valorização comunitária enquanto alvo da atividade cinegética

(saliente-se que a caça e consumo de perdiz já seria frequente em períodos históricos anteriores).

Tal como noutros casos (por exemplo, “Galinholas” nº 20), não podemos adiantar mais do que a presença diacrónica da perdiz, com a intensificação das batidas pela população local nestes dois últimos séculos.

[SILVA, 1988, vol. IV, pp. 244-245]

22 – Bairro das Cocarinhas

U. Freg. Agueira e Carvalhal Redondo (200)	Antropo-Cultural: Oicotonímia	Português Antigo <i>Barrio</i> <i>Cocaria?</i>
---	----------------------------------	---

“Cocarinhas” deriva do diminutivo de “Cocaria”, talvez com o intuito de expor a sua dimensão humana e geográfica. A forma composta é expressiva enquanto lugar de povoamento “Bairro” e “Cocarinha” (grupo de trabalhadores que têm o costume de cozinhar juntos).

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 428]

23 – Matas do Cavalo do Mouro

U. Freg. de Moreira e Santar (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural: Fitotonímia/Zootonímia/ Antropotonímia	Arabismo <i>Mouro?</i>
---------------------------------------	--	------------------------

Por se tratar de um topónimo composto, emanado de várias linhas de análise, atentemos primeiramente numa proposta explicativa para cada um dos termos.

“Mata” (Pré-Romano *Matta* ou Germânico *Mathwa?*), no género feminino, perdurou com o seu significado ao longo da história. Terreno composto por várias espécies de plantas arbustivas e rasteiras ou utilizado como um apelativo para terrenos dedicados à silvicultura. “Cavalo”, um dos animais marcantes da história, deriva do termo original latino, “*Caballus*”, “cavalo de trabalho”. Para “Mouro”, já anteriormente dissertamos sobre um do mesmo pendor etimológico (cf. problemática apresentada no Nº 7).

Parece-nos pertinente valorizar a hipótese de estarmos perante um arabismo associado à presença de um “mouro”, situado em Moreira. Neste contexto, sublinhe-se a referência documental de 1110 a Moreira (T.D.H. – Nº 2) no âmbito da doação, em testamento, do presbítero Mendo à Sé de Coimbra, de vários bens obtidos por presúria: “... *ecclesia mea própria (...) et habeo illa de apresuria.*”

As razões associadas à origem e aplicação desta denominação podem-se, assim, enquadrar neste momento histórico, precisamente entre o fim da Alta/início da Baixa Idade Média.

[BARROCA, 2008-2009, p. 203; SILVA, 1988, VOL IV, pp. 28-29; MACHADO, 2003, vol. I, p. 380; VIEIRA, 2005, p. 56]

24 – Barroca Alta

U. Freg. Moreira e Santar (200)	Física/Natural: Orotoponímia	Pré-Romano <i>Barr-</i> (+ <i>-oca</i>)? Latim <i>Altus</i>
------------------------------------	------------------------------	---

“Barroca”, (*Barr-* + *-oca*), onomato com dupla conotação. A primeira proposta é a associação direta com a presença de barro. Uma segunda assenta numa interpretação diferente do significado: exprime depressões ou escavações do solo provocadas por torrentes de água, ação natural muito comum na região norte e centro. Este processo permite a passagens das linhas de água em zonas fundas entre penedos ou barrancos. Já “Alta”, avalia-se, neste contexto, como adjetivo qualificativo do primeiro termo.

Face à topografia e hidrografia visível (zona em vale suave da Ribeira da Calva), acreditamos estar perante a segunda realidade proposta. Na conjuntura da nossa investigação, reconhecemo-lo apenas pelo seu significado, sendo impossível apontar qualquer sentido histórico ou arqueológico.

[CARVALHO, 1999, pp. 137 e 159-160; MACHADO, 2003, vol. I, p. 223]

25 – Senhora do Viso

U. Freg. Agueira e Carvalhal Redondo (200)	Antropo-Cultural: Hierotoponímia (Hagiotoponímia)	Português Antigo <i>Seniora Visu</i>
--	---	---

“Senhora”, alusivo a um templo da virgem, ocorre na toponímia portuguesa com frequência. “Viso” (latim *Visu*), onomato frequente na região centro e norte de Portugal, significa “cume ou outeiro, lugar alto onde se tem boa visibilidade sobre o espaço envolvente”.

A posição elevada (ponto mais alto da parte ocidental de Nelas) manifesta uma espécie de alienação da religião à própria topografia, traduzida na seleção deste ponto para a instalação de um pequeno espaço de culto. A valorização ritual e cultural, comumente com outros valores, de pontos elevados e destacados da paisagem, recua à Proto-história, intensificando-se já no decurso da Idade Média. Será que tem uma ocupação humana

anterior, algures no decurso da Proto-História? Podemos afirmar convictamente que se trata de uma “cristianização” do lugar, demarcado local e regionalmente pela posição altimétrica, motivando o nome da devoção cultuada. Presentemente, é ocupado pela capela da Senhora do Viso datada do século XVII, no entanto acreditamos que esteja sobre um espaço de culto primitivo, sobretudo pelas premissas anteriormente expostas. Esperamos, no contexto de futuras investigações, obter argumentos fundamentados para a nossa suposição.

[CARVALHO, 1999, pp. 279-280; CHAVES, 1952, pp. 161-165; MACHADO, 2003, vol. III, pp. 1330 e 1483]

26 – Vale do Salgueiro

U. Freg. Moreira e Santar (200) Física/Natural: Orotoponímia/Dendrotoponímia Latim *Valle Salix*
Ver “Vale” (Nº 16). “Salgueiro” (< *salgauro* < *salgario* < *saligario* < *salicariu* do latim *salica*, *salix*), frequente na toponímia do norte e centro de Portugal, evidencia a frequência desta árvore utilizada ao longo da história para múltiplos fins, entre os quais, usos terapêuticos. Ocupam geralmente as margens dos cursos de água onde se verifica humidade permanente no solo, não resistindo a temperaturas muito altas. A sua utilização não é caso único (Nº28 e Nº144). O facto de se apresentar no singular pode traduzir a existência de uma única árvore que, por algum motivo, viria a singularizar-se na comunidade local.

No contexto desta dissertação, nada mais poderemos acrescentar, contudo deixemos em aberto uma observação considerada pertinente relativamente à frequência do salgueiro, conjuntamente com linhas de água, na proximidade de vestígios arqueológicos romanos, remetendo-nos para uma possível problematização da sua forma de utilização e valorização.

[AZEVEDO, 2005, p. 555; CARVALHO, 1999, p. 258; MACHADO, 2003, vol. III, p. 1297]

27 – Pêro do Pato

U. Freg. Moreira e Santar
(200)

Física/Natural:
Antropotoponímia/Zootoponí
mia

Português Antigo *Pero Patto*

“Pêro” (muito comum no decurso da Idade Média, deriva do latim *Pirum*) assume o nome próprio de um indivíduo e, muito provavelmente, “Pato” (latim *Anas*?) um apelido.

Deriva da antropotoponímia, que estará a imortalizar um antigo proprietário ou indivíduo que, por algum motivo, ficou associado ao terreno. Podemos também estar perante uma propriedade do antropónimo “Pêro” onde a presença significativa da espécie animal no local originou o apelido.

Importa, no contexto da investigação, ressaltar a presença de um conjunto de três sepulturas rupestres (T.S.A. – N° 23) e a referência do nome próprio “Pêro” na documentação medieval regional.

[COROMINAS, 1954-1957, vol. III, p. 693]

28 – Quinta do Vale do Salgueiro

U. Freg. Moreira e Santar (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural:Agrotoponímia/ Oicotoponímia/Orotoponímia/ Dendrotoponímia	Latim <i>Quinta Valle Salix</i>
------------------------------------	---	--

Topónimo composto, com tratamento dos termos já concretizado: “Vale” (N° 16), Quinta (N° 10) e Salgueiro (N° 26). “Vale do Salgueiro” funciona como uma caracterização da quinta, situada em zona de vale com a presença de salgueiros. No contexto deste onomato, veja-se a problemática levantada anteriormente (N° 26).

29 – Carregal

U. Freg. de Moreira e Santar (200)	Física/Natural: Fitotoponímia	Pré-Romano <i>Karr-</i> ou Latim <i>Carex?</i>
---------------------------------------	----------------------------------	---

O estudo etimológico tem produzido, entre os que se dedicam à temática, algumas interpretações distintas decorrentes da alteração da sua escrita.

“Carregal” (“Carrega”+ al), num sentido botânico e relativo a água, representa um espaço com uma grande quantidade de “cárrega” (*carica* do latim *carex*) ou carriços, uma planta gramínea autóctone da Península Ibérica com aproximadamente dois metros de altura, composta por folhas lisas e flores em espigas largas. Esta espécie palustre foi muito utilizada pelo homem ao longo da história, particularmente durante o período medieval, empregando-a em “camas” de gado para cobrir e forrar palheiros ou outras casas rústicas. Já as espigas, juntamente com os talos mais próximos, funcionavam como “escovas” (vassoura). Por outro lado, “Carregal” pode resultar de um radical pré-romano *Karr-*, compreendido por “pedra”.

Na diferenciação dos argumentos para cada uma das hipóteses, é imprescindível o conhecimento da realidade local. Acreditamos referir-se à “carrega”, sobretudo pela

localização atual do termo nas proximidades de um grande número de linhas hidrográficas (pequenos cursos de água que desaguam no rio Dão), fundamentais na criação do ambiente desejado para a sobrevivência desta espécie (habitat específico demarcado pela terra aquífera ou húmida).

A sua importância no decurso da época medieval pode justificar a quantidade destes topónimos nos documentos históricos. A título de exemplo, como homónimo, surge nas Inquirições de 1258 (T.D.H. – Nº 8) “Carregal/Carregais” (Nº47): “*terminus de Canas partit cum Asnelas per Moledo de Travazos e per fogium veterem de Fernando Johannis et passat stratam et vadit per vallem de Oriariza quomodo intrat in Carregal et vadit ad Mondegun ad fontem de Caldas*” (PMH – *Inquisitiones*, p. 813).

[CARVALHO, 1999, p. 178; MACHADO, 2003, vol. I, p. 360; VASCONCELOS, 1931, p. 379]

30 – Vale do Chão

U. Freg. Moreira e Santar (200) Física/Natural: Orotoponímia/Agrotoponímia Latim *Valle* e *Planu*-Ver “Vale” (Nº 16). Estamos perante um topónimo composto de cariz topográfico e frequente em Portugal, com o adjetivo latino *Planu* (Plano, Chão) a caracterizar o vale. Designa uma área mais ou menos plana, igualmente caracterizada por uma inclinação muito suave (vale), decorrente de uma pequena linha de água subsidiária do ribeiro do Cagavaio.

[AZEVEDO, 2005, p. 357; CARVALHO, 1999, pp. 181-182]

31 – Quinta do Robão

U. Freg. Moreira e Santar (200)

Antropo-Cultural:
Agrotoponímia/Lexotoponímia

Germânico *Raubôn*?

Ver “Quinta” (Nº 10). Não é muito vulgar esta composição em território nacional. Esta propriedade agrícola ficaria conhecida pelas ações do seu proprietário. “Robão”, elemento derivado do verbo “roubar”, caracteriza o possuidor desta “Quinta”.

[COROMINAS, 1954-1957, vol. IV, pp. 39-40; MACHADO, 2003, vol. III, p. 1281]

32 – Quinta da Alameda

U. Freg. Moreira e Santar (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural:Agrotoponímia/Dendrotoponímia	Moçarabismo <i>Al-améda</i>
---------------------------------	---	-----------------------------

Ver “Quinta” (Nº 10). “Alameda”, onomato derivado de álamo, espécie de choupo designado em latim por *Alnu*. O cruzamento com ulmu “olmo” (um género de árvore de grandes dimensões e autóctone da Península Ibérica), criou a forma almu (>álamo >alameda). Numa interpretação atual, “Alameda” urge como elemento caracterizador e, provavelmente, delimitador desta “Quinta”.

No seguimento da investigação, importa considerar a existência deste espécie de árvores no espaço retratado. Ao valorizarmos os estudos onomásticos e etimológicos dedicados à Península Ibérica, estaremos perante o resultado de uma adaptação linguística (consonantismo) que perdurou até à atualidade, aceite por nós como um “Moçarabismo”. [ALVES, 2013, p. 104; AZEVEDO, 2005, pp. 357-358 e 446; MACHADO, 1989, vol. I, p.169 MACHADO, 2003, vol. I, pp. 69-70]

33 – Regada do Bigas

U. Freg. Moreira e Santar (200)	Física/Natural: Agrotoponímia/Hidrotoponímia/Antropotoponímia	Latim <i>Rigāre</i> e <i>Bigae</i>
---------------------------------	---	------------------------------------

“Regada”, do verbo regar (regar+-ada), deriva do latim *rigāre* (“encaminhar” um líquido, regar, banhar). Muito utilizado na região beirã para distinguir um terreno húmido e, portanto, aprazível para culturas de regadio. “Bigas”, deriva do latim *bigae* (carro de duas rodas puxado por dois cavalos).

Com base nestas constatações, poderemos estar perante uma zona agrícola regadia onde era frequente utilizar a “Biga”. Contudo, cremos mais na hipótese de ser entendido como antropónimo, talvez na forma de apodo, aplicado pela posse e utilização deste tipo de “carro” por parte do proprietário da “Regada”.

[AZEVEDO, 2005, pp. 545-546; MACHADO, 2003, vol. I, p. 254]

34 – Alto do Marreco

U. Freg. Moreira e Santar (200)	Física/Natural: Orotoponímia/Zootoponímia	Latim <i>Altus</i> <i>Anas Querquedula</i>
---------------------------------	---	--

“Alto” refere-se a uma elevação topográfica. “Marreco” é usado como secundário e qualificativo. Se para o primeiro termo o conhecimento físico do território permitiu afastar qualquer dúvida, o segundo tem duplo significado.

Numa primeira proposta, poderemos estar na presença de uma elevação natural ocupada por esta espécie de pato. Face à localização e aos apelidos, localmente atribuídos a determinados indivíduos, poderemos antes estar perante uma designação de alto, integrado numa propriedade de um indivíduo corcunda, sendo designado igualmente por marreco. Independentemente da interpretação apontada, nada mais podemos acrescentar face ao contexto do nosso trabalho.

[AZEVEDO, 2005, p. 357; CARVALHO, 1999, pp. 181-182]

35 – Água Alta

U. Freg. Agueira e
Carvalhal Redondo
(200)

Física/Natural:
Agrotoponímia, Hidrotopo
nímia/ Orotoponímia

Latim *Aqua e Altus*

Ver “Alto” (Nº 35). Atentemos nesta composição, interpretando o segundo termo secundário e qualificativo de “Água”.

É comumente referido na documentação escrita a partir do século XVI, procedente da existência de linhas de água nas proximidades ou queda/curso inclinado. Ao centrar-nos na nossa geografia, alude seguramente às características hidrográficas (várias linhas subsidiárias dos ribeiros da Calva e Travassos) que o singulariza perante o meio envolvente. A atribuição e perpetuação desta designação no meio físico é o resultado da sua caracterização e valorização no contexto local, certamente aliado ao seu aproveitamento para fins agrícolas.

Apesar de podermos desenvolver e propor uma utilização inicial, optámos por não entrar nessa problemática, passível de consulta na bibliografia referida. Assim, consideremo-lo como presença de um recurso hídrico local, possivelmente atribuído a uma primeira utilização depois do século XVI.

[AZEVEDO, 2005, pp. 223-224]

36 – Salgueirinho

U. Freg. Agueira e Carvalhal Redondo (200) Física/Natural: Dendrotoponímia Latim *Salix*

Ver “Vale do Salgueiro” (Nº 26). “Salgueirinho” (Salgueiro + -inho), frequente no norte e centro de Portugal, reflete o valor desta árvore para este lugar. Por de surgir no

diminutivo e singular, pode estar associado ao número e qualidade desta espécie de árvores como também a um terreno propício à sobrevivência da planta.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1296]

37 – Quinta da Tapada

U. Freg. Agueira e Carvalho Redondo (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia/Lexotoponímia	Português Antigo <i>Quinta da Tapada?</i>
--	--	---

Ver “Quinta” (Nº 10). “Tapada” caracteriza a “Quinta” no sentido de a “fechar” através de muros ou linhas densas de árvores, elementos importantes que funcionariam como barreiras para os ventos (sobretudo do Norte) e para impedir o acesso de pessoas e animais a um espaço circunscrito. “Tapada” pode igualmente caracterizar um monte ou brávio circunscrito a um espaço onde se criava o gado e se recolhia lenha. Pelo facto de surgir “Quinta da Tapada”, cremos estar, face às determinações anteriormente apresentadas, perante uma propriedade “Tapada” com muros ou uma densa linha arbórea, constituída por terras de cultivo e pastagem e um prédio rústico.

Neste sentido, consideremos apenas como representativo de uma propriedade cercada, sem mais nada a acrescentar quanto a uma possível utilização inicial em termos cronológicos.

[AZEVEDO, 2005, pp. 239-240]

38 – Pedrão

U. Freg. Agueira e Carvalho Redondo (200)	Física/Natural: Litotoponímia	Português Antigo Padrom
---	----------------------------------	-------------------------

“Pedrão” (aumentativo de pedra), caracteriza um lugar pedregoso, aspeto influenciador e condicionador do aproveitamento humano do terreno. Por outro lado, pode representar o primitivo de “Padrão” enquanto marco predial ou divisório, crescentemente utilizados no decurso da Baixa Idade Média. Para o nosso caso, esta última proposta poderá fazer sentido, pois encontra-se nas proximidades (c. de 800m) de “Moledo” (Nº 39), referência na definição do couto de Canas de Senhorim em 1189 (T.D.H. – Nº 6) e onde se encontra atualmente um marco geodésico.

[AZEVEDO, 2005, pp. 315-316; MACHADO, 2003, vol. III, p. 1146]

39 – Moledo

U. Freg. Agueira e
Carvalho Redondo (200)

Antropo-Cultural e
Física/Natural:
Tecnotoponímia/Orotoponímia

Moçarabismo *Moledo*

O significado e estudo deste onomato não reúne consenso entre as análises etimológica. Ademais, é um onomato recorrente no território nacional com algumas variações do seu significado decorrentes dos regionalismos locais: para os mineiros, de forma geral, refere-se a um tipo de xisto mole; no Algarve, representa um montículo de pequenas pedras, um pedrouço; para a região do Minho, remete para um tipo de pedra de pedreira, desta vez de granito. Esta complexidade interpretativa reflete-se também no levantamento de várias possibilidades relativas às origens do étimo.

Entre as propostas discutidas, aventa-se uma origem no latim *mōlēs*, expressando a ideia de “volume, massa”. De igual modo, mas com algumas reservas, é colocada a hipótese de derivar de *mollis* (uma planta, um tipo de junco flexível). Por último, a que parece fazer mais sentido, é a do latim *mola*, expressando por um lado “mó”, intimamente associado à moagem de cereais, e por outro um pequeno cerro escarpado de cume plano. Apesar de algumas reservas, a alteração fonética/escrita ocorrida posteriormente no termo latino *mola* traduziu-se, na Alta Idade Média, na formação moçárabe de Moledo.

No nosso caso, este topónimo refere-se à topografia, então localizado a sudeste de Carvalho Redondo, junto do ribeiro dos Travassos, caracterizado por um pequeno cerro de cume aplanado, onde se encontra atualmente um marco geodésico. Trata-se de um dado geográfico com uma aproximação histórica à derivação da palavra latina original. As fontes escritas documentam-no pela primeira vez em 1186 no decorrer da definição dos limites do couto de Canas de Senhorim (T.D.H. – Nº 6): “(...) *contra Asnelas per la foz das Caldas et inde ou Valle das Perdices et inde ou Valle do Eixudriu et inde ou Moledo (...)*”.

No conjunto dos dados arqueológicos e fontes históricas presentes na bibliografia, esta designação parece suscitar algumas dúvidas quanto ao homónimo Moledo, situado a sul de Nelas (T.S.A. – Nº 15). Sublinhe-se, este “Moledo” não se refere ao sítio onde António Santos Rocha se deparou com vestígios cerâmicos romanos, adiantado por Joaquim da Silveira e Jorge de Alarcão. De igual modo, este é o “Moledo” referido na delimitação do couto de Canas de Senhorim em 1186, tal como o encadeamento dos restantes lugares de delimitação referidos o comprovam e não, como define Sandra Lourenço, o “Moledo” de Nelas.

[AZEVEDO, 2005, pp. 455-458; LOURENÇO, 2007, p. 126; MACHADO, 2003, vol. II, p. 1009; PIEL, 1945, p. 320; SILVEIRA, 1940, pp. 389-390; VASCONCELOS, 1931, pp. 318 e 335]

40 – Quinta do Carriçal

Canas de Senhorim (200) Antropo-Cultural e	Física/Natural: Agrotoponímia/Fitotoponími a	Português Antigo <i>Quinta do Carriçal?</i>
---	--	---

Ver “Quinta” (Nº 10) e “Carregal” (Nº 29). O segundo termo caracteriza uma propriedade decorrente da presença abundante de carriço (“Carriço + al”) nos terrenos húmidos da “Quinta” (várias linhas hidrográficas afluentes do ribeiro dos Travassos). Para a compreensão do onomato e conseqüente uso do nome desta gramínea na toponímia, veja-se “Carregal” (Nº 29). No contexto do nosso *corpus* de informação, consideremos, mais uma vez, uma espécie gramínea importante na economia do Homem Medieval.

[CARVALHO, 1999, p. 178; MACHADO, 2003, vol. I, p. 360; VASCONCELOS, 1931, p. 379]

41 – Avelreira

Canas de Senhorim (200)	Física/Natural: Dendrotoponímia	Latim <i>Avellanāria</i> (<i>Nux</i>)
-------------------------	---------------------------------	---

Refere-se a um tipo de árvore, com abundância no norte de Portugal. Como se apresenta no singular, é provável estarmos na presença de um único exemplar, ainda assim, impactante o suficiente para a população local o perpetuar na toponímia. Comprova, portanto, a presença desta árvore e, conseqüentemente, o consumo humano do seu fruto. A etimologia torna-se difícil de determinar, não só por se tratar de uma árvore referida desde o momento de passagem para a nossa era como pela ausência de referências na documentação escrita para a área geográfica em estudo.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 191]

42 – Quinta do Vale Covo

Canas de Senhorim (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia/Orotoponími a	Latim <i>Quinta Valle e Cova</i>
----------------------------	---	----------------------------------

Ver “Quinta” (Nº 10) e “Vale do São Simão” (Nº 16). É caracterizador de um vale onde se encontra uma “Quinta”. Numa interpretação conjunta, “Covo” qualifica o vale

(margem norte da ribeira da Pantanha) onde existiam pequenas leiras/várzeas agricultadas constituintes da “Quinta”, não sendo possível equacionar a origem cronológica.

[AZEVEDO, 2005, p. 451; CARVALHO, 1999, p. 189]

43 – Quinta da Urgeiriça

Canas de Senhorim (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia/Fitotoponímia	Latim <i>Quinta</i> Latim <i>Ulica</i> (de <i>Ulex</i>), <i>Hordeum</i> ou Português Antigo <i>Orge</i> ?
-------------------------	---	--

Ver “Quinta” (Nº 10). “Quinta” é definida por um nome com maior valor ao nível local, respetivamente “Urgeiriça”. A compreensão do segundo passa por diferentes significações. Ao partir da forma documentada mais antiga de Urgeiriça (*Oriariza*), constante nas Inquirições de 1258 (T.D.H. – Nº 8), coloca-se a hipótese de este derivar do românico *orge* ou *orjo* com o sufixo “-ariça/-eiriça”. A esta proposta corresponde o significado original associado a um terreno onde era costume o cultivo de cevada. Por outro lado, ao assumir-se a grafia correta em *Orjariça*, é admitido, no contexto da formação da palavra, a origem de Urgeiriça em “Urga” (Latim *ulica* de *ulex*, significando “tojo”) com sufixação do português antigo de *-eiriça*.

Não é nosso objetivo debatermos detalhadamente todas as variantes da escrita, daí, consideremos apenas a antiguidade do termo, referido nas Inquirições de 1258 (PMH – *Inquisitiones*, p. 813) sob a forma de “*Oriariza*”, onde o primeiro “i” vale “j”.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1446; PMH – *Inquisitiones*, p. 813; SILVEIRA, 1940, pp. 416-417]

44 – Urgeiriça

Canas de Senhorim (200)	Física/Natural: Agrotoponímia/Fitotoponímia	Latim <i>Ulica</i> (de <i>Ulex</i>), <i>Hordeum</i> ou Português Antigo <i>Orge</i> ?
-------------------------	--	--

Ver “Quinta da Urgeiriça” (Nº 43). Refere-se ao espaço ocupado atualmente por esta localidade ligada à exploração mineira no século XX (Urânio).

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1446; SILVEIRA, 1940, pp. 416-417]

45 – Quinta das Pedras Altas

Canas de Senhorim (200) Antropo-Cultural e Latim Quinta Petra Altus
Física/Natural:
Agrotoponímia/Litotoponímia/
Orotoponímia

Ver “Quinta” (Nº 10) e “Pedras Cimalhas” (Nº 3). Remete para a presença de uma “Quinta”. Estes dois últimos podem referir-se à localização elevada das “pedras” dentro da propriedade, ou então corresponder a um conjunto de “Pedras Altas” destacadas entre o espaço da propriedade, sendo esta a mais plausível face ao conhecimento real da geografia local. Não existe qualquer outro indicador capaz de propor uma cronologia relativa da sua antiguidade.

[SILVA, 1988, vol. IV, pp. 223-225]

46 – Vale do Pereiro

Canas de Senhorim (200) Física/Natural: Latim Valle Pirus
Orotoponímia/Antropotoponímia ou Dendrotoponímia

Ver “Vale do São Simão” (Nº 16). “Pereiro” surge como elemento secundário e caracterizador do “Vale”. Para “Pereiro” importa sublinhar a multiplicidade de significados, entre os quais, como antropónimo, perpetuado localmente por alguma razão socioeconómica, espécie da pereira, cujos os frutos são conhecidos por peros, ou enquanto alusão a rochedos (penedo ou penedal).

Para o nosso caso concreto, “Vale do Pereiro” representa um vale (ribeira da Pantanha) demarcado pela concentração de afloramentos graníticos.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1160]

47 – Carregal/Carregais

Canas de Senhorim (200) Física/Natural: Fitotoponímia Pré-Romano *Karr-* ou Latim *Carex?*

Ver “Carregal” (Nº 29).

[CARVALHO, 1999, p. 178; MACHADO, 2003, vol. I, p. 360; VASCONCELOS, 1931, p. 379]

48 – Pinhal do Padre

Canas de Senhorim (200) Antropo-Cultural e Latim *Pinu- Pater?*
Física/Natural:
Dendrotoponímia/
Axiotoponímia

“Pinhal”, é o resultado de “pinho” + -al, significando mata de pinheiros (plantas coníferas, da família das Pináceas). “Padre”, responsável por ministrar a religião na igreja católica, surge como possuidor de tal “Pinhal”.

A proximidade a Vale de Madeiros, localidade onde a documentação escrita comprova a existência de um mosteiro na primeira metade do século XVI, pode igualmente reforçar e contribuir para a justificação de pertença do pinhal à Igreja. Ademais, o “Pinhal do Padre” é concordante com a grande quantidade de madeira (Pinho) existente neste vale, pelo menos a partir da Baixa Idade Média, podendo justificar o nome da localidade de Vale de Madeiros. Ao considerarmos tais dilações, cremos estar perante um topónimo com uma presumível origem na primeira metade do século XVI. Confrontar com “Vale de Madeiros” (Nº 185).

[CARVALHO, 1999, p. 233; LOUREIRO, 1988, 117-136]

49 – Alto da Raposeira

Canas de Senhorim (200) Física/Natural: Orotoponímia/Zootoponímia Latim *Altus Vulpis*?

“Alto da Raposeira” não é um topónimo muito comum na região centro de Portugal. Refere-se a uma pequena elevação topográfica associada a qualquer acontecimento ou presença constante do animal.

Atualmente, a raposa ainda é uma das espécies frequentemente observável. É mais um exemplo relacionado com a fauna, sem precisão temporal da sua origem.

[CARVALHO, 1999, p. 243; MACHADO, 2003, vol. III, p. 1240]

50 – Quinta do Abrunhal

Nelas (200) Antropo-Cultural e Moçarabismo *Quinta do*
Física/Natural: *Abrunhal*
Agrotoponímia/Dendrotoponímia

Ver “Quinta”. “Abrunhal” (pomar de abrunheiros), deriva de “a- + prūnu-”, forma adjetiva que substituiu os substantivos *prunus* e *prunum*, incorporando a árvore e o fruto, diferenciados pelo latim. A aglutinação do a- com brunho, entre outras possibilidades menos plausíveis, é decorrente do próprio condicionamento do nome no decurso da Alta Idade Média.

Para compreender tal interpretação e face à sua complexidade, remetemos para a bibliografia referente a este número. Aqui, identificaram-se vestígios cerâmicos e pétreos

associados ao período Romano e Antiguidade Tardia (Nº 16), possíveis indicadores da antiguidade e presença desta árvore no local.

Neste contexto, consideramo-lo como moçarabismo, resultante da opção interpretativa anteriormente apresentada.

[AZEVEDO, 2005, pp. 495-497; MACHADO, 2003, vol. I, p. 35]

51 – Quinta do Soito

Nelas (200)

Antropo-Cultural e
Física/Natural:
Agrotoponímia/Fitotoponímia

Latim *Quinta Saltu-*

Ver “Quinta” (Nº 10). Optámos por seguir a proposta de alguns investigadores, onde Soito advém do latim *salto-* (*salto* < *sauto* < *souto*).

A proliferação de castanheiros no nosso concelho é limitada às próprias propriedades adversas do solo e humidade. Neste sentido, “Soito” (de Souto) estará associado à configuração e utilização original (floresta), localizado numa encosta acentuada da margem direita do rio Mondego.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1367]

52 – Ponte Nova

Nelas (200)

Antropo-Cultural: Odotoponímia

Português *Ponte Nova*

Na conceção de “Ponte”, entenda-se como construção que permite a passagem de uma via de comunicação sobre um curso de água ou vale. Por sua vez, “Nova” reforça a ideia de contemporaneidade em relação a uma outra travessia ou uma segunda “Ponte”.

No nosso caso concreto, estamos perante uma associação à construção de uma nova ponte, substituindo uma outra nas proximidades sobre o rio Mondego, inteiramente associada à construção da estrada nacional 231.

[SILVA, 1988, vol. IV, pp. 326]

53 – Quinta do Vale do Gato

Nelas (200) Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia/Zootoponímia Latim *Valle Cattu*

Ver “Quinta” (Nº 10) e “Vale de São Simão” (Nº 16). Propriedade integrante de um vale, marcada pela presença do “Gato”. É credível assumirmos “Vale do Gato” como um espaço físico frequentado pelo “gato bravo” (mamífero carnívoro da família dos Viverrídeos). Este é mais um dado quantitativo e qualitativo, sobretudo relativo à agricultura e fauna.

[SILVA, 1988, vol. III, p. 124]

54 – Fonte

Nelas (200)

Física/Natural: Hidrotopónimo

Latim *Fonte*

Este e seus derivados (Fontão, Fontainhas, por exemplo) são frequentes no território nacional, com especial incidência na região norte. Ambos os termos podem designar realidades muito distintas, embora todas se liguem à água, bem de primeira necessidade estritamente essencial à sobrevivência do Homem (povoamento e agricultura). Geralmente, derivam da importância de determinadas nascentes, fontanários ou pequenos veios de água, como é o no nosso caso (ribeiro do Vale do Gato). Revela-se um dado essencialmente hidrográfico, reportando para a disponibilidade e acesso humano a tal recurso, certamente aliado à história local.

[MACHADO, 2003, vol. II, p. 655]

55 – Mochos

Nelas (200)

Física/Natural: Zootoponímia

Moçarabismo *Mochu*

Numa primeira abordagem a este onomato, importa expor os principais significados: “banco” (< MŮCLU < MŮTŮLU com significado de cepo, bocado de tronco, marco divisório), “ave”, “sem ponta, sem chifres” (< MŮTŮLU, com o significado de mutilado, sem orelhas) e como apodo, decorrente das características físicas de determinado indivíduo.

Com base em vários estudos centrados em análises consonânticas, admite-se que a entrada deste onomato atual nos idiomas ibéricos, nomeadamente no português, se processou por transformação moçárabe. Por falta de conhecimentos aprofundados sobre este processo, remetemos para a explicação desenvolvida patente na bibliografia referida. Para além de

considerarmos um moçarabismo, outra resposta à razão da sua utilização é a presença significativa desta espécie de ave.

[AZEVEDO, 2005, pp. 353-355; COROMINAS, 1954-1957, vol. III, pp. 393-394; MACHADO, 2003, vol. II, p. 1004; SANTOS, 1994]

56 - Capucha

Nelas (200)

Antropo-Cultural: Tecnotoponímia

Latim *Cappa*

“Capucha” é um derivado de “capuz” (latim tardio *capuccium* ou *capputum*), originalmente associado aos frades franciscanos, principais responsáveis pela difusão do estilo desta peça de vestuário como do vocábulo. Atualmente, ainda é comum o uso desta peça nos meios rurais, sobretudo nas regiões montanhosas do centro e norte do nosso país. Para a nossa área de estudo, a aplicabilidade deste termo está irremediavelmente associada a qualquer acontecimento com tal peça ou alguma família com propriedades neste lugar, apelidadas de “Capucha”, por diversas razões.

Considerámos este topónimo pelo seu valor etnográfico sem qualquer outro indicador que nos permita desenvolver ou propor qualquer cronologia, apesar de ser reconhecida a crescente utilização desta peça a partir do século XIII, sobretudo pela difusão da forma da peça e vocábulo por parte dos frades franciscanos.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 344]

57 – Fonte do Ouro

Nelas (200)

Antropo-Cultural e Física/Natural: Hidrotopónimo

Latim *Fonte Aurum*

Ver “Fonte” (Nº 54). Numa primeira abordagem, parece óbvia tal alusão referente ao mineral. Entre os diversos estudos de levantamentos cartográficos geológicos, não existe qualquer indicador de existência do referido metal. Neste sentido, aceitamos o sentido pejorativo desta designação, referindo-se, possivelmente, à abundância e qualidade da água desta “Fonte”. A sua importância local esteve, assim, na origem da designação.

Nada mais poderemos retirar a não ser a ligação à água, elemento fundamental na sobrevivência humana.

[CARVALHO, 1999, pp. 201-202; MACHADO, 2003, vol. II, p. 655]

58 – Vale Covo

Nelas (200)

Física/Natural: Orotoponímia

Latim *Valle Cova*

No âmbito da nossa investigação, “Fiais” assume-se, portanto, como desígnio local para singularizar o valor agro-pastoril, possivelmente a partir da Baixa Idade Média.

[MACHADO, 2003, vol. II, p. 639]

61 – Regada

Nelas (200) Física/Natural: Agrotoponímia/Hidrotoponímia Latim *Rigāre*

Ver “Regada do Bigas” (Nº 33).

[AZEVEDO, 2005, pp. 545-546; MACHADO, 2003, vol. I, p. 254]

62 – Quinta do Pomar

Nelas (200) Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia Latim *Quinta Pomariū*

Ver “Quinta” (Nº 10). Refere-se uma propriedade, cujo tipo de produção agrícola originou a designação da própria quinta. Apesar de não podermos estabelecer que tipo de árvores fariam parte do “Pomar”, importa sublinhar a valorização local desta “Quinta”, justificando tal designação e respetiva perpetuação na toponímia.

Na conjuntura da nossa investigação, este é mais um dado relevante no contexto da atividade agrícola, sendo impossível determinar uma origem cronológica por ausência de outras fontes.

[AZEVEDO, 2005, p. 134-135]

63 – Quinta da Longra

Nelas (200) Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia/Orotoponímia Pré-Romano *Lôngara* ou Latim *Longula?*

Ver “Alto do Vale das Longras” (Nº 59). Ambos estão associados a uma área circunscrita.

[SILVEIRA, 1940, pp. 387-388; MACHADO, 2003, vol. II, pp. 893-894]

64 – Vale das Cadelas

Nelas (200) Física/Natural: Orotoponímia/Fitotoponímia Pré-Romano *Cat* ou Latim *Valle?*

Ver “Vale de São Simão” (Nº 16). É um onomato pouco utilizado em território nacional. O segundo termo surge como caracterizador do “Vale”. Excluímos, desde início, a associação a “cadela”, do latim *catella*, a fêmea do cão. Poderá derivar do pré-romano *cat* (+ ela) e, portanto, alusivo a um espaço com várias árvores e solo seco. Atualmente,

este significado enquadra-se inteiramente na realidade observada localmente (zona de floresta, afastada de linhas de água significativas e sem a presença de outras formas de obtenção de água, como por exemplo, poços). A par de outros topónimos, este é mais um dado referente à configuração físico/natural deste concelho, observável na atualidade.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 307]

65 – Quinta da Teixuga

Nelas (200)

Antropo-Cultural e
Física/Natural:
Agrotoponímia/Fitotoponímia

Latim *Quinta* Latim *Taxus* ou
Germânico *Thahsus*?

Ver “Quinta” (Nº 10). Este onomato pode associar-se a duas origens distintas. Por um lado, se considerarmos “Teixuga” (forma popular de texugo) como resultado da presença do animal nesta “Quinta”, pode derivar do germânico *thahsus*. Se considerarmos a sua referência ao teixo (+-ugo), então a origem latina está em *taxus*. Os estudos dedicados à etimologia de “Teixuga” têm suscitado diferentes comentários, dificultando a nossa interpretação. Como resultado das leituras realizadas sobre esta temática, optámos por valorizar a segunda hipótese.

Em suma, trata-se de uma propriedade agrícola caracterizada por uma extensão de teixos, designada localmente pela presença dessa mesma espécie arbórea, designação atribuída em período histórico incerto.

[MACHADO, 1989, vol. V, p. 301; 2003, vol. III, pp. 1393 e 1407]

66 – Vale do Cuco

Vilar Seco (200)

Física/Natural: Orotoponímia/Zootoponímia

Latim *Valle Cuculus*

Ver “Vale do São Simão” (Nº 16). “Cuco” figura como animal caracterizador do “Vale”. A presença significativa deste animal, muito bem distinguível entre os sons ouvidos pelas comunidades rurais, levou num determinado momento, à sua diferenciação popular através desta espécie de ave.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 478]

67 – Vale do Barrocal

Vilar Seco (200)

Física/Natural: Orotoponímia

Pré-Romano *Barroca*?

Ver “Vale do São Simão” (Nº 16) e “Barroca Alta” (Nº 24). “Barrocal” assume-se como elemento diferenciador e singularizador do “Vale”. A observação física (pequeno vale de

um afluente da ribeira da Calva), permite-nos associar este topónimo a depressões ou escavações do solo provocadas por torrentes de água, ação natural muito comum na região norte e centro.

Na conjuntura da nossa investigação, reconhecemos este topónimo geográfico apenas pelo seu significado, sendo impossível apontar qualquer sentido histórico ou arqueológico.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 222]

68 – Quinta do Castelo

Vilar Seco (200)

Antropo-Cultural:
Agrotoponímia/Arqueotoponímia e Oicotononímia
(Aminotoponímia)

Português Antigo *Quinta Castello*

Ver “Quinta” (Nº 10). O segundo termo caracteriza a “Quinta”. A origem é muito dúbia, pois “Castelo” poderá estar associada à construção contemporânea de um imóvel, cuja arquitetura se assemelha a tal edificado. No entanto, optámos por não desvalorizar a possibilidade deste poder igualmente resultar da presença de vestígios de uma pequena fortificação, realidade que motivaria tanto o topónimo como a referida construção contemporânea.

No âmbito da documentação escrita analisada, “*villar sico*” surge em dois documentos (960 e 1058) relativos às propriedades (castelos) de D. Mumadona (T.D.H. – Nºs 0/A e 0/B). Será o lugar albergador de tal propriedade mencionada no século X e XI, posteriormente assumido como castelo que encabeçaria as “Terras de Senhorim”? Sublinhe-se ainda a localização peculiar, nomeadamente entre os primeiros lugares de povoamento referidos na documentação do século XI (T.D.H. – Nº 1), ou seja, entre *villar siccu* e *senorim*, ambos no *territorio seniorim*. Este é mais um caso de estudo a ser retomado em futuros trabalhos de investigação.

[CHAVES, 1952, pp. 168-171; MACHADO, 2003, vol. I, p. 370; VIEIRA, 2016, pp. 92-93]

69 – São Salvador

Vilar Seco (200) Antropo-Cultural: Hierotoponímia (Hagiotoponímia) Português Antigo São Salvador

Representa um dos pontos mais elevados da aldeia de Vilar Seco. “Salvador”, o que salva, liberta ou redime, é na teologia cristã um desígnio solene de Jesus Cristo (Novo Testamento).

Presentemente, “São Salvador” designa apenas este local, não fazendo parte de qualquer festividade cristã desta aldeia, constatação frequente noutros topónimos congéneres. Desconhecemos as razões de tal designação, bem como qualquer cronologia relativa ao uso inicial da mesma. No conjunto dos dados arqueológicos, segundo informações de um proprietário, conseguimos apurar a existência de uma “sepultura escavada na pedra com a forma de um Homem”, atualmente coberta por terras e entulho (T.S.A. – Nº 40). [MACHADO, 2003, vol. III, p. 1300]

70 – Quinta da Fata/Fatão

Vilar Seco (200) Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia/Fitotoponímia Latim *Quinta?*
Ver “Quinta” (Nº 10). “Fata” alude a uma espécie de árvore típica do Congo. Não foi possível verificar a existência desta árvore nesta propriedade existente desde o século XIX.

[SILVA, 1988, vol. III, p. 24]

71 – Quinta da Cerca

Vilar Seco (200) Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia Latim *Quinta da Cerca?*
Ver “Quinta” (Nº 10). “Cerca”, substantivo derivado de “cercar”, possivelmente do latim *circa*. Num comentário atual, esta propriedade é “cercada” pelo relevo local acentuado a sul, o ribeiro do Cagavaio e um grande conjunto de amieiros, a norte, e por um denso coberto arbustivo a oeste e este, onde existem ainda alguns carvalhos. Com base no estudo de alguns topónimos congéneres presentes na região norte e centro de Portugal, é na Baixa Idade Média que surgem as primeiras referências a propriedades “Cercadas”.

Para a nossa investigação, ficamos com mais um dado elucidativo referente à geomorfologia e agricultura deste espaço, na impossibilidade de estabelecermos ou colocarmos hipóteses cronológicas referentes às primeiras utilizações destes termos.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 391]

72 – Gandra

Vilar Seco (200)

Física/Natural: Agrotoponímia

Moçarabismo *Gandra*

“Gandra”, deriva do apelativo “gândara”, utilizado para caracterizar uma zona despovoada com uma densa cobertura vegetal. No quadro agrícola, representa um terreno arenoso e pouco produtivo ou estéril. Importa, para o nosso trabalho, sublinhar que estas características do solo influenciaram o próprio valor histórico, patente na própria toponímia local. Seria um dos pontos de delimitação da “Quinta da Cerca” (Nº 71). [COROMINAS, 1954-1957, vol. II, pp. 659-661; SILVA, 1988, vol. III, p. 115]

73 – Alto do Pedrão

Nelas (200) Física/Natural: Orotoponímia/Litotoponímia Português Antigo *Alto Padrom*

Ver “Alto do Marreco” (Nº 34) e “Pedrão” (Nº 38).

[AZEVEDO, 2005, pp. 315-316; MACHADO, 2003, vol. III, p.1146]

74 – Alto da Roçada

Senhorim (200) Física/Natural: Orotoponímia/ Agrotoponímia Latim *Altus Ruptea?*

Ver “Alto do Marreco” (Nº 34) e “Rossadas” (Nº 5). Remete, simultaneamente, para a agropecuária e geomorfologia do nosso espaço. Esta será a forma correta de escrever “Roçada” e não com *-ss-*.

[CARVALHO, 1999, pp. 252; AZEVEDO, 2005, pp. 547-548]

75 – Alto das Pedras Altas

Senhorim (200) Física/Natural: Orotoponímia/ Litotoponímia Latim *Altus Petra*

Ver “Quinta das Pedras Altas” (Nº 45). “Alto” indica uma elevação topográfica, designada assim pelo conhecimento e valorização da população local. Já “Pedras Altas”, referem-se a vários conjuntos de pedras graníticas de grandes dimensões que se destacam na elevação topográfica. É mais um dado quantitativo e qualitativo referente à geografia física deste território sem qualquer indicador relativo de cronologia.

[SILVA, 1988, vol. IV, pp. 223 e 224]

76 – Quinta da Merrota

Senhorim (200) Antropo-Cultural: Português Antigo *Quinta de*
Agrotoponímia/Antropotopo *Marinota?*
nímia

Ver “Quinta” (Nº 10). Já para o segundo termo, ao analisarmos a documentação escrita, especificamente as Inquirições de 1258 (T.D.H. – Nº 8), surgem várias vezes referências a uma “(...) *caballaria de Marinota de Seniorim* (...)”, e uma “(...) *hereditate que fuit de Marinota* (...)”. *Marinota* alude a um hipocorístico do nome de mulher “Marina” (nome próprio congénere de Marinela). As várias mutações sucessivas ao longo do tempo deram o termo atual “Merrota” (*Marinota-Marnota-Marrota*). Ao propormos tal condição, aceitamos a figuração de “Marinota” como uma senhora nobre, com destaque nesta zona, por mérito próprio ou de seu marido, num tempo anterior aos meados do século XIII. Quer a cavalaria como a propriedade de *Marinota* (entre a margem direita do rio Mondego e as localidades de São João do Monte e Póvoa de Cima), são hoje elementos associados à “Quinta da Merrota”.

[SILVEIRA, 1940, p. 389, CARVALHO, 1999, p. 241]

77 – Quinta do Bacalhau

Seniorim (200)

Antropo-Cultural e
Física/Natural:
Agrotoponímia/Litotopónimi
a ou Antropotoponímia

Indefinido?

Ver “Quinta” (Nº 10). Optámos por não apresentar a etimologia de “Bacalhau”, não só pelo seu duplo significado como pela problemática resultante do estudo etimológico do referido termo. Entre as várias propostas, seleccionámos as duas mais conducentes com a nossa realidade geográfica.

Por um lado, “Bacalhau” pode estar por “calhau” (Barroco do Calhau - Barrocalhau - Bacalhau), como sucede em vários exemplos no centro de Portugal. Por outro lado, assume-se enquanto apelido ou alcunha do proprietário da “Quinta”, derivado do nome do peixe homónimo, muito conhecido a partir do século XVI.

Através da realidade local, consideremos a primeira alternativa, face à existência de concentrações significativas de afloramentos graníticos.

[SILVEIRA, 1940, p. 263, CARVALHO, 1999, p. 154]

78 – Lavandeira

Seniorim (200)

Física/Natural: Zootoponímia

Português Antigo *Lavandeira*

“Lavandeira” é um nome vulgar (surge na documentação escrita do norte de Portugal desde do século XI) aplicado a várias espécies de aves limícolas, de pequeno porte, da

família dos Caradriídeos (maçaricos, borrelhos, fradinhos, etc.). Este nome está igualmente associado a uma ave da família dos Motacilídeos (lavandisca e alvéloa) dispersos pelo “Velho Mundo”.

Não temos conhecimentos suficientes para determinar qual ou quais as espécies de aves existentes, ainda assim, importa reter esta informação enquadrável no conjunto de dados relativos à fauna do nosso território.

[CARVALHO, 1999, p. 154; MACHADO, 2003, vol. II, pp. 860-861]

79 – Barreiro

Senhorim (200) Física/Natural: Litotoponímia Pré-Romano *Barr-* ou Português Antigo *Barrarium?* “Barreiro”, derivado sufixal de barro (Barro+-eiro), prolifera na toponímia nacional na forma simples e composta. Em latim *cretosus locus*, corresponde a um local associado à exploração de “barro”, nome com grandes discussões sobre a sua etimologia.

É difícil argumentar e estabelecer a origem de “barro”, ainda assim, destaca-se a utilização deste termo nas línguas românicas do noroeste da Península e como designação para “lodo” ou para caracterizar objetos produzidos com argila. O nosso “Barreiro” está associado a um sítio onde foi possível extrair argila com características adequadas para a produção de objetos cerâmicos.

A figuração atual na toponímia traduz, de certo, a perduração e conhecimento histórico pela comunidade local. Contudo, é inviável propor qualquer cronologia relativa à sua exploração porque o uso do barro marcou, desde muito cedo, a história do Homem na produção de objetos cerâmicos.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 221]

80 – Vale do Covo

Senhorim (200) Física/Natural: Orotoponímia Latim *Valle Cova*

Ver “Vale Covo” (Nº 58). Neste exemplo, destaquemos o afluente do rio do Castelo (margem esquerda).

[AZEVEDO, 2005, p. 451; CARVALHO, 1999, p. 189]

81 – Igreja

Senhorim (200) Antropo-Cultural: Hierotoponímia Latim *Ecclesia*

Localidade do concelho de Nelas com um passado histórico particular enquanto lugar religioso, perdurando até à atualidade com a Igreja Matriz de Santa Maria de Senhorim. A antiguidade das terras de Senhorim está bem presente na documentação histórica a partir do século XI.

A existência desta designação (indiretamente associada ao século XII) comprova o povoamento significativo desta área do concelho e, de certo, a existência de um espaço de culto. A este, associamos igualmente um conjunto de vestígios romanos e Baixo Medievais (T.S.A. – N° 26). Ao partirmos da documentação histórica, o hagiotopónimo atual (Santa Maria) associado à “Igreja” comprova a antiguidade do topónimo, pois surge nas Inquirições de 1258 (T.D.H. – N° 8) como *Ecclesie de Sancta Maria de Seniorim*. Nesta parte da investigação, importa realçar a continuidade e origem histórica, comprovada documentalmente.

[MACHADO, 2003, vol. II, p. 796]

82 – Quinta da Chamusca

Senhorim (200)

Antropo-Cultural e
Física/Natural:
Agrotopoímia; Fitotoponímia

Latim *Quinta Ustullare*

Ver “Quinta” (N° 10). “Chamusca”, derivado do verbo chamuscar (latim *ustullare*), apresenta-se como termo secundário e caracterizador desta “Quinta”. Entre as várias possibilidades de interpretação, acreditamos estar perante um significado alusivo à presença desta planta (dita chamusca, chamusco ou tojo-chamusco - *ulex genistoides*). Esta espécie de tojo ou urze era muito utilizada para “chamuscar” (razão do provincianismo beirão?) animais suínos após serem mortos.

Neste sentido, consideremos a “Quinta da Chamusca” como propriedade marcada pela presença desta espécie vegetal com funcionalidade particular bem conhecida entre a população local.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 399; SILVEIRA, 1940, p. 382]

83 – Fonte do Alcaide

Senhorim (200)

Antropo-Cultural e
Física/Natural:
Hidrotoponímia/Axiotoponímia

Arabismo *Al-qaid?*

Ver “Fonte” (Nº 54). “Alcaide”, derivado do árabe *al-qaid* (chefe, governador de praça, comandante), é uma metonímia onde a função substitui o nome próprio da pessoa.

Após a reconquista, este cargo de gestão e controlo do território continuou a existir entre os domínios cristãos. A contemplação do “Alcaide” está relacionada com o controlo desta “Fonte”, pertencendo, decerto, a um antigo alcaide. Poderíamos colocar várias hipóteses interpretativas para este termo, sobretudo decorrentes da sua utilização diacrónica. Ainda assim, é admissível relacionar a origem aos processos de reorganização territorial concretizados após a reconquista cristã (meados do século XI).

Para o nosso caso de estudo, este período histórico manifestou-se na criação das designadas “Terras de Senhorim”, onde se coaduna a presença de um responsável militar e administrativo (Alcaide) durante a Idade Média.

[AZEVEDO, 2005, p. 149; COROMINAS, 1954-1957, vol. I, p. 94; MACHADO, 2003, vol. I, p. 77]

84 – Quinta da Cagunça

Senhorim (200)

Antropo-Cultural e
Física/Natural:
Agrotoponímia

Arabismo *Cagunço*?

Ver “Quinta” (Nº 10). Não encontramos paralelos relativos à aplicação de “Cagunça” como termo classificativo de “Quinta” nos estudos etimológicos e onomásticos consultados. Este determinativo poderá estar aliado a um certo valor depreciativo de um determinado proprietário, decorrente das suas características fisionómicas (por exemplo, a baixa estatura). Por outro lado, “Cagunça” (rapazola, criança) poder ser um arabismo. Esta relatividade, contrasta com os vestígios associados. Com ou sem o referido onomato, destaca-se do espaço envolvente pela presença de uma necrópole constituída por cinco sepulturas rupestres, situadas num raio de quatro metros, vestígios associados ao século IX/XI (T.S.A. – Nº 29).

[ALVES, 2013, p. 348; MACHADO, 2003, vol. I, p. 77; SILVEIRA, 1940, p. 275]

85 – Casal Sandinho

Senhorim (200)

Antropo-Cultural:
Agrotoponímia ou
Oicotoponímia;
Antropotoponímia

(Latim *Casale*) Germânico
Sandinus?

Destaca-se pelo valor etimológico presente no segundo termo, como veremos posteriormente. “Casal”, derivado do latim *casale*, corresponde a uma pequena propriedade (espaço de habitação e pequena área agrícola) muito característica da Idade Média, de certo com algumas semelhanças à concepção de casal romano. Já “Sandinho”, *Sandinus*, em vários documentos dos séculos X-XIII, é associado a um nome de origem germânica, hipocorístico do latino *Sandus*.

A conjugação destes dois termos, eternizados na toponímia, leva-nos a propor, como hipótese interpretativa, a existência de um casal, propriedade inicial de Sandinho, algures entre os séculos V e VII. Posteriormente, dariam continuidade ao povoamento deste lugar no decurso da Alta Idade Média, seguramente associado às sepulturas rupestres que perduram até à atualidade, localizadas nas proximidades (c. 500m) de Casal Sandinho (T.S.A. – N^os 24 e 29).

[SILVEIRA, 1940, p. 281]

86 – Portela

Senhorim (200)

Antropo-Cultural:
Odotoponímia ou
Geotoponímia
(Orotoponímia)

Português Antigo *Portella*

O uso é frequente no território nacional, quer de forma isolada como composta. “Portela” (porta + -ella), do latim *portae*, tem diferentes interpretações quanto às significações e, assim sendo, é necessário averiguar as características geomorfológicas para obter uma interpretação concreta e fiável.

Baseado no conhecimento físico e nos paralelos nacionais, galegos, asturianos e castelhanos, este onomato está relacionado com uma passagem controlada entre elevações (Casal Sandinho e Casal de São José) de pessoas e animais. Com base na conjuntura da história local, estará esta “Portela” associada às “Terras de Senhorim”? Face aos nossos objetivos, consideremos apenas a sua importância enquanto ponto de controlo de circulação humana e animal do *territorio seniorim* vigente, pelo menos, no decurso da Baixa Idade Média.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1201; SILVEIRA, 1940, pp. 406-407]

87 – Quinta do Lila

Senhorim (200) Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia/Antropotoponímia Latim *Quinta*?

Ver “Quinta”. O nome “Lila” parece corresponder a um hipocorístico de Liliana, surgindo em documentação escrita a partir do século XVI. Por outro lado, se considerarmos “Lila” como variante do nome feminino Laila, então estamos perante uma possível origem árabe de *Layla* (noite).

Face às várias propostas das variações fonéticas e linguísticas de “Lila” e às nossas limitações no estudo da etimologia, optámos por não definir este onomato como arabismo, ao invés, acreditamos tratar-se de um hipocorístico de “Liliana” (a Quinta da Lila) do período contemporâneo ou, mais assertivamente, derivado de uma designação contemporânea, uma vez que persiste na memória da comunidade local a denominação “Quinta do Boticário”. Importa ainda referir a existência de marco miliário anepígrafo nas proximidades desta quinta (**Anexo III – Figura 2.**).

[ALVES, 2013, p. 595; CARVALHO, 1999, p. 214-215; MACHADO, 2003, vol. II, p. 881]

88 – Moinhos

Senhorim (200)

Antropo-Cultural: Tecnotoponímia

Latim *Molinu*

“Moinhos”, no plural, designa um conjunto de espaços edificados habilitados com engenhos de moagem (madeira e pedra) movidos, neste caso, a água. Especialmente dedicados à moagem de cereais para consumo humano e animal, o movimento sobreposto das mós de pedra só seria possível a partir da força da água. Atualmente, situado nas margens do rio Castelo, é ainda conhecido pela grande quantidade de moinhos, alguns deles ainda em funcionamento.

A valorização da laboração deste tipo de moinhos para a região centro de Portugal é bem documentada nas fontes escritas, sobretudo a partir do século XII. Estas circunstâncias não seriam estranhas às comunidades habitadas nas terras de Senhorim. Atualmente, são bem visíveis as qualidades hídricas desta zona para a produção de força motriz, levando até à instalação contemporânea de uma pequena central hidroelétrica, em funcionamento desde 2001.

As particularidades topográficas, condicionantes da passagem do Rio Castelo, a proximidade geográfica às possíveis manchas de ocupação humana (Casal Sandinho, Casal de São José, Portela, Castelo e Igreja) e a prevalência atual desta atividade e do topónimo, leva-nos a equacionar uma provável origem histórica inserível, pelo menos,

nos inícios da Baixa Idade Média e, portanto, coincidente com a existência do *territorio seniorim*.

[CARVALHO, 1999, p. 224; MACHADO, 2003, vol. II, p. 1008]

89 – Casal de São José

Senhorim (200) Antropo-
Cultural:

Agrotoponímia/Oicotoponím
ia/Hierotoponímia
(Hagiotoponímia)

Português Antigo *Casal São
Jose*

Ver “Casal Sandinho” (Nº 85). Local habitado na freguesia de Senhorim, detentor da única capela privada da paróquia.

Na história da religião cristã, José, pai de Jesus, recebeu o ímpeto de “São José”, representado iconograficamente como carpinteiro, segurando um ramo com um lírio branco ou então com o Menino Jesus. Conhecido por padroeiro dos carpinteiros, é igualmente patrono dos desalojados e da família. Estaremos nós perante um casal cuja origem está no início da Baixa Idade Média? Porque está São José, patrono dos desalojados e da família, associado a este casal? É pertinente refletir, em trabalhos posteriores, as possíveis relações com as configurações territoriais ocorridas após a “reconquista cristã” que originaram a criação das “Terras de Senhorim” no século XI, com objetivo de clarificar uma associação entre este santo e o surgimento deste casal. Já no século XVII, ergueu-se um espaço de culto dedicado ao referido santo. Presentemente, é possível verificar a cronologia absoluta e responsável da sua construção, informações epigrafadas num dos silhares da parede exterior esquerda, voltada a sul: “CHRISTOWÃO PAIZ A MANDOU FAZER – 1624”. Singulariza-se pela arquitetura simplista, visível a partir do exterior como também pelas duas imagens de pedra calcária de Ançã, esculpidas nas oficinas seiscentistas de Coimbra, uma dedicada a São José e outra à Trindade.

[EUSÉBIO, MARQUES, 2005, p. 151; TAVARES, 1990, pp. 86-87]

90 – Viveiro

Senhorim (200)

Física/Natural: Tecnotoponímia/Zootoponímia

Latim *Vivarium*

Para a nossa geografia, “Viveiro” assume dupla conotação. O seu significado pode passar por uma prática agronómica caracterizada pela disposição de varas ou semeio de espécies arbóreas, até ao momento, propício às suas transplantações. Esta atividade procura disponibilizar as condições essenciais a determinadas espécies vegetais e arbustivas, para

se desenvolverem de forma rápida e eficaz. Por outro lado, “Viveiro” está igualmente associado a um espaço com abundância de animais selvagens, como tapada de caça. Pela falta de outros dados disponíveis e face à diacronia de ambas as atividades, não podemos estabelecer qualquer tipo de significação definitiva nem aventar uma hipótese cronológica.

[CARVALHO, 1999, p. 280; MACHADO, 2003, vol. III, p. 1484]

91 – Santa

Lapa do Lobo (211) Antropo-Cultural: Hierotoponímia (Hagiotoponímia) Latim
Sanctus

Ver “Santas” (Nº 2).

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1308; PIEL, 1948, p. 140]

92 – Carriceiras

Lapa do Lobo (211) Física/Natural: Fitotoponímia Pré-Romano *Karr* ou Latim *Carex*?

Ver “Quinta do Carriçal” (Nº 40) e “Carregal” (Nº 29). “Carriceiras” (Carriço + -eiras), surge mais uma vez na toponímia do concelho de Nelas.

[CARVALHO, 1999, p. 178; MACHADO, 2003, vol. I, p. 360; VASCONCELOS, 1931, p. 379]

93 – Chão do Bispo

Lapa do Lobo (211) Antropo-Cultural e Física/Natural: Latim *Planu- Episcopus*?
Agrotoponímia/Axiotoponímia ou Antropotoponímia

Ver “Vale do Chão” (Nº 30). “Chão”, substantivação do adjetivo latino *planu* “plano, chão”, é uma pequena leira ou parcela agrícola. Já para “Bispo”, pelo facto de surgir como secundário e referente a “Chão”, poderá ser interpretado como propriedade da igreja (parcela/leira agrícola). Nesse sentido, colocamos duas hipóteses: a relação com o coutamento da *villa de cannas* em 1189 ao bispo de Viseu, D. João Perez (T.D.H. – Nº 6) ou com o Mosteiro feminino da Ordem de Cister (primeira metade do século XVI) existente na atual localidade de Vale de Madeiros (lugar por identificar), localizada a cerca de 2,5km (nordeste) deste ponto. Sublinhe-se a existência de vários topónimos com

presumível relação a este Mosteiro de Vale de Madeiros (raio de 3km): Santas (Nº 2), Pinhal do Padre (Nº 48) e Chão do Bispo.

Estas propriedades de reduzidas dimensões são o resultado de séculos de atividade rural, originando consequentes repartições dos casais, de acordo com as heranças, vendas ou trocas de propriedades.

[CARVALHO, 1999, pp. 181-182; MACHADO, 2003, vol. I, pp. 256-257]

94 – Batoquinho

Lapa do Lobo (211) Antropo-Cultural: Orotoponímia Moçarabismo *Batoque*

“Batoquinho” é diminutivo do moçarabismo *batoque*, com a substituição do *-o* final (sufixo pré-romano *-occu*) por *-e*. Como nome popular e ainda usual nesta região, *batoque* designa uma cavilha ou “empanque” feito de um pequeno pedaço de madeira, utilizado para vedar pequenos orifícios. Para o nosso “Batoquinho”, aceitamos um sentido figurativo do seu significado, decorrente do uso atual deste nome também para designar pequenos espaços agricultáveis “abrigados” por pequenas elevações topográficas, sobretudo da geada e ventos inverniais.

[ALVES, 2013, p. 304; AZEVEDO, 2005, p. 234; MACHADO, 2003, vol. I, p. 228]

95 – Lajes

Lapa do Lobo (211) Física/Natural: Litotoponímia Latim *Lagena*

Ver “Laje do Tojal” (Nº 4). O facto de estar no plural, revela outros valores quantitativos de “Lajes”.

[CARVALHO, 1999, pp. 265; PIEL, 1947, p. 174-176]

96 – Cova Grande

Lapa do Lobo (211) Física/Natural: Agrotoponímia/Orotoponímia Latim *Cova Grandis*

Ver “Quinta do Vale Covo” (Nº 42). “Grande” vem adjetivar a “Cova” (feminino de Covo).

[AZEVEDO, 2005, p. 451; CARVALHO, 1999, p. 189]

97 – Ladeirinha

Lapa do Lobo (211) Física/Natural: Orotoponímia/Odotoponímia Latim *Latus?*

“Ladeirinha”, diminutivo de ladeira (latim *latus* + -aria) pode representar uma inclinação de terreno de grau variável, uma encosta de montanha por onde correm as águas pluviais ou uma rua ou caminho inclinado. Para a nosso contexto geográfico, “ladeirinha” alude a uma inclinação do caminho antigo que vem do rio Mondego em direção à aldeia da Lapa do Lobo. A etimologia, embora com significado ligeiramente diferente, pode estar no latim *latus* (*latariu?*).

[MACHADO, vol. II, p. 845; PIEL, 1947, pp. 167-168]

98 - Boiço

Lapa do Lobo (211) Física/Natural: Agrotoponímia Pré-Romano *Bauttia* ou Latim *Baltea*-?

“Boiço”, masculino de Bouça (troca do ditongo *ou* por *oi* é tipicamente beirão). Este onomato apela a um terreno onde crescem várias espécies de plantas arbustivas e rasteiras, utilizadas como pasto ou roçadas e fertilizante, combustível para aquecimento e para camas de animais. Geralmente, quando se designam estes terrenos bravios por “Boiço”, estão igualmente cercados por muros rudimentares, valados ou até por pequenas elevações topográficas em seu redor.

No nosso “Boiço” é visível a sua individualização do espaço envolvente, sendo delimitado a norte por pequenas elevações topográficas, a sul pelo rio Mondego e a oeste pelo caminho antigo que estabelece a ligação com a povoação da Lapa do Lobo. Apesar de não podermos adiantar cronologias concretas para a utilização inicial, importa sublinhar a frequência deste termo na documentação escrita regional do século XII.

É um dos indicadores que comprovam o intensificar da segmentação da paisagem agrícola a partir da Baixa Idade Média.

[AZEVEDO, 2005, p. 239; CARVALHO, 1999, p. 163; SILVEIRA, 1940, p. 275]

99 – Vale Videira

Lapa do Lobo (211)

Física/Natural:
Orotoponímio/Agrotoponímia
e Fitotoponímia

Latim *Valle Vitis*

Ver “Vale de São Simão” (Nº 16). “Videira”, do latim *vite* (“vide” + -eira), é determinativo de um espaço ocupado por vinha. Neste sentido, “Vale da Videira” reporta para um panorama geográfico e agrícola atual. A presente constatação reflete o uso sucessivo desta cultura permanente neste vale.

[SILVEIRA, 1988, vol. V, p. 469]

100 – Lameiras

U. Freg. Moreira e Santar (189) Física/Natural: Hidrotoponímia/Agrotoponímia Latim *Lāma*
“Lameiras”, do latim *lāma* (Lama + -eiras), remete-nos para terrenos alagadiços, por vezes reservados para o pasto, ou a uma designação de prédio rústico, sobretudo a partir da Baixa Idade Média. Temos a coexistência destes dois significados no nosso topónimo: a proximidade a dois pequenos afluentes do rio Dão, a topografia e a impermeabilidade do solo estão na origem das características das formas do solo; num comentário histórico, é possível verificar a referência deste termo atual nas Inquirições de 1258 (T.D.H. – N° 8), sob a forma “Lameira”.

[MACHADO, 2003, vol. II, p. 851; PIEL, 1945, pp. 311-313]

101 – Vide

U. Freg. Moreira e Santar (189) Física/Natural: Agrotoponímia Latim *Vitis*
“Vide” refere-se à vara da videira. Como resultado da observação física do local, este onomato representa um lugar onde se procedia ao enterramento temporário de varas para o desenvolvimento de raízes, ao ponto de se transformarem em bacelo e serem transplantadas. Esta prática de procura e seleção para o processo de germinação de bacelo ainda é comum entre os pequenos agricultores desta região.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1474]

102 – Carvalho

U. Freg. Moreira e Santar (189) Física/Natural: Antropotoponímia/Dendrotoponímia Pré-Romano? Latim *Carbaculu-?*

Ver “Vale do Carvalho” (N° 19).

[MACHADO, 1989, vol. II, p. 87; KNAAP e LEEUWEN, 1994, pp. 497-535]

103 – Quinta do Conde

U. Freg. Moreira e Santar (189) Antropo-Cultural: Agrotoponímia/Axiotoponímia Latim *Quinta Comes (itis)?*

Ver “Quinta” (N° 10). O segundo termo alude à propriedade do “Conde de Santar”, título criado por decreto de 1904 sob governação de D. Carlos I, atribuído a José Pais Amaral,

1º Conde de Sandar e 2º Visconde de Taveiro. Neste contexto, não será anterior a 1904, surgindo como resultado da atribuição do referido título.

[ZÚQUETE, 1989, pp. 300-301]

104 – Olivais

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Física/Natural: Agrotoponímia/ Axiotoponímia	Latim <i>Olivaria (Oliva)</i> ou Português Antigo <i>Ulveira?</i>
---------------------------------	--	--

Alude a um terreno com área definida, ocupada e dedicada ao cultivo da oliveira (*olivaria* > *oivaria* > *oiveira* > *ulveira* > oliveira). Para além deste dado agrícola, não é possível estabelecer ou deduzir qualquer outra informação acerca da aplicação inicial do onomato, muito por culpa da sua utilização diacrónica.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1092]

105 – Sobreira

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Física/Natural: Dendrotoponímia	Latim <i>Suber</i>
---------------------------------	---------------------------------	--------------------

“Sobreira” (Sobro + -eira), espécie de árvore mediterrânea (*Quercus Suber*) da família dos carvalhos, com casca espessa de onde se extrai a cortiça para variados fins. A utilização deriva do conhecimento local da existência desta espécie de árvore caracterizadora deste lugar, pela sua grandeza ou valor local.

Esta é mais uma informação relativa à flora desta região, certamente marcante para a história local.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1358]

106 – Brolhal

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Física/Natural: Hidrotoponímia	Germânico <i>Brut</i>
---------------------------------	--------------------------------	-----------------------

“Brolhal” está, neste contexto geográfico, por “brota”. Ou seja, a grande quantidade de brotas de água (nascentes) é sintomaticamente exprimida pela quantidade de poços existentes (singularizado pela concentração significativa de poços e passagem de um afluente do ribeiro Cagavaio).

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 287]

107 – Esfola

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Antropo-Cultural: Lexotoponímia	Latim <i>Follis</i> ou (Hispânico) <i>Exfollar</i>
---------------------------------	------------------------------------	---

Pensamos que surge num sentido pejorativo, derivando do verbo esfolar. “Esfola” pode resultar do trabalho agrícola intensivo e fisicamente exigente do Homem, aproveitando a abundância singular de água desta zona (Ver Brothal N° 106).

A ausência de outros indicadores históricos impossibilita tecer qualquer consideração cronológica inicial para este termo.

[MACHADO, 2003, vol. II, p. 583]

108 – Tapadas

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Física/Natural: Agrotoponímia	Português Antigo <i>Tapada?</i>
---------------------------------	----------------------------------	---------------------------------

Ver “Quinta da Tapada” (N° 37).

[AZEVEDO, 2005, pp. 239-240]

109 – Quinta da Lameira

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia /Hidrotoponímia	Latim <i>Quinta Lāma</i>
---------------------------------	---	--------------------------

Ver “Lameiras” (N° 100). “Lameira” é o elemento caracterizador da “Quinta”.

[MACHADO, 2003, vol. II, p. 851; PIEL, 1945, pp. 311-313]

110 – Favacal

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Física/Natural: Agrotoponímia/Antropotopo nímia	Arabismo <i>Favacal?</i>
---------------------------------	---	--------------------------

“Favacal” deriva de fava, leguminosa cultivada nesta região, destacando-se pelas suas sementes comestíveis. Pode resultar do arabismo *favacal* (de fava, *habba*), igualmente representativo de um apelido, contudo importa assumirmos esta posição com certas reservas por não ser consensual tal origem entre os investigadores dedicados ao estudo da etimologia. Por outro lado, “Favacal” poderá estar pelo cultivo agrícola generalizado de várias leguminosas (talvez esteja por “favecal”, derivado de “faveca”, significando vagem seca).

[ALVES, 2013, p. 499; AZEVEDO, 2005, p. 517; MACHADO, 2003, vol. II, p. 626]

111 – Monte Fusco

U. Freg. Moreira e
Santar (189)

Física/Natural:
Agrotoponímia/
Orotoponímia

Latim *Monte Fuscu*

“Monte”, alude a uma elevação significativa no terreno que, por sua vez, se encontra geralmente ocupado por mato. “Fusco”, do latim *fuscus*, remete para escuro, pardo, esfumado. A ligação entre os dois termos caracteriza a topografia e coberto vegetal constante, visível ainda na atualidade. A recorrência ao “Fusco” para caracterizar o coberto vegetal e arbustivo decorreu, certamente, da sua abundância e densidade.

Este é mais um exemplo como a topografia e flora estão inteiramente associadas às comunidades locais.

[AZEVEDO, 2005, p. 519; CARVALHO, 1999, p. 225; MACHADO, 2003, vol. II, p. 680]

112 – Altroão

U. Freg. Moreira e
Santar (189)

Antropo-Cultural:
Axiotoponímia

Arabismo (étimo) *Hatr* ou
Francês *Altruisme*?

A interpretação etimológica revela-se complexa face às várias linhas de análise. Tendo em conta as várias hipóteses, considera-se “Altroão” (aldrabão), com o étimo árabe *hatr* (arabismo). Por outro lado, foram recentemente identificadas, neste local, gravações rupestres alusivas à maçonaria, contribuindo para uma outra análise etimológica do termo.

Partindo do princípio que um maçom deve ser altruísta, sobretudo pela educação positivista (Augusto Comte), é possível este lugar ser designado por “Altroão” como forma de expressar um espaço físico, frequentemente ocupado por indivíduos que respeitam os fundamentos altruístas (maçons). Com base na cronologia da gravação, este pode ter início já no século XX.

[HOUAISS *et al.*, 2003, vol. I, p. 222; SILVA, 1988, vol. I, p. 157; VIEIRA, 2005, p. 57]

113 – Barroco

U. Freg. Moreira e Santar (189)

Física/Natural: Orotoponímia

Pré-Romano *Barr-* (+ *-oca*)?

Ver “Barroca Alta” (Nº 24).

114 – Fonte Fria

Vilar Seco (189)

Física/Natural: Hidrotoponímia

Latim *Fonte Frigīdu*

Ver “Fonte” (Nº 54). Frequente na região centro e norte de Portugal e na Galiza, deriva da existência de uma fonte (nascente) caracterizada pela temperatura baixa da água. O valor e características da água levaram a comunidade local a diferenciá-lo por tal designação.

Nada mais poderemos acrescentar, ficando apenas por este comentário objetivo sem qualquer tipo de insinuação cronológica primária do termo.

[CARVALHO, 1999, pp. 201-202; MACHADO, 2003, vol. II, p. 657]

115 – Ponte da Orca

Vilar Seco (189)

Antropo-Cultural: Odotoponímia/Arqueotoponímia

Latim *Ponte*

Ver “Ponte Nova” (Nº 52). “Orca” afigura-se como indicador arqueológico para a existência de um monumento megalítico. Trata-se de um regionalismo para designar anta ou dólmen. Aceitamos a existência deste monumento megalítico, comprovada pela toponímia como também pelo achamento em Vilar Seco de uma pequena clave de pedra associada ao Neolítico (peça lítica em exposição permanente no Museu Municipal Santos Rocha, Figueira da Foz), enviada por um habitante de Nelas para António Santos Rocha, acontecimento descrito por Belchior da Cruz. É credível admitirmos a possibilidade de estarmos perante o mesmo momento megalítico. Até ao momento, ainda não conseguimos identificar este monumento, podendo até já estar destruído ou, ao invés, continuar omissos entre o coberto vegetal.

Face à conjuntura deste topónimo e às referências constantes no historial de investigação para Vilar Seco, torna-se essencial avaliar e comentar este caso em trabalhos posteriores. “Orca” surge na documentação do século XVIII referente ao espaço atualmente ocupado pelo concelho de Nelas (para este assunto ver Subcapítulo 2.1.).

[CARVALHO, 1999, pp. 201-202; CRUZ, 1896, pp. 292-295; MACHADO, 2003, vol. II, p. 657, VIEIRA, 2016, pp. 91-92]

116 – Cumieira

Vilar Seco (189)

Física/Natural: Orotoponímia
Latim *Culmen*

Português Antigo *Cumeeira*

“Cumieira”(Cume + eira), do latim *culmen*, está por *cumeeira* que se reporta para o ponto mais alto (culminante) de uma elevação, horizontalmente prolongada (cerca de 300m sem diferenças altimétricas). Este é mais um resultante da consideração popular para com uma geografia familiar, referido na documentação histórica regional a partir da Baixa Idade Média.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 479; PIEL, 1947, p. 164]

117 – Mieiros

Vilar Seco (189) Física/Natural: Orotoponímia/ Agrotoponímia Indefinido?

“Mieiros” está por Meeiros. Por um lado, ao analisar a topografia envolvente, podemos equacionar que a origem deriva da equidistância observável entre as duas elevações, respetivamente, a norte e sul. Por outro, julgamos pertinente atentar igualmente na possibilidade de estarmos perante um terreno agrícola arrendado, cujo o agricultor tem o dever de dividir os bens agrícolas produzidos em tal propriedade.

As incertezas quanto ao verdadeiro significado, não permitem determinar com exatidão o motivo da sua origem.

[MACHADO, 2003, vol. II, p. 990]

118 – Estacas

Vilar Seco (189) Antropo-Cultural: Oicotonímia Germânico *Stakka*

Entre as possíveis interpretações, acreditamos na relação com a utilização e marcação de território através do uso destas “Estacas” muito frequente na Baixa Idade Média (**Anexo III – Figura 6**). Atualmente, localiza-se no limite do concelho de Nelas com o de Mangualde, concelhos atuais representados igualmente na Baixa Idade Média: o *territorio seniorim* e o *territorio zurare* (T.D.H. – N^os 1 e 2).

[COROMINAS1954-1957, vol. II, pp. 410-411; MACHADO, 2003, vol. II, p. 592]

119 – Combóia

Canas de Senhorim (200) Antropo-Cultural: Tecnotonímia Indefinido?

Deriva de um tipo de cesto muito característico para transporte de bens, caracterizado por varais de cana. Este é um exemplo de como a toponímia nos pode disponibilizar informações inerentes às formas utilizadas pelo Homem para transportar os seus produtos. A valorização local ou uso frequente deste “cesto” refletiu-se na sua designação.

120 – Campas

U. Freg. Agueira e
Carvalho Redondo
(200)

Antropo-Cultural:
Necrotoponímia/Arqueotopo
nímia

Latim *Campana*

“Campas”, topónimo simples e no plural. A origem deste termo está em *Campana* (Campã-campa). Indissociáveis a este onomato estão os vestígios arqueológicos compostos atualmente por duas sepulturas rupestres (T.S.A. – Nº 12). Com base nas informações orais e na utilização diacrónica do onomato, para além de reconhecermos a existência de mais sepulturas, é imperioso salientar o valor funerário geracionalmente respeitado e preservado pela comunidade local.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 327]

121 – Prêsas

U. Freg. Agueira e
Carvalho Redondo
(200)

Antropo-Cultural e
Física/Natural:
Tecnoponímia/Hidrotoponí
mia/Agrotoponímia

Latim *Prebensa-* ou
Português Antigo *Presas*

Este é ainda hoje um dos lugares com densa atividade agrícola de cariz tradicional. “Prêsas” deriva do conjunto de represamentos de água, garantindo a gestão da mesma para o regadio das terras em períodos veranis. Presentemente, ainda é possível observar alguns restos de pequenas barreiras construídas com pedra e terra em pelo menos três represas, entretanto inutilizáveis. As represas seriam exclusivamente para regadio, contrariamente a outros casos na região, que serviam para armazenar água com objetivo de mover os moinhos/azenhas.

A utilização diacrónica destas técnicas de represamento de águas, impossibilita determinar qualquer cronologia, no entanto, importa sublinhar a intensificação do seu uso no decurso da Baixa Idade Média.

[SILVA, 1988, vol. IV, pp. 362; HOUAISS *et al.*, 2003, vol. III, p. 2967]

122 – Corredoura

U. Freg. Agueira e
Carvalho Redondo
(200)

Antropo-Cultural:
Odoponímia

Português Antigo *Corredoura*

“Corredoura”, refere-se a uma via antiga. Está associado a um lugar ou caminho de passagem comprido e praticamente retilíneo. A sobrevivência de termos associados a

antigas vias de circulação é frequente em território nacional, situação análoga ao nosso caso. A sua localização premedita equacionarmos uma relação com a via que ligaria as atuais localidades de Canas de Senhorim a Santar, com provável origem romana.

Para o nosso estudo, consideramos assim uma fonte importante para a compreensão da viação antiga deste concelho atual, com a intensificação da circulação viária no decurso da Baixa Idade Média.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 454]

123 – Chaveiro

Canas de Senhorim (200) Física/Natural: Antropotoponímia Latim *Clavicularius*

“Chaveiro”, do latim *clavicularius*, assume alguns significados entre os quais destacamos o seu sentido enquanto antropónimo. A inserção atual em áreas agrícolas e a designação popular como “Quinta do Chaveiro”, são as principais razões que nos levam a colocar esta hipótese. Trata-se de mais um dado qualitativo referente a uma propriedade agrícola eternizada pelo nome do seu proprietário.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 403]

124 – Freixieiro

Canas de Senhorim (200) Física/Natural: Dendrotoponímia Latim *Fraxinus*

Topónimo frequente no norte e Beiras, intimamente relacionado com o “Freixo”, planta arbórea da família das Fraxináceas (ou Oleáceas). O nosso “Freixieiro” (Freixo + eiro), estará associado à presença desta árvore no referido local. Aqui, encontra-se um dos sítios arqueológicos romanos de Canas de Senhorim, onde se realizaram duas sondagens arqueológicas (T.S.A. – Nº 5).

[CARVALHO, 1999, p. 202; MACHADO, 2003, vol. II, p. 671]

125 – Lameiras

Canas de Senhorim (200) Física/Natural: Hidrotoponímia/Agrotoponímia Latim *Lāma*

Ver “Lameiras” (Nº 100).

[MACHADO, 2003, vol. II, p. 851; PIEL, 1945, pp. 311-313]

126 – Quinta do Cipreste

Canas de Senhorim (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia/Dendrotopon ímia	Latim <i>Quinta do Cupressus</i>
----------------------------	--	----------------------------------

Ver “Quinta” (Nº 10). O onomato secundário vem assumir-se como elemento caracterizador de tal propriedade. O cipreste, cultivado sobretudo para fins ornamentais e fonte de madeira, marca atualmente esta “Quinta”, inserida no centro histórico de Canas de Senhorim. Tal como em vários pontos desta vila, também aqui surgem esporadicamente vestígios arqueológicos romano-medievais.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 419]

127 – Castelão

Lapa do Lobo (200)	Antropo-Cultural: Arqueotoponímia/Oicotopon ímia (Aminotoponímia)	Português Antigo <i>Castello</i>
--------------------	---	----------------------------------

“Castelão”, é associado a variadíssimos significados. Face à análise e geografia em causa, acreditamos numa possível relação de “Castelão” com Castelo e restantes topónimos desta zona (raio 2,5km), ambos enquadráveis na Idade Média: Pai do Mouro (Nº6), Supíco (Nº7) e Escosa/Iscoa (Nº 8). Ver o comentário a “Escosa/Iscoa” (Nº 8).

[CHAVES, 1952, pp. 168-172]

128 – Quinta da Raposeira

Canas de Senhorim (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia/Zootoponími a	Latim <i>Quinta Vulpis</i>
----------------------------	---	----------------------------

Ver “Quinta” (Nº 10) e “Alto da Raposeira” (Nº 49).

[CARVALHO, 1999, p. 243; MACHADO, 2003, vol. III, p. 1240]

129 – Quinta da Fonte

Canas de Senhorim (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia/Hidrotoponí mia	Latim <i>Quinta da Fonte</i>
----------------------------	---	------------------------------

Ver “Quinta” (Nº 10) e “Fonte” (Nº 54).

[CARVALHO, 1999, pp. 201-202; MACHADO, 2003, vol. II, p. 657]

130 – Regadas

U. Freg. Agueira e
Carvalho Redondo
(200)

Antropo-Cultural:
Arqueotoponímia/Oicotopon
ímia (Aminotoponímia)

Latim *Rigāre*

Ver “Regada do Bigas” (Nº 33).

[AZEVEDO, 2005, pp. 545-546; MACHADO, 2003, vol. I, p. 254]

131 – Pé de Taboleiro

U. Freg. Moreira e Santar (200) Antropo-Cultural: Tecnotoponímia? Português Antigo *Tavolado*?
Com base numa análise conjunta dos topónimos envolventes e da própria topografia, é possível estarmos perante uma derivação popular de “tabulado” do Português Antigo *Tavolado* (“corrida de cavalos”). A forma aplanada do lugar, a presença (cerca de 200m) do onomato “Vale do Reino” (Nº 130) e a existência de honras em Moreira (cerca de 1km a nordeste), desde o século XII (T.D.H. – Nº 2), permite-nos colocar a hipótese de estarmos perante uma atividade lúdica (*tavolado*), essencialmente praticada pela nobreza medieval.

132 – Vale do Reino

U. Freg. Moreira e
Santar (200)

Antropo-Cultural e
Física/Natural:
Orotoponímia/Agrotoponími
a

Português Antigo *Vale do
Reino*

Pode estar associado a múltiplos sentidos, ainda assim procurámos refletir sobre algumas possibilidades que justifiquem tal designação, atendendo ao contexto da história, geografia e toponímia local. Por um lado, é possível representar um vale que permaneceu durante séculos no domínio da coroa. Numa conceção diferente, pode estar num sentido figurativo referindo-se a um domínio exercido por um único proprietário local. Ambas as possibilidades fazem sentido no contexto das dimensões e formas de parcelamento visíveis na atualidade, bem como das apetências agrícolas destes solos. No entanto, a sua associação aos topónimos envolventes permite-nos colocar a hipótese de estarmos perante uma zona associada à nobreza medieval e ao próprio monarca, depois dos meados do século XI (T.D.H. – Nº 2 e 3).

133 – Tapada

U. Freg. Moreira e
Santar (200)

Física/Natural:
Agrotoponímia/
Lexotoponímia

Português Antigo *Tapada?*

Ver “Quinta da Tapada” (Nº 37).

[AZEVEDO, 2005, pp. 239-240]

134 – Salgueiral

U. Freg. Agueira e Carvalhal Redondo (200) Física/Natural: Dendrotoponímia Latim *Salix*

Ver “Vale do Salgueiro” (Nº 26). Esta derivação representa um conjunto de salgueiros.

[AZEVEDO, 2005, p. 555; CARVALHO, 1999, p. 258; MACHADO, 2003, vol. III, p. 1297]

135 – Hortas

U. Freg. Agueira e Carvalhal Redondo (200) Física/Natural: Agrotoponímia Latim *Hortus*

Topónimo frequente no norte e centro de Portugal. “Hortas”, no plural, está pelas pequenas propriedades cercadas por muros ou tapadas, dedicadas à produção de hortaliças e legumes. No decurso da Baixa Idade Média, o significado seria mais alargado, representando uma propriedade independentemente da cultura agrícola praticada.

É mais um dado relativo às formas de exploração da terra, sem que nada mais possamos acrescentar quanto à original utilização.

[CARVALHO, 1999, pp. 210; MACHADO, 2003, vol. II, p.785]

136 – Picotos

U. Freg. Moreira e
Santar (200)

Antropo-Cultural e
Física/Natural: Orotoponímia

Arabismo *Picoto*

“Picotos”, no plural, assume-se como onomato representativo da geomorfologia deste local ou resultado da presença de um marco geodésico. A escrita atual surge já em documentação regional a partir do século XII.

No contexto etimológico, importa ainda sublinhar a sua valorização enquanto arabismo, ainda que, com algumas reservas face à complexidade argumentativa para tal determinação.

[ALVES, 2013, p. 705; MACHADO, 2003, vol. III, p. 1173]

137 – São João

U. Freg. Agueira e
Carvalho Redondo
(200)

Antropo-Cultural:
Hierotoponímia
(Hagiotoponímia)

Português Antigo *São João*

Com base na proximidade à aldeia de Carvalho Redondo, é credível admitirmos a relação com o padroeiro, “São João Evangelista”.

Na história do cristianismo, tornou-se discípulo e um dos Doze escolhidos, distinguindo-se pela sua obra literária ao escrever o Evangelho, razões pelas quais ficaria conhecido como o padroeiro dos livreiros e copistas de manuscritos e gravadores. Atualmente dá o seu nome à Igreja Matriz de Carvalho Redondo, edifício religioso, que evidencia várias reedificações no domínio das suas dimensões e dos diversos elementos formais. Não é seguro atribuir uma cronologia restrita da primeira construção, contudo, as técnicas e formas de construção perceptíveis nas paredes iniciais, remetem-nos para o final da Idade Média.

Neste contexto, este é mais um dado, cujas informações mais corretas a retirar, é a ligação à história social e religiosa desta aldeia, presumivelmente a partir dos finais da Idade Média.

[EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 106-107; TAVARES, 1990, pp. 82-83]

138 – Roda

U. Freg. Moreira e Santar (200)

Antropo-Cultural: Tecnotoponímia

Latim *Rotae*

São variadíssimos os significados para este termo. Porém, a geografia física e familiaridade para com este lugar, permite-nos determinar que este onomato está associado a uma roda hídrica (nora), ou seja, a um determinado mecanismo capaz de proporcionar a irrigação de determinado território. Estas técnicas mantiveram-se entre os agricultores locais até aos finais do século XX.

[ALVES, 2013, p. 705; MACHADO, 2003, vol. III, p.1173]

139 – Cabo da Espinhosa

U. Freg. Moreira e Santar (200)

Física/Natural: Orotoponímia/Fitotoponímia

Latim *Spin(e)u*

“Cabo da Espinhosa”, resulta do limite (cabo) de uma pequena elevação, onde predominam plantas espinhosas.

[CARVALHO, 1999, p. 198; MACHADO, 2003, vol. II, pp. 589-590]

140 – Altamira

U. Freg. Moreira e Santar (200)	Antropo-Cultural: Antropotoponímia/Agrotoponímia/Orotoponímia	Arabismo (<i>haltamyy</i>)?	<i>Altamia</i>
---------------------------------	--	----------------------------------	----------------

Esta interpretação revela-se vasta, devendo-se, numa abordagem inicial, atentar na geomorfologia e história deste lugar.

No conjunto das várias possibilidades, é possível derivar de um nome próprio, decorrente da proprietária de tal terreno. Por outro lado, destaca-se do restante território por apresentar um pequeno vale, associado à ribeira do Cagavaio, em “U” perfeito, cujas cotas de ambas as margens são exatamente iguais, fazendo lembrar o perfil de uma pequena tijela. Estará “Altamira” por “Altamia” (árabe *haltamyy*)? Será que a singularidade de tal vale foi percecionada na forma de uma pequena tijela, escudela ou alguidar? As nossas limitações, perante este tipo de estudos etiológico, não nos permitem, contudo, colocar esta hipótese melhor argumentada.

Neste sentido, consideremos este onomato com algumas reservas quanto à sua verdadeira etimológica e utilização inicial.

[ALVES, 2013, p. 199; MACHADO, 2003, vol. I, pp. 111-112]

141 – Quinta do Alto

Vilar Seco (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural: Agrotoponímia/Orotoponímia	Latim <i>Quinta Altus</i> ?
------------------	--	-----------------------------

Ver “Quinta” (Nº 10) e “Alto do Marreco” (Nº 34).

[AZEVEDO, 2005, p. 357; CARVALHO, 1999, pp. 181-182]

142 – Laginha

Nelas (200)	Física/Natural: Litotoponímia	Latim <i>Lagena</i>
-------------	-------------------------------	---------------------

Ver “Lage do Tojal” (Nº 4). A forma diminutiva de “Laginha” deduz a dimensão desta “Laje”.

[CARVALHO, 1999, pp. 265; PIEL, 1947, pp. 174-176]

143 – Quinta do Baraçal

Vilar Seco (200)	Antropo-Cultural: Agrotoponímia/Tecnotoponímia	Arabismo <i>Marasa</i> ?
------------------	---	--------------------------

Ver “Quinta” (Nº 10). “Baraçal”, do árabe *marasa*, refere-se a cordas delgadas/ataduras. No nosso caso em específico, esta propriedade viria a ficar conhecida por “Baraçal” no sentido de terreno onde se faziam baraças, ou seja, armadilhas de laço com corda. A origem poderá assim estar associada à Idade Média.

[ALVES, 2013, pp. 289-290; MACHADO, 2003, vol. I, p. 214]

144 – Vale dos Salgueiros

U. Freg. Aguireira e
Carvalhal Redondo
(200)

Física/Natural:
Orotoponímia/Dendrotoponí
mia

Latim *Valle Salix*

Ver “Vale do Salgueiro” (Nº 29). O segundo termo ocorre no plural com a finalidade de quantificar a presença do Salgueiro ao longo do vale do ribeiro dos Travassos.

[AZEVEDO, 2005, p. 555; CARVALHO, 1999, p. 258; MACHADO, 2003, vol. III, p. 1297]

145 – Cercas

Nelas (200)

Antropo-Cultural: Agrotoponímia

Latim *Circa?*

Ver “Quinta da Cerca” (Nº 71). A especificidade desta ocorrência é a sua quantificação, seguramente aliada ao maior valor da “cerca” para este local.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 391]

146 – Figueira Velha

Nelas (200)

Física/Natural: Fitotoponímia/Lexotoponímia

Latim *Ficulnea (Ficaria)*

“Figueira”, árvore do género *ficus* da família das moráceas, frequente em Portugal enquanto topónimo. O segundo termo vem adjetivar a “Figueira”. Esta designação deverá resultar da existência de uma figueira, popularmente conhecida pela sua grandeza e antiguidade. É mais um dado relativo à flora do concelho de Nelas sem qualquer indicador cronológico.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 640-641]

relacionado com o espaço envolvente, especificamente com a proximidade ao rio Mondego. Neste sentido, admitimos que “Quinta da Barca” deriva de um contexto histórico aliado à característica embarcação fluvial com fundo raso, utilizadas na travessia de mercadorias e pessoas no rio Mondego, juntas entre si ou de forma isolada. Pode estar associado aos vestígios arqueológicos romanos de superfície identificados na “Quinta do Rosado/Abrunhal” (Nº16), lugar intermédio entre este topónimo e o rio Mondego. Aliás, veja-se no texto desta investigação, a configuração viária romana relacionada com estes lugares pela necessária existência de uma passagem sobre o rio Mondego, garantindo a continuidade do destino, Bobadela (Capítulo 4).

Apesar de propormos tais dilações, importa destacar que pode derivar de períodos posteriores (especialmente medievais), face à utilização diacrónica desta técnica de travessia fluvial.

[CARVALHO, 1999, p. 157; MACHADO, 2003, vol. I, p. 217]

152 – Quinta dos Antigos

Nelas (200)

Antropo-Cultural:
Agrotoponímia/Lexotoponímia

Latim *Quinta dos Antiquus*

Ver “Quinta” (Nº 10). O adjetivo “Antigos” classifica a propriedade agrícola, a “Quinta”. Não temos elementos suficientes para avaliarmos a “antiguidade” da quinta, no entanto a aplicação deste onomato na toponímia, só enfatiza a duradoura utilização como propriedade privada. Esta ocupação antrópica está certamente ligada ao povoamento desta zona, nomeadamente à Felgueira Velha (atualmente concelho de Oliveira do Hospital), situada a sul do rio Mondego, nas proximidades da atual localidade de Caldas da Felgueira (c. 2km).

153 – Corujeira

Canas de Senhorim (200)

Física/Natural: Zootoponímia

Arabismo Coruja (*Hurûj*)

Este onomato deriva de Coruja (*Hurûj*), ave noturna da família dos Títonídeos. Está relacionado com a atividade reprodutiva e presença contínua desta espécie. A presença humana recua à Pré-História Recente, precisamente a uma ocupação calcolítica refletida no espólio lítico e cerâmico recolhido. No contexto do nosso estudo, este é mais um dado quantitativo e qualitativo referente à fauna que poderá ter a sua origem na Alta Idade Média.

[ALVES, 2013, p. 414; MACHADO, 2003, vol. I, p. 457; VALERA, 1993, pp. 29-35]

154 – Rijadouro

U. Freg. Moreira e Santar (200) Física/Natural: Agrotoponímia/Orotoponímia Indefinido?

Deriva de uma designação local, uma área agricultável no limite do declive acentuado para o rio Dão. Este exemplo é elucidativo da complexidade e necessidade de conhecer localmente as gentes e espaços em análise, para atingir maior fiabilidade neste tipo de análise toponímica.

155 – Ínsuas

U. Freg. Moreira e Santar (200) Física/Natural: Agrotoponímia/Orotoponímia Latim *Insula*

Esta nomenclatura geográfica é muito comum na toponímia do Norte de Portugal e Galiza. É considerada uma variante do latim *insula*, a não ser que se trate de um termo medieval adaptado à língua vulgar.

Para a nossa geografia, representa uma pequena área agrícola de regadio, nas proximidades de um curso de água, neste caso a Ribeira da Calva. Identificámos recentemente vestígios (**Anexo III – Figura 4**) de um antigo edifício habitacional, um moinho e os arranques de uma ponte, cujo caminho se encontra atualmente truncado a cerca de 40m desta passagem fluvial (margem sul). É possível estarmos perante um assentamento da Baixa Idade Média, ainda que, os vestígios arqueológicos observados (zonas sem vegetação) se integrem, na maioria, na Época Moderna. Este sítio deverá ser alvo de uma prospeção intensiva, com a finalidade de apurar a antiguidade de ocupação do espaço.

[CARVALHO, 1999, p. 311; MACHADO, 2003, vol. II, p. 804; PIEL, 1945, pp. 339-340]

156 – Cuba

U. Freg. Agueira e Carvalhal Redondo Antropo-Cultural: Tecnotoponímia? Latim *Cupa/ Cubu-*
Ver “Vale das Cubas” (Nº 18).

[AZEVEDO, 2005, p. 511; MACHADO, 2003, vol. I, p. 476]

157 – Outeiro do Santo

U. Freg. Agueira e
Carvalhal Redondo
(200)

Antropo-Cultural:
Orotoponímia/Hierotoponími
a (Hagiotoponímia)

Latim *Altu-*/(*Altariu*)
Sanctus ou Português Antigo
Oteyro do Sancto?

Ver “Vale de São Simão” (Nº 16). “Outeiro” (*autairo* > latim *altariu* “altar”), ocorre na toponímia portuguesa para designar elevações de altitude reduzida, geralmente com pequenas plataformas. Este onomato é interpretado como formação popular, através da atração paronímica com “altar”, igualmente elevado entre a referida plataforma.

Indubitavelmente relacionada com esta definição, está o segundo termo “Santo”, querendo-se referir a “São Simão”. Para além das lendas locais alusivas a este outeiro e ao padroeiro da aldeia de Agueira, os vestígios visíveis à superfície comprovam a presença de um pequeno espaço de culto (**Anexo III – Figura 5**): alicerces de uma pequena estrutura pétreia retangular, com cerca de 10m de comprimento e 6 de largura; fragmentos de cerâmica comum e construção; 3 numismas datados do século XV.

Os dados atuais permitem apontar provisoriamente uma cronologia relativa da utilização de tal capela, recuando, pelo menos, ao século XV (um dos numismas é cunhada por D. Manuel) até ao século XVIII. Neste século, existem registos documentais da construção de uma igreja no Largo do Rossio, igualmente o espaço da igreja da segunda metade do século XX, daí pressupormos o abandono desta, num momento de acentuada centralização populacional.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1358]

158 – Lampaça

U. Freg. Agueira e
Carvalhal Redondo
(200)

Antropo-Cultural e
Física/Natural:
Oicotoponímia/Fitotoponími
a

Latim *Lampada*?

Esta interpretação não se afigura fácil face às várias problemáticas inerentes ao estudo do onomato, muito comum no Norte de Portugal. Optámos por valorizar as duas hipóteses com maior credibilidade entre os estudos etimológicos.

“Lampaça” pode afigurar-se como uma espécie de planta com uso medicinal ou espécie de acelga. Por outro lado, ao aceitarmos a sua origem em *lampaa*, do latim *lampada* (+áceo), estamos perante um onomato que designa qualquer sinalização luminosa. Afigura-se interessante a última, sobretudo do ponto de vista regional: zona imediatamente a sul do Outeiro do Santo (Nº 157), a existência deste topónimo como

lugar de povoamento nas Inquirições de 1258 (T.D.H. – N° 8) e a visibilidade para o “Castro” do Outeiro dos Castelos de Beijós e o alto da Senhora do Viso (N° 25). Será o Outeiro do Santo (N° 157) igualmente um “castro”? Não é nosso objetivo problematizar esta questão no corrente estudo, contudo este é um dos muitos exemplos que comprovam o valor da toponímia nos estudos arqueológicos.

Estas questões devem ser alvo de uma maior problematização, possibilitando a avaliação da conjuntura desta área entre as atuais povoações de Beijós (Concelho de Carregal do Sal) e Aguieira (Concelho de Nelas).

[MACHADO, 2003, vol. II, pp. 851-852; SILVA, 1988, vol. III, p. 143]

159 – Barroqueira

Senhorim (200) Física/Natural: Orotoponímia Pré-Romano *Barr-* (+ *-oca*)?

Ver “Barroca Alta” (N° 24). Numa observação pormenorizada, ao considerarmos o significado original de *barr-* como algo que obstrui, encontramos a razão da origem de tal topónimo. Tais dilacões são perceptíveis no declive Norte-Sul em direção ao rio Mondego onde é barrado por um grande afloramento granítico contínuo que cria uma pequena plataforma. É também viável que “Barroqueira”, derivado de Barroca, seja um arabismo, situação não consensual entre a investigação e, portanto, por nós desacreditada. [ALVES, 2013, p. 301-302; CARVALHO, 1999, pp. 137 e 159-160; MACHADO, 2003, vol. I, p. 223]

160 – Santo António

Senhorim (200) Antropo-Cultural: Hierotoponímia (Hagiotoponímia) Português Antigo *Santo Antonio*
Santo António (1195? - 1231), franciscano e um dos santos mais populares na religião católica portuguesa. Enquanto hagiotopónimo, resulta da presença deste santo nas tradições locais, tal como nas festividades da freguesia de Senhorim, havendo igualmente em inúmeras localidades portuguesas. No contexto desta investigação, é frequentemente utilizado no território nacional a partir do século XIV.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 144; TAVARES, 1990, p. 22]

161 – Senhora do Viso

Senhorim (200)
Antropo-Cultural:

Hierotoponímia
(Hagiotoponímia)/Orotoponímia

Português Antigo *Seniora*
Visu

Ver “Senhora do Viso” (Nº 25). Atualmente, é ocupado pela capela da Senhora do Viso. [CARVALHO, 1999, pp. 279-280; CHAVES, 1952, pp. 161-165; MACHADO, 2003, vol. III, pp. 1330 e 1483]

162 – Azenha do Serralheiro

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Antropo-Cultural: Tecnoponímia	Arabismo <i>As-saniya</i> Latim <i>Serraculum?</i>
---------------------------------	-----------------------------------	--

“Azenha” relaciona-se com moinhos de água, especificamente os de roda vertical. Introduzidos pelos Romanos na Península Ibérica, estes engenhos foram fortemente difundidos aquando da ocupação árabe. “Serralheiro”, identifica uma profissão relacionada com o trabalho do ferro.

Num momento inicial, é importante sublinhar uma possível origem árabe, no entanto, a sua frequência nas zonas de ribeiros e rios inviabiliza qualquer definição cronológica absoluta. Assim, consideremo-lo como arabismo, com as devidas reservas, decorrente da consideração etimológica do primeiro termo.

[ALVES, 2013, p. 264; CARVALHO, 1999, pp. 152; MACHADO, 2003, vol. I, p. 195]

163 – Vinha Grande

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Física/Natural: Agrotoponímia/Fitotoponímia	Latim <i>Vinea Grandis</i>
---------------------------------	--	----------------------------

Ver “Vale Videira” (Nº 99). “Vinha” do latim *vinea*, expressa um terreno agrícola plantado de videiras. O segundo, enquanto adjetivo, vem caracterizar a dimensão do cultivo agrícola localizado no vale do rio Dão, especificamente na sua margem esquerda. O cultivo geracional e diacrónico da vinha marca todo este território, não sendo de estranhar o número de topónimos referentes a esta cultura agrícola.

[CARVALHO, 1999, p. 278; MACHADO, 2003, vol. III, p.1480]

164 – Estrejeito

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Física/Natural: Orotoponímia	Indefinido?
---------------------------------	------------------------------	-------------

Este onomato é vulgarmente utilizado no contexto local para caracterizar um declive acentuado e longo de zonas ribeirinhas.

165 – Feira

U. Freg. Moreira e Santar (189) Antropo-Cultural: Emporotoponímia Latim *Feria*

Topónimo que representa o lugar onde se expõem e vendem mercadorias, atividade realizada, neste caso, mensalmente.

[CARVALHO, 1999, p. 201; MACHADO, 2003, vol. II, p.629]

166 – Mata do Visconde

U. Freg. Moreira e Antropo-Cultural: Latim *Vice comitis?*
Santar (189) Fitotoponímia/Axiotoponími
a

Ver “Matas do Cavalo do Mouro” (Nº 23) e “Quinta do Conde” (Nº 103). Outro exemplo resultante da atribuição de títulos nobiliárquicos. “Visconde” está por Visconde de Pedralva, atribuído pelo rei D. Carlos a Francisco Coelho do Amaral Reis, natural de Santa em 1904. Como ocorreu com “Quinta do Conde” (Nº 103), não será anterior a 1904.

[MACHADO, 2003, vol. III, p.1482; ZÚQUETE, 1989, pp. 300-301]

167 – Grandes Verbas

U. Freg. Moreira e Santar (189) Antropo-Cultural: Agrotoponímia Latim *Grandis Verba?*

Deriva da excelente qualidade dos solos agrícolas que, aliados a outras condicionantes naturais (por exemplo, a grande capacidade de irrigação), singularizou este lugar pela qualidade e quantidade das produções agrícolas. Por outro lado, “verbas” podem estar por parcelas agrícolas caracterizadas pela sua “grandeza”. Independentemente das razões desta origem, é quase certa a associação à agricultura.

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1467]

168 – Pereirinhas

Vilar Seco (189) Física/Natural: Dendrotoponímia Latim *Pirus*

Ver “Vale do Pereiro” (Nº 46).

[MACHADO, 2003, vol. III, p. 1160]

169 – Aveleira

Vilar Seco (200) Física/Natural: Dendrotoponímia Latim *Avellanāria* (nux)

Ver “Aveleira” (Nº 41).

170 – Quinta do Manuel

Vilar Seco (189)
Português

Antropo-Cultural: Agrotoponímia/ Antropotoponímia

Ver “Quinta” (Nº 10). O antropónimo “Manuel” pretende expor o nome do proprietário da referida propriedade agrícola.

A origem deste nome próprio recua aos primeiros séculos d.C., profundamente utilizado a partir do século XV em território português. É igualmente reconhecido como nome hebraico, significando “Deus conosco”. Aqui, não podemos adiantar qualquer valor histórico-cultural do referido nome próprio.

[MACHADO, 2003, vol. II, p.939; VASCONCELOS, 1931, pp.75-76]

171 – Abrieiro

Senhorim (201)

Física/Natural: Zootoponímia

Latim *Aprarius?*

“Abrieiro”, variação local de Abreiro (supressão ou acrescento do *i* é comum na região). A origem pode estar no latim *aprarius*, com sentido de “javali”. Assim, consideremo-lo representativo de um lugar, diferenciado localmente pela frequência e possibilidade de proceder a caçadas ao javali.

[MACHADO, 2003, vol. I, p. 33-34]

172 – Laranjeira

Lapa do Lobo (211)

Física/Natural: Dendrotoponímia

Arabismo *Nâranja?*

A existência de uma “Laranjeira”, localmente conhecida, independentemente das razões, veio singularizar este lugar. A origem, pouco frequente, pode estar no arabismo *nâranja*. Este é mais um dos exemplos em que um arabismo ficou eternizado na língua portuguesa e, de forma indireta, testemunha este período histórico.

[ALVES, 2013, p. 589; MACHADO, 2003, vol. II, p. 856]

173 – Pedras da Forca

Canas de Senhorim
(200)

Antropo-Cultural:
Litotoponímia/
Necrotoponímia/
Odotoponímia

Latim *Petra Furca*

Ver “Pedras Cimalhas” (Nº 3). “Forca” pode derivar de um símbolo de autoridade municipal que, numa forma mais simples, era formada por dois pilares de pedra ou duas

estacas de madeira na vertical e uma na horizontal. Tinha como função executar as penas de morte, através de uma corda presa ao travessão horizontal com um nó correição e lançada, colocada em redor do pescoço do condenado, levando-o à morte, aquando da sua suspensão. Por outro lado, este termo pode relacionar-se com uma zona de bifurcação viária. Por último, a presença de sepulturas rupestres poderia influenciar igualmente a nomeação entre a população local, nos períodos posteriores à execução das mesmas. Não existem outros dados para estabelecer certezas quanto à cronologia e ao verdadeiro motivo da origem desta designação, no entanto, é possível derivar da Baixa Idade Média, atendendo às hipóteses anteriormente apresentadas.

[HOUAISS *et al.*, 2003, vol. II, p 1777; SILVA, 1988, vol. I, pp. 69-70; SILVEIRA, 1940, pp. 405-406]

174 – Casal Bom

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Antropo-Cultural: Oicotoponímia/Agrotoponímia	Latim <i>Casale Bonum</i> ou Português Antigo <i>Casale Bone?</i>
---------------------------------	--	--

Com grande valor histórico na atual vila de Santar, é referido nas Inquirições de 1258 como *Casali Bono* e nos inícios do século XVIII enquanto propriedade agrícola. “Bom” adjetiva o “Casal” pela sua situação singular a nível local que poderia passar pelas boas qualidades do solo e irrigação. A sua importância e valor social já seria uma realidade na primeira metade do século XIII.

[COSTA, 1708, p. 202; SILVEIRA, 1940, pp. 280-281; PMH – *Inquisitiones*, p. 811]

175 – Castelo

Senhorim (200)	Antropo-Cultural: Arqueotoponímia/Oicotoponímia (Aminotoponímia)	Português Antigo <i>Castello</i>
----------------	---	----------------------------------

Corresponde atualmente a um pequeno cabeço aplanado onde são visíveis vestígios associados a uma pequena estrutura defensiva (T. S. A. – N° 30). Acreditamos que este onomato corresponde à referência constante nas Inquirições de 1258 “(...) *eclesie de Seniorim unam hereditatem forariam Regis de caballaria in loco qui dicitur Castella et est unum casale* (...). Torna-se necessário averiguar qual a posição deste castelo, através de um projeto arqueológico que vise o seu estudo e salvaguarda. Neste sentido, esta designação já seria utilizada, pelo menos, no decurso do século XIII.

[SILVEIRA, 1940, pp. 280-281; PMH – *Inquisitiones*, p. 813; VIEIRA, 2016, pp. 92-94]

176 – Aguieira

U. Freg. Aguieira e
Carvalhal Redondo
(200)

Física/Natural: Zootoponímia

Português Antigo Agyeira

Topónimo derivado de “águia” (latim *aquila* +-eiro ou latim *aquilariu-*), resultante da frequência ou existência de águias nesta localidade.

Em 1186 (T.D.H. – N° 6) e em 1258, com as Inquirições Afonsinas de 1258 (T.D.H. – N° 8), surgem as primeiras menções indiretas a vários lugares que viriam a formar *Agyeira*, dos quais a Lampaça (N° 158). Esta povoação foi sede de concelho entre 1514 e 1834, então formado pelas atuais localidades de Moreira de Baixo (N° 190), Pisão (N° 191), parte de Carvalhal Redondo (N° 177) e alguns aglomerados dispersos de pequena dimensão, como Braçal, Lampaça (N° 158), Travassos (N° 15) e Vale Chã.

A concessão da carta de foral acompanhou, a partir do século XVI, a concentração dos pequenos núcleos habitacionais, dispersos pelas periferias desta aldeia atual. Este processo de concentração populacional seria antecedido por uma fase de configuração planeada do núcleo principal da aldeia, muito característico dos finais da Baixa Idade Média/inícios da Época Moderna. O próprio nome de “Vila Nova das Amoreiras” remete-nos para uma conceção planeada de um novo espaço, perceptível na atualidade: núcleo antigo composto por três ruas principais e paralelas (Rua Direita, Rua das Carrancas e Rua da Corredoura) que garantiam o acesso entre o Largo do Rossio (espaço religioso) e o Largo do Município (casa da câmara, caracterizada por um aparelho construtivo quatrocentista).

Outrora designada de “*Villa Nuova*” no termo das Moreiras de Senhorim, passaria a *Agyeira* após atribuição do foral Manuelino, como se depreende no preâmbulo do referido documento. Com base nas descrições do “Tombo do concelho de Aguieira (1673)” e do “Tombo e mediação do concelho de Senhorim (1728)” podemos demarcar o seu território: o rio Dão a norte e o ribeiro dos Travassos a sul, a Lampaça e Brejo a oeste e a Igreja de Carvalhal Redondo e Capela da Senhora do Viso a este. Após a reorganização administrativa das freguesias em 2013, perdeu a sua sede (1985-2013) para integrar presentemente a União de Freguesias de Aguieira e Carvalhal Redondo.

[LOUREIRO, 1988, pp. 193-197; SILVEIRA, 1940, p. 271]

177 – Carvalhal Redondo (200)

U. Freg. Agueira e
Carvalhal Redondo
(200)

Física/Natural:
Dendrotoponímia

Português Antigo *Carvalal*
Rotundo

Para o primeiro nome ver “Vale do Carvalhal” (Nº19). “Redondo”, ao surgir como adjetivo, poderá estar relacionado com a forma arredondada de uma determinada propriedade, singularizada pela existência de um carvalhal, certamente associado aos primeiros momentos de povoamento. Atual localidade e sede de freguesia, “Carvalhal Redondo” é referido nas Inquirições Afonsinas de 1258 (T.D.H. – Nº 8) e na carta de doação do reguengo de *Algeraz* em 1275 (T.D.H. – Nº 9), onde Afonso III deu de emprazamento um casal. Estas são as primeiras referências documentais a *Carvalal Rotundo*.

No contexto arqueológico, importa sublinhar a identificação de duas inscrições romanas (T.I.R. – Nºs 43 e 44) na Rua Direita, no decurso da demolição de uma casa. No contexto desta temática consideremos esta utilização, pelo menos, a partir dos meados do século XIII.

[PMH – *Inquisitiones*, p. 814; LOUREIRO, 1988, pp. 84-85 e pp. 313-314; SILVEIRA, 1940, pp. 278-279]

178 – Algeraz

Nelas (200)

Antropo-Cultural:
Tecnoponímia/Litotoponí
mia

Arabismo *Al-jarîx* ou
Português Antigo *Argiraz?*

Atual localidade da Freguesia de Nelas, apresenta algumas discordâncias quanto à etimológica do termo. Por um lado, este étimo pode assumir-se como genitivo de um antropónimo germânico (origem mal argumentada e impercetível).

Na maioria dos investigadores desta temática, considera o topónimo como arabismo. Entre esta hipótese, “Algeraz” poderá resultar de uma peça cerâmica associada à nora ou então derivar de uma variante de Algeriz (*al-jarîx*), significando areia ou saibro. Independentemente da etimológica, surge documentado pela primeira vez nas Inquirições Afonsinas de 1258 (T.D.H. – Nº 8) sob *Argiraz* (todo este lugar seria regalengo, com exceção de um casal) e, posteriormente, na carta de doação do reguengo de *Algeraz* (1275) sob o reinado de Afonso III (T.D.H. – Nº 9). Aceitamos, assim, que esta designação já era utilizada, pelo menos, em meados do século XIII.

[ALVES, 2003, p. 161; VENTURA e OLIVEIRA, 2006, pp.200-201; PMH – *Inquisitiones*, p. 814; SILVEIRA, 1940, 272-273; VIEIRA, 2005, p. 55]

179 – Caldas da Felgueira

Nelas (200) Física/Natural: Hidrotoponímia/Dendrotoponímia Português Antigo *Caldas Fellgueira*

“Caldas da Felgueira”, localidade assim apelidada, sobretudo a partir do século XIX, irreversivelmente conhecida pela sua estância termal, situada na margem direita do Rio Mondego.

“Caldas” refere-se à temperatura das águas aproveitadas para fins terapêuticos, assumindo-se como primeira designação para esta nascente termal, mencionada pela primeira vez em 1186 aquando da criação do couto de Canas de Senhorim (T.D.H. – Nº 6), sendo o limite do Couto “(...) *per la fozz das Caldas (...)*”. Posteriormente, surge nas Inquirições Afonsinas de 1258 (T.D.H. – Nº 8) como “(...) *fontem de Caldas (...)*”. Já o segundo termo resulta da vizinha “*Fellgueira*” (séc. XVI), presentemente com o nome de “Felgueira Velha” (Conc. Oliveira do Hospital). “Felgueira”, com origem controversa, designa uma espécie de feto ou um lugar onde abunda o feto.

[AZEVEDO *et al.*, 1979, pp. 24-25; HOUAISS *et al.*, 2003, vol. II, p. 1715; PMH – *Inquisitiones*, p. 813; LOUREIRO, 1988, pp. 223-228; SILVEIRA, 1940, 276-277]

180 – Folhadal

Nelas (200) Física/Natural: Fitotoponímia Português Antigo *Ffolhaadoal?*

“Folhadal”, nome coletivo (folhado + al) que se reporta a um conjunto de arbustos caprifoliáceos vulgares. Em termos documentais, destaca-se a sua referência em 1286 sob *Ffolhaadoal* (T.D.H. – Nº 11), situado no julgado de Senhorim, num aforamento de D. Dinis a 26 moradores de todo o seu herdamento. Viria assim a possuir alguma autonomia, ainda que nunca viesse a ser alargada por doação de foral. São várias as discordâncias interpretativas entre investigadores da temática, quanto ao verdadeiro valor deste documento. Quanto ao nosso estudo, importa apenas salientar esta utilização já na segunda metade do século XIII.

[LOUREIRO, 1988, pp. 179-190; SILVEIRA, 1940, p. 385]

181 – Nelas

Nelas (200) Física/Natural: Zootoponímia Latim *Asinus* ou Português Antigo *Asnelas*

Designa a vila e sede do concelho. Entre o conjunto documental trabalhado, é com o coutamento de Canas de Senhorim ao bispo de Viseu em 1189 que aparece a primeira

referência a *Asnelas* (T.D.H. – Nº 6), enquanto espaço de limite e fora deste couto. A sua integração nas Terras de Senhorim e depois no concelho de Senhorim, veio influenciar o seu território de administração, após decretada a constituição do concelho de Nelas em 1852, sendo Rainha de Portugal, D. Maria II, e Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães. A sua criação resultou na extinção e junção dos concelhos de Canas de Senhorim e Senhorim.

No campo etimológica, Nelas deriva de *Asnelas* (Documentação da Baixa Idade Média), forma assente diretamente em asno (burro), assente no latim *asinus*. Existe igualmente outra hipótese, colocando-o como arabismo (derivado de *hisn*), no entanto, deixemos essa discussão teórica para outro tipo de investigação. Assim, estamos perante um onomato cuja cronologia, ainda que de forma indireta, recua ao século XII.

[AZEVEDO *et al.*, 1979, pp. 24-25; PMH – *Inquisitiones*, p. 811 e 813-814; LOUREIRO, 1988, pp. 205-206; SILVEIRA, 1940, p. 395-400]

182 – Póvoa da Roçada

Nelas (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural: Oicotonómia/Agrotoponímia	e	Português Antigo (Latim <i>Populu-</i>) <i>Ruptu-</i>	<i>Povoa</i> Latim
-------------	--	---	--	--------------------

Localidade referida pela primeira vez nos censos da Beira de 1527 como “Roçadas”, constituída por dois núcleos habitacionais, *Rossadas* e *Póvoa das Rossadas*. Posteriormente, já em atas camarárias do século XIX, surge no singular, talvez, resultado da fusão destes dois núcleos. “Póvoa” está associada ao povoamento de determinados lugares no decurso da Baixa Idade Média. Por sua vez, o segundo designa um espaço desbravado onde se procedeu à “roça” (corte) do mato. São, portanto, dois termos relacionais, inteiramente associados aos processos de povoamento da Baixa Idade Média. [CARVALHO, 1999, p. 235; SILVEIRA, 1940, pp. 409-410]

183 – Canas de Senhorim

Canas de Senhorim (200)	Antropo-Cultural e Física/Natural: Fitotonómia/Lexotonómia	e	Latim <i>canna-</i> Moçarabismo <i>Senhorim</i>
-------------------------	--	---	---

Ver “Senhorim” (Nº 197). Sede de freguesia e localidade com um passado histórico singular no concelho de Nelas. “Canas”, no plural, reporta-se para a planta lenhosa, da família das Gramíneas, nome vulgar da *Phragmites Communis*, frequente na toponímia

portuguesa. Por outro lado, “Senhorim” resulta do passado histórico associado a este território, demonstrado pelo estudo da documentação escrita.

A primeira referência a *Cannas* decorre de um escambo de dois casais (T.D.H. – Nº 5), propriedade do Mosteiro de Santa Cruz que estava “(...) *in villa de Cannas que est in territorium Seniorim (...)*”, ocorrida no ano de 1155. Em 1186, “(...) *Cannas. Est autem in terra et in termino de Seniorim (...)*” é coutada ao bispo de Viseu (T.D.H. – Nº 6). Já em 1196 (T.D.H. – Nº 7), numa carta de foro do Cabido de Viseu, surge pela primeira vez a designação completa sob a forma de “*Cannas de Seniorim*”.

Entre o conjunto de estudos etimológicos, “Canas de Senhorim” é entendido como um moçarabismo. Nesta constatação, baseada no vocalismo de “Senhorim”, importa realçar que se trata de um determinativo resultante das Terras de Senhorim, utilizado a partir do século XII, ou seja, um termo reutilizado, oriundo de outro lugar, por questões históricas e territoriais. Assim, consideremos este topónimo moçárabe, unicamente pelo sentido linguístico. Com base nestas fontes, sob a forma como o conhecemos hoje, teve início a partir dos finais do século XII.

[AZEVEDO, 2005, pp. 333-334; AZEVEDO *et al.*, 1979, pp. 24-25; CARVALHO, 1999, p. 175; LOUREIRO, 1988, pp. 315-316; SILVEIRA, 1940, p. 277; VENTURA, FARIA, 1990, pp. 354-355]

184 – Póvoa de Santo António

Canas de Senhorim (200)	Antropo-Cultural: Oicotoponímia/Hierotoponímia (Hagiotoponímia)	Português Antigo <i>Povoa</i> (Latim <i>Populu-</i>) <i>Sanctus</i> <i>Antonius</i>
----------------------------	---	--

Ver “Póvoa da Roçada” (Nº 182) e “Santo António” (Nº 160). Localidade da freguesia de Canas de Senhorim, referida nos censos da Beira de 1527, contudo com o nome deturpado em “Povoa de Santarém”. É provável estarmos perante a alteração do nome para “Santo António” após edificação da primitiva capela dedicada a Santo António. Não conseguimos apurar qualquer referência documental referente à primeira construção, apenas sabemos que a mesma foi alvo de profundas reedificações no decurso do século XVIII, tal como demonstram as Memórias Paroquiais de 1758, relativas à paróquia de Canas de Senhorim, onde se incluía a Póvoa de Santo António. O topónimo atual já existia, pelo menos, desde o século XVIII.

[LOUREIRO, 1988, pp. 205-206; SILVEIRA, 1940, p. 409]

185 – Vale de Madeiros

Canas de Senhorim (200 e 211)

Física/Natural:
Orotoponímia/Dendrotoponímia

Latim *Valle Matería-* ou
Português Antigo *Vallis de Madeyros*

Ver “Pinhal do Padre” (Nº 48). Localidade pertencente à freguesia de Canas de Senhorim, referida nos Censos da Beira de 1527 como “*Vall de Madeyrus*”. A significação do nome remete para um vale onde abundam madeiros com qualidade suficiente para diversas utilizações. De igual modo, a documentação histórica comprova a existência de um pequeno mosteiro de freiras, nomeado de São João de Vale de Madeiros. São escassas as referências, impossibilitando conjecturar objetivamente a data da sua fundação, embora seja possível determinar a anterioridade a 1514, ano em que D. Catarina de Eça, saída do mosteiro, se torna abadessa do Mosteiro de Lorvão. No ano de 1560, por ordem do cardeal D. Henrique, este mosteiro da ordem de Cister é extinto, sendo os seus bens incorporados no Mosteiro de Maceira Dão (concelho de Mangualde).

Optámos por apresentar estes dados históricos, não só para expor a historicidade deste local como justificar a existência de um dado da microtoponímia: “Poço do Convento”. Face ao exposto, torna-se necessário proceder futuramente a um estudo multidisciplinar sobre este assunto, capaz de identificar, avaliar e argumentar o valor histórico deste mosteiro. No contexto desta investigação, já era utilizado nos inícios do século XVI.

[LOUREIRO, 1988, pp. 117-136 e pp. 205-206; SILVEIRA, 1940, pp. 418-419]

186 – Lapa do Lobo

Lapa do Lobo (200 e 211)

Física/Natural:
Litotoponímia/Zootoponímia

Latim *Lapa- Lupus* ou
Português Antigo *Lapa de Lupo?*

Localidade e sede de freguesia do concelho de Nelas. “Lapa” remete para uma pedra de grandes dimensões, mais ou menos espalmada, que forma uma cavidade ou pequeno abrigo utilizado pelo Homem como pelos animais. “Lobo” decorre da presença constante desta espécie animal da família dos canídeos. A conjugação destes dois termos representa uma lapa (abrigo) do Lobo bem conhecida entre a comunidade local. Esta forma surge documentada na carta de doação de 1275 do reguengo de Algeraz (Nº 178), onde Afonso III deu de emprazamento quatro casais situados na *lapa de Lupo*. Assim a designação atual remonta, pelo menos, ao século XIII.

[LOUREIRO, 1988, p. 85 e pp. 313-314; SILVEIRA, 1940, 386-387]

187 – Vilar Seco

Vilar Seco (189 e 200) Antropo-Cultural e Português Antigo *Villar*
Física/Natural: *Siccu*
Oicotoponímia/
Lexotoponímia

Designa a localidade e sede de freguesia do mesmo nome. “Vilar” alude a um pequeno casal ou quinta (*Villula* do latim *villa*). “Seco” pretende adjectivar o primeiro termo, decorrente das características dos solos.

Entre o conjunto das fontes documentais estudadas, esta localidade tem a mais antiga referência escrita para o atual espaço do concelho de Nelas. O documento remonta ao ano de 960 (T.D.H. – Nº 0/A), no âmbito da doação de D. Flamula a D. Mumadona, sua tia (T.D.H. – Nº 0/A), mais tarde, reproduzido no inventário do património do mosteiro vimaranense (T.D.H. – Nº 0/B) presente no *Livro de Mumadona Dias* (1059). Já em 1100, surge num documento relativo à deixa por testamento de dois casais ao Mosteiro de Pedroso, situados em “(...) *uillar siccu* (...) *territorio seniorim* (...)” (T.D.H. – Nº 1). Posteriormente, continua a ser referido, em vários documentos, já sob a forma de “Vilar Sico”, como ocorre nas Inquirições Afonsinas de 1258 (T.D.H. – Nº 8) e na carta de foro regalengo de Algeraz em 1275 (T.D.H. – Nº 9). Através de algumas passagens constantes nas inquirições, entre as quais a deslocação de homens para o concílio e a condução de um homem preso para Vilar Seco, era possível que, já nos meados do século XIII, a sede do concelho de Senhorim fosse em Vilar Seco.

Face ao nosso propósito desta parte da investigação, importa salientar a sua antiguidade, pois já existe desde a segunda metade do século X.

[AZEVEDO *et al.*, 1979, pp. 24-25; PMH – *Inquisitiones*, p. 811-812; LOUREIRO, 1988, pp. 82-85, 313-314 e 317-318; SILVEIRA, 1940, p. 419]

188 – Casal Sancho

U. Freg. Moreira e Antropo-Cultural: Português Antigo *Casali de*
Santar (189) Oicotoponímia *Sancho*
Agrotoponímia/
Antropotoponímia

“Casal Sancho” remete-nos, à partida, para a possibilidade de estarmos perante um casal que, por algum motivo, estaria relacionado com o rei D. Sancho I. As fontes históricas nada referem sobre essa ligação, sendo mais seguro acarretar “Sancho” como um nome próprio do proprietário primitivo do casal. Esta denominação atual surge documentada,

pela primeira vez, nas Inquirições de 1258 como *Casali de Sancho* (T.D.H. – Nº 8), pertencendo ao termo de *Seniorim*. Já referimos a possibilidade de existir outra documentação escrita referente a Casal Sancho, anterior aos meados do século XIII, no entanto, desconhecida por nós até ao momento.

Nesta conjuntura, nas próprias Inquirições Afonsinas de 1258 há referências a um testamento e compra de seis casais em Casal Sancho pelos cónegos de Viseu, ações que devem estar registadas na documentação histórica. Esta recua, pelo menos, à primeira metade do século XIII.

189 – Fontanheiras

U. Freg. Moreira e Santar (189) Física/Natural: Hidrotoponímia Latim *Fontāna*

Pequena localidade situada na margem esquerda do rio Dão. O étimo é um derivado de *fontanha* (+ -eiras), do latim *fontāna*, onde frequentemente rebentam e correm pequenas linhas de água nascente. É possível corresponder a *Fontelo*, lugar mencionado nas Inquirições de 1258. A ocupação humana só viria a ter notoriedade nos finais do século XIX, construindo-se recentemente a capela dedicada a São Cristóvão. Esta designação, decorrente das características hídricas, já seria utilizada, pelo menos, no século XIX.

[EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 116-119; SILVEIRA, 1940, p.385-386]

190 – Moreira

U. Freg. Moreira e Santar (200) Física/Natural: Dendrotoponímia Português Antigo *Moreyra*

Localidade formada por dois núcleos: Moreira de Cima e Moreira de Baixo. “Moreira” deriva do latim *morum* (amora), uma das árvores vulgar nesta região, como comprovam os variadíssimos topónimos dispersos.

Em 1003, no decurso de um conjunto de doações à Sé de Coimbra, Pedro Sesnandes doa, após a sua morte, o quinhão da “(...) *villa Moreira que est in territorio Zurare et diuidit cum Sentar et flumen Aons* (...)” (T.D.H. – Nº 2). No referido documento, integra ainda as terras de Zurara (Conc. Mangualde), situação conducente com os processos de reorganização territorial debatidos nesta região entre os finais do século XI e inícios do século XII. Neste contexto histórico, surge novamente num documento de 1110 no âmbito de uma doação do presbítero Mendo à Sé de Coimbra da “(...) *ecclesiam de Moreira* (...) *Predicta ecclesia mea est sita in Sentar territorio Seniorin* (...)” (T.D.H. – Nº 3). Já nas Inquirições Afonsinas de 1258, cita-se *Moreyra* como também a sua divisão em *Moreyra*

de Jusão ou de *Fundo*, sendo esta a primeira vez que há tal distinção perdurante à atualidade, correspondendo a Moreira de Cima e Moreira de Baixo (T.D.H. – Nº 8). Após a formação do concelho de Aguieira em 1514, só *Moreyra de Fundo* o integraria, continuando *Moreyra de Jusão* no termo do concelho de Senhorim. A utilização deste nome recua, pelo menos, aos inícios do século XII.

[PMH – *Inquisitiones*, pp. 811-814; LOUREIRO, 1988, pp. 71-74; SILVEIRA, 1940, p. 394-395; COSTA *et al.*, 1978, pp. 142-144]

191 – Pisão

U. Freg. Moreira e Santar (200) Antropo-Cultural: Tecnotoponímia Latim *Pisone-*

Tal como ocorre com “Fontanheiras” (Nº189), trata-se de uma pequena localidade referida documentalmente a partir do século XIX. O desenvolvimento económico e social deste núcleo populacional permitiu também a edificação recente de uma pequena capela, já nos inícios deste milénio, dedicada à Senhora dos Remédios. “Pisão” pode resultar da existência de um mecanismo associado ao batimento de tecidos, dando-lhes maior consistência. Este é um dos nomes utilizados como topónimo, pelo menos, desde o século XIX.

[HOUAISS *et al.*, 2003, vol. III, p. 2884]

192 – Santar

U. Freg. Moreira e Santar (189 e 200) Antropo-Cultural: Antropotoponímia Germânico
Sentarius

Localidade e sede de freguesia no concelho de Nelas. A origem do étimo deriva do genitivo de um nome próprio germânico terminado em *-arius*. Neste sentido, é admissível estarmos perante uma *villa Sentarii* com evolução para *Sentar* e, logo no século XIII, Santar. A significação está assim relacionada com uma propriedade entretanto designada pelo nome próprio do seu proprietário.

Esta localidade é referida, pela primeira vez, em 1003, na sequência de um conjunto de doações à Sé de Coimbra, onde Pedro Sesnandes doa, após a sua morte, o quinhão da “(...) *villa Moreira que est in territorio Zurare et diuidit cum Sentar et flumen Aons* (...)” (T.D.H. – Nº 2). Em 1110 é novamente documentada no âmbito de uma doação do presbítero Mendo à Sé de Coimbra da “(...) *ecclesiam de Moreira (...) Predicta ecclesia mea est sita in Sentar territorio Seniorin* (...)” (T.D.H. – Nº3). Já nas Inquirições de 1258,

o nome mostra-se com a mesma grafia atual, situação bem diferente nos documentos referentes aos últimos séculos da Idade Média onde surge como “*Samtar*”. Apesar da sua origem germânica, a designação atual documentada recua aos inícios do século XII.

[PMH – *Inquisitiones*, p. 811-814; LOUREIRO, 1988, pp. 100-101; PIEL, 1939, p. 337; SILVEIRA, 1940, p. 410-412; COSTA *et al.*, 1978, pp. 142-144]

193 – Carvalhas

Senhorim (200) Física/Natural: Dendrotoponímia Português Antigo *Carvalal*

Ver “Vale do Carvalhal” (Nº 19). Localidade situada na freguesia de Senhorim. Topónimo frequente na região Beirã referente à espécie de carvalho anoso, ou de grande porte, com ramagens alargadas, contrastando com o carvalho demarcado pelo seu crescimento em altura.

Enquanto núcleo populacional significativo, Carvalhas recua aos meados do século XVII, momento em que se edifica o primitivo espaço religioso dedicado a São Giraldo. Presentemente, nada resta da capela primitiva, apenas se sabe da sua reedificação nos finais do século XVIII e posterior substituição do orago para São Silvestre, algures no século XIX. Enquanto referente a um núcleo populacional recua, pelo menos, ao século XVII.

[EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 124-125; SILVEIRA, 1940, p. 279]

194 – Póvoa de Luzianes

Senhorim (200) Antropo-Cultural e Moçarabismo *Povoa de*
Física/Natural: *Luzianes?*
Oicotoponímia/Antropotopo
nímia

Localidade da freguesia de Senhorim situada na margem direita do Rio Mondego. Para “Póvoa” veja-se “Póvoa de Santo António” (Nº 184) e “Póvoa da Roçada” (Nº 182). “Luzianes”, determinativo que estará por Luzía Anes (ou Eanes), nome de mulher seguido do antigo patronímico de Johannes. Este núcleo populacional viria a ter o seu primeiro edifício religioso nos inícios do século XVIII dedicado a Santo António. Seria utilizado já nos inícios do século XVIII.

[AZEVEDO, 2005, pp. 423-424, EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 118-119; SILVEIRA, 1940, pp. 407-409]

195 – Póvoa de Cima

Senhorim (200) Antropo-Cultural: Oicotoponímia/Orotoponímia Português Antigo Povoas?

Ver “Póvoa de Santo António (Nº 184)”, “Póvoa da Roçada” (Nº 182) e “Pedras Cimalhas” (Nº 3). “Cima” está como elemento referente à topografia do espaço, diferenciando a “Póvoa” pela sua posição altimétrica. Estará a “Póvoa de Cima” relacionada com a “Póvoa de Luzianes” (Nº 194)? A localidade começaria a ser referida na documentação histórica a partir do século XIX, situação condicente com a edificação da capela dedicada à Nossa Senhora da Saúde.

[EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 118-119]

196 – São João do Monte

Senhorim (200) Antropo-Cultural e (Hagiotoponímia)/Orotoponímia
Física/Natural: mia
Hierotoponímia Português Antigo São Joane?

“Monte”, para além de significar pequena elevação de terreno, é igualmente utilizado para qualificação de uma determinada zona de terrenos cobertos de mato. Localidade constante nas Memórias Paroquiais, onde é descrita a capela de São João Batista. Já seria utilizado, pelo menos, no século XVII.

[EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 118-119]

197 – Senhorim

Senhorim (200) Antropo-Cultural: Antropotoponímia Moçarabismo
Seniorim

Localidade com um passado histórico único no concelho de Nelas, cujo nome é singular na designação de uma freguesia atual.

A origem tem suscitado controvérsia entre a comunidade científica dedicada à temática. Este nome pode corresponder às formas medievais ou à forma latina *senior*. Ao excluir-se a hipótese de estarmos perante um genitivo, é credível admitirmos a primeira possibilidade: Senhorim será a forma masculina do nome próprio feminino Senhorinha, do medieval *Seniorina*. Com a devida salvaguarda, apresenta características fonéticas tipicamente moçárabes, com a supressão da sílaba final por vocalismo [AZEVEDO, 2005, pp. 217-218].

Numa aproximação histórica, Senhorinha (*Seniorina*: 924-982), descendente da Casa de Sousa, era filha de Ataúlfo Ataúlfes, governador de Viseu (?), e neta de Soares Velfaia,

rico-homem que acompanhou as investidas de D. Afonso III na segunda metade do século IX. Neste sentido, parece-nos plausível estarmos perante um nome associado às presúrias de Afonso III, sobretudo pelo desempenho de Soares Velfaia com uma vasta herança aos seus descendentes.

No século XI, *Seniorim* designaria uma área (território de Senhorim) já constituída por alguns assentamentos rurais pré-existentes (como exemplo, *vilar siccu*). É, portanto, no ano de 1100, num documento relativo à deixa por testamento de dois casais, situados em Vilar Seco, ao Mosteiro de Pedroso, que ocorre a primeira referência a *seniorim* (T.D.H. – Nº 1). Já em 1110, surge no âmbito de uma doação do presbítero Mendo à Sé de Coimbra da “(...) *ecclesiam de moreira (...) Predicta ecclesia mea est sita in sentar territorio seniorim (...)*” (T.D.H. – Nº 3). O foral de Seia (1136) refere-se a um *Portum Seniorin*, seguramente associado a um lugar de travessia do rio Mondego, via essa que seguiria em direção a Seia.

São variadíssimas as fontes documentais relativas a Senhorim até ao século XV, comprovando o seu valor histórico no decurso da Baixa Idade Média. No contexto do nosso estudo, este topónimo moçárabe seria anterior aos finais do século XI, momento das primeiras referências documentais.

[AZEVEDO *et al.*, 1979, pp. 24-25; AZEVEDO, 2005, pp. 217-218; PMH – *Inquisitiones*, p. 811-814; LOUREIRO, 1988, pp. 67-76; SILVEIRA, 1940, pp. 412-414; TAVARES, 2003, pp. 7-37]

198 – Vila Ruiva

Senhorim (200 e 201)	Antropo-Cultural: Agrotoponímia/Cromotoponímia	Latim <i>Villa Ruber</i> ou Português Antigo <i>Villa Rubea</i>
----------------------	---	--

Topónimo composto utilizado na designação de uma localidade. “Vila” deve estar no sentido de *villa/quinta*, ou seja, na génese de representação de uma propriedade. “Ruiva” parece remeter para a cor vermelha, não sabendo qual a sua razão. A primeira referência a esta localidade ocorre nas Inquirições Afonsinas de 1258 (T.D.H. – Nº 8) sob “*Villa Rubea*” onde consta a descrição da deslocação dos homens de *Villa Rubea* ao concílio de Vilar Seco e a deslocação de um preso para a mesma localidade. Seria utilizado, pelo menos, desde os meados do século XIII.

[PMH – *Inquisitiones*, p. 811-814; LOUREIRO, 1988, pp. 67-76; SILVEIRA, 1940, p. 419]

199 – Rio Dão

U. Freg. Moreira e Santar (189)	Física/Natural: Hidrotoponímia	Pré-Romano? ou Português Antigo Adon
---------------------------------	-----------------------------------	---

O rio Dão (nascente em Barranha, Conc. Aguiar da Beira) é um dos afluentes do rio Mondego que delimita o concelho de Nelas com o de Viseu a noroeste. Como ocorre com a grande maioria dos rios portugueses mais significativos, salvo os do sul de Portugal, derivam das línguas autóctones pré-romanas, sendo difícil estabelecer qual a verdadeira designação. Na documentação histórica do século XI, surge como *ribulo Adon*, forma escrita sucessivamente alterada até ao século XX como Rio Dão (Adon - de Adon - d'Oom - d'Om - d'Ão - Dão).

[SILVEIRA, 1940, p. 419]

200 – Rio Mondego

Senhorim, Nelas, Canas de Senhorim e Lapa do Lobo (200, 201 e 211)	Física/Natural: Hidrotoponímia	Pré-Romano <i>Monda/Munda</i> Latim <i>Mondaecus</i>
--	-----------------------------------	---

O rio Mondego (nascente em Mangualde da Serra, Conc. Gouveia) serve de limite entre o concelho de Nelas e os concelhos de Oliveira do Hospital e Seia. Do latim *Mondaecus* (originalmente seria adjetivo aplicado a divindade fluvial), derivado de Monda ou Munda de origem pré-romana, com sufixo *-aecus*. Passaria pela forma árabe *Mundik*, no século XI, persiste a forma *Mondeci* ou *Mondeco* e no século XIII *Mondegum*, situação que se viria a alterar já no século XIV com a grafia atual deste rio a predominar entre a documentação histórica.

[AZEVEDO, 2005, p. 148; MACHADO, 2003, vol. II, p. 1012; SILVEIRA, 1940, pp. 391-394]

Tabela de Documentação Histórica (T.D.H.)

**IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA – TABELA DE DOCUMENTAÇÃO
HISTÓRICA (T.D.H.)**

<p align="center">“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”</p>					Nº Documento/Trabalho
					<p>Número de inventário atribuído sequencialmente aos documentos estudados (T.D.H.) para o presente estudo.</p>
1. Identificação Documental					
Natureza	Natureza do documento.	Reinado	Poder exercido.	Ano	Constante na redação.
2. Tema					
Tema Tratado					
Refere-se ao assunto tratado.					
Lugares Documentados e Correspondências Atuais					
Correspondência dos lugares referidos na documentação histórica com os lugares atuais. Neste descritor, remete-se para a leitura dos referidos topónimos presentes na Tabela de Toponímia (T.T.).					
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica					
Observações e Interpretações Históricas					
Procede-se à interpretação, análise e comentário a algumas hipóteses interpretativas no contexto da história local, estabelecendo possíveis relações com os sítios arqueológicos.					
Contributo/Utilidade					
São sumariadas as principais linhas interpretativas associadas ao âmbito desta investigação.					
4. Fontes					
Referências às obras onde constam os documentos publicados.					

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho
					0/A
1. Identificação Documental					
Natureza	Doação por Testamento	Reinado	Ordonho IV de Leão	Ano	960
2. Tema					
Tema Tratado					
Doação da Condessa D. Flamula exarada no Livro de Mumadona.					
Lugares Documentados e Correspondências Atuais					
<i>vilar sico</i> - Vilar Seco (T.T. – Nº 187)					
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica					
Observações e Interpretações Históricas					
D. Flamula ou Chamôa Rodrigues, filha do Conde Rodrigo Tedones e D. Leonegúndia Dias. Pela sua condição de saúde, D. Flamula dispõe os seus bens em testamento e ingressa no cenóbio vimaranense fundado pela sua tia D. Mumadona.					
Contributo/Utilidade					
Primeira referência documental para o atual concelho de Nelas. Uma das propriedades mencionadas é em <i>vilar sico</i> . Parece tratar-se concretamente de Vilar Seco, concelho de Nelas, sobretudo pela proximidade geográfica com outros lugares referidos no mesmo contexto e passagem documental. Depois de confrontada esta referência com a documentação histórica do século XI e XII, obtivemos, ainda, outros argumentos complementares: ligações familiares entre intervenientes na documentação (T.D.H. – Nº 1), lugares referidos com relação à toponímia atual, desconstrução etimológica de alguns topónimos (T.T. – Nº 187) e propriedades relacionadas com o tempo das presúrias de Afonso III (T.T. – Nº 197).					
4. Fontes					
[PMH – <i>Diplomata et Chartae</i> , F. I, Doc. 81, pp. 50-51]					

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho	
					0/B	
1. Identificação Documental						
Natureza	Inventário	Reinado	Fernando Magno de Leão	Ano	1059	
2. Tema						
Tema Tratado						
Inventário do património do Mosteiro Vimaranesense presente no <i>Livro de Mumadona Dias</i> .						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
vilar sico - Vilar Seco (T.T. – Nº 187)						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
Confrontar com T.D.H. – Nº 0/A.						
Contributo/Utilidade						
Promulgação e confirmação da manutenção desta propriedade, mencionada em 960.						
4. Fontes						
[PMH – <i>Diplomata et Chartae</i> , F. II, Doc. 420, pp. 257-262]						

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho	
					1	
1. Identificação Documental						
Natureza	Doação por Testamento	Reinado	Conde D. Henrique	Ano	1100 (?)	
2. Tema						
Tema Tratado						
Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia).						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
<i>vilar siccu</i> - Vilar Seco (T.T. – Nº 187); <i>territorio seniorim</i> - Território de Senhorim (T.T. – Nº 197)						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
Pedro Dias e sua mulher Gontina Pelaiz, fizeram em testamento e com aprovação dos filhos, dois casais que tinham em “ <i>vilar siccu (...) territorio seniorim</i> ”, ao “ <i>monasterio petroso</i> ”.						
Contributo/Utilidade						
Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI, bem como à localidade de Vilar Seco com dois casais que viriam a integrar os bens do Mosteiro de Pedroso.						
4. Fontes						
[PMH – <i>Diplomata et Chartae</i> , F. IV, Doc. 933, p. 552]						

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho
					2
1. Identificação Documental					
Natureza	Doação por Testamento	Reinado	Conde D. Henrique	Ano	1103
2. Tema					
Tema Tratado					
Pedro Sesnandes doa metade da <i>villa</i> de Santa-Cristina (Concelho da Mealhada) à Sé de Coimbra e, por morte, o seu quinhão da <i>villa</i> de Moreira.					
Lugares Documentados e Correspondências Atuais					
<i>villa Moreira/villa Moraria</i> - Moreira (T.T. – Nº 190); <i>Sentar</i> - Santar (T.T. – Nº 192)					
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica					
Observações e Interpretações Históricas					
Trata-se de uma doação, após a morte de Pedro Sesnandes, da “ <i>De supra dicta villa Moraria (...)</i> ” a sua “(...) <i>porcio quarta pars.</i> ”. Em termos geográficos: “(...) <i>villa Moreira que est in territorio Zurare et dividit cum Sentar et flumen Aon (...)</i> ”. A integração desta área no território de Zurara (Concelho de Mangualde) é reflexo da configuração territorial ocorrida entre a segunda metade do século XI e os primeiros anos do século XII. Após sete anos, este lugar integraria a designada terra de Senhorim (T.D. – Nº 3).					
Contributo/Utilidade					
É a primeira referência documental ao povoamento das atuais localidades de Moreira e Santar.					
4. Fontes					
[AZEVEDO, COSTA, 1940, Doc. 93, pp. 80-81]					

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho	
					3	
1. Identificação Documental						
Natureza	Doação por Testamento	Reinado	Conde D. Henrique	Ano	1110	
2. Tema						
Tema Tratado						
Presbítero Mendo doa à Sé de Coimbra a igreja de Moreira (e Santar?) e a “presúria” de Alcafache (Concelho de Mangualde).						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
<i>ecclesiam de Moreira</i> - Igreja de Moreira (T.T. – Nº 190); <i>territorio seniorin</i> - Território de Senhorim (T.T. – Nº 197); <i>sentar</i> - Santar (T.T. – Nº 192)						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
Este documento não reúne consenso quanto aos edifícios religiosos referidos. “ <i>Predicta ecclesia mea est sita sentar territorio seniorin, discurrente flumen Mondeci et alia parte ribulo Adon et est in partibus Visiensis. Concedo illam ecclesiam cum suis testamentis et suis passalibus et adicio illam ecclesiam de Moreira (...)</i> ”. Seguindo a maioria das transcrições, esta passagem remete para a presença de duas igrejas, a de Santar, de maior valor, e Moreira no território de Senhorim. Ademais, não consta neste documento qualquer referência à existência de uma igreja em Senhorim, como referido anteriormente num estudo histórico e arqueológico [LOURENÇO, 2007, p. 55].						
Contributo/Utilidade						
Existência de um espaço religioso anterior a 1110, possuído pelo Presbítero Mendo, também proprietário por “presúria”, do lugar de Alcafache. Predominam as relações religiosas entre a igreja conimbricense e esta região. Definição hipotética dos limites norte (rio Dão) e sul (rio Mondego) do território de Senhorim.						
4. Fontes						
[COSTA <i>et al.</i> , 1978, Doc. 271, pp. 142-144]						

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho
					4
1. Identificação Documental					
Natureza	Doação por Testamento	Reinado	D. Teresa (Condessa Portugalense) e D. Afonso Henriques	Ano	1123
2. Tema					
Tema Tratado					
Presbítero Mendo Oveques doa à igreja de Santa Maria de Viseu certos bens em <i>villa Branido</i> e em <i>Bena Gamus</i> no território de Senhorim.					
Lugares Documentados e Correspondências Atuais					
<i>Villa Branido</i> -?; <i>Bena Gamus</i> - ?; <i>territorio Seniorim</i> - Território de Senhorim (T.T. – Nº 197)					
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica					
Observações e Interpretações Históricas					
Desta fonte escrita, não conseguimos apurar, até ao momento, a relação das designações geográficas com a toponímia atual do concelho de Nelas, podendo estes lugares pertencer atualmente ao concelho de Mangualde (áreas das localidades de Gandufe e Vila Nova). Independentemente da sua localização, ambas fariam parte do “(...) <i>territorio Seniorim</i> .”. D. Odório seria prior da igreja de Santa Maria de Viseu.					
Contributo/Utilidade					
Avaliar futuramente as possíveis associações atuais dos lugares documentados. Presbítero Mendo, já referido anteriormente (T.D.H. – Nº 3), volta a realizar uma doação, desta vez a uma identidade religiosa de Viseu. É importante esclarecer qual a figura deste religioso na região, também detentor de espaços obtidos por “presúria”.					
4. Fontes					
[AZEVEDO, COSTA., 1980, Doc. 372, pp. 308-309]					

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho
					5
1. Identificação Documental					
Natureza	Escambo	Reinado	D. Afonso Henriques	Ano	1155
2. Tema					
Tema Tratado					
Soeiro Mendes e sua esposa escambam com o Mosteiro de Santa Cruz dois casais em Canas que o Mosteiro possuía de testamento de Martim Godesteis.					
Lugares Documentados e Correspondências Atuais					
villa de Canas - Canas de Senhorim (T.T. – Nº 183); <i>territorio Seniorim</i> - Território de Senhorim (T.T. – Nº 197); <i>territorio Sene</i> - Território de Seia					
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica					
Observações e Interpretações Históricas					
Estamos perante uma troca de “(...) <i>duos casales</i> (...) <i>in villa de Canas que est in territorio Seniorim</i> (...)”, posse do Mosteiro de Santa Cruz, entretanto trocados por outros dois situados “(...) <i>in villa Lagenosa que est in territorio Sene</i> (...)”, propriedade de Soeiro Mendes. Os presentes dados evidenciam, metaforicamente, a migração de uma família da Terra de Seia para o vizinho território de Senhorim. Para além das propriedades da Sé de Coimbra e Cabido deixadas por testamento (T.D.H. – Nºs 2 e 3), o Mosteiro de Santa Cruz tinha igualmente propriedades neste território.					
Contributo/Utilidade					
Primeira referência documental a Canas, lugar albergador de dois casais deixados por testamento ao Mosteiro de Santa Cruz (as relações entre esta região e a igreja conimbricense continuariam a manifestar-se, como verificamos nestas propriedades). O panorama arqueológico e toponímico evidenciado na área do Casal é concordante com a possível incorporação destes dois <i>casales</i> nesta mesma zona da vila de Canas de Senhorim.					
4. Fontes					
[VENTURA, FARIA, 1990, Doc. 201, pp. 354-355]					

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho	
					6	
1. Identificação Documental						
Natureza	Coutamento	Reinado	D. Sancho I	Ano	1186	
2. Tema						
Tema Tratado						
Coutamento ao bispo de Viseu, D. João, da <i>villa de Canas</i> com doação de todos os seus direitos reais.						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
<p><i>Cannas</i> - Canas de Senhorim (T.T. – Nº 183); <i>termino de Seniorim</i> - Termo de Senhorim (T.T. – Nº 197); <i>Asnelas</i> - Nelas (T.T. – Nº 181); <i>Caldas</i> - Caldas da Felgueira (T.T. – Nº 179); <i>Valle das Perdices</i> - Vale das Perdizes (T.T. – Nº 21); <i>Valle do Eixudriu</i> - Vale do Enxurro (microtoponímia); <i>Moledo</i> - Moledo (T.T. – Nº 39); <i>Moreira</i> - Moreira (T.T. – Nº 190); <i>Valle do Padrom</i> – Pedrão (T.T. – Nº 38), <i>Lomba</i> - Lomba (microtoponímia); <i>Monte Caures</i> - (?) ; <i>Beiaioos</i> - Beijós (Concelho de Carregal do Sal); <i>Lampaza</i> - Lampaça (T.T. – Nº 158); <i>Cabanas</i> - Cabanas (T.T. – Nº 13?); <i>Valcouo</i> - Vale Covo (T.T. – Nº 42); <i>Crasto</i> - Castro (?); <i>Vlueira</i> - Oliveira do Conde (Concelho de Carregal do Sal); <i>Soureira do Bispo</i> - Sobreira do Bispo (T.T. – Nº 93?); <i>Corcada</i> (?).</p>						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
<p>Ao consultarmos este documento, é referida uma menção à compra de D. João Perez, bispo de Viseu, da <i>villa de Cannas</i> entre 1184-1186 aos proprietários Soiero Formariz e Dona Mónia, sua mulher, e Pedro Heriz e sua mulher, Dona Maria, e Marílio com todos os seus filhos (Torre do Tombo - Sé de Viseu, m. 4, docs. 29, 34, 35, 37 e 38). O documento em análise vem oficialmente implementar o Couto de Canas ao então bispo de Viseu. Nele consta a confirmação do couto com os seus limites marcados por pedras levantadas, bem como a concessão de todos os direitos reais para o bispo e futuros nomeados deste Couto. D. João Perez, sucessor de D. Godinho, foi o quarto bispo de Viseu após restituição do território aos cristãos, assumindo a diocese de Viseu em 1179 (- 1192, após sua morte). A carta de coutamento contém ainda a sua delimitação a partir de vários lugares, parte deles com as designações toponímicas atuais: “(...) <i>contra Asnelas per la foz das Caldas et inde ou Valle das Perdices et inde ou Valle do Eixudriu et inde ou Moledo; contra Moreira per cima do Valle Padrom et inde per cima da Lomba et inde per cima de Monte Caures et ind per cima da Agueira;</i></p>						

contra Beiaioos per cima da Lampaza; contra Cabanas per cima de Valcouo et inde ou Castro; contra Vlueira per la Soureira do Bispo et inde per la Corcada et inde a Mondego ous Sardoiros et inde per la uena de Mondego usque ad focem das Caldas. (...)”.

Contributo/Utilidade

Desintegração da vila de Canas da Terra de Senhorim. Perduração de grande parte da toponímia atual, permitindo-nos traçar atualmente o espaço inerente ao Couto. A designação de *Cannas* ainda ocorre sem o determinativo *Seniorim*.

4. Fontes

[ALVES, 1995, pp. 245-280; AZEVEDO *et al.*, 1979, Doc. 15, pp. 24-25]

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho	
					7	
1. Identificação Documental						
Natureza	Foro	Reinado	D. Sancho I	Ano	1196	
2. Tema						
Tema Tratado						
Carta de foro do Cabido de Viseu para os moradores da vila de Canas						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
<i>Cannas de seniorim</i> - Canas de Senhorim (T.T. – Nº 183)						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
<p>Após a morte do bispo D. João Perez (T.D.H. – Nº 5) em 1192, sucede-lhe D. Nicolau, no entanto é o Cabido da Sé de Viseu que toma posse da vila de Canas, outorgando posteriormente esta carta de foro aos moradores. Nela consignam os direitos e deveres dos moradores perante o Cabido da Sé de Viseu. Iniciava-se uma relação atribulada entre os habitantes locais, os moradores vizinhos e o Cabido de Viseu, factos reportados na documentação de períodos subseqüentes, só ultrapassada após 1514, ano de atribuição do foral manuelino a Canas de Senhorim. Neste documento surge, pela primeira vez, a designação de <i>Cannas de Seniorim</i>.</p>						
Contributo/Utilidade						
<p>Junção do determinativo <i>Seniorim</i> ao nome <i>Cannas</i>, acontecimento que explica a atual designação de Canas de Senhorim. Existe uma grande vontade do Cabido da Sé de Viseu em manter este couto, estabelecendo os direitos e deveres dos seus moradores. É declarado que cada morador deveria pagar anualmente, a oitava parte do pão, do vinho e do linho e, além da eirádega, três fogaças, um capão, dez ovos, um corazil e a oitava parte do preço por que se vendesse qualquer herdade ou vinha. No contexto desta investigação, estes documentos escritos provam uma ocupação humana significativa desta localidade no início da Baixa Idade Média, situação coetânea com os vestígios arqueológicos presentes em algumas zonas desta vila atual, como é o caso do Passal (T.S.A. – Nº 8).</p>						
4. Fontes						
[ALVES, 1995, pp. 245-280]						

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho	
					8	
1. Identificação Documental						
Natureza	Inquirições	Reinado	D. Afonso III	Ano	1258	
2. Tema						
Tema Tratado						
Inquirições de D. Afonso III						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
<p><i>Casali Sancho</i> - Casal Sancho (T. T. – Nº 188) ; <i>Ecclesie Sancto Petro de Santar</i> - Igreja de São Pedro de Santar (T.T. – Nº 192); <i>terra de seniorim</i> - Terra de Senhorim (T.T. – Nº 197); <i>Casali Bono</i> - Casal Bom (T.T. – Nº 174); <i>Vilar Sico</i> - Vilar Seco (T.T. – Nº 187); <i>Asnelas</i> - Nelas (T.T. – Nº 181); <i>Ecclesie de Sancta Maria de Seniorim</i> - Igreja de Santa Maria de Senhorim (T.T. – Nº 81); <i>Algiraz/Argiraz</i> - Algeraz (T.T. – Nº 178); <i>villa de Seniorim</i> - Vila de Senhorim (T.T. – Nº 197); <i>Esfolada</i> - Esfolada (T.T. – Nº 107); <i>Gundufe</i> - Gandufe (Concelho de Mangualde); <i>Villa Nova</i> - Vila Nova (Concelho de Mangualde); <i>Villa Rubea</i> - Vila Ruiva (T.T. – Nº 198); <i>Castella</i> - Castelo (T.T. – Nº 175); <i>Marinota</i> - Merrota (T.T. – Nº 76); <i>Canas de Seniorim</i> - Canas de Senhorim (T.T. – Nº 183); <i>Moledo</i> - Moledo (T.T. – Nº 39); <i>Oriariza</i> - Urgeiriça (T.T. – Nº 44); <i>fontem de Caldas</i> - Caldas da Felgueira (T.T. – Nº 179); <i>Moreyra</i> - Moreira (T.T. – Nº 190); <i>Carvalal Retundo</i> - Carvalhal Redondo (T.T. – Nº 177); <i>Vallis Cossuyro</i> - Vale do Cossoiro?; <i>Vallis Forcado</i> - Vale Forcado?; <i>Vallis de Padrom</i> - Vale do Pedrão (T.T. – Nº 38); <i>Alcaafach</i> - Alcafache (Concelho de Mangualde); <i>Carvalal de Anela</i> - Carvalhal de Nelas ?; <i>Fonteelo</i> - Fontanheiras ? (T.T. – Nº 189); <i>Monasterium de Mazeeyra</i> - Mosteiro de Maceira Dão (C. Mangualde); <i>Sena</i> - Seia; <i>Travaços</i> – Travassos (T.T. – Nº15).</p>						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
<p>A informação figurada nas Inquirições refere-se largamente às atuais localidades de Agueira, Algeraz, Canas de Senhorim, Casal Sancho, Moreira, Nelas, Santar, Senhorim, Vila Ruiva e Vilar Seco. A partir da leitura desta fonte histórica, reconhecemos que todas as propriedades da terra de Senhorim eram foreiras ao rei, independentemente da posse de senhores, ordens e clérigos. A presença do clero ficaria marcada pelos cónegos de Viseu como grandes depredadores da fazenda régia,</p>						

invadindo os limites dos territórios vizinhos, em parte, com prejuízos para os interesses da própria Coroa. Entre as propriedades do clero, existe uma passagem referente à posse, por testamento e compra, de seis casais em Casal Sancho que não pagavam foro ao rei e impediam a entrada de qualquer mordomo. Comumente, estes capitulares tinham ainda em seu poder a cavalaria de Casal Sancho e apoderavam-se de herdades foreiras ao Rei, pertencentes à cavalaria de Moreira, precisamente nos lugares de Vale de Padrão, Vale Forcado, Carvalhal Redondo e Vale de Cossoiro. Por fim, os Mosteiros de Pedroso e Santa Cruz possuíam igualmente casais em Vilar Seco. No contexto administrativo, é referida a deslocação de homens de Vila Ruiva para o *concilium* Vilar Seco, bem como de um homem preso por indemnização que devia, seguramente através da *via que vadit de Seniorim pro ad Vilar Sico* [PMH – *Inquisitiones*, p. 813]. Esta passagem é particularmente relevante no contexto das alterações político-administrativas ocorridas no território de Senhorim. São variadíssimas as descrições patentes nesta fonte referentes ao território de Senhorim, sendo uma das fontes medievais mais ricas para o estudo da história local.

Contributo/Utilidade

A terra de Senhorim seria, nos meados do século XIII, parcialmente regalenga. Para além do espaço que pertence atualmente ao concelho de Nelas, as localidades de Vila Nova e Gandufe (C. Mangualde) integravam também o território de Senhorim. Os casais predominavam na paisagem agrícola, tal como a influência dos cónegos de Viseu. A referência a grande parte das localidades e alguns lugares atuais, demonstra uma dinâmica efetiva de povoamento que culmina nos meados do século XIII e viria, para a área do concelho de Nelas, a sofrer poucas alterações até à atualidade, apesar das configurações político-administrativas posteriores.

4. Fontes

[PMH – *Inquisitiones*, p. 811 e 813-814]

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho	
					9	
1. Identificação Documental						
Natureza	Foro	Reinado	D. Afonso III	Ano	1275	
2. Tema						
Tema Tratado						
Aforamento do reguengo de Algeraz a dezoito casais						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
<p><i>Moreyra</i> - Moreira (T.T. – Nº 190); <i>Algiraz</i> - Algeraz (T.T. – Nº 178); <i>Lapa de Lupo</i> - Lapa do Lobo (T.T. – Nº 186); <i>Santar</i> - Santar (T.T. – Nº 192); <i>Canas</i> - Canas de Senhorim (T.T. – Nº 183); <i>Carvalal Redondo</i> - Carvalhal Redondo (T.T. – Nº 177); <i>Vilar Sicto</i> - Vilar Seco (T.T. – Nº 187); <i>Senhorî</i> - Senhorim (T.T. – Nº 197).</p>						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
<p>Através desta carta, D. Afonso III deu de emprazamento o seu reguengo de Algeraz a dezoito casais: quatro de origem indeterminada, quatro em Moreira, três em Vilar Seco, três em Algeraz e um para cada um dos lugares de Santar, Canas de Senhorim, Carvalhal Redondo e Lapa do Lobo. Na análise desta fonte é evidente a vontade do monarca em povoar este território, estabelecendo os deveres e direitos dos moradores perante a coroa.</p>						
Contributo/Utilidade						
<p>Lapa do Lobo é documentada pela primeira vez no decurso deste aforamento. Procurava-se intensificar o povoamento de parte dos lugares já referidos em 1258 (T.D.H. – Nº 8). Esta é mais uma ação régia que acentuou a concentração populacional.</p>						
4. Fontes						
[VENTURA e OLIVEIRA, 2006, Doc. 626, pp.200-201]						

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho	
					10	
1. Identificação Documental						
Natureza	Sentença	Reinado	D. Dinis	Ano	1282	
2. Tema						
Tema Tratado						
Sentença sobre o couto de Canas de Senhorim concretizada por Geraldo Lourenço, tabelião de Zurara e de Senhorim, na presença de várias testemunhas.						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
<i>Canas de Senhorim</i> - Canas de Senhorim (T.T. – Nº 183)						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
O presente documento incorpora-se no conjunto de fontes escritas alusivas às relações conturbadas entre os capitulares da Sé de Viseu, as usurpações de poderosos locais e os “caseiros” de Canas de Senhorim.						
Contributo/Utilidade						
As relações administrativas entre as terras de Senhorim e Zurara refletem-se, neste caso, pela partilha do mesmo tabelião (Geraldo Lourenço). Surge igualmente, entre as testemunhas, um abade de Oliveira do Conde (Concelho de Carregal do Sal). Estas intervenções comprovam a progressiva relação e influência de gentes e lugares nesta região.						
4. Fontes						
[PINTO, 2003, p. 414]						

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho	
					11	
1. Identificação Documental						
Natureza	Foro	Reinado	D. Dinis	Ano	1286	
2. Tema						
Tema Tratado						
Carta de foro de um herdamento a 26 moradores no Folhadal, julgado de Senhorim.						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
<i>ffoz das Caldas</i> - Caldas da Felgueira (T.T. – Nº 179); <i>Canas de Senhorí</i> - Canas de Senhorim (T.T. – Nº 183); <i>folhaadoal</i> - Folhadal (T.T. – Nº 180); <i>Dasnelas</i> - Nelas (T.T. – Nº 181).						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
<p>Esta fonte histórica é controversa entre os historiadores, pelo facto de não reunir consenso quanto ao seu verdadeiro valor enquanto foral ou carta de emprazamento. Entre esta problemática, consideremos o documento como simples carta de emprazamento. No documento em questão, evidencia-se uma transmissão coletiva da propriedade, sujeita a certos encargos, que definiu e limitou os direitos e obrigações dos beneficiários. Consta ainda a delimitação genérica da doação de D. Dinis aos 26 moradores: “<i>Primeyramente pela ffoz das Caldas de sy como parte pelos coutos de Canas de Senhorí e de sy comosse vay a cabeça vertente agua leyxando a <u>Mouta</u> de Domingos ffernandis dicto negro de si pela estrada velha como ao mare e da mara aa pedra redonda dapar de sam Miguel de sy ao Brocedo gordo de soa cabeça do follaaddoal de sy pelo ribeiro das nelas como vay entrar en Mondego e de sy pela vea da agua de Mondego comosse vay aa ffoz das Caldas huse começou a devisar o termho.</i>”</p>						
Contributo/Utilidade						
<p>Fragmentação económico-social do domínio territorial de Senhorim, descrevendo os limites desse herdamento. A par do couto de Canas de Senhorim, contribuiu para um novo mapa de povoamento nos finais do século XIII. A concessão desta carta, evidencia, por outro lado, a efetivação diplomático de uma ocupação antrópica, seguramente influenciada pela expressividade populacional e potencialidades locais trabalhadas nos séculos anteriores.</p>						

4. Fontes

[LOUREIRO, 1988, pp. 179-190]

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho	
					12	
1. Identificação Documental						
Natureza	Sentença	Reinado	D. Dinis	Ano	1291	
2. Tema						
Tema Tratado						
Fernan Johannes, tabelião de Zurara, Senhorim, Oliveira do Conde e Óvoa, Martim Dominguez, juiz de Senhorim, e o procurador do cabido de Viseu, proferem sentença a favor dos moradores de Casal Sancho.						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
<i>vilar sico</i> - Vilar Seco (T.T. – Nº 187); <i>termho senhorim</i> - Termo de Senhorim (T.T. – Nº 192); <i>Cassal de Sancho</i> - Casal Sancho (T.T. – Nº 188).						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
A razão da redação deste documento esteve na usurpação dos direitos do cabido de Viseu sobre Casal Sancho por parte de Afonso Mendes.						
Contributo/Utilidade						
Esta sentença comprova as instabilidades vividas entre os moradores desta zona, decorrentes das tentativas de usurpação dos respetivos bens.						
4. Fontes						
[PINTO, 2003, pp. 415-416]						

<p>“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”</p>					Nº Documento/Trabalho	
					13	
1. Identificação Documental						
Natureza	Foro	Reinado	D. Dinis	Ano	1292	
2. Tema						
Tema Tratado						
Aforamento perpétuo e hereditário de metade de um herdamento reguengo no julgado de Senhorim, em Vale do Padrão, a Sebastião Anes, Pedro Anes, suas mulheres e sucessores.						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
<i>Senhorim - Senhorim (T.T. – Nº 192); Val do Padrom - Vale Padrão (T.T. – Nº 38); Carvalhal Redondo – Carvalhal Redondo (T.T. – Nº 177); Candoosa - Candosa; Algiraz - Algeraz (T.T. – Nº 178)</i>						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
Estamos perante um aforamento perpétuo e hereditário de metade de um reguengo no julgado de Senhorim, designado por “(...) <i>Val Padrom como parte com Carvalhal Redondo e da outra parte pela Candoosa e da outra parte per Algiraz (...)</i> ”. Neste documento são consignados os respetivos direitos e deveres entre o monarca e os recetores deste aforamento.						
Contributo/Utilidade						
É mais um dado relativo à estruturação da paisagem agrícola da área em estudo. Fragmentação progressiva da terra regalenga.						
4. Fontes						
[MARREIROS, 2012, Doc. 178, pp. 210-211]						

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia”					Nº Documento/Trabalho	
					14	
1. Identificação Documental						
Natureza	Sentença	Reinado	D. Dinis	Ano	1295	
2. Tema						
Tema Tratado						
D. Egas, bispo de Viseu, João Simões, deão, e o cabido de Viseu, obrigam os moradores do couto de Canas a dar <i>fogaça</i> e <i>eirádega</i> ao cabido da Sé de Viseu.						
Lugares Documentados e Correspondências Atuais						
<i>Canas de Senhorim</i> - Canas de Senhorim (T.T. – Nº 183)						
3. Contexto, Interesse e Interpretação Histórica						
Observações e Interpretações Históricas						
As imprecisões respeitantes ao modo como se devia proceder à cobrança da <i>eirádega</i> e <i>fogaça</i> , assim como a venda do pão e do vinho vindos do exterior, estariam na origem desta sentença proferida por D. Egas, Bispo de Viseu. Este é um dos exemplos que evidencia a relação conturbada entre os moradores de Canas de Senhorim e os capitulares da Sé de Viseu.						
Contributo/Utilidade						
Manutenção do domínio sobre o Couto de Canas de Senhorim por parte do Cabido da Sé de Viseu.						
4. Fontes						
[PINTO, 2003, p. 417]						

Tabela de Sítios Arqueológicos (T.S.A.)

**IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA – TABELA DE SÍTIOS
ARQUEOLÓGICOS (T.S.A.)**

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		Nº Sequencial	
1. Identificação			
Nome Designação local do sítio, em parte utilizada pela inventariação arqueológica.	Topónimo Retirado das cartas militares 1:25 000. Na maioria das vezes corresponde ao <i>Nome</i> .		
CNS Sempre que exista o Código Nacional de Sítio (Portal do Arqueólogo – DGPC) é devidamente mencionado.	Tipo de Sítio Trata-se de uma hipótese de classificação tipológica sustentada na informação recolhida referente a cada sítio arqueológico, com base no <i>thesaurus</i> do Sistema de Informação Arqueológica (Portal do Arqueólogo – DGPC).		
2. Localização			
Lugar/Localidade Refere-se ao lugar/localidade mais próximo ao sítio arqueológico, revelando a relação socioeconómica e administrativa atual de determinada localidade aos vestígios arqueológicos.	Freguesia Nome da freguesia a que pertence a área onde se encontram os vestígios arqueológicos.		
Coordenadas Obtenção das coordenadas geográficas (latitude e longitude) através do sistema WGS 84 (World Geodetic System, 1984);	Altitude(m) Obtida com base no MDT do concelho de Nelas (Modelo Digital de Terreno com curvas de nível de 10:10), através do ambiente QuantumGis 2.14.7.. Na maioria dos casos, optou-se por dar um intervalo de altitude, correspondendo às	CMP Referência ao número da Carta Militar Portuguesa onde se localiza o sítio arqueológico (2ª Edição, Nºs 189, 200, 201, 211 na escala de 1/25 000).	Fl.

	áreas de dispersão dos vestígios arqueológicos.	
Acessos Descrição do acesso ao sítio, partindo de uma referência viária de maior relevância. São empregues várias referências a estradas nacionais e municipais e cálculos de distâncias aproximadas.		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais	Informações orais prestadas por moradores locais, relacionadas com os vestígios arqueológicos: relatos de achados arqueológicos, lendas, etc..	
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho	Número de inventário atribuído sequencialmente à documentação histórica (T.D.H.) para o presente estudo.	
Tema	Inclui um pequeno sumário do tema tratado no documento onde constam, entre outros assuntos, os lugares referidos e suas correspondências atuais.	
Contributo/ Utilidade	Relação direta ou indireta com o sítio arqueológico.	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho Número de inventário atribuído sequencialmente aos topónimos estudados (T.T.) para o presente estudo.	Análise Taxonómica Refere a natureza e taxonomia do onomato em questão.	Tipologia Etimológica Origem e evolução linguística do termo.
Documentação Gráfica		
Cartografia São referidas as fontes cartográficas	Cartas Geográficas Carta Militar de Portugal, escala 1:25000, folhas 189 (Mangualde), 200 (Nelas), 201 (Gouveia) e 211 (Ervedal da Beira - Oliveira do Hospital) dos Serviços Cartográficos do Exército, 1ª Ed. (1945) e 2ª Ed. (1992). Confrontaram-se as edições.	

<p>onde se incluem os sítios sempre que seja necessário para complementar a interpretação arqueológica.</p>	<p>Cartas Geológicas Carta Geológica de Portugal, escala 1:50000, folhas 17-A/Viseu e 17-C/Santa Comba Dão, dos Serviços Geológicos de Portugal, respetivamente de 1961 e 2009.</p> <p>Outras Em algumas situações recorreremos a outro tipo de cartografia, sendo devidamente referenciada nesses casos.</p>
<p>Fotos</p>	<p>Cada sítio arqueológico é acompanhado pelo devido registo fotográfico, remetendo-se para o ponto 8. <i>Ilustrações</i>. As fotografias são identificadas pelo número de inventário do sítio, acompanhado pela letra alfabética sequencial.</p>
<p>Desenhos</p>	<p>Nas situações em que se realizem desenhos, são identificadas pelo número de inventário do sítio, acompanhado pela letra alfabética sequencial. Reportam-se a materiais arqueológicos, cedidos para estudo por particulares ou depositados em edifícios públicos, e a estruturas inéditas.</p>
<p>Mapas</p>	<p>A elaboração destes mapas em ambiente <i>QuantumGis 2.14</i>. procuram identificar geograficamente o sítio, seu contexto envolvente e concretizar, se necessário, algumas análises espaciais para elucidar as respetivas interpretações dos vestígios arqueológicos. Todas as fichas da <i>Tabela Sítios Arqueológicos (T.S.A.)</i> são acompanhadas por um mapa temático concretizado a partir da C.M.P. e da vista aérea obtida pelo <i>Google Earth</i>. Segue igualmente a identificação pelo número de inventário do sítio, acompanhado pela letra alfabética sequencial.</p>
<p>Bibliografia Essencial</p>	
<p>Referências bibliográficas principais relacionadas com os vestígios arqueológicos assinalados.</p>	
<p>Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão</p>	
<p>Breve descrição dos vestígios arqueológicos e, quando possível, uma estimativa das áreas (m²) de dispersão obtida através das visitas recentes aos sítios e das descrições bibliográficas referentes para cada caso. Integra ainda um sumário dos diferentes tipos de espólio. Com objetivo de elucidar estas observações, procedemos à delimitação atual de áreas representativas dos aspetos descritos. Em manchas de vestígios arqueológicos descontínuas, mas que parecem corresponder a uma única realidade arqueológica, seguimos a organização do sítio por quadrantes ou áreas geográficas. Nestes casos, toda a descrição é realizada em detrimento dessa metodologia</p>	

Estruturas Observáveis

Tipos de estruturas identificadas e as que se presumem existirem na área arqueológica. Em alguns casos, a descrição é executada apenas pelas fontes escritas e fotográficas face à impossibilidade de as visualizarmos atualmente.

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Indicação genérica da forma de relevo observada para a área onde se localiza.		
	Local de Implantação Num sentido geográfico restrito, indica o lugar onde se implanta o sítio arqueológico.		
Geologia	Substrato geológico dominante e caracterização da sua constituição, com base na Carta Geológica de Portugal, escala 1:50000, dos Serviços Geológicos de Portugal.		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Existentes num raio de 500m ao sítio arqueológico (Rios, Ribeiros, Nascentes).		
	Utilização Usufruto dos recursos hídricos (consumo humano e animal, irrigação, recreio, energia).		
Coberto Vegetal De forma categorizada, descreve-se o tipo de cobertura vegetal.	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação (Carta de Uso e Ocupação dos Solos) e modalidade categorizada do uso do solo atual.		
	Primário	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Classificação da perceção para “identificar” o sítio. É categorizado por: Bom; Razoável e Mau.		
	Enquadramento Classificação do enquadramento do sítio no espaço envolvente para a sua identificação. Para esta caracterização utiliza-se: Excelente; Boa; Regular e Mau.		

4. Interpretação

<p>Procede- à interpretação conjunta dos dados arqueológicos, documentais, toponímicos e geográficos. São levantadas as hipóteses interpretativas enquadradas no contexto histórico associado aos vestígios existentes.</p>	
<p>5. Cronologia</p>	
<p>Período Cultural Indicação do “Período Histórico” proposto para o sítio de acordo com o <i>thesaurus</i> constante no Portal do Arqueólogo – DGPC.</p>	<p>Cronologia Relativa Refere a cronologia proposta para a ocupação do sítio.</p>
<p>6. Valorização e Salvaguarda</p>	
<p>Estado de Conservação Avaliação do estado de conservação do sítio arqueológico em seis níveis: Excelente, Muito Bom, Bom, Razoável, Fraco e Mau.</p>	
<p>Grau de Risco É classificado em Elevado, Normal e Baixo, de acordo com a exposição dos sítios arqueológicos a fatores naturais e antrópicos.</p>	<p>Fator de Risco Indica o fator de risco de degradação/destruição a que o sítio está sujeito (agrícola, urbanístico, etc.)</p>
<p>Valor Patrimonial Excepcional, Grande, Mediana e Fraca. Esta categorização teve por base as classes de valores definidas por Luís Fontes onde considera, entre outros aspetos, os elementos subjacentes à Singularidade, Raridade, Representatividade, Diversidade, Irreversibilidade e Complexidade de um sítio arqueológico [2012, pp. 518-519].</p>	<p>Valorização Ensaia as possibilidades de valorização por parte das políticas municipais. Classificação em Alta, Média e Reduzida.</p>
<p>Medidas de Monitorização</p>	<p>Estas medidas visam incentivar a criação de um modelo de monitorização do património arqueológico por parte das políticas locais, capaz de contribuir para o conhecimento, salvaguarda e preservação dos valores arqueológicos do concelho.</p>
<p>7. Outras Observações</p>	
<p>Informações complementares, consideradas pertinentes para o sítio arqueológico que não constem nos campos anteriores.</p>	
<p>8. Ilustração</p>	
<p>Registo gráfico que caracteriza o sítio e interpretações apresentadas (mapas temáticos onde estão localizadas áreas de dispersão de materiais e zonas de potencial aparecimento de vestígios arqueológicos, desenhos arqueológicos e registo fotográfico).</p>	

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		1	
1. Identificação			
Nome Casal/Olival Grande I		Topónimo Quinta	
CNS 12627		Tipo de Sítio Vila/Vicus?	
2. Localização			
Lugar/Localidade Casal/Canas de Senhorim		Freguesia Canas de Senhorim	
Coordenadas (x) -7.908112; (y) 40.503365		Altitude(m) [355-356]	CMP Fl. 200
<p>Acessos Este sítio localiza-se num conjunto de propriedades privadas ocupadas atualmente por edificações e atividade agrícola, com predominância do olival. Ao sair do cruzamento do Casal em direção à Póvoa de Santo António, virar na primeira cortada à esquerda para um caminho fazendeiro, seguindo-o sempre pela direita (1.A.).</p>			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho			
Tema			
Contributo/Utilidade			
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica Física/Natural	Tipologia Etimológica Latim <i>Quinta</i> ou	
10	(Agrotoponímia/Oicotoponímia)	Português Antigo <i>Quintã</i>	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos	6.B.; 6. C.; 6. D.		
Desenhos	6. B.		
Mapas	6. A.		
Bibliografia Essencial			

[PINTO, 1996, pp. 38-41;1999, pp. 117-124; 2003, pp. 382-386]; [VASCONCELOS, 1927-1929, p. 214]

Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão

A área de dispersão dos vestígios de superfície (**1.A.**) ocupa a envoltória das sepulturas rupestres do Casal (T.S.A – Nº 7). Até ao momento, foram recolhidos vários fragmentos cerâmicos de construção e comum (**1.B.**), pesos de tear, mós manuais, uma áscia em ferro (**1.D.**) e dois numismas ilegíveis. Acresce o achamento de José Leite Vasconcelos de uma ara votiva com ausência de teónimo (T.I.R – Nº 42) nos inícios do século XX [VASCONCELOS, 1929, p. 214]. No momento da sua recolha verificaram-se também “(...) *várias antigualhas romanas, tais como mós manúarias, tijolos, pesos de barro e pedras de alicerces de casas.*” [idem]. A própria designação atual de “Olival Grande” foi atribuída por José Leite Vasconcelos, situação comprovada pelas informações orais prestadas por uma das pessoas que acompanhou a visita do arqueólogo e etnólogo ao local, entretanto descritas num dos estudos arqueológicos dedicados a Canas de Senhorim [PINTO, 1996, pp. 29-30]. Ainda para este sítio, é referida, através de informações orais, a existência de uma outra ara já destruída, muito parecida à ara dedicada a *Besenclae* (T.I.R. – Nº 41) [idem]. Através da análise espacial e informações orais essa inscrição (T.I.R. – Nº 41) seria transportada do Casal/Olival Grande I para uma propriedade próxima (cerca de 350m a sudeste), local do seu achamento.

Estruturas Observáveis

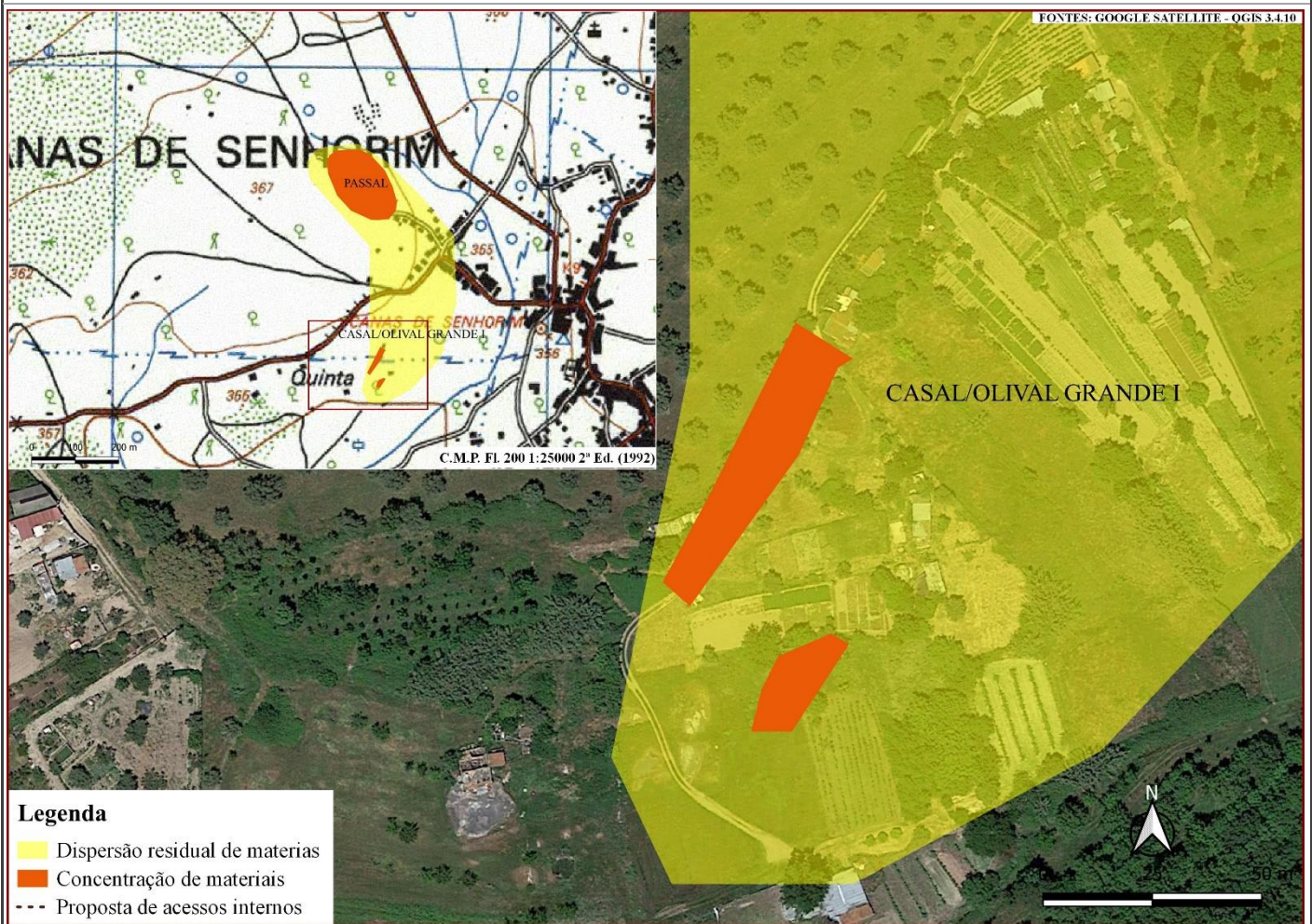
Na zona dos anexos agrícolas, existe uma vala onde se identificaram restos de estruturas pétreas associadas a um sedimento escuro, constituído por fragmentos cerâmicos de construção e cerâmica comum (**1.C.**).

Fisiografia

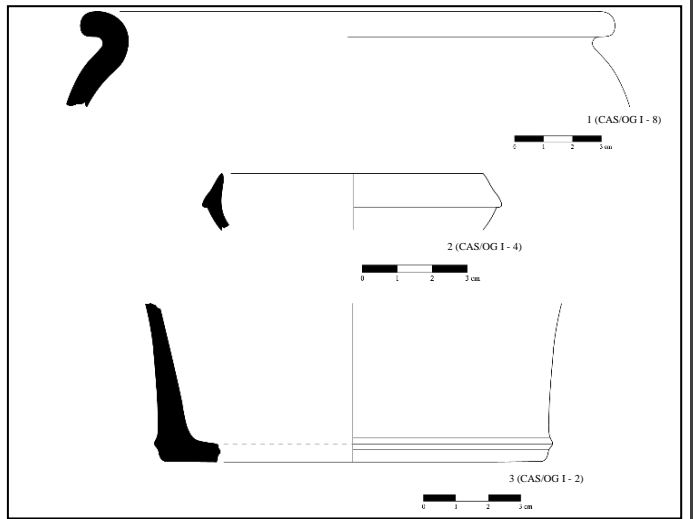
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave sobranceira ao ribeiro do Vale do Boi		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio.		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Ribeiro Vale do Boi; Concentração significativa de furos para exploração de água, o que prova a superficialidade dos aquíferos e consequente riqueza hídrica do lugar.		
	Utilização Irrigação; Consumo Humano e Animal.		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Herbáceo		
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Agrícola	Secundário Urbano	Terciário
	Nível de Perceção Razoável		

Paisagem e Visibilidade	Enquadramento Regular
4. Interpretação	
<p>Este sítio (1.A.) e o quadrante sul do Passal (T.S.A. – N° 27) devem fazer parte da mesma realidade ocupacional, um “polo” comum e familiar. Numa abordagem espacial, este sítio e o quadrante sul do Passal (T.S.A. – N° 27) deveriam formar um dos núcleos que marcariam o acentuado povoamento romano de Canas de Senhorim, conjuntamente com os núcleos do Fojo (T.S.A. – Fojo I, N° 2; Fojo II, N° 3; Fojo III, N° 4), situado a cerca de 750m a este, e do Freixieiro (T.S.A. – N° 5), localizado a 1km para nordeste. Paralelamente à proximidade dos núcleos (note-se que é um valor aproximado por linha reta), consideremos a necessidade de estes núcleos estarem interligados entre si e com as acessibilidades regionais. Assim, no seguimento do ensaio realizado sobre a rede viária regional, apresentamos igualmente uma proposta viária local sustentada na interpolação do universo dos dados utilizados na presente investigação.</p>	
5. Cronologia	
Período Cultural Romano	Cronologia Relativa Séculos II-V?
6. Valorização e Salvaguarda	
Estado de Conservação Razoável	
Grau de Risco Normal	Fator de Risco Agrícola/Urbano
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Média
Medidas de Monitorização	<p>Proceder à definição de uma área de proteção patrimonial que vise minimizar as afetações deste espaço arqueológico, condicionando as suas alterações urbanas a trabalhos arqueológicos. Este é um dos sítios arqueológicos com grandes potencialidades para se incluir num projeto de investigação capaz de responder às grandes questões sobre a verdadeira posição de Canas de Senhorim no período Romano.</p>
7. Outras Observações	
<p>Com objetivo de esclarecer e simplificar a compreensão arqueológica desta área do Casal, optámos por integrar nesta ficha de inventário a Quinta de Cima (área que encosta à zona do Passal e se situa à esquerda, vindo do cruzamento do Casal). Para além dos vestígios cerâmicos de superfície, é fundamental atender à realidade observada aquando do arranque de várias oliveiras na zona norte do sítio. Identificaram-se grandes quantidades de material cerâmico de construção e utilitário entre as raízes das oliveiras, o que indica a existência de possíveis contextos preservados e revela a potencialidade estratigráfica do lugar. É estritamente necessário alterar as políticas municipais para esta zona, garantindo a minimização do impacto antrópico, sobretudo com futuras construções ou transformações profundas do solo por meio mecânico.</p>	

8. Ilustração



1.A) Localização do Casal/Olival Grande I integrado no Núcleo Romano do Casal/Passal.



1.B) Cerâmica utilitária.



1.C) Pormenores de materiais de construção: 1 – Fragmento de “tégula de canto”; 2 – Amostra de *Opus signinum*.



1.D) Pequena áscia recolhida à superfície.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		2
1. Identificação		
Nome Fojo I	Topónimo Fojo	
CNS 12637	Tipo de Sítio Vila/Vicus?	
2. Localização		
Lugar/Localidade Fojo/Canas de Senhorim	Freguesia Canas de Senhorim	
Coordenadas (x) -7.900927; (y) 40.504815	Altitude(m) [365-366]	CMP Fl. 200
Acessos A área do Fojo I localiza-se nas proximidades do limite oeste e sul da zona desportiva da Escola EB 2,3/S Eng.º Dionísio Augusto Cunha (2.A.).		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho		
Tema		
Contributo/Utilidade		
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica	Tipologia Etimológica
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas CMP fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	2.D.; 2.E.; 2.F.	
Desenhos	2.B.; 2.C.	
Mapas	2.A.	
Bibliografia Essencial		
[ARAÚJO <i>et al.</i> , 2000, pp. 89-97]; [PINTO, 1996, pp. 42-44; 1999, pp. 107-108]; [SANTOS, 2010]; [SANTOS, 2011].		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		

Quadrante oeste (**2.A.**). Corresponde a um antigo soute e terrenos de cultivo, ocorrendo à superfície inúmeros fragmentos de tégulas e ímbrices, bem como alguns fragmentos desgastados de cerâmica comum (**2.C.**). Quadrante noroeste (**2.A.**). Recolheu-se à superfície (2000) uma peça romana singular no contexto da ocupação romana regional e nacional. Trata-se de um bronze romano (**2.B.**) assumido como elemento terminal de um objeto de culto, nomeadamente uma pátera. É caracterizado pela sua haste maciça de secção circular (14,4cm de comprimento e 2,2cm de diâmetro), terminada com uma representação zoomórfica estilizada em cabeça de pantera com um orifício na boca para suspensão [ARAÚJO *et al.*, 2000, pp. 90-91]. Na extremidade superior da haste está um centauro (4,2cm de comprimento e 5,5cm de altura) que segura na mão direita um ramo ou tocha (braço esquerdo fraturado) [ARAÚJO *et al.*, 2000, pp. 90-91]. Quadrante sul (**2.A.**). A compreensão arqueológica deste quadrante deriva, em parte, dos trabalhos realizados em contexto de emergência (2009 e 2011). Nos alicerces do muro que delimita a Escola EB 2,3/S Eng.º Dionísio Augusto Cunha, é possível visualizar grandes quantidades de fragmentos cerâmicos, sobretudo material de construção. Já na área das Lameiras, os trabalhos de arqueologia preventiva resultaram na exumação de um vasto conjunto de espólio (**2.E.** e **2.F.**). De um modo geral, caracteriza-se pela cerâmica utilitária, precisamente cerâmica comum, cinzenta fina e *sigillatas* (maioritariamente Africanas clara D e C e Hispânicas Tardias). Evidenciaram-se também fragmentos de material cerâmico de construção e um fragmento de coluna bastante danificado.

Estruturas Observáveis

Quadrante oeste (**2.A.**). Existe uma lagareta de pequenas dimensões grosseiramente circular. Quadrante sul (**2.A.**). Os trabalhos de arqueologia preventiva, centrados em sondagens de diagnóstico, permitiram detetar um muro de morfologia subcircular associado a material cerâmico (**2.D. – 1**). Esta estrutura apresenta-se parcialmente destruída e sem continuação, no entanto não existem dúvidas quanto ao seu enquadramento histórico no período romano, embora não hajam outros elementos que possibilitem interpretar a verdadeira funcionalidade. Quanto à métrica geral, ocupa uma área com diâmetro aproximado de 5m e com médias de altura e largura preservadas de 0,60m e 0,50m, respetivamente. Quanto às técnicas construtivas empregues, definem-se por uma construção de pedra granítica afeiçãoada, formando um aparelho constituído por duas fiadas de pedra de média e grande dimensão dispostas na vertical, cuja face mais alisada se encontra voltada para o exterior, com utilização de argamassa, terra, pedra miúda e fragmentos de cerâmica de cronologia romana, para preencher e ligar os interstícios (**2.D. – 4**). Já a base desta estrutura, é definida através de um lastro com largura (0,60m – 0,80m) e altura (0,10m – 0,15m) variável, assente no negativo antrópico aberto na rocha, constituído por lajes de média e grande dimensão dispostas horizontalmente sob o muro. Na parte interna do muro foi identificada uma disposição pétreia nivelada (piso ou lareira?) de forma quadrangular com 1,20m por 1,10m (**2.D. – 2**). Já na parte externa do muro, definiu-se um conjunto de três pedras dispostas

horizontalmente e niveladas, induzindo uma provável utilização enquanto soleira com 0,80m comprimento por 0,76m de largura (2.D. – 3).

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta muito suave virada a sul		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio (Ver 7. <i>Outras Observações</i>)		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Afluente da ribeira da Pantanha		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola Condicionada - C		
	Primário Urbano	Secundário Agrícola	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Regular		

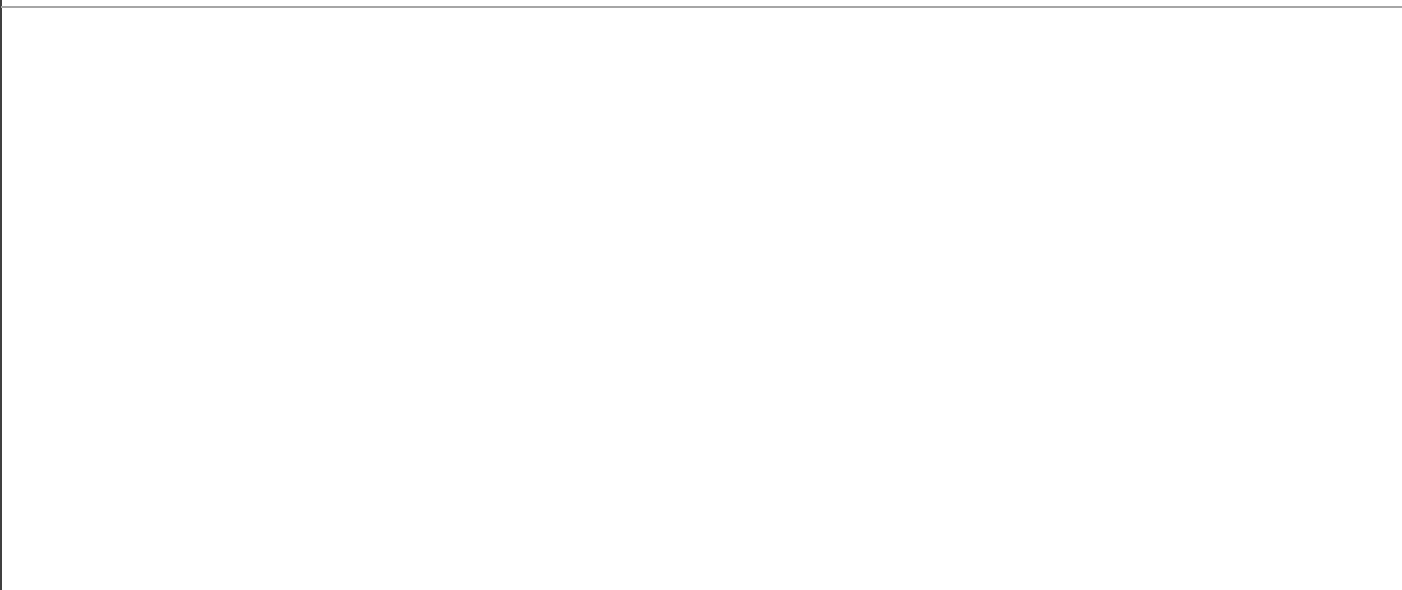
4. Interpretação

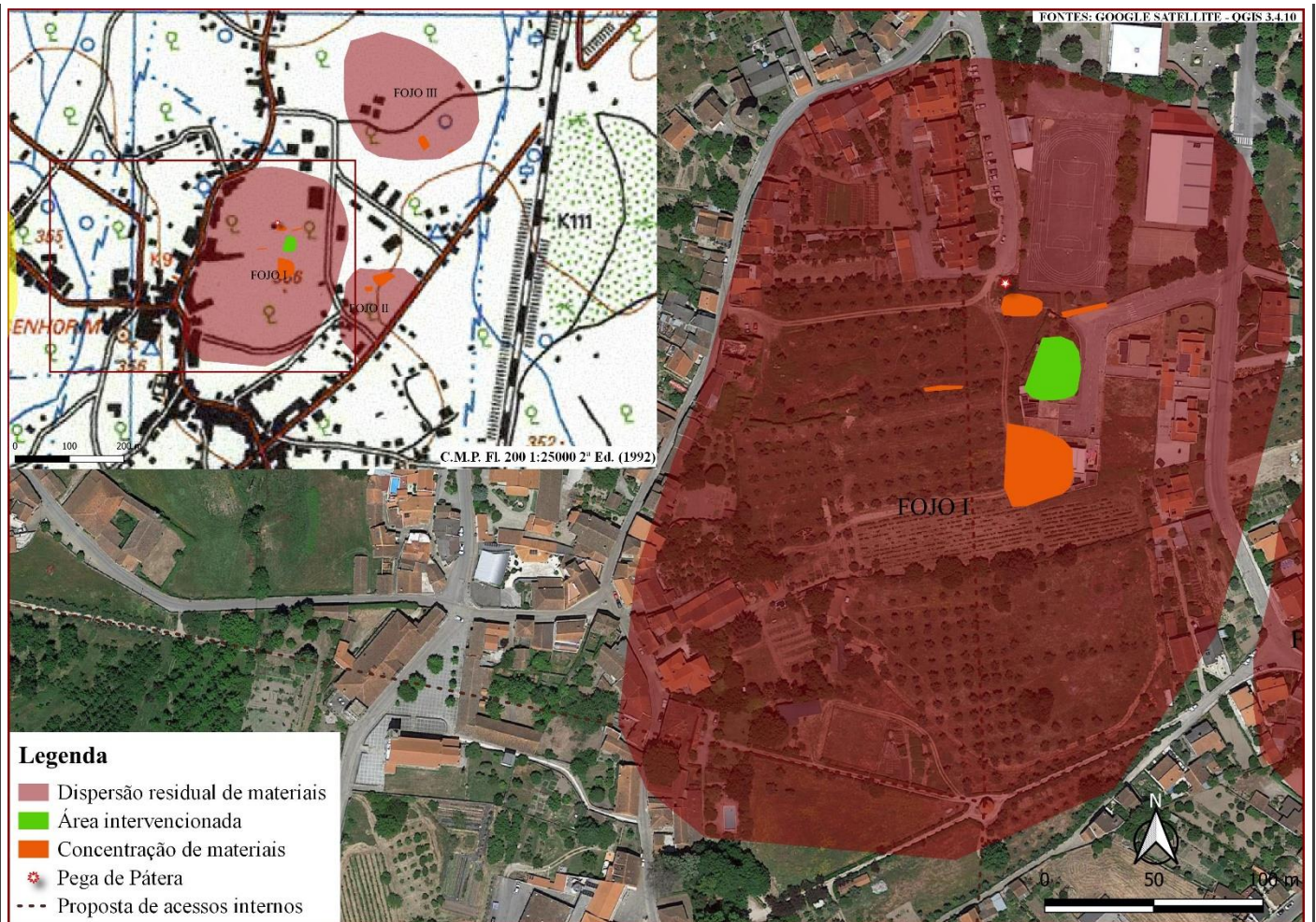
A compreensão destes vestígios arqueológicos romanos deve contemplar os espaços do Fojo II e Fojo III. É indispensável não considerar este conjunto como a mesma realidade arqueológica, quer pela sua proximidade/continuidade geográfica como pelas similitudes dos materiais arqueológicos visíveis à superfície e no decurso de alterações do solo. Estaremos perante um núcleo romano, seguramente associado aos núcleos do Freixieiro, localizado a cerca de 700m a norte, e do Casal/Passal, situado a cerca de 750m a oeste. Quadrante noroeste (2.A.). A representação dos centauros no período romano seria vulgar entre alguns monumentos, aludindo aos cortejos dionisíacos onde surgiam, por vezes, a conduzir o carro de Hércules. Por sua vez, a cabeça estilizada de pantera está igualmente associada ao culto de Hércules, sendo igualmente um indicador do contexto cultural romano. Através das características morfológicas do bronze romano, não é afastada a hipótese de representar de um elemento produzido regionalmente. Quadrante sul (2.A.). A identificação de estruturas positivas associadas a material cerâmico de cronologia romano é mais uma prova do valor singular de Canas de Senhorim no período romano. Importa considerar duas hipóteses interpretativas para esta forma subcircular: possível associação a uma parte de um complexo de termas ou possível abside de uma sala, integrada num importante complexo doméstico, tese com maior credibilidade.

5. Cronologia

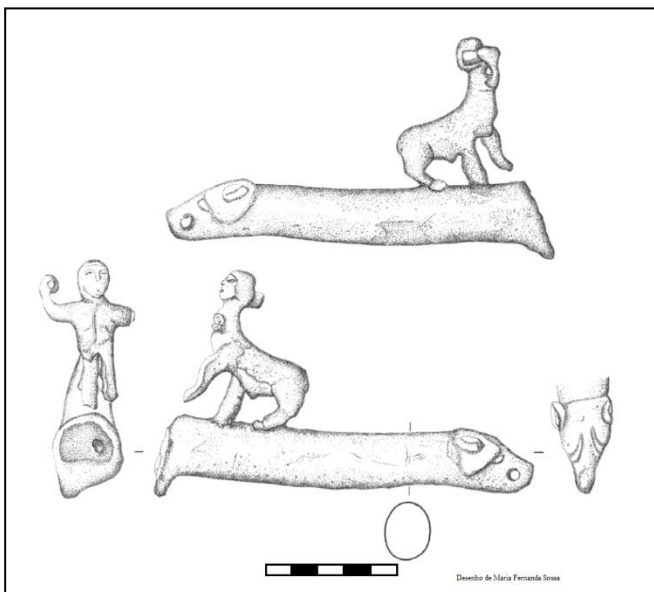
Período Cultural Romano/Antiguidade Tardia	Cronologia Relativa Séculos II - VI?
---	---

6. Valorização e Salvaguarda

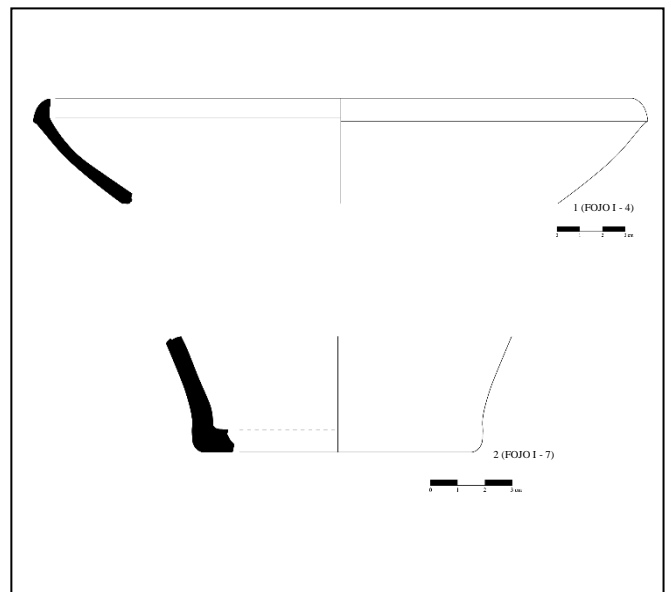
Estado de Conservação Fraco	
Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Urbanístico e Agrícola
Valor Patrimonial Grande	Valorização Reduzida
Medidas de Monitorização	Deverão ser tomadas medidas municipais adicionais para esta zona. Paralelamente aos restantes sítios romanos descritos, é preponderante acautelar o desenvolvimento de um projeto científico que incluam trabalhos de escavação nesta área do Fojo I.
7. Outras Observações	
<p>Os trabalhos arqueológicos realizados integraram-se no projeto “Construção de Moradias no Sítio das Lameiras - Canas de Senhorim – Nelas, 2009” que teve como objetivo proceder a sondagens arqueológicas de diagnóstico no âmbito da construção de moradias. Presentemente, este núcleo ocupa a área central da vila de Canas de Senhorim, estando sujeito a sucessivas alterações do solo no decurso de novas construções. Porém, o Fojo I ainda preserva alguns quintais murados onde é possível observar tais vestígios arqueológicos de superfície, mas que correm sérios riscos de afetação com futuras construções. No âmbito da nossa interrogação sobre uma possível exploração de estanho na zona de Canas de Senhorim (situação familiar à região da Beira), é particularmente interessante ressaltar mais dois aspetos peculiares que, ao complementarem os dados compilados nesta dissertação, enunciam também outros argumentos para desenvolvimento na retoma deste assunto. O primeiro adentra na proximidade geográfica do núcleo do Fojo (T.S.A. – N° 2,3 e 4) ao conjunto de depósitos arcósico-argilosos ricos em estanho, distando cerca de 750m (a sul). Já o segundo aspeto, remete-se para o estudo etimológico do microtopónimo “Fojo” que, não sendo comum na toponímia nacional, pode ter a sua origem no latim <i>fovea</i>, termo expressivo de cova, escavação, fosso.</p>	
8. Ilustração	
	



2.A) Localização do Fojo I integrado no Núcleo Arqueológico do Fojo.



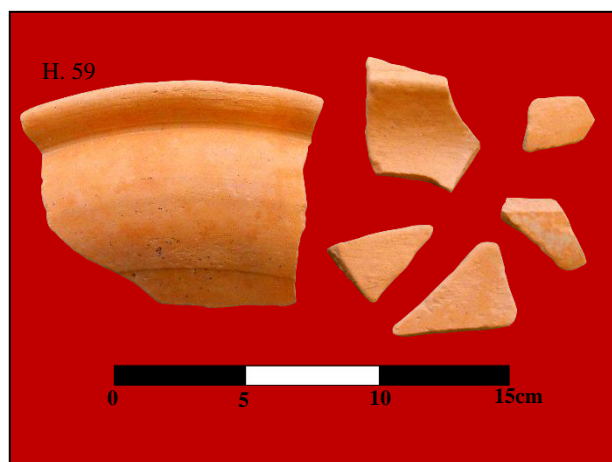
2.B) Pega de Pátera (a partir de ARAÚJO *et al.*, 2000, p. 97).



2.C) Amostra de cerâmica romana de superfície.



2.D) Trabalhos arqueológicos (a partir de SANTOS, 2010). 1 – Vista de topo da escavação. 2 – Pormenor da estrutura no interior do muro. 3 – Pormenor da estrutura no exterior do muro. 4 – Pormenor do aparelho e técnicas construtivas do muro.



2.E) Amostra de *terra sigillata* com predominância das produções africanas (2.D-1).



2. F) Amostra de cerâmica comum alaranjada e fina de pasta cinzenta.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		3	
1. Identificação			
Nome Fojo II		Topónimo Fojo	
CNS 12638		Tipo de Sítio Vila/Vicus?	
2. Localização			
Lugar/Localidade Fojo/Canas de Senhorim		Freguesia Canas de Senhorim	
Coordenadas (x) -7.898512; (y) 40.503861		Altitude(m) [365-366]	CMP Fl. 200
Acessos A área do Fojo II localiza-se entre a escola do 1º CEB do Fojo e o Posto de Saúde de Canas de Senhorim (3.A.).			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho			
Tema			
Contributo/Utilidade			
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica	Tipologia Etimológica	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos	3.B.		
Desenhos			
Mapas	3.A.		
Bibliografia Essencial			
[EUSÉBIO, MARQUES, 2005]; [PINTO, 1996, pp. 42-44; 1999, pp. 109-113];			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			

Até à atualidade, foram identificados diversos vestígios arqueológicos (**3. B.**), sobretudo no decurso da construção do bloco habitacional paralelo à escola 1º CEB do Fojo, lugar onde também existiriam alguns vestígios cerâmicos. Presentemente, é possível observar vestígios cerâmicos e pétreos nas traseiras e zona de estacionamento do referido bloco habitacional, quer à superfície como nos muros antigos, e ainda nas traseiras do Centro de Saúde de Canas de Senhorim. À superfície deste sítio recolheram-se vários fragmentos de tégulas e ímbrices, de *dolia*, pesos de tear, uma tijoleira incompleta, vários fragmentos de cerâmica comum classificável e três fragmentos de *sigillata* hispânica tardia [PINTO, 1996, pp. 42-44; 1999, pp. 109-113].

Estruturas Observáveis

No decurso da construção do bloco habitacional, especificamente na abertura dos alicerces, observaram-se vários blocos graníticos, deduzindo a existência de estruturas associadas aos vestígios cerâmicos de superfície.

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta muito suave virada a sul		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Um afluente da ribeira da Pantanha		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Urbano	Secundário Agrícola	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Regular		

4. Interpretação

A compreensão destes vestígios arqueológicos romanos deve contemplar os espaços do Fojo I e Fojo III. É fundamental considerar este conjunto de três lugares como a mesma realidade arqueológica, quer pela sua proximidade/continuidade geográfica como pelas similitudes dos materiais arqueológicos visíveis à superfície e no decurso de alterações do solo. Estaremos perante um outro núcleo significativo romano de Canas de Senhorim, seguramente associado aos núcleos do Freixieiro (T.S.A. – Nº 5), localizado a cerca de 700m a norte, e do Casal (T.S.A. – Nº 1), situado a cerca de 750m a oeste.

5. Cronologia

Período Cultural Romano/Antiguidade Tardia	Cronologia Relativa Séculos II-VI?
---	---

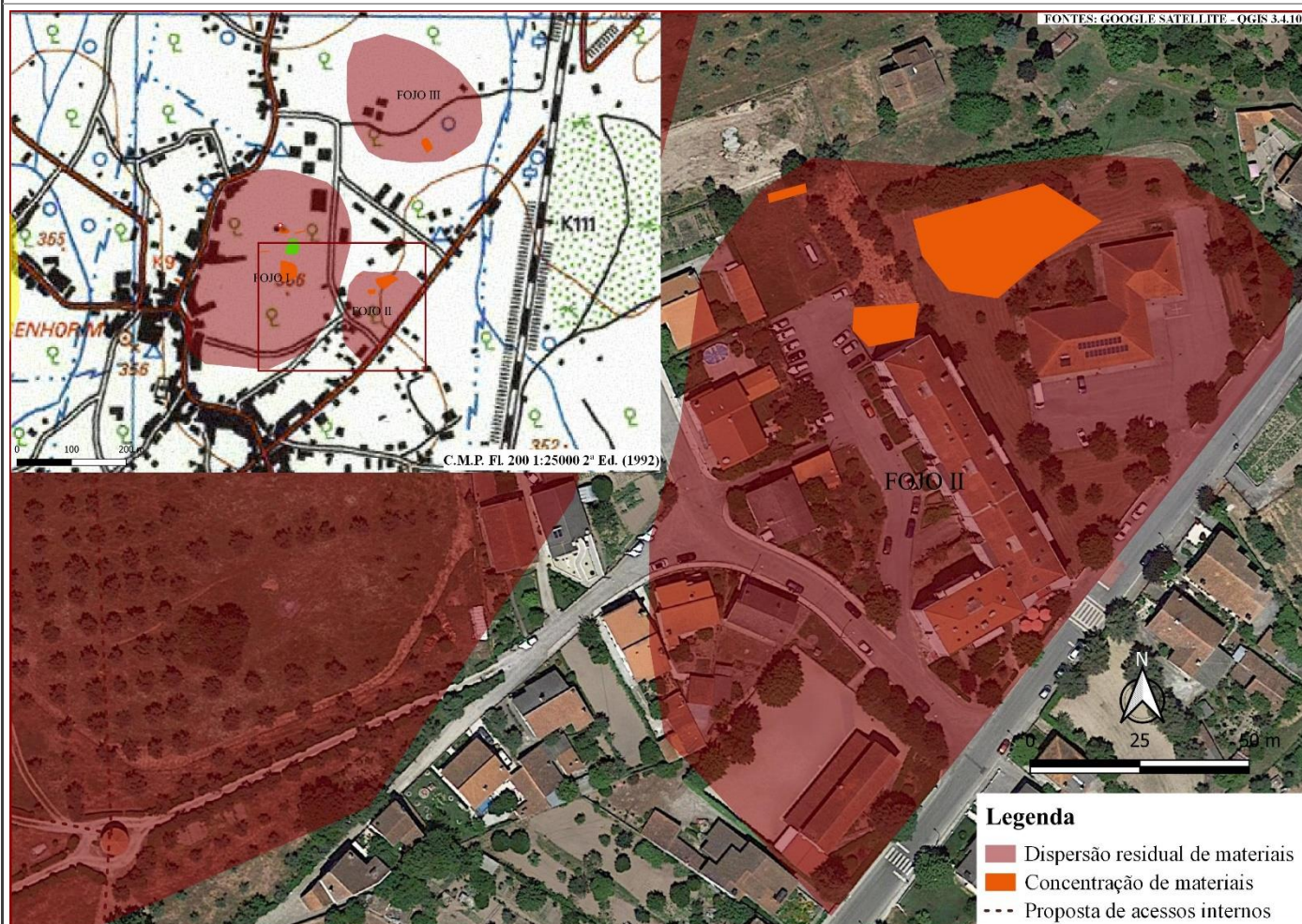
6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Fraco	
Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Urbanístico e Agrícola
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Reduzida
Medidas de Monitorização	Deverão ser tomadas medidas municipais assentes em trabalhos arqueológicos no decurso de futuras ações que afetem o solo. Paralelamente aos restantes sítios romanos descritos, é preponderante acautelar o desenvolvimento de um projeto científico que inclua trabalhos de escavação nesta área do Fojo II.

7. Outras Observações

Presentemente, este núcleo ocupa a área central da vila de Canas de Senhorim, estando sujeito a sucessivas alterações do solo no âmbito de novas construções. Porém, o Fojo II ainda preserva alguns quintais murados onde é possível observar tais vestígios arqueológicos de superfície, mas que correm sérios riscos de afetação com o crescente crescimento urbano.

8. Ilustração



3.A) Localização do Fojo II integrado no Núcleo Arqueológico do Fojo.



3.B) Amostra de material cerâmico do Fojo II.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		4
1. Identificação		
Nome Fojo III	Topónimo Fojo	
CNS 12639	Tipo de Sítio Vila/Vicus?	
2. Localização		
Lugar/Localidade Fojo/Canas de Senhorim	Freguesia Canas de Senhorim	
Coordenadas (x) -7.898512; (y) 40.503861	Altitude(m) [365-367]	CMP Fl. 200
Acessos A área do Fojo III corresponde a toda a área a sul e norte da rua Dr. Eduardo Maria dos Santos (serve a entrada das piscinas públicas) (4.A.).		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho		
Tema		
Contributo/ Utilidade		
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica	Tipologia Etimológica
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	4.B.	
Desenhos	4.C.	
Mapas	4.A.	
Bibliografia Essencial		

[EUSÉBIO, MARQUES, 2005]; [PINTO, 1996, 42-44; 1999, pp. 114-116];

Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão

Atualmente, são visíveis à superfície diversos fragmentos cerâmicos de construção na propriedade paralela ao edifício anexo às piscinas (4.A.). Como ocorreu noutros casos, a preocupação e interesse perante a realidade arqueológica de Canas de Senhorim permitiram recolhas sucessivas de material arqueológico ao longo das últimas décadas. Entre o espólio mais significativo, encontram-se diversos fragmentos de cerâmica de construção (tégulas, ímbrices e uma tijoleira) e utilitária, como sejam os fragmentos de *dolia*, paredes finas (4.B.) e fragmento de vidro romano. Acresce a recolha de mós, silhares almofadados, pregos em ferro e vários numismas, entre eles, um denário republicano (132 a.C.) [PINTO, 1996, 42-44; 1999, pp. 114-116].

Estruturas Observáveis

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta muito suave		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Um afluente da Ribeira da Pantanha		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Urbano	Secundário Agrícola	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Regular		

4. Interpretação

A compreensão destes vestígios arqueológicos romanos deve contemplar os espaços do Fojo I e Fojo II. É fundamental considerar este conjunto de três lugares como a mesma realidade arqueológica, quer pela sua proximidade/continuidade geográfica como pelas similitudes dos materiais arqueológicos visíveis à superfície e no decurso de alterações do solo. Estaremos perante um outro núcleo significativo romano de Canas de Senhorim, seguramente associado aos núcleos do Freixieiro (T.S.A. – Nº 5), localizado a cerca de 700m a norte, e do Casal (T.S.A. – Nº 1), situado a cerca de 750m a oeste.

5. Cronologia

Período Cultural Romano/Antiguidade Tardia	Cronologia Relativa Séculos II-VI?
---	---

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Fraco

Grau de Risco Elevado

Fator de Risco Urbanístico e Agrícola

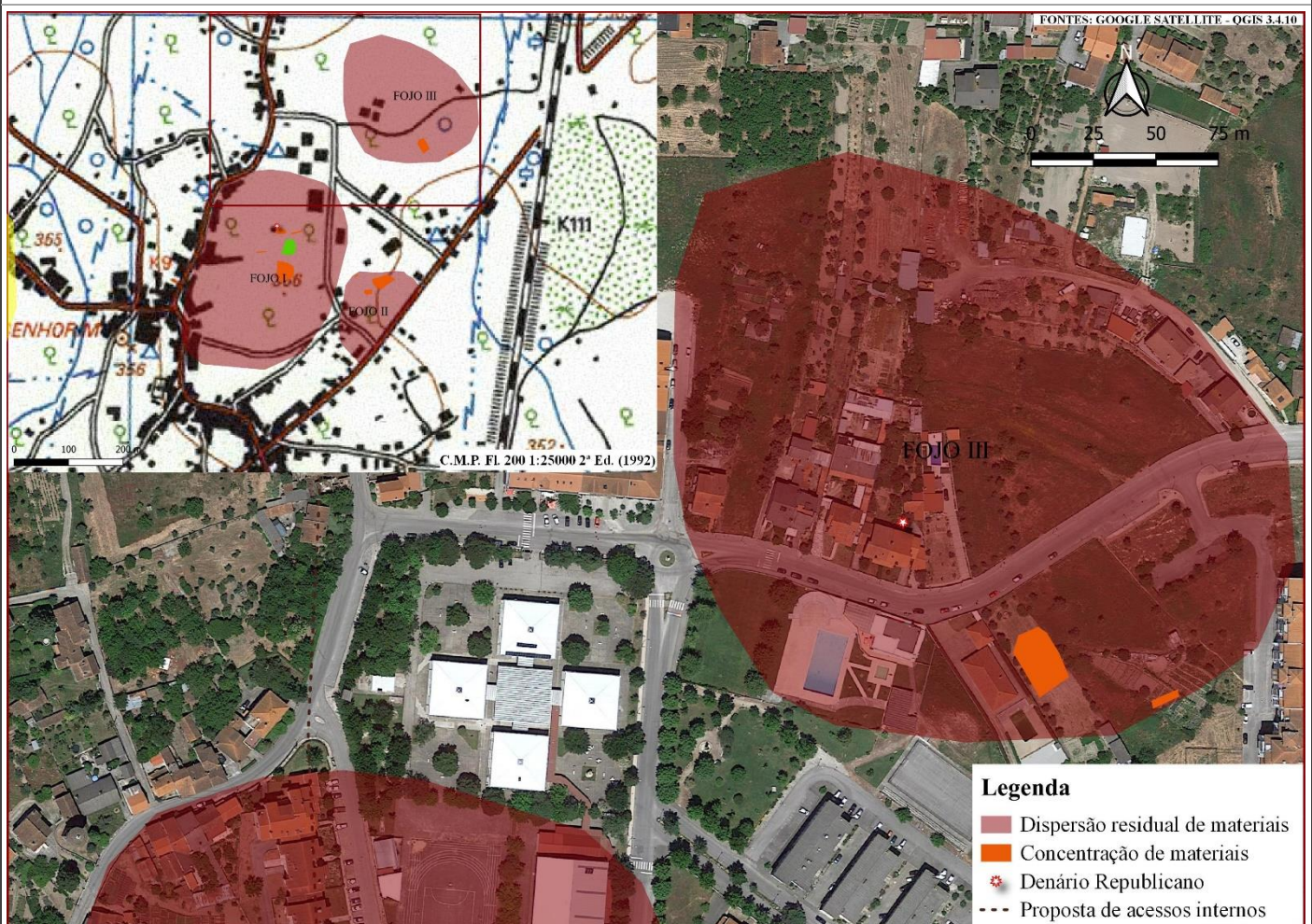
Valor Patrimonial Grande

Valorização Reduzida

7. Outras Observações

Este sítio ocupa uma das áreas onde se verifica sucessivamente novas construções, ainda assim, permanecem ainda algumas parcelas agrícolas onde se podem verificar tais vestígios de superfície referidos anteriormente, mas que correm sérios riscos de desaparecimento com a expansão urbana da vila.

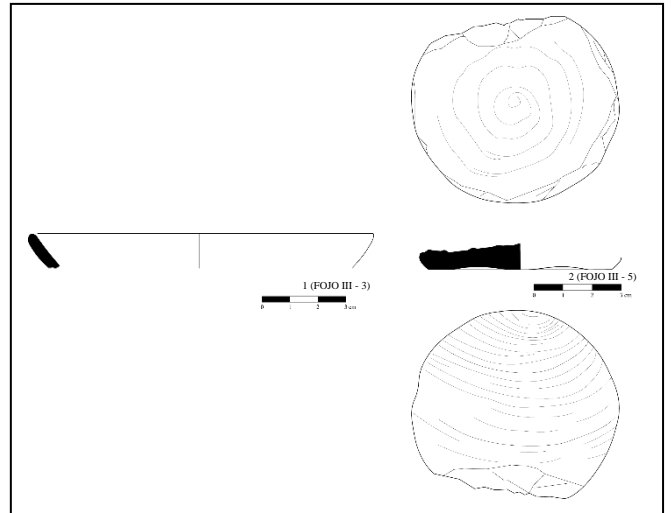
8. Ilustração



4.A) Localização do Fojo III integrado no Núcleo Arqueológico do Fojo.



4.B) Cerâmica romana Alto-Imperial.



4.C) Amostra de cerâmica comum romana. Fundo com pormenor de técnica de fabrico.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		5
1. Identificação		
Nome Freixieiro	Topónimo Freixieiro	
CNS 10066	Tipo de Sítio Vila/Vicus?	
2. Localização		
Lugar/Localidade Freixieiro/Urgeiriça	Freguesia Canas de Senhorim	
Coordenadas (x) -7.899286; (y) 40.511680	Altitude(m) [375-378]	CMP Fl. 200
<p>Acessos Este núcleo arqueológico encontra-se num conjunto de propriedades privadas ocupadas atualmente por edificações e atividade agrícola. Na estrada que liga Canas de Senhorim a Carvalhal Redondo (EN 231-2), virar para a Rua do Freixieiro, ficando o sítio na área frontal à Escola João de Deus. Prolonga-se para norte, ultrapassando a referida estrada também designada por Rua Laje do Quarto. Para aceder ao quadrante norte, seguir a Rua Laje do Quarto (EN 231-2), ficando do lado direito antes da primeira curva à direita no sentido Canas de Senhorim – Carvalhal Redondo (5.A.).</p>		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Oraís	<p>Surgem recorrentemente informações orais dos proprietários dos terrenos agrícolas como das habitações que provam a dispersão e qualidade dos vestígios arqueológicos deste núcleo. É comum observarmos amontoados de material cerâmico junto de muros ou oliveiras, decorrentes dos trabalhos anuais que os solos estão expostos no âmbito da atividade agrícola (5.C.). Existem informações orais de que a placa funerária (T.I.R. – N° 45), encontrada na forragem de um poço na zona do Fojo II, derivou deste sítio, do quadrante norte.</p>	
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho		
Tema		
Contributo/Utilidade		
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 124	Análise Taxonómica Física/Natural (Dendrotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Fraxinus</i> ;
Documentação Gráfica		

Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)
Fotos	5.B.; 5.C.; 5.D.; 5.E.; 5.F.; 5. H.; 5. I.
Desenhos	5.G.
Mapas	5.A.

Bibliografia Essencial

[PEDRO, PINTO, 2003]; [PINTO, 1996, pp. 33-37;1999, pp. 117-124; 2003, pp. 371-376]; [VAZ, 1997, p. 214].

Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão

Quadrante oeste. A análise da fotografia aérea permite-nos definir algumas manchas onde a vegetação evidencia estruturas. São visíveis à superfície alguns fragmentos cerâmicos de construção de pequena dimensão e muito rolados. Esta realidade contrasta com a quantidade de vestígios cerâmicos de construção e comum, algumas escórias e um fragmento de peso de tear presentes no muro que delimita as propriedades do caminho que lhe é paralelo. Quadrante este. Atualmente, são visíveis à superfície das pequenas parcelas agrícolas vários fragmentos cerâmicos de construção e utilitária, situação igualmente observável em alguns muros rudimentares que delimitam tais propriedades e no corte do talude sul deste sítio. Os vários vestígios arqueológicos visíveis antes de 2003 (**5.D.**, **5. E.**, **5.F.**, **5.G.** e **5.H.**) levaram à realização de uma sondagem (2mx3m) de emergência com objetivo de avaliar o potencial arqueológico desta área e tentar minimizar o processo de destruição desta parte, onde existia uma maior concentração de vestígios. Antes desta sondagem, encontraram-se vários fragmentos de cerâmica comum e de construção, um numisma, um peso de tear, uma peça em granito impregnada de escórias, alguns fragmentos de tijoleiras de pavimento, escórias de fundição, uma peça cerâmica hidráulica, alguns exemplares de mós redondas, uma base de coluna e três fragmentos de cerâmica fina [PINTO, 1996, pp. 33-37;1999, pp. 117-124; 2003, pp. 371-376]. A escavação permitiu avaliar o potencial estratigráfico desta zona do sítio (profundidade máxima de 48.5cm) e revelar estruturas associadas a um conjunto de material. O espólio resultante desta intervenção é constituído por cerâmica comum (grande número de fragmentos classificáveis) e de construção (maioritariamente), um número significativo de escórias de fundição, alguns pregos, uma moeda ilegível em bronze, um fragmento de vidro translúcido com tonalidades azuladas, uma conta de colar de pasta vítrea de cor azul forte e alguns fragmentos de cerâmica fina [PEDRO, PINTO, 2003, pp. 8-11].

Estruturas Observáveis

Quadrante este (**5.A.**) A realização da sondagem (2mx3m) implantada numa zona do quadrante sul permitiu identificar um conjunto de estruturas (**5.I.**) associadas a materiais arqueológicos enquadráveis no período

romano. Identificou-se uma estrutura formada por seis pedras trabalhadas de granito de média e grande dimensão, assentes no geológico e estabilizadas com outras pedras de pequena dimensão e um sedimento argiloso. A configuração das pedras e a inexistência de qualquer indicador de alinhamento ou arranque de parede levantam a hipótese de estarmos perante uma sapata de apoio a um suporte de uma cobertura. Já na envolvência desta estrutura pétreo, foi possível detetar um pavimento de argamassa acastanhado e muito endurecido. Na parte noroeste da sondagem foi definida uma mancha ovalada (50cm de diâmetro) de terras escuras misturadas com cinzas e várias escórias de fundição, interpretada como estrutura de combustão. Já no quadrante nordeste, detetou-se uma estrutura negativa de forma circular, interpretada como fossa. O reduzido potencial estratigráfico desta área justifica o estado degradado das estruturas observadas apenas pelos alicerces e na profundidade máxima atingida na sondagem (48,5m). Com base nas estruturas e espólio arqueológico, foi colocada a hipótese de estarmos perante um espaço dedicado à fundição de metal [PEDRO, PINTO, 2003].

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Planalto		
	Local de Implantação Planalto com declive muito suave para sul		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Um afluente da ribeira da Pantanha; Concentração significativa de furos para exploração de água, o que prova a superficialidade dos aquíferos e conseqüente riqueza hídrica do lugar.		
	Utilização Irrigação; Consumo Humano e Animal.		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Herbáceo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Agrícola – A		
	Primário Urbano	Secundário Agrícola	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Percepção Razoável		
	Enquadramento Regular		

4. Interpretação

Apesar da individualização e categorização em sítios arqueológicos, é necessário repensar o espaço atual de Canas de Senhorim como uma aglomeração humana transcendente às grandes mudanças políticas, mas adaptável às novas necessidades humanas. Optámos por integrar a Laje do Quarto [VAZ, 1997, p. 214] nesta ficha de inventário por verificarmos que, para além da proximidade geográfica, existe uma continuidade e

semelhança entre os vestígios localizados nesta área. Contudo, a quantidade e qualidade dos vestígios arqueológicos observáveis à superfície diferenciam-se pelas concentrações de materiais significativas conhecidas pelo historial de investigação como visíveis atualmente. Assim, mesmo se tratando de um mesmo sítio arqueológico, é hipoteticamente diferenciado entre o “Quadrante norte”, em parte correspondente à Laje do Quarto, e o “Quadrante sul”. As alterações sucessivas dos solos quer por construções como pela agricultura, evidenciam sucessivamente vários vestígios arqueológicos enquadráveis no período romano. Este sítio era um dos núcleos que marcariam o acentuado povoamento romano de Canas de Senhorim, conjuntamente com os núcleos do Fojo, situado a cerca de 750m a sul, e do Casal/Olival Grande, localizado a 1km para sudoeste. Quadrante norte (5.A.). Os vestígios são reduzidos comparativamente ao quadrante oposto. Admitimos a ocupação humana deste quadrante, possivelmente aliada a uma área funerária (T.I.R. – Nº 45). Na observação da fotografia aérea é possível identificar pequenas manchas que devem ser alvo de análises mais desenvolvidas, pois estão em consonância com a possível presença de estruturas no subsolo. Quadrante sul (5.A.). A realização da sondagem permitiu reportar, pelo menos para essa zona, uma hipótese interpretativa relativa à sua funcionalidade. O tipo de pavimento, a existência de uma estrutura de combustão associada a diversas escórias de fundição e o espólio recolhido nesta área (note-se que derivou igualmente desta zona um objeto de granito impregnado de escória) apontam para a existência de uma edificação associada a trabalhos metalúrgicos.

5. Cronologia

Período Cultural Romano	Cronologia Relativa Séculos II-VI?
--------------------------------	---

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Fraco

Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Urbanístico e Agrícola
------------------------------	--

Valor Patrimonial Mediano	Valorização Reduzida
----------------------------------	-----------------------------

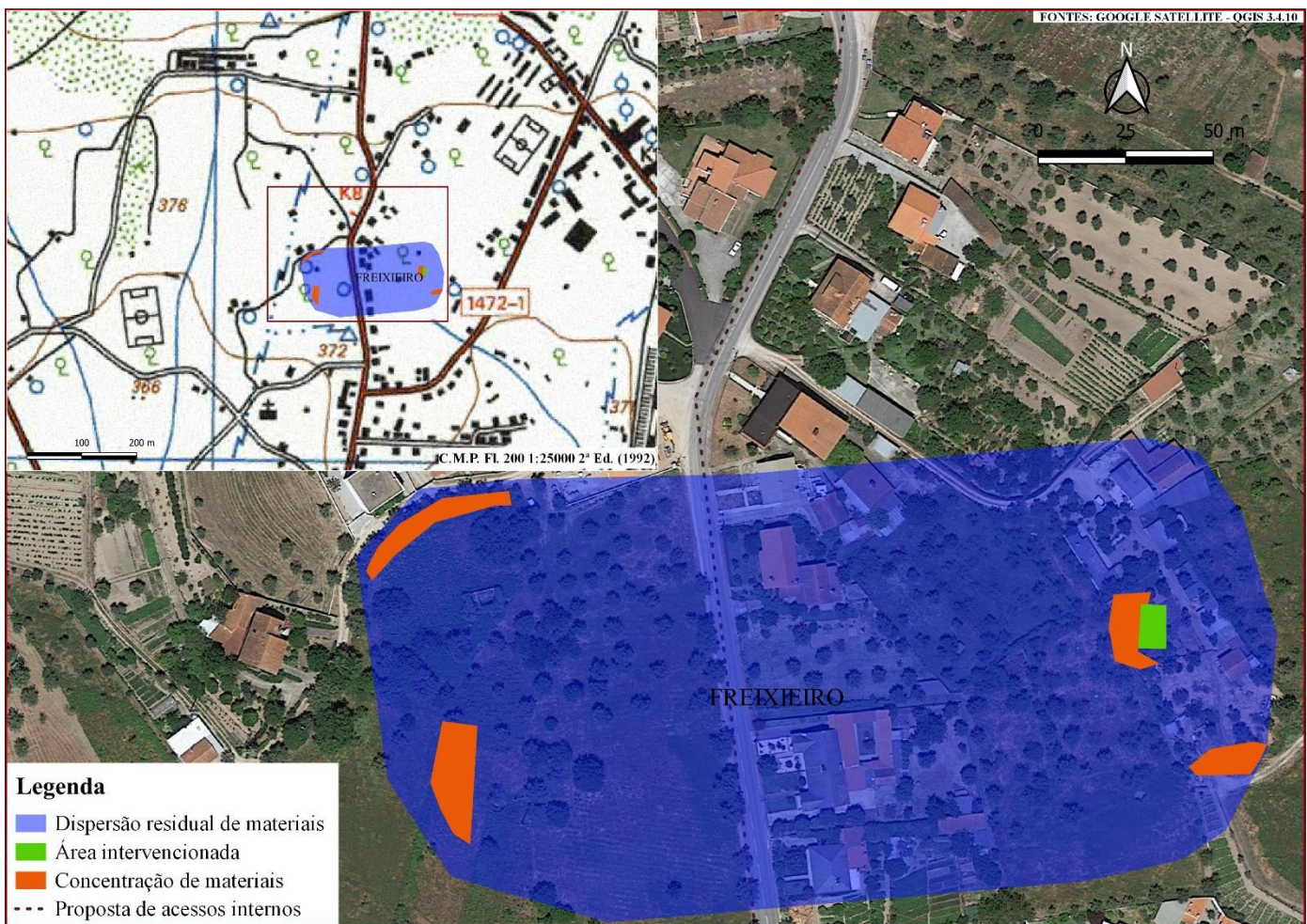
Medidas de Monitorização	Proceder à definição de uma área de proteção patrimonial que vise minimizar as afetações deste espaço arqueológico, condicionando as suas alterações urbanas a trabalhos arqueológicos. Este é um dos sítios arqueológicos com grandes potencialidades para se incluir num projeto de investigação capaz de responder às grandes questões sobre a verdadeira posição de Canas de Senhorim no período Romano.
---------------------------------	--

7. Outras Observações

Com objetivo de esclarecer e simplificar a compreensão da realidade arqueológica de Canas de Senhorim, optámos por integrar a “Laje do Quarto” (neste estudo, corresponde ao quadrante norte do sítio), denominação utilizada em estudos anteriores [VAZ, 1929, p. 214]. É imperioso implementar um projeto de investigação que vise o estudo aprofundado deste, como dos restantes núcleos arqueológicos romanos de Canas de

Senhorim, incluindo necessariamente uma componente de escavação arqueológica em algumas dessas zonas. Estas medidas serão, de certa forma, uma solução para minimizar os impactos criados pela crescente expansão da malha urbana. A familiaridade para com as comunidades locais permite-nos manter um bom relacionamento com alguns proprietários, obtendo autorização plena para a realização de trabalhos arqueológicos nos seus terrenos.

8. Ilustração



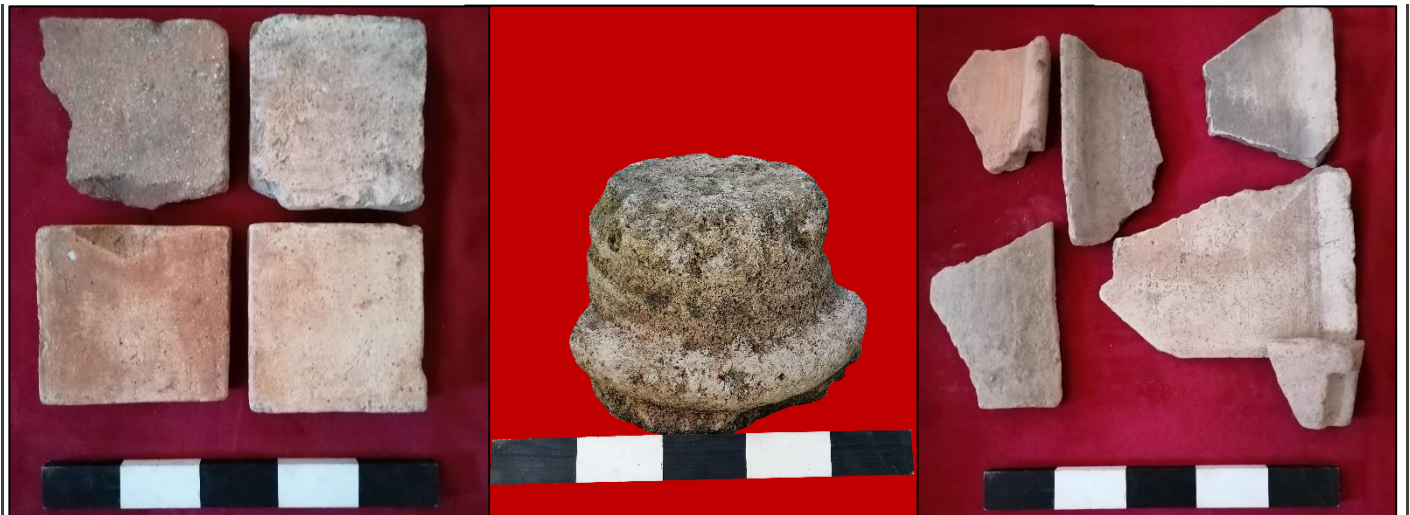
5.A) Localização do Fojo III integrado no Núcleo Arqueológico do Fojo.



5.B) Vista este do corte do talude no Freixeiro.



5.C) Pormenor da reutilização local de materiais cerâmicos de construção.



5.D) Amostra de material de construção.



5.E) Peça granítica associada à fundição com marcas de fuligem.



5.F) Amostra de material de superfície. 1 – Peça (hidráulica?) cerâmica com restos de argamassa. 2 – Fragmento de *Terra Sigillata Hispânica*.



5.G) Cerâmica comum romana recolhida à superfície em 1997.



5.H) Amostra de material arqueológico recolhido em 1997 (fotografia analógica, gentilmente cedida por Evaristo Pinto).



5.I) Vista norte da sondagem arqueológica do Freixieiro (fotografia analógica, gentilmente cedidas por Evaristo Pinto).

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		6	
1. Identificação			
Nome Orca das Pramelas		Topónimo Tramelas/Pramelas	
CNS 2850		Tipo de Sítio Dólmen/Achados Isolados	
2. Localização			
Lugar/Localidade Tramelas ou Pramelas/Canas de Senhorim		Freguesia Canas de Senhorim	
Coordenadas (x) -7.913058; (y) 40.512964		Altitude(m) [379]	CMP Fl. 200
Acessos Na estrada municipal que liga Canas de Senhorim a Aguieira, no limite norte da Quinta do Paitor, virar à esquerda para o caminho de terra batida. O sítio (6.A.) encontra-se no entroncamento com um dos acessos que segue novamente para sul, em direção ao Casal/Passal (cerca de 190m).			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho			
Tema			
Contributo/ Utilidade			
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho 14	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Odotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Trāmes</i>	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos	6.B.; 6. D.; 6. E.		
Desenhos	6. C.		
Mapas	6. A.		
Bibliografia Essencial			

[FARIA, 1989, p. 45]; [EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 44-45]; [PINTO, 1998, pp. 418-419; 1996, pp. 23-24]; [SENNA-MARTINEZ, 2000, pp. 41-42]

Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão

No decurso da escavação deste monumento megalítico (1987), foi identificado, na zona da câmara do monumento (6.C.), um conjunto de materiais romanos enquadráveis na segunda metade do século IV [FARIA, 1989, p. 45]. Três numismas datáveis da segunda metade do século IV: numisma de Magnêncio (350-352), contêm no anverso MAG e o busto à direita, com cabeça descoberta, couraça e paludamento, e no reverso CAES com duas vitórias, segurando uma coroa com a inscrição VOT/V/MVLT/X (6. D.); numisma de Constâncio Galo (353-354) tem no anverso a fórmula CONSTANT acompanhada do busto à direita com cabeça descoberta, e no reverso um soldado a atacar um cavaleiro caído; numisma de Constâncio II (353-361), contêm no anverso CONSTAN-TIVUS PF AVG e o busto à direita com diadema de rosetas, couraça e paludamento e no reverso um soldado a atacar um cavaleiro caído [EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 44-45; FARIA, 1989, p. 45]. Foi recolhido ainda um fundo cerâmico pertencente a um unguentário romano (6.E.).

Estruturas Observáveis

Câmara poligonal composta por 10 esteios e com o chão formado por pequenas lajes de granito (6. C.). Corredor curto de 3 esteios de cada lado, cuja altura revela uma função meramente simbólica [SENNA-MARTINEZ, 2000, pp. 41-42]. Identificação de 2 menires exteriores, 1 a norte e outro a sul. Um contraforte em pedra vã envolvia o corredor e a câmara, revestido por sua vez, com terra argilosa e uma “carapaça” de pedra miúda, formando uma mamoa (cerca de 16m de comprimento e 14m de largura).

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Planalto		
	Local de Implantação Planalto		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Um afluente do ribeiro dos Travassos		
	Utilização		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Agrícola Condicionada - C		
	Primário Florestal	Secundário Silvícola	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Bom		
	Enquadramento Regular		

4. Interpretação

As características dos materiais depositados, integram este monumento na primeira fase do megalitismo regional (cerca de 4000-3600 a.C.) [SENNA-MARTINEZ, 2000, pp. 41-42]. A passagem de uma via romana imediatamente a sul do monumento (**Anexo I – Mapa 10.**) e a presença de materiais romanos na zona da câmara do monumento são argumentos utilizados na hipótese colocada: existência de um enterramento romano [SENNA-MARTINEZ, 1989, p. 45].

5. Cronologia

Período Cultural Neolítico Médio/Romano	Cronologia Relativa 4000-3600 a.C./ Século IV
--	---

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Bom

Grau de Risco Normal	Fator de Risco Florestal/Silvícola
-----------------------------	---

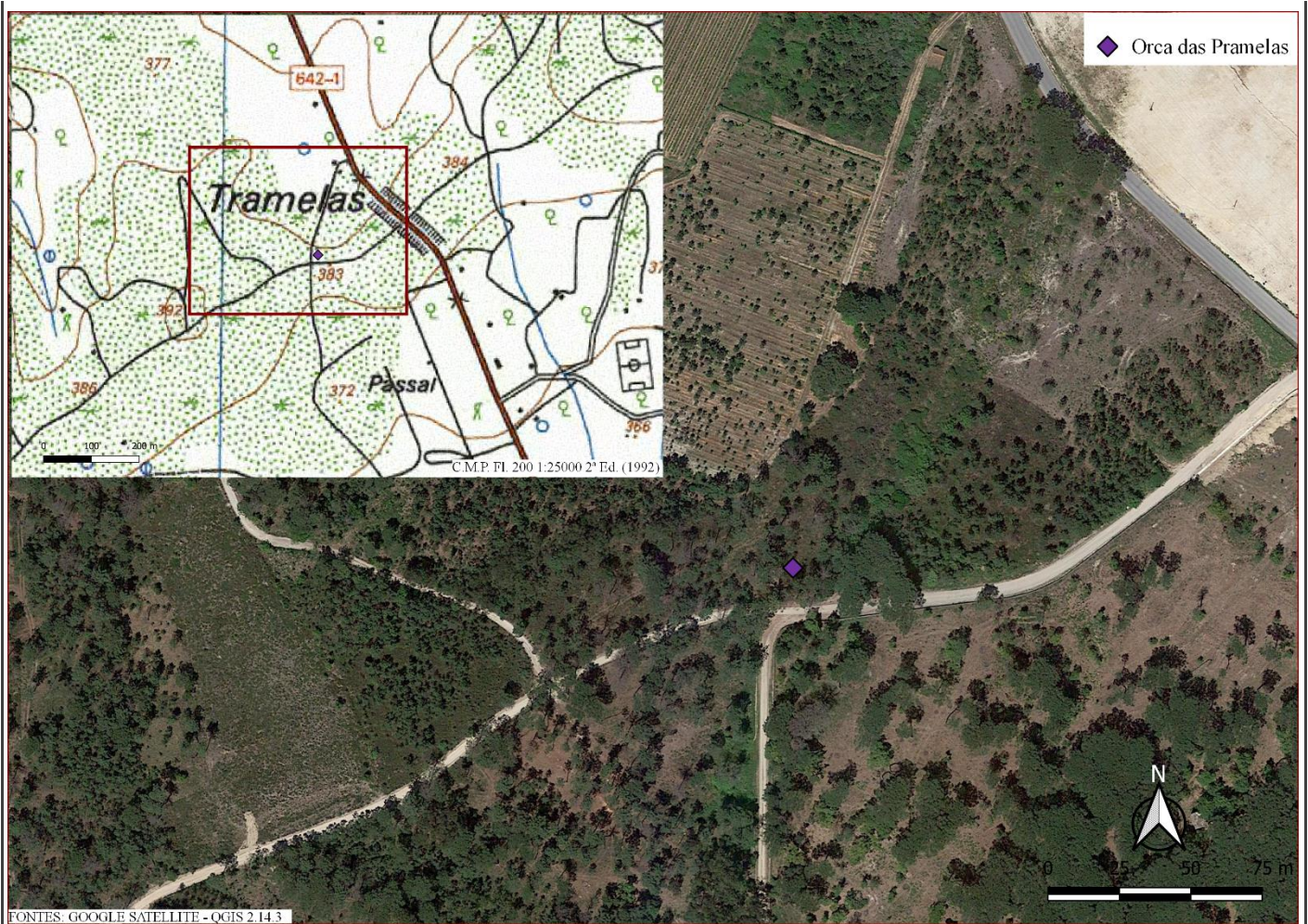
Valor Patrimonial Grande	Valorização Alta
---------------------------------	-------------------------

Medidas de Monitorização	Dar seguimento aos trabalhos de limpeza e manutenção deste sítio arqueológico, classificado como Imóvel de Interesse Público desde 2002.
---------------------------------	--

7. Outras Observações

A reutilização ou violação dos monumentos megalíticos em momentos precedentes à sua utilização inicial é um dos temas crescentemente debatidos entre a comunidade científica. No nosso caso, o topónimo, a localização do monumento e as características dos materiais romanos recolhidos são provas inequívocas da existência de uma reutilização/violação com carácter funerário.

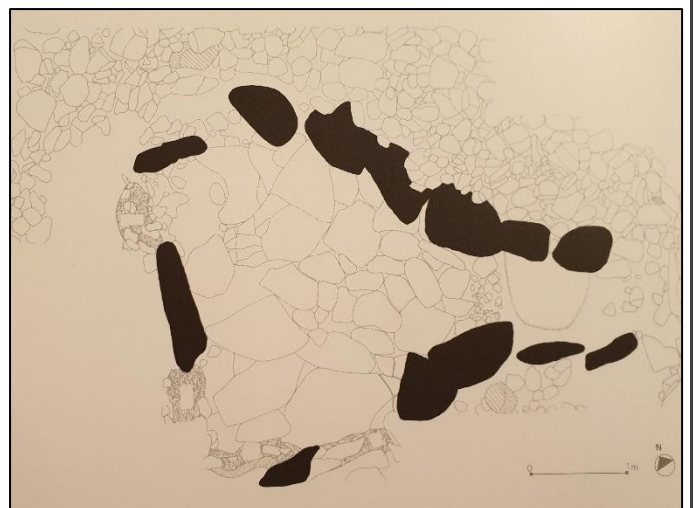
8. Ilustração



6.A) Localização da Orca das Pramelas.



6. B) Orca das Pramelas.



6.C) Planta Arqueológica da Orca das Pramelas (a partir de SENNA-MARTINEZ, 1989 *apud* EUSÉBIO, MARQUES, 2005, p. 20).



6.D) Pormenor do reverso do numisma de Magnêncio.

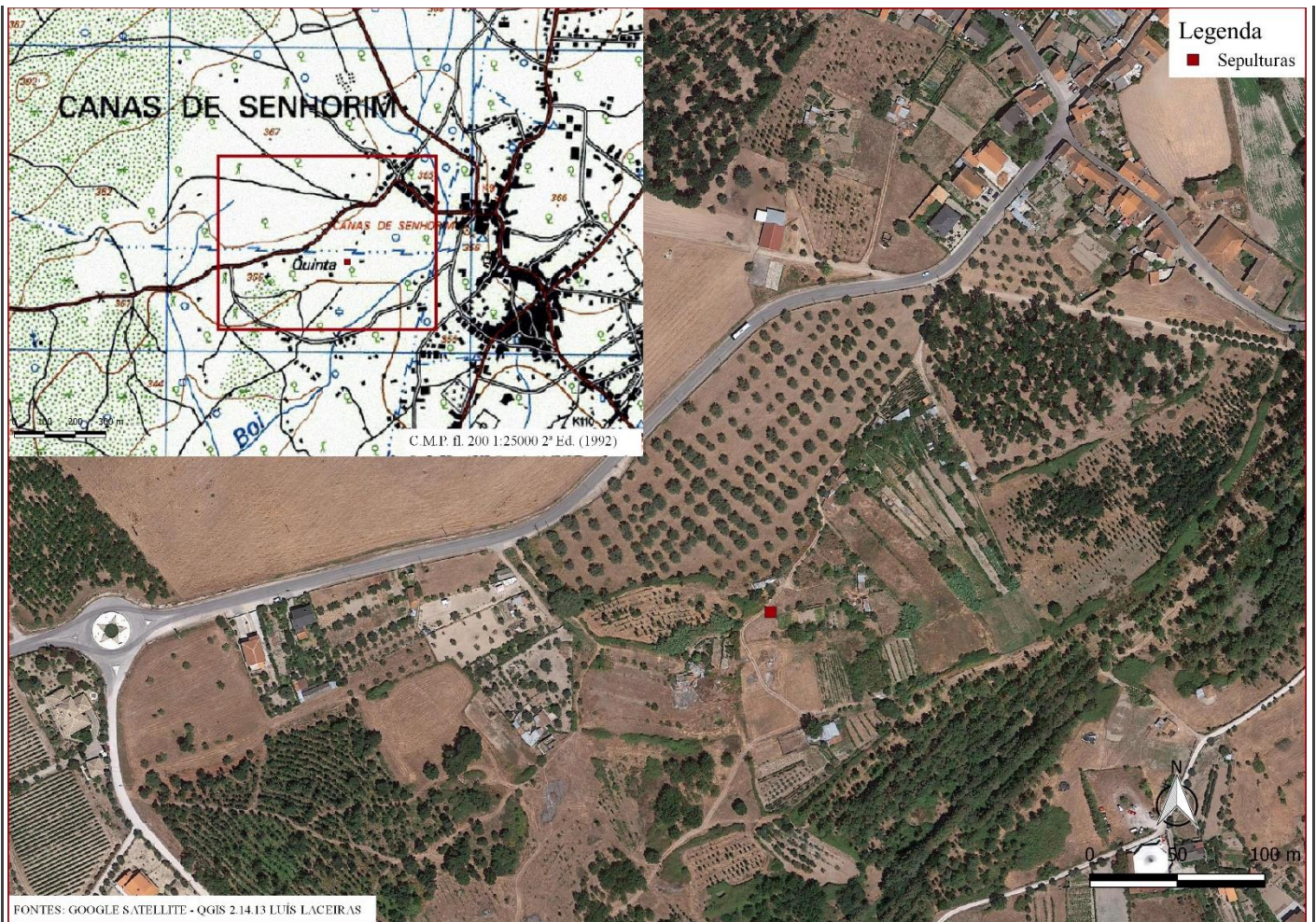


6.E) Fundo cerâmico de um unguentário.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		7	
1. Identificação			
Nome Casal/Olival Grande II		Topónimo Quinta	
CNS 35723		Tipo de Sítio Habitat /Sepulturas	
2. Localização			
Lugar/Localidade Casal/Canas de Senhorim		Freguesia Canas de Senhorim	
Coordenadas (x) -7.908704; (y) 40.502286		Altitude(m) [355]	CMP Fl. 200
Acessos Sair do cruzamento do Casal em direção à Póvoa de Santo António, virar na primeira cortada à esquerda para um caminho fazendeiro, seguindo-o sempre pela direita. As sepulturas encontram-se junto ao caminho no lado esquerdo, distando 200m da estrada (7.A.).			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	5, 6, 7		
Tema	<p>5 – Soeiro Mendes e sua esposa escambam com o Mosteiro de Santa Cruz dois casais em Canas que o Mosteiro possuía de testamento de Martim Godesteis.</p> <p>6 – Coutamento ao bispo de Viseu, D. João, da <i>villa</i> de Canas com doação de todos os seus direitos reais.</p> <p>7 – Carta de foro do Cabido de Viseu para os moradores da vila de Canas.</p>		
Contributo/ Utilidade	<p>5 – Primeira referência documental a Canas, lugar albergador de dois casais deixados por testamento ao Mosteiro de Santa Cruz (as relações entre esta região e a igreja conimbricense continuariam a manifestar-se, como verificamos nestas propriedades). O panorama arqueológico e toponímico evidenciado na área do Casal é concordante com a possível incorporação destes dois <i>casales</i> nesta mesma zona da vila de Canas de Senhorim.</p> <p>6 – Implementação do couto de <i>Cannas</i>.</p> <p>7 – Empenho do Cabido da Sé de Viseu em manter este couto, estabelecendo os direitos e deveres aos seus moradores.</p>		
Documentação Onomástica			

Nº de Trabalho 10	Análise Taxonómica Física/Natural (Agrotoponímia/Oicotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Quinta</i> ou Português Antigo <i>Quintã</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	7.B.	
Desenhos		
Mapas	7.A.	
Bibliografia Essencial		
[LOURENÇO,2007]; [MARQUES,2000]; [PINTO, 1999];		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		
<p>A identificação destas sepulturas resultou da limpeza do afloramento granítico pelo proprietário, onde, segundo o mesmo, se acumulavam materiais cerâmicos e pedra de pequena dimensão, anualmente trazidos à superfície dos terrenos agrícolas envolventes. No decurso da limpeza interior das sepulturas foram identificados vários fragmentos de cerâmica comum e de construção (tégulas e ímbrices) [Pinto, 1999, p. 126-127]. Os vestígios de superfície do espaço circundante são cronologicamente integres no período romano.</p>		
Estruturas Observáveis		
<p>Duas sepulturas antropomórficas escavadas no mesmo afloramento granítico (7.B.). Sepultura 1 (sul): tipologia retangular com moldura interna, cabeceira retangular com “almofada” (ligeiramente erodida) e tem como medidas máximas 176cm de comprimento e 70cm de largura. Sepultura 2 (norte): tipologia retangular com moldura interna, cabeceira retangular e com uma métrica máxima de 183cm de comprimento e 66cm de largura. “Separador central”: apresenta-se parcialmente destruído, reflexo de uma reutilização/adaptação posterior dos negativos das duas sepulturas para lagareta. Na base das duas sepulturas, associado à utilização de lagareta, é visível um pequeno sulco aprofundado que termina na parte externa da sepultura 1 (zona dos pés).</p>		
Fisiografia		
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta	
	Local de Implantação Encosta suave e sobranceira ao ribeiro Vale do Boi	
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio.	

Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Ribeiro Vale do Boi; Concentração significativa de furos para exploração de água, prova da superficialidade dos aquíferos e conseqüente riqueza hídrica do lugar.		
	Utilização Irrigação; Consumo Humano e Animal		
Coberto Vegetal	Primário Herbáceo	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Agrícola	Secundário Pastorícia	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Percepção Bom		
	Enquadramento Bom		
4. Interpretação			
<p>Entre os componentes singulares destas sepulturas, importa destacar a presença de uma moldura interna que contorna toda a zona do leito, características tipológicas reveladoras de um investimento técnico maior. Associados a estes traços tipológicos pode estar um maior estatuto socioeconómico dos defuntos [LOURENÇO, 2007, p. 37]. Com base nas informações do proprietário do terreno, junto da zona de cabeceira da sepultura 1 existiam 3 degraus de acesso ao topo do afloramento granítico, recentemente aterrados. Os 3 degraus estariam associados à reutilização/adaptação das sepulturas em lagareta. Cremos estar na presença de uma encosta suave com aproveitando humano do solo fértil, da hidrografia e das acessibilidades locais.</p>			
5. Cronologia			
Período Cultural Alta Idade Média		Cronologia Relativa Séculos X-XII?	
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação Muito Bom			
Grau de Risco Normal		Fator de Risco Agrícola	
Valor Patrimonial Grande		Valorização Alta	
Medidas de Monitorização	Informar e sensibilizar os proprietários agrícolas como a restante população local para a valorização e proteção deste sítio, representativo de um passado histórico comum e identitário a toda a comunidade local.		
7. Outras Observações			
Optámos por abordar estes vestígios isoladamente, embora estas sepulturas integrem parte da área arqueológica definida para Casal/Olival Grande I (T.S.A. – N° 1).			
8. Ilustração			



7.A) Localização das sepulturas rupestres do Casal/Olival Grande.



7.B) Sepulturas do Casal/Olival Grande.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		8	
1. Identificação			
Nome Passal		Topónimo Passal	
CNS 10069		Tipo de Sítio Habitat/Vicus? /Necrópole/Igreja	
2. Localização			
Lugar/Localidade Casal/Canas de Senhorim		Freguesia Canas de Senhorim	
Coordenadas (x) -7.909105; (y) 40.507316		Altitude(m) [365-366]	CMP Fl. 200
<p>Acessos No cruzamento do Casal, seguir para norte. O sítio está à direita da estrada, prolongando-se até à zona atualmente ocupada por vinha. Note-se que é interrompido pela mesma estrada que segue em direção à Rua Dr. José Madeira Lobo (8.A.).</p>			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	5,6 e 7		
Tema	<p>5 – Soeiro Mendes e sua esposa escambam com o Mosteiro de Santa Cruz dois casais em Canas que o Mosteiro possuía de testamento de Martim Godesteis.</p> <p>6 – Coutamento ao bispo de Viseu, D. João Perez, da <i>villa</i> de Canas com doação de todos os seus direitos reais.</p> <p>7 – Carta de foro do Cabido de Viseu para os moradores da vila de Canas.</p>		
Contributo/Utilidade	<p>5 – Primeira referência documental a Canas, lugar albergador de dois casais deixados por testamento ao Mosteiro de Santa Cruz (as relações entre esta região e a igreja conimbricense continuariam a manifestar-se, como verificamos nestas propriedades). O panorama arqueológico e toponímico evidenciado na área do Casal é concordante com a possível incorporação destes dois <i>casales</i> nesta mesma zona da vila de Canas de Senhorim. Dentro da abordagem a este documento escrito, sublinhe-se ainda a menção a Martim Godesteis, primeiro proprietário dos dois casais, cujos laços familiares poderão recuar aos séculos X-XI, assunto tratado num dos pontos deste trabalho (4.2.3.1.)</p>		

	<p>6 – Implementação de um couto. Neste documento surge, pela primeira vez, a designação de <i>Cannas de Seniorim</i>, através da junção do determinativo <i>Seniorim</i> ao nome <i>Cannas</i>, acontecimento que explica a atual designação de Canas de Senhorim.</p> <p>7 – Empenho do Cabido da Sé de Viseu em manter este couto, estabelecendo os direitos e deveres aos seus moradores. A pervivência deste domínio eclesiástico justificaria a existência de um edifício religioso, seguramente localizado no Passal.</p>	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 12	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Agrotoponímia/Hierotoponímia)	Tipologia Etimológica Português Antigo <i>Passales</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000); VOO U.S.A.F. 1958 – R. 90, F. 7273	
Fotos	8.B.; 8.C.; 8.E.; 8.F.	
Desenhos	8.D.	
Mapas	8.A.	
Bibliografia Essencial		
[EUSÉBIO, MARQUES, 2005]; [LOURENÇO,2007]; [PINTO, 1996,1999; 2003]; [VASCONCELOS, 1917, p.362]		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		
<p>Diverso material pétreo (8.F.) e cerâmico comum (8.D.) e de construção, sucessivamente reutilizado para múltiplos fins em épocas posteriores. Quatro estelas discoides (8.C.), uma delas epigrafada (ausência de análise até ao momento), recolhidas na área medieval definida (8.A. – 1). Um lintel epigrafado que se encontra atualmente a servir de remate a uma porta de habitação na Rua do Casal. Na zona do lago/barragem (8.A. – 2) surgem vestígios materiais romanos associados a um conjunto de estruturas positivas, nomeadamente múltiplos fragmentos cerâmicos de construção e comum. Já no limite sul deste núcleo, aparece diverso material cerâmico e pétreo de construção e cerâmica comum (8.A. – 3; 8. E.).</p>		
Estruturas Observáveis		
<p>Com base no registo cartográfico de 1945 (C.M.P., 1:25000, Fl. 200) e da fotografia aérea de 1958 é possível identificar um conjunto de edificações atualmente destruídas que corresponderiam à reestruturação funcional do espaço no decurso da época moderna (8.B.). Atualmente, resiste apenas um edifício associada à atividade agrícola, onde se retirou uma estela e encontra uma cruz latina em negativo sobre um dos blocos graníticos</p>		

constituintes do mesmo (8.C. – 1). O “Palheiro”, edifício onde estavam duas das estelas recolhidas, encontrava-se a norte da construção atual que resistiu às demolições e transformações das parcelas agrícolas do último quartel do século XX (8.B.). É provável estarmos perante uma área onde assentava a designada “Igreja Velha” (8.A. – 1). Já na zona do lago/barragem de armazenamento, num período veranil em que se encontrava sem água (2002), foram detetadas várias estruturas positivas (8.E.). Referimo-nos ao quadrante oeste (8.A. – 2), precisamente ao talude (cerca de 1,50m da superfície) e parte do fundo do lago (8.E. – 2) onde foram visíveis arranques de paredes bem aparelhadas, camadas estratigráficas sem afetação antrópica e alguns silhares almofadados, elementos construtivos acompanhados de materiais cerâmicos enquadráveis no período romano [PINTO, 2003, p. 386-390].

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave e sobranceira ao ribeiro Vale do Boi		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Ribeiro Vale do Boi; Concentração significativa de furos e lagos para exploração de água, o que prova a superficialidade dos aquíferos e consequente riqueza hídrica do lugar.		
	Utilização Irrigação; Consumo Animal e Humano		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Herbáceo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Agrícola	Secundário Pastoril	Terciário Urbano
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Mau		

4. Interpretação

Este sítio arqueológico é o prolongamento do Casal/Olival Grande II (T.S.A. – N° 7), localizado a cerca de 100m a sul. A presença de vestígios arqueológicos medievais singulariza este lugar, não só pelo tipo de material arqueológico recolhido como também pelas fontes documentais referentes ao espaço. Entre os vestígios recolhidos, contam-se quatro estelas medievais reutilizadas em construções entretanto demolidas. Com base na tradição local e informações orais este lugar era composto pela “adega dos frades” e outras edificações organizadas segundo o eixo norte-sul, ou seja, no seguimento do “Palheiro”, bem como por um poço de grandes dimensões, todo ele forrado por blocos graníticos. As estelas recolhidas no decorrer das

demolições e terraplanagens ocorridas no último quartel do século XX são resultado das alterações antrópicas relativas à funcionalidade deste lugar. É igualmente proposta a localização da “Igreja Velha” para este sítio, tese facilmente argumentada pela identificação de estelas funerárias, ensaio etimológico dos topónimos envolventes (T.T.: Passal – N° 12, Casal e Quinta – N° 10), tradição/informações locais e referências documentais. No que respeita à documentação escrita, existem algumas menções posteriores ao século XIII que atestam a existência de tal espaço de culto, surgindo em 1824, pela primeira vez, como “Igreja Velha” [PINTO, 2003, pp. 386-430]. Neste contexto, o edifício religioso não estaria muito afastado da zona do “Palheiro”, edifício de grandes dimensões entretanto destruído e de onde se recolheram duas das estelas medievais. Com base nos conhecimentos atuais, admitimos que o “Passal” seria um dos núcleos da Baixa Idade Média da atual vila de Canas de Senhorim, progressivamente reconfigurado ao nível estrutural e funcional no decurso da época Moderna (imagem de 1958 em **8.B.**), sendo um dos momentos que acompanhou a desativação da “Igreja Velha”, talvez relacionada com a construção primitiva da atual Igreja Matriz de Canas de Senhorim, esta datada do século XVIII. No que aos vestígios romanos respeita, este espaço será o prolongamento do sítio do Casal/Olival Grande I (T.S.A. – N° 1).

5. Cronologia

Período Cultural Romano/ Baixa Idade Média?	Cronologia Relativa Séculos II-V?/XIII-XV
--	--

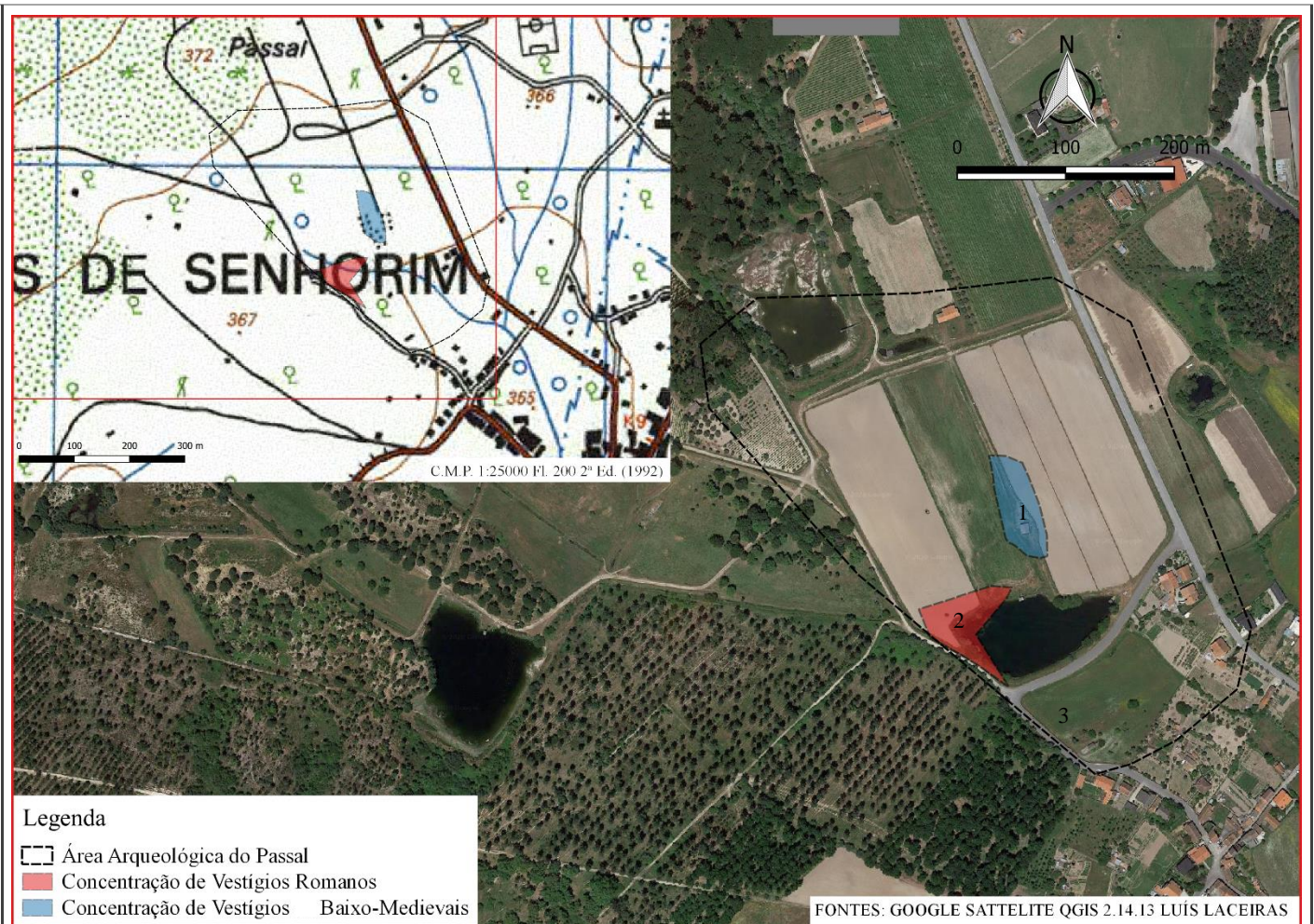
6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Bom	
Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Agrícola e Urbanístico
Valor Patrimonial Grande	Valorização Média
Medidas de Monitorização	Área com potencial estratigráfico para avaliação do contexto através de sondagens arqueológicas. Proceder à definição de uma área de proteção patrimonial que vise minimizar as afetações deste espaço arqueológico, condicionando as suas alterações urbanas a trabalhos arqueológicos. Este é um dos sítios com potencialidades para se incluir num projeto de investigação que pretenda responder às grandes questões sobre a verdadeira posição de Canas de Senhorim nos períodos Romano e Medieval, incluindo, entre outras atuações, a escavação.

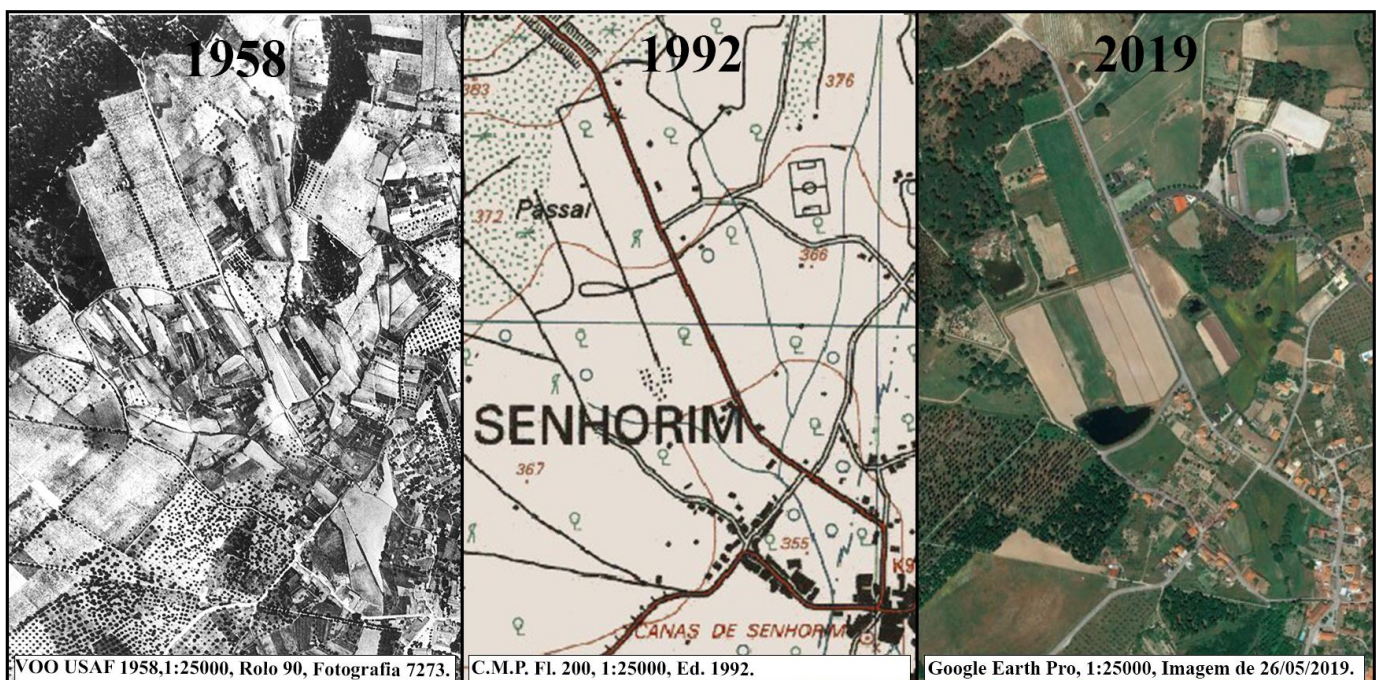
7. Outras Observações

É fundamental executar um projeto de investigação que incida neste sítio, especificamente no quadrante oeste entre o talude do lago/barragem e o muro delimitador da propriedade, sendo que é neste corte onde ocorrem vários vestígios arqueológicas (estruturas e materiais).

8. Ilustração



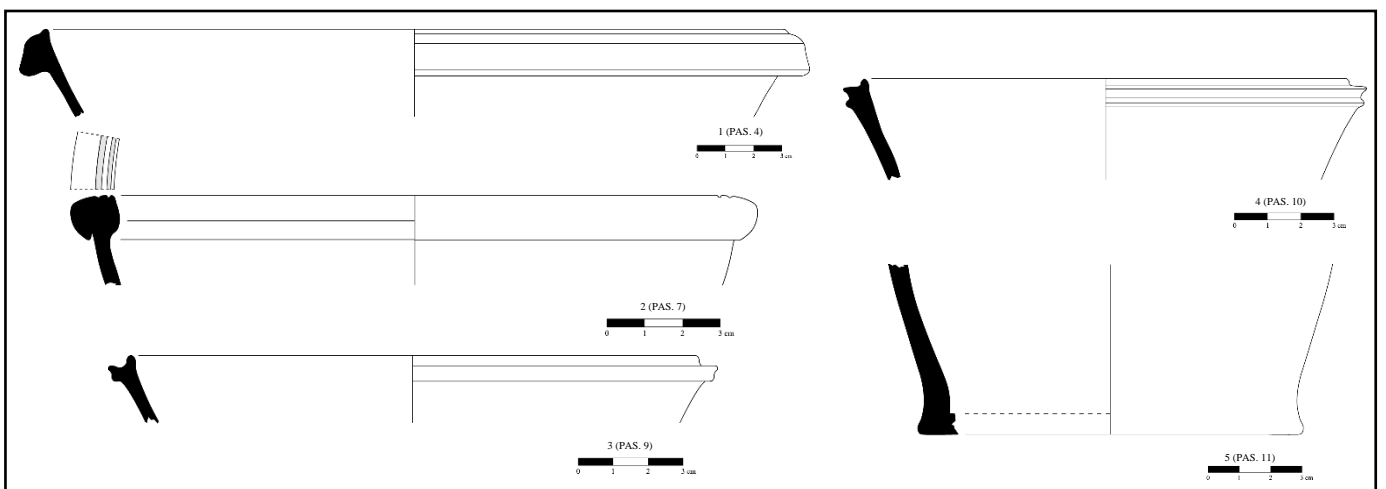
8.A) Definição hipotética da área do Passal e devidas correspondências aos indicadores arqueológicos apresentados seguidamente.



8.B) Transformação da paisagem agrícola e urbana da área arqueológica do Passal.



8.C) Vestígios arqueológicos da Baixa Idade Média (8.A. – 1). 1. Pormenor do único edificado que se manteve depois das grandes transformações paisagísticas da segunda metade do século XX (vista sul). 2.- 4. Estelas funerárias da Baixa Idade Média.



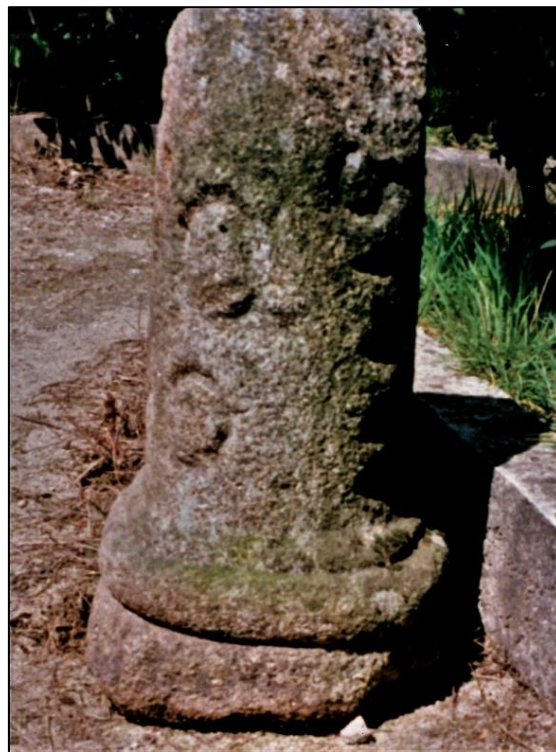
8. D) Cerâmica Baixo-Medieval recolhida à superfície da área arqueológico do Passal.



8.E) Concentração de vestígios romanos no Núcleo Arqueológico do Casal/Passal (8.A. – 2) através do tratamento das fotos analógicas de 2002, gentilmente cedidas por Evaristo Pinto. 1. Vista oeste do lago/barragem no verão de 2002. 2. Talude oeste do lago/barragem (visto de nordeste) com a identificação das partes de estruturas positivas observadas. 3. Aproximação às estruturas [1] e [2] onde é possível apurar a perpendicularidade das mesmas. 4. Pormenor do aparelho e técnica construtiva da estrutura [2]. 5. Troço da estrutura [3] paralela, mas sobranceira ao talude oeste, acompanhada por material cerâmico de construção.



8.E) 1. Vista oeste da zona sul do Núcleo Arqueológico do Casal/Passal onde é comum o aparecimento de diverso material cerâmico de construção nas lavras agrícolas anuais (8.A. – 3). 2. Amostra do tipo, estado e dimensão de material cerâmico, então recolhido e depositado junto de muros vernaculares pelos proprietários agrícolas.



8.F) Coluna fragmentada e epigrafada, presumivelmente recolhida no Passal (fotografia analógica cedida por Evaristo Pinto). A inscrição *ANNO SANTO* remete-se a uma reutilização da peça arquitetónica enquanto monumento comemorativo do Ano Santo da Igreja Católica, seguramente num determinado momento histórico posterior ao século XII (celebração implementada através do Papa Bonifácio VIII em 1300).

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		9	
1. Identificação			
Nome Pedras da Forca I		Topónimo Pedras da Forca	
CNS 12641		Tipo de Sítio Sepulturas	
2. Localização			
Lugar/Localidade Pedras da Forca/Urgeiriça		Freguesia Canas de Senhorim	
Coordenadas (x) -7.905679; (y) 40.518096		Altitude(m) [393]	CMP Fl. 200
Acessos No sentido Carvalhal Redondo – Canas de Senhorim, virar à direita no cruzamento das Pedras da Forca. Seguir o caminho de terra batida contíguo à Quinta do Paitor e virar novamente no segundo caminho à direita. As sepulturas estão a cerca de 200m deste desvio (9.A).			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais	Segundo informações orais, a norte das sepulturas existia uma “caixa delimitada por pilares de pedra e restos de telhas” (9.A. -A).		
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	6		
Tema	6 – Coutamento ao bispo de Viseu, D. João Perez, da <i>villa</i> de Canas com doação de todos os seus direitos reais.		
Contributo/Utilidade	6 – Implementação de um couto. Neste documento surge, pela primeira vez, a designação de <i>Cannas de Seniorim</i> , através da junção do determinativo <i>Seniorim</i> ao nome <i>Cannas</i> , acontecimento que explica a atual designação de Canas de Senhorim. Todo o espaço atual das Pedras da Forca integrava este couto.		
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho 172	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Litotoponímia/ Necrotoponímia/ Odotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Petra</i> <i>Furca</i>	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000);		

Fotos	9.B.		
Desenhos			
Mapas	9.A.		
Bibliografia Essencial			
[LOURENÇO,2007]; [MARQUES,2000]; [PINTO, 1999]			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
A noroeste das sepulturas (cerca de 80m), após as recentes surribas (2019), foi identificado à superfície (9.A. – A) material de construção cerâmico (tégulas) e pétreo (um pilar e uma laje, ambos de granito). Pelas características e disposição destes elementos, é credível equacionar a existência de uma possível estrutura funerária em caixa, revestida por pilares e coberta por lajes/tégulas.			
Estruturas Observáveis			
Duas sepulturas antropomórficas, orientadas a norte, ambas com cabeceira em arco ultrapassado, escavado lado a lado no afloramento granítico, encontrando-se parcialmente destruídas (9.A. – 1). Entre as áreas conservadas (cabeceiras e parte dos leitos) está um friso que percorre o separador central, intimamente relacionado com os processos de cobertura das sepulturas (9.B.). Apesar de não se encontrarem completas, pelas suas cabeceiras e partes do leito seriam sepulturas de adulto. Após a revisitação ao sítio, identificámos marcas antrópicas de exploração do afloramento granítico.			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Planalto		
	Local de Implantação Planalto sobranceiro ao vale do ribeiro dos Travassos		
Geologia	Zonas de filões e massas aplito-pegmatíticos		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Ribeiro dos Travassos		
	Utilização Irrigação; Atividade molinológica; Divisão atual entre as Freguesias Canas de Senhorim e Aguieira/Carvalhal Redondo		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Não Agrícola - F		
	Primário Florestal	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Mau		
	Enquadramento Mau		
4. Interpretação			

Este sítio é composto por duas sepulturas, localizadas lado a lado, com traços formais e tipológicos enquadráveis nos finais da Alta Idade Média. Cremos estar na presença de um planalto com solo fértil a sul e facilidade em aceder a caminhos locais (**Anexo I – Mapa 10.**). Face aos dados existentes, não é possível admitirmos a existência de um habitat nas envolências imediatas ao sítio. Este lugar integrou a conjuntura histórica apontada para Canas de Senhorim, provada, a título de exemplo, pela sua integração no couto de Canas de Senhorim a partir de 1186. Para a compreensão interpretativa e conjunta deste sítio, ver o Capítulo 4 desta investigação (**4.2.2.1. e 4.3.**).

5. Cronologia

Período Cultural Alta Idade Média

Cronologia Relativa Séculos X-XI?

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Razoável

Grau de Risco Elevado

Fator de Risco Florestal/Silvícola

Valor Patrimonial Mediano

Valorização Alta

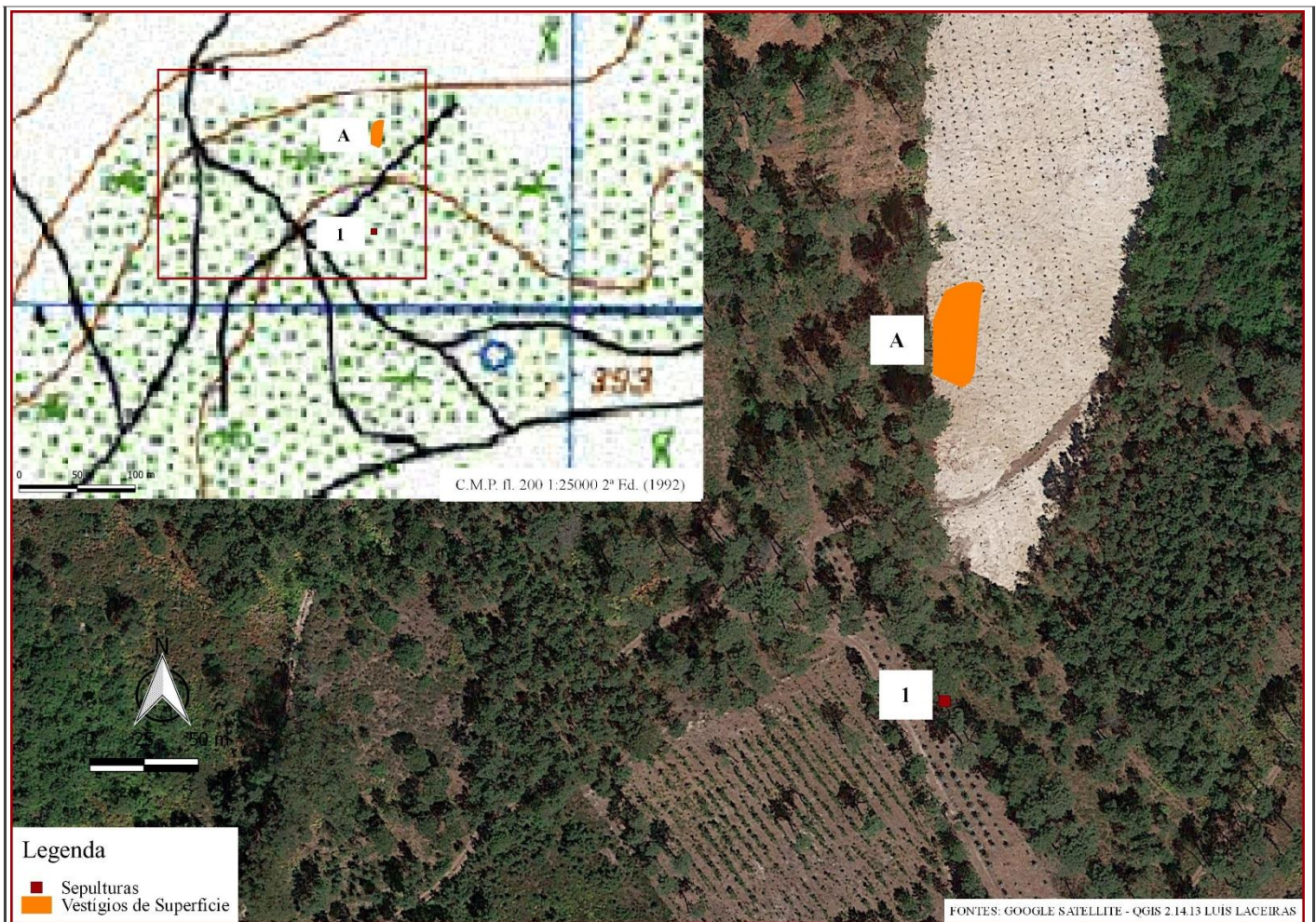
Medidas de Monitorização

Estabelecer o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos silvícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas.

7. Outras Observações

A observação atenta do afloramento granítico permitiu identificar pequenas marcas arcaicas de extração de pedra, presumivelmente para construções ou outros tipos de utilização ao nível local. Imediatamente a sul das duas sepulturas, estão presentes indícios de uma outra sepultura destruída, dando lugar a um corte significativo do geológico. A presença de materiais cerâmicos e pétreos associados a uma possível sepultura em caixa, revelam um outro modo de tratamento dos mortos e uma interpretação diferenciada deste espaço. Pela forma e tipologia, associamos, cautelosamente, esta estrutura de enterramento à Antiguidade Tardia. Numa aproximação local, sublinhe-se que este sítio a par das Pedras da Forca II (T.S.A. – N° 10) e Campas (T.S.A. – N° 12), formam um pequeno núcleo com um raio aproximado de 600m. Sobre esta matéria, remetemos para a releitura do Capítulo 4 desta investigação (**4.2.2.1. e 4.3.**).

8. Ilustração



8.A) Localização das sepulturas escavadas na rocha e de outros vestígios arqueológicos de superfície.



9.B) Sepulturas do sítio Pedras da Forca I.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		10	
1. Identificação			
Nome Pedras da Forca II		Topónimo Pedras da Forca	
CNS 12643		Tipo de Sítio Sepultura	
2. Localização			
Lugar/Localidade Pedras da Forca/Urgeiriça		Freguesia Canas de Senhorim	
Coordenadas (x) -7.900909; (y) 40.518836		Altitude(m) [390]	CMP Fl. 200
<p>Acessos Na estrada municipal, no sentido Canas de Senhorim – Carvalhal Redondo, a cerca de 200m para norte do cruzamento das Pedras da Forca. Na primeira curva da estrada, entrar no caminho de terra batida à esquerda, encontrando-se a sepultura a cerca de 30m (10.A.).</p>			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	6		
Tema	6 – Coutamento ao bispo de Viseu, D. João Perez, da <i>villa</i> de Canas com doação de todos os seus direitos reais.		
Contributo/ Utilidade	6 – Implementação de um couto. Neste documento surge, pela primeira vez, a designação de <i>Cannas de Seniorim</i> , através da junção do determinativo <i>Seniorim</i> ao nome <i>Cannas</i> , acontecimento que explica a atual designação de Canas de Senhorim. Todo o espaço atual das Pedras da Forca integrava este couto.		
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho 172	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Litotoponímia/ Necrotoponímia/ Odotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Petra Furca</i>	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000);		
Fotos	10.B.		

Desenhos			
Mapas	10.A.		
Bibliografia Essencial			
[LOURENÇO,2007]; [MARQUES,2000]; [PINTO, 1999]			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
Não foi possível identificar materiais arqueológicos associados à sepultura. Sublinhe-se a densa vegetação do lugar.			
Estruturas Observáveis			
Uma sepultura antropomórfica sub-retangular escavada no geológico, encontrando-se fraturada no contorno superior esquerdo da cabeceira (10.B.). Está orientada a sul, apresenta uma cabeceira com cantos paralelepípedicos e uma métrica máxima de 183cm de comprimento e 53cm de largura, resultados que apontam para um sepultamento adulto.			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta sobranceira ao ribeiro dos Travassos		
Geologia	Zonas de filões e massas aplito-pegmatíticos		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Ribeiro dos Travassos		
	Utilização Irrigação; Atividade molinológica; Divisão atual entre Freguesias Canas de Senhorim e Aguieira/Carvalhal Redondo		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Não Agrícola - F		
	Primário Florestal	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Regular		
4. Interpretação			
Este sítio é composto por uma sepultura localizada em terreno de pinhal, com traços formais e tipológicos enquadráveis nos finais da Alta Idade Média. A ausência de cerâmica utilitária pode estar associada à cobertura vegetal muito densa da grande parte do espaço envolvente ao sítio. Cremos estar na presença de uma encosta, com possibilidade de aproveitamento agrícola e acesso a vias de circulação no decurso da Alta			

Idade Média (**Anexo I – Mapa 6., 9. e 9.1**). A par de Pedras da Forca I (T.S.A. – Nº 9), este lugar integrou a conjuntura histórica apontada para Canas de Senhorim, provada, a título de exemplo, pela sua integração no couto de Canas de Senhorim a partir de 1186. Para a compreensão interpretativa e conjunta deste sítio, sobretudo no que respeita à interpolação das abordagens arqueogeográficas, consultar o Capítulo 4 desta investigação (4.2.2.1. e 4.3.).

5. Cronologia

Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa Séculos X-XI?
--	--

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Razoável

Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Florestal/Silvícola
------------------------------	---

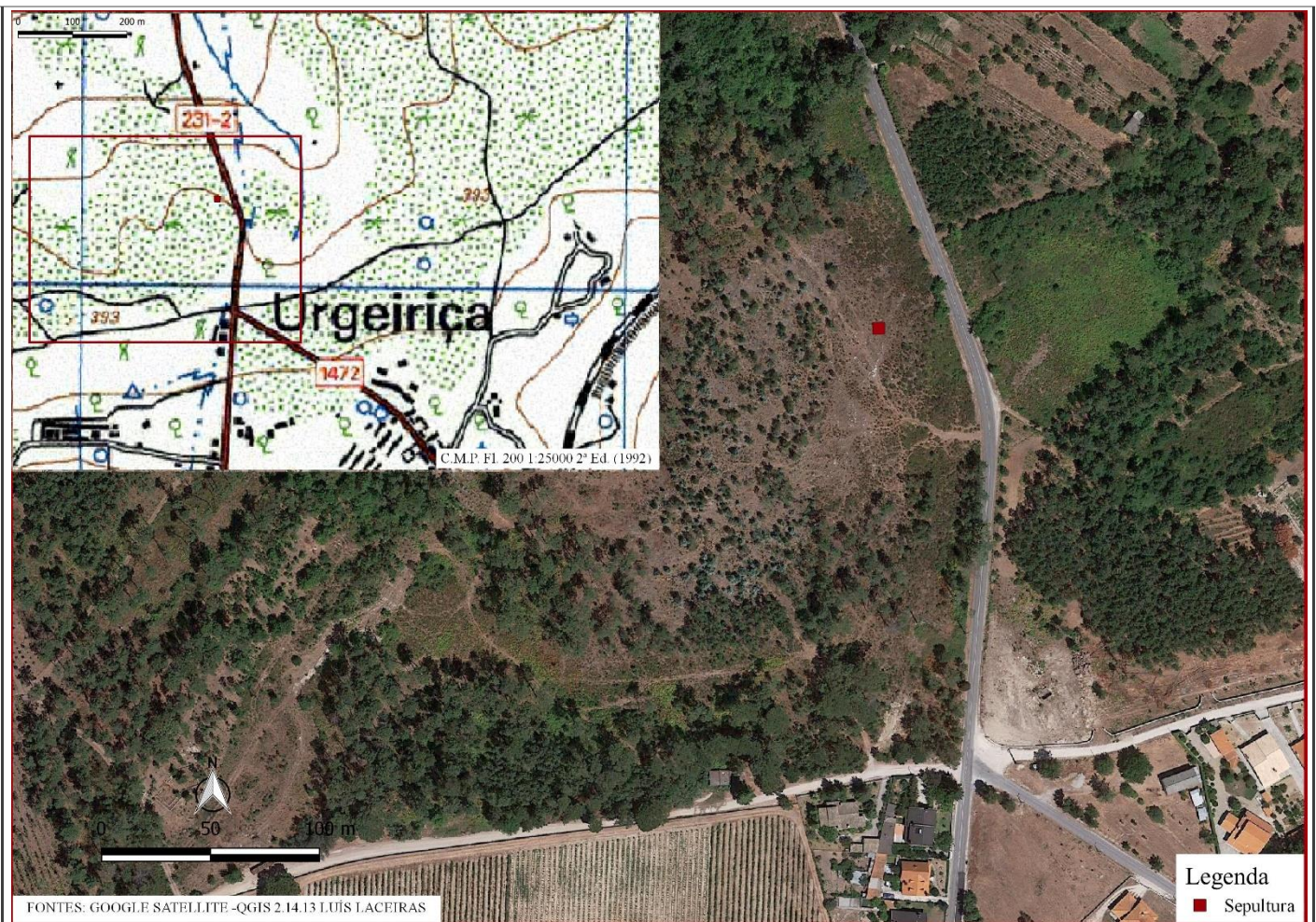
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Alta
----------------------------------	-------------------------

Medidas de Monitorização	Estabelecer o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir, de algum modo, para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos silvícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos da Alta Idade Média, tão característicos do concelho de Nelas.
---------------------------------	---

7. Outras Observações

A convivência comunitária, facilitada pela mobilidade e condicionada pela conjuntura político-social, seria uma realidade entre os diferentes pontos de ocupação humana deste vale do ribeiro dos Travasso, seguramente marcado por lugares agrícolas, habitacionais ou “memoriais”, estes últimos representados pelas sepulturas escavadas na rocha. Numa aproximação local, sublinhe-se que este sítio a par das Pedras da Forca I (T.S.A. – Nº 9) e Campas (T.S.A. – Nº 12), formam um pequeno núcleo com um raio aproximado de 600m. Sobre esta matéria, remetemos para a releitura do Capítulo 4 desta investigação (4.2.2.1. e 4.3.).

8. Ilustração



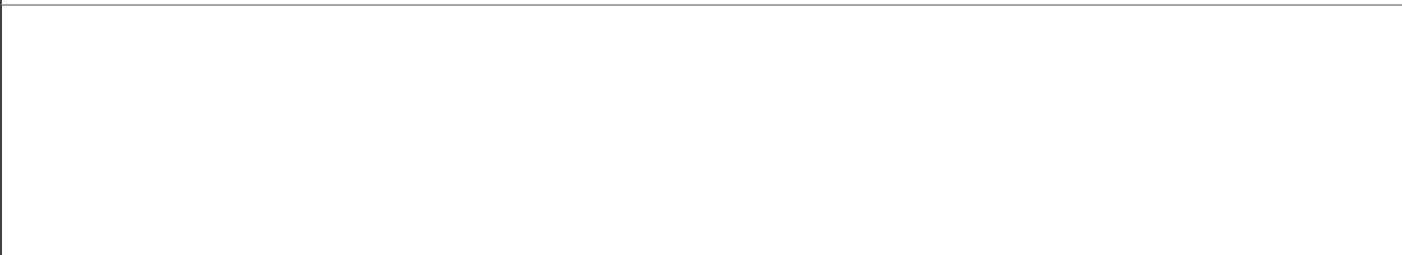
10.A) Localização do sítio Pedras da Forca II.

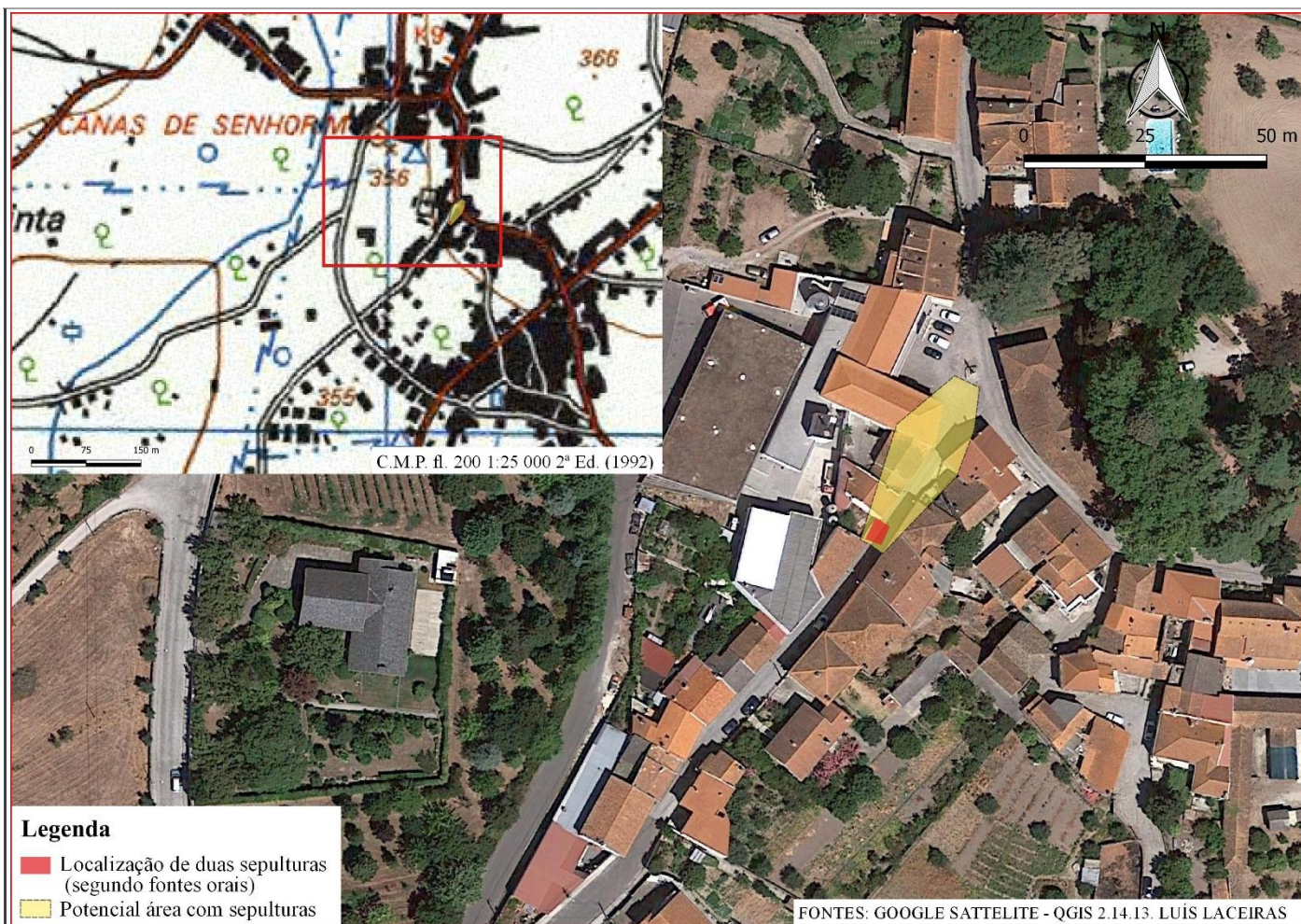


10.B) Sepultura escavada na rocha de Pedras da Forca II.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		11
1. Identificação		
Nome Rua da Estrada/Cruzeiro	Topónimo Cruzeiro	
CNS 27966	Tipo de Sítio Necrópole	
2. Localização		
Lugar/Localidade Largo do Cruzeiro e Rua da Estrada/Canas de Senhorim	Freguesia Canas de Senhorim	
Coordenadas (x) -7.902750 (y) 40.502361	Altitude(m) [359-360]	CMP Fl. 200
Acessos Este sítio estende-se entre o Largo do Cruzeiro (largo da porta principal do quartel dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim) e a Rua da Estrada (11.A.).		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho	5,6 e 7	
Tema	<p>5 – Soeiro Mendes e sua esposa escambam com o Mosteiro de Santa Cruz dois casais em Canas que o Mosteiro possuía de testamento de Martim Godesteis.</p> <p>6 – Coutamento ao bispo de Viseu, D. João Perez, da <i>villa</i> de Canas com doação de todos os seus direitos reais.</p> <p>7 – Carta de foro do Cabido de Viseu para os moradores da vila de Canas.</p>	
Contributo/Utilidade	<p>5 – Primeira referência documental a Canas, lugar albergador de dois casais deixados por testamento ao Mosteiro de Santa Cruz (as relações entre esta região e a igreja conimbricense continuariam a manifestar-se, como verificamos nestas propriedades). O panorama arqueológico e toponímico evidenciado para a área do Casal é concordante com a possível incorporação desses dois <i>casales</i> nessa mesma zona da vila de Canas de Senhorim. Neste contexto, sublinhe-se a proximidade geográfica entre o Casal e este sítio, indubitavelmente conectados por um eixo viário local de possível origem romana e com utilização medieval (Anexo I - MAPA 9.). Sublinhe-se ainda a menção a Martim Godesteis, primeiro proprietário dos dois casais, cujos laços familiares poderão recuar aos séculos X-XI, assunto tratado num dos pontos deste trabalho (4.2.3.1.)</p>	

	6 – Implementação de um couto. Neste documento surge, pela primeira vez, a designação de <i>Cannas de Seniorim</i> , através da junção do determinativo <i>Seniorim</i> ao nome <i>Cannas</i> , acontecimento que explica a atual designação de Canas de Senhorim.		
	7 – Empenho do Cabido da Sé de Viseu em manter este couto, estabelecendo os direitos e deveres aos seus moradores.		
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica	Tipologia Etimológica	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos	11.B.		
Desenhos			
Mapas	11.A.		
Bibliografia Essencial			
[LOURENÇO,2007]; [MARQUES,2000]; [PINTO, 1996]			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
Estruturas Observáveis			
Com base nas informações orais, conseguimos mapear a localização aproximada de duas das cinco sepulturas existentes neste sítio e apurar a tipologia antropomórfica das mesmas (11.A.).			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Planalto		
	Local de Implantação Planalto ligeiramente inclinado para oeste		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Ribeiro do Vale do Boi		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Urbano	Secundário	Terciário

Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção
	Enquadramento
4. Interpretação	
<p>O grande número de vestígios arqueológicos medievais dispersos por este quadrante do núcleo histórico, a par da documentação escrita existente a partir de 1155, comprovam a ocupação medieval desta zona de Canas de Senhorim. A existência desta necrópole coaduna-se com a proposta interpretativa desenvolvida nesta investigação (4.2.3.1.) para os finais da Alta Idade Média e inícios da Baixa Idade Média: Canas de Senhorim, designação derivada da criação do couto em 1186, incorporava pequenos núcleos habitacionais que teriam como ponto confluyente este espaço antigo da atual vila. De facto, a reconfiguração dos espaços e estruturas ao longo do tempo, é refletida, a título de exemplo, na reutilização de vários materiais locais em edificações posteriores.</p>	
5. Cronologia	
Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa ?
6. Valorização e Salvaguarda	
Estado de Conservação	
Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Urbano
Valor Patrimonial	Valorização
Medidas de Monitorização	Sítio integrado no “Núcleo Histórico de Canas de Senhorim” (Plano Diretor Municipal de Nelas, Revisão 2013, 10.89). Aplicar medidas de salvaguarda arqueológica para minimização do impacto de empreitadas futuras afetas ao largo do Cruzeiro como à rua da Estrada, através de trabalhos arqueológicos. Para além da minimização de possíveis afetações sobre este património, o cumprimento das respetivas normas permitirá avaliar cientificamente o valor histórico e arqueológico deste sítio.
7. Outras Observações	
<p>Atualmente, as sepulturas estão cobertas por calçada de cubo granítico. No entanto, é possível verificar a superficialidade do afloramento granítico onde estão abertas as sepulturas e assenta igualmente o cruzeiro (11.B.).</p>	
8. Ilustração	
	



11.A) Definição hipotética da necrópole Rua da Estrada/Cruzeiro

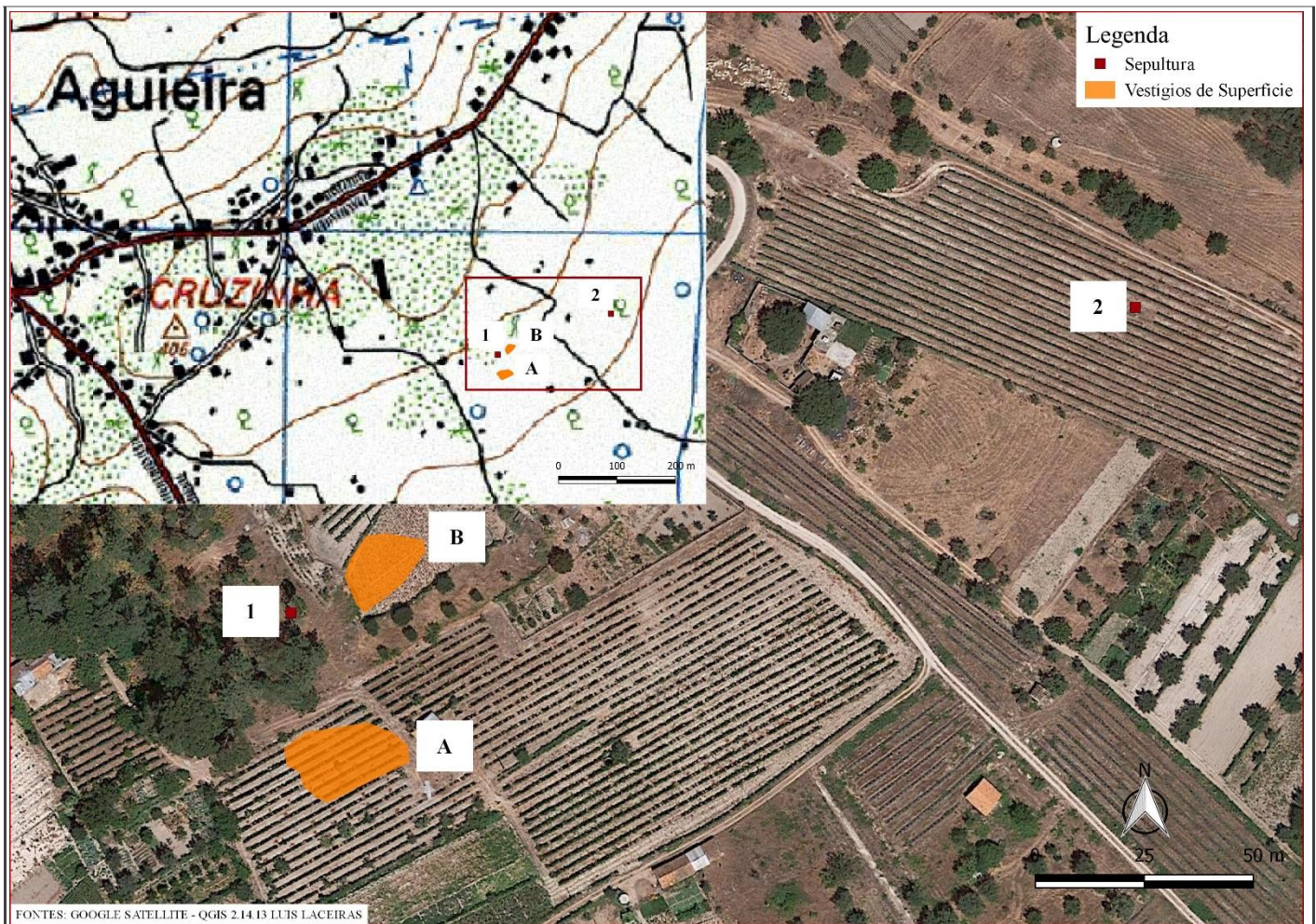


11.B) Vista oeste da área ocupada pela necrópole.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		12
1. Identificação		
Nome Campas	Topónimo Campas	
CNS 12644	Tipo de Sítio Sepulturas/Habitat	
2. Localização		
Lugar/Localidade Campas/Aguieira	Freguesia Aguieira e Carvalhal Redondo	
Coordenadas (x) -7.911060; (y) 40.524756	Altitude(m) [372-375]	CMP Fl. 200
<p>Acessos No sentido Carvalhal Redondo – Aguieira, a seguir ao cemitério de Carvalhal Redondo, virar no quinto caminho antigo à esquerda. Virar depois à direita (cerca de 400m da cortada inicial) no primeiro caminho agrícola. Para a sepultura 2, seguir o caminho antigo até chegar a uma curva de 90°. A sepultura encontra-se na propriedade paralela (12.A.).</p>		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Oraís	Segundo informações orais prestadas pelo proprietário do terreno vizinho onde se localiza a sepultura adulta, existiam mais sepulturas nesta área.	
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho	6	
Tema	6 – Coutamento ao bispo de Viseu, D. João Perez, da <i>villa</i> de Canas com doação de todos os seus direitos reais.	
Contributo/Utilidade	6 – Implementação de um couto. Todo o espaço atual da aldeia de Aguieira, incluindo o sítio das Campas, integrava este couto.	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 120	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Necrotoponímia/Arqueotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Campana</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	12.B.; 12. C.	
Desenhos		

Mapas	12.A.		
Bibliografia Essencial			
[LOURENÇO,2007]; [MARQUES,2000]			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
No decurso da reavistação do sítio, identificámos nas parcelas agrícolas à direita da sepultura 1 (12.A. – B), um número residual de fragmentos de cerâmica comum de pequenas dimensões e muito rolados. Já a 40 m para sul da sepultura 1 (12.A. – A), foram identificados fragmentos de cerâmica comum rolada [LOURENÇO, 2007, p. 124]. Da análise aos materiais recolhidos contam-se três fragmentos cerâmicos classificáveis (2 bordos e 1 fundo) atribuíveis à Alta Idade Média e restos cerâmicos de materiais de construção (fragmentos de ímbrice).			
Estruturas Observáveis			
Duas sepulturas antropomórficas escavadas no afloramento granítico, distando 180m (sepultura 2 a este da sepultura 1). Sepultura 1 (12.B.): assimétrica, orientada a sul, cabeceira em arco ultrapassado com métrica máxima de 186 cm de comprimento e 51 cm de largura. Era destinada a um adulto. Após a reavistação a este sítio, observaram-se marcas antrópicas associadas a fraturas do geológico, elementos análogos às informações orais existentes para este local. Sepultura 2 (12.C.): planta ovalada, cabeceira de arco de volta perfeita, orientada a nordeste com métrica máxima de 93 cm de comprimento e 30 cm de largura. Apresenta ainda uma pequena pia (14 cm de diâmetro e 6 cm de profundidade) na zona do leito. Era destinada a uma criança.			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave sobranceira ao ribeiro de Travassos		
Geologia	Zonas de filões e massas aplito-pegmatíticos		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Ribeiro dos Travassos		
	Utilização Irrigação; Atividade molinológica; Divisão atual entre as Freguesias Canas de Senhorim e Aguieira/Carvalhal Redondo		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Agrícola	Secundário Florestal	Terciário
	Nível de Perceção Razoável		

Paisagem e Visibilidade	Enquadramento Regular
4. Interpretação	
<p>Este sítio é composto por duas sepulturas, uma delas com antropomorfismo pleno (12.C.). A existência de materiais cerâmicos, quer utilitários como de construção, podem evidenciar uma ocupação simultânea do espaço entre o mundo dos vivos e dos mortos. cremos estar na presença de uma encosta suave onde viveram e morreram elementos de um pequeno núcleo familiar, aproveitando o solo fértil, a hidrografia e as acessibilidades locais, elementos preponderantes para o quotidiano das populações rurais nos finais da Alta Idade Média. Este lugar integrou o couto de Canas de Senhorim a partir de 1186.</p>	
5. Cronologia	
Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa Séculos X-XII?
6. Valorização e Salvaguarda	
Estado de Conservação Bom	
Grau de Risco Normal	Fator de Risco Florestal/Agrícola
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Alta
Medidas de Monitorização	<p>Estabelecer o contacto direto com os proprietários dos terrenos, visando a sensibilização dos mesmos na tentativa de contribuir para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos agrícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas.</p>
7. Outras Observações	
<p>Segundo as informações orais, para além destas sepulturas, existiam outras “muito parecidas” à sepultura 1 (12.B.). A observação atenta ao geológico albergador da sepultura 1 permitiu verificar a existência de marcas de extração de pedra, presumivelmente para construções locais. Esta ação humana manifesta-se também nos restantes afloramentos da envolvência do sítio. Com base nestas dilações é credível admitirmos a existência de um pequeno núcleo de sepulturas rupestres, contudo representado atualmente por dois exemplares, resultado das intempéries naturais e antrópicas. Numa contextualização local, sublinhe-se ainda que este sítio, juntamente com os sítios da Pedras da Forca I (T.S.A. – Nº 9) e Pedras da Forca II (T.S.A. – Nº 10), integram um pequeno núcleo de sepulturas num raio aproximado de 600m.</p>	
8. Ilustração	



12.A) Sítio arqueológico das Campas



12.B) Sepultura 1 e seu enquadramento geográfico (vista sul).



12.C) Sepultura 2 e seu enquadramento geográfico (vista sul).

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		13	
1. Identificação			
Nome Fontainhas		Topónimo Folhadal	
CNS 27974		Tipo de Sítio Sepulturas	
2. Localização			
Lugar/Localidade Folhadal/Folhadal		Freguesia Nelas	
Coordenadas (x) -7.857594; (y) 40.506717		Altitude(m) [364]	CMP Fl. 200
<p>Acessos Este sítio está em zona de pinhal. Após a passagem pelo Largo do Comércio em Folhadal, seguir para sul, entrando num caminho de terra batida que estabelece a ligação entre essa povoação e a estrada que liga Nelas às Caldas da Felgueira (Nº 644). Manter-se à direita nas duas bifurcações. As sepulturas localizam-se a cerca de 380m da segunda bifurcação (13.A.).</p>			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	11		
Tema	11 – Carta de foro de um herdamento a 26 moradores no Folhadal, julgado de Senhorim.		
Contributo/Utilidade	11 – Fragmentação económico-social do domínio territorial de Senhorim, descrevendo os limites desse herdamento. A concessão desta carta evidencia, por outro lado, a efetivação diplomática de uma ocupação antrópica, seguramente influenciada pela expressividade populacional e potencialidades locais trabalhadas nos séculos anteriores.		
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica Física/Natural	Tipologia Etimológica Português Antigo	
180	(Fitotoponímia)	<i>Ffolhaadoal?</i>	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos	13.B.		
Desenhos			

Mapas	13.A.		
Bibliografia Essencial			
[LOURENÇO,2007]; [MARQUES,2000];			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
O coberto vegetal denso impossibilitou a identificação de qualquer vestígio material de superfície.			
Estruturas Observáveis			
Este sítio é constituído por duas sepulturas escavadas na rocha abertas lado a lado (13.B.). Sepultura 1: antropomórfica de tipologia ovalada, orientada a este, cabeceira em arco de volta perfeita com uma métrica máxima de 198cm de comprimento e 56cm de largura. Sepultura 2: antropomórfica de tipologia ovalada, orientada a este, cabeceira em arco de volta perfeita com uma métrica máxima de 153cm de comprimento e 48cm de largura.			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Planalto		
	Local de Implantação Planalto		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Linha subsidiária do ribeiro do Vale do Gato		
	Utilização		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbórea	
Uso do Solo	Classificação Florestal - F		
	Primário Florestal	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Bom		
	Enquadramento Regular		
4. Interpretação			
Apesar das dimensões do geológico onde assentam as sepulturas e da existência de outros afloramentos, as sepulturas encontram-se abertas lado a lado. Mais uma vez esta constatação argumenta a hipótese de estarmos na presença de um antigo núcleo habitacional de cariz familiar que sepultava os seus defuntos nas proximidades dos lugares de vivência [LOURENÇO, 2007, p. 34]. Relativamente ao comprimento da sepultura 2, a largura considerável impede a sua atribuição a um defunto infantil, tratando-se assim de um adulto [<i>ibidem</i> , p. 40]. O facto de não se observarem materiais cerâmicos de superfície pode estar associado à vegetação muito densa do local. Tal situação não inviabiliza que esta área fosse habitada ou agricultada por			

um núcleo de cariz familiar, aproveitando as potencialidades do solo, hidrografia e acessibilidades locais para sua autossuficiência no decurso dos finais da Alta Idade Média.

5. Cronologia

Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa Séculos X-XII?
--	---

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Bom

Grau de Risco Normal	Fator de Risco Florestal/Silvícola
-----------------------------	---

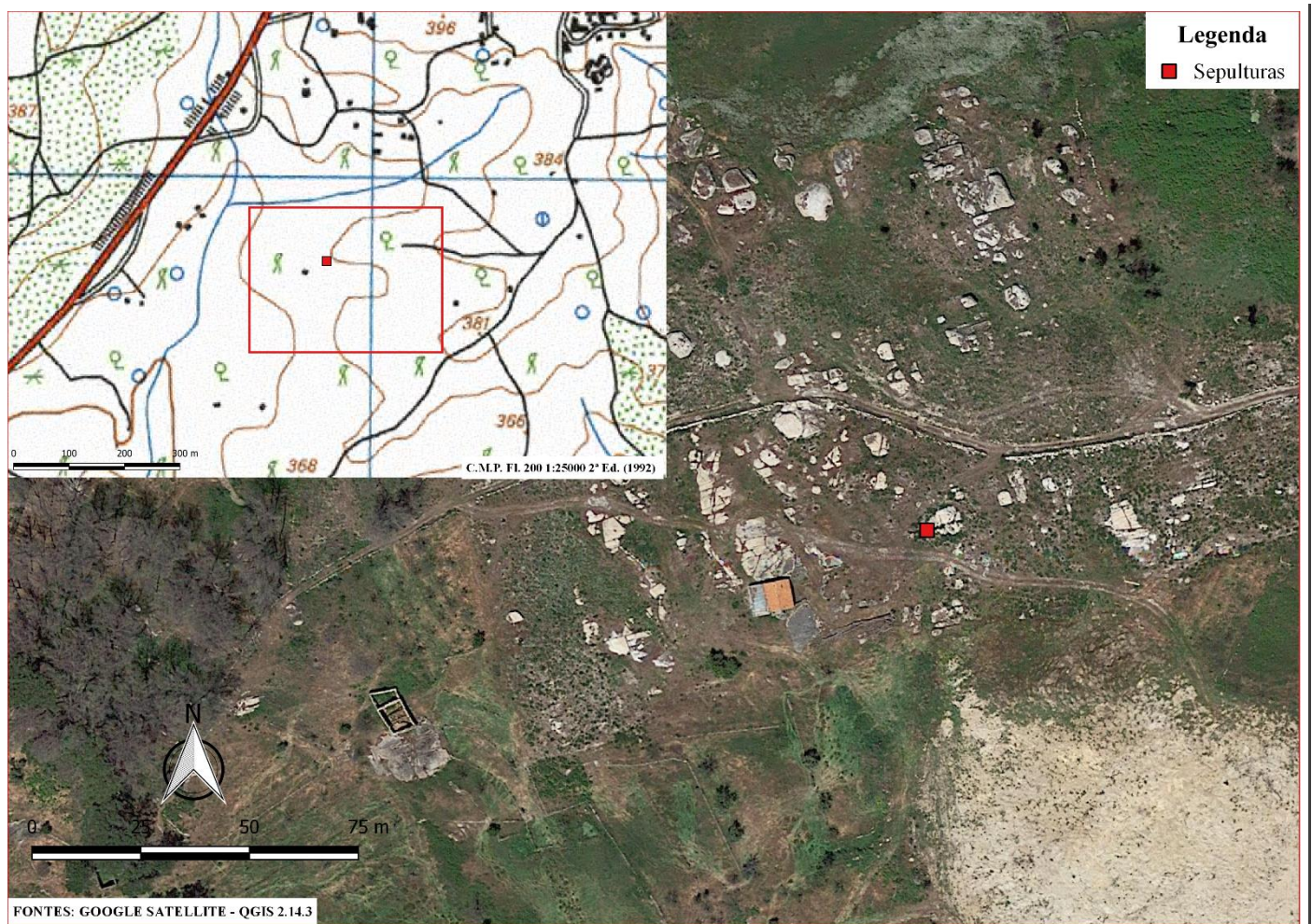
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Alta
----------------------------------	-------------------------

Medidas de Monitorização	Estabelecer o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir, de algum modo, para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos silvícolas/florestais, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos da Alta Idade Média, tão característicos do concelho de Nelas.
---------------------------------	--

7. Outras Observações

Este sítio é erradamente classificado como “Necrópole” no Portal do Arqueólogo: existem apenas duas sepulturas. A observação atenta ao geológico onde se localizam as sepulturas, bem como aos restantes afloramentos envolventes, permitiu identificar pequenas marcas de extração de pedra. Entre as singularidades deste sítio, sublinhe-se ainda a presença de uma elevação do geológico imediatamente a norte, permitindo enquadrar as sepulturas na envolvência local como se de um marcador espacial se tratasse.

8. Ilustração



13.A) Localização das sepulturas rupestres.



13.B) Sepulturas escavadas na rocha.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		14
1. Identificação		
Nome Moledo I	Topónimo Capucha	
CNS 5223	Tipo de Sítio Casal?	
2. Localização		
Lugar/Localidade Folhadal/Folhadal	Freguesia Nelas	
Coordenadas (x) -7.849636; (y) 40.522930	Altitude(m) [400-415]	CMP Fl. 200
<p>Acessos Seguir a Avenida António Monteiro no sentido Nelas – Caldas da Felgueira. Este quadrante localiza-se nas propriedades agrícolas à esquerda, depois da passagem pelo Lar São Miguel, com uma pequena concentração de materiais já nas imediações da Estrada Nacional 231.</p>		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho		
Tema		
Contributo/ Utilidade		
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 56	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Tecnotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Cappa</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos		
Desenhos		
Mapas	14.A.	
Bibliografia Essencial		
[ALARCÃO, 1988, p. 63]; [ROCHA, 1897, pp. 81-83]; [VAZ, 1997, p. 63]		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		

Atualmente, identificaram-se restos cerâmicos de telhas e ímbrices (**14.A.**). Este sítio corresponde à estação “*luso-romana do Moledo*” abordada por António Santos Rocha nos finais do século XIX [1897, p. 81; 1901, p. 79]. Na sua primeira alusão ao Moledo, identifica diversos materiais cerâmicos de superfície, nomeadamente “(...) *abundantes fragmentos de telhas de rebordo e de telhas curvas, de dolios e outros grandes vasos romanos e, em certos pontos, algumas pedras aparelhadas.*” [ROCHA, 1897, p.81]. Por outro lado, os materiais visíveis à superfície “(...) *esparcos em uma area consideravel (...)*”, premeditaram a abertura de “(...) *dois poços, para sondar o terreno (...)*”, permitindo identificar um conjunto de estruturas associadas a vários fragmentos de cerâmica de construção (telhas e ímbrices) e utilitária [*idem*]. Pelas suas descrições, quer do material cerâmico de superfície observado como dos resultados posteriores decorrentes de escavação, estes materiais arqueológicos são enquadráveis no período romano, sendo mencionados em trabalhos mais recentes [VAZ, 1997, p. 63].

Estruturas Observáveis

Os trabalhos arqueológicos de António Santos Rocha nos finais do século XIX permitiram identificar “(...) *uma curiosa peça de torcularium romana, aquela em que era recebido o líquido escorrido da presa (...)*”. Trata-se de uma estrutura retangular (3m de comprimento, 2m de largura e 1,20m de altura) formada por 4 paredes de alvenaria seca, constituídas por pedra aparelhada e alguns tijolos, e um pavimento, formado primeiramente por uma camada de calhaus rolados e terra sob uma outra elaborada com pequenos fragmentos de telha e tijolos fortemente batidos e compridos, atingindo 0,10m de espessura [ROCHA, 1897, p. 82-83]. Na parede sul, junto de um dos ângulos, identificou ainda dois degraus que permitiam o acesso ao interior desta estrutura, sendo que um deles apresentava-se praticamente intacto, medindo 0,55m de comprimento, 0,20m de largura e 0,23m de altura. Na parede oeste, a 1,20m da parede norte e a 0,75m acima do pavimento, localizava-se a bica formada por uma laje alongada que se prolongava da superfície da parede externa (0,25m), com um canal semicircular coberto por um ímbrice (0,70m de comprimento e 0,07m de largura) [*idem*]. Quatro anos mais tarde, Santos Rocha alude a duas sepulturas abertas na rocha não antropomórficas “(...) *no meio da estação lusu-romana do Moledo, em Nellas (...)*”, assunto tratado em Moledo II (T.S.A. – N° 15).

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta sobranceira a um pequeno vale		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Três linhas subsidiárias do rio Mondego		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário

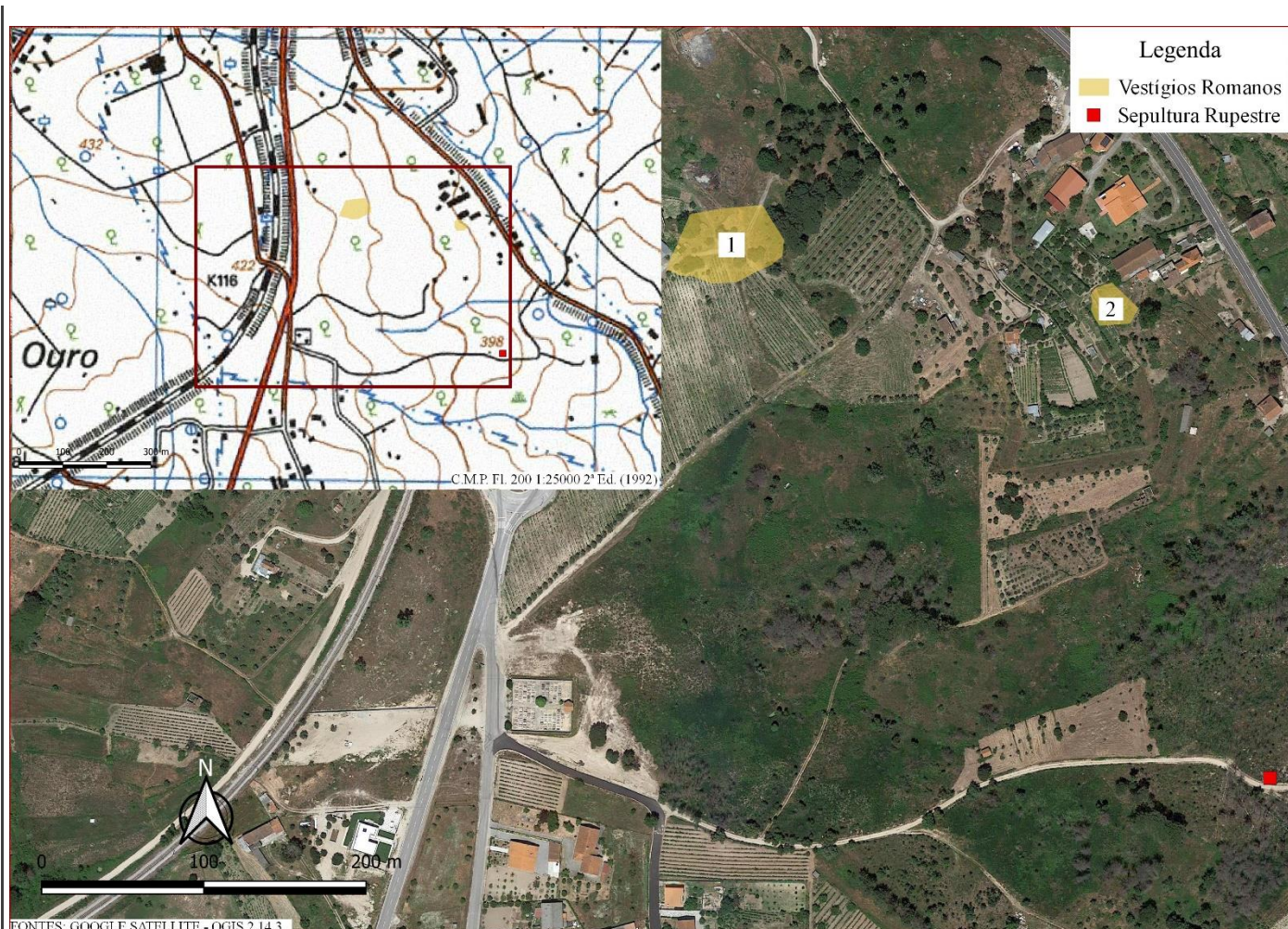
	Herbáceo	Arbórea	
Uso do Solo	Classificação Agrícola Condicionada - C		
	Primário Agrícola	Secundário Pastoril	Terciário Florestal
Paisagem e Visibilidade	Nível de Percepção Mau		
	Enquadramento Mau		
4. Interpretação			
<p>Apesar das descrições de António Santos Rocha sobre os “<i>dois poços para sondar o terreno (...) um próximo de um pilar de granito que aflorava o solo, e outro a alguns metros de distância onde o desnivelamento dos terrenos nos pareceu muito suspeito (...)</i>”, localizados numa propriedade a “<i>(...) 900m de a sul de Nellas (...)</i>”, não conseguimos localizar o lugar destas sondagens [ROCHA, 1897, pp. 81]. No entanto, não temos dúvidas quanto à incorporação desses trabalhos de escavação nas propriedades que se encontram no seguimento do Lar de São Miguel em direção à estrada nacional 231, à esquerda da Av. António Monteiro. Com base nas referências de Santos Rocha [1897, pp. 81-83], este sítio é posteriormente classificado como <i>villa</i> romana [VAZ, 1997, p. 63]. Contudo, face ao historial de investigação, às características ergonómicas dos materiais de superfície e áreas de dispersão dos vestígios, não temos razões para manter a hipótese da existência de uma <i>villa</i>. Parece-nos, ao invés, corresponder a um assentamento mais modesto, próximo da conceção teórica de um casal com associação direta a um pequeno anexo agrícola na zona do microtopónimo Moledinhos e na envolvência de um cruzamento de vias romanas (Anexo I – Mapa 10.). É essencial retomar o estudo deste sítio num outro contexto científico, permitindo-nos reavaliar tais vestígios arqueológicos no seu contexto funcional e cronológico.</p>			
5. Cronologia			
Período Cultural Romano		Cronologia Relativa ?	
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação			
Grau de Risco Elevado		Fator de Risco Agrícola; Florestal	
Valor Patrimonial Grande		Valorização Reduzida	
Medidas de Monitorização	<p>Área com potencial estratigráfico para avaliação do contexto através de sondagens arqueológicas. Paralelamente a outros sítios descritos na investigação, apresenta zonas com todas as condições para serem contempladas num projeto científico de maiores dimensões, incluindo, entre outras atuações, a escavação. Desenvolver e aplicar uma estratégia envolvente, adaptada e capacitada para a sensibilização dos proprietários particulares, assente nos sentidos de identidade e memória empregues nos indicadores</p>		

arqueológicos, enquanto meios de aproximação à imagem histórica desse lugar atual. Estes resultados podem vir a expressar-se no contacto esporádico ou perene entre a comunidade local e os técnicos do património para, a título exemplificativo, comunicar o aparecimento de achados de superfície e de alterações naturais ou antrópicas inesperadas a determinado património.

7. Outras Observações

A este, numa encosta fronteira, existe igualmente alusões a alguns vestígios cerâmicos [ROCHA,1897, p. 83]. Posteriormente, essa informação é interpretada como “Habitat Romano”, sítio referenciado para uma zona onde não conseguimos identificar qualquer vestígio de superfície [VAZ, 1997, pp. 62-63]. Acreditamos que este sítio não corresponde às parcas informações de António Santos Rocha para o mesmo. Trabalhos posteriores poderão relocalizar tais vestígios arqueológicos possivelmente na zona por nós proposta, tarefa não executada até à atualidade. No contexto do historial de investigação, importa ainda retificar duas interpretações: com base na análise conjunta dos topónimos que estabelecem os limites do couto de Canas de Senhorim implementado em 1186 (T.D.H. – Nº 6), a menção a *moledo* reporta-se ao topónimo Moledo (T.T. – Nº 39) de Carvalhal Redondo e não a este sítio, como foi exposto anteriormente [LOURENÇO, 2007, p. 55]; no mesmo sentido, a referência ao Moledo enquanto sítio romano localizado em Carvalhal Redondo não está correta, devendo corresponder a este sítio arqueológico, uma vez que o topónimo homónimo não apresenta qualquer vestígio romano [ALARCÃO, 1988, p. 63]. Para esta questão, aconselhamos a leitura de Moledo (T.T. – Nº 39).

8. Ilustração



14.A) Sítio arqueológico do Moledo. Os vestígios romanos correspondem a esta ficha de entrada (Moledo I).

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		15	
1. Identificação			
Nome Moledo II		Topónimo Capucha	
CNS 5223		Tipo de Sítio Sepultura	
2. Localização			
Lugar/Localidade Folhadal/Folhadal		Freguesia Nelas	
Coordenadas (x) -7.846692; (y) 40.519634		Altitude(m) [385]	CMP Fl. 200
<p>Acessos Ao seguir a estrada nacional 231 no sentido Nelas – Póvoa da Roçada, depois de passar a linha de caminho de ferro em Nelas, virar à esquerda no segundo caminho de terra batida. A sepultura encontra-se no lado direito do caminho a cerca de 150 m desta cortada, nas proximidades de uma habitação (15.A.).</p>			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	11		
Tema	11 – Carta de foro de um herdamento a 26 moradores no Folhadal, julgado de Senhorim.		
Contributo/Utilidade	11 – Fragmentação económico-social do domínio territorial de Senhorim, descrevendo os limites desse herdamento. A concessão desta carta evidencia, por outro lado, a efetivação diplomática de uma ocupação antrópica, seguramente influenciada pela expressividade populacional e potencialidades locais trabalhadas nos séculos anteriores.		
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Tecnotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Cappa</i>	
56			
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos	15. B.		
Desenhos			
Mapas	15.A.		

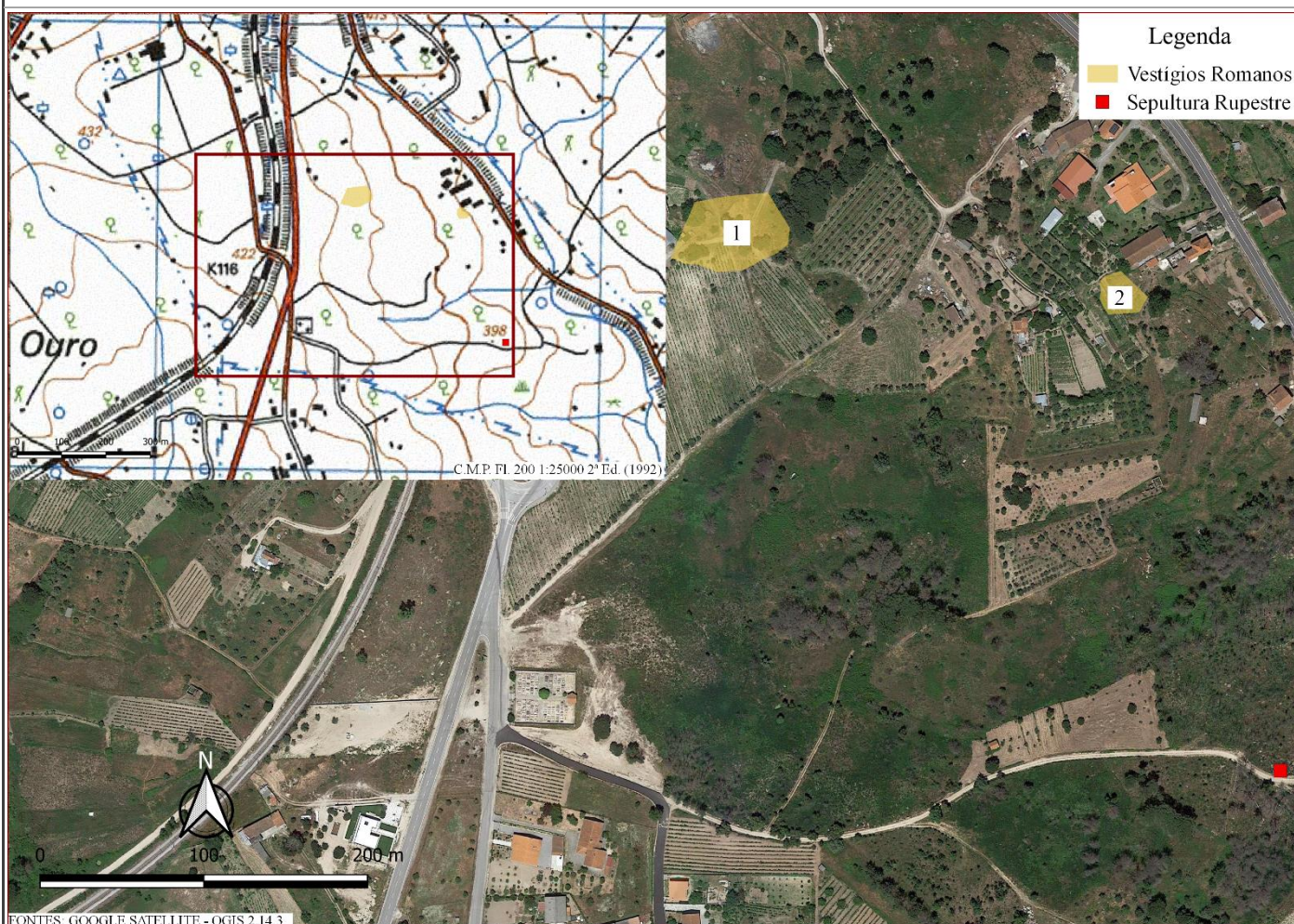
Bibliografia Essencial			
[LOURENÇO, 2007, p. 55 e 126]; [ROCHA, 1901, pp. 81-86];			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
Não se verificou qualquer material arqueológico à superfície.			
Estruturas Observáveis			
Sepultura com antropomorfismo pleno de tipologia retangular, orientada a norte e parcialmente destruída no contorno direito (15.B.). Quanto à sua métrica máxima, apresenta 184cm de comprimento e 46cm de largura. Nas proximidades desta estariam ainda duas sepulturas não antropomórficas atualmente destruídas ou por identificar [ROCHA, 1901, p. 81].			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta sobranceira a um pequeno vale		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Três linhas subsidiárias do rio Mondego		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Agrícola Condicionada - C		
	Primário Florestal	Secundário	Terciário Florestal
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Mau		
	Enquadramento Regular		
4. Interpretação			
Existe a referência a mais duas sepulturas não antropomórficas escavadas no afloramento granítico, provavelmente destruídas ou por relocalizar até à atualidade [ROCHA, 1901, p. 81]. Ao assumirmos a existência de três sepulturas neste sítio (duas delas pelo historial da investigação), poderemos estar perante um pequeno núcleo familiar que habitava nesta encosta onde acabaram por ser sepultados.			
5. Cronologia			
Período Cultural Alta Idade Média		Cronologia Relativa Séculos X-XII?	
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação Razoável			
Grau de Risco Elevado		Fator de Risco Florestal/Silvícola	

Valor Patrimonial Mediano	Valorização Reduzida
Medidas de Monitorização	<p>Estabelecer o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir para a preservação e proteção do sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos silvícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas. Neste caso particular, é fundamental atender à posição local da sepultura com grande vulnerabilidade aos fatores de riscos antrópicos</p>

7. Outras Observações

As limpezas esporádicas das bermas deste caminho de terra batida poderão levar à sua destruição involuntária, uma vez que não apresenta qualquer sinalética nem limpeza.

8. Ilustração



15.A) Sítio arqueológico do Moledo. Sepultura rupestre correspondente a esta ficha de entrada (Moledo II).



15.B) Sepultura rupestre de Moledo II.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		16
1. Identificação		
Nome Quinta do Abrunhal/Rosado	Topónimo Quinta do Abrunhal	
CNS	Tipo de Sítio <i>Mutatio</i> ?/ Sepultura	
2. Localização		
Lugar/Localidade Caldas da Felgueira	Freguesia Nelas	
Coordenadas (x) -7.842343; (y) 40.493589	Altitude(m) [180-185]	CMP Fl. 200
Acessos No lado direito da estrada que liga Caldas da Felgueira à nacional 231, a 50m da margem direita do rio Mondego.		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais	Segundo informações orais, no decurso dos trabalhos de alargamento da estrada em 1997, ficaram visíveis vários fragmentos cerâmicos, recolhendo-se os mais significativos (Área 1).	
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho		
Tema		
Contributo/Utilidade		
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 50	Análise Taxonómica Antropo-Cultural e Física/Natural (Agrotoponímia/Dendrotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Quinta</i> ; Moçarabismo <i>Abrunhal</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	16.B.;16. C.; 16. D.	
Desenhos	16.E.	
Mapas	16.A.	
Bibliografia Essencial		

[VAZ,1993, p. 75]

Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão

Área 1 (**16.A.**): Após os incêndios ocorridos em outubro de 2017, ficaram visíveis à superfície vários fragmentos cerâmicos de construção (tégulas e ímbrices) e comum, numa área com aproximadamente 20m². Já no corte observável a partir da estrada, ficou perceptível um negativo. Para além das observações atuais, somam-se os materiais recolhidos em 1997, através dos quais realizámos uma primeira abordagem: 44 fragmentos de cerâmica comum (nº mínimo de 5 recipientes), 3 fragmentos de ímbrice e 2 peças praticamente completas (**16.E.**), nomeadamente uma bilha de boca trilobada e uma pequena tijela. Segundo as informações orais prestadas, estes materiais, ambos com idênticas características de manufatura, foram retirados de uma “bolsa negra” de onde constavam ainda outros tantos fragmentos de material de construção. Área 2 (**16.A.**): Nesta zona foram identificados 3 silhares almofadados (**16.B.**) e vários fragmentos cerâmicos (**16.C.**), visíveis à superfície (resultado das constantes surribas para plantação de vinha).

Estruturas Observáveis

Área 1: No corte do talude é observável um negativo com forma ovalada, aproximadamente com 12m de comprimento e 1.20m de profundidade (**16.D.**). No momento da visita verificámos a sua composição genérica: camadas heterogéneas com vários tipos de sedimento castanho escuro, constituídos por fragmentos cerâmicos dispersos e concentrados, pedras de pequeno e médio calibre e algumas raízes.

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Vale		
	Local de Implantação Margem direita do rio Mondego, especificamente no início da inclinação do vale para norte		
Geologia	Granitos porfíroides, predominantemente biotítico, de grão médio a fino, e depósitos sedimentares formados por aluviões atuais		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Rio Mondego; Ribeiro do Vale do Gato		
	Utilização Irrigação; Consumo Animal e Humano		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Herbáceo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Agrícola Condicionada - C		
	Primário Agrícola	Secundário Pastoril	Terciário Florestal
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Regular		
	Enquadramento Médio		

4. Interpretação

Apresenta elementos a serem estudados noutras circunstâncias, nomeadamente nos assuntos referentes às interpretações do quadro fronteiro entre as cidades romanas de Bobadela e Viseu e da rede viária romana. Com base numa primeira análise às duas peças praticamente completas (bilha de boca trilobada e tijela), cremos estar na presença de um espaço associado a um enterramento na Área 1. Para a Área 2 a existência de 3 silhares almofadados, cerâmica comum e de construção são interpretados como zona edificada (*mutatio?*).

5. Cronologia

Período Cultural Romano/Antiguidade Tardia	Cronologia Relativa Séculos II-VI?
---	---

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Fraco

Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Agrícola; Limpezas anuais das bermas da estrada
------------------------------	---

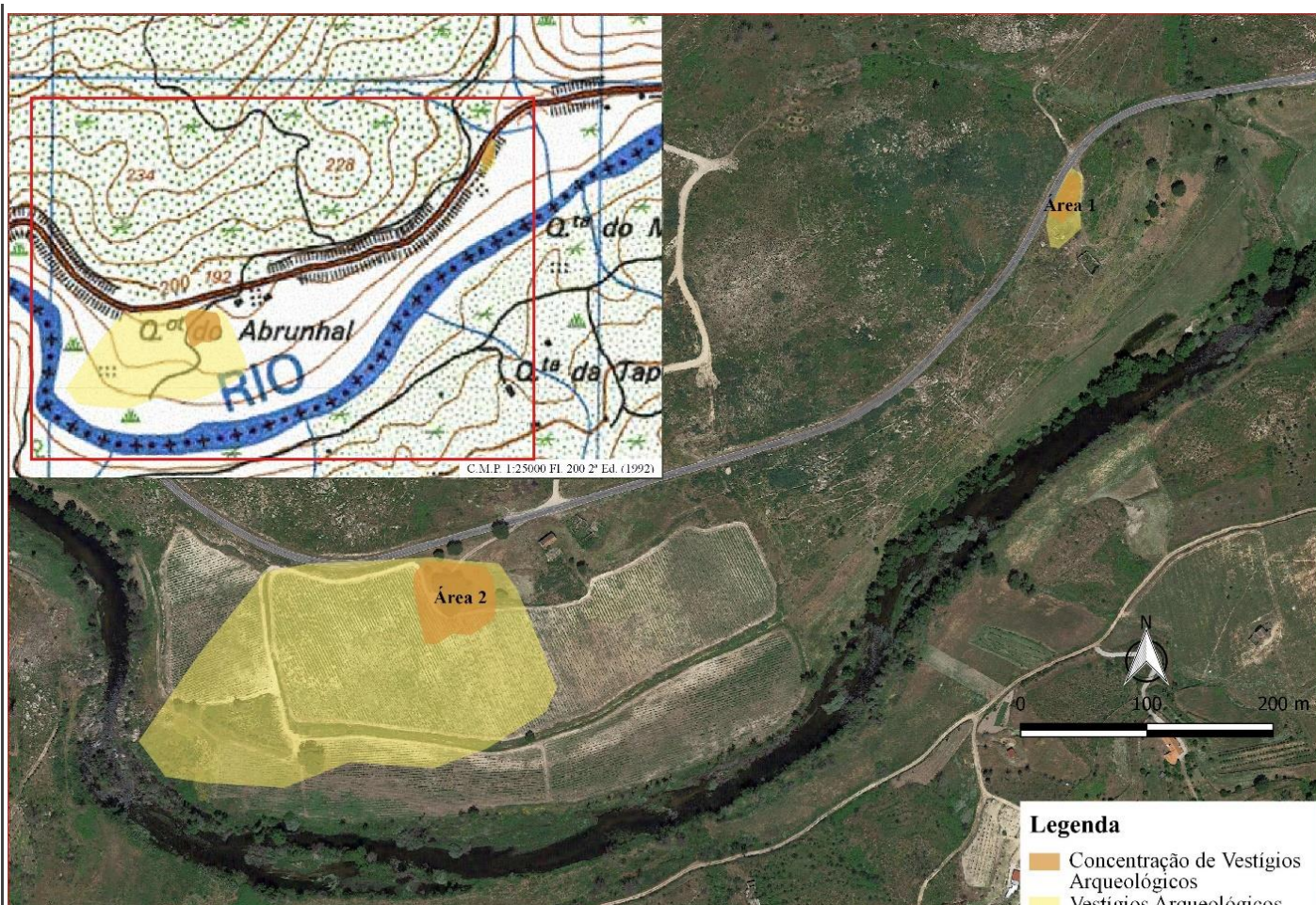
Valor Patrimonial Grande	Valorização Reduzida
---------------------------------	-----------------------------

Medidas de Monitorização	Área com potencial estratigráfico para avaliação do contexto através de sondagens arqueológicas. Paralelamente a outros sítios descritos na investigação, este apresenta todas as condições para ser contemplado num projeto científico de maiores dimensões, incluindo, entre outras atuações, a escavação.
---------------------------------	--

7. Outras Observações

A geomorfologia do vale do rio Mondego cria grandes dificuldades a qualquer ligação entre as duas margens e, simultaneamente, representa uma barreira natural bem definida no contexto regional. A utilização deste rio como fronteira é considerada para a marcação das primitivas dioceses. Após a reconquista, os processos de reorganização político-militares que se vieram a manifestar na Terra de Senhorim, voltaram a considerar o Mondego como limite não só de Senhorim, como do território de Viseu. Já na época moderna, reconhece-se o rio Mondego enquanto linha divisória dos distritos de Viseu, Guarda e Coimbra, situação que permaneceu até à atualidade. Este sítio é, por excelência, lugar de fronteira desde os primeiros séculos da nossa era. Para o período romano, os trabalhos de João Inês Vaz sobre a cidade romana de Viseu [VAZ, 1993, p.75] referem-se, muito sumariamente, à “Quinta do Rosado”, que corresponde, em parte, à Área 1. Segundo a tipologia adotada, alude a um “Habitat Romano” com base em alguns fragmentos de cerâmica comum e de construção, visíveis à superfície, e na informação oral prestada por um filho de um antigo caseiro: “(...) há uns anos, faziam muitos buracos para enterrar os “cacos” que apareciam quando amanhavam a terra para a lavoura.” [*idem*]. Esta classificação necessita de ser repensada, tal como a verdadeira posição deste lugar em tempos precedentes, face aos dados quantitativos e qualitativos atuais.

8. Ilustração



16.A) Concentração e dispersão de vestígios arqueológicos nas áreas 1 e 2.



1



2

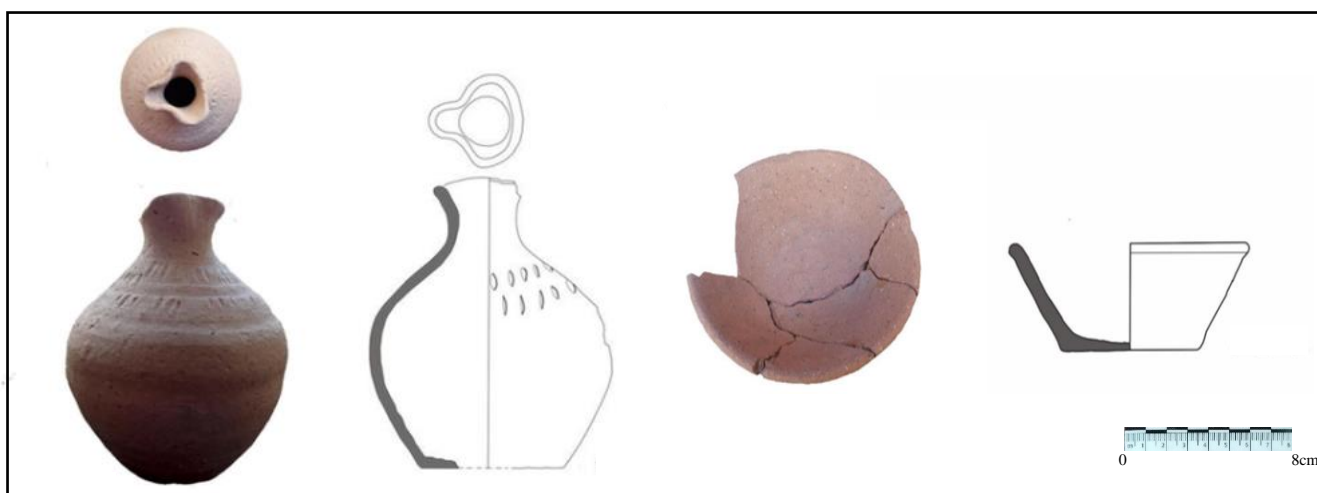
16. B) Área 2 (sudeste) onde se identificaram vestígios arqueológicos de construção. 1. Vista de sul para norte, a partir da margem esquerda do rio Mondego. 2. Silhar almofadado.



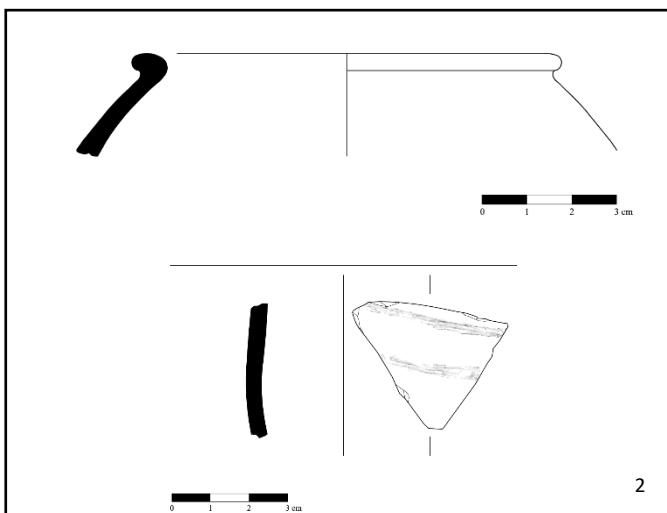
16. C) Área 2 (oeste). 1. Fragmentos de *sigillata* e cerâmica pintada a branco. 2. Fragmentos de um *dolloium* com colagens.



16. D) Área 1 (este). 1. Corte do talude (visto de norte para sul). 2. Pormenor do material arqueológico recolhido nos anos 90 (fotografia analógica, gentilmente cedida por Horácio Peixoto)



16. E) Área 1 (Este). Peças arqueológicas recolhidas em 1997.



16. F) Área 2 (oeste): 1. Cerâmica cinzenta. 2. Bordo de cerâmica alaranjada e bojo de cerâmica alaranjada pintada a branco.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		17	
1. Identificação			
Nome Rua do Pombal/Escola		Topónimo Folhadal	
CNS 27972		Tipo de Sítio Sepultura	
2. Localização			
Lugar/Localidade Largo do Colóquio/Folhadal		Freguesia Nelas	
Coordenadas (x) -7.854117; (y) 40.512854		Altitude(m) [406]	CMP Fl. 200
Acessos Esta sepultura encontra-se na aldeia de Folhadal, mais precisamente no Largo do Colóquio.			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	11		
Tema	11 – Carta de foro de um herdamento a 26 moradores no Folhadal, julgado de Senhorim.		
Contributo/ Utilidade	11 – Fragmentação económico-social do domínio territorial de Senhorim, descrevendo os limites desse herdamento. A concessão desta carta evidencia, por outro lado, a efetivação diplomática de uma ocupação antrópica, seguramente influenciada pela expressividade populacional e potencialidades locais trabalhadas nos séculos anteriores.		
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho 180	Análise Taxonómica Física/Natural (Fitotoponímia)	Tipologia Etimológica Português Antigo <i>Ffolhaadoal?</i>	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 189 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos	17.B.		
Desenhos			
Mapas	17.A.		
Bibliografia Essencial			
[EUSÉBIO, MARQUES, 2005]; [LOURENÇO,2007]			

Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
Estruturas Observáveis			
<p>Uma sepultura com antropomorfismo pleno escavada no afloramento de tipologia ovalada, orientada a sul, com cabeceira em arco ultrapassado e uma métrica máxima de 164cm de comprimento e 46cm de largura. Na zona dos pés encontra-se um pequeno “canal” com 6cm de largura e 6cm de comprimento, associado a uma reutilização posterior da sepultura em lagareta [LOURENÇO, 2007, p. 127].</p>			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave virada a sudoeste		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Duas linhas subsidiárias do ribeiro do Vale do Gato		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Urbano	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Bom		
	Enquadramento Bom		
4. Interpretação			
<p>O pequeno canal localizado na zona dos pés da sepultura deverá associar-se a uma reutilização posterior da sepultura em lagareta. [LOURENÇO, 2007, p. 46]. A presença desta sepultura no interior da atual aldeia evidencia uma ocupação humana dos finais da Alta Idade Média e inícios da Baixa Idade Média para esta localidade. A par deste caso, num raio de 2km contam-se mais dois sítios com sepulturas antropomórficas, nomeadamente as Fontainhas (T.S.A. – N° 13) e Moledo II (T.S.A. – N°15).</p>			
5. Cronologia			
Período Cultural Alta Idade Média		Cronologia Relativa Séculos X-XII?	
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação Bom			
Grau de Risco Baixo		Fator de Risco	
Valor Patrimonial Mediano		Valorização Alta	

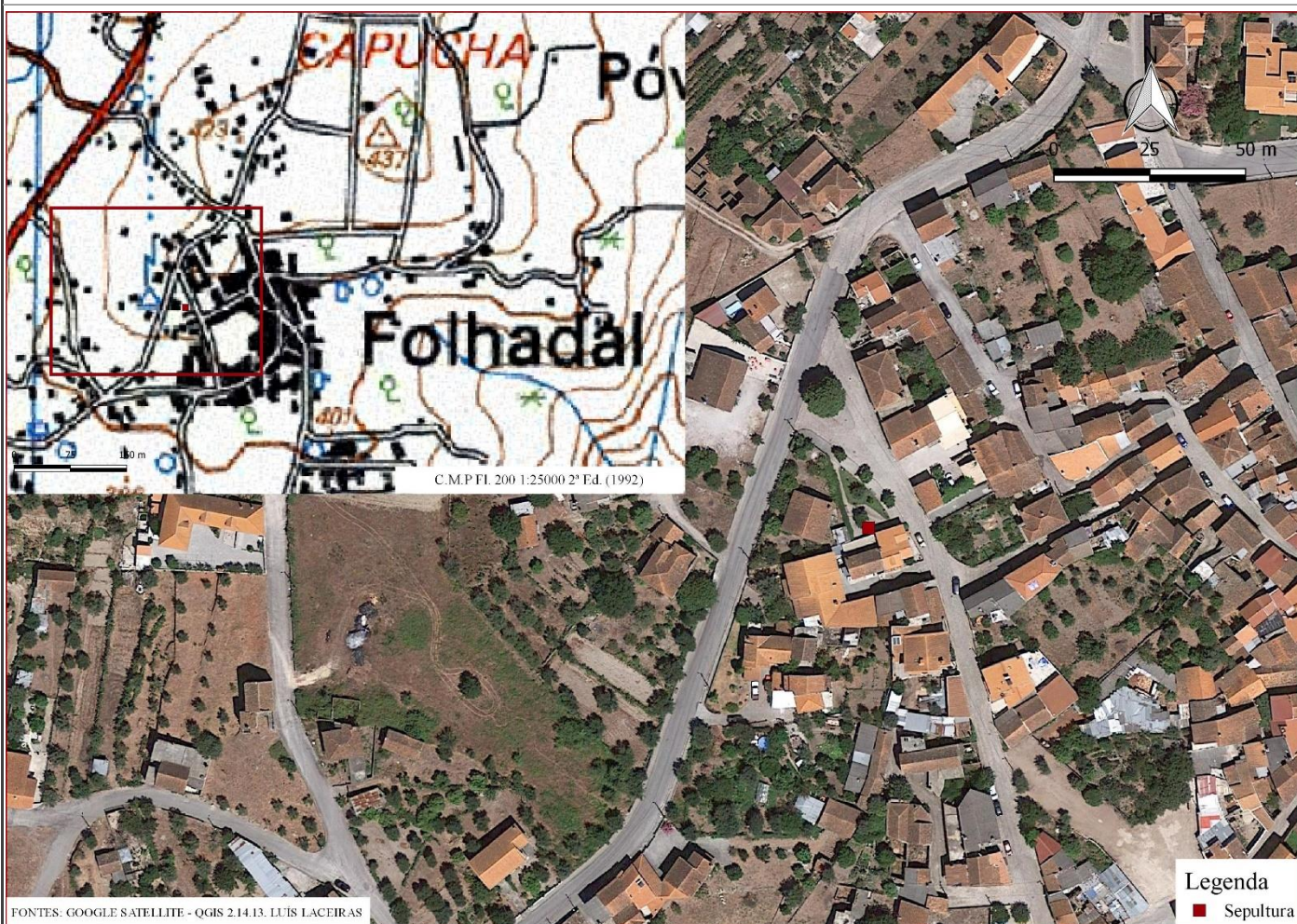
Medidas de Monitorização

Dar continuidade ao trabalho de salvaguarda, proteção e identificação do sítio. Definir um conjunto de medidas de salvaguarda arqueológica para minimização do impacto de empreitadas futuras afetas ao Largo do Colóquio, através de trabalhos arqueológicos. Para além da minimização de possíveis afetações sobre este património, esta ação permitirá avaliar cientificamente a extensão do sítio e seu valor histórico e arqueológico. Neste caso, estamos perante a consumação da primeira fase do projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos da Alta Idade Média, tão característicos do concelho de Nelas.

7. Outras Observações

Esta sepultura encontra-se no Largo do Colóquio, integrando atualmente um pequeno jardim. É possível existirem mais sepulturas neste lugar presentemente coberto por cubo granítico. Esta sepultura é também designada no historial da investigação por “Escola” [EUSÉBIO, MARQUES, 2005, p. 65].

8. Ilustração



17.A) Localização da sepultura escavada na rocha.



17.B) Sepultura rupestre da Rua do Pombal/Escola.

<p align="center">“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos</p>		Nº de Sítio/Trabalho	
		18	
1. Identificação			
Nome Outeirinho		Topónimo Outeirinho	
CNS 5053		Tipo de Sítio Habitat	
2. Localização			
Lugar/Localidade Outeirinho/Santar		Freguesia Moreira e Santar	
Coordenadas (x) -7.888947; (y) 40.571800		Altitude(m) [390]	CMP Fl. 189/200
Acessos Seguir pela rua da Miragaia. Este sítio localiza-se junto à Escola Básica do 1º Ciclo de Santar (18.A.)			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho			
Tema			
Contributo/ Utilidade			
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica	Tipologia Etimológica	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 189 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos			
Desenhos			
Mapas	18.A.		
Bibliografia Essencial			
[ALARCÃO, 1988, p. 61]; [VASCONCELOS, 1917, p. 113]; [VAZ, 1993, pp. 75-76]			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
Pequena concentração de vestígios cerâmicos enquadráveis no período romano: cerâmica comum e de construção (tégulas). Através do historial de investigação, foram igualmente recolhidos, nos inícios do século			

XX, “(...) dois pesos de barro romanos, telhas de rebordo e escumalhas de ferro.” [VASCONCELOS, 1917, p. 113].

Estruturas Observáveis

Não se identificou qualquer vestígio de estrutura à superfície.

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta muito suave virada a sudeste		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Pequena linha subsidiária do rio Dão; Concentração significativa de furos para exploração de água, o que prova a superficialidade dos aquíferos e conseqüente riqueza hídrica do lugar.		
	Utilização Irrigação; Consumo Humano e Animal		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Urbano	Secundário Agrícola	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Percepção Baixo		
	Enquadramento Baixo		

4. Interpretação

Face à ausência de dados concretos capazes de obter classificações mais específicas, este sítio é classificado como *Habitat* [VAZ, 1997, pp. 64-65]. Este sítio está associado à ocupação romana verificada na Vila de Santar (T.S.A. – N° 21) e Quinta do Casal Bom (T.S.A. – N° 19). Ao admitirmos a existência de uma pequena *villa* ou, mais assertivamente, uma quinta/granja, a Quinta do Casal Bom, o Outeirinho e a Vila da Santar representavam certas áreas da designada propriedade, seguindo o modelo de funcionamento agrário romano (18.A.). Trata-se de uma interpretação plausível face ao estado atual da questão, essencialmente sustentada nas observações históricas e geográficas então conjugadas com os dados arqueológicos.

5. Cronologia

Período Cultural Romano	Cronologia Relativa Séculos III-IV?
--------------------------------	--

6. Valorização e Salvaguarda

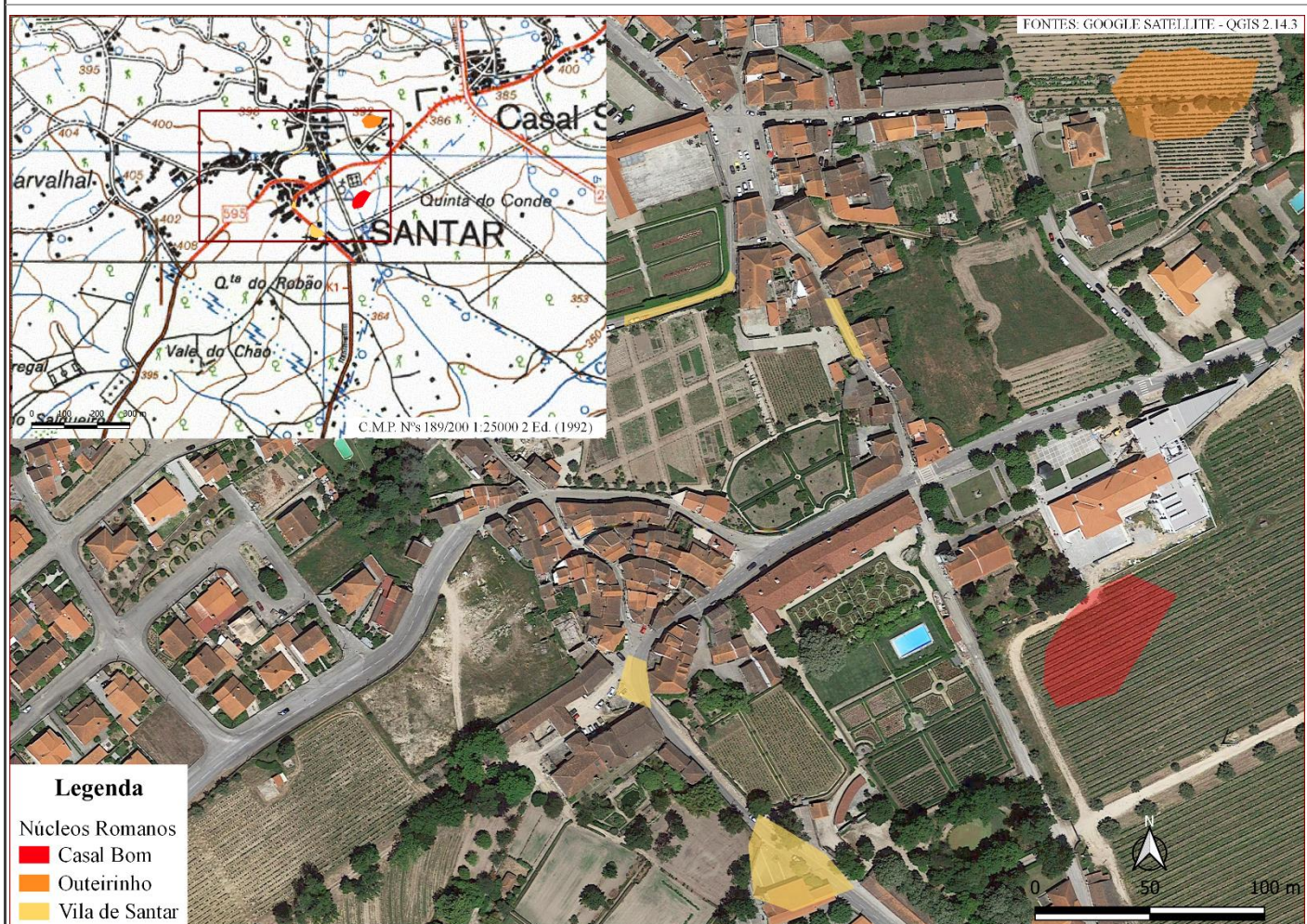
Estado de Conservação Fraco	
Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Urbanístico e Agrícola
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Reduzida

Medidas de Monitorização	Desenvolver e aplicar uma estratégia envolvente e adaptada, através de um discurso simples, capaz de sensibilizar os proprietários particulares, assente nos sentidos de identidade e memória empregues nos indicadores arqueológicos enquanto meios de aproximação à imagem histórica do local atual. A eficácia desta ação resultará, portanto, no contacto sistemático e criação de uma relação socialmente dinâmica, tanto com os proprietários como a comunidade em geral.
---------------------------------	---

7. Outras Observações

Presentemente, integra a Área Urbana da Vila. A sudoeste (cerca de 350m) deste sítio encontra-se a “Quinta do Casal Bom” (T.S.A. – N° 19) e a este (cerca de 400m) a “Vila de Santar” (T.S.A. – N° 21).

8. Ilustração



18.A) Estabelecimento hipotético dos três núcleos romanos da vila de Santar, representativos das concentrações mais expressivas dos indicadores arqueológicos.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		19
1. Identificação		
Nome Quinta de Casal Bom	Topónimo Casal Bom	
CNS 5051	Tipo de Sítio Quinta/Granja?	
2. Localização		
Lugar/Localidade Quinta do Casal Bom/Santar	Freguesia Moreira e Santar	
Coordenadas (x) -7.888947; (y) 40.571800	Altitude(m) [388-390]	CMP Fl. 189/200
Acessos Sair da E.N. Nº 231 para a rua da Miragaia, virando na primeira rua à esquerda. Este sítio localiza-se atrás da Igreja da Misericórdia.		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho	8	
Tema	8 – Inquirições de D. Afonso III (1258)	
Contributo/ Utilidade	8 – Para <i>Casali Bono</i> , destaque-se, no contexto da investigação, a presença de uma herdade foreira ao Rei (três casais).	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 174	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Oicotoponímia/Agrotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Casale Bonum</i> / Português Antigo <i>Casali Bono</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fls. 189 e 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	19.A.; 19.C.	
Desenhos		
Mapas	19.B.	
Bibliografia Essencial		
[VAZ, 1997, pp. 65-66]; [VASCONCELOS, 1917, p. 113]		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		

Foram identificados fragmentos cerâmicos muito rolados enquadráveis no período romano e medieval. Nos inícios do século XX, este sítio é mencionado como lugar onde “(...) *apareceram enterrados vários púcaros antigos, e (...) telhas de rebordo.*” [VASCONCELOS, 1917, p. 113]. Em estudos mais recentes, para além das tégulas e cerâmica comum romana, identificaram-se algumas pedras talhadas e fustes de coluna [VAZ, 1997, pp. 65-66].

Estruturas Observáveis

Não se identificou qualquer vestígio de estrutura diretamente associado aos períodos culturais propostos pela historiografia. Há, no entanto, dois elementos arquitetónicos graníticos associados a estruturas, atualmente integres no muro delimitador da Quinta do Casal Bom, junto do portal norte, uma das entradas para a propriedade. O primeiro elemento remete-se para um bloco granítico reutilizado de média dimensão, com uma marca de canteiro gravada (**19. A.**). Já o segundo elemento, remete-nos, numa primeira abordagem, para um fragmento de aduela ou de lintel/pilastras com a representação de uma haste (de videira?) ondeada e ladeada por motivos foliáceos (**19.C.**), motivo vegetalista alto-medieval ou românico.

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta muito suave virada a sudeste		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Uma linha subsidiária do ribeiro do Cagavaio		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola - C		
	Primário Agrícola	Secundário Urbano	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Baixo		
	Enquadramento Baixo		

4. Interpretação

A presença de material de construção cerâmico e pétreo, nomeadamente restos de fustes de colunas e cerâmica comum, está associada à possível existência de uma *villa* [VAZ, 1997, pp. 65-66; VASCONCELOS, 1917, p. 113]. Com base numa análise conjunta dos vestígios romanos existentes em Santar, admitimos a hipótese de este sítio se relacionar com a ocupação romana verificada na Vila de Santar (T.S.A. – N° 21) e Outeirinho (T.S.A. – N° 18). Ao admitirmos a existência de uma pequena *villa* ou, mais assertivamente, uma quinta/granja a Quinta do Casal Bom, o Outeirinho e a Vila da Santar representavam áreas pertencentes à designada propriedade, seguindo o modelo de funcionamento agrário romano (**19.B.**). Trata-se de uma

interpretação possível face ao estado atual da questão resultante de algumas observações históricas e geográficas conjugadas com os dados arqueológicos.

5. Cronologia

Período Cultural Romano/Medieval	Cronologia Relativa Séculos III-IV/VI-XIII?
---	--

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Fraco

Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Urbanístico e Agrícola
------------------------------	--

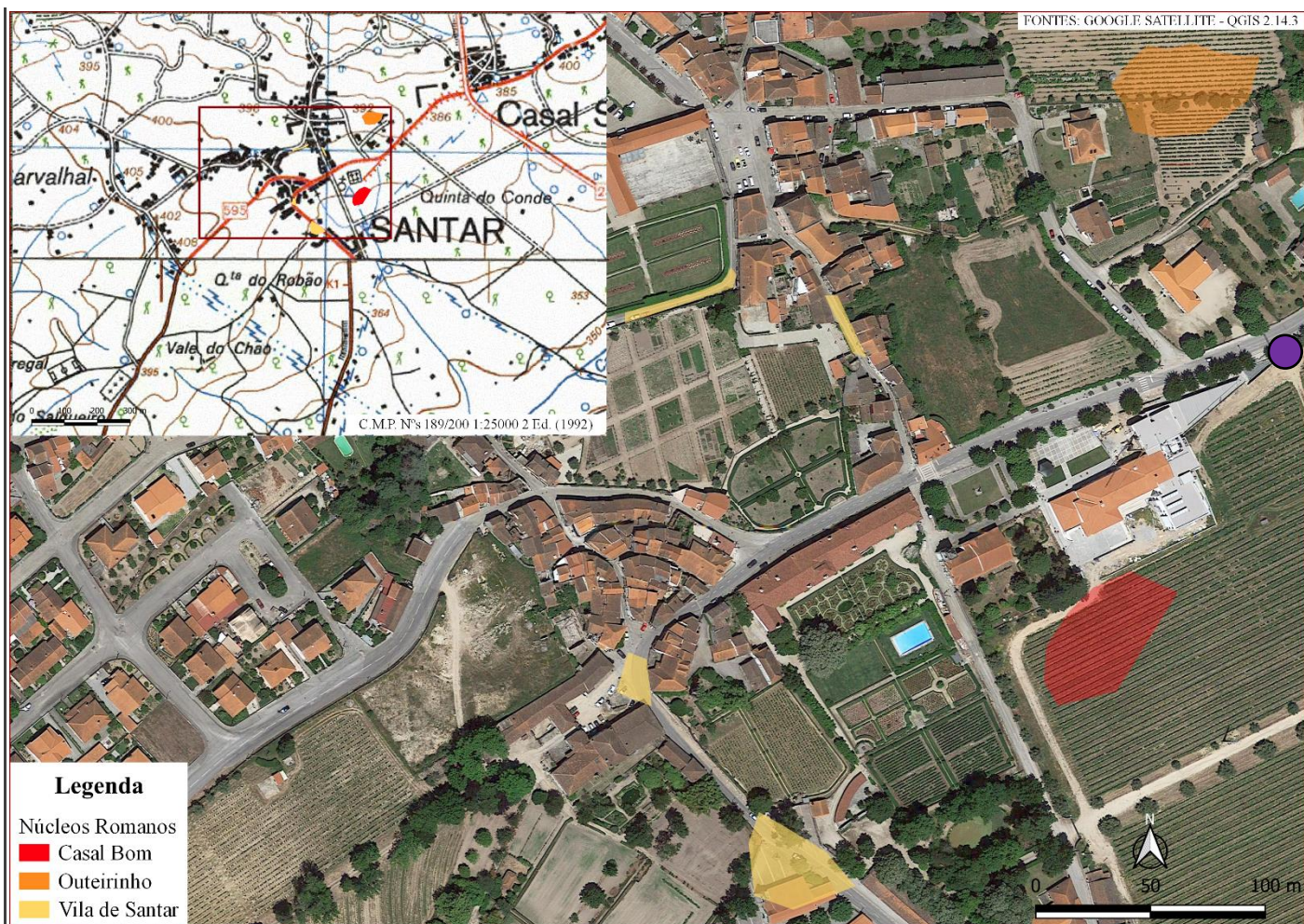
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Reduzida
----------------------------------	-----------------------------

Medidas de Monitorização	Desenvolver e aplicar uma estratégia envolvente e adaptada, através de um discurso simples, capaz de sensibilizar os proprietários particulares, assente nos sentidos de identidade e memória empregues nos indicadores arqueológicos, enquanto meios de aproximação à imagem histórica do local atual.
---------------------------------	---

7. Outras Observações

Presentemente, este sítio encontra-se ocupado por vinha, imediatamente a sul da área urbana da vila. A noroeste (cerca 350m) encontra-se a Vila de Santar (T.S.A. – N° 21) e a nordeste (cerca 400m) o Outeirinho (T.S.A. – N° 18). No que respeita aos elementos arquitetónicos medievais, não poderíamos deixar de enfatizar a concentração significativa de topónimos (T.T.), cuja observação etimológica evidenciou termos Germânicos e do Português Antigo. Este é, a par das primeiras referências escritas (século XII) a Santar (T.D.H. – N°s 2, 3 e 8), um indicador da ocupação medieva deste lugar.

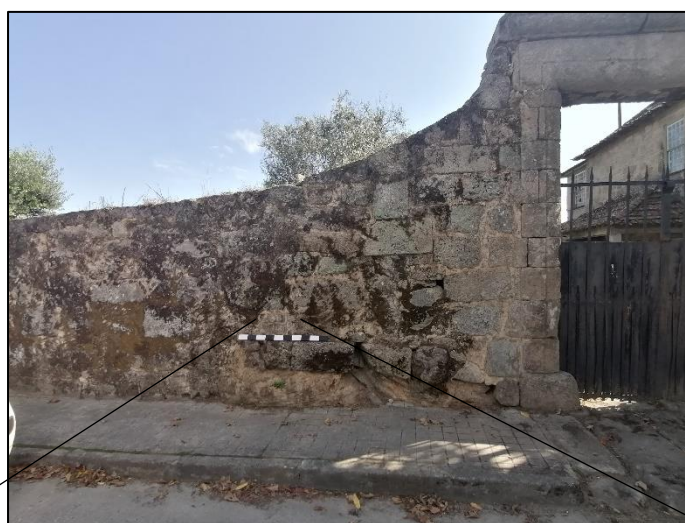
8. Ilustração



19.B) Estabelecimento hipotético dos três núcleos romanos da vila de Santar, representativos das concentrações mais expressivas dos indicadores arqueológicos. Localização dos elementos arquitetónicos Alto-Medievos/Românicos (●).



19.A) Pormenor do aparelho construtivo e localização do bloco granítico com marca de canteira.



19.C) Elemento arquitetónico e seu contexto de reutilização (Alto-Medieval/Românico).

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		20
1. Identificação		
Nome Prazias/Moreira de Baixo II	Topónimo Matas do Cavalo do Mouro	
CNS 12648	Tipo de Sítio Sepulturas/Casal?	
2. Localização		
Lugar/Localidade Prazias/ Moreira	Freguesia Moreira e Santar	
Coordenadas (x) -7.888947; (y) 40.571205	Altitude(m) [371-372]	CMP Fl. 200
<p>Acessos Encontra-se nas propriedades à esquerda da rua 23 de Agosto (sentido Pedra Cavaleira – Moreira), distando cerca de 120m (Sepultura 2) e 270m (Sepultura 1) do cruzamento onde se localiza o edifício da antiga Junta de Freguesia de Moreira (20.A.).</p>		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho	2,3,8 e 9	
Tema	<p>2 – Pedro Sesnandes doa metade da <i>villa</i> de Santa-Cristina (Concelho da Mealhada) à Sé de Coimbra e, por morte, o seu quinhão da <i>villa</i> de Moreira.</p> <p>3 – Presbítero Mendo doa à Sé de Coimbra a igreja de Moreira (e Santar?) e a “presúria” de Alcafache (Concelho de Mangualde).</p> <p>8 – Inquirições de D. Afonso III.</p> <p>9 – Aforamento do reguengo de Algeraz a dezoito casais.</p>	
Contributo/ Utilidade	<p>2 – Remete-se a uma doação pós-morte de Pedro Sesnandes, da “(...) <i>porcio quarta pars</i>. (...) <i>De supra dicta villa Moraria</i> (...) <i>que est in territorio Zurare et dividit cum Sentar et flumen Aon</i> (...). Estamos perante a doação de uma quarta parte da vila de Moreira no ano de 1103, momento em que esta zona se encontrava ainda, por razões indeterminadas, com ligação ao território de Zurara (Mangualde). Com base na interpolação dos dados, o microtopónimo Prazias, pode, entre outras razões, derivar de “prazos” (contratos rurais muito comuns no decurso do século XII), situação que nos leva a colocar a hipótese de associação deste espaço a uma dessas quatro partes da <i>villa Moraria</i>.</p> <p>3 – Nova alusão a <i>Moreira</i> (ano de 1110), agora integrada na marcação espacial e delimitadora do <i>territorio seniorin</i>. Para além das propriedades existentes em 1103, como</p>	

	<p>vimos no documento 2, a <i>villa</i> de Moreira possuía ainda uma igreja (recomendamos a leitura das duas interpretações resultantes deste documento), então doada em 1110, juntamente com a “presúria” de Alcafache, à Sé de Coimbra pelo Presbítero Mendo.</p> <p>8 – Traço geral das propriedades e povoamento existente em <i>Moreyra</i>, seguramente anterior a 1258. Alusão às propriedades da cavalaria de Moreira.</p> <p>9 – Através do emprazamento de Afonso III do reguengo de Algeraz, quatro dos casais eram de Moreira.</p>	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 23	Análise Taxonómica Antropo-Cultural e Física/Natural (Fitotoponímia/ Zootoponímia/ Antropotoponímia)	Tipologia Etimológica Arabismo?
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 189 e 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	20.B.; 20.C. – 1; 20.D.	
Desenhos	20.C. – 2	
Mapas	20.A.	
Bibliografia Essencial		
[LOURENÇO,2007]; [MARQUES,2000]; [VAZ, 1997]		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		
<p>Em trabalhos arqueológicos anteriores [LOURENÇO, 2007, pp. 123-124; MARQUES, 2000, pp. 104-105; VAZ, 1997, p. 62], já consta a referência aos vestígios materiais de construção pétreos (dois fragmentos de mós circulares) e cerâmicos (tégulas e ímbrices), e cerâmica comum, caracterizada pelas suas pastas alaranjadas e acastanhadas, maioritariamente concentrados na área compreendida entre a sepultura 1 e a Rua 23 de Agosto (20.A. – A). Nos trabalhos de revisitação a este sítio, verificou-se também a presença de fragmentos de cerâmica comum e de construção (tégulas e ímbrices) na superfície da área a sul da sepultura 1 (20. A. – B) como nos muros do terreno. Parte do material cerâmico e pétreo referido enquadra-se no período romano.</p>		
Estruturas Observáveis		
<p>Uma lagareta a este da sepultura 2 (20. D. – 2). Duas sepulturas escavadas no geológico, distando entre si 160m (Sepultura 2 a este da Sepultura 1). Sepultura 1 (20. B. – 2): antropomórfica subtrapezoidal, orientada</p>		

a sul, cabeceira em arco de volta perfeita e com uma métrica máxima de 178cm de comprimento e 48cm de largura. A 30cm a sul, localiza-se uma pequena pia escavada no afloramento com 20cm de diâmetro. Segundo informações orais prestadas atualmente, existiam, na continuidade do geológico, mais duas sepulturas, entretanto destruídas. Sepultura 2 (**20.C.**): antropomórfica de tipologia ovalada, orientada a sul, cabeceira em arco de volta perfeita e com uma métrica máxima de 175cm de comprimento e 45cm de largura (Sepultura Inédita).

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Planalto		
	Local de Implantação Planalto sobranceira ao vale do rio Dão (a Norte)		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Uma linha subsidiária do rio (700m a norte)		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário Herbáceo	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Agrícola	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Regular		

4. Interpretação

Este sítio é formado atualmente por duas sepulturas rupestres e por uma mancha de materiais arqueológicos de superfície, enquadráveis no período romano (**20.A.**). Com base nos vestígios romanos de superfície, levantou-se a hipótese de este lugar corresponder a uma *villa*, classificação sustentada através dos elementos observados na década de 90 do século XX (tégulas, ímbrices, cerâmica comum, pedras trabalhadas como bases e colunas de vários diâmetros) [VAZ, 1997, p. 62]. A familiaridade e o estabelecimento de contactos com os proprietários permitiram dissipar algumas dúvidas quanto aos vestígios arqueológicos descritos no historial de investigação. Assim, as referidas “pedras trabalhadas” são utilizadas diacronicamente e as “bases e colunas de vários diâmetros” correspondem aos restos pétreos resultantes da abertura de um furo de água (**20.D. – 1**). Neste sentido, parece-nos mais assertivo estarmos perante um assentamento modesto (casal?). No conjunto dos vestígios alto-medievais, o geológico onde se localiza a sepultura 1 albergava mais duas sepulturas entretanto destruídas. É certo que os vestígios materiais associados à cronologia das sepulturas são inexistentes ou continuam omissos, contudo o cruzamento e utilização de outras fontes permitem deduzir e testemunhar uma presença humana nos finais da Alta Idade Média/ inícios da Baixa Idade Média. É igualmente provada pela documentação escrita com a alusão a uma *villa* (T.D.H. – N° 2) e uma *ecclesiam*

(T.D.H. – Nº 3), usufruindo da fertilidade dos solos, recursos hídricos e acessibilidades locais (**Anexo I – Mapa 6. e 10.**).

5. Cronologia

Período Cultural Romano/Alta Idade Media

Cronologia Relativa ?/Séculos X-XII

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Razoável

Grau de Risco Elevado

Fator de Risco Agrícola

Valor Patrimonial Mediano

Valorização Alta

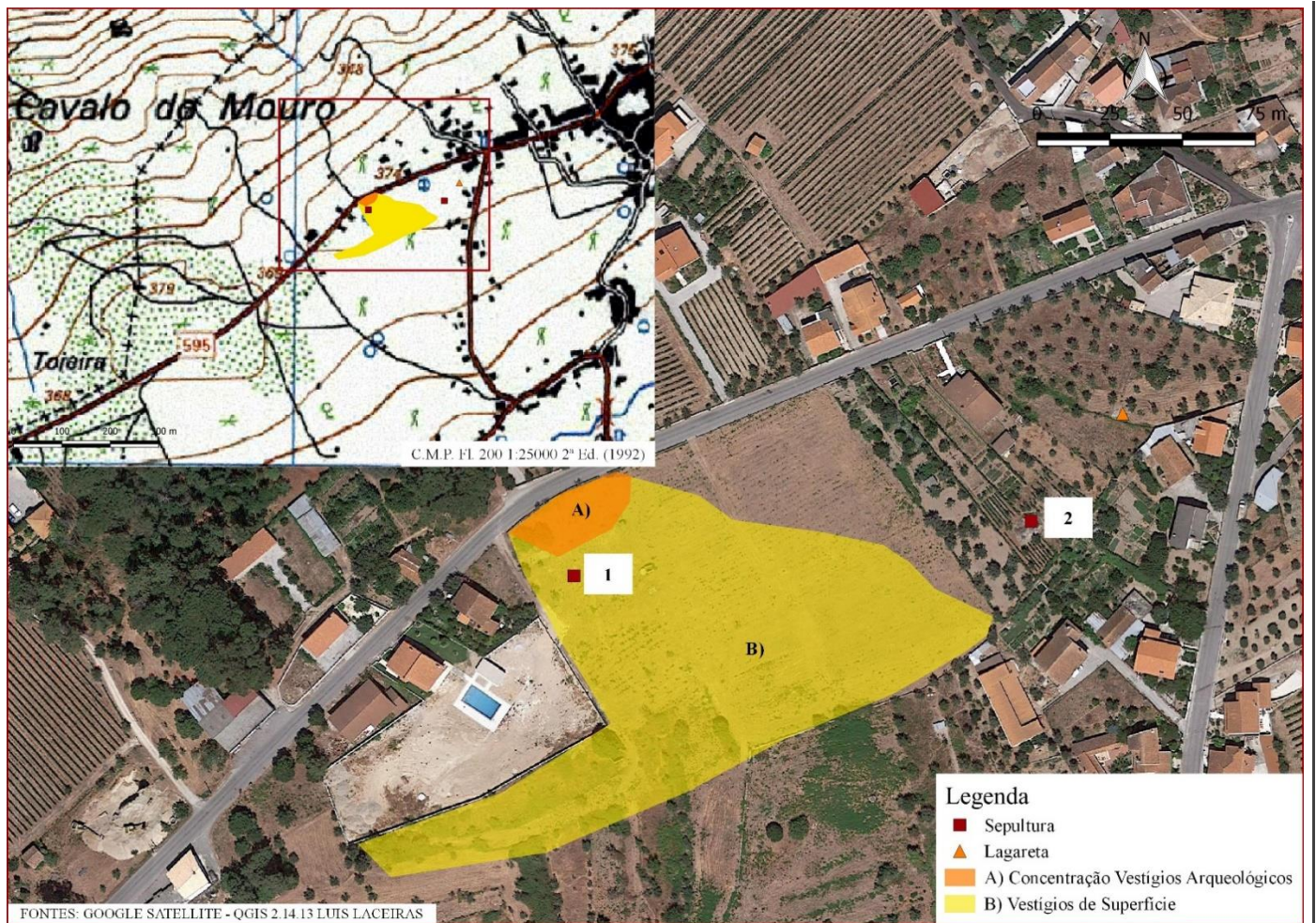
Medidas de Monitorização

Este é um dos sítios arqueológicos com grandes potencialidades para se incluir num projeto de investigação capaz de responder às grandes questões sobre o povoamento romano do atual concelho de Nelas. Manter o contacto direto com os proprietários dos terrenos, visando a informação e sensibilização dos mesmos na tentativa de contribuir para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos agrícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas. Sublinhe-se a localização privilegiada destas sepulturas no contexto das acessibilidades e abertura social dos proprietários à dinamização destes valores arqueológicos.

7. Outras Observações

É preponderante avaliar continuamente os vestígios de superfície deste espaço com áreas potenciais para executar trabalhos arqueológicos que possam trazer novos dados, úteis na aproximação à verdadeira posição deste lugar em período romano. Importa ainda referir a existência de duas lagaretas na envolvência das sepulturas (100m a norte da Sepultura 1) [MARQUES, 2000, p. 104] que não foram possíveis de relocalizar. Refira-se ainda uma lagareta identificada a este da sepultura 2 (cerca de 50m).

8. Ilustração



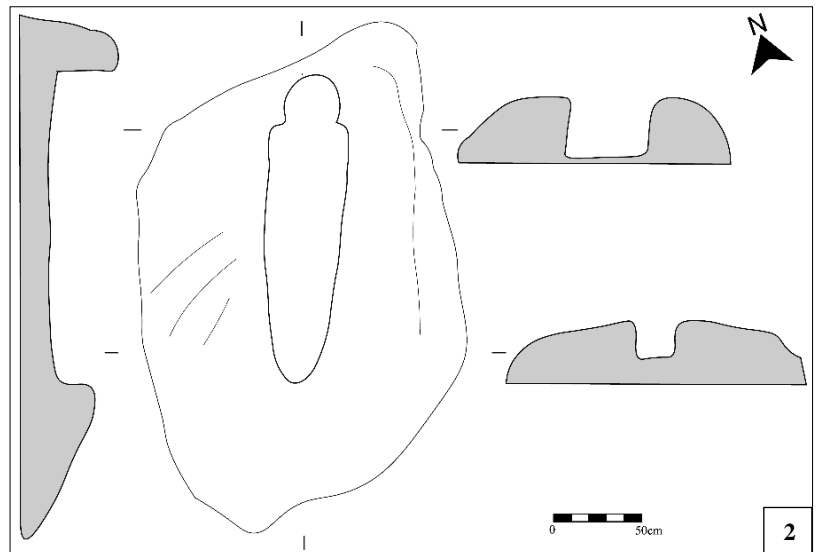
20.A) Sítio arqueológico de Prazias/Moreira de Baixo II.



20.B) Área B do sítio arqueológico de Prazias/Moreira de Baixo II. 1. Vista sul a partir do limite norte. 2. Sepultura rupestre 1.



20.C) Sepultura rupestre 2.



20. D) Restos pétreos resultantes da abertura do furo de água, anteriormente interpretados como fragmentos de coluna.



20. E) Lagareta do sítio arqueológico de Prazias/Moreira de Baixo II.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		21	
1. Identificação			
Nome Vila de Santar		Topónimo Santar	
CNS 21931		Tipo de Sítio Habitat	
2. Localização			
Lugar/Localidade Vila de Santar/Santar		Freguesia Moreira e Santar	
Coordenadas (x) -7.888947; (y) 40.571205		Altitude(m) [378-386]	CMP Fl. 189/200
Acessos Sair da E.N. Nº 231 para a rua Miragaia. Este sítio incorpora todo o espaço adjacente ao eixo de ligação entre o Largo da Torre/Igreja Matriz de Santar e o Paço dos Cunhas (21.A.).			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	2,3,8 e 9		
Tema	<p>2 – Pedro Sesnandes doa metade da <i>villa</i> de Santa-Cristina (Concelho da Mealhada) à Sé de Coimbra e, por morte, o seu quinhão da <i>villa</i> de Moreira.</p> <p>3 – Presbítero Mendo doa à Sé de Coimbra a igreja de Moreira (e Santar?) e a “presúria” de Alcafache (Concelho de Mangualde).</p> <p>8 – Inquirições de D. Afonso III.</p> <p>9 – Aforamento do reguengo de Algeraz a dezoito casais.</p>		
Contributo/ Utilidade	<p>2 – Menção a <i>sentar</i> enquanto referência geográfica, atestando a ocupação humana significativa deste lugar em tempos anteriores a 1103.</p> <p>3 – Nova alusão a <i>sentar</i> no ano de 1110 assente na marcação espacial e delimitadora do <i>territorio seniorin</i> (confrontar as duas interpretações resultantes da leitura do documento).</p> <p>8 – Traço geral das propriedades e povoamento existente em <i>Santar</i>, seguramente anterior a 1258.</p> <p>9 – Através do emprazamento de Afonso III do reguengo de Algeraz, um desses casais encontrava-se em <i>Santar</i>.</p>		
Documentação Onomástica			

Nº de Trabalho 192	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Antropotoponímia)	Tipologia Etimológica Germânico <i>Sentarius</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 189 e 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	21.B.	
Desenhos		
Mapas	21.A.	
Bibliografia Essencial		
[ALARCÃO, 1988, p. 61]; [VASCONCELOS, 1917, p. 113]; [VAZ, 1997, pp. 64-65]		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		
<p>Os vestígios deste sítio resultam dos trabalhos arqueológicos de acompanhamento (Projeto: Acompanhamento Arqueológico do Projecto de Requalificação na zona Histórica de Santar – Nº 21931, Portal do Arqueólogo). Integrada nesta área, a rua da Carreira já mereceu atenção nos inícios do século XX, uma vez que, por aqui aparecerem “(...) <i>moedas de Constantino</i> (...) e um cano antigo de tijolo (...)”, vestígios enquadráveis no período romano [VASCONCELOS, 1917, p. 113]. Com os trabalhos arqueológicos anteriormente referidos, identificou-se na rua da Carreira várias escórias e fragmentos de <i>tegulae</i>. Na zona da Igreja Matriz de Santar, observaram-se igualmente fragmentos de <i>tegulae</i> entre as camadas de nivelamento do referido adro do edifício religioso (21.A.).</p>		
Estruturas Observáveis		
<p>No âmbito do “Acompanhamento Arqueológico do Projeto de Requalificação na Zona Histórica de Santar, (2003)”, identificaram-se algumas estruturas pétreas associadas a um nível de terras negras onde se encontravam escórias e vários fragmentos de <i>tegulae</i>. Na rua do Estremadouro, identificou-se um troço de calçada formado por pedras de pequena e média dimensão que assentava no geológico. Este troço seria um dos primeiros eixos viários de Santar e, certamente, teria a sua origem em período romano (21.A.). No que respeita ao período medieval, é de assinalar, uma vez mais, a existência de elementos arquitetónicos e técnicas construtivas que, conjuntamente com a toponímia e documentação histórica, comprovam a ocupação humana também neste longo balizamento histórico (21.B.).</p>		
Fisiografia		
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta	
	Local de Implantação Encosta virada a sudoeste	

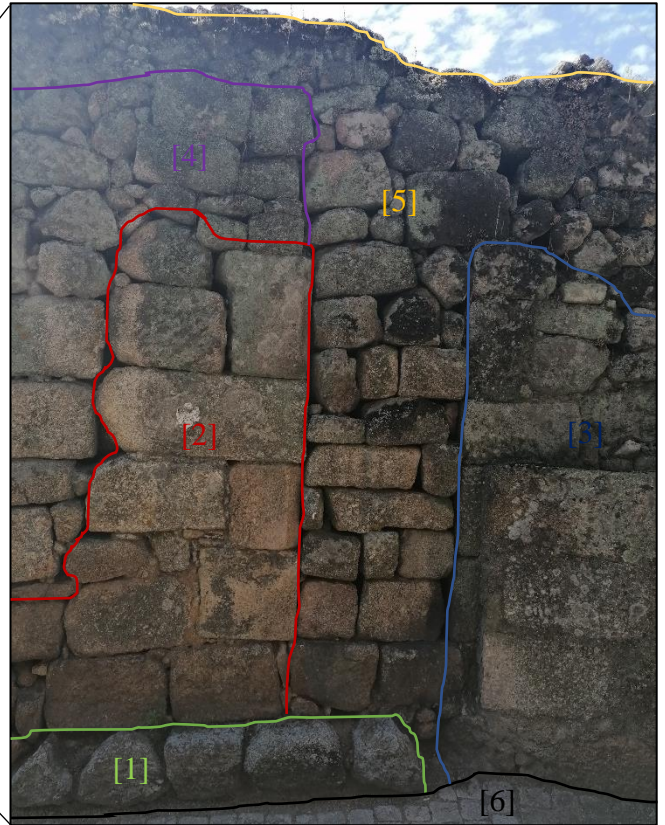
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Uma linha subsidiária do ribeiro do Cagavaio		
	Utilização Irrigação.		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola - C		
	Primário Urbano	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Baixo		
	Enquadramento Baixo		
4. Interpretação			
<p>Este sítio corresponde à área onde surgiram vestígios romanos nos trabalhos arqueológicos de acompanhamento das obras de requalificação, incidentes sobre a zona histórica da Vila de Santar nos inícios do século XXI. Com base numa análise conjunta dos vestígios romanos existentes na Vila de Santar, admitimos a hipótese de estar relacionada com a ocupação romana verificada na Quinta do Casal Bom (T.S.A. – Nº 19) e Outeirinho (T.S.A. – Nº 18). Ao admitirmos a existência de uma pequena <i>villa</i> ou, mais assertivamente, uma quinta/granja, a Quinta do Casal Bom, o Outeirinho e a Vila da Santar faziam parte da designada propriedade, seguindo o modelo de funcionamento agrário romano (21.A.). Por sua vez, o troço de via identificado (troço B) poderá relacionar-se com o traçado viário que entroncava no Largo do Paço dos Cunhas (Anexo I – Mapa 6. e 10.). Para a compreensão medieval desta vila, deverá ser tomado o mesmo quadro geográfico e relacional onde assentam as pretéritas manchas de ocupação romana.</p>			
5. Cronologia			
Período Cultural Romano/Medieval		Cronologia Relativa Séculos III-IV/ VI-XIII?	
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação Fraco			
Grau de Risco Elevado		Fator de Risco Urbanístico e Agrícola	
Valor Patrimonial Mediano		Valorização Reduzida	
Medidas de Monitorização	Fazer cumprir e dar continuidade às políticas de proteção municipal deste “Núcleo Histórico de Santar”, recentemente (2020) incluído na Estratégia de Reabilitação Urbana da ARU (Área de Reabilitação Urbana) de Santar – Casal Sancho.		
7. Outras Observações			
Presentemente, este sítio corresponde ao designado “Núcleo Histórico de Santar” (Plano Diretor Municipal de Nelas, Revisão 2013, 10.89). A sudoeste (cerca de 350m) deste sítio encontra-se a Quinta do Casal Bom			

(T.S.A. – Nº 19) e a este (c. 400m) o Outeirinho (T.S.A. – Nº 18). Como já foi exposto (T.S.A. – Nº 19) não poderíamos deixar de enfatizar a concentração significativa de topónimos (T.T.), cuja observação etimológica evidencia termos Germânicos e do Português Antigo. Este é, a par das primeiras referências escritas (século XII) a Santar (T.D.H. – Nºs 2, 3 e 8), um indicador da ocupação medieva deste lugar.

8. Ilustração




21.A) Estabelecimento hipotético dos três núcleos romanos da vila de Santar, representativos das concentrações mais expressivas dos indicadores arqueológicos. Localização de estruturas arquitetónicas Medievais (—), representadas na foto e desenho seguinte (21.B.).

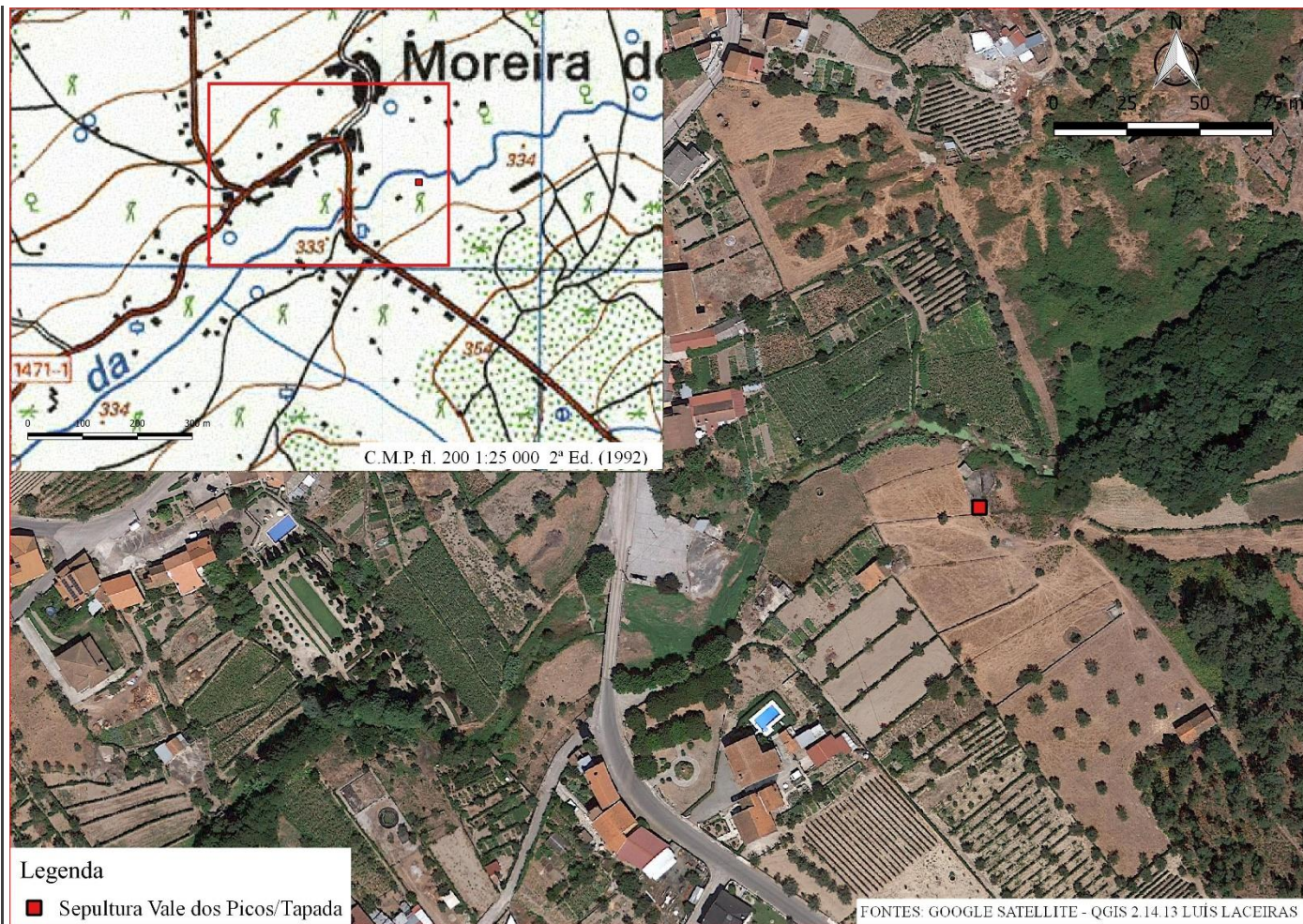


21.B) Muro este do Paço dos Cunhas, paralelo à Rua da Carreira. Proposta interpretativa do pormenor de materiais e técnicas construtivas com prováveis níveis medievais, precisamente o [1] e [2].

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		22	
1. Identificação			
Nome Vale dos Picos/Tapada		Topónimo Moreira	
CNS 35727		Tipo de Sítio Sepultura	
2. Localização			
Lugar/Localidade Tapada/Carvalhal Redondo		Freguesia Agueira e Carvalhal Redondo	
Coordenadas (x) -7.917471; (y) 40. 545994		Altitude(m) [334]	CMP Fl. 200
<p>Acessos No sentido Moreira – Carvalhal Redondo (rua de São Pedro), depois de passar a ponte sobre a ribeira da Calva, virar à direita no primeiro caminho vicinal. Depois de percorridos cerca de 30m, cortar à esquerda. A sepultura encontra-se numa propriedade privada na margem esquerda da ribeira da Calva (22.A.).</p>			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	2,3,8 e 9		
Tema	<p>2 – Pedro Sesnandes doa metade da <i>villa</i> de Santa-Cristina (Concelho da Mealhada) à Sé de Coimbra e, por morte, o seu quinhão da <i>villa</i> de Moreira.</p> <p>3 – Presbítero Mendo doa à Sé de Coimbra a igreja de Moreira (e Santar?) e a “presúria” de Alcafache (Concelho de Mangualde).</p> <p>8 – Inquirições de D. Afonso III.</p> <p>9 – Aforamento do reguengo de Algeraz a dezoito casais.</p>		
Contributo/Utilidade	<p>2 – Remete-se a uma doação pós-morte de Pedro Sesnandes, da “(...) <i>porcio quarta pars. (...) De supra dicta villa Moraria (...) que est in territorio Zurare et dividit cum Sentar et flumen Aon (...)</i>. Estamos perante a doação de uma quarta parte da vila de Moreira no ano de 1103, momento em que esta zona se encontrava ainda, por razões indeterminadas, com ligação ao território de Zurara (Mangualde). Com base na interpolação dos dados o microtopónimo Prazias, pode, entre outras razões, derivar de “prazos” (contratos rurais muito comuns no decurso do século XII), situação que nos leva a colocar a hipótese de associação deste espaço a uma dessas quatro partes da villa Moraria.</p> <p>3 – Nova alusão a Moreira (ano de 1110), agora integrada na marcação espacial e delimitadora do <i>territorio seniorin</i>. Para além das propriedades existentes em 1103, como</p>		

	<p>vimos no documento 2, a <i>villa</i> de Moreira possuía ainda uma igreja (recomendamos a leitura das duas interpretações resultantes deste documento), então doada em 1110, juntamente com a “presúria” de Alcafache, à Sé de Coimbra pelo Presbítero Mendo.</p> <p>8 – Traço geral das propriedades e povoamento existente em <i>Moreyra</i>, seguramente anterior a 1258. Alusão às propriedades da cavalaria de Moreira.</p> <p>9 – Através do empraçamento de Afonso III do reguengo de Algeraz, quatro dos casais eram de Moreira.</p>		
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho 190	Análise Taxonómica Física/Natural (Dendrotoponímia)	Tipologia Etimológica Português Antigo <i>Moreyra</i>	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos	22.B.		
Desenhos			
Mapas	22.A.		
Bibliografia Essencial			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
Existência de dois fragmentos cerâmicos de telhas.			
Estruturas Observáveis			
Sepultura antropomórfica ovalada, orientada a este, cabeceira destacada de tipologia retangular com uma métrica máxima de 190cm de comprimento e 45cm de largura (22.B.).			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave sobre o rio videira		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Ribeira da Calva		
	Utilização Irrigação; Consumo Animal		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário

	Herbáceo		
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Agrícola	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Baixo		
4. Interpretação			
<p>A presença da sepultura testemunha a ocupação humana deste lugar, situado na margem esquerda da ribeira da Calva, indubitavelmente associado à conjuntura histórica de Moreira dos finais da Alta Idade Média/inícios da Baixa Idade Média. Este sítio, a par de Prazias/Moreira de Baixo II (T.S.A. – N° 20) e Pêro do Pato/Vale do Salgueiro (T.S.A. – N° 23), influenciou a configuração humana posterior, nomeadamente do século XII/XIII. Importa, nesse quadro territorial, destacar a figuração de uma <i>villa</i> (T.D.H. – N° 2) e uma <i>ecclesiam</i> (T.D.H. – N° 3).</p>			
5. Cronologia			
Período Cultural Alta Idade Média		Cronologia Relativa IX-X?	
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação Bom			
Grau de Risco Elevado		Fator de Risco Agrícola	
Valor Patrimonial Mediano		Valorização Média	
Medidas de Monitorização	<p>Estabelecer o contacto direto com os proprietários dos terrenos, visando a sensibilização dos mesmos na tentativa de contribuir para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos agrícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas.</p>		
7. Outras Observações			
<p>A administração local coloca esta área como pertencente a Carvalhal Redondo, no entanto, mantém uma forte ligação histórica e atual a Moreira.</p>			
8. Ilustração			
			



22.A) Localização da sepultura.



22.B) Sepultura rupestre.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		23
1. Identificação		
Nome Pêro do Pato/Vale do Salgueiro	Topónimo Pêro do Pato	
CNS 12647	Tipo de Sítio Sepulturas	
2. Localização		
Lugar/Localidade Vale do Salgueiro/Santar	Freguesia Santar e Moreira	
Coordenadas (x) -7.905359; (y) 40.555980	Altitude(m) [379-380]	CMP Fl. 200
Acessos Na estrada municipal (Rua 23 de Agosto), sentido Moreira – Santar, virar à direita antes do campo de jogos. As sepulturas localizam-se no lado direito do caminho de terra batida, após a primeira curva acentuada à direita (23.A.).		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho	2,3,8 e 9	
Tema	<p>2 – Pedro Sesnandes doa metade da <i>villa</i> de Santa-Cristina (Concelho da Mealhada) à Sé de Coimbra e, por morte, o seu quinhão da <i>villa</i> de Moreira.</p> <p>3 – Presbítero Mendo doa à Sé de Coimbra a igreja de Moreira (e Santar?) e a “presúria” de Alcafache (Concelho de Mangualde).</p> <p>8 – Inquirições de D. Afonso III.</p> <p>9 – Aforamento do reguengo de Algeraz a dezoito casais.</p>	
Contributo/ Utilidade	<p>2 – Remete-se a uma doação pós-morte de Pedro Sesnandes, da “(...) <i>porcio quarta pars</i>. (...) <i>De supra dicta villa Moraria</i> (...) <i>que est in territorio Zurare et dividit cum Sentar et flumen Aon</i> (...). Estamos perante a doação de uma quarta parte da vila de Moreira no ano de 1103, momento em que esta zona se encontrava ainda, por razões indeterminadas, com ligação ao território de Zurara (Mangualde).</p> <p>3 – Nova alusão a Moreira (ano de 1110), agora integrada na marcação espacial e delimitadora do <i>territorio seniorin</i>. Para além das propriedades existentes em 1103, como vimos no documento 2, a <i>villa</i> de Moreira possuía ainda uma igreja (recomendamos a leitura das duas interpretações resultantes deste documento), então doada em 1110, juntamente com a “presúria” de Alcafache, à Sé de Coimbra pelo Presbítero Mendo.</p>	

	8 – Traço geral das propriedades e povoamento existente em <i>Moreyra</i> , seguramente anterior a 1258. Alusão às propriedades da cavalaria de Moreira.	
	9 – Através do emprazamento de Afonso III do reguengo de Algeraz, quatro dos casais eram de Moreira.	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 27	Análise Taxonómica Física/Natural (Antropotoponímia/Zootoponímia)	Tipologia Etimológica Português Antigo <i>Pero Patto</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	23.B.;23.C;23.D	
Desenhos		
Mapas	23.A.	
Bibliografia Essencial		
[LOURENÇO,2007, 123]; [MARQUES,2000, p. 104];		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		
Não se observaram materiais arqueológicos na envoltura das sepulturas.		
Estruturas Observáveis		
Três sepulturas escavadas no geológico. Sepultura 1 (23.B.): antropomórfica subtrapezoidal, orientada a este, cabeceira de tipologia retangular com uma métrica máxima de 173cm de comprimento e 47cm de largura. Sepultura 2 (23.C.): antropomórfica subtrapezoidal, orientada a sul, cabeceira de tipologia retangular com uma métrica máxima de 171cm de comprimento e 50cm de largura. Sepultura 3 (23.D.): inacabada (tipologia indeterminada), orientada a nordeste com uma métrica de 86cm de comprimento e 36cm de largura. Com base nas medidas, trata-se de uma sepultura de criança.		
Fisiografia		
Orografia	Forma Geral do Relevo	Encosta
	Local de Implantação	Encosta sobranceira ao vale da Ribeira da Calva
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio	
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m)	Ribeira da Calva e duas das suas linhas subsidiárias
	Utilização	Irrigação

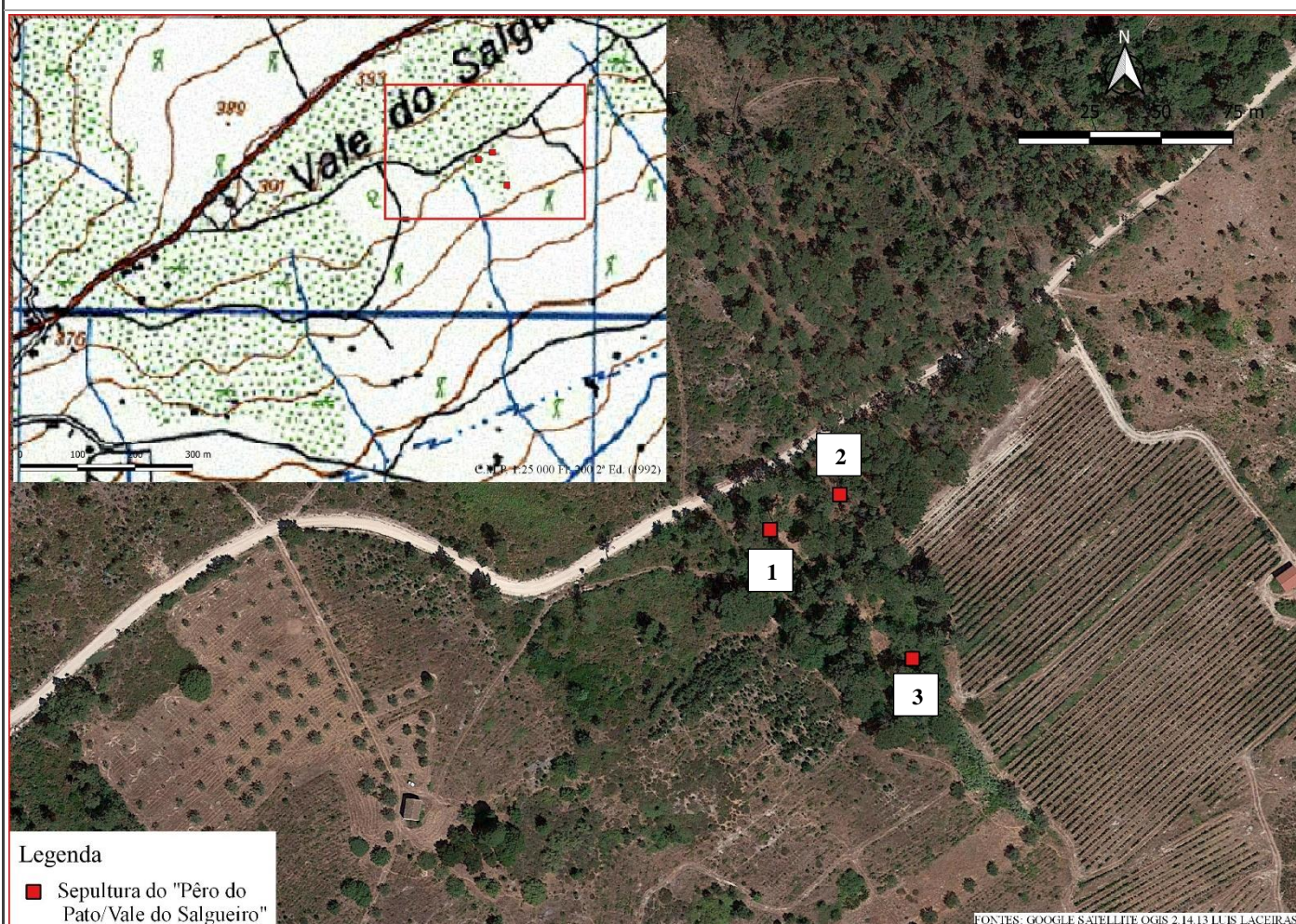
Coberto Vegetal	Primário Arbustivo	Secundário Arbóreo	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola Condicionada - C		
	Primário Florestal	Secundário	Terciário Pastoril
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Regular		
4. Interpretação			
<p>Este sítio é formado atualmente por duas sepulturas de adulto e uma de criança. A existência de conjuntos de duas a três sepulturas é significativa na região de Viseu [MARQUES, 2000], panorama associado a pequenos núcleos familiares que sepultavam os seus familiares nas imediações dos seus locais de habitação [LOURENÇO, 2007, p. 34]. Apesar destas sepulturas não se encontrarem abertas lado a lado, ocupam afloramentos muito próximos, deduzindo tratar-se de um mesmo núcleo familiar. Sublinhe-se a presença de uma vila anterior a 1103, de uma igreja em 1110 e posterior referência de fronteira do couto de Canas de Senhorim em 1186. Apesar de não ser possível identificar atualmente o espaço religioso referido na documentação, a presença de uma igreja anterior a 1110 é reveladora da valorização e superação do Homem perante o espaço em que habita, justificando a presença de tal edifício de culto, certamente congregador de gentes locais (4.2.2.1.). Este sítio, a par de Prazias/Moreira de Baixo II (T.S.A. – N° 20) e Vale dos Picos/Tapada (T.S.A. – N° 22), juntamente com a documentação histórica, influenciaram a configuração humana posterior, nomeadamente do século XII/XIII.</p>			
5. Cronologia			
Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa Séculos X-XI?		
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação Bom			
Grau de Risco Normal	Fator de Risco Florestal		
Valor Patrimonial Grande	Valorização Alta		
Medidas de Monitorização	<p>Estabelecer o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos silvícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas. Sublinhe-se a</p>		

localização privilegiada deste núcleo de três sepulturas no contexto da proximidade às acessibilidades locais, um dos critérios que facilitam a dinamização e divulgação destes valores arqueológicos.

7. Outras Observações

A proximidade entre as sepulturas e suas dimensões parecem denunciar a existência de um pequeno núcleo familiar conjuntamente sepultado, seguramente na envolvência do espaço experienciado e marcante no decurso das suas vidas. Neste preâmbulo, sublinhe-se que o número de sepulturas não expressa a representatividade humana e dimensão de determinado assentamento, uma vez que, como apresentado num dos pontos da investigação (4.2.2.3.), esta forma de sepultamento seria complementada por outros modos de tratamento dos defuntos.

8. Ilustração



23.A) Localização das sepulturas escavadas na rocha. Identificação numeral atribuída a cada uma das sepulturas.



23.B) Sepultura 1.



23.C) Sepultura 2.



23.D) Sepultura 3.

<p align="center">“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos</p>		Nº de Sítio/Trabalho	
		24	
1. Identificação			
Nome Adelinha		Topónimo Casal Sandinho	
CNS 27958		Tipo de Sítio Sepultura	
2. Localização			
Lugar/Localidade Adelinha/Casal Sandinho		Freguesia Senhorim	
Coordenadas (x) -7.829281; (y) 40.543440		Altitude(m) [434]	CMP Fl. 200
<p>Acessos A sepultura localiza-se a cerca de 500m para sudoeste da Zona Industrial de Nelas. Ao seguir a rua São Bartolomeu, no sentido Senhorim – Nelas, após passar a rotunda onde conflui a referida rua e a estrada do Progresso, virar à direita no primeiro caminho de terra batida (24.A.). A sepultura está numa zona de eucaliptal, à direita do caminho e a norte do depósito de água.</p>			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho			
Tema			
Contributo/Utilidade			
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho 27	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Agrotoponímia ou Oicotoponímia; Antropotoponímia)	Tipologia Etimológica Germânico <i>Sandinus?</i>	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos	24.B.		
Desenhos			
Mapas	24.A.		
Bibliografia Essencial			

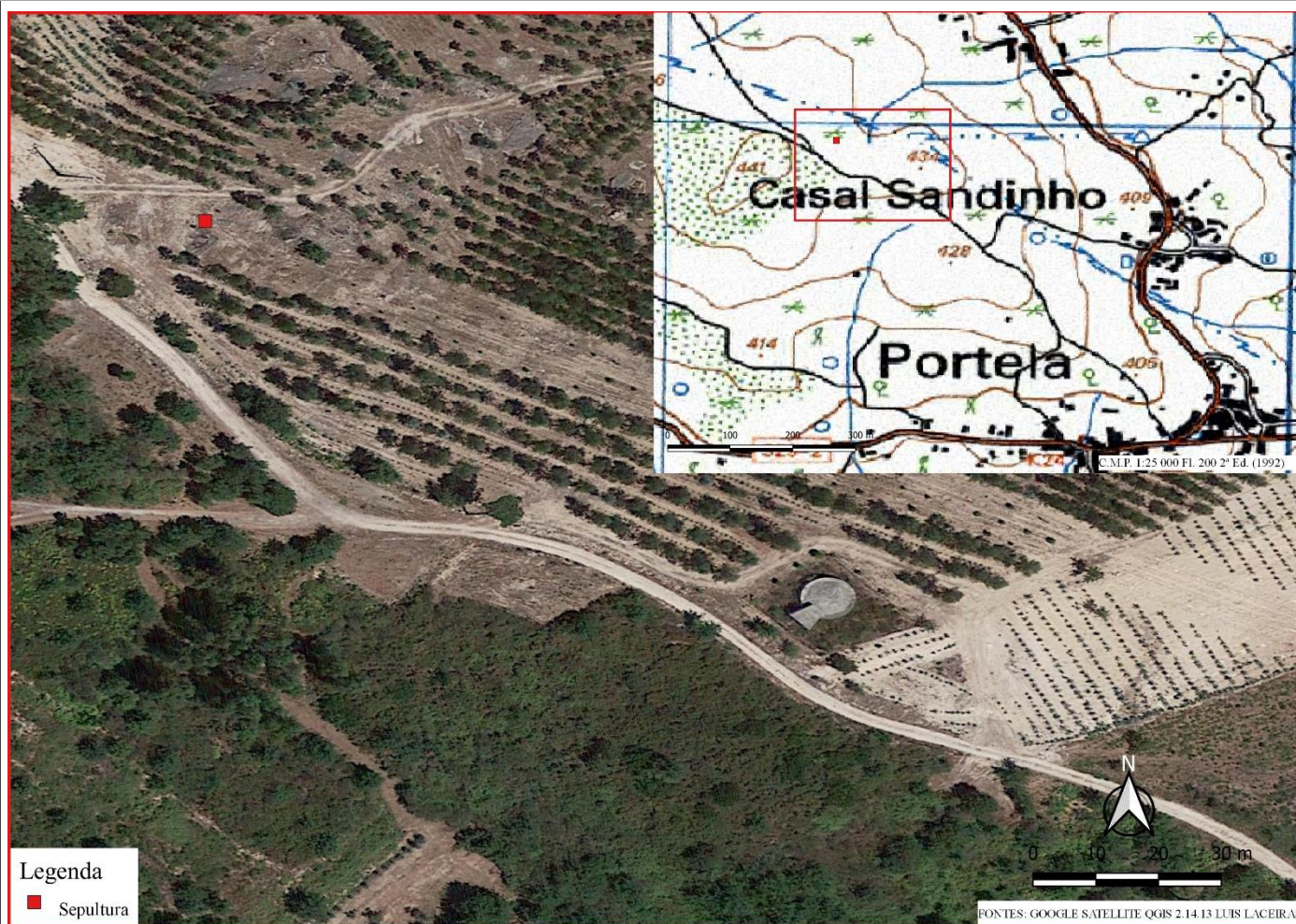
[EUSÉBIO, MARQUES, 2005]; [LOURENÇO,2007]			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
Estruturas Observáveis			
Uma sepultura escavada no afloramento granítico (24.B.). É antropomórfica de tipologia subtrapezoidal, orientada a nordeste, cabeceira retangular e com uma métrica máxima de 207cm de comprimento e 62cm de largura. Apresenta uma fratura no contorno superior direito da zona da cabeceira.			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Planalto		
	Local de Implantação Planalto ligeiramente inclinado para noroeste		
Geologia	Depósitos sedimentares arcósico-argilosos		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Uma linha subsidiária do rio Videira		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Florestal - F		
	Primário Silvícola	Secundário Florestal	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Mau		
	Enquadramento Regular		
4. Interpretação			
Este sítio é formado por uma sepultura isolada. Cremos estar na presença de um planalto com possibilidade de aproveitamento agrícola e facilidade em aceder a caminhos antigos.			
5. Cronologia			
Período Cultural Alta Idade Média		Cronologia Relativa Séculos IX-X?	
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação Razoável			
Grau de Risco Elevado		Fator de Risco Silvícola	
Valor Patrimonial Mediano		Valorização Alta	
Medidas de Monitorização	É preponderante estabelecer o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a informação e sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir para a preservação e proteção deste sítio. Sublinhe-se que esta sepultura se encontra aberta no geológico sem		

qualquer elevação perante a superfície envolvente, passando facilmente despercebida. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos silvícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas.

7. Outras Observações

A este desta sepultura, distando 400m, localiza-se a necrópole da Quinta da Cagunça (T.S.A. – N° 47). Este sítio é designado tanto na bibliografia [EUSÉBIO, MARQUES, 2005, p. 65] como no Portal do Arqueólogo como “Depósito de Água”. Neste sentido, a entrada no Portal do Arqueólogo, referente ao designado “Depósito de Água”, com o Código Nacional de Sítio N° 35307, deve ser agrupada a este sítio uma vez que se trata da mesma realidade.

8. Ilustração



24.A) Localização da sepultura escavada na rocha.



24.B) Sepultura rupestre da Adelinha.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		25
1. Identificação		
Nome Adoeiro	Topónimo Fonte do Alcaide	
CNS 15703	Tipo de Sítio Sepultura/Nicho/Habitat	
2. Localização		
Lugar/Localidade Adoeiro/Igreja	Freguesia Senhorim	
Coordenadas (x) -7.815455; (y) 40.547027	Altitude(m) [363-364]	CMP Fl. 200
<p>Acessos Em Igreja, seguir a rua São Bartolomeu em direção a Nelas. Depois de passar uma pequena rotunda, virar no primeiro caminho de terra batida à direita. Na bifurcação deste caminho (cerca de 270m da estrada), optar pela direita. Ao seguir este caminho, paralelo ao rio Videira, o sítio localiza-se à esquerda, na margem esquerda do referido curso de água. O habitat situa-se a cerca de 120m para este (25.A.).</p>		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho	1 e 8	
Tema	<p>1 – Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia).</p> <p>8 – Inquirições de D. Afonso III.</p>	
Contributo/ Utilidade	<p>1 – Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI. Proximidade do Adoeiro à área nuclear deste território.</p> <p>8 – No que respeita ao documento em questão, enunciemos um aspeto relacionável com a posição geográfica deste lugar, premeditada pela ocupação humana dos séculos anteriores e, de certo modo, influenciador da sua condição perante a população local do século XIII: primeira alusão escrita à <i>Ecclesie de Sancta Maria de Seniorim</i>, implantada nas proximidades deste sítio (cerca 800m a sudeste).</p>	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica	Tipologia Etimológica
83	Antropo-Cultural e Física/Natural (Hidrotoponímia/Axiotoponímia)	Arabismo <i>Al-qaid?</i>
Documentação Gráfica		

Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)
Fotos	25.B.; 25.C.
Desenhos	
Mapas	25.A.
Bibliografia Essencial	
[EUSÉBIO, MARQUES, 2005]; [LOURENÇO,2007]	
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão	
A cerca de 120m a este da sepultura, identificaram-se vestígios cerâmicos de superfície (fragmentos de telha de meia cana e 13 fragmentos de cerâmica comum) enquadráveis no final do período alto-medieval/Baixa Idade Média [LOURENÇO, 2007, p. 54].	
Estruturas Observáveis	
<p>Sepultura (25. B.). Escavada no afloramento granítico, é antropomórfica de tipologia indeterminada, orientada a este, cabeceira retangular e com uma métrica máxima de 40cm de largura. Pelo facto de se encontrar destruída na metade inferior do leito, não foi possível determinar o seu comprimento exato, medindo atualmente 130cm. Arte Rupestre. No afloramento granítico onde se encontra a sepultura, identificaram-se também várias covinhas com cerca de 12cm de diâmetro e 4cm de profundidade, um serpentiforme e uma cruz. Nicho (25.C.). A 20m da arte rupestre, encontra-se um nicho escavado na rocha de forma subtriangular, orientado a este, medindo cerca de 1m de largura e altura, com uma superfície plana no seu interior com 80cm. Este nicho, orientado a este, apresenta 7 covinhas de 0,5cm de diâmetro com distanciamentos regulares, situadas no topo superior externo. Já a cerca de 80cm da entrada do nicho, existem 3 covinhas escavadas na rocha, medindo 7cm de diâmetro e 3cm de profundidade [LOURENÇO, 2007, p. 120]. Pequena Pia. A 2m para sudoeste do nicho é registada uma pequena pia com 23cm de diâmetro e 10cm de profundidade.</p> <p>Estruturas de Habitat. A cerca de 120m para oeste da sepultura, situa-se uma pequena plataforma com cerca de 50m², numa meia encosta sobranceira ao vale do rio Videira onde se observaram vários elementos que levantam a hipótese da existência de um <i>Habitat</i>. Esta área é delimitada por um conjunto de afloramentos graníticos a oeste, norte e este. No seu interior, junto dos afloramentos a oeste e este, contabilizaram-se vários blocos graníticos irregulares de pequena e média dimensão, interpretados como derrubes de estruturas que encostavam aos afloramentos.</p>	
Fisiografia	
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta

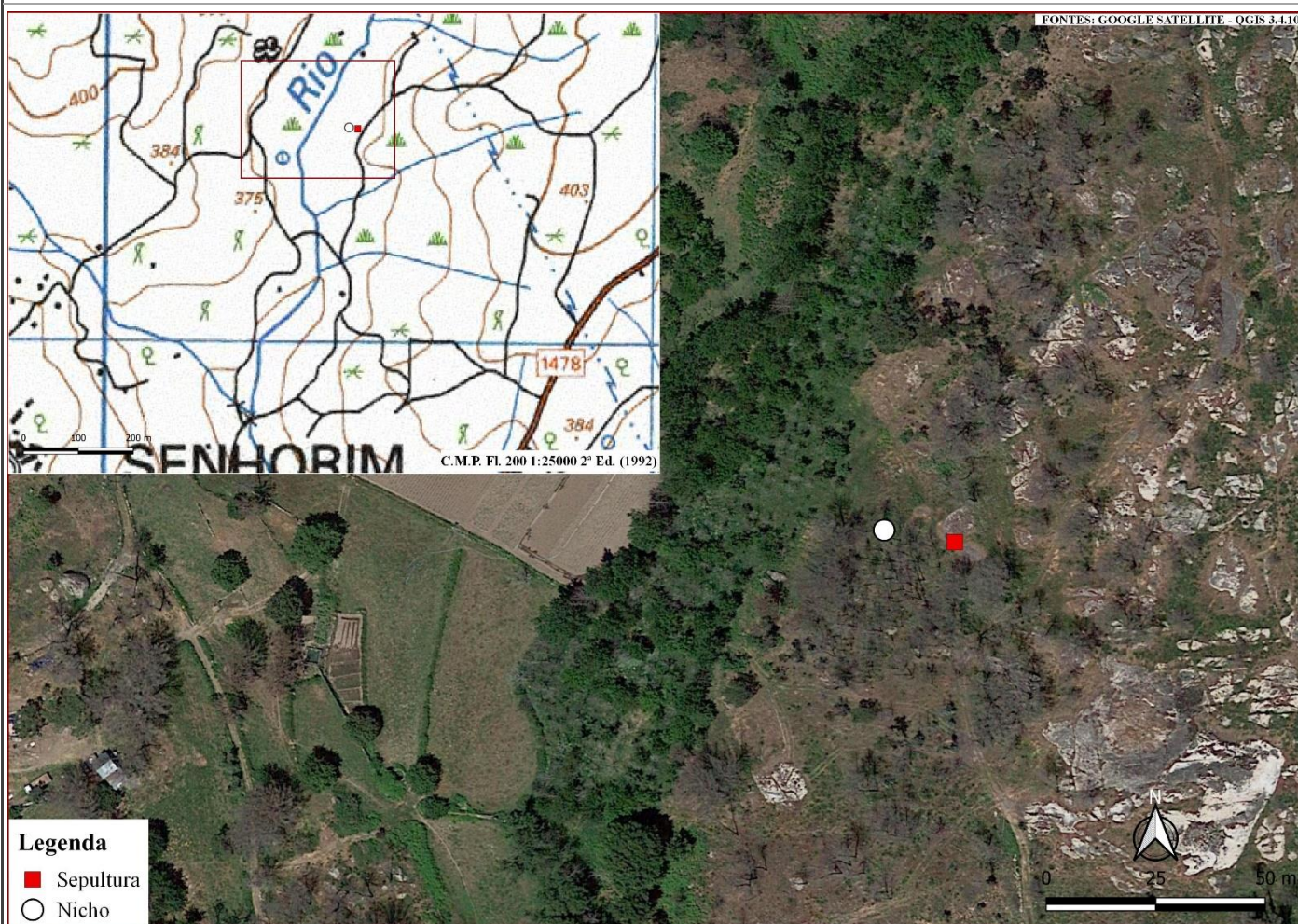
	Local de Implantação Encosta muito suave		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Rio Videira		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário Arbustivo	Secundário Arbóreo	Terciário Herbáceo
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A; Florestal – F		
	Primário Florestal	Secundário Agrícola	Terciário Pastoril
Paisagem e	Nível de Perceção Razoável		
Visibilidade	Enquadramento Regular		
4. Interpretação			
<p>A sepultura isolada parece assumir uma relação direta com o pequeno nicho, interpretado enquanto possível oratório. Neste sentido coloca-se a hipótese de esta sepultura ser de um eremita, onde existia nas imediações um pequeno oratório rupestre [LOURENÇO, 2007, p. 47]. Relativamente à arte rupestre, bem como à pequena pia, não existem evidências suscetíveis de apontar cronologias relativas ou estabelecer relações de contemporaneidade ou anterioridade face à sepultura. Ao invés, no caso da área do <i>Habitat</i>, classificado como casal rural, os materiais cerâmicos apontam para a plena idade média [LOURENÇO, 2007, p. 57]. A interpretação e caracterização deste sítio deve passar por futuros trabalhos arqueológicos passíveis de esclarecer a realidade arqueológica deste espaço para além dos dados de superfície. Remetemos para a abordagem interpretativa apresentada nesta investigação (4.2.2.1.), em conjunto com Adelinha (T.S.A. – N° 24), Quinta da Cagunça (T.S.A. – N° 29), Vale do Covo I (T.S.A. – N° 31), Vale do Covo II (T.S.A. – N° 32), Várzea I (T.S.A. – N° 33) e Várzea II (T.S.A. – N° 34).</p>			
5. Cronologia			
Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa Séculos IX-XIII?		
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação Bom			
Grau de Risco Normal	Fator de Risco Florestal/Silvícola		
Valor Patrimonial Excepcional	Valorização Alta		
Medidas de Monitorização	Estabelecer o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de		

trabalhos silvícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas.

7. Outras Observações

Este sítio arqueológico pode corresponder ao lugar referenciado como *Bena Gamus* localizado no território de Senhorim num documento escrito de 1123. No Portal do Arqueólogo, consta ainda Adoeiro II (CNS: 35722), utilizando as mesmas descrições e referências a este sítio. Optou-se por integrar nesta ficha de inventário geral a informação respeitante aos dois casos, sendo devidamente exposto em cartografia temática todos os elementos arqueológicos desta área.

8. Ilustração



25.A) Localização do Adoeiro.



25.B) Sepultura rupestre do Adoeiro. 1 – Lugar de implantação (vista noroeste). 2 – Sepultura.



25.C) 1 – Nicho do Adoeiro (vista oeste). 2 – Pormenor da entrada do nicho com três “cavinhas”.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		26
1. Identificação		
Nome Igreja	Topónimo Igreja	
CNS 27961	Tipo de Sítio Quinta/Granja?	
2. Localização		
Lugar/Localidade Igreja/Igreja	Freguesia Senhorim	
Coordenadas (x) -7.812337; (y) 40.540493	Altitude(m) [375-378]	CMP Fl. 200
Acessos Seguir a rua São Bartolomeu que vem da vila de Nelas, cortar à esquerda para a rua da Igreja. O sítio abrange a envolvência sul e este da Igreja Matriz de Senhorim (26.A.).		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho	8	
Tema	Inquirições de Afonso III	
Contributo/Utilidade	Primeira menção escrita à <i>Ecclesie de Sancta Maria de Seniorim</i> (1258).	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Hierotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Ecclesia</i>
81		
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	26.B.; 26.C.	
Desenhos		
Mapas	26.A.	
Bibliografia Essencial		
[ALARCÃO, 1988, pp. 61-63]; [EUSÉBIO, MARQUES, 2005, p. 50]; [ROCHA, 1897, pp. 83-84]; [SANTO, 2001, p. 33]; [VAZ, 1997, pp. 64-65]		

Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão

Atualmente são visíveis vários fragmentos de cerâmica de construção (tégulas e ímbrices) e comum, com uma concentração significativa nas proximidades do muro que limita o adro da igreja a sul. Para além dos materiais cerâmicos enquadráveis no período romano, identificaram-se igualmente vestígios cerâmicos do período medieval. No decurso de trabalhos anteriores, verificou-se também material arqueológico idêntico e alguns fragmentos de *sigillata* hispânica [VAZ, 1997, p. 66]. Foi nesta área, então designada por “Terras do Fidalgo”, que António Santos Rocha abriu “alguns poços”, identificando “*restos de vasos, tijolos e telhas*” e três pesos de tear [ROCHA, 1897, pp. 83-84]. Já no adro da igreja foi recolhida uma estela (26.C.), gravada com cruz grega e calotes esféricos nas extremidades e zona central. Na mesma área foi igualmente possível observar uma pia batismal, possivelmente medieval(?), situada a sul do edifício atual (26.B.).

Estruturas Observáveis

Numa visita ao local, foi possível identificar restos de um alinhamento pétreo (cerca de 3m de comprimento e 40 cm de largura) paralelo ao muro sul que delimita atualmente o adro da igreja. Corresponde, em parte, à área onde se identificou uma concentração de material cerâmico de superfície enquadrável no período medieval.

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave sobre o rio Castelo.		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Uma linha subsidiária do rio Castelo		
	Utilização Irrigação; Consumo Animal		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Herbáceo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Agrícola	Secundário Urbano	Terciário Pastoril
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Baixo		
	Enquadramento Baixo		

4. Interpretação

Entre os trabalhos arqueológicos anteriores, é levantada a hipótese deste sítio corresponder a uma *villa* romana [VAZ, 1997, p. 66]. Parece-nos questionável esta classificação, situação que poderá ser ultrapassada com um conjunto de trabalhos arqueológicos redirecionados para este espaço. No estado da questão, parece-nos que

este sítio esteja mais próximo de uma Quinta/Granja do que a própria Vila. Associado a este assentamento agrícola, estaria o Rio Videira/Casal Sandinho (T.S.A. – Nº 28). Relativamente à presença de vestígios arqueológicos medievais, é essencial compreendê-los no conjunto dos nossos dados toponímicos (T.T.) e documentais (T.T.). A existência de um edifício religioso primitivo nos primeiros tempos da Baixa Idade Média é comprovada pelo topónimo “Igreja” (T.T. – Nº 81) e o microtopónimo “Passal”, bem como através da presença de estelas medievais no adro da Igreja, já de uma fase temporal posterior ao século XIII/XIV. Neste sentido, este lugar teria nas suas proximidades uma ocupação humana significativa que justificaria a existência de um pequeno espaço de culto. Este assunto é desenvolvido no ponto 4.2.3.1..

5. Cronologia

Período Cultural Romano/Medieval	Cronologia Relativa III-V/IX-XIII?
---	---

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Fraco

Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Agrícola
------------------------------	--------------------------------

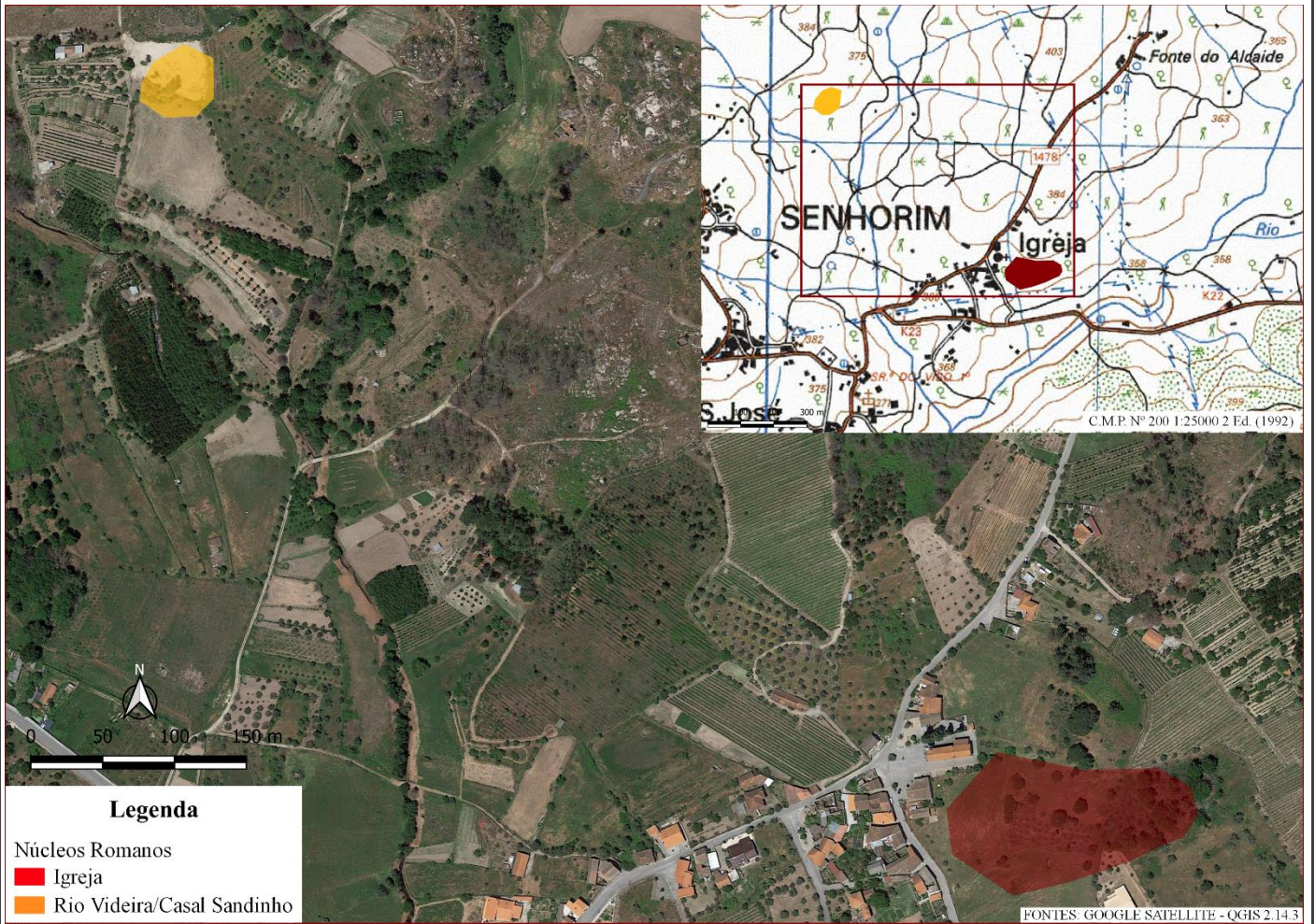
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Reduzida
----------------------------------	-----------------------------

Medidas de Monitorização	<p>Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos agrícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto da atividade agrícola sobre este lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície.</p> <p>Área com potencial estratigráfico para escavação arqueológica.</p>
---------------------------------	---

7. Outras Observações

Numa análise envolvente, a presença de um grande número de sepulturas rupestres comparativamente ao restante território em análise, vestígios de uma fortificação e o facto de ser um dos primeiros lugares referidos na documentação escrita, induz à importância histórica desta área para a Alta Idade Média. Estas razões estão certamente relacionadas com a ocupação humana, seguramente singular no decurso da Baixa Idade Média. A compreensão espacial e conjugação dos dados proporcionaram uma interpretação diacrónica deste lugar (Subcapítulo 4.2.2.1. e 4.2.3.1.). Refira-se ainda a existência de uma lagareta (romana, medieval, moderna ou contemporânea?) nas imediações deste sítio.

8. Ilustração



26.A) Estabelecimento hipotético dos três núcleos romano de Senhorim, representativos das concentrações mais expressivas dos indicadores arqueológicos.



26.B) Arranque de estrutura positiva e pia batismal, elementos associados à igreja primitiva (Baixa Idade Média).



26. C) Pormenor da entrada principal (virada a oeste) da Igreja Matriz de Senhorim com reutilização ou inativação dos elementos arquitetónicos e estela funerária medieval (XIII/XIV).

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		27
1. Identificação		
Nome Orca do Pinhal dos Amiais	Topónimo Amiais	
CNS 15837	Tipo de Sítio Dólmen/Achados Isolados	
2. Localização		
Lugar/Localidade Amiais/São João do Monte	Freguesia Senhorim	
Coordenadas (x) -7.913058; (y) 40.512964	Altitude(m) [477]	CMP Fl. 200
Acessos Sair da rotunda de São João do Monte/Póvoa de Cima em direção a Vila Ruiva (CM 1475). O sítio encontra-se à direita da estrada a cerca de 120m da rotunda (27.B.).		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais	Segundo as informações transmitidas, encontra-se um fragmento cerâmico associado a um recipiente no Museu Nacional de Arqueologia, juntamente com o material arqueológico recolhido por Maximiano Aragão e José Leite de Vasconcelos, aquando dos seus trabalhos da primeira década do século XX na Orca do Pinhal dos Amiais.	
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho		
Tema		
Contributo/Utilidade		
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica	Tipologia Etimológica
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	27.B.	
Desenhos		
Mapas	27.A.	
Bibliografia Essencial		

[PINHEIRO, 2013, p. 19]; [SENNAMARTINEZ, 1989, pp. 37-50]

Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão

Não conseguimos obter uma análise física do recipiente cerâmico em questão. As observações realizadas permitem-nos colocar a hipótese de estarmos perante um recipiente de cronologia romana. Esta suposição parte das características formais e tecnológicas visíveis através das fotografias do fragmento.

Estruturas Observáveis

Identificaram-se 5 esteios numa câmara poligonal: 2 de cabeceira e 3 no quadrante norte. Corredor desenvolvido com cerca 4m de comprimento, onde são visíveis 6 esteios no lado norte e 2 do lado sul. Existência de “estruturas complexas” na área frontal do monumento, confirmadas pela deteção de uma estrutura de “fecho” do corredor megalítico. Mamoia elipsoidal, com cerca de 21m de diâmetro e 2m de altura no sentido oeste-este [PINHEIRO, 2013].

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Planalto		
	Local de Implantação Margem direita do rio Mondego; início da inclinação do vale.		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico, de grão médio a fino		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Rio Mondego; Ribeiro do Vale do Gato.		
	Utilização Irrigação; Consumo Humano e Animal.		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Florestal - F		
	Primário Florestal	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Bom		
	Enquadramento Regular		

4. Interpretação

Os materiais Pré-Históricos deste monumento enquadram-se no Neolítico Final do megalitismo regional (3600-3200 a.C.) e, num segundo momento, correspondem à Idade do Bronze [PINHEIRO, 2013, p. 48]. As características dos materiais depositados integram o momento de construção do monumento na segunda fase do megalitismo regional. Este monumento foi pela primeira vez explorado por Maximiano Apolinário, sob recomendações de José Leite Vasconcelos, correspondendo à grande depressão que se observou na área da câmara aquando das escavações recentes (2000-2003). Foi no âmbito desses trabalhos dos inícios do século XX que se recolheu a peça em questão (27.A.).

5. Cronologia

Período Cultural Neolítico Final/Bronze Inicial e Romano	Cronologia Relativa 3600-3200 a.C./2300-1750 a.C. e Séculos III-V?
---	---

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Bom

Grau de Risco Normal

Fator de Risco Florestal/Silvícola

Valor Patrimonial Grande

Valorização Alta

Medidas de Monitorização Dar continuidade aos trabalhos de escavação arqueológica, visto que só uma pequena parte do monumento foi escavada. Posteriormente, proceder a um conjunto de medidas municipais que vise a contínua salvaguarda e proteção do monumento.

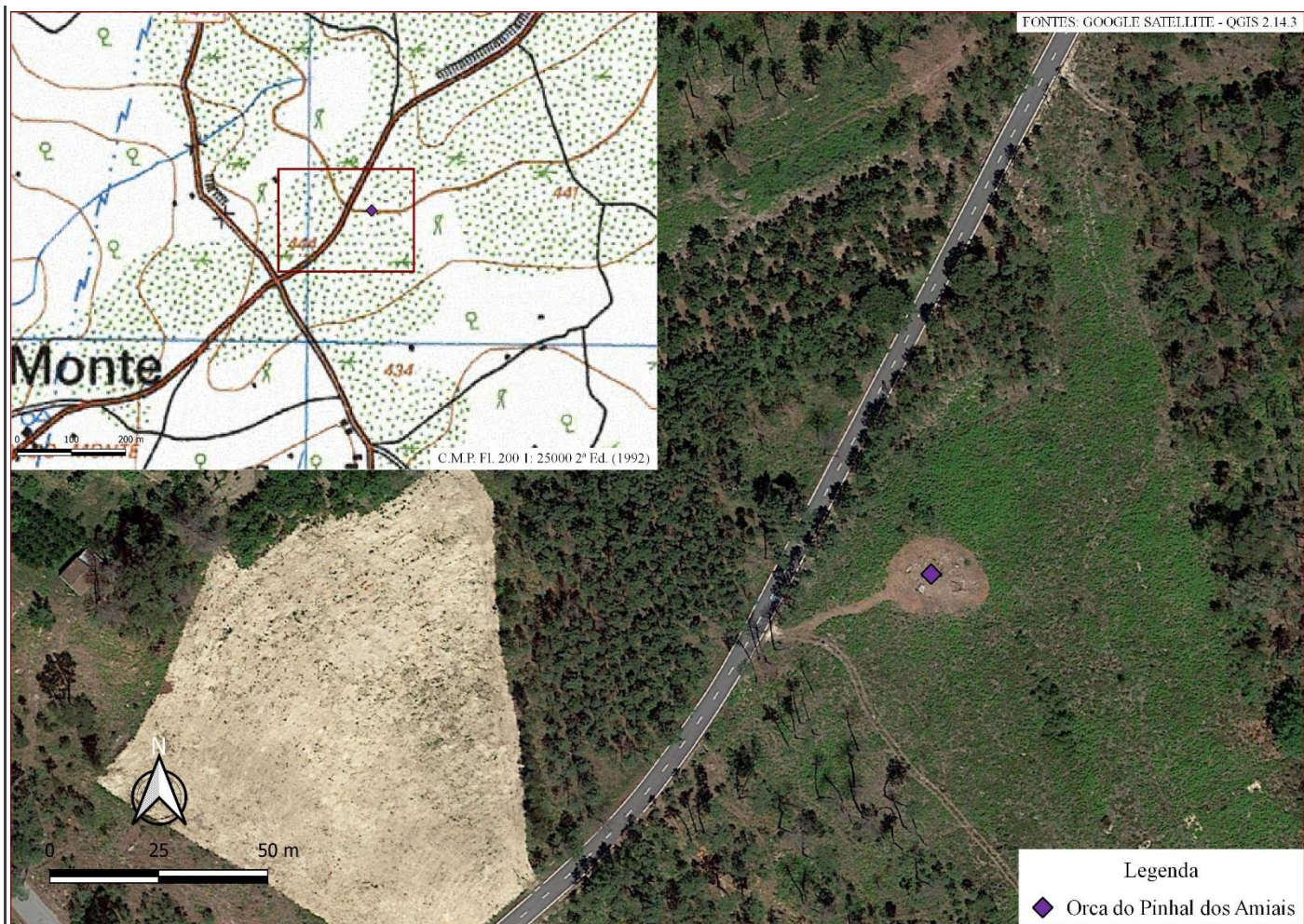
7. Outras Observações

A reutilização ou violação dos monumentos megalíticos em momentos precedentes à sua utilização inicial é um dos temas crescentemente debatidos entre a comunidade científica. A par da Orca das Pramelas (T.S.A. – Nº 6), a peça cerâmica pode derivar de uma deposição funerária romana.

8. Ilustração



27. A) Fragmento de peça romana com fundo boleado e anelar (fotografias cedidas por José Ventura)



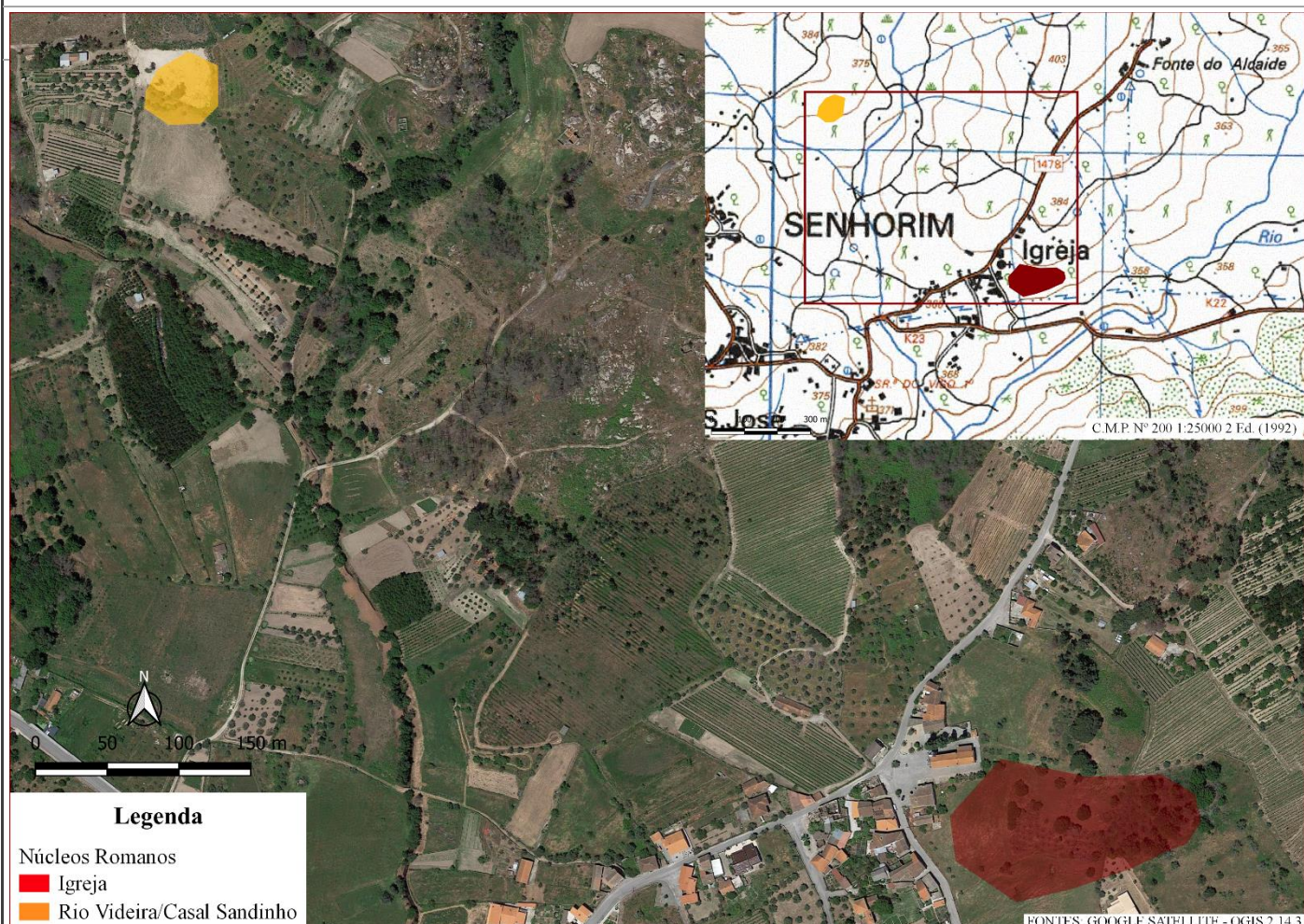
27.B) Localização da Orca do Pinhal dos Amiais.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		28
1. Identificação		
Nome Rio Videira/Casal Sandinho	Topónimo Casal Sandinho	
CNS 27961	Tipo de Sítio Habitat	
2. Localização		
Lugar/Localidade Casal Sandinho	Freguesia Senhorim	
Coordenadas (x) -7.818006; (y) 40.556963	Altitude(m) [375-378]	CMP Fl. 200
<p>Acessos Seguir a rua São Bartolomeu que vem da vila de Nelas, cortar à esquerda para a Estrada do Progresso. Antes de chegar à zona industrial de Nelas, virar na última cortada à esquerda, mantendo-se à esquerda na bifurcação. O acesso final (cerca 400m) é atualmente realizado por um pequeno trilho praticamente omisso.</p>		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho		
Tema		
Contributo/Utilidade		
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 27	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Agrotoponímia ou Oicotononímia; Antropotononímia)	Tipologia Etimológica Germânico <i>Sandinus?</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos		
Desenhos		
Mapas	28.A.	
Bibliografia Essencial		

[ALARCÃO, 1988, p. 61-63]; [LOURENÇO, 2007, p. 120]; [ROCHA, 1897, pp. 83-84]; [VAZ, 1993, pp. 78-79]			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
Pequena área de fragmentos cerâmicos de construção e comum [VAZ, 1993, p. 78]. Numa visita recente a este sítio (28.A.) não foi possível verificar tais descrições pela densidade do coberto vegetal (arbustivo).			
Estruturas Observáveis			
Não se identificou qualquer vestígio de estrutura à superfície			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave sobre o rio Videira		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Rio Videira		
	Utilização Irrigação; Consumo Humano e Animal		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Florestal - F		
	Primário Florestal	Secundário Agrícola	Terciário Pastoril
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Mau		
	Enquadramento Mau		
4. Interpretação			
Com base nos vestígios de superfície, foi classificado como <i>Habitat</i> . Através de uma nova abordagem à envolvência deste lugar, foi igualmente assinalada a presença de vestígios cerâmicos, mas integres no período medieval [LOURENÇO, 2007, p. 120].			
5. Cronologia			
Período Cultural Romano		Cronologia Relativa ?	
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação Fraco			
Grau de Risco Elevado		Fator de Risco Urbanístico e Agrícola	
Valor Patrimonial Fraco		Valorização Reduzida	
Medidas de Monitorização	Proceder ao apuramento, em circunstâncias oportunas, da realidade arqueológica constante à superfície deste lugar.		

7. Outras Observações

Para a leitura da ocupação medieval nas proximidades deste sítio, consulte-se a entrada do Adoeiro (T.S.A. – N° 25).

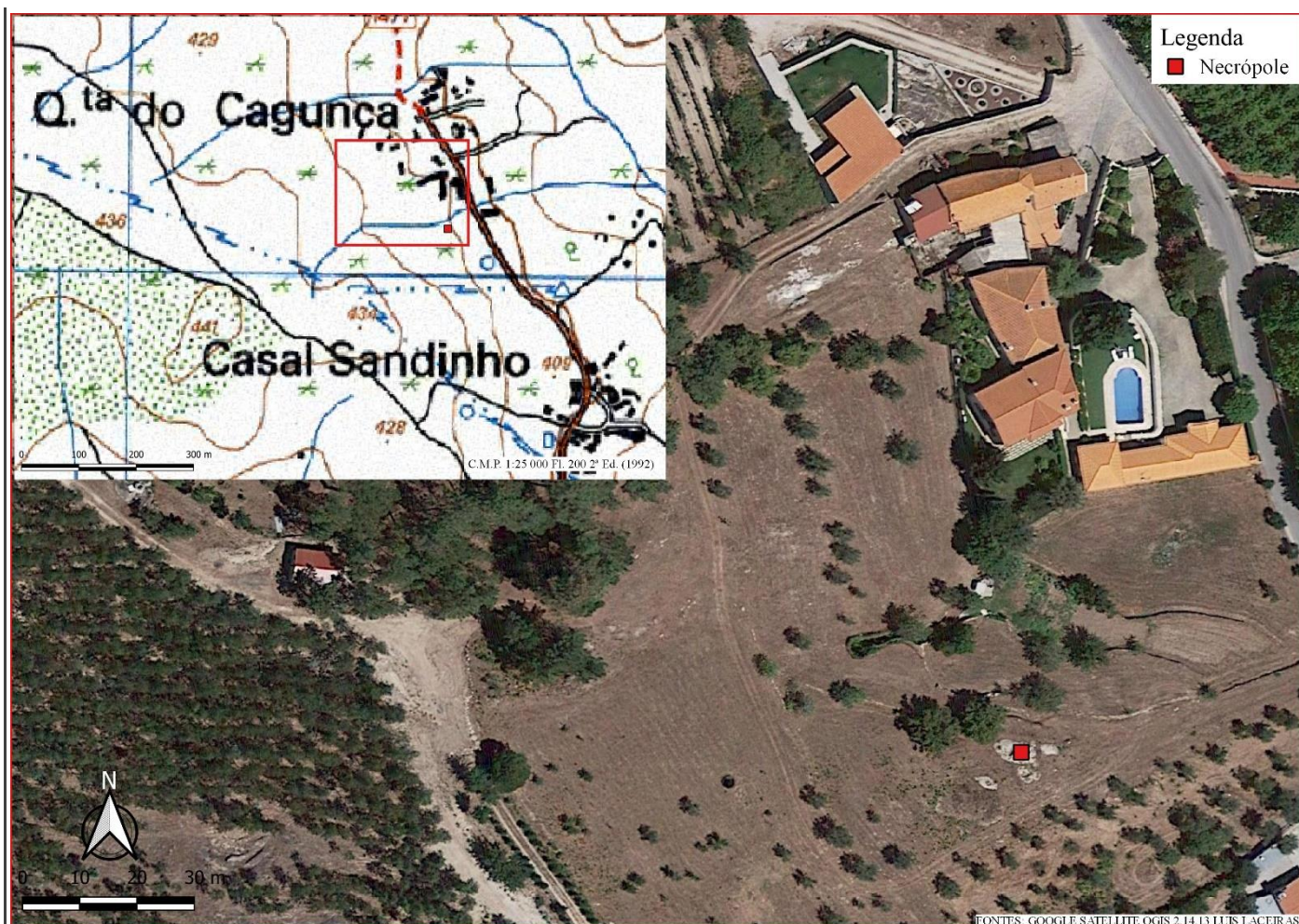


26.A) Estabelecimento hipotético dos dois núcleos romanos de Senhorim, representativos das concentrações mais expressivas dos indicadores arqueológicos.

<p align="center">“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos</p>		<p>Nº de Sítio/Trabalho</p>
		<p>29</p>
<p>1. Identificação</p>		
<p>Nome Quinta da Cagunça</p>		<p>Topónimo Quinta da Cagunça</p>
<p>CNS 27959</p>		<p>Tipo de Sítio Necrópole</p>
<p>2. Localização</p>		
<p>Lugar/Localidade Quinta da Cagunça/Senhorim</p>		<p>Freguesia Senhorim</p>
<p>Coordenadas (x) -7.825882; (y) 40.544523</p>		<p>Altitude(m) [398-399] CMP Fl. 200</p>
<p>Acessos A necrópole localiza-se à esquerda (60m) da estrada que liga Casal Sandinho à E.N. Nº 234, na Quinta da Cagunça. O acesso à necrópole, situada em propriedade privada, é possível através do caminho agrícola à esquerda, iniciando-se junto de um fontanário público.</p>		
<p>3. Documentação e Fontes</p>		
<p>Fontes Orais</p>		
<p align="center">Documentação Escritas</p>		
<p>Nº de Trabalho</p>		<p>1 e 8</p>
<p>Tema</p>		<p>1 – Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia).</p> <p>8 – Inquirições de D. Afonso III</p>
<p>Contributo/Utilidade</p>		<p>1 – Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI. Integração da Quinta da Cagunça na área nuclear deste território.</p> <p>8 – No que respeita ao documento em questão, enunciemos dois aspetos relacionáveis com a posição geográfica deste lugar, premeditada pela ocupação humana dos séculos anteriores e, de certo modo, influenciadores da sua condição perante a população local do século XIII: primeira alusão escrita à <i>Ecclesie de Sancta Maria de Seniorim</i>, implantada nas proximidades deste sítio (cerca 1km a sudeste); provável passagem da <i>via que vadit de Seniorim pro ad Vilar Sico</i> (via “M-II”), paralela a este lugar (Anexo I – Mapa 6. e 10.).</p>
<p align="center">Documentação Onomástica</p>		
<p>Nº de Trabalho</p>		<p>Tipologia Etimológica Arabismo</p>
<p>84</p>	<p>Análise Taxonómica Antropo-Cultural e Física/Natural (Agrotoponímia)</p>	<p><i>Cagunço?</i></p>

Documentação Gráfica	
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)
Fotos	29.B.; 29.C.; 29.D.; 29.E.; 29.F.
Desenhos	
Mapas	29.A.
Bibliografia Essencial	
[EUSÉBIO, MARQUES, 2005]; [LOURENÇO, 2007]	
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão	
<p>Não se identificou qualquer vestígio cerâmico de superfície. Esta observação é fortemente condicionada pela impossibilidade, até ao momento, de se concretizarem prospeções intensivas no espaço envolvente à necrópole.</p>	
Estruturas Observáveis	
<p>Uma necrópole composta por 5 sepulturas abertas no afloramento granítico. Sepultura 1: antropomorfismo pleno de tipologia sub-retangular, orientada a este, cabeceira retangular com uma métrica máxima de 96cm de comprimento e 30cm de largura. Apresenta-se fraturada no contorno da zona dos pés e uma profundidade média muito reduzida (10cm). Face à sua métrica é atribuída a uma criança. Sepultura 2: antropomórfica de tipologia subtrapezoidal, orientada a este, cabeceira com cantos paralelepípedicos e uma métrica máxima de 203cm de comprimento e 69cm de largura. Encontra-se parcialmente destruída na zona inferior do contorno esquerdo do leito. Sepultura 3: antropomórfica de tipologia trapezoidal, orientada a nordeste, cabeceira retangular com uma métrica máxima de 181cm de comprimento e 48cm de largura. Apresenta-se fraturada. Sepultura 4: não antropomórfica de tipologia retangular com uma métrica máxima de 180cm de comprimento e 50cm de largura. Sepultura 5: não antropomórfica de tipologia ovalada com uma métrica máxima de 197cm de comprimento e 54cm de largura. A sepultura 1, para além de ser a única atribuída a uma criança, encontra-se isolada em situação de necrópole, contrariamente ao agrupamento das restantes sepulturas (2,3,4 e 5).</p>	
Fisiografia	
Orografia	Forma Geral do Relevo Planalto
	Local de Implantação Planalto sobranceiro ao vale do rio Videira
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Rio Videira
	Utilização Irrigação; Consumo Animal

Coberto Vegetal	Primário Herbáceo	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Agrícola	Secundário Pastoril	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Bom		
4. Interpretação			
<p>Este sítio é classificado como necrópole, atualmente constituída por 5 sepulturas rupestres. Face à presença de uma sepultura de criança e à ausência de qualquer associação a um edifício religioso, é possível tratar-se de uma necrópole familiar [LOURENÇO, 2007, p. 35]. Apesar da diversidade tipológica, a proximidade entre elas exclui qualquer representação tipológica de momentos cronológicos diferentes [<i>ibidem</i>, p. 37]. Remetemos para a abordagem interpretativa apresentada nesta investigação (4.2.2.1.) centrada neste sítio, em conjunto com Adelinha (T.S.A. – N° 24), Adoeiro II (T.S.A. – N° 25), Vale do Covo I (T.S.A. – N° 31), Vale do Covo II (T.S.A. – N° 32) Várzea I (T.S.A. – N° 33), Várzea II (T.S.A. – N° 34).</p>			
5. Cronologia			
Período Cultural	Alta Idade Média	Cronologia Relativa	X-XII?
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação	Bom		
Grau de Risco	Normal	Fator de Risco	Agrícola
Valor Patrimonial	Grande	Valorização	Alta
Medidas de Monitorização	<p>Manter o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir para a preservação e proteção do sítio. Dar continuidade às visitas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos agrícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas.</p>		
7. Outras Observações			
<p>Sublinhe-se que a cerca de 400m a oeste, localiza-se a sepultura isolada da Adelinha (T.S.A. – N° 24).</p>			
8. Ilustração			
<p></p>			



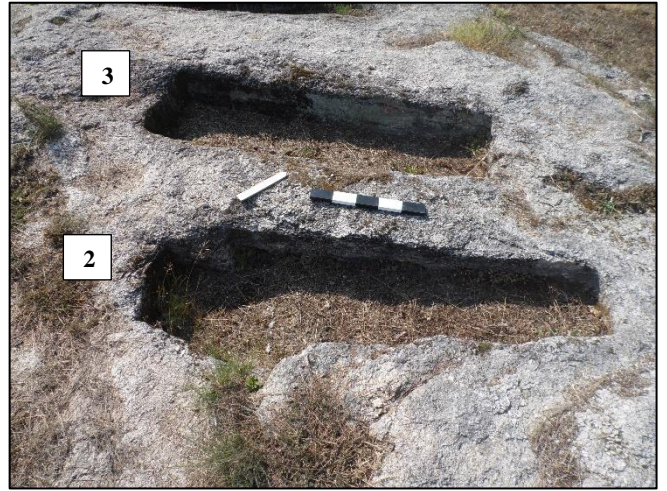
29.A) Localização da necrópole da Quinta da Cagunça.



29.B) Vista geral (a partir de este) da necrópole da Quinta da Cagunça com identificação das sepulturas.



29.C) Sepultura 1.



29.D) Sepulturas 2 e 3.



29.E) Sepultura 4.



29. F) Sepultura 5.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		30	
1. Identificação			
Nome Torre do Castelo		Topónimo Castelo	
CNS 5518		Tipo de Sítio Fortificação	
2. Localização			
Lugar/Localidade Quinta dos Moinhos/Casal de São José		Freguesia Senhorim	
Coordenadas (x) -7.821182; (y) 40.527243		Altitude(m) [255]	CMP Fl. 200
<p>Acessos No Casal de São José, seguir para sul em direção ao lugar de Moinhos. Após a passagem da ponte sobre o rio Castelo, virar à direita para um caminho de terra batida. Percorrer este caminho até à zona de uma curva acentuada onde se deve virar à direita para um trilho. A fortificação localiza-se no fim deste trilho, imediatamente a sul do rio Castelo (30.A.).</p>			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	1 e 8		
Tema	1 – Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia). 8 – Inquirições de D. Afonso III		
Contributo/ Utilidade	1 – Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI. Proximidade deste sítio arqueológico (cerca de 1,3km) à área nuclear do território. 8 – No que respeita a este documento, enunciemos a referência direta ao castelo em 1258: “(...) <i>eclesie de Seniorim unam hereditatem forariam Regis de caballaria in loco qui dicitur Castella etest unum casale</i> (...).		
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho 175	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Arqueotoponímia/Oicotoponímia)	Tipologia Etimológica Português Antigo <i>Castello</i>	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		

	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)
Fotos	30.B.; 30.C.; 30.D.; 30.E.; 30.F.; 30.G.; 30.H.
Desenhos	
Mapas	30.A.
Bibliografia Essencial	
[EUSÉBIO, MARQUES, 2005, p. 58]; [LOURENÇO, 2007, 123]; [MARQUES, 2000, p. 121]; [VASCONCELOS, 1917]	
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão	
<p>No topo do cabeço é visível à superfície uma grande quantidade de cerâmica comum, caracterizada pelas suas pastas predominantemente cinzentas, negras e castanhas, com superfícies lisas, ainda que fosse possível verificar a presença de decorações (incisões, meandros e brunidos) em alguns fragmentos (30.I.). Entre os materiais pétreos do derrube, evidenciam-se grandes silhares (em média com 85cm de comprimento por 40cm de largura), alguns deles com encaixes (30.D.).</p>	
Estruturas Observáveis	
<p>Trata-se de uma pequena fortificação, com cerca de 20m de comprimento e 15m de largura, construída num pequeno cabeço, defendida naturalmente a norte, oeste e sudoeste. Já a sul e este era delimitada por uma muralha. Derrubes de muralha: Na vertente este, observa-se um grande número de silhares graníticos de grande dimensão (em média com 80cm de comprimento e 40 de largura), alguns com encaixes associados a possíveis técnicas de travamento do murete (30.E.). Vestígios de outras construções: A este, no sopé do cabeço sobranceiro ao rio Castelo, são visíveis estruturas em positivo (30.H.), constituídas por pequenos blocos graníticos trabalhados e aparelhados. Nesta primeira observação, é prematuro tecer qualquer interpretação sobre as referidas estruturas. Contudo, é possível admitir uma relação temporal das estruturas com a construção e utilização da fortificação, face à espessura das paredes e às características das técnicas construtivas verificadas. Pio rupestre: Na parte mais a sul do cabeço, encontra-se um pio escavado no geológico (30.F.) com cerca de 40cm de diâmetro e 10cm de profundidade. Geológico trabalhado: A parte de maior facilidade de acesso ao cabeço (sudeste), apresenta um entalhe no geológico com 1m de largura (30.G.), interpretado como acesso ao interior da fortificação.</p>	
Fisiografia	
Orografia	Forma Geral do Relevo Cabeço
	Local de Implantação Pequeno cabeço sobranceiro ao rio Castelo
Geologia	Granitos porfíroides, predominantemente biotítico, de grão médio a fino
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Rio Castelo

	Utilização Irrigação; Consumo Animal; Atividade molinológica		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Herbáceo	Arbustivo	Arbóreo
Uso do Solo	Classificação Florestal - F		
	Primário Florestal	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Bom		

4. Interpretação

Este sítio foi interpretado como local de assentamento do castelo que encabeçava a Terra de Senhorim, sendo proposta uma cronologia dos séculos XI-XII com base no material cerâmico recolhido à superfície [MARQUES, 2000, p. 121; EUSÉBIO, MARQUES, 2005, p. 58]. Por outro lado, esta fortificação de reduzida dimensão não se destaca pela sua localização, pelo campo de visão, nem pelo facto de estar junto a um local de povoamento ou manchas agrícolas [LOURENÇO, 2007, pp. 59-60]. Ao se encontrar entre duas encostas mais elevadas, apresenta um campo de visão muito reduzido. Assim, pode corresponder a uma pequena torre para controlar uma via de circulação com acesso a Senhorim e que, deste modo, apoiaria um castelo principal. No quadro interpretativo desta área (4.2.2.1.), refira-se ainda a passagem do troço “M-I” que estabeleceria a ligação entre o rio Mondego e a Terra de Senhorim, paralelo ao rio Castelo (**Anexo I – Mapa 10. e 10.1**).

5. Cronologia

Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa Séculos X-XII?
--	---

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Fraco

Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Florestal
------------------------------	---------------------------------

Valor Patrimonial Excepcional	Valorização Média
--------------------------------------	--------------------------

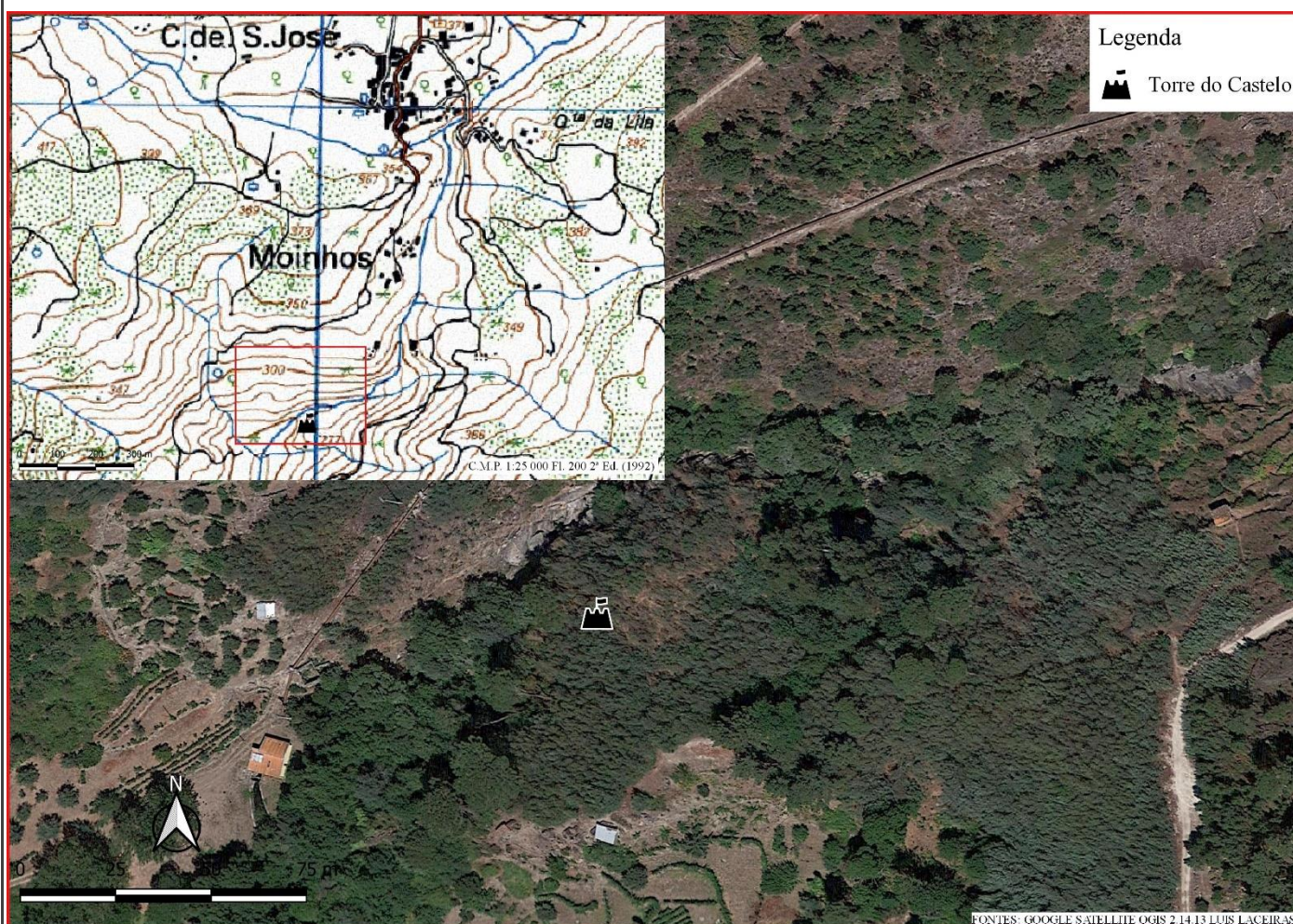
Medidas de Monitorização	Área com potencial estratigráfico para avaliação do contexto arqueológico através de sondagens. Paralelamente a outros sítios descritos na investigação, apresenta todas as condições para ser contemplado num projeto científico de maiores dimensões, incluindo, entre outras atuações, a escavação. Desenvolver e aplicar uma estratégia envolvente, adaptada e capacitada para a sensibilização dos proprietários, assente nos sentidos de identidade e memória empregues nos indicadores arqueológicos enquanto meios de aproximação à imagem histórica desse lugar atual. Esta relação pode vir a expressar-se no contacto esporádico ou perene entre a comunidade local e os técnicos do património para, a título exemplificativo, comunicar o aparecimento de achados de superfície e de
---------------------------------	---

alterações naturais ou antrópicas inesperadas deste património. Todo o processo deverá assentar numa base científica e técnica e posterior enquadramento legal, recorrendo ao conjunto dos meios legais e normativos dedicados ao património para operar medidas de proteção e salvaguarda do sítio.

7. Outras Observações

Após os grandes incêndios de outubro de 2017, a perceção do espaço transformou-se. Em trabalhos anteriores, as estruturas visíveis atualmente não foram identificadas, bem como a grande quantidade de silhares e cerâmica.

8. Ilustração



30.A) Localização da fortificação.



30.B) Acesso vicinal à Torre do Castelo.



30.C) Acesso interno da Torre do Castelo.



30.D) Derrubes da muralha.



30.E) Silhar com encaixes.



30.F) Pio escavado na rocha localizado no interior da fortificação.



30.G) Corte do geológico na área de entrada (sudeste).



30.H) Pormenor construtivo de estrutura positiva sobranceira ao cabeço. área de entrada (sudeste).

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		31
1. Identificação		
Nome Vale do Covo I	Topónimo Vale do Covo	
CNS 27953	Tipo de Sítio Sepultura/Habitat?	
2. Localização		
Lugar/Localidade Carvalhas/Carvalhas	Freguesia Senhorim	
Coordenadas (x) -7.799227; (y) 40.536403	Altitude(m) [400-402]	CMP Fl. 200
<p>Acessos No sentido Carvalhas – Nelas, depois de passar o Largo Luís Fernandes, virar à esquerda e seguir o caminho até a um cruzamento, cortando à direita. No lado direito do caminho, encontra-se um grande penedo granítico. A sepultura dista 8m a nordeste desse penedo (31.A.).</p>		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho	1	
Tema	1 – Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia).	
Contributo/ Utilidade	1 – Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI. Proximidade deste sítio arqueológico (cerca de 1,5km) à área nuclear do território.	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica Física/Natural (Orotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Valle Cova</i>
80		
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	31.B.; 31.C.	
Desenhos		
Mapas	31.A.	
Bibliografia Essencial		

[EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 64-65]; [LOURENÇO, 2007, 122]

Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão

Apesar da vegetação existente na envolvência da sepultura foi possível identificar um número residual de fragmentos de ímbrice.

Estruturas Observáveis

Uma sepultura escavada no afloramento granítico (**31.B.**). É antropomórfica de tipologia ovalada, orientada a sul, cabeceira retangular e com uma métrica máxima de 175cm de comprimento e 50cm de largura. Junto do contorno lateral esquerdo da zona da cabeceira encontra-se uma pequena covinha com 2cm de diâmetro e 1cm de profundidade. A sudoeste da sepultura (8m) encontra-se um penedo granítico com 10 covinhas, medindo 10cm de diâmetro e 2cm de profundidade (**31.C.**). A disposição e métrica desses negativos permitem o acesso ao topo do penedo.

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave sobranceira ao rio do Salto		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Rio Salto		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Florestal	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Regular		

4. Interpretação

Este sítio é composto por uma sepultura rupestre, uma pequena pia junto do túmulo e um penedo com 10 covinhas dispostas na vertical. Os dados disponíveis não permitem estabelecer uma relação direta entre o penedo e a sepultura, nem colocar qualquer proposta cronológica passível de estimar a anterioridade e posterioridade entre os elementos em causa. Com base no historial da investigação, foi estimada uma área de dispersão de materiais arqueológicos (100m²) representados exclusivamente por fragmentos de ímbrice, colocando-se a hipótese de poderem revelar um *Habitat* [LOURENÇO, 2007, p. 52]. Presentemente, não foi possível determinar a referida área, ao invés, observaram-se unicamente cinco fragmentos de ímbrice de

reduzida dimensão e muito desgastados. Todavia, numa interpretação física do local e dos parques materiais cerâmicos de construção, mantemos, com as devidas reservas, a consideração de um *Habitat* para esta área, possivelmente relacionado com esta sepultura ou até com a sepultura do Vale do Covo II (T.S.A. – Nº 32), localizada a 150m a norte.

5. Cronologia

Período Cultural Alta Idade Média

Cronologia Relativa X-XI

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Razoável

Grau de Risco Normal

Fator de Risco Florestal

Valor Patrimonial Mediano

Valorização Alta

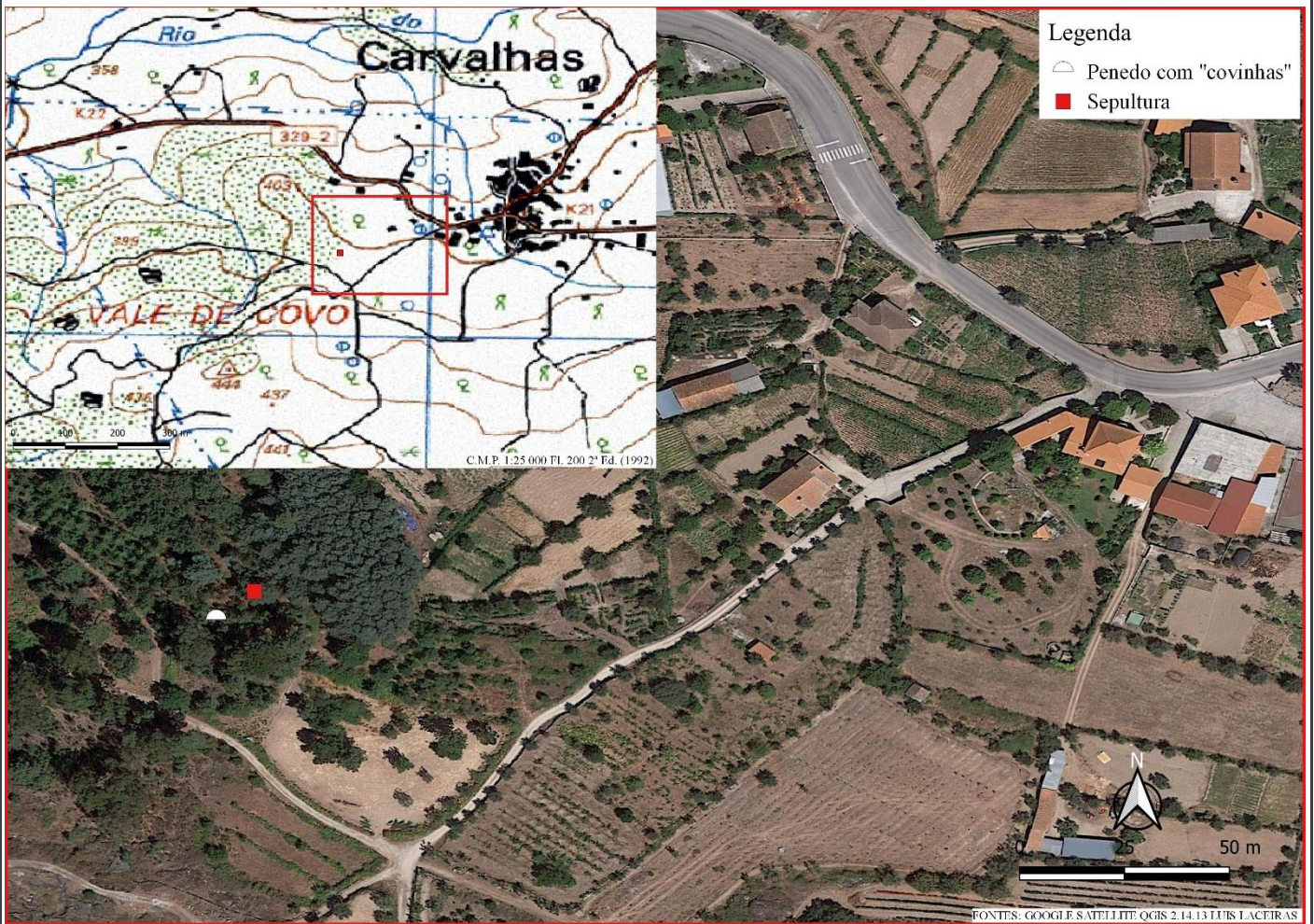
Medidas de Monitorização

Estabelecer o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir para a preservação e proteção do sítio. Proceder a visitas esporádicas para avaliar possíveis alterações do solo ou transformações significativas do coberto vegetal, essencialmente decorrentes de trabalhos florestais/silvícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Garantir a limpeza e supressão das intrusões de acácias no granito onde se encontra a sepultura, com objetivo de minimizar a crescente deterioração do geológico e, nesse sentido, contribuir para a salvaguarda e proteção deste património. Esta ação exemplifica uma das formas de intervenção que deverá integrar o programa de monitorização, salvaguarda e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos.

7. Outras Observações

Esta sepultura e a do Vale do Covo II (T.S.A. – Nº 32), separadas por 150m, são atribuídas a dois sítios, quer no historial de investigação [LOURENÇO, 2007, p. 122] como no Portal do Arqueólogo. Todavia, com base na proximidade geográfica e análise formo-tipológica, é provável estarmos perante uma realidade ocupacional comum a ambos os sítios.

8. Ilustração



31.A) Localização da sepultura e penedo com covinhas.



31. B) Sepultura rupestre de Vale do Covo I.



31.C) Penedo com acesso ao topo através das “cavinhas”.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		32	
1. Identificação			
Nome Vale do Covo II		Topónimo Vale do Covo	
CNS 27963		Tipo de Sítio Sepulturas	
2. Localização			
Lugar/Localidade Carvalhas/Carvalhas		Freguesia Senhorim	
Coordenadas (x) -7.799944; (y) 40.537236		Altitude(m) [402]	CMP Fl. 200
Acessos No sentido Carvalhas – Nelas, depois de passar o Largo Luís Fernandes, virar à esquerda e seguir o caminho até a um cruzamento, cortando à direita. Ao seguir o caminho, a cerca de 150 m do penedo (noroeste) encontra-se esta sepultura (32.A.).			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	1		
Tema	1 – Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia).		
Contributo/ Utilidade	1 – Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI. Proximidade deste sítio arqueológico (cerca de 1,5km) à área nuclear do território.		
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho 80	Análise Taxonómica Física/Natural (Orotoponímia)	Tipologia Etimológica Latim <i>Valle Cova</i>	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos	32.B.		
Desenhos			
Mapas	32.A.		

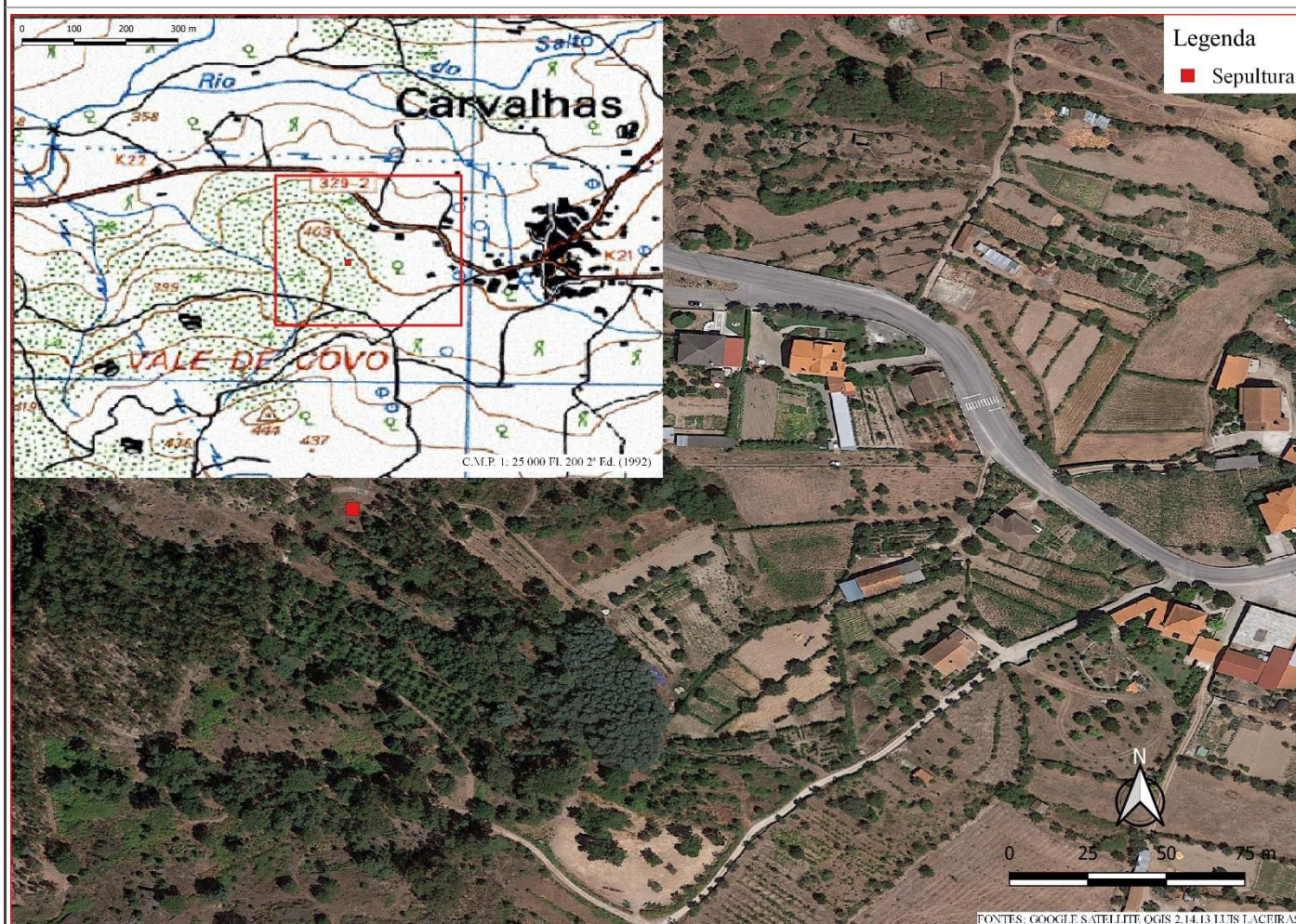
Bibliografia Essencial			
[LOURENÇO,2007, p. 122]			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
Não se identificou qualquer vestígio arqueológico de superfície.			
Estruturas Observáveis			
Uma sepultura escavada no afloramento granítico. É antropomórfica de tipologia sub-retangular, orientada a este, cabeceira retangular e com uma métrica máxima de 150cm de comprimento e 36 de largura. Com base nos resultados métricos, trata-se de uma sepultura de criança.			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave sobranceira ao rio do Salto		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Rio do Salto		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Florestal - F		
	Primário Florestal	Secundário	Terciário Pastoril
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Baixo		
	Enquadramento Baixo		
4. Interpretação			
Este sítio é composto por uma sepultura rupestre isolada. atualmente localizada num caminho de terra batida e entulhada para garantir a circulação viária. É igualmente notório um desbaste do afloramento para facilitar a circulação viária onde se localiza o túmulo que, por sua vez, viria a influenciar a profundidade obtida atualmente.			
5. Cronologia			
Período Cultural Alta Idade Média		Cronologia Relativa Séculos X-XI	
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação Fraco			
Grau de Risco Elevado		Fator de Risco Circulação vicinal	
Valor Patrimonial Mediano		Valorização Alta	

Medidas de Monitorização	<p>Procurar estabelecer contacto direto com a população local, visando a sensibilização da mesma na tentativa de contribuir para a preservação e proteção do sítio. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas. Numa fase inicial, dever-se-á concretizar, com base nos meios legais e normativos dedicados ao património, um desvio do caminho vicinal que permita a salvaguarda da sepultura rupestre.</p>
---------------------------------	--

7. Outras Observações

Esta sepultura e a do Vale do Covo I (T.S.A. – Nº 31), separadas por 150m, são atribuídas a dois sítios, quer no historial de investigação [LOURENÇO, 2007, p. 122] como no Portal do Arqueólogo. Todavia, com base na proximidade geográfica e análise formo-tipológica é provável estarmos perante uma realidade ocupacional comum a ambos os sítios.

8. Ilustração



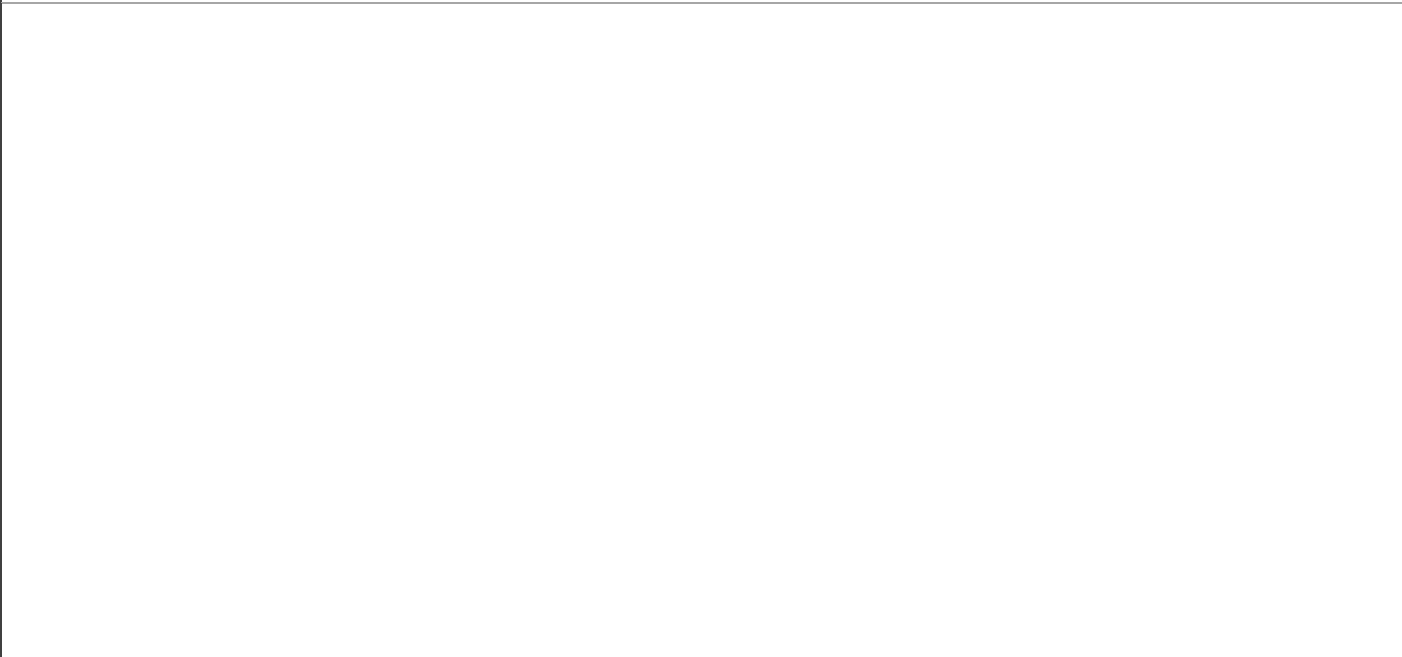
32.A) Localização da sepultura escavada na rocha do Vale de Covo II.

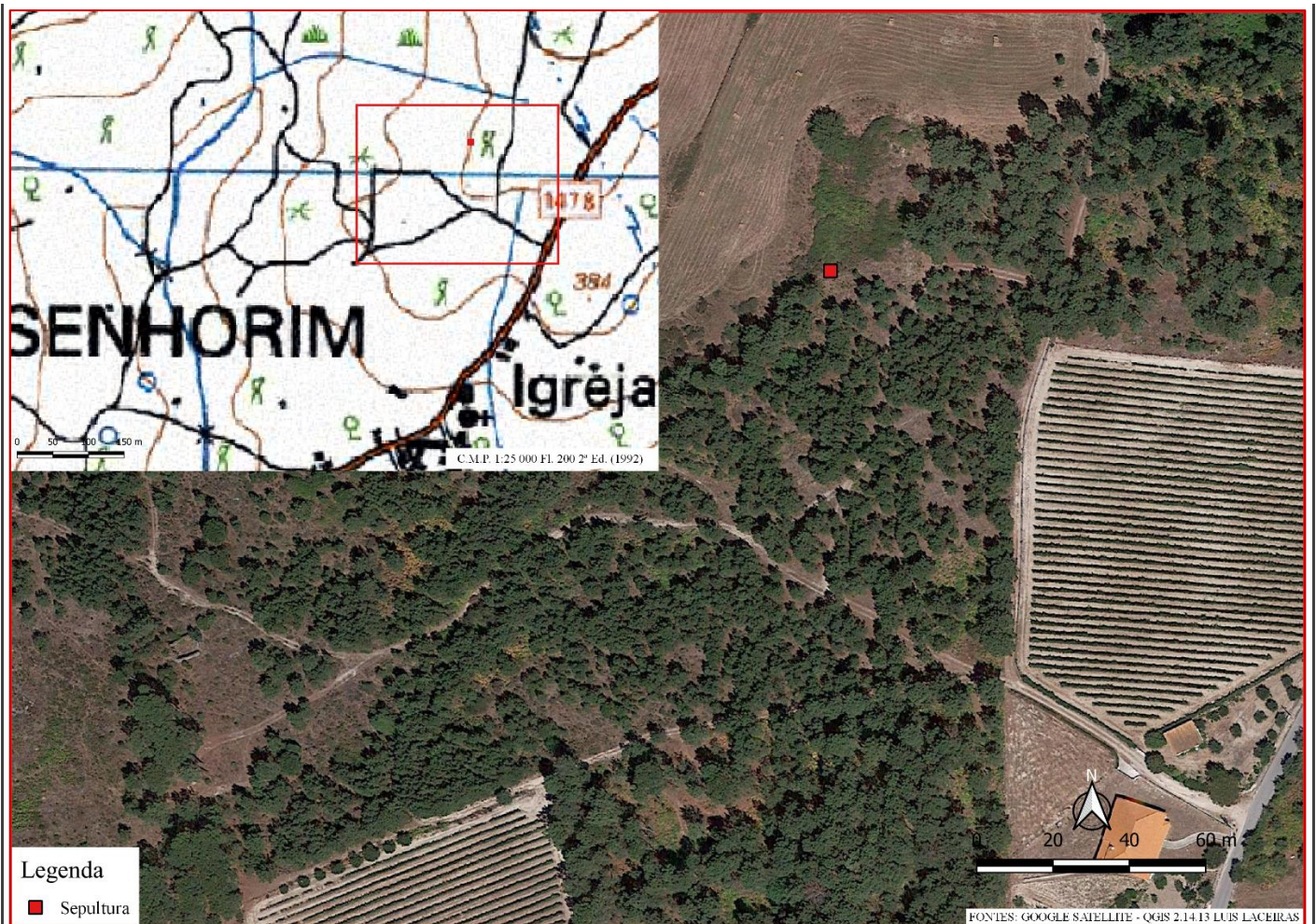


32.B) Sepultura do Vale do Covo II.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		33	
1. Identificação			
Nome Várzea I		Topónimo Igreja	
CNS 27961		Tipo de Sítio Sepultura	
2. Localização			
Lugar/Localidade Várzea/Igreja		Freguesia Senhorim	
Coordenadas (x) -7.812471; (y) 40.544052		Altitude(m) [382]	CMP Fl. 200
<p>Acessos A partir da Igreja Matriz de Senhorim, ao seguir a estrada da Fonte do Alcaide para norte, cortar no primeiro caminho vicinal à esquerda e percorrê-lo até encontrar, do lado esquerdo, um pequeno trilho que vai em direção ao rio Videira. Após iniciar o trilho, a sepultura localiza-se a 70m à direita, junto de um desnível acentuado que serve de delimitação com outra propriedade (33.A.).</p>			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	1 e 8		
Tema	<p>1 – Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia).</p> <p>8 – Inquirições de D. Afonso III</p>		
Contributo/ Utilidade	<p>1 – Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI. Proximidade de Várzea I à área nuclear deste território.</p> <p>8 – No que respeita a este documento, enunciemos a reduzida distância entre este lugar e a <i>Ecclesie de Sancta Maria de Seniorim</i> (cerca de 350m a sudeste).</p>		
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica Antropo-Cultural	Tipologia Etimológica Latim <i>Ecclesia</i>	
81	(Hierotoponímia)		
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)		
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961		
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		

Fotos	33.B.		
Desenhos			
Mapas	33.A.		
Bibliografia Essencial			
[EUSÉBIO, MARQUES, 2005, p. 65]; [LOURENÇO, 2007, p. 120]			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
Não se identificaram materiais arqueológicos associados à sepultura.			
Estruturas Observáveis			
Uma sepultura escavada no afloramento granítico (33.B.). É antropomórfica de tipologia ovalada, orientada a nordeste cabeceira em arco de volta perfeita e com uma métrica máxima de 172cm de comprimento e 49cm de largura.			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave sobre o rio videira		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Rio Videira		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Complexos - A + F		
	Primário Florestal	Secundário Pastoril	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Baixo		
	Enquadramento Regular		
4. Interpretação			
Este sítio é formado por uma sepultura isolada. Cremos estar na presença de uma encosta, com possibilidade de aproveitamento agrícola e facilidade em aceder a caminhos antigos. Face aos dados existentes não é possível admitirmos a existência de um habitat nas envolvências imediatas ao sítio. Refira-se ainda que esta localidade é referida em 1100, documento escrito que atesta a existência, anterior à data, das terras de Senhorim. Remetemos para a abordagem interpretativa apresentada nesta investigação (4.2.2.1.) centrada neste sítio, em conjunto com Adelinha (T.S.A. – N° 24), Adoeiro (T.S.A. – N° 25), Quinta da Cagunça (T.S.A. – N° 29, Vale do Covo I (T.S.A. – N° 31), Vale do Covo II (T.S.A. – N° 32) e Várzea II (T.S.A. – N° 34).			

5. Cronologia	
Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa Séculos X-XI
6. Valorização e Salvaguarda	
Estado de Conservação Razoável	
Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Florestal
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Alta
Medidas de Monitorização	Estabelecer o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos silvícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas.
7. Outras Observações	
<p>Numa contextualização local, importa sublinhar que este sítio, juntamente com os sítios da Várzea II (T.S.A. – Nº 34), localizado a sudoeste, e Azeiteiro (T.S.A. – Nº 25), a oeste, formam um pequeno núcleo de sepulturas escavadas na rocha (raio aproximado de 500m). O sítio em questão é igualmente designado por “Sobreira”, quer em bibliografia [EUSÉBIO, MARQUES, 2005, p. 65] como no Portal do Arqueólogo. Neste contexto, deve-se proceder à anulação e respetiva integração de Sobreira (CNS 35308) na entrada relativa a Várzea (CNS 27955).</p>	
8. Ilustração	
	



33.A) Localização da sepultura escavada na rocha.



33.B) Sepultura antropomórfica da Várzea I.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		34
1. Identificação		
Nome Várzea II	Topónimo Igreja	
CNS 27956	Tipo de Sítio Sepulturas/Habitat	
2. Localização		
Lugar/Localidade Várzea/Igreja	Freguesia Senhorim	
Coordenadas (x) -7.815018; (y) 40.543254	Altitude(m) [367-368]	CMP Fl. 200
<p>Acessos A partir da Igreja Matriz de Senhorim, seguir a estrada em direção à Fonte do Alcaide. Virar no primeiro caminho vicinal à esquerda e percorrê-lo até encontrar, no lado esquerdo, um outro caminho vicinal que conduz ao local das sepulturas. Nas proximidades deste sítio (cerca de 50m a este) encontra-se uma antiga casa agrícola em ruínas (34.A.).</p>		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho	1 e 8	
Tema	<p>1 – Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia).</p> <p>8 – Inquirições de D. Afonso III</p>	
Contributo/ Utilidade	<p>1 – Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI. Proximidade de Várzea II à área nuclear deste território.</p> <p>8 – No que respeita a este documento, enunciemos a reduzida distância entre este lugar e a <i>Ecclesie de Sancta Maria de Seniorim</i> (cerca de 390m a sudeste).</p>	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica Antropo-Cultural	Tipologia Etimológica Latim <i>Ecclesia</i>
81	(Hierotoponímia)	
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	

	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)		
Fotos	34.B.; 34.C.; 34.D.		
Desenhos			
Mapas	34.A.		
Bibliografia Essencial			
[SANTO, 2001, p. 33]; [EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 64-65]; [LOURENÇO,2007, p.121]			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
A norte das sepulturas existem alguns fragmentos cerâmicos de ímbrice e bojós observáveis nas pequenas zonas libertas de mato (34.A.).			
Estruturas Observáveis			
Conjunto de três sepulturas abertas num afloramento granítico. Sepultura 1: antropomórfica de tipologia subtrapezoidal, orientada a este, cabeceira trapezoidal e com uma métrica máxima de 189cm de comprimento e 56cm de largura. Apresenta-se fraturada no contorno direito da zona dos pés. Sepultura 2: não antropomórfica de tipologia ovalada, orientada a sul e com uma métrica máxima de 140cm de comprimento e 38cm de largura. Sepultura 3: antropomórfica de tipologia indeterminada, orientada a nordeste, cabeceira retangular e com um comprimento máximo de 180cm. Este túmulo encontra-se parcialmente destruído na metade direita do leito o que impossibilitou as medições referentes à largura.			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Rio Videira		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Complexos - A + F		
	Primário Florestal	Secundário Pastoril	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Mau		
	Enquadramento Regular		
4. Interpretação			

Este conjunto evidencia uma provável relação familiar representada pelas duas sepulturas adultas e uma de criança. Com base na localização das sepulturas e vestígios de superfície, é possível estarmos na presença de uma encosta ocupada por um pequeno núcleo familiar sepultado junto da sua zona de vivência. Refira-se ainda que esta localidade é referida em 1100, documento escrito que atesta a existência, anterior à data, das terras de Senhorim. Remetemos para a abordagem interpretativa apresentada nesta investigação (4.2.2.1.) centrada neste sítio, em conjunto com Adelinha (T.S.A. – N° 24), Adoeiro (T.S.A. – N° 25), Quinta da Cagunça (T.S.A. – N° 29, Vale do Covo I (T.S.A. – N° 31), Vale do Covo II (T.S.A. – N° 32) e Várzea I (T.S.A. – N° 33).

5. Cronologia

Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa Séculos IX-XI?
--	---

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Razoável

Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Florestal/Silvícola
------------------------------	---

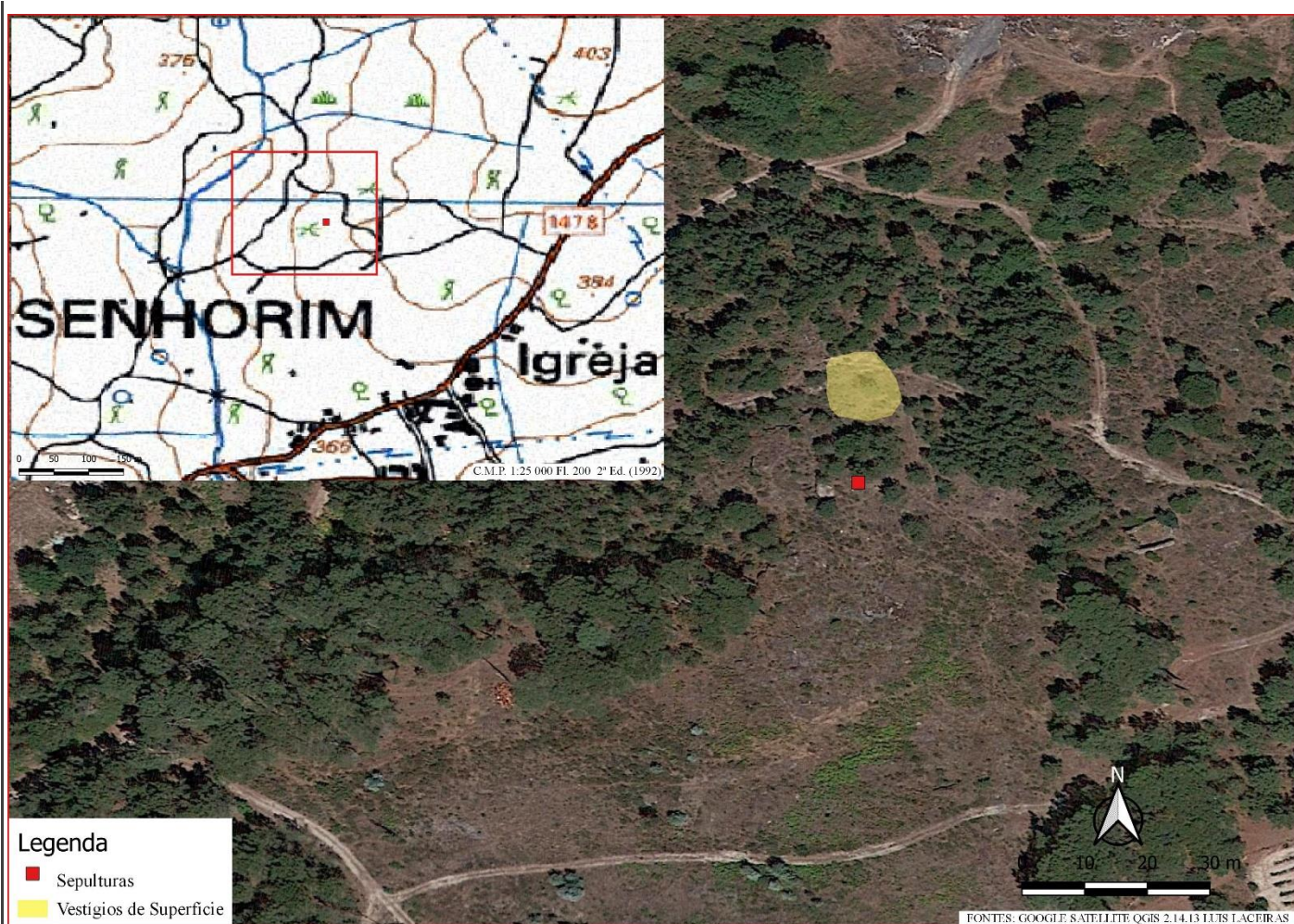
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Alta
----------------------------------	-------------------------

Medidas de Monitorização	Estabelecer o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir, de algum modo, para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos silvícolas/florestais, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos da Alta Idade Média, tão característicos do concelho de Nelas.
---------------------------------	--

7. Outras Observações

Numa contextualização local, este sítio, juntamente com Várzea I (T.S.A. – N° 33), localizado a 250m a nordeste, e Adoeiro (T.S.A. – N° 25), localizado a noroeste, formam um pequeno núcleo de sepulturas escavadas na rocha (raio aproximado de 500m).

8. Ilustração



34.A) Localização da Várzea II.



34.B) Sepultura 1.



34.C) Sepultura 2.



34.D) Sepultura 3.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho
		35
1. Identificação		
Nome Campa dos Mouros		Topónimo Vilar Seco
CNS 24713		Tipo de Sítio Sepultura
2. Localização		
Lugar/Localidade Vilar Seco/Vilar Seco		Freguesia Vilar Seco
Coordenadas		Altitude(m) CMP Fl. 200
Acessos		
3. Documentação e Fontes		
Fontes Orais		
Documentação Escritas		
Nº de Trabalho		
Tema		
Contributo/ Utilidade		
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica	Tipologia Etimológica
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas	
	Cartas Geológicas	
	Outras	
Fotos		
Desenhos		
Mapas		
Bibliografia Essencial		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		
Estruturas Observáveis		
Fisiografia		

Orografia	Forma Geral do Relevo		
	Local de Implantação		
Geologia			
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m)		
	Utilização		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação		
	Primário	Secundário Agrícola	Terciário Pastoril
Paisagem e Visibilidade	Nível de Percepção		
	Enquadramento		
4. Interpretação			
5. Cronologia			
Período Cultural		Cronologia Relativa	
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação			
Grau de Risco		Fator de Risco	
Valor Patrimonial		Valorização	
Medidas de Monitorização			
7. Outras Observações			
Não foi possível relocalizar esta sepultura.			
8. Ilustração			

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		36	
1. Identificação			
Nome Estacas		Topónimo	
CNS 15001		Tipo de Sítio	
2. Localização			
Lugar/Localidade		Freguesia	
Coordenadas		Altitude(m)	CMP Fl.
Acessos			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho			
Tema			
Contributo/Utilidade			
Documentação Onomástica			
Nº de Trabalho	Análise Taxonómica	Tipologia Etimológica	
Documentação Gráfica			
Cartografia	Cartas Geográficas		
	Cartas Geológicas		
	Outras		
Fotos			
Desenhos			
Mapas			
Bibliografia Essencial			
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão			
Estruturas Observáveis			
Fisiografia			

Orografia	Forma Geral do Relevo		
	Local de Implantação		
Geologia			
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m		
	Utilização		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
Uso do Solo	Classificação		
	Primário	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Percepção		
	Enquadramento		
4. Interpretação			
5. Cronologia			
Período Cultural		Cronologia Relativa	
6. Valorização e Salvaguarda			
Estado de Conservação			
Grau de Risco		Fator de Risco	
Valor Patrimonial		Valorização	
Medidas de Monitorização			
7. Outras Observações			
<p>Não foi possível relocalizar esta sepultura. Deverá corresponder a uma das sepulturas do sítio de Francelhe/Laje do Roxo (T.S.A. – N° 37).</p>			
8. Ilustração			

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		37	
1. Identificação			
Nome Francelhe/Laje do Roxo		Topónimo São Salvador	
CNS 15046		Tipo de Sítio Sepulturas	
2. Localização			
Lugar/Localidade São Salvador/Vilar Seco		Freguesia Vilar Seco	
Coordenadas (x) -7.845661; (y) 40.565444		Altitude(m) [413-416]	CMP Fl. 200
<p>Acessos Na E.N. Nº 231, sentido Santar – Nelas, virar à esquerda para a Rua do Pereiro. A seguir ao campo de futebol, cortar à esquerda para um caminho em terra batida paralelo à Quinta do Tralcume. Após percorrer aproximadamente 550m, as sepulturas encontram-se à direita do caminho (cerca de 100m), numa zona de pinhal (37.A.).</p>			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	0/A; 0/B; 1; 8 e 9		
Tema	<p>0/A – Doação da Condessa D. Flamula exarada no Livro de D. Mumadona.</p> <p>0/B – Inventário do património do mosteiro vimaranense presente do <i>Livro de Mumadona Dias</i> (1059).</p> <p>1 – Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia).</p> <p>8 – Inquirições de D. Afonso III.</p> <p>9 – Aforamento do reguengo de Algeraz a dezoito casais.</p>		
Contributo/ Utilidade	<p>0/A – Uma das propriedades mencionadas é <i>vilar sico</i>. Parece tratar-se concretamente de Vilar Seco, concelho de Nelas, sobretudo pela proximidade geográfica com outros lugares referidos no mesmo contexto e passagem documental. Depois de confrontada esta referência com a documentação histórica do século XI e XII, obtivemos outros argumentos complementares: ligações familiares entre intervenientes na documentação (T.D.H. – Nº 1), lugares referidos com relação à toponímia atual, desconstrução etimológica de alguns topónimos (T.T. – Nº 187) e propriedades relacionadas com o tempo das presúrias de Afonso III (T.T. – Nº 197).</p>		

	<p>0/B – Promulgação e confirmação da manutenção da propriedade de Vilar Seco, mencionada em 960 (T.D.H. – N° 0/A).</p> <p>1 – Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI. Pedro Dias e sua mulher Gontina Pelaiz, fizeram em testamento e com aprovação dos filhos, dois casais que tinham em “<i>vilar siccu (...) territorio seniorim</i>”, ao “<i>monasterio petroso</i>”.</p> <p>8 – A informação figurada nas Inquirições refere-se a Vilar Seco: os Mosteiros de Pedroso e Santa Cruz possuíam casais em Vilar Seco; no contexto administrativo e viário, é referida a deslocação de homens de Vila Ruiva para o <i>concilium</i> Vilar Seco, bem como de um homem preso por indemnização que devia, seguramente através da <i>via</i> (“M-II”) <i>que vadit de Seniorim pro ad Vilar Sico</i> (Anexo I – Mapa 6. e 10.)</p> <p>9 – Através do empraçamento de Afonso III do reguengo de Algeraz, três dos casais eram em Vilar Seco.</p>	
Documentação Onomástica		
N° de Trabalho 69	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Hierotoponímia, Hagiotoponímia)	Tipologia Etimológica Português Antigo <i>São Salvador</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	<p>Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)</p> <p>Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961</p> <p>Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)</p>	
Fotos	37.B.; 37.C.; 37.D.	
Desenhos		
Mapas	37.A.	
Bibliografia Essencial		
[EUSÉBIO, MARQUES, 2005]; [LOURENÇO,2007]; [MARQUES,2000]		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		
Cerâmica comum e de construção (ímbrices) grosseira e muito rolada à superfície, localizada a 50m a sul e este do conjunto sepulcral (37.A.).		
Estruturas Observáveis		
Três sepulturas rupestres, encontrando-se afastadas entre si: a sepultura 1 dista cerca de 20m da 2 e esta 15m da sepultura 3 (37.A.). Sepultura 1 (37.B.): antropomórfica de tipologia ovalada, orientada a este, cabeceira em arco ultrapassado e uma métrica máxima de 182cm de comprimento e 44cm de largura. É escavada num		

penedo isolado com 100cm de altura do solo, encontrando-se parcialmente destruída. Sepultura 2 **(37.C.)**: antropomórfica de tipologia trapezoidal, orientada a este, cabeceira com cantos paralelepípedicos e uma métrica máxima de 185cm de comprimento e 54cm de largura. É escavada num penedo isolado com 160cm de altura do solo, apresenta na zona dos pés um pequeno orifício e está fraturada. Sepultura 3 **(37.D.)**: antropomórfica de tipologia retangular, orientada a este, cabeceira com cantos paralelepípedicos e uma métrica máxima de 195cm de comprimento e 55cm de largura.

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave sobre o ribeiro do Cagavaio		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Ribeiro do Cagavaio		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Arbustivo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Complexo - A + F		
	Primário Florestal	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Bom		
	Enquadramento Bom		

4. Interpretação

A sepultura 2 apresenta na zona dos pés alguns particularismos: um pequeno orifício no contorno direito com 6cm de diâmetro e 18cm de extensão associado a um canal de escorrência, possivelmente associado ao sistema de drenagem de líquidos do interior da própria sepultura **(37.C.)**; identificaram-se vestígios de talhe relacionados com um pequeno degrau que facilitaria o acesso a esta estrutura, no entanto encontra-se parcialmente destruído face às explorações locais de pedra. Este conjunto sepulcral integra também uma pequena pia escavada no afloramento granítico, com 32cm de diâmetro e 15cm de profundidade, situada entre as sepulturas 2 e 3. Numa análise local, no momento da abertura das sepulturas não foram considerados os grandes afloramentos graníticos para se situarem lado a lado, ao invés utilizaram os penedos isolados que mais se destacam na paisagem (sepulturas 1 e 2) e um pequeno afloramento granítico (sepultura 3). No campo da toponímia, sublinhe-se a proximidade ao hagiopónimo “São Salvador” (cerca de 600m a sudoeste). A presença de materiais cerâmicos, quer utilitários como de construção, deduzem uma ocupação simultânea do espaço entre os vivos e os mortos. Cremos estar na presença de uma encosta suave onde viveram e morreram elementos de um pequeno núcleo familiar, aproveitando o solo fértil, a hidrografia e as acessibilidades locais,

elementos preponderantes para o quotidiano das populações rurais nos finais da Alta Idade Média. Neste sentido, não é descabido tratar-se de um lugar onde existiu um Habitat, como proposto no historial de investigação [LOURENÇO, 2007, p. 55]. A ocupação humana desta zona durante da Alta Idade Média é igualmente provada pela documentação escrita e toponímia. A menção escrita mais antiga remonta a 960 (T.D.H. – Nº 0/A), posteriormente repetida em 1059. Já em 1100 ocorre a deiza, por testamento, de dois casais ao Mosteiro de Pedroso, situados em “(...) uillar siccu (...) territorio seniorim (...)” (T.D.H. – Nº 1), propriedades novamente referidas nas Inquirições Afonsinas de 1258 (T.D.H. – Nº 8). Para a abordagem interpretativa e conjunta do caso de Vilar Seco nos finais da Alta Idade Média e inícios da Baixa Idade Média, onde se integra este sítio arqueológico a par do Prado (T.S.A. – Nº 38), Quinta do Serrado (T.S.A. – Nº 39) e São Salvador (T.S.A. – Nº 40), consultar o Capítulo 4 desta investigação.

5. Cronologia

Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa X-XII?
--	-----------------------------------

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Fraco

Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Florestal/Extração de pedra
------------------------------	---

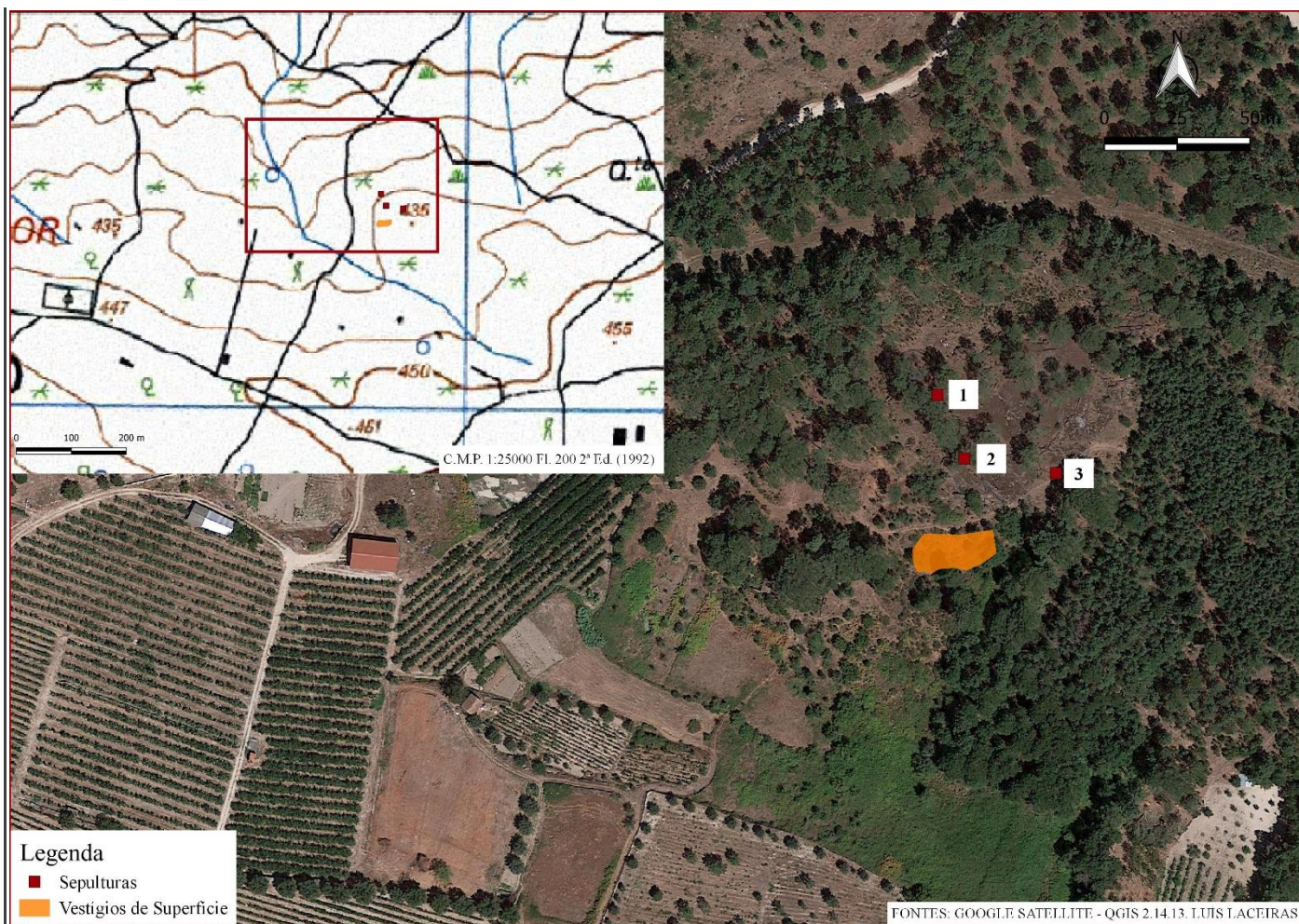
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Alta
----------------------------------	-------------------------

Medidas de Monitorização	Estabelecer o contacto direto com o proprietário do terreno, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos silvícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas.
---------------------------------	---

7. Outras Observações

A sepultura 1, parcialmente destruída no contorno esquerdo desde a cabeceira à zona dos pés, dista 20m e 40m a noroeste das sepulturas 2 e 3, respetivamente. A integração de uma pequena pia no espaço necrológico pode cumprir uma função ritual, limitando-se, no entanto, a simbolizar o banho que precedia a inumação, dada a pouca água que armazenava no seu interior [MARQUES, 2000, p.209].

8. Ilustração



37.A) Sepulturas escavadas na rocha e vestígios de superfície.



37.B) Sepultura 1.



37.C) Sepultura 2.



37.D) Sepultura 3.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		38	
1. Identificação			
Nome Prado		Topónimo Vilar Seco	
CNS 12645		Tipo de Sítio Sepulturas/Habitat	
2. Localização			
Lugar/Localidade Vilar Seco/Vilar Seco		Freguesia Vilar Seco	
Coordenadas (x) -7.862821; (y) 40.564796		Altitude(m) [419-420]	CMP Fl. 200
Acessos Na estrada nacional (231), sentido Santar – Nelas, virar à esquerda para a Rua do Pereiro. Depois de uma curva acentuada à direita as sepulturas localizam-se no lado direito, em zona de vinha.			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	0/A; 0/B; 1; 8 e 9		
Tema	<p>0/A – Doação da Condessa D. Flamula exarada no Livro de D. Mumadona.</p> <p>0/B – Inventário do património do mosteiro vimaranense presente do <i>Livro de Mumadona Dias</i> (1059).</p> <p>1 – Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia).</p> <p>8 – Inquirições de D. Afonso III.</p> <p>9 – Aforamento do reguengo de Algeraz a dezoito casais.</p>		
Contributo/ Utilidade	<p>0/A – Uma das propriedades mencionadas é <i>vilar sico</i>. Parece tratar-se concretamente de Vilar Seco, concelho de Nelas, sobretudo pela proximidade geográfica com outros lugares referidos no mesmo contexto e passagem documental. Depois de confrontada esta referência com a documentação histórica do século XI e XII, obtivemos outros argumentos complementares: ligações familiares entre intervenientes na documentação (T.D.H. – Nº 1), lugares referidos com relação à toponímia atual e propriedades relacionadas com o tempo das presúrias de Afonso III (T.T. – Nº 197).</p> <p>0/B – Promulgação e confirmação da manutenção da propriedade de Vilar Seco, mencionada em 960 (T.D.H. – Nº 0/A).</p>		

	<p>1 – Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI. Pedro Dias e sua mulher Gontina Pelaiz, fizeram em testamento e com aprovação dos filhos, dois casais que tinham em “<i>vilar siccu (...) territorio seniorim</i>”, ao “<i>monasterio petroso</i>”.</p> <p>8 – A informação figurada nas Inquirições refere-se a Vilar Seco: os Mosteiros de Pedroso e Santa Cruz possuíam casais em Vilar Seco; no contexto administrativo e viário, é referida a deslocação de homens de Vila Ruiva para o <i>concilium</i> Vilar Seco, bem como de um homem preso por indemnização que devia, seguramente através da <i>via</i> (“M-II”) <i>que vadit de Seniorim pro ad Vilar Sico</i> (Anexo I – Mapa 6. e 10.).</p> <p>9 – Através do empraçamento de Afonso III do reguengo de Algeraz, três dos casais eram em Vilar Seco.</p>	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 187	Análise Taxonómica Antropo-Cultural e Física/Natural (Oicotoponímia/Lexotoponímia)	Tipologia Etimológica Português Antigo <i>Villar Siccu</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945); 2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos	38.B.; 38.C.; 38.D.; 38.E.	
Desenhos		
Mapas	38.A.	
Bibliografia Essencial		
[EUSÉBIO, MARQUES, 2005, pp. 64-65]; [LOURENÇO, 2007]; [MARQUES, 2000]; [PEDRO, VAZ, MARQUES, 1994, p. 73]; [ROCHA, 1897, p. 86]; [VAZ, 1997]		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		
Encontram-se alguns vestígios cerâmicos de superfície enquadráveis no período Romano/Alta Idade Média (tégulas, ímbrices e cerâmica comum muito rolada) na vinha imediatamente a sul (38.A.) do conjunto sepulcral [VAZ, 1997].		
Estruturas Observáveis		
Três sepulturas abertas no afloramento granítico (38.B.). Sepultura 1 (38.C.): antropomórfica de tipologia retangular, orientada a sudeste, cabeceira em arco peralteado e uma métrica máxima de 176cm de comprimento e 52cm de largura. Encontra-se atualmente fraturada na zona dos pés. Sepultura 2 (38.D.):		

antropomórfica de tipologia trapezoidal, orientada a sudeste, cabeceira em arco de volta perfeita e uma métrica máxima de 177cm de comprimento e 51cm de largura. Apresenta uma fratura na zona dos pés. Sepultura 3 (38.E.): antropomórfica de tipologia ovalada, orientada a sudeste, cabeceira em arco de volta perfeita e uma métrica máxima de 171cm de comprimento e 41cm de largura.

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Pequeno cabeço		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Um afluente do ribeiro do Cagavaio		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Herbáceo		
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Agrícola	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Bom		

4. Interpretação

Após visitarmos o local, os vestígios cerâmicos de superfície restringem-se a um número reduzido de fragmentos cerâmicos de construção, existindo algumas dúvidas quanto ao seu enquadramento cronológico (38.A.). A realidade atual observada à superfície contrasta com as descrições do historial de investigação que referem a abundância de tégulas, ímbrices e cerâmica comum [VAZ, 1997, p. 67]. Com base nessas constatações, colocou-se a hipótese da existência de um “Habitat Romano”, classificação teórica utilizada na definição de ocupações romanas, cujo espólio é parco para determinar outras formas de assentamento [*idem*]. Já o conjunto sepulcral situado num afloramento granítico, deverá associar-se a um ritual de inumação de cariz familiar. Cremos estar na presença de um pequeno cabeço onde viveram e morreram elementos de um pequeno núcleo familiar, aproveitando o solo fértil, a hidrografia e as acessibilidades locais, elementos preponderantes para o quotidiano das populações rurais nos finais da Alta Idade Média. Neste sentido, este lugar poderá representar um dos assentamentos referidos na documentação histórica, igualmente familiar à ocupação humana verificada na Quinta do Serrado (T.S.A. – N° 39), sítio localizado a cerca de 350m para sudoeste. A ocupação humana desta zona durante da Alta Idade Média é igualmente provada pela documentação escrita e toponímia. A menção escrita mais antiga remonta a 960 (T.D.H. – N° 0/A), posteriormente repetida em 1059. Já em 1100 ocorre a deixa, por testamento, de dois casais ao Mosteiro de

Pedroso, situados em “(...) *uillar siccu (...) territorio seniorim (...)*” (T.D.H. – Nº 1), propriedades novamente referidas nas Inquirições Afonsinas de 1258 (T.D.H. – Nº 8). Para a abordagem interpretativa e conjunta do caso de Vilar Seco nos finais da Alta Idade Média e inícios da Baixa Idade Média, onde se integra este sítio arqueológico a par de Francelhe/Laje do Roxo (T.S.A. – Nº 37), Quinta do Serrado (T.S.A. – Nº 39) e São Salvador (T.S.A. – Nº 40), ver o Capítulo 4 desta investigação.

5. Cronologia

Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa Séculos IX-XI?
--	---

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Razoável

Grau de Risco Normal	Fator de Risco Agrícola
-----------------------------	--------------------------------

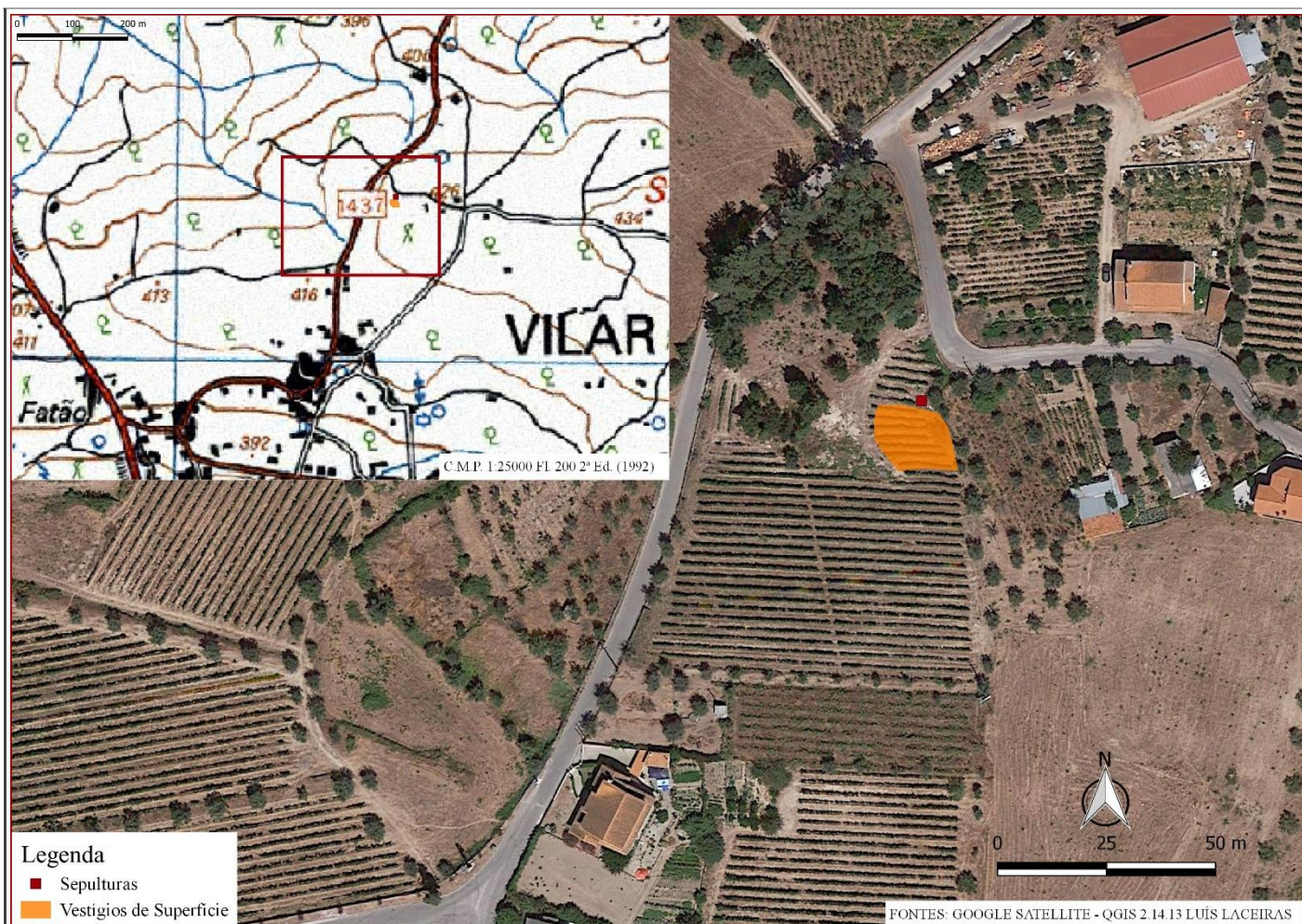
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Alta
----------------------------------	-------------------------

Medidas de Monitorização	Manter o contacto direto com os proprietários dos terrenos, visando a sensibilização dos mesmos na tentativa de contribuir para a preservação e proteção deste sítio. Proceder a visitas contínuas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos agrícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície com maior fiabilidade cronológica. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos, tão característicos do concelho de Nelas.
---------------------------------	---

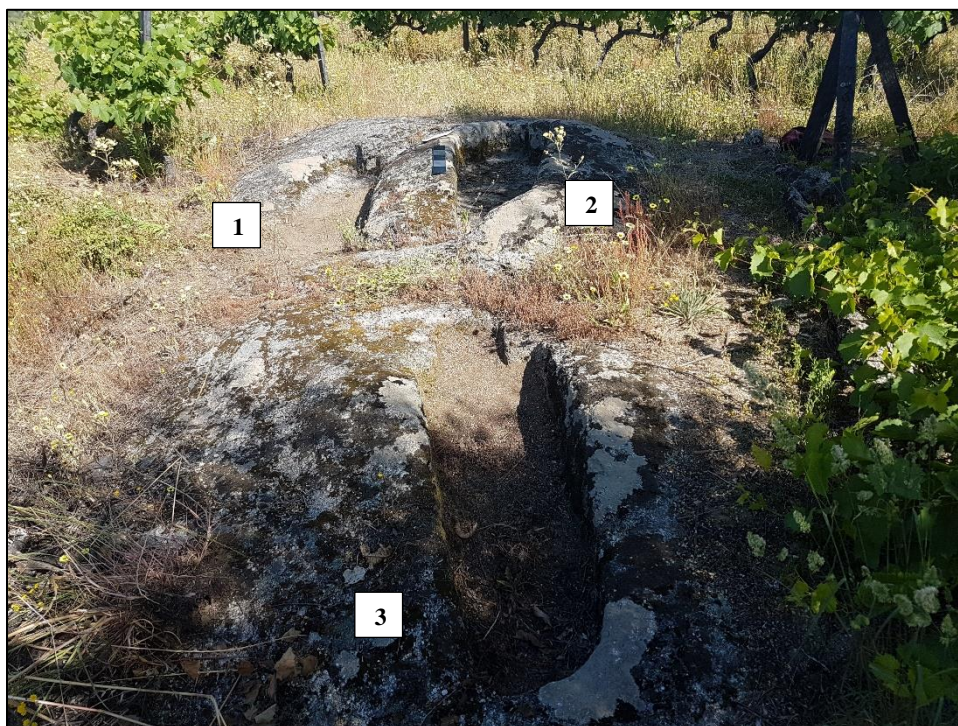
7. Outras Observações

Este sítio é também classificado como *habitat* de período romano, face aos materiais cerâmicos identificados da referida cronologia [VAZ, 1997, p. 67]. Presentemente, os vestígios cerâmicos de superfície são praticamente inexistentes e deixam algumas dúvidas quanto à sua verdadeira cronologia por serem fragmentos muito rolados, de pequena dimensão e com pouca fiabilidade para determinar uma cronologia segura. Ainda no contexto do historial de investigação, António Santos Rocha refere o achamento de fragmentos de materiais de construção e de cerâmica comum romana para Vilar Seco, o que pode corresponder aos vestígios de superfície da Quinta do Serrado (T.S.A. – Nº 39) ou a este sítio [1897, p. 86].

8. Ilustração



38.A) Sepulturas escavadas na rocha e vestígios de superfície.



38.B) Identificação das sepulturas.



38.C) Sepultura 1.



38.D) Sepultura 2.



38.E) Sepultura 3.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		39	
1. Identificação			
Nome Quinta do Serrado		Topónimo Vilar Seco	
CNS 27919		Tipo de Sítio Sepulturas/Habitat	
2. Localização			
Lugar/Localidade Vilar Seco/Vilar Seco		Freguesia Vilar Seco	
Coordenadas (x) -7.865728; (y) 40.562028		Altitude(m) [405]	CMP Fl. 200
Acessos Este sítio localiza-se na Quinta do Serrado, propriedade delimitada a oeste pela E.N. Nº 231, a este por outras propriedades privadas, a norte pela Rua do Pereira e a sul pela Rua do Figueiredo.			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais			
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	0/A; 0/B; 1; 8 e 9		
Tema	<p>0/A – Doação da Condessa D. Flamula exarada no Livro de D. Mumadona.</p> <p>0/B – Inventário do património do mosteiro vimaranense presente do <i>Livro de Mumadona Dias</i> (1059).</p> <p>1 – Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia).</p> <p>8 – Inquirições de D. Afonso III.</p> <p>9 – Aforamento do reguengo de Algeraz a dezoito casais.</p>		
Contributo/ Utilidade	<p>0/A – Uma das propriedades mencionadas é <i>vilar sico</i>. Parece tratar-se concretamente de Vilar Seco, concelho de Nelas, sobretudo pela proximidade geográfica com outros lugares referidos no mesmo contexto e passagem documental. Depois de confrontada esta referência com a documentação histórica do século XI e XII, obtivemos, ainda, outros argumentos complementares: ligações familiares entre intervenientes na documentação (T.D.H. – Nº 1), lugares referidos com relação à toponímia atual, desconstrução etimológica de alguns topónimos (T.T. – Nº 187) e propriedades relacionadas com o tempo das presúrias de Afonso III (T.T. – Nº 197).</p> <p>0/B – Promulgação e confirmação da manutenção da propriedade de Vilar Seco, mencionada em 960 (T.D.H. – Nº 0/A).</p>		

	<p>1 – Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI. Pedro Dias e sua mulher Gontina Pelaiz, fizeram em testamento e com aprovação dos filhos, dois casais que tinham em “<i>vilar siccu (...) territorio seniorim</i>”, ao “<i>monasterio petroso</i>”.</p> <p>8 – A informação figurada nas Inquirições refere-se a Vilar Seco: os Mosteiros de Pedroso e Santa Cruz possuíam casais em Vilar Seco; no contexto administrativo e viário, é referida a deslocação de homens de Vila Ruiva para o <i>concilium</i> Vilar Seco, bem como de um homem preso por indemnização que devia, seguramente através da <i>via</i> (M-II) <i>que vadit de Seniorim pro ad Vilar Sico</i> (Anexo I – Mapa 6. e 10.).</p> <p>9 – Através do empraçamento de Afonso III do reguengo de Algeraz, três dos casais eram em Vilar Seco.</p>	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 187	Análise Taxonómica Antropo-Cultural e Física/Natural (Oicotoponímia/Lexotoponímia)	Tipologia Etimológica Português Antigo <i>Villar Siccu</i>
Documentação Gráfica		
Cartografia	<p>Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)</p> <p>Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961</p> <p>Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)</p>	
Fotos	39.B.	
Desenhos		
Mapas	39.A.	
Bibliografia Essencial		
[ALARCÃO, 1988, p. 61]; [EUSÉBIO, MARQUES, 2005]; [LOUREIRO, 1988, p. 28]; [LOURENÇO,2007]; [MARQUES,2000]; [ROCHA, 1897, p. 86]; [VAZ, 1997]		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		
<p>Cerâmica comum e de construção (tégulas e ímbrices) à superfície, de cronologia romana e medieval a sul, este e norte das sepulturas, ainda que muito fragmentada por culpa das lavras sucessivas concretizadas na vinha [LOURENÇO, 2007, p. 120]. Segundo o historial de investigação, existe uma concentração de cerâmica de construção e utilitária enquadrável no período romano no extremo ocidental desta propriedade, no entanto, presentemente, só identificámos tais vestígios nas proximidades das sepulturas, ou seja, no extremo oriental da referida quinta. Está igualmente associada a este sítio a recolha de um fragmento de tégula com um <i>signo saimão desenhado</i> [ROCHA, 1897, p. 86].</p>		

Estruturas Observáveis			
Duas sepulturas escavadas lado a lado no afloramento granítico (39.B.). Sepultura 1: antropomórfica de tipologia ovalada, orientada a sul, cabeceira em arco ultrapassado e com uma métrica máxima de 190cm de comprimento e 47cm de largura. Sepultura 2: antropomórfica de tipologia ovalada, orientada a Sul, cabeceira em arco ultrapassado e com uma métrica máxima de 188cm de comprimento e 47cm de largura, apresentando-se fraturada na zona dos pés.			
Fisiografia			
Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave virada a sudoeste		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Um afluente do ribeiro do Cagavaio		
	Utilização Irrigação		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Herbáceo	Arbóreo	
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Agrícola	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção Razoável		
	Enquadramento Bom		
4. Interpretação			
<p>No que respeita aos vestígios arqueológicos referentes ao período romano, resumem-se a um número muito reduzido de fragmentos cerâmicos, tal como presentemente se observa à superfície, existindo algumas dúvidas quanto ao seu enquadramento cronológico. Segundo o historial da investigação, existiriam igualmente vestígios de superfície no extremo oeste da quinta e terrenos paralelos à mesma, realidade não verificada atualmente. Estes vestígios levaram a considerar a existência de um <i>habitat</i>, classificação teórica utilizada na definição de ocupações romanas, cujo espólio é parco para determinar outras classificações [VAZ, 1997].</p> <p>Creemos estar na presença de uma encosta suave onde viveram e morreram elementos de um pequeno núcleo familiar, aproveitando o solo fértil, a hidrografia e as acessibilidades locais, elementos preponderantes para o quotidiano das populações rurais. Este lugar seria igualmente familiar à ocupação humana verificada no sítio do Prado (T.S.A. – N° 38), localizado a cerca de 350m. A ocupação humana desta zona durante da Alta Idade Média é igualmente provada pela documentação escrita e toponímia. No respeito à documentação escrita, a menção mais antiga remonta a 960 (T.D.H. – N° 0/A), posteriormente repetida em 1059. Já em 1100 ocorre a deixa, por testamento, de dois casais ao Mosteiro de Pedroso, situados em “(...) uillar siccu (...) territorio</p>			

seniorim (...)” (T.D.H. – N° 1), propriedades novamente referidas nas Inquirições Afonsinas de 1258 (T.D.H. – N° 8). Pode este sítio corresponder a uma das propriedades mencionadas nos séculos X-XI? Para a abordagem interpretativa e conjunta do caso de Vilar Seco nos finais da Alta Idade Média e inícios da Baixa Idade Média, onde se integra este sítio arqueológico a par de Francelhe/Laje do Roxo (T.S.A. – N° 37), Prado (T.S.A. – N° 38) e São Salvador (T.S.A. – N° 40), ver o Capítulo 4 desta investigação.

5. Cronologia

Período Cultural Romano/Alta Idade Média	Cronologia Relativa Séculos? /X-XII?
---	---

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação Bom

Grau de Risco Normal	Fator de Risco Agrícola
-----------------------------	--------------------------------

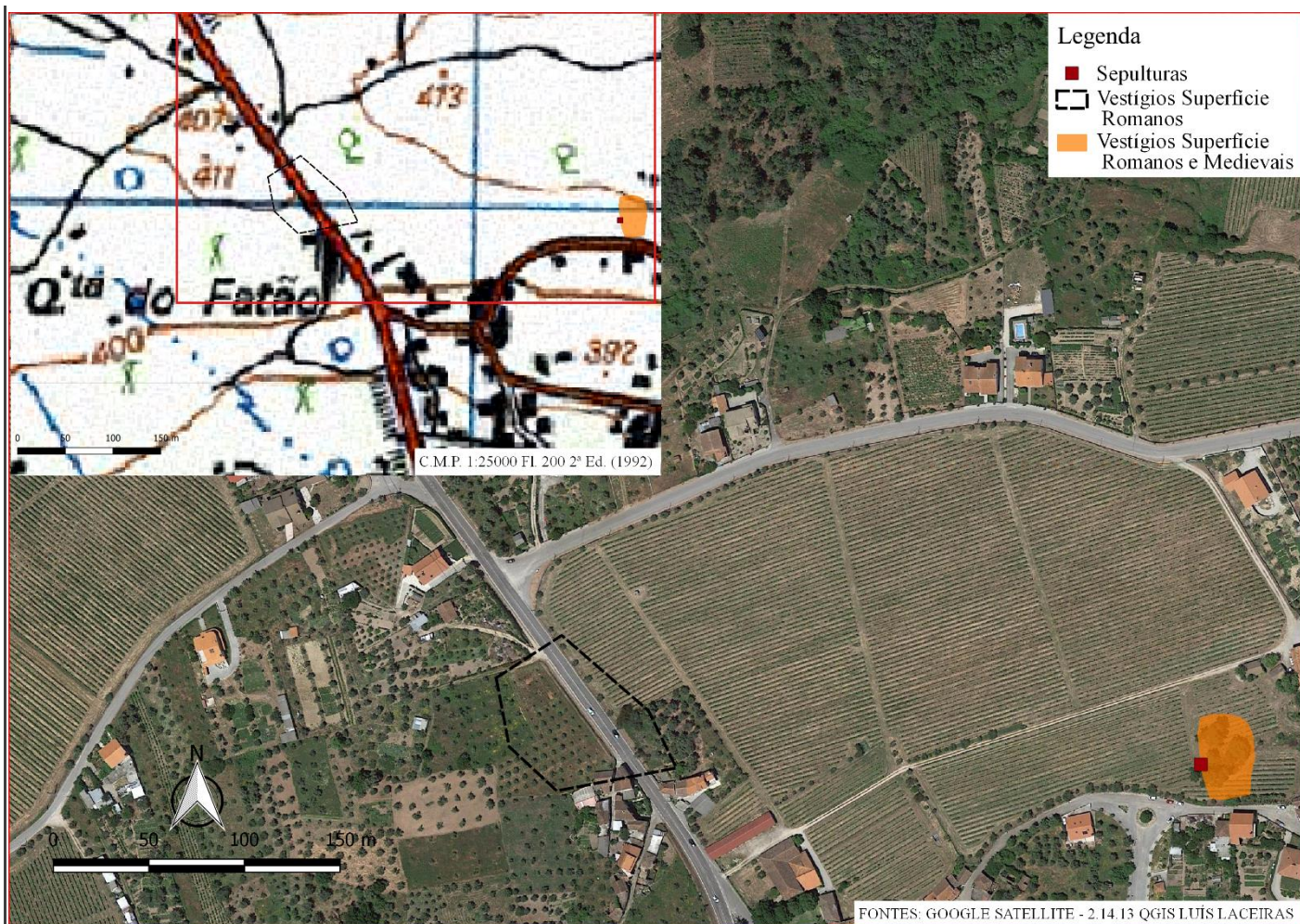
Valor Patrimonial Mediano	Valorização Alta
----------------------------------	-------------------------

Medidas de Monitorização	Manter o contacto direto com o proprietário, visando a sensibilização do mesmo na tentativa de contribuir para a preservação e proteção deste sítio. Dar continuidade às visitas para avaliar possíveis alterações do solo, essencialmente decorrentes de trabalhos agrícolas, com objetivo simultâneo de minimizar o impacto dessa atividade sobre o lugar e avaliar o aparecimento de novos dados à superfície. Considerar a criação e desenvolvimento de um projeto de monitorização e divulgação patrimonial destes testemunhos antrópicos.
---------------------------------	---

7. Outras Observações

Com base no historial de investigação, este sítio corresponde à designação de “Vilar Seco” [ALARCÃO, 1988, p. 61; LOUREIRO, 1988, p. 28; ROCHA, 1897, p. 86].

8. Ilustração



39.A) Sepulturas escavadas na rocha e vestígios de superfície.



39. B) Sepulturas rupestres da Quinta do Serrado.

“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” - Sítios Arqueológicos		Nº de Sítio/Trabalho	
		40	
1. Identificação			
Nome São Salvador		Topónimo São Salvador	
CNS 35309		Tipo de Sítio Sepultura	
2. Localização			
Lugar/Localidade Vilar Seco/Vilar Seco		Freguesia Vilar Seco	
Coordenadas (x) -7.855029; (y) 40.564393		Altitude(m) [430]	CMP Fl. 200
Acessos Na E.N. Nº 231, sentido Santar – Nelas, virar à esquerda para a Rua do Pereiro. Na zona de entroncamento com a Rua do Fojo virar à esquerda em direção ao marco geodésico. A sepultura encontra-se a cerca de 8m a norte do marco geodésico (40.A.).			
3. Documentação e Fontes			
Fontes Orais	Segundo o proprietário do terreno, encontra-se neste lugar uma “sepultura escavada na pedra com a forma de um Homem” (possivelmente antropomórfica), presentemente aterrada, junto de um alinhamento de videiras e na continuação do geológico onde assenta o marco geodésico.		
Documentação Escritas			
Nº de Trabalho	0/A; 0/B; 1; 8 e 9		
Tema	0/A – Doação da Condessa D. Flamula exarada no Livro de D. Mumadona. 0/B – Inventário do património do mosteiro vimaranense presente do <i>Livro de Mumadona Dias</i> (1059). 1 – Deixa de dois casais em Vilar Seco, território de Senhorim, ao Mosteiro de Pedroso (C. Vila Nova de Gaia). 8 – Inquirições de D. Afonso III. 9 – Aforamento do reguengo de Algeraz a dezoito casais.		
Contributo/ Utilidade	0/A – Uma das propriedades mencionadas é <i>vilar sico</i> . Parece tratar-se concretamente de Vilar Seco, concelho de Nelas, sobretudo pela proximidade geográfica com outros lugares referidos no mesmo contexto e passagem documental. Depois de confrontada esta referência com a documentação histórica do século XI e XII, obtivemos outros argumentos complementares: ligações familiares entre intervenientes na documentação (T.D.H. – Nº 1), lugares referidos com relação à toponímia atual, desconstrução etimológica de alguns		

	<p>topónimos (T.T. – Nº 187) e propriedades relacionadas com o tempo das presúrias de Afonso III (T.T. – Nº 197).</p> <p>0/B – Promulgação e confirmação da manutenção da propriedade de Vilar Seco, mencionada em 960 (T.D.H. – Nº 0/A).</p> <p>1 – Alusão direta e confirmação diplomática da existência do território de Senhorim no século XI. Pedro Dias e sua mulher Gontina Pelaiz, fizeram em testamento e com aprovação dos filhos, dois casais que tinham em “<i>vilar siccu (...) territorio seniorim</i>”, ao “<i>monasterio petroso</i>”.</p> <p>8 – A informação figurada nas Inquirições refere-se a Vilar Seco: os Mosteiros de Pedroso e Santa Cruz possuíam casais em Vilar Seco; no contexto administrativo e viário, é referida a deslocação de homens de Vila Ruiva para o <i>concilium</i> Vilar Seco, bem como de um homem preso por indemnização que devia, seguramente através da <i>via</i> (“M-II”) <i>que vadit de Seniorim pro ad Vilar Sico</i> (Anexo I – Mapa 6. e 10.).</p> <p>9 – Através do empraçamento de Afonso III do reguengo de Algeraz, três dos casais eram em Vilar Seco.</p>	
Documentação Onomástica		
Nº de Trabalho 69	Análise Taxonómica Antropo-Cultural (Hierotoponímia/Hagiotoponímia)	Tipologia Etimológica Português Antigo São Salvador
Documentação Gráfica		
Cartografia	Cartas Geográficas C.M.P. fl. 200 (1:25000) - 1ª Ed. (1945);2ª Ed. (1992)	
	Cartas Geológicas C.G.P. 17-C (1: 50000) - 1961	
	Outras CARTA LITOLÓGICA I.13 (1: 1000000)	
Fotos		
Desenhos		
Mapas	40.A.	
Bibliografia Essencial		
[MARQUES,2000]		
Vestígios de Superfície e Áreas de Dispersão		
Existe um amontoado de pedra miúda e cerâmica de construção muito rolada nas proximidades da sepultura, elementos retirados e depositados pelo proprietário no decurso das movimentações das terras envolventes.		
Estruturas Observáveis		

Esta sepultura é igualmente referida com base nas informações orais em estudos anteriores [MARQUES,2000, p. 107].

Fisiografia

Orografia	Forma Geral do Relevo Encosta		
	Local de Implantação Encosta suave		
Geologia	Granito porfiroide, predominantemente biotítico de grão muito grosseiro, grosseiro ou grosseiro a médio		
Hidrologia	Recursos Hídricos (r=500m) Um afluente do ribeiro do Cagavaio		
	Utilização		
Coberto Vegetal	Primário	Secundário	Terciário
	Herbáceo		
Uso do Solo	Classificação Agrícola - A		
	Primário Agrícola	Secundário	Terciário
Paisagem e Visibilidade	Nível de Perceção		
	Enquadramento		

4. Interpretação

Este lugar seria igualmente familiar à ocupação humana verificada no sítio de Francelhe/Laje do Roxo (T.S.A. – N° 37) localizada a noroeste (cerca de 600m). Para a abordagem interpretativa e conjunta do caso de Vilar Seco nos finais da Alta Idade Média e inícios da Baixa Idade Média, onde se integra este sítio arqueológico a par de Francelhe/Laje do Roxo (T.S.A. – N° 37), Prado (T.S.A. – N° 38) e Quinta do Serrado (T.S.A. – N° 39), reveja-se o Capítulo 4 desta investigação.

5. Cronologia

Período Cultural Alta Idade Média	Cronologia Relativa ?
--	------------------------------

6. Valorização e Salvaguarda

Estado de Conservação	
Grau de Risco Elevado	Fator de Risco Agrícola
Valor Patrimonial	Valorização Alta
Medidas de Monitorização	Informar e sensibilizar o proprietário agrícola do valor e necessária proteção deste sítio, representativo de um passado histórico comum e identitário a toda a comunidade local. Estabelecer contacto regular com o proprietário para se proceder ao estado da situação, com vista a minimizar o futuro desaterro da sepultura. Incorporar este lugar no projeto de monitorização patrimonial.

7. Outras Observações

Encontra-se atualmente aterrada. Torna-se necessário averiguar e minimizar futuros desaterros que venham a ser concretizados pelo proprietário.

8. Ilustração



40.A) Localização hipotética da sepultura rupestre de São Salvador, segundo informações orais do proprietário.

Tabela de Inscrições Romanas (T.I.R.)

**IDENTIFICAÇÃO DA ESTRUTURA – TABELA DE INSCRIÇÕES ROMANAS
(T.I.R.)**

<p>“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” – Inscrições Romanas</p>		<p>Nº de Inscrição/Trabalho</p>
		<p>Número de inventário atribuído sequencialmente (T.I.R.), seguindo a ordem dos sítios arqueológicos (T.S.A.).</p>
<p>1. Identificação</p>		
<p>Tipologia Quatro aras votivas e uma placa funerária.</p>	<p>CNS Sempre que exista o Código Nacional de Sítio (Portal do Arqueólogo – DGPC) é devidamente mencionado.</p>	
<p>Material Tipo de matéria-prima e suas especificidades, utilizada para a concepção do monumento (granito).</p>	<p>Lugar de Achado Local onde se identificou e recolheu o monumento.</p>	
<p>Lugar/Localidade Refere-se ao lugar/localidade atual mais próximo, revelando a relação socioeconómica e administrativa atual de determinada localidade ao monumento.</p>	<p>Freguesia Nome da freguesia a que pertence o lugar/localidade do achado.</p>	
<p>Paradeiro Local atual onde se encontra depositado.</p>		
<p>2. Descrição e análise geral</p>		
<p>Descrição Apresentam-se as características dos monumentos de acordo com a terminologia epigráfica utilizada.</p>	<p>Dimensões Gerais Medidas máximas apresentadas em centímetros.</p>	
<p>Leitura Interpretada Leitura do campo epigráfico com base na interpretação, desdobramento de siglas e</p>	<p>Tradução Tradução do campo epigráfico para o português atual.</p>	

abreviaturas e na reconstituição do que falta, seguindo as regras da epigrafia romana.	
Comentário Paleográfico	
Modo como o texto foi paginado e gravado (tipo de letra, características do traçado).	
Comentário Histórico	
Passa pela compreensão histórica do monumento quanto à sua monumentalidade, decoração, contexto do achado e texto (fórmulas, antropónimos, teónimos e concisão).	
Cronologia Relativa Datação atribuída de acordo com as observações históricas, tipo de letra e formulário utilizado.	
Outras Observações	
Descritor dedicado à contemplação de outras informações importantes para o estudo de cada monumento.	
Bibliografia Referências bibliográficas referentes a cada monumento estudado.	
3. ILUSTRAÇÃO	
Registo fotográfico de cada monumento.	

<p align="center">“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” – Inscrições Romanas</p>		<p>Nº de Inscrição/Trabalho</p>
		<p>41</p>
<p>1. Identificação</p>		
<p>Tipologia Ara Votiva</p>	<p>CNS 17639</p>	
<p>Material Granito de grão médio</p>	<p>Lugar de Achado Jardim da Casa do Dr. Reis Pinto (?), paralelo à Rua Arquiteto Keil do Amaral. Segundo as informações orais, esta peça foi transportada do núcleo romano do Casal/Passal*, concretamente do Casal/Olival Grande I (T.S.A. – Nº 1), lugar próximo (cerca de 350m a noroeste) onde foi recolhido outro monumento (T.I.R. – Nº 42).</p>	
<p>Lugar/Localidade Casal*/Canas de Senhorim</p>	<p>Freguesia Canas de Senhorim</p>	
<p>Paradeiro Sala Museu da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim (Canas de Senhorim)</p>		
<p>2. Descrição e análise geral</p>		
<p>Descrição</p> <p>Ara votiva (com teónimo) dedicada a Besencla. Apresenta um fôculo quadrado na parte superior do capitel com moldura, fuste sem demarcação do campo epigráfico e base separada deste por um simples ressalto duplo.</p>	<p>Dimensões Gerais (centímetros)</p> <p>Suporte Altura:70. Largura:24. Espessura: 22. Capitel: 28. Base: 28. Campo epigráfico Altura: 47. Largura: 33. Altura das letras 1:4 a 4,5; 2:4,5; 3:4,5 a 5; 4:4 a 5; 5:3,5 a 4; 6: 3,5. Espaços interlineares 1:0; 2:1,5; 3:2; 4:1,5; 5:1; 6:0,5; 7:2.</p>	
<p>Leitura Interpretada</p> <p>BESEN / CLAE / DOCQV / IRVS CE / LTI . V(otum) . A (nimo) / L (ibens) .</p>	<p>Tradução</p> <p>A Besencla, Doquiro, de Céltio, cumpriu, de bom grado, o voto.</p>	
<p>Comentário Paleográfico</p>		

Campo epigráfico desgastado por culpa dos fenómenos naturais e do suporte granítico utilizado. Apresenta uma gravação atuária, pouco profunda e com pontuação redonda. Quanto à paginação, é relativamente cuidada com as letras a ocuparem todo o espaço disponível, tendo existido a preocupação em destacar o nome da divindade nas duas primeiras linhas. O campo epigráfico menciona o teónimo e seu dedicante, claramente destacados através da maior dimensão das letras comparativamente às restantes siglas.

Comentário Histórico

Este monumento é o resultado da concretização de um voto a Besencla, divindade indígena, por Doquiro, então identificado à maneira indígena (apenas com patronímico). Também, o cognome Céltio não é latino. Com base nas características paleográficas, objetividade do texto e forma de identificação do dedicante (maneira indígena), estaremos perante um monumento que datará do século I ou II d. C.. Remetemos para a abordagem conjunta dos dados epigráficos romanos presentes neste trabalho (4.2.1.1.).

Cronologia Relativa Séculos I-II

Outras Observações

Com base no radical *Besen-*, de *Besenclae*, João Inês Vaz sugeriu uma aproximação a *Beseo* ou *Veseo* [VAZ, 1987;1989;1997]. Presentemente, não existe qualquer fundamento para continuar a valorizar esta hipótese. Já tivemos ocasião de nos reportar detalhadamente a este assunto (4.2.1.1).

Bibliografia [VAZ, 1987, pp. 64-65; 1993, pp. 330-331]

3. ILUSTRAÇÃO



41.A) Ara votiva de Canas de Senhorim dedicada a Besencla.

<p align="center">“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” – Inscrições Romanas</p>		<p>Nº de Inscrição/Trabalho</p>
		<p>42</p>
<p>1. Identificação</p>		
<p>Tipologia Ara Votiva</p>	<p>CNS</p>	
<p>Material Granito de grão fino</p>	<p>Lugar de Achado Recolhida em 1929 por José Leite de Vasconcelos, na zona do Casal/Olival Grande I (T.S.A. – Nº 1), lugar pertencente ao núcleo romano do Casal/Passal.</p>	
<p>Lugar/Localidade Casal/Canas de Senhorim</p>	<p>Freguesia Canas de Senhorim</p>	
<p>Paradeiro Museu Nacional de Arqueologia (Nº de inventário: 7084).</p>		
<p>2. Descrição e análise geral</p>		
<p>Descrição Ara votiva (sem teónimo). Apresenta uma gola reversa e um filete a separar o capitel do fuste. Quanto à base, é separada por um pequeno ressalto com gola reversa. Na parte superior não consta nenhum indício da presença de fóculo.</p>	<p>Dimensões Gerais (centímetros) Suporte Altura:67. Largura:21. Espessura: 21. Campo epigráfico Não foi possível obter estes dados. Altura das letras 1:5; 2:5,5; 3:6. Espaços interlineares Não foi possível obter estes dados.</p>	
<p>Leitura Interpretada DOQV / IRVS / CELTI (i) F(ilius) / V(otum) . F(ecit)</p>	<p>Tradução Doquiro, filho de Céltio, cumpriu o voto.</p>	
<p>Comentário Paleográfico</p>		

Campo epigráfico desgastado. Não apresenta indicadores de uma paginação prévia, uma vez que o texto surge irregularmente distribuído pelo campo epigráfico, com letras atuárias e espaços interlineares de dimensão variada. No campo epigráfico, encontra-se apenas a identificação do dedicante, nomeadamente Doquiro, filho de Céltio.

Comentário Histórico

Este monumento é o resultado da concretização de um voto por Doquiro, cujo teónimo é desconhecido, então identificado à maneira indígena (apenas com patronímico). Também, o cognome Céltio não é latino. Através da análise paleográfica, objetividade do texto e forma de identificação do dedicante (maneira indígena), estaremos perante um monumento que datará do século I d. C.. Remetemos para a abordagem conjunta dos dados epigráficos romanos presentes neste trabalho (4.2.1.1.).

Cronologia Relativa Século I

Outras Observações

Ausência de teónimo. Consta o mesmo dedicante presente na ara votiva dedicada a Besencla (T.I.R. – N°41), bem como nas restantes aras votivas (T.I.R. – N°s 43 e 44) recolhidas em Carvalhal Redondo. A inexistência do teónimo poderá resultar da colocação do monumento no local habitual de culto a uma divindade bem conhecida a nível local (neste caso, Besencla) [ENCARNAÇÃO, 1985, pp. 305-310]. Não conseguimos ter contacto direto com este monumento.

Bibliografia [PINTO, 1998]; [VASCONCELOS, 1927-1929, pp. 209-227]; [VAZ, 1987, pp. 63-67].

3. ILUSTRAÇÃO

Não foi possível proceder ao registo fotográfico deste monumento.

<p align="center">“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” – Inscrições Romanas</p>		<p>Nº de Inscrição/Trabalho</p>
		<p>43</p>
<p>1. Identificação</p>		
<p>Tipologia Ara Votiva</p>	<p>CNS</p>	
<p>Material Granito de grão fino</p>	<p>Lugar de Achado Recolhida em 1985, num antigo lagar localizado na Rua Direita. Serviam de ombreiras num armário aberto na parede.</p>	
<p>Lugar/Localidade Rua Direita/Carvalhal Redondo</p>	<p>Freguesia Agueira e Carvalhal Redondo</p>	
<p>Paradeiro Câmara Municipal de Nelas</p>		
<p>2. Descrição e análise geral</p>		
<p>Descrição Ara votiva (sem teónimo). Apresenta uma forma bem composta com base, fuste e capitel. O capitel separa-se do fuste por uma cornija. Já o fuste é separado da base por uma faixa reversa.</p>	<p>Dimensões Gerais (centímetros) Suporte Altura:76. Largura:23. Espessura: 18. Capitel: 34. Base: 34. Campo epigráfico Altura: 36. Largura: 22,5. Altura das letras 1:4 a 4,5; 2:4 a 5; 3:4 a 4,5; 4:6. Espaços interlineares 1:0; 2:1,5; 3:1; 4:1,5; 5:3,5.</p>	
<p>Leitura Interpretada DOCQV / IRVS CEL / TI (i) / V(otum)</p>	<p>Tradução Doquiro, filho de Céltio, (cumpriu o) voto.</p>	
<p>Comentário Paleográfico Apesar de apresentar algumas fraturas na base, o campo epigráfico encontra-se razoavelmente preservado. Não apresenta indicadores de uma paginação prévia, uma vez que o texto ocupa a parte superior do campo epigráfico, o que evidencia uma distribuição heterogénea das letras atuárias com dimensão regular. No campo epigráfico, encontra-se apenas a identificação do dedicante, nomeadamente Doquiro, filho de Céltio.</p>		

Comentário Histórico

Esta ara é o resultado da concretização de um voto por Doquiro, cujo teónimo é desconhecido, então identificado à maneira indígena (apenas com patronímico). Também, o cognome Céltio não é latino. Com base na análise paleográfica, objetividade do texto e forma de identificação do dedicante (maneira indígena), estaremos perante um monumento que datará dos séculos I-II d. C.. Remetemos para a abordagem conjunta dos dados epigráficos romanos presentes neste trabalho (4.2.1.1.).

Cronologia Relativa Séculos I-II

Outras Observações

Consta o mesmo dedicante presente na ara votiva dedicada a Besencla (T.I.R. – N°41) bem como nas restantes aras votivas (T.I.R. – N°s 42 e 44). A inexistência do teónimo poderá resultar da colocação do monumento no local habitual de culto a uma divindade bem conhecida a nível local (neste caso, Besencla) [ENCARNAÇÃO, 1985, pp. 305-310]. A paginação, o tipo de letra e o trabalho de cantaria é idêntico ao verificado na outra ara votiva (T.I.R. – N° 44) que se recolheu junto desta.

Bibliografia [PINTO, 1998]; [VAZ, 1987, pp. 63-67, 1997].

3. ILUSTRAÇÃO



43.A) Ara votiva de Carvalhal Redondo (a partir de VAZ, 1987).

<p align="center">“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” – Inscrições Romanas</p>		Nº de Inscrição/Trabalho
		44
1. Identificação		
Tipologia Ara Votiva	CNS	
Material Granito de grão fino	Lugar de Achado Recolhida em 1985, num antigo lagar localizado na Rua Direita. Serviam de ombreiras num armário aberto na parede.	
Lugar/Localidade Rua Direita/Carvalhal Redondo	Freguesia Agueira e Carvalhal Redondo	
Paradeiro Câmara Municipal de Nelas		
2. Descrição e análise geral		
Descrição Ara votiva (sem teónimo). Apresenta uma forma bem composta com base, fuste e capitel. O capitel separa-se do fuste por escócia e equino duplos. Já o fuste é separado da base por uma faixa reversa.	Dimensões Gerais (centímetros) Suporte Altura:72. Largura:29. Espessura: 23. Capitel: 33. Base: 33. Campo epigráfico Altura: 34. Largura: 29. Altura das letras 1:3,5 a 5; 2:5 a 5,5; 3:3 a 7. Espaços interlineares 1:1,5-2,1; 2:1; 3:3; 4:11.	
Leitura Interpretada DOCQVIR / VS CELTI (i) / V(otum) S(olvit)	Tradução Doquiro, filho de Céltio, cumpriu o voto.	
Comentário Paleográfico		

Apresenta semelhanças físicas no *ductus* da ara recolhida no mesmo lugar e exposta anteriormente (T.I.R. – Nº 43). Não existe qualquer indicador de uma paginação prévia, uma vez que o texto ocupa a parte superior do campo epigráfico, o que evidencia uma distribuição heterogénea das letras atuárias com dimensão regular. No campo epigráfico, encontra-se apenas a identificação do dedicante, nomeadamente Doquiro, filho de Céltio

Comentário Histórico

Esta ara é o resultado da concretização de um voto cujo teónimo é desconhecido, por Doquiro, então identificado à maneira indígena (apenas com patronímico). O cognome Céltio não é latino. Com base na análise paleográfica, objetividade do texto e forma de identificação do dedicante (maneira indígena), estaremos perante um monumento que datará dos séculos I-II d. C.. Remetemos para a abordagem conjunta dos dados epigráficos romanos presentes neste trabalho (4.2.1.1.).

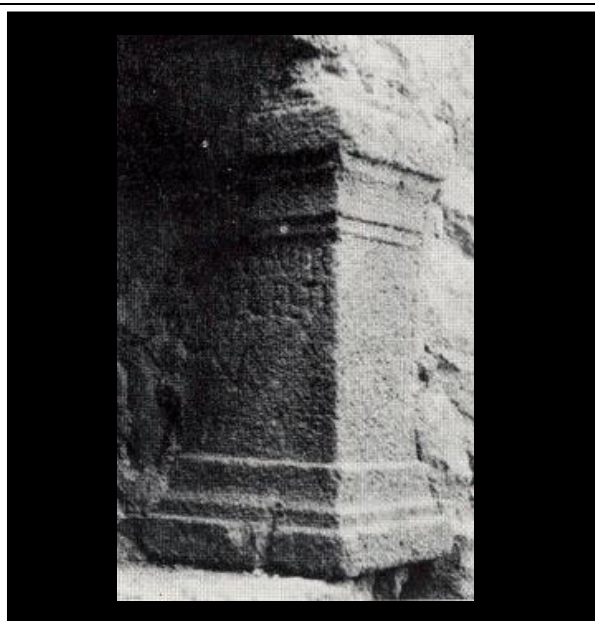
Cronologia Relativa Séculos I-II

Outras Observações

Tem o mesmo dedicante, presente na ara votiva dedicada a Besencla (T.I.R. – Nº41), bem como nas restantes aras votivas (T.I.R. – Nºs 42 e 43). A inexistência do teónimo poderá resultar da colocação do monumento no local habitual de culto a uma divindade bem conhecida a nível local (neste caso, Besencla) [ENCARNAÇÃO, 1985, pp. 305-310]. A paginação, o tipo de letra e o trabalho de cantaria é idêntico ao verificado na outra ara votiva (T.I.R. – Nº 43) que se recolheu junto desta.

Bibliografia [PINTO, 1998]; [VAZ, 1987, pp. 63-67, 1997].

3. ILUSTRAÇÃO



44.A) Ara votiva de Carvalho Redondo (a partir de VAZ, 1987)

<p align="center">“Contributos para a carta arqueológica do concelho de Nelas. (Re)pensar a arqueologia concelhia” – Inscrições Romanas</p>		<p>Nº de Inscrição/Trabalho</p>
		<p>45</p>
<p>1. Identificação</p>		
<p>Tipologia Placa Funerária</p>	<p>CNS 17641</p>	
<p>Material Granito de grão fino</p>	<p>Lugar de Achado Recolhida numa propriedade junto ao entroncamento entre a Av. Eng. Dionísio Augusto Cunha e a R. Dr. Abílio Monteiro. Segundo o proprietário do terreno, esta peça foi levada de um terreno do Freixieiro* (T.S.A. – Nº 5) para a sua propriedade (identificada na forragem de um poço).</p>	
<p>Lugar/Localidade Freixieiro*/Canas de Senhorim</p>	<p>Freguesia Canas de Senhorim</p>	
<p>Paradeiro Sala Museu da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Canas de Senhorim (Canas de Senhorim)</p>		
<p>2. Descrição e análise geral</p>		
<p>Descrição</p> <p>Placa funerária. Campo epigráfico emoldurado com meia cana e um filete. No verso (contrária à superfície epigrafada) está esculpida uma rosácea (rosa hexapétala).</p>	<p>Dimensões Gerais (centímetros)</p> <p>Suporte Altura: 63. Largura: 45. Espessura: 16.</p> <p>Campo epigráfico Altura: 47. Largura: 33.</p> <p>Altura das letras 1:5,5; 2:5; 3:4; 4:4,5; 5:4.</p> <p>Espaços interlineares 1:1,5; 2:2; 3:2; 4:1,5; 5:2; 6:3.</p>	
<p>Leitura Interpretada</p> <p>MODESTINO / MODESTI (filio) / ANN (orum) XIII (quattuordecim) FILIO PISSIMO / MODESTVS ET CILIA F(aciendum) C(uraverunt)</p>	<p>Tradução</p> <p>A Modestino, filho de Modesto, de catorze anos. Modesto e Cília trataram de fazer ao filho, modelo de piedade.</p>	
<p>Comentário Paleográfico</p>		

Campo epigráfico desgastado. Apresenta uma gravação cuidada com letra capital quadrada e paginação perfeita. O campo epigráfico faz referência ao defunto (Modestino, filho de Modesto) e quem a mandou fazer (Modesto e Cília, respetivamente pai e mãe). A antroponímia aqui referida (Modestino, Modesto e Cília) é frequente no mundo romano, conhecendo-se alguns casos no atual território português, como tivemos oportunidade de apresentar (4.2.1.1.).

Comentário Histórico

Pelo tipo de pedra, gravação, letra e paginação, o *Modestus* de Canas de Senhorim apresentava certo poder económico, o que não se afasta da realidade verificada noutros casos homónimos do território ocupado pela beira atual. Pela paleografia e formulário utilizado, este monumento datará nos finais do século I ou II. Remetemos para a abordagem conjunta dos dados romanos presente nesta investigação (4.2.1.1.).

Cronologia Relativa Séculos I-II

Outras Observações

O antropónimo *Modestinus* não é desconhecido na antroponímia regional. Como exemplo, no vizinho concelho de Mangualde (monumento de S. Cosmado), o cognome *Modestinus* ocorre num monumento em que um cidadão romano realiza uma oferta aos habitantes do castelo de *Araocelum* [Vaz,1993, p. 331]. No caso do pai *Modestus*, pode-se considerar como um dos cognomes mais frequentes no mundo romano. Por sua vez, *Cilia*, variante de *Cilea*, distribui-se em grande número pela área lusitano-galega.

Bibliografia [VAZ, 1987, pp. 64-65; 1993, pp. 330-331]

3. ILUSTRAÇÃO



45. A) Placa funerária de Canas de Senhorim (a partir de EUSÉBIO, MARQUES, 2005).

Anexo III – Figuras



Figura 1. – Registo fotográfico do troço viário B junto ao ribeiro do Cagavaio (entre Santar e Vilar Seco).

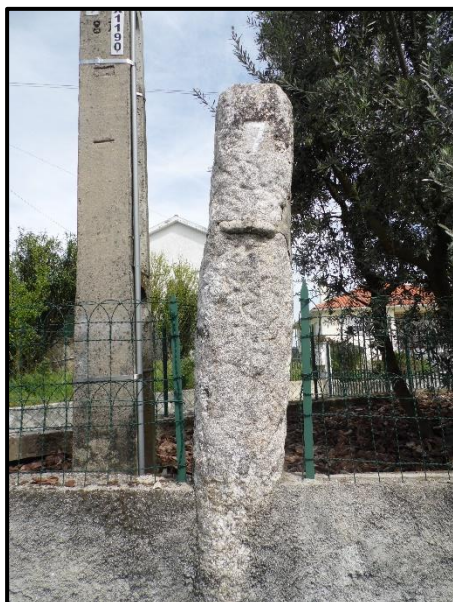


Figura 2. – Possível marco anepígrafo íntegro no troço VIII (Senhorim).



Figura 3. – Registo fotográfico do troço viário M-III sobre o vale do Dão (entre Santar e o rio Dão).



Figura 4. – Troço local de Ínsuas sobre a ribeira da Calva e pormenor de fragmentos de base de prensa.



Figura 5. – São Simão, sítio com materiais arqueológicos dos finais da Baixa Idade Média



Vale do Boi – Lapa do Lobo



Outeiro de São Simão – Aguieira



Estacas – Vilar Seco



Cabanas – Canas de Senhorim



Cruz Alta – Lapa do Lobo



Figura 6. – A fragmentação do espaço através da definição antrópica. Marcos: da primitividade à contemporaneidade.



Figura 7. – Projeto DIVULGARQ: atividades científico-pedagógicas.



Figura 8. – Projeto DIVULGARQ: atividades de educação patrimonial na comunidade local (iniciativas vocacionadas para a sociedade em geral).



Figura 10. – Projeto DIVULGARQ: atividades de educação patrimonial na comunidade escolar (iniciativas vocacionadas para jovens).

